

Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Edição do 20º Aniversário

A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010* só foram possíveis graças ao apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Copyright © 2010
pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, electrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem prévia permissão.

ISBN: 9780230284456 90101

Impresso nos Estados Unidos da América pela Colorcraft of Virginia. A capa é impressa em papel Chorus Art Silk Cover nº. 80, com 30% de reciclagem pós-consumidor. As páginas de texto são impressas em papel Rolland 50 Opaque Smooth nº. 70 da Cascades Mills, com 50% de reciclagem pós-consumidor. Ambos os papéis são certificados pelo Forest Stewardship Council e isentos de cloro elementar e serão impressos com tintas de base vegetal e produzidos através de tecnologia compatível com o ambiente. Agradecemos que recicle o invólucro plástico.

[FSC LOGO WILL BE INSERTED HERE]

Edição e Produção: Communications Development Incorporated, Washington D.C.

Design: Bounford.com

Tradução e Composição: Strategic Agenda LLP

Para uma lista de erros ou omissões detectados após a impressão, visite o nosso sítio em
website at <http://hdr.undp.org>

Equipa do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

O Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD

O *Relatório de Desenvolvimento Humano* é o produto de um esforço colectivo sob a orientação da Directora, com elementos das áreas de investigação, estatística, comunicações e produção, e uma equipa de apoio aos Relatórios de Desenvolvimento Humano nacionais. Os colegas das áreas operacional e administrativa facilitaram o trabalho do gabinete.

Directora e autora principal

Jeni Klugman

Investigação

Francisco Rodríguez (Chefe de Investigação), Hyung-Jin Choi, Beth Osborne Daponte, Ricardo Fuentes-Nieva, Mamaye Gebretsadik, Zachary Gidwitz, Martin Heger, Difei Hu, Isabel Medalho Pereira, Emily Newman, José Pineda, Emma Samman e Sarah Twigg

Estatística

Milorad Kovacevic (Chefe de Estatística), Astra Bonini, Liliana Carvajal, Amie Gaye, Melissa Hernandez, Shreyasi Jha, Alison Kennedy (Chefe de Estatística até Junho de 2010) e Andrew Thornton

Apoio aos RDH nacionais

Eva Jespersen (Directora Adjunta), Mary Ann Mwangi, Paola Pagliani e Timothy Scott

Comunicações e produção

William Orme (Chefe de Comunicações), Carlotta Aiello, Ekaterina Berman, Wynne Boelt, Jean-Yves Hamel e Roy Laishley

Áreas operacional e administrativa

Sarantuya Mend (Directora de Operações), Oscar Bernal, Fe Juarez-Shanahan e Myint Myint Than

Prefácio

Em 1990, o PNUD publicou o seu primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH), com o recém-criado Índice de Desenvolvimento Humano. A premissa do IDH, considerada radical na época, era de uma simplicidade elegante: o desenvolvimento nacional devia ser medido não apenas pelo rendimento nacional, como era prática havia muito tempo, mas também pela esperança de vida e pela alfabetização, em relação às quais estavam disponíveis dados comparáveis para a maioria dos países.

O novo IDH tinha as suas imperfeições, como os próprios autores do Relatório reconheceram de imediato, incluindo o facto de se basear em médias nacionais, o que ocultava as assimetrias de distribuição, e a ausência de uma “medida quantitativa de liberdade humana”. Contudo, adiantava com sucesso a tese central do Relatório, expressa succinctamente na sua primeira frase: “As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação.”

Vinte anos depois, o brilho conceptual e a continuada relevância desse paradigma original do desenvolvimento humano são indiscutíveis. É agora quase universalmente aceite que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não podem ser avaliados somente pelo dinheiro. O rendimento é, obviamente, crucial: sem recursos, qualquer progresso é difícil. Contudo, devemos também avaliar se as pessoas conseguem ter vidas longas e saudáveis, se têm oportunidades para receber educação e se são livres de utilizarem os seus conhecimentos e talentos para moldarem os seus próprios destinos.

Essa foi a visão original e permanece como a grande realização dos criadores do *Relatório de Desenvolvimento Humano*, Mahbub ul-Haq, do Paquistão, e o seu amigo e colaborador próximo Amartya Sen, da Índia, que trabalharam com outros pensadores do desenvolvimento humano. O seu conceito serviu de orientação, não só para 20 anos de *Relatórios de Desenvolvimento Humano* globais do PNUD, mas também para mais de 600 Relatórios de Desenvolvimento Humano nacionais – todos investigados, redigidos e publicados nos seus respectivos países – bem como para muitos relatórios provocadores de âmbito regional apoiados pelos gabinetes regionais do PNUD.

Talvez mais importante, a abordagem do desenvolvimento humano afectou profundamente toda uma geração de responsáveis por políticas e especialistas do desenvolvimento de todo o mundo – incluindo milhares no âmbito do próprio PNUD e noutras agências do sistema da ONU.

Este marco do 20º aniversário constitui uma oportunidade para rever de forma sistemática as realizações e os desafios do desenvolvimento humano aos níveis global e nacional – uma tarefa nunca tentada desde o primeiro Relatório – e para analisar as suas implicações nas políticas e nas investigações futuras.

Num aspecto crucial, os dados existentes são convincentes e claros: existe muito que os países podem fazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mesmo em circunstâncias adversas. Muitos países obtiveram grandes ganhos na saúde e na educação apesar de um modesto crescimento no rendimento, enquanto que outros países com um forte crescimento económico ao longo de décadas não conseguiram progressos igualmente

impressionantes na esperança de vida, na educação e nos padrões de vida em geral. Os melhoramentos nunca são automáticos – requerem vontade política, liderança corajosa e o continuado empenho da comunidade internacional.

Dados dos últimos 40 anos revelam também uma enorme diversidade de percursos no sentido de alcançar o desenvolvimento humano: não há um modelo único ou uma receita uniforme para o êxito.

Este Relatório mostra um progresso significativo de muitos dos países em muitas das áreas, com os países mais pobres a mostrarem, com frequência, os ganhos maiores. Embora possa não ser uma surpresa para os estatísticos, há quatro décadas atrás estava longe de ser universalmente presumido que os países de mais baixo rendimento dariam os significativos passos em frente que os registos agora revelam em termos de saúde, educação e (em menor grau) rendimento.

Nem todas as tendências são positivas, como tão bem sabemos. Infelizmente, vários países tiveram um recuo na consecução absoluta do IDH desde o Relatório de 1990. Estes países proporcionam lições sobre o devastador impacto dos conflitos, das epidemias de SIDA e da má gestão económica e política. Muitos deles sofreram os efeitos de vários ou até de todos esses factores.

Apraz-me especialmente a continuação da tradição do Relatório de Desenvolvimento Humano em matéria de inovação da medição. No Relatório deste ano são introduzidas três novas medidas – que registam a desigualdade multidimensional, as disparidades de género e a privação extrema. O IDH Ajustado à Desigualdade, o Índice de Desigualdade de Género e o Índice de Pobreza Multidimensional, que exploram inovações no terreno e avanços na teoria e nos dados, são aplicados à maior parte dos países do mundo e proporcionam perspectivas novas e importantes.

Estas novas ferramentas de medição reforçam a continuada validade da visão original do desenvolvimento humano. Em antecipação, os Relatórios futuros terão de enfrentar problemas ainda mais difíceis, incluindo a área da sustentabilidade, cada vez mais vital, bem como a desigualdade e os conceitos mais amplos de capacitação. Continuamos a confrontar-nos ainda hoje com muitos dos desafios analíticos e estatísticos identificados no Relatório original de 1990.

O PNUD pode ter um justificado orgulho no seu apoio a este Relatório inovador e intelectualmente independente ao longo das duas últimas décadas, mas os *Relatórios de Desenvolvimento Humano* nunca foram um produto criado exclusivamente pelo PNUD. Os Relatórios dependem muito dos conhecimentos e das perspectivas de outras agências da ONU, dos governos nacionais e de centenas de académicos de todo o mundo, e sempre estivemos gratos por essa colaboração. Como demonstra persuasivamente a edição do 20º aniversário deste ano, podemos e devemos continuar a ser orientados pelos valores e conclusões dos Relatórios de Desenvolvimento Humano para os próximos 20 anos – e mais além.



Helen Clark
Administradora
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem necessariamente as perspectivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do seu Conselho Executivo. O Relatório é uma publicação independente encomendada pelo PNUD. A investigação e a redacção do Relatório constituem um esforço colaborativo da equipa do Relatório de Desenvolvimento Humano e de um grupo de consultores eminentes liderado por Jeni Klugman, Directora do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano.

Introdução de Amartya Sen

Em 1990, o entendimento público do desenvolvimento foi galvanizado pelo aparecimento do primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Conduzido pelo visionário Mahbub ul Haq, o documento teve um profundo impacto sobre a forma como os formuladores de políticas, os funcionários públicos e os meios de comunicação, bem como os economistas e outros cientistas sociais, vêm o progresso social. Em vez de se concentrar somente nuns poucos indicadores de progresso económico tradicionais (como o produto interno bruto per capita), o registo do “desenvolvimento humano” propõe uma análise sistemática de um manancial de informação acerca do modo como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais as liberdades substantivas de que desfrutam.

Na época em que Mahbub ul Haq se tornou pioneiro na liderança da abordagem do desenvolvimento humano, várias vozes de descontentamento exigiam uma abordagem mais ampla do que as medidas económicas padronizadas e propunham alternativas construtivas. Com uma notável perspicácia, Mahbub viu a possibilidade de orientar essas iniciativas no sentido do desenvolvimento de uma perspectiva alternativa de grande amplitude que fosse, ao mesmo tempo, prática e inclusiva. Os *Relatórios de Desenvolvimento Humano* abriram espaço para uma grande variedade de informação e análises relacionadas com diversos aspectos da vida humana.

Contudo, a dificuldade de substituir um número simples como o PIB por uma avalanche de tabelas (e um grande conjunto de análises relacionadas com as mesmas) é que a esta última falta a usabilidade conveniente de algo tão directo como o PIB. Assim, para rivalizar com o PIB, foi concebido explicitamente um índice simples, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concentrado apenas na longevidade, no ensino básico e no rendimento mínimo. Sem surpresas, o IDH, que se revelou muito popular na discussão pública, sofre de uma “rusticidade” que é algo semelhante à do PIB. Este diagnóstico não pretende ser uma descrição “severa”. Como alguém que privilegiou o trabalho com Mahbub na conceção do IDH, afirmaria que, não obstante a sua simplicidade, o IDH fez o que se esperava dele: funcionar como uma medida simples semelhante ao PIB, mas, ao contrário deste, sem deixar de fora tudo o que não sejam rendimentos e bens. Contudo, a enorme amplitude da abordagem do desenvolvimento humano não deve ser confundida, como por vezes acontece, com os limites estreitos do IDH.

O mundo avançou desde 1990. Tem havido muitos ganhos (na alfabetização, por exemplo), mas a abordagem do desenvolvimento humano está motivacionalmente empenhada em concentrar-se no que permanece por fazer – o que exige mais atenções no mundo contemporâneo – da pobreza e da privação à desigualdade e à insegurança. Continuam a surgir novas tabelas no fluxo regular de *Relatórios de Desenvolvimento Humano* e têm sido concebidos novos índices para complementar o IDH e enriquecer a nossa avaliação.

Na prática, os novos desafios que enfrentamos também se intensificaram – por exemplo, os que rodeiam a conservação do nosso ambiente e a sustentabilidade do nosso bem-estar

e as liberdades substantivas. A abordagem do desenvolvimento humano é suficientemente flexível para ter em conta as perspectivas futuras da vida humana no planeta, incluindo as perspectivas das características do mundo que valorizamos, estejam elas relacionadas com a nossa prosperidade ou não (por exemplo, podemos estar empenhados na sobrevivência de espécies animais ameaçadas de uma forma que transcenda o nosso próprio bem-estar). Seria um grande erro amontoar cada vez mais considerações num só número como o IDH, mas a abordagem do desenvolvimento humano é suficientemente sofisticada para incluir novas preocupações e considerações de perspectivas futuras (incluindo previsões de níveis futuros do IDH) sem tentativas confusas de injectar mais e mais numa só medida agregada.

Vinte anos após o aparecimento do primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano*, há muito para celebrar em relação ao que já foi alcançado. Mas também temos de estar atentos a formas de melhorar a avaliação das adversidades antigas e de reconhecer – e reagir a – novas ameaças à liberdade e ao bem-estar humanos. Esse compromisso permanente é, de facto, uma parte da ampla visão de Mahbub ul Haq. A necessidade desse compromisso não diminuiu ao longo do tempo.

Agradecimentos

Este Relatório é o fruto dos conselhos, dos contributos e do apoio de muitas pessoas. A preparação de qualquer *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH) global é uma tarefa arrojada – e é-o particularmente num aniversário tão auspicioso. Gostaria de agradecer especialmente a Amartya Sen, pelo aconselhamento estratégico e pela sabedoria, e a Sakiko Fukuda-Parr, Frances Stewart e Michael Walton, pelos seus úteis contributos intelectuais e comentários. Agradeço à minha família, Ema, Josh e Billy, pela paciência e pelo apoio ao longo de todo o processo. O RDH depende da dedicação e do trabalho árduo da equipa de investigação e do pessoal do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano (GRDH). O sucesso continuado do Relatório deve muito ao apoio da Administradora do PNUD, Helen Clark, e ao aconselhamento de Abdoulaye Mar Dieye, Chefe de Pessoal.

Um painel consultivo académico proporcionou orientação valiosa. Esse painel foi constituído por Bina Agarwal, Philippe Aghion, Arjun Appadurai, Anthony Atkinson, François Bourguignon, Simon Commander, Ariel Fiszbein, Nancy Folbre, Sakiko Fukuda-Parr, Stephen Gelb, Enrico Giovannini, Heba Handoussa, Richard Jolly, Ravi Kanbur, Mwangi Kimenyi, Deepak Nayyar, Lant Pritchett, Gustav Ranis, Henry Richardson, Dani Rodrik, José Salazar-Xirinachs, Hadi Salehi-Esfahani, Timothy Smeeding, Frances Stewart, Jan Svejnar, Michael Walton e Tarik Yousef.

As consultas proporcionaram oportunidades para aprendizagem com investigadores, activistas da sociedade civil, profissionais do desenvolvimento e formuladores de políticas de todo o globo. Entre Setembro de 2008 e Junho de 2010 foram realizados vinte e seis eventos – em Bruxelas, Busan, Cambridge (Reino Unido), Cambridge (Estados Unidos da América), Genebra, Istambul, Joanesburgo, Lima, Londres, Nairobi, Nova Deli, Nova Iorque, Oxford, Paris, Rabat, Rio de Janeiro, Sydney e Washington, D.C. – que envolveram cerca de 400 peritos e profissionais, com o apoio dos gabinetes nacionais e regionais do PNUD. Entre os parceiros fundamentais que acolheram as consultas estiveram o Centro para o Desenvolvimento Global, a Comissão Europeia, o Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard, a Associação para a Capacidade e o Desenvolvimento Humanos, o Centro do Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos e o Grupo Consultivo da Sociedade Civil do PNUD.

A investigação de base, solicitada em relação a um leque de questões temáticas, está disponível online na nossa série de Documentos de Investigação do Desenvolvimento Humano e listada em Referências. A colaboração intensiva com a Iniciativa Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford, liderada por Sabina Alkire e envolvendo um amplo leque de investigadores, foi extremamente frutuosa na promoção das agendas de conceitos e medidas. Agradecimentos especiais são devidos a Stephan Klasen, da Universidade de Goettingen, e a Lant Pritchett, da Universidade de Harvard, pelo seu aconselhamento oportuno sobre uma diversidade de questões empíricas e acerca de medição.

As estatísticas usadas neste Relatório assentam em diversas bases de dados. Estamos particularmente agradecidos à Organização Internacional do Trabalho, à União Interparlamentar, a Jong-Wha Lee, ao Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo, ao Projecto Polity IV, ao Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo, ao Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, ao Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, à Agência das Nações Unidas para os Refugiados, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância, ao Programa de Dados sobre Conflitos da Universidade de Uppsala e ao Banco Mundial. Claudio Montenegro, do Banco Mundial, efectuou a análise da Base de Dados Internacional de Distribuição de Rendimento do Banco Mundial, necessária para elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade. Eduardo Zambrano, da California Polytechnic State University, prestou aconselhamento sobre a elaboração do Índice de Desigualdade de Género. O conselho do Grupo de Peritos da Comissão de Estatística das Nações Unidas foi grandemente apreciado.

Um Grupo de Leitores do PNUD, representando todos os gabinetes regionais e políticos, e diversos outros colegas, demasiado numerosos para que possam ser aqui mencionados, prestaram um precioso aconselhamento ao longo da preparação do Relatório. A Rede de DH, constituída por cerca de 1.400 elementos do PNUD, académicos e organizações não governamentais, gerou uma variedade de ideias e comentários úteis através de discussões online. Solaiman Al-Rifai e Martha Mai, do Gabinete das Nações Unidas para Serviços de Projectos, prestaram apoio administrativo.

Vários estagiários trabalharam com o GRDH ao longo do ano: Kevin Chua, Zaynab El-Bernoussi, Jennifer Escobar, Rebecca Funk, Georgios Georgiadis, Saad Gulzar, Francesca Rappocciolo, Thomas Roca, Sandra Scharf, Fredrik Sjoberg e Seol Yoo. Namsuk Kim, auxiliado pelo Gabinete de Estudos do Desenvolvimento do PNUD, trabalhou com a equipa de estatística em Maio-Junho de 2010.

Uma equipa da Communications Development Incorporated, liderada por Bruce Ross-Larson, editou e compôs o Relatório e a Bounford.com efectuou o trabalho de design. Cesar Hidalgo forneceu ideias preciosas para a visualização dos conceitos e tendências do desenvolvimento humano.

Agradecemos a todos aqueles que estiveram directa ou indirectamente envolvidos em contributos para os nossos esforços, sem deixarmos de assumir toda a responsabilidade por eventuais erros de acto e omissão.



Jeni Klugman
Directora

Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Abreviaturas

PIB	Produto Interno Bruto
IDG	Índice de Desigualdade de Género
RNB	Rendimento Nacional Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
IPH	Índice de Pobreza Humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos
PPC	Paridade de Poder de Compra
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Índice

Prefácio	iv
Introdução de Amartya Sen	vi
Agradecimentos	viii
Abreviaturas	x

VISÃO GERAL

CAPÍTULO 1

Reafirmação do desenvolvimento humano	11
A declaração original	12
O Índice de Desenvolvimento Humano	13
Atrair a atenção dos meios de comunicação	14
Relatórios de Desenvolvimento Humano – à frente do seu tempo	15
Contributos para o discurso do desenvolvimento	16
Viragens no discurso do desenvolvimento	20
O Desenvolvimento Humano permanece tão vibrante como sempre	23

CAPÍTULO 2

O progresso das pessoas	27
Tendências recentes no desenvolvimento humano: sob a perspectiva do Índice de Desenvolvimento Humano	27
Padrões gerais	29
Convergência—em grande	31
Vidas mais longas, melhor saúde	34
O progresso abrandou	36
Fome—o monstro de muitas cabeças	38
O conhecimento aumenta as possibilidades	39
Níveis de educação mais elevados do que nunca	39
Atenuação das diferenças entre géneros	41
O envolvimento do sector público cresceu	42
Mas muitas crianças não estão a aprender	42
Padrões de vida mais elevados	44
Progresso divergente	44
Poucos países ultrapassam o limiar	46

CAPÍTULO 3

Caminhos diversos para o desenvolvimento	47
O quebra-cabeças do crescimento económico e do desenvolvimento humano	48
O crescimento económico e o desenvolvimento humano nem sempre coincidem	48
Explicação do quebra-cabeças	50
O que significam os nossos resultados	51
Avanço global: o papel das ideias e da inovação	52
Recuperar terreno na saúde	52
Educação: progenitores, Estados ou ambos?	54
Diferenças e semelhanças dos avanços na saúde e na educação	56
O papel das instituições, das políticas e da equidade	57
Diferentes percursos dos países	57
Correlações e causas do progresso	58
Progresso através da equidade	62
A história mais profunda: mercados, estados e o contrato social	64

CAPÍTULO 4

Tudo o que é bom nem sempre vem junto	69
As dimensões mais vastas do desenvolvimento humano	69
Capacitação	70
Uma mudança nas expectativas	71
Democracia e liberdade de escolha	72
Direitos civis e políticos	75
Desigualdade	76
Desigualdade de rendimentos crescente	76
Disparidades sobrepostas e sistémicas	78
Disparidades de género	81
Vulnerabilidade e sustentabilidade	83
Insegurança no emprego e choques	83
A ameaça das alterações climáticas	87

CAPÍTULO 5

Inovações na medição das desigualdades e da pobreza 89

Três novas medidas multidimensionais	90
Medição da desigualdade multidimensional – o IDH	
Ajustado à Desigualdade	91
Variação da perda em desenvolvimento humano devido a desigualdade	91
Perdas frequentemente maiores na saúde e na educação do que no rendimento	93
Limitações do IDH Ajustado à Desigualdade	93
Medição da desigualdade de género – o Índice de Desigualdade de Género	93
Dimensões e indicadores	95
Enorme variação na desigualdade de género	97
Limitações do Índice de Desigualdade de Género	98
Medição da pobreza – Índice de Pobreza Multidimensional	98
Padrões gerais da pobreza multidimensional	100
A pobreza multidimensional por região e país	103
Limitações do Índice de Pobreza Multidimensional	104

CAPÍTULO 6

A agenda para além de 2010 105

O progresso e a ameaça das alterações climáticas	106
Uma agenda para a política	107
Considerar os princípios para orientar a acção política	108
Levar o contexto a sério	111
Mudar a política global	114
Uma agenda para a investigação	117
Melhorar os dados e as análises para servirem de apoio aos debates	117
Rumo a uma nova economia de desenvolvimento humano	119
Orientações de investigação	120
Notas	125
Bibliografia	131

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor	143
Legenda dos países e classificações do IDH, 2010	150

Tabelas estatísticas

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	151
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2010	156
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	160
4	Índice de Desigualdade de Género	164
5	Índice de Pobreza Multidimensional	169
6	Capacitação	172
7	Sustentabilidade e vulnerabilidade	176
8	Segurança humana	180
9	Percepções sobre bem-estar e felicidade individuais	184
10	Bem-estar cívico e comunitário	188
11	Tendências demográficas	192
12	Trabalho digno	197
13	Educação	201
14	Saúde	206
15	Ambiente impulsionador: fluxos e compromissos financeiros	211
16	Ambiente impulsionador: economia e infra-estruturas	215
17	Acesso às tecnologias de informação e comunicação	220
	Notas Técnicas	224
	Definições de termos estatísticos	232
	Agrupamentos de países	236

CAIXAS

1.1	De Karachi à Sorbonne – Mahbub ul Haq e a ideia de desenvolvimento humano	12
1.2	Aperfeiçoamento do Índice de Desenvolvimento Humano	15
1.3	Desenvolvimento humano e capacidades: fundamentos intelectuais e evolução	16
1.4	O desenvolvimento humano em acção: regional, nacional e local	22
2.1	Termos básicos usados neste relatório	28
2.2	Histórias contrastantes de África	32
3.1	Ser mais rico significa ser mais saudável?	53
3.2	A descentralização é boa para o desenvolvimento humano?	55
3.3	Três histórias de sucesso na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano	56
3.4	Conflitos e desenvolvimento humano	58
3.5	Perspectivas de estudos analíticos do crescimento	59
3.6	Padrões de ascensão irregulares	60

3.7	Transferências monetárias e protecção social	62
3.8	O papel do sector privado no avanço do desenvolvimento humano	65
4.1	O défice democrático nos Estados Árabes	73
4.2	Povos indígenas e desigualdade no desenvolvimento humano	80
4.3	Mais mulheres desaparecidas	81
4.4	Relações entre géneros em mudança na antiga União Soviética	82
4.5	Orientações na protecção ao emprego	85
5.1	Inovações nas medições: Índice de Desenvolvimento Humano em acção	90
5.2	Questões de género importantes não incluídas devido a restrições dos dados	96
5.3	Pobreza: perspectivas do terreno na Indonésia, Quénia e Madagáscar	99
6.1	O desenvolvimento como liberdade e a alteração da perspectiva de desenvolvimento da China	109
6.2	Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural da Índia	110
6.3	Estudos de caso e algumas lições dos fracassos na implementação de projectos	112
6.4	A nova medida de pobreza multidimensional do México	117
6.5	A necessidade de reconhecer o trabalho não pago	118
6.6	Algumas opiniões da sociedade civil sobre desenvolvimento humano e capacitação	121
3.1	Relação fraca entre o crescimento económico e as mudanças na saúde e na educação	49
3.2	Actualmente, são possíveis melhor saúde e mais educação para todos os países	50
3.3	Mais desenvolvimento humano está associado a menos desigualdade	61
4.1	Um Índice de Desenvolvimento Humano elevado não significa necessariamente democracia, igualdade ou sustentabilidade	70
4.2	Crescimento rápido nas tecnologias de comunicação, mas ainda um baixo acesso nos países mais pobres	71
4.3	Mais países adoptam a democracia	72
4.4	As crianças de famílias pobres têm maior probabilidade de morrer	79
4.5	Retrocesso nos declínios de desemprego desde 2008	84
4.6	O mundo está a tornar-se menos sustentável	87
5.1	A desigualdade produz um grande impacto no desenvolvimento humano	92
5.2	Os povos da África subsariana, sul da Ásia e Estados Árabes são os que mais perdem em termos de desigualdade do desenvolvimento humano	92
5.3	Componentes do Índice de Desigualdade de Género	95
5.4	Perdas significativas devido a desigualdade de género em todos os grupos do IDH	96
5.5	A saúde reprodutiva é o maior contribuinte para a desigualdade de género	97
5.6	Comparação das perdas pela desigualdade no desenvolvimento humano	98
5.7	Componentes do Índice de Pobreza Multidimensional	100
5.8	Comparação da pobreza de rendimento e multidimensional	101
5.9	Países com números de pessoas em pobreza multidimensional mais elevados sofrem também maior intensidade de privação	102
5.10	A maior parte dos pobres multidimensionais do mundo vivem no Sul da Ásia e na África Subsariana	102
5.11	Diferenças internas enormes na pobreza multidimensional do Quénia	103
T1.1	IDH 2010: Metodologias nova e anterior	227

FIGURAS

1.1	Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano	13
1.2	Popularidade do <i>Relatório de Desenvolvimento Humano</i> e do Índice de desenvolvimento humano	14
1.3	O conceito de desenvolvimento humano – num planeta partilhado	25
2.1	Progresso global, variabilidade significativa	29
2.2	As principais subidas variam entre regiões, mas as principais descidas concentram-se em África	31
2.3	Diversidade de percursos	33
2.4	Progresso na saúde	35
2.5	Progresso em indicadores fundamentais de saúde, mas os países em vias de desenvolvimento ainda com atraso	36
2.6	Declínios na esperança de vida na antiga União Soviética e em países severamente afectados pelo VIH	36
2.7	Progresso na educação	40
2.8	Há mais crianças a frequentar a escola, mas é possível melhorar nos ensinos secundário e superior	41
2.9	Progresso da igualdade de género na educação, mas os fossos persistem	42
2.10	Progresso nos padrões de vida	45

TABELAS

2.1	Melhoramentos generalizados do Índice de Desenvolvimento Humano desde 1970	30
2.2	O progresso mais rápido no desenvolvimento humano surge de diferentes formas	31
3.1	Há muitos factores associados ao desempenho abaixo das expectativas	58
5.1	Medição do desenvolvimento humano	89

Visão geral

“As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação.” Com estas palavras, o *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)* de 1990 deu início à convincente defesa de uma nova abordagem ao pensamento acerca do desenvolvimento. A ideia de que o objectivo do desenvolvimento deve ser o de criar um ambiente habilitador para que as pessoas desfrutem de vidas longas, saudáveis e criativas pode parecer, hoje em dia, evidente em si mesma. Mas nem sempre foi assim. Um objectivo nuclear do *RDH* nos últimos 20 anos tem sido o de realçar que o desenvolvimento tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com as pessoas.

O Relatório deste ano celebra os contributos da abordagem do desenvolvimento humano, que continua tão relevante como sempre para compreender um mundo em mutação e procurar formas de melhorar o bem-estar das pessoas. De facto, o desenvolvimento humano é uma ideia em evolução – não um conjunto de preceitos fixos e estáticos – e, à medida que o mundo muda, as ferramentas e os conceitos analíticos evoluem. Assim, este Relatório é também acerca do modo como a abordagem do desenvolvimento humano pode ajustar-se para enfrentar os desafios do novo milénio.

Os últimos 20 anos viram progressos substanciais em muitos aspectos do desenvolvimento humano. Hoje em dia, a maior parte das pessoas tem mais saúde, vidas mais longas, mais instrução e maior acesso a bens e serviços. Mesmo nos países que enfrentam situações económicas adversas, a saúde e a educação das pessoas têm melhorado significativamente. E tem havido progressos, não só no melhoramento da saúde e da educação e do aumento do rendimento, mas também na ampliação da capacidade das pessoas para seleccionarem os líderes, influenciarem as decisões públicas e partilharem o conhecimento.

Contudo, nem todos os lados da história são positivos. Estes anos também assistiram ao aumento de desigualdades – tanto dentro dos países como entre eles – bem como a padrões de produção e

consumo que se têm crescentemente revelado como insustentáveis. O progresso tem variado e as pessoas de algumas regiões – como a África Austral e a antiga União Soviética – têm passado por períodos de regressão, especialmente na área da saúde. Novas vulnerabilidades requerem políticas públicas inovadoras para enfrentar os riscos e as desigualdades sem deixar de dominar as forças dinâmicas dos mercados para benefício de todos.

A abordagem destas questões requer novas ferramentas. Neste Relatório introduzimos três novas medidas na família de índices do *RDH* – o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, o Índice de Desigualdade de Género e o Índice de Pobreza Multidimensional. Estas medidas inovadoras incorporam avanços recentes na teoria e na medição e suportam a nuclearidade da desigualdade e da pobreza no quadro do desenvolvimento humano. Introduzimos esta série experimental com o intuito de estimular o debate público fundamentado para lá da habitual concentração de atenções nos agregados.

Os desafios da actualidade também requerem uma nova perspectiva política. Embora não haja balas de prata ou poções mágicas para o desenvolvimento humano, algumas implicações políticas são claras. Em primeiro lugar, não podemos presumir que o desenvolvimento futuro imitará os avanços passados: as oportunidades de hoje e do futuro são maiores em muitos aspectos. Em

As últimas décadas testemunharam um progresso substancial em muitos aspectos de desenvolvimento humano, mas nem todos os lados da história são positivos

segundo lugar, as experiências variadas e os contextos específicos excluem as receitas políticas abrangentes e apontam para princípios e diretrizes mais gerais. Em terceiro lugar, há que dar resposta a novos desafios de grande monta – especialmente as alterações climáticas

Há muitos desafios por diante. Alguns relacionam-se com políticas: as políticas de desenvolvimento devem basear-se no contexto local e em princípios abrangentes e sólidos; há numerosos problemas que vão para além da capacidade dos Estados individuais e requerem instituições globais democraticamente responsabilizáveis. Há também implicações para a investigação: a análise mais profunda do relacionamento surpreendentemente fraco entre o crescimento económico e os melhoramentos na saúde e na educação e a consideração atenta do modo como a multidimensionalidade dos objectivos de desenvolvimento afecta o pensamento sobre o desenvolvimento são dois exemplos.

Celebração de 20 anos de desenvolvimento humano

Há vinte anos, o mundo acabara de viver uma década de dívida, adaptação e austeridade e estava em vias de ocorrer um leque de transformações políticas. Com eloquência e humanidade, o primeiro *RDH* apelava a uma abordagem diferente da economia e do desenvolvimento – uma abordagem centrada nas pessoas. A abordagem fundamentava-se numa nova perspectiva do desenvolvimento, inspirada pela paixão criativa e pela visão de Mahbub ul Haq, o principal autor dos primeiros *RDH*, e pelo trabalho inovador de Amartya Sen.

Nesta 20^a edição do *RDH*, reafirmamos a relevância duradoura do desenvolvimento humano. Mostramos como a abordagem do desenvolvimento humano se tem antecipado aos acontecimentos – como os seus conceitos, medidas e políticas produzem perspectivas importantes acerca dos padrões do progresso e como ela pode ajudar a traçar um percurso para o desenvolvimento centrado nas pessoas.

O *RDH* de 1990 começava com uma definição clara do desenvolvimento humano como um processo de “alargamento das opções das pessoas”, realçando a liberdade para ser saudável, receber

instrução e desfrutar de um padrão de vida digno. Mas também sublinhava que o desenvolvimento e o bem-estar humanos iam muito para além dessas dimensões, abrangendo um leque muito mais vasto de capacidades, incluindo as liberdades políticas, os direitos humanos e, nas palavras de Adam Smith, “a capacidade de aparecer sem vergonha”. A recepção entusiástica que teve junto de governos, sociedade civil, investigadores e meios de comunicação social demonstrou a profunda ressonância dessa abordagem inovadora na comunidade de desenvolvimento e para além dela.

Uma reafirmação

Embora o primeiro *RDH* fosse cuidadoso na apresentação de uma visão matizada do desenvolvimento humano, ao longo do tempo a descrição breve de “alargamento das opções das pessoas” passou a ser amplamente usada. Esta descrição é fundamental – mas não é suficiente. O desenvolvimento humano tem a ver com a sustentação regular de resultados positivos ao longo do tempo e o combate contra os processos que empobrecem as pessoas ou estão subjacentes à opressão e à injustiça estrutural. Princípios plurais como a equidade, a sustentabilidade e o respeito pelos direitos humanos são, por conseguinte, fulcrais.

Inerente à tradição do desenvolvimento humano está a noção de que a abordagem deve ser dinâmica e não calcificada. Propomos uma reafirmação consistente com a prática do desenvolvimento no terreno e a literatura académica sobre capacidades e desenvolvimento humanos:

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam activamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos.

Esta reafirmação sublinha o fulcro do desenvolvimento humano – os seus temas da sustentabilidade, da equidade e da capacitação e a sua flexibilidade inherente. Como os ganhos podem ser frágeis e vulneráveis à reversão e como as gerações futuras devem ser tratadas com justiça, são necessários esforços especiais para assegurar que o desenvolvimento humano resista à passagem do tempo – que seja sustentável. O desenvolvimento humano tem também a ver com a abordagem das disparidades estruturais – deve ser equitativo. E tem a ver com a habilitação das pessoas para que exerçam escolhas individuais e participem, definam e beneficiem dos processos aos níveis familiar, comunitário e nacional – para que fiquem capacitadas.

O desenvolvimento humano insiste na deliberação e no debate e em deixar os objectivos do desenvolvimento abertos à discussão. As pessoas, individualmente e em grupos, definem esses processos. O quadro do desenvolvimento humano aplica-se a todos os países, ricos e pobres, e a todas as pessoas. É suficientemente aberto, robusto e vibrante para proporcionar um paradigma para o novo século.

A evolução do bem-estar: uma ascensão irregular

Um importante contributo deste Relatório é a avaliação sistemática das tendências dos componentes fundamentais do desenvolvimento humano ao longo dos últimos 40 anos. Esta avaliação retrospectiva, um importante objectivo para o 20º aniversário, é a análise mais abrangente do RDH até à data e proporciona perspectivas novas e importantes.

Em alguns aspectos básicos, o mundo é um lugar muito melhor hoje do que era em 1990 – ou em 1970. Ao longo dos últimos 20 anos, muitas pessoas de todo o mundo alcançaram melhoramentos profundos em aspectos fundamentais das suas vidas. Em geral, são mais saudáveis, possuem mais instrução, têm maior riqueza e têm maior poder para eleger e responsabilizar os seus líderes do que nunca. Veja-se, por exemplo, os aumentos na nossa medida resumida de desenvolvimento – o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina dados sobre a esperança de vida, a instrução e o rendimento numa única medida composta. A média mundial do IDH aumentou 18% desde

1990 (e 41% desde 1970), reflectindo grandes melhoramentos agregados na esperança de vida, nas matrículas escolares, na alfabetização e no rendimento. Mas também houve uma variabilidade considerável nas experiências e muita volatilidade, temas aos quais regressaremos adiante.

Quase todos os países beneficiaram deste progresso. Dos 135 países da nossa amostra para 1970-2010, com 92% da população mundial, apenas 3 – a República Democrática do Congo, a Zâmbia e o Zimbabwe – têm um IDH actual inferior ao de 1970.

No geral, os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos em termos de IDH. Esta convergência pinta um retrato muito mais optimista do que uma perspectiva limitada às tendências do rendimento, onde as divergências persistiram. Mas nem todos os países registaram um progresso rápido e a variabilidade é notória. Aqueles que evidenciam o progresso mais lento são países da África Subsariana atingidos pela epidemia do VIH e países da antiga União Soviética que apresentam um acréscimo de mortalidade adulta.

Entre os principais animadores do IDH (países que fizeram o maior progresso no melhoramento do IDH) incluem-se “milagres de crescimento” do rendimento bem conhecidos, como a China, a Indonésia e a Coreia do Sul. Mas incluem-se outros – como Nepal, Omã e Tunísia – em que o progresso nas dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano foi igualmente notável. É admirável que a lista dos primeiros 10 contenha vários países que não são habitualmente apontados como tendo um desempenho de topo. E a Etiópia surge em 11º, com três outros países da África Subsariana (Botswana, Benim e Burkina Faso) nos primeiros 25.

Assim, a perspectiva mais ampla do desenvolvimento humano proporciona uma avaliação do sucesso muito diferente da que nos é apresentada, por exemplo, pela Comissão Spence sobre o Crescimento e o Desenvolvimento. Esta perspectiva revela que o progresso na saúde e na educação pode impulsionar o sucesso no desenvolvimento humano – na verdade, 7 países entram na lista dos primeiros 10 devido às suas elevadas realizações nos campos da saúde e da educação, em alguns casos com um crescimento que até nem se destaca.

Um importante contributo deste Relatório é a avaliação das tendências de desenvolvimento humano nos últimos 40 anos

A nossa investigação demonstra que a relação entre crescimento económico e os melhoramentos na saúde e educação é particularmente fraca nos países de baixo e médio IDH

Nem todos os países têm progredido com rapidez e a variabilidade é notória. Ao longo dos últimos 40 anos, um quarto dos países em vias de desenvolvimento viu o seu IDH crescer menos de 20%, enquanto que outro quarto o viu crescer mais de 65%. Estas diferenças reflectem, em parte, diferentes pontos de partida – os países menos desenvolvidos têm, em média, um progresso na saúde e na educação mais rápido do que os mais desenvolvidos. Mas metade da variabilidade no desempenho em termos de IDH não é explicada pelo IDH inicial, e países com pontos de partida semelhantes têm percursos evolutivos notavelmente diferentes, o que sugere que há factores nacionais, como as políticas, as instituições e a geografia, que são importantes.

Os avanços na saúde têm sido grandes mas estão a abrandar. O abrandamento no progresso agregado deve-se grandemente a reversões profundas em 19 países. Em nove deles – seis na África Subsariana e três na antiga União Soviética – a esperança de vida caiu abaixo dos níveis de 1970. As causas desses declínios são a epidemia do VIH e o acréscimo de mortalidade adulta nos países em transição.

O progresso na educação tem sido substancial e generalizado, reflectindo melhoramentos não apenas na quantidade de escolaridade mas também na igualdade de acesso à educação entre rapazes e raparigas. Em grande medida este progresso reflecte um maior envolvimento do Estado, o que, com frequência, se caracteriza mais pela colocação das crianças na escola do que pela prestação de um ensino de alta qualidade.

O progresso no rendimento varia muito mais. Apesar do progresso agregado, não há convergência no rendimento – em contraste com a saúde e a educação – porque, em média, os países ricos cresceram mais depressa do que os pobres ao longo dos últimos 40 anos. O fosso entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento persiste: um pequeno subconjunto de países permaneceu no topo da distribuição de rendimento mundial e somente uma mão-cheia de países inicialmente pobres se juntou a esse grupo de alto rendimento.

Em resumo, vemos grandes avanços, mas as mudanças ao longo das últimas décadas estão longe de ser completamente positivas. Alguns países sofreram sérios reveses – particularmente

na área da saúde – anulando, por vezes, em alguns anos os ganhos de várias décadas. O crescimento económico tem sido extremamente desigual – tanto em países com crescimento rápido como em grupos que beneficiam de progresso nacional. E as lacunas do desenvolvimento humano por todo o mundo, embora estejam a diminuir, permanecem enormes.

Compreender os padrões e os impulsores do desenvolvimento humano

O progresso global tem coincidido com uma variabilidade substancial entre países. Isto sugere que as forças globais tornaram o progresso mais praticável para países em todos os níveis de desenvolvimento, mas que os países diferem no modo como tiram partido das oportunidades.

Um dos resultados mais surpreendentes da investigação sobre o desenvolvimento humano nos anos recentes, confirmado neste Relatório, é a inexistência de uma correlação significativa entre o crescimento económico e os melhoramentos na saúde e na educação. A nossa investigação demonstra que esta relação é particularmente fraca nos níveis baixo e médio do IDH. Isto está ligado a alterações no modo como as pessoas se tornam mais saudáveis e adquirem maior instrução. A correlação nos níveis actuais, que contrasta com a inexistência de correlação nas alterações ao longo do tempo, é um retrato que reflecte padrões históricos, já que os países que ficaram ricos foram os únicos que puderam pagar os dispendiosos avanços nas áreas da saúde e da educação. Mas os melhoramentos tecnológicos e as alterações nas estruturas sociais permitem que até os países mais pobres consigam actualmente alcançar ganhos significativos.

Os inauditos fluxos de ideias entre países dos tempos mais recentes – que vão das tecnologias para protecção da saúde aos ideais políticos e às práticas produtivas – têm sido transformadores. Muitas inovações permitiram que os países melhorassem a saúde e a educação por um custo muito baixo – o que explica por que motivo a associação entre as dimensões de rendimento e de não-rendimento do desenvolvimento humano tem enfraquecido ao longo do tempo.

O rendimento e o crescimento permanecem vitais. Concluir em contrário seria ignorar a importância do rendimento no alargamento das liberdades das pessoas. O rendimento é crítico para determinar o domínio das pessoas sobre os recursos necessários para obter acesso a alimento, abrigo e vestuário e para possibilitar opções muito mais amplas – como trabalhar em actividades significativas e intrinsecamente compensadoras ou passar mais tempo com os entes queridos. O crescimento do rendimento pode indicar que as oportunidades de trabalho digno estão a ampliar-se – embora nem sempre seja assim – e as recessões económicas e as perdas de empregos a elas associadas são más notícias em qualquer parte do mundo. O rendimento é também a fonte dos impostos e de outras receitas de que os governos precisam para poderem prestar serviços e empreender programas redistributivos. Por conseguinte, o crescimento dos rendimentos numa base ampla permanece como uma importante prioridade política.

Os nossos resultados também não negam a importância de um rendimento mais elevado para aumentar o acesso das pessoas pobres aos serviços sociais, uma relação sustentada por extensos indícios microeconómicos. A forte correlação entre a situação socioeconómica e a saúde reflecte, com frequência, a vantagem relativa das pessoas mais abastadas na obtenção de acesso aos serviços de saúde. Mas a análise deste Relatório lança alguma dúvida sobre se o crescimento do rendimento de toda a economia é suficiente para fomentar a saúde e a educação em países de IDH baixo e médio. E isso é uma boa notícia, pelo menos na medida em que o crescimento sustentado tem frequentemente sido ilusório.

Os nossos resultados também confirmam, com novos dados e análises, duas afirmações nucleares do *RDH* desde o seu começo: que o desenvolvimento humano é diferente do crescimento económico e que são possíveis realizações substanciais mesmo sem um crescimento rápido. Os primeiros *RDH* destacavam o Estado indiano de Kerala e países como Costa Rica, Cuba e Sri Lanka, que atingiram um desenvolvimento humano muito mais elevado do que outros países de rendimentos idênticos. Essas realizações foram possíveis porque o crescimento se separara dos processos que

determinam o progresso das dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano.

A importância das instituições

As políticas e reformas compatíveis com o progresso variam amplamente entre contextos institucionais e dependem de limitações estruturais e políticas. As tentativas de transplante de soluções institucionais e políticas entre países com condições diferentes fracassam com frequência. E as políticas devem normalmente enquadrar-se no cenário institucional prevalecente para originarem a mudança. Por exemplo, a liberalização económica na Índia procurou atenuar um ambiente empresarial excessivamente restritivo e dominado por algumas famílias, reduzindo a regulamentação e introduzindo mais concorrência. Em resumo, embora as instituições sejam um determinante fundamental do desenvolvimento humano, o modo como elas interagem com o seu contexto merece uma investigação cuidadosa.

Um aspecto importante é o modo como estão organizadas as relações entre os mercados e os Estados. Os governos já abordaram, por diversas formas, a tensão entre a necessidade dos mercados de gerarem rendimento e dinamismo e a necessidade de enfrentar as falhas dos mercados. Os mercados podem ser necessários para um dinamismo económico sustentado, mas não originam automaticamente progresso noutras dimensões do desenvolvimento humano. O desenvolvimento que favorece em excesso o crescimento económico rápido raramente é sustentável. Por outras palavras, uma economia de mercado é necessária, mas não é suficiente.

Estas observações evocam a brilhante exposição de Karl Polanyi, há mais de 60 anos, sobre o mito do mercado auto-regulador – a ideia de que os mercados poderiam existir num vácuo político e institucional. Em geral, os mercados funcionam muito mal no que toca a assegurar o fornecimento de bens públicos, como a segurança, a estabilidade, a saúde e a educação. Por exemplo, empresas que produzem bens com mão-de-obra intensiva e barata ou que exploram recursos naturais poderão não querer uma força de trabalho mais instruída e

As tentativas de transplante de soluções institucionais e políticas entre países com condições diferentes fracassam com frequência: políticas devem normalmente enquadrar-se no cenário institucional prevalecente para originarem a mudança

Os países podem acelerar o progresso no IDH sem alcançarem a exceléncia nas dimensões mais amplas: é possível ter um IDH elevado e sofrer de falta de sustentabilidade, democracia e igualdade

poderão preocupar-se pouco com a saúde dos seus trabalhadores se a mão-de-obra for abundante. Sem uma acção social e estatal complementar, os mercados podem ser fracos no que se refere a sustentabilidade ambiental, criando as condições para a degradação do ambiente e até para desastres como as inundações de lama em Java ou os derrames de petróleo no Golfo do México.

A regulação, contudo, requer um Estado capaz, bem como empenho político, e a capacidade dos Estados é frequentemente escassa. Alguns governos de países em desenvolvimento tentaram imitar as acções de um Estado desenvolvido moderno sem os recursos ou a capacidade para tal. Por exemplo, os regimes de substituição de importações de muitos países da América Latina vacilaram quando os países tentaram desenvolver uma política industrial direcionada. Em contraste, uma lição importante extraída dos sucessos da Ásia do Leste foi a de que um Estado capaz e focado pode ajudar a impulsionar o desenvolvimento e o crescimento dos mercados. A determinação do que é possível e apropriado depende do contexto. Para além do Estado, também os actores da sociedade civil já demonstraram o potencial para refrearem os excessos dos mercados e dos próprios Estados, embora os governos que procuram controlar dissensões possam restringir a actividade da sociedade civil.

A dinâmica pode ser virtuosa quando os países fazem a transição para instituições de mercado inclusivas e instituições políticas inclusivas. Mas isso é difícil e raro. O capitalismo oligárquico tende a invocar o seu próprio fim, seja porque abafa os motores produtivos da inovação – como nos regimes de substituição de importações fracassados da América Latina e das Caraíbas – ou porque o progresso material aumenta as aspirações das pessoas e põe em causa a concentração do poder numa pequena élite, como nos casos do Brasil, da Indonésia e da Coreia do Sul desde os anos 1990.

Tudo o que é bom nem sempre vem junto

O desenvolvimento humano não tem a ver apenas com saúde, educação e rendimento – tem também a ver com o envolvimento activo das pessoas na definição do desenvolvimento, da equidade e da sustentabilidade, aspectos intrínsecos da liberdade de que desfrutam para conduzirem as vidas que têm motivos para valorizar. Existe menos consenso acerca do que o progresso nessas frentes implica e há também falta de medidas. Mas a falta de quantificação não é razão para as negligenciar ou ignorar.

Mesmo quando os países progridem no IDH, isso não significa necessariamente que se excedam nas dimensões mais amplas. É possível ter um IDH elevado e ser insustentável, não democrático e não equitativo, tal como é possível ter um IDH baixo e ser relativamente sustentável, democrático e equitativo. Estes padrões colocam desafios importantes ao modo como pensamos acerca do desenvolvimento humano, da sua medição e das políticas para melhorar os resultados e os processos ao longo do tempo.

Não existe um padrão directo que relate o IDH com outras dimensões do desenvolvimento humano, como a capacitação ou a sustentabilidade. Uma exceção é a desigualdade, que se relaciona negativamente com o valor do IDH, mas mesmo essa relação mostra uma ampla variabilidade. A inexistência de correlação pode ser vista no grande número de países que têm valores de IDH elevados mas um desempenho fraco nas outras variáveis: cerca de um quarto dos países tem um IDH elevado mas uma sustentabilidade baixa; o mesmo se passa, embora de forma menos marcada, em relação às liberdades políticas.

As tendências no sentido da capacitação incluem os vastos aumentos de realizações em matéria de alfabetização e educação em muitas partes do mundo que fortaleceram as aptidões das pessoas para fazerem escolhas informadas e responsabilizarem os governos. O âmbito e a expressão da capacitação ampliaram-se, tanto através da tecnologia como das instituições. Em especial, a proliferação das telecomunicações móveis e da televisão por satélite e o aumento do acesso à Internet

fizeram crescer amplamente a disponibilidade de informação e a capacidade de exprimir opiniões.

A proporção de democracias formais aumentou de menos de um terço dos países em 1970 para metade dos mesmos em meados da década de 1990 e para três quintos em 2008. Emergiram muitas formas híbridas de organização política. Embora a mudança real e o funcionamento político saudável tenham variado e muitas democracias formais sejam deficientes e frágeis, a formulação de políticas leva muito mais em conta as opiniões e as preocupações dos cidadãos. Os processos democráticos locais estão a ser aprofundados. As disputas políticas conduziram a mudanças substanciais em muitos países, expandindo grandemente a representação de pessoas tradicionalmente marginalizadas, incluindo as mulheres, os pobres, os grupos indígenas, os refugiados e as minorias sexuais.

Mas as médias podem ser enganadoras. Desde os anos 1980 a desigualdade de rendimento aumentou em muito mais países do que aqueles em que diminuiu. Para cada país em que a desigualdade melhorou nos últimos 30 anos, há mais de dois em que ela piorou, mais notoriamente em países da antiga União Soviética. A maior parte dos países do Leste da Ásia e do Pacífico tem também uma maior desigualdade de rendimento actualmente do que tinha há algumas décadas. A América Latina e as Caraíbas são uma importante excepção recente: há muito a região com as maiores disparidades de rendimento e de património, grandes melhoramentos recentes conduziram a uma despesa pública mais progressiva e a políticas sociais direcionadas.

Os anos mais recentes também expuseram a fragilidade de algumas das nossas realizações, situação particularmente bem ilustrada pela maior crise financeira desde há várias décadas, que fez com que 34 milhões de pessoas perdessem os seus empregos e que outros 64 milhões caíssem abaixo do limiar de pobreza de USD 1,25 de rendimento diário. O risco de uma recessão de dupla queda permanece, e uma recuperação plena pode demorar anos.

Mas talvez o maior desafio à manutenção do progresso do desenvolvimento humano venha da insustentabilidade dos padrões de produção e consumo. Para que o desenvolvimento humano se torne verdadeiramente sustentável,

a ligação íntima entre o crescimento económico e as emissões de gases com efeito de estufa tem de ser cortada. Alguns países desenvolvidos já começaram a atenuar os piores efeitos através da reciclagem e do investimento em infra-estruturas e transportes públicos. Mas a maioria dos países em vias de desenvolvimento é entravada pelos elevados custos e pela baixa disponibilidade de energia limpa.

Novas medidas para uma realidade evolutiva

Forçar os limites das medidas tem sempre sido uma pedra basilar da abordagem do desenvolvimento humano. Mas a importância das medidas nunca se reduziu a elas mesmas. O IDH possibilitou o pensamento inovador acerca do progresso ao capturar a ideia, simples mas poderosa, de que o desenvolvimento tem a ver com muito mais do que o rendimento. Ao longo dos anos, o RDH apresentou novas medidas para avaliar o progresso na redução da pobreza e na capacitação das mulheres. Mas a falta de dados fiáveis tem sido uma grande limitação.

Este ano apresentamos três novos índices para capturar aspectos importantes da distribuição do bem-estar em termos de desigualdade da igualdade de género e da pobreza. Eles reflectem avanços nos métodos e disponibilidade de dados melhores. Também apresentamos uma versão aperfeiçoada do IDH, com as mesmas três dimensões, mas que dá resposta a críticas válidas e utiliza indicadores mais pertinentes para avaliação do progresso futuro.

Ajustamento do Índice de Desenvolvimento Humano à desigualdade. O reflexo da desigualdade em cada dimensão do IDH cumpre um objectivo afirmado pela primeira vez no RDH de 1990. Este Relatório introduz o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), uma medida do nível de desenvolvimento humano das pessoas numa sociedade que leva em conta a desigualdade. Sob condições de igualdade perfeita, o IDH e o IDHAD são iguais. Quando exista desigualdade na distribuição da saúde, da educação e do rendimento, o IDH de uma pessoa média numa sociedade será inferior ao IDH

Este ano apresentamos três novos índices para capturar aspectos importantes da distribuição do bem-estar em termos de desigualdade da igualdade de género e da pobreza. Eles reflectem avanços nos métodos e disponibilidade de dados melhores

Os países com menor desenvolvimento humano tendem a ter maior desigualdade em mais dimensões

agregado; quanto menor o IDHAD (e maior a diferença entre o mesmo e o IDH), maior a desigualdade. Aplicámos esta medida a 139 países. Algumas conclusões:

- A perda média no IDH devido à desigualdade é de cerca de 24% – ou seja, ajustado à desigualdade, o IDH global de 0,68 em 2010 cairia para 0,52, o que representa uma queda na categoria do IDH de elevado para médio. As perdas vão dos 6% (República Checa) aos 45% (Moçambique), com quatro quintos dos países a perderem mais de 10% e quase dois quintos dos países a perderem mais de 25%.
- Os países com menor desenvolvimento humano tendem a ter maior desigualdade em mais dimensões – e, por conseguinte, maiores perdas no desenvolvimento humano. As pessoas na Namíbia perderam 44%, na República Centro-Africana perderam 42% e no Haiti perderam 41% devido à desigualdade multidimensional.
- As pessoas da África Subsariana sofrem as maiores perdas do IDH devido à desigualdade substancial em todas as três dimensões. Noutras regiões, as perdas são mais directamente atribuíveis a desigualdade numa única dimensão – como acontece com a saúde no Sul da Ásia.

Uma nova medida de desigualdade de género. As desvantagens enfrentadas pelas mulheres e jovens do sexo feminino são uma fonte principal de desigualdade. Com demasiada frequência, as mulheres e jovens do sexo feminino sofrem discriminação na saúde, na educação e no mercado de trabalho – com repercussões negativas sobre as suas liberdades. Introduzimos uma nova medida dessas desigualdades criada com base no mesmo quadro do IDH e do IDHAD – para melhor expor as diferenças na distribuição das realizações entre mulheres e homens. O Índice de Desigualdade de Género mostra que:

- A desigualdade de género varia profundamente entre países – as perdas em realizações devido à desigualdade de género (não directamente comparáveis com as perdas por desigualdade totais porque são usadas variáveis diferentes) vão dos 17% aos 85%. Os Países Baixos lideram a lista dos países

com maior igualdade de género, seguidos pela Dinamarca, pela Suécia e pela Suíça.

- Os países com uma distribuição desigual do desenvolvimento humano também sofrem uma elevada desigualdade entre mulheres e homens e os países com uma elevada desigualdade de género também sofrem uma distribuição desigual do desenvolvimento humano. Entre os países com um desempenho muito mau em ambas as frentes estão a República Centro-Africana, o Haiti e Moçambique.

Uma medida multidimensional de pobreza. Tal como o desenvolvimento, a pobreza é multidimensional – mas isto é habitualmente ignorado pelos números que surgem nos cabeçalhos. O Relatório deste ano introduz o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que complementa as medidas baseadas no dinheiro ao tomar em consideração diversas privações e respectiva sobreposição. O índice identifica privações nas mesmas três dimensões que compõem o IDH e mostra o número de pessoas que são pobres (que sofrem um dado número de privações) e o número de privações com as quais as famílias pobres normalmente se debatem. Pode ser decomposto por região, etnia e outros grupos, bem como por dimensão, o que faz dele uma ferramenta válida para os formuladores de políticas. Algumas conclusões:

- Cerca de 1,75 mil milhões de pessoas dos 104 países cobertos pelo IPM (um terço da sua população) vive em estado de pobreza multidimensional – ou seja, com pelo menos um terço dos indicadores a reflectir privação grave na saúde, na educação ou no padrão de vida. Isto excede a estimativa de 1,44 mil milhões de pessoas desses países que vivem com um máximo de USD 1,25 por dia (embora esteja abaixo da proporção que vive com USD 2 ou menos). Os padrões da privação também diferem dos da pobreza de rendimento em aspectos importantes.
- A África Subsariana tem a mais elevada incidência de pobreza multidimensional. O nível varia entre um mínimo de 3% na África do Sul e uns enormes 93% no Níger; a proporção média de privações varia entre os 45% (no Gabão, no Lesoto e na Suazilândia) e os 69% (no Níger). Contudo, metade dos multidimensionalmente pobres de todo o mundo

vive no Sul da Ásia (51% ou 844 milhões de pessoas) e mais de um quarto vive em África (28% ou 458 milhões de pessoas).

* * *

Estas novas medidas proporcionam muitos outros resultados (e perspectivas) até agora desconhecidos, que podem orientar os debates e o desenho das políticas de desenvolvimento. As perdas grandes no IDH devido à desigualdade indicam que a sociedade tem muito a ganhar se concentrar os seus esforços em reformas para melhoramento da igualdade. E um Índice Multidimensional de Pobreza elevado que coincide com uma baixa pobreza de rendimento sugere que há muito a ganhar com o melhoramento da prestação de serviços públicos básicos. As medidas abrem novas e entusiasmantes possibilidades de investigação, o que nos permite lidar com questões vitais. Quais os países mais bem sucedidos na diminuição da desigualdade do desenvolvimento humano? Os avanços na igualdade de género são uma causa ou um reflexo de tendências de desenvolvimento mais amplas? A redução da pobreza de rendimento dá origem à redução da pobreza multidimensional ou vice-versa?

Abrir o caminho para o desenvolvimento humano futuro

Quais são as implicações para a agenda política, tanto ao nível nacional como ao nível internacional? O historial é encorajador, mas também admoenitório. O progresso é possível mesmo sem recursos maciços: as vidas das pessoas podem ser melhoradas através de meios que já estão à disposição de muitos países. Mas o sucesso não é garantido, e os percursos para a promoção do desenvolvimento humano são variados e específicos das condições históricas, políticas e institucionais de um país.

Muito do discurso sobre o desenvolvimento tem procurado receitas políticas uniformes que possam ser aplicadas na vasta maioria dos países. As deficiências desse projecto intelectual são agora evidentes e amplamente aceites. Elas sublinham a necessidade de reconhecer a individualidade dos países e das comunidades, juntamente com os princípios básicos que podem servir de

base às estratégias e políticas de desenvolvimento em diferentes cenários. Um relatório global como este pode esboçar lições gerais e conduzir a agenda e as discussões da investigação e da política para domínios complementares.

Se as soluções universais são inherentemente mal orientadas, como orientar a formulação de políticas? Todos os dias são concebidas e implementadas políticas por todo o mundo e são procurados conselhos concretos junto de instituições de desenvolvimento e investigadores. Algumas ideias básicas:

- *Pensar primeiro nos princípios.* Perguntar se uma política em particular é boa em geral para o desenvolvimento humano não é a melhor abordagem, porque muitas políticas funcionam bem nalguns cenários mas não noutras. Devemos perguntar quais os princípios que podemos usar para avaliar políticas alternativas. Entre os exemplos incluem-se a colocação da equidade e da pobreza no primeiro plano da política e a concepção de instituições para gestão de conflitos e resolução de litígios. O modo como isso se traduzirá em políticas específicas variará em função do contexto. A consideração atenta da experiência e das limitações institucionais, estruturais e políticas é vital.
- *Levar o contexto a sério.* A capacidade do Estado e as limitações políticas são exemplos de como e porquê o contexto é importante. Uma causa comum para o insucesso é a presunção de que já existem um Estado e um sistema regulador em bom funcionamento ou que os mesmos podem ser prontamente transplantados ou criados. Da mesma forma, as políticas nacionais ignoram a economia política mais geral em seu próprio prejuízo. A concepção de políticas que não esteja enraizada no entendimento dessas realidades institucionais será, provavelmente, irrelevante.
- *Alterar as políticas globais.* Numerosos desafios, tais como a migração internacional, as regras de comércio e investimento eficazes e equitativas e as ameaças internacionais, como as alterações climáticas, estão para além da capacidade dos Estados individuais. Deve ser aplicado a tais desafios um sistema de administração

Estas novas medidas proporcionam muitos outros resultados (e perspectivas) até agora desconhecidos, que podem orientar os debates e o desenho das políticas de desenvolvimento

global que promova a responsabilização democrática, a transparéncia e a inclusão dos países menos desenvolvidos – e que vise um ambiente económico global estável e sustentável.

Os impactos do RDH ilustraram a ideia de que o pensamento político deve ser informado e estimulado por uma exploração mais profunda das dimensões fundamentais do desenvolvimento humano. Um elemento importante desta tradição é uma ampla agenda de investigação e análise. Este Relatório mostra como fazer avançar essa agenda através de melhores dados e análise de tendências. Mas resta muito por fazer. Três prioridades: melhorar os dados e as análises para informar os debates, proporcionar uma alternativa às abordagens convencionais ao estudo do desenvolvimento e aumentar o nosso entendimento da desigualdade, da capacitação, da vulnerabilidade e da sustentabilidade.

A economia do crescimento e, em particular, a sua relação com o desenvolvimento requerem uma reformulação radical do pensamento. Existe uma vasta literatura teórica e empírica que, de um modo quase uniforme, equipara o crescimento económico ao desenvolvimento. Os seus modelos assumem normalmente que as pessoas apenas se interessam pelo consumo; as suas aplicações empíricas concentram-se quase exclusivamente no efeito das políticas e das instituições sobre o crescimento económico.

A afirmação nuclear da abordagem do desenvolvimento humano, em contraste, diz que o

bem-estar tem a ver com muito mais do que o dinheiro: tem a ver com as possibilidades que as pessoas têm de cumprir os planos de vida que têm motivos para escolher e seguir. Daí o nosso apelo a uma nova economia – uma economia de desenvolvimento humano, em que o objectivo é aumentar o bem-estar humano e o crescimento e em que as outras políticas são avaliadas e vigorosamente concretizadas na medida em que façam avançar o desenvolvimento humano a curto e a longo prazo.

“O progresso humano”, escreveu Martin Luther King, Jr., “nunca rola sobre as rodas da inevitabilidade. Chega-nos por via de esforços incansáveis e trabalho persistente... Sem esse trabalho árduo, o próprio tempo torna-se um aliado das forças de estagnação social.” A ideia de desenvolvimento humano exemplifica esses esforços, originada por um grupo empenhado de intelectuais e profissionais que querem mudar a forma como pensamos acerca do progresso das sociedades.

Mas para concretizar plenamente a agenda do desenvolvimento humano é necessário ir mais longe. Colocar as pessoas no centro do desenvolvimento é muito mais do que um exercício intelectual. Implica tornar o progresso equitativo e dar-lhe uma base ampla, fazendo das pessoas participantes activos na mudança e assegurando que as realizações actuais não sejam alcançadas em prejuízo das gerações futuras. Enfrentar estes desafios não é apenas possível, é necessário. E é mais urgente do que nunca.

Reafirmação do desenvolvimento humano

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)* em 1990. Vale a pena recordar o contexto geral. O Muro de Berlim estava em queda e a União Soviética estava em vias de se dissolver. O regime do apartheid na África do Sul acabara de libertar Nelson Mandela da prisão. O Iraque estava prestes a invadir o Kuwait. Augusto Pinochet abandonara o poder no Chile, substituído por um novo regime democrático. Os Sandinistas saíam do governo pela força dos votos na Nicarágua. O Partido da Liga Nacional para a Democracia de Aung San Suu Kyi vencia as eleições nacionais de Myanmar. Os estudantes manifestavam-se em Pequim a favor de reformas políticas. Abriam as Bolsas de Valores de Xangai e Shenzhen. Margaret Thatcher governava o Reino Unido ao longo de mais de uma década. A expressão “Consenso de Washington” acabara de ser cunhada.

Neste clima, o primeiro *RDH* sobressaiu de forma clara, apelando com eloquência e humanidade a uma abordagem diferente da economia e do desenvolvimento. Esses apelos continuaram a ressoar por todo o mundo e adquiriram uma renovada proeminência com investigações recentes sobre a medição do bem-estar das pessoas e com notáveis avanços nos dados e no conhecimento.¹ A caixa 1.1 traça as origens desses apelos recentes até décadas anteriores e apresenta Mahbub ul Haq, o visionário economista paquistanês que foi pioneiro dos *RDH*.

Hoje, 20 anos depois, o mundo enfrenta desafios novos, mas também perenes. O cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio assumiu uma maior urgência. Entre as preocupações proeminentes com ameaças ao progresso futuro incluem-se os crescentes danos ambientais que põe em perigo o planeta e têm consequências nocivas para os pobres. Prevalece a incerteza acerca da estabilidade económica

e da segurança global. O equilíbrio político passou do domínio por parte de duas grandes potências para múltiplas fontes de influência e maior complexidade.

Hoje, como em 1990, iniciamos o primeiro capítulo deste Relatório com uma análise do conceito. E hoje, como em 1990, o conceito de desenvolvimento humano tem particular relevância.² Com o benefício da aprendizagem e da experiência, examinamos as suas motivações intelectuais e políticas, bem como a sua evolução, destacando o trabalho de Amartya Sen.³ Analisamos as mudanças mais vastas no pensamento sobre as políticas de desenvolvimento. E reafirmamos o conceito de desenvolvimento humano, sublinhando a sustentabilidade, a igualdade e a capacitação. O objectivo é compreender os padrões do desenvolvimento humano e os modos como as sociedades permitem que as pessoas tenham a vida a que dão valor e as habilitam para tal. Esta é a melhor forma de pensar acerca do progresso humano.

A declaração original

O RDH de 1990 articulava claramente o conceito de desenvolvimento humano. O primeiro capítulo, “Definição e Medição do Desenvolvimento Humano”, abria com a declaração directa de que:

As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O objectivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas. Isto pode parecer uma verdade simples. Mas é frequentemente esquecido, com

a preocupação imediata de acumulação de bens e riqueza financeira.

Este objectivo não era novo. Desde Aristóteles que houve pensadores a exprimirem posições semelhantes. O Relatório defendia uma atenção renovada às pessoas, tendo em conta o progresso assimétrico dos países em matéria de desenvolvimento humano nos anos 1980, uma década de crise económica, estabilização e ajustamento.

A secção sucinta sobre a “Definição de desenvolvimento humano” começava com o que se tornou uma formulação modelar:

O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. As mais vitais são as de levar uma vida longa e saudável, de receber instrução e de desfrutar de um padrão de vida digno. As escolhas adicionais incluem a liberdade política, os direitos humanos garantidos e o respeito próprio – o que Adam Smith designava como a capacidade de alguém se associar a outros sem sentir “vergonha de aparecer em público”.

O RDH de 1990 realçava que o desenvolvimento tem a ver com liberdade, tanto nas escolhas humanas (liberdades de oportunidade) como nos processos participativos (liberdades de processo).⁴ Sublinhava o facto de que o desenvolvimento humano, devido à sua amplitude e generalidade, diz respeito a todos os países:

O desenvolvimento humano... reúne a produção e distribuição de bens e a expansão e utilização das capacidades humanas. Também se centra nas escolhas – sobre o que as pessoas devem ter, ser e fazer para assegurarem a sua própria subsistência. Além disso, o desenvolvimento humano preocupa-se não apenas com a satisfação das necessidades básicas, mas também com o desenvolvimento humano como um processo participativo e dinâmico. Aplica-se de

CAIXA 1.1

De Karachi à Sorbonne – Mahbub ul Haq e a ideia de desenvolvimento humano

Ao escutar o discurso veemente do presidente francês Nicolas Sarkozy em 2009, apelando a reformas fundamentais no modo como medimos o progresso e criticando a concentração excessiva de atenções sobre o produto interno bruto (PIB) na avaliação do bem-estar, poder-se-ia pensar que essa fosse a mais recente realização culminante do pensamento ocidental acerca do desenvolvimento. Falando em Paris, a partir do pódio do Grand Amphitheatre da Sorbonne, diante de enormes estátuas de Pascal e Descartes, Sarkozy apresentava o trabalho de uma comissão de economistas eminentes. Estes apelavam a medidas do progresso mais vastas, que levassem em conta a desigualdade, a sustentabilidade ambiental, a produção não comercial e a qualidade de vida.

Na verdade, os tópicos do discurso de Sarkozy começaram a ser escritos há mais de 40 anos, a quase 6.500 quilómetros da Cidade Luz. Em 1968, Mahbub ul Haq, então Economista Chefe da Comissão de Planeamento do Paquistão, proferiu um discurso em Karachi sobre o desenvolvimento económico do seu país. A economia cresceria mais de 6 por cento ao ano durante uma década e muitos dos presentes esperavam ouvir uma exposição abrangente sobre o sucesso das políticas do governo da parte de ul Haq, uma das mentes mais brilhantes do Paquistão e autor do Plano Quinquenal que gerara essa expansão económica.

O jovem economista chocou a sua audiência ao apresentar uma contundente acusação à estratégia de desenvolvimento do Paquistão. Durante o período a que o governo chamarou a “década do desenvolvimento”, as diferenças de rendimento entre o leste e o oeste do Paquistão tinham mais do que duplicado e os salários da indústria tinham diminuído em um terço. Os ganhos da nação em moeda estrangeira serviam para satisfazer as exigências da elite. Vinte e duas famílias controlavam dois terços dos activos industriais e quatro quintos da actividade bancária e seguradora. O grandioso crescimento económico dava uma imagem totalmente distorcida do que esse período significou para o paquistanês comum.

Alguns anos depois, ul Haq convenceu o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a publicar um relatório elaborado por investigadores independentes que constituísse uma alternativa à concentração exclusiva no PIB tão prevalecente entre as organizações internacionais e os economistas – o *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH). A ideia de que a ONU pudesse avaliar o progresso económico e social dos países era tão controversa que alguns países ameaçaram boicotar o projecto. Contudo, o PNUD abraçou convictamente o compromisso de preservar a autonomia e a integridade académica do RDH, até à presente edição do 20º aniversário.

Fonte: Haq e Ponzio, 2008; ul Haq, 1973; Jolly, Emmerij e Weiss, 2009.

forma igual aos países menos desenvolvidos e aos altamente desenvolvidos.

Tal como disse Sen com grande eloquência: “o reconhecimento paralelo de que os seres humanos podem (1) passar muito melhor e (2) fazer muito mais para o conseguir pode razavelmente ser visto como a dupla tese nuclear da abordagem do desenvolvimento humano.”⁵ Desde o início, a abordagem do desenvolvimento humano foi orientada no sentido de análises e políticas práticas para a promoção do bem-estar, realçando os debates públicos locais e nacionais de opções políticas alternativas.

Os poderosos temas concernentes enunciados nas declarações iniciais abordavam a privação, a desigualdade e a capacitação. O RDH de 1990 descrevia as consideráveis desigualdades internas dos países que mascaram a privação continuada e grave de muitas pessoas. Destacava as diferenças entre habitantes rurais e urbanos, entre homens e mulheres e entre ricos e pobres. E no seu centro havia um profundo destaque de questões de natureza política como a liberdade, a expressão, a responsabilidade e a prática democrática.⁶ Estes são exemplos iniciais de como o RDH estava adiantado para a época, um atributo que o continua a caracterizar.

O Índice de Desenvolvimento Humano

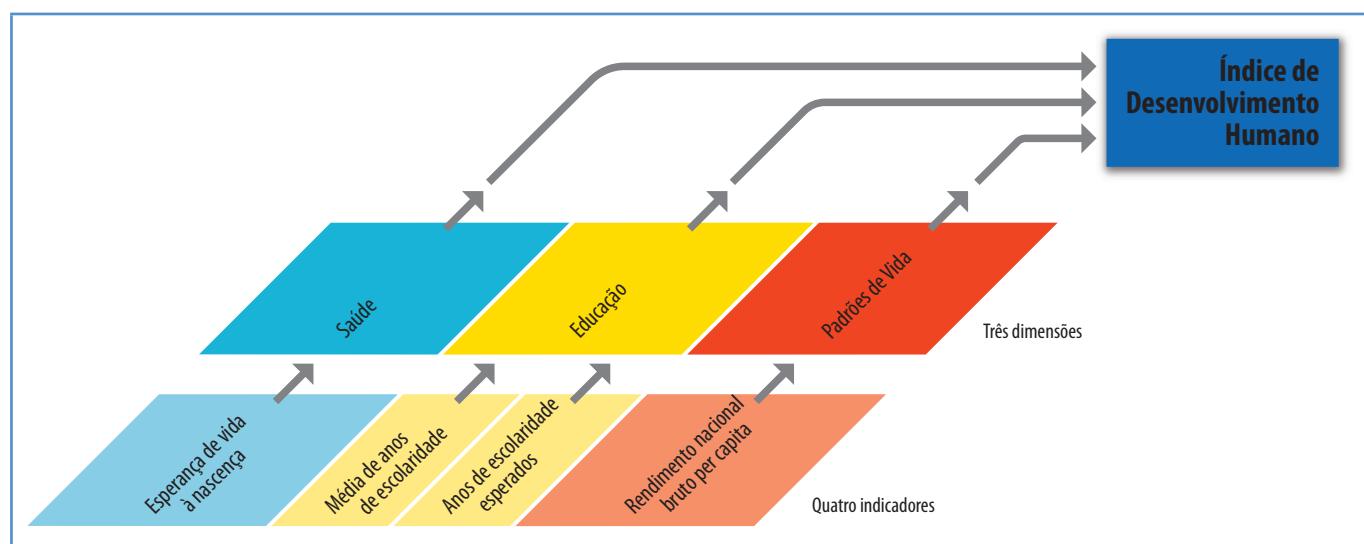
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi um elemento estratégico na nova abordagem. Ele simboliza a mudança no pensamento, ainda que não capture plenamente a riqueza do desenvolvimento humano. Como medida composta da saúde, da educação e do rendimento, o IDH avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de desenvolvimento muito mais amplo do que o permitido pelo rendimento por si só (figura 1.1). E tal como acontece com qualquer medida agregada e comparação internacional, simplifica e captura apenas uma parte do que o desenvolvimento humano envolve.

Ao longo dos últimos 20 anos, o IDH recebeu uma boa dose de críticas. Alguns levantam problemas em relação à sua elaboração e composição. Outros sugerem que devia ser ampliado para incluir mais dimensões, desde a igualdade de género à biodiversidade. Muitas das preocupações são válidas. Mas o objectivo não é criar um indicador inatacável do bem-estar – é redirecionar as atenções no sentido do desenvolvimento antropocêntrico e promover o debate sobre como fazer progredir as sociedades. Quanto mais discutirmos o que deve ou não

**FIGURA
1.1**

Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano

IDH - três dimensões e quatro indicadores



Nota: Os indicadores apresentados nesta figura seguem a nova metodologia, conforme definida na caixa 1.2.

Fonte: GRDH.

ser incluído no IDH – se faz sentido aglomerar categorias distintas, quanta importância deve atribuir-se a cada uma delas, como obter mais e melhores dados – mais o debate se afasta da concentração exclusiva de atenções no crescimento que impregnava o pensamento sobre o desenvolvimento.

Como alternativa a uma concentração vincada no rendimento, o IDH revelou um enorme sucesso. Como se escreveu na *The Economist* em 1990: “Moisés fez a primeira tentativa de registo; Platão, Rousseau e Marx também deram o seu contributo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tinha elevados padrões com que se comparar ao tentar, como faz num novo relatório, definir e medir o ‘desenvolvimento humano’.”⁷ Em 1991, escrevia-se na mesma revista: “o âmago do relatório é um índice simples mas engenhoso, concebido para medir as realizações relativas das nações de uma forma mais subtil do que a proporcionada pelo Banco Mundial nas suas classificações anuais de rendimento.”⁸

O IDH tem sido o marco de referência do *RDH*, um importante factor no seu contínuo sucesso. Desde o seu lançamento, o IDH tem atraído as atenções dos meios de comunicação, do público em geral, das organizações da sociedade civil, dos investigadores e dos governos de todo o mundo. Depois de lançado o *RDH* de 2009, o sítio do *RDH* na Internet já teve perto de 3 milhões de visitas e o relatório foi descarregado quase meio milhão de vezes (figura 1.2). O padrão revela um grande pico de interesse todos os anos, com o lançamento do IDH e do *RDH*.

O Relatório deste ano introduz algumas inovações cuidadosas no IDH, sem lhe retirar a simplicidade e a familiaridade (caixa 1.2).

Atrair a atenção dos meios de comunicação

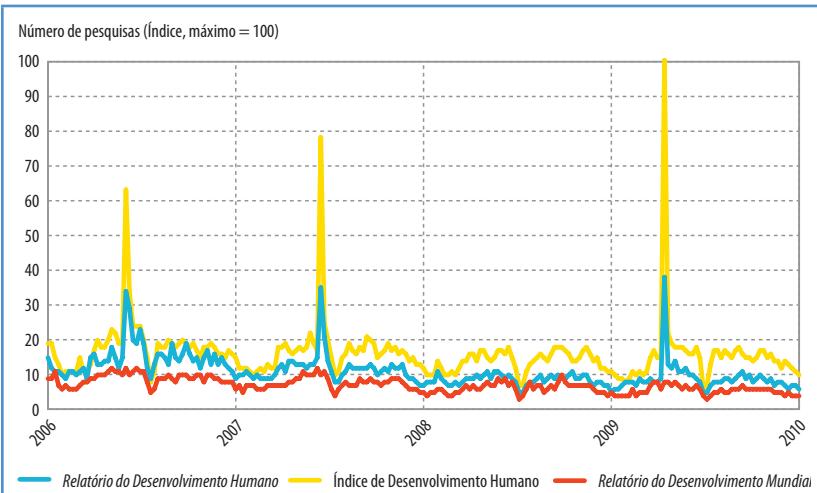
Os pontos fortes do IDH, particularmente a transparência, a simplicidade e a ressonância popular em todo o mundo, mantiveram-no na vanguarda do crescente leque de alternativas ao produto interno bruto (PIB) na medição do bem-estar.⁹ Como se escrevia no *The New York Times* de 10 de Maio de 2010: “Até à data somente uma medida conseguiu desafiar a hegemonia do pensamento centrado no crescimento. Esta é conhecida como IDH e cumpre o 20º aniversário este ano.”¹⁰ Política e retoricamente poderosa, ela constitui um valioso contraponto às medidas do desenvolvimento que se centram exclusivamente em indicadores monetários.

A cobertura dos meios de comunicação ao longo dos anos ilustra o poder do conceito de desenvolvimento humano e do IDH. Em 1990, o *Financial Times* escrevia acerca de “um relatório de conteúdo forte que provavelmente originará controvérsias políticas”,¹¹ enquanto que o britânico *Guardian* previa que “as pessoas no centro do desenvolvimento” seria seguramente uma das frases emblemáticas dos anos 1990.¹² Em 1999, o *Straits Times* de Singapura descrevia o *RDH* como o “marco de referência para avaliar os padrões universais de desenvolvimento humano”.¹³ O IDH era o “padrão global”, segundo o *Daily Star*, do Líbano, em 2005.¹⁴ Desde o primeiro Relatório, quando o *Straits Times* usou a classificação de Singapura

**FIGURA
1.2**

Popularidade do Relatório de Desenvolvimento Humano e do Índice de Desenvolvimento Humano

Frequência de buscas no Google por *Human Development Report* (Relatório de Desenvolvimento Humano), Human Development Index (Índice de Desenvolvimento Humano) e *World Development Report* (Relatório do Desenvolvimento Mundial) 2006-2010



Nota: O eixo esquerdo apresenta o número de buscas expresso como percentagem do número mais elevado atingido por qualquer das três séries.

Fonte: Gerado pelo GRDH a partir do Google Insights, acedida em 9 de Agosto de 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permanece como uma medida agregada do progresso em três dimensões – saúde, educação e rendimento. Mas, neste Relatório, modificámos os indicadores usados para medir o progresso na educação e no rendimento e alterámos a forma como são agregados.

Na dimensão do conhecimento, a média de anos de escolaridade substitui a alfabetização e as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados – os anos de escolaridade que uma criança pode esperar receber se as taxas de matrícula permanecessem iguais. A média de anos de escolaridade é estimada com maior frequência para mais países e permite uma melhor distinção entre países, enquanto que os anos de escolaridade esperados são consistentes com a recomposição desta dimensão em termos de anos. Idealmente, as medidas da dimensão do conhecimento iriam para lá da estimativa quantitativa para avaliarem a quantidade, como já aconteceu em vários Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) nacionais e regionais. Por exemplo, o RDH dos Estados Árabes de 2003 criou uma medida que captura a quantidade e a qualidade da educação, ajustando a média de anos de escolaridade com as classificações médias dos testes e incluindo indicadores relacionados com os meios, a comunicação e os cientistas formados. Mas não existem boas medidas da qualidade da educação para países suficientes – as avaliações transnacionais de ciências, matemática e níveis de leitura são valiosas mas insuficientes na cobertura e irregulares na frequência. Também investigámos medidas alternativas da capacidade para desfrutar de uma vida saudável, mas não encontrámos alternativas viáveis ou melhores do que a esperança de vida à nascente.

Para medir o padrão de vida, o rendimento nacional bruto (RNB) per-

capita substitui o produto interno bruto (PIB) per capita. Num mundo globalizado, as diferenças entre o rendimento dos residentes de um país e a sua produção interna são frequentemente grandes. Algum do rendimento obtido pelos residentes é enviado para o estrangeiro, alguns residentes recebem remessas internacionais e alguns países recebem fluxos de ajuda bastante significativos. Por exemplo, devido às grandes remessas do estrangeiro, o RNB das Filipinas é muito superior ao seu PIB, e devido à ajuda internacional, o RNB de Timor-Leste corresponde a muitas vezes o seu produto interno.

Também reconsiderámos o modo de agregação das três dimensões. Uma alteração fundamental foi a mudança para uma média geométrica (que mede o valor típico de um conjunto de números): assim, em 2010, o IDH é a média geométrica dos três índices de dimensão. O fraco desempenho em qualquer das dimensões reflecte-se agora no IDH e já não existe uma substituibilidade perfeita entre dimensões. Este método captura o nível de desempenho de um país em todas as três dimensões. Como base para comparação de realizações, este método é também mais respeitador das diferenças intrínsecas nas dimensões do que uma média simples. Reconhece que a saúde, a educação e o rendimento são todos importantes, mas também que é difícil comparar essas diferentes dimensões do bem-estar e que não devemos deixar passar despercebidas as alterações em qualquer delas.

Mantemos a prática de usar o registo do rendimento: o rendimento é instrumental para o desenvolvimento humano, mas os rendimentos mais elevados têm um contributo decrescente para o mesmo. E alterámos os valores máximos de cada dimensão para o máximo observado, em vez de um ponto de corte predefinido para lá do qual as realizações são ignoradas.

Nota: Para mais pormenores, consultar o Guia do Leitor e a Nota técnica 1.

Fonte: Kovacevic, 2010b

no IDH abaixo da Coreia do Sul para instar o governo a concentrar-se mais no ensino superior e no desenvolvimento de competências, defensores e activistas têm comparado os desempenhos de diferentes países para estimularem reacções políticas.¹⁵ A análise da cobertura dos meios de comunicação na década de 2000 mostra um significativo aumento na utilização do IDH para desafiar – e louvar – o desempenho dos governos.

Este Relatório reafirma o conceito de desenvolvimento humano e realça a família de medidas que estimulam o debate e o pensamento em torno do desenvolvimento humano. Antes de o fazermos, destacamos a miríade de formas pelas quais os RDH têm consistentemente liderado o pensamento sobre o desenvolvimento e influenciado o discurso sobre o desenvolvimento.

Relatórios de Desenvolvimento Humano – à frente do seu tempo

O RDH de 1990 foi lançado após um período de profunda crise económica e de crédito, quando o pensamento político era dominado pelas noções

de estabilização e ajustamento. Muitos países em vias de desenvolvimento enfrentaram um declínio dos ganhos com exportações, um decréscimo

CAIXA 1.3

Desenvolvimento humano e capacidades fundamentos intelectuais e evolução

Desde 1990, fôrtesceram textos sobre a abordagem de capacidades, paralelamente ao Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) global anual e a mais de 700 RDH nacionais e regionais. Emergiu uma vasta literatura sobre os aspectos mais específicos da teoria e da medição. Por exemplo, a obra sobre educação e capacidades clarificou as distinções entre as políticas para promoção do capital humano e as destinadas a promover a educação para o desenvolvimento humano. A abordagem foi aplicada aos direitos humanos, à incapacidade, à saúde, ao crescimento, à prática democrática e aos grupos desfavorecidos.

O livro de Amartya Sen de 2009, *The Idea of Justice*, talvez a sua obra recente mais importante, é uma incisiva crítica de uma ideia dominante na filosofia política actual, exemplificada pela afirmação de Rawls de que é possível garantir o acordo sobre o que constitui uma sociedade justa e quais as normas e instituições a ela associadas. Sen argumenta que as diferenças entre as perspectivas razoáveis das pessoas tornam o acordo perfeito inviável – mas mais importante, diz ele, isso nem sequer é necessário. Podemos concordar que alguns estados de coisas são melhores do que outros. Podemos identificar injustiças claras que as pessoas e as sociedades devem eliminar. Por conseguinte, não precisamos de concordar sobre os contornos de uma sociedade perfeitamente justa, porque estes princípios dão-nos informação suficiente para reduzir a injustiça: “o que tende a ‘infamar as mentes’ da humanidade em sofrimento não pode senão ser de interesse imediato, tanto para a formulação de políticas como para o diagnóstico da injustiça.”

Tal como acontece com os RDH em geral, a perspectiva de Sen informa profundamente este Relatório – em particular pelo destaque da comparação entre países com melhor e pior desempenho no desenvolvimento humano e pela concentração de atenções em injustiças fulcrais. Também exploramos a poderosa noção de que a incapacidade para concebermos um mundo perfeito não nos deve distrair de fazermos o que é possível para originar a mudança. Isso tem implicações importantes e práticas para as políticas.

Fonte: ul Haq, 1995; Sen, 1985a, 1999 e 2009b; Jolly, Emmerij e Weiss, 2009; Fukuda-Parr, 2003; Rawls, 1971.

das entradas de capital, uma escalada das taxas de juro e uma ascensão da dívida externa. Os países foram forçados a voltar-se para o exterior em busca de ajuda financeira, habitualmente das instituições financeiras internacionais, em pacotes que exigiam medidas de estabilização e reformas de ajustamento estruturais com vista a uma inflação muito baixa, um papel reduzido para o Estado e uma orientação para o exterior – o Consenso de Washington. Esta resposta não foi universal, já que continuavam a ser seguidas ideias mais heterodoxas, particularmente as que favoreciam abordagens com um controlo mais forte do Estado – com maior evidência na China, na Índia e no Vietname.

Mas, pelo início da década de 1990, o Consenso de Washington quase alcançara a hegemonia e a corrente dominante do pensamento sobre o desenvolvimento defendia que a obediência aos seus dogmas fundamentais da liberalização económica e da desregulação daria os resultados mais positivos.¹⁶ Muitos países ocidentais estavam também a

reduzir o papel do sector público na economia e a aliviar a regulação. As privatizações afectaram serviços ferroviários e postais, linhas aéreas, bancos e até redes de serviços públicos de abastecimento.

Desde o início, o RDH desafiou explicitamente essa ortodoxia e estabeleceu uma tradição que se aplicaria a um leque de tópicos importantes para as políticas de desenvolvimento. Mahbub ul Haq reuniu um grupo de eminentes pensadores sobre o desenvolvimento para desbravarem o caminho da abordagem do desenvolvimento humano no PNUD, com base em vários movimentos que desafiavam as abordagens económicas convencionais ao desenvolvimento. Entre estes incluíam-se um influente grupo preocupado com as necessidades básicas, defensores de uma concentração de atenções nas crianças e um leque de activistas preocupados com a fome e a justiça social a um nível mais vasto.¹⁷

A abordagem de capacidades de Amartya Sen proporcionou os fundamentos filosóficos do desenvolvimento humano, explorando uma longa e augusta linhagem de pensadores influentes. Com as suas críticas ao PIB e a sua orientação clara mas eticamente aberta, o desenvolvimento humano atraiu interesse e aderentes. Emergiu um discurso académico dinâmico (caixa 1.3), encorajado por um realce da nuclearidade da discussão pública esclarecida, que mantinha a porta aberta a revisões e melhoramentos ao longo do tempo.

Contributos para o discurso do desenvolvimento

Como relatórios globais independentes, os RDH têm desafiado o pensamento dominante. Têm lançado ideias pioneiras (algumas delas controversas no momento), que surgiram antes do tempo mas que desde então se tornaram amplamente aceites.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

O desenvolvimento humano precisa dos seus próprios objectivos específicos, como a alfabetização ou o ensino básico para todos. E precisa de ser um objectivo global – o principal foco do desenvolvimento.

– Relatório de Desenvolvimento Humano 1991: 178

Os RDH de 1990–1994 apelavam a agendas de desenvolvimento internacional centradas na pobreza através de um convénio entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Esse convénio deveria ter mais objectivos operacionais, ou seja, “objectivos globais para o desenvolvimento humano”, incluindo a redução a metade da pobreza de rendimento e objectivos semelhantes para o ensino básico, os cuidados de saúde primários, a água potável e a má nutrição.¹⁸ Esses RDH também defendiam estratégias participativas de desenvolvimento nacional baseadas em orçamentos realistas para a realização desses objectivos – e, de maneiras diferentes, anunciaavam os *Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza*, a Declaração do Milénio e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que surgiram no final da década.

Em Setembro de 2000, 189 chefes de Estado e de governo adoptaram a Declaração do Milénio da ONU – com compromissos em matéria de cooperação internacional sobre a paz, a segurança e o desarmamento, de desenvolvimento e erradicação da pobreza, de protecção ambiental e de direitos humanos, democracia e boa administração, com base num conjunto de valores fundamentais que incluía a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade partilhada.¹⁹

Como meio de promover o desenvolvimento e a erradicação da pobreza, a declaração estabelecia uma série de metas que se tornaram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e que galvanizaram um amplo apoio internacional com o envolvimento activo de actores institucionais fulcrais e da sociedade civil.²⁰ Os objectivos e os indicadores e metas associados denotam compromissos relacionados com a fome e a pobreza de rendimento extrema, o ensino primário, a igualdade de género, a mortalidade infantil, a saúde maternal, o VIH e a SIDA, a malária e outras doenças, a sustentabilidade ambiental e as parcerias globais para o desenvolvimento.²¹

Conceptualmente, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio articulam e quantificam algumas prioridades nucleares do desenvolvimento humano, centradas em níveis mínimos de realização. Eles reflectem as possibilidades e

os limites de uma decisão consensual da comunidade internacional na época e, em grande parte, passam ao largo, entre outras dimensões importantes, da desigualdade e das liberdades de processos.²² O desenvolvimento humano é um quadro mais amplo que inclui os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com destaque dos princípios mais vastos dos direitos humanos, da democracia e da participação para definir os percursos para a mudança. O apoio generalizado mobilizado pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estimula o debate e promove os avanços nas prioridades nucleares do desenvolvimento humano.

Segurança humana

Em última análise, a segurança humana é uma criança que não morreu, uma doença que não se propagou, um emprego que não foi eliminado, uma tensão étnica que não explodiu em violência, um dissidente que não foi silenciado. A segurança humana não é uma preocupação com as armas, é uma preocupação com a vida e a dignidade humanas.

– *Relatório de Desenvolvimento Humano 1994: 22*

O RDH de 1994 introduziu e definiu o conceito de segurança humana como “liberdade em relação ao medo e liberdade em relação à necessidade” e como “protecção contra ameaças crónicas, como a fome, a doença e a repressão, bem como protecção contra perturbações súbitas e nocivas dos padrões da vida diária – seja em casa, no emprego ou na comunidade”. Este conceito de segurança humana foi uma viragem radical no pensamento acerca da paz e da prevenção de conflitos. Esse RDH também defendia a criação de um fundo global para enfrentar as ameaças comuns à segurança humana e apoiava o “Imposto Tobin” sobre as transacções em moeda estrangeira como forma de financiar o desenvolvimento.

Esta ideia de segurança humana é directamente paralela à de desenvolvimento humano, e o RDH de 1994 foi instrumental na união das

Os RDH têm sido pioneiros na transmissão de ideias que têm estado à frente do seu tempo e que, desde então, se tornaram mais amplamente aceites

O desenvolvimento humano centra-se na capacitação individual e dos grupos; os direitos humanos, nas salvaguardas estruturais

duas agendas.²³ Como explica o *RDH*, desenvolvimento humano e segurança humana são conceitos distintos – o primeiro relaciona-se com o alargamento das liberdades das pessoas e a segunda com a protecção contra as ameaças a essas liberdades. A segurança humana exige atenção a todos os riscos do desenvolvimento humano, não apenas a situações de conflito e pós-conflito e a Estados frágeis. Abrange a protecção contra ameaças crónicas, como a fome, a doença e a repressão, e a protecção contra perturbações súbitas e nocivas dos padrões da vida diária – sejam elas decorrentes de violência, terramotos ou crises financeiras.²⁴

Este vasto conceito de segurança humana contrasta com uma abordagem mais antiga e restrita que tinha como públicos-alvo os militares e os trabalhadores humanitários. O paradigma tradicional enquadrava a segurança como a protecção dos limites territoriais de um país e a variável focal era a agressão territorial. O novo paradigma da segurança humana desloca a unidade de análise dos territórios para as pessoas que neles vivem e analisa as diversas ameaças que podem minar-lhes a segurança, a dignidade e a subsistência. Analisa todas as ameaças ao desenvolvimento humano, incluindo a violência, e estuda o modo como a pobreza causa violência e como a violência, ou a ameaça de violência, contribui para a pobreza. Também toma em consideração as compensações entre investimentos na área militar e investimentos na sobrevivência, na subsistência e na dignidade das pessoas. A segurança humana não é uma alternativa ao desenvolvimento humano – é uma parte vital do mesmo, que se centra num conjunto mínimo de capacidades e na sua protecção contra ameaças invasivas.

Desde então, este conceito de segurança humana tornou-se nuclear para várias iniciativas globais,²⁵ foi acolhido pelos governos nacionais²⁶ e reflectiu-se nas agendas e nos debates políticos das organizações intergovernamentais regionais.²⁷ O conceito continua a ser influente, mais recentemente através do Relatório do Secretário-Geral de 2010 e do seu debate na Assembleia Geral da ONU.²⁸

Direitos humanos

Os direitos humanos são os direitos possuídos por todas as pessoas, em virtude da sua humanidade comum, a uma vida de liberdade e dignidade. Eles dão a todas as pessoas direitos morais sobre os comportamentos individuais e a concepção das disposições sociais – e são universais, inalienáveis e indivisíveis.

– *Relatório de Desenvolvimento Humano 2000: 16*

O *RDH* de 2000 proporcionava um quadro intelectual para que a comunidade dos direitos humanos se envolvesse com maior eficácia no “desenvolvimento”. Afirmava que um padrão de vida digno, a nutrição adequada, a educação e a protecção contra calamidades são todos direitos humanos, não apenas objectivos de desenvolvimento, e que a pobreza é um desafio aos direitos humanos.

Os direitos humanos e o desenvolvimento humano têm muito em comum.²⁹ Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a defesa dos direitos humanos têm tido uma ampla influência na protecção das vidas das pessoas. As convenções e os protocolos internacionais, bem como as codificações associadas nas legislações nacionais, deram um estatuto legal às pretensões normativas. Os direitos humanos também são politicamente apelativos e muitos grupos da sociedade civil mobilizaram-se para os proteger e promover.³⁰ Os princípios dos direitos humanos complementam o desenvolvimento humano ao proporcionarem salvaguardas absolutas ou proibições contra violações, como as que afectam as comunidades minoritárias.

O desenvolvimento humano centra-se na capacitação individual e dos grupos; os direitos humanos centram-se nas salvaguardas estruturais. Ao longo do tempo, a actividade cívica nacional e global ampliou os parâmetros dos direitos humanos, como aconteceu com os movimentos globais que conduziram à Declaração da ONU para a Eliminação da Violência

contra as Mulheres e as campanhas para convenções de regulação das minas terrestres.³¹

Os direitos humanos incluem os direitos económicos, sociais e culturais, bem como as liberdades civis e políticas. O desenvolvimento humano também abrange esta vasta agenda. A realização dos direitos humanos evolui pelo estabelecimento de linhas de base e objectivos progressivos, pela definição de estratégias de implementação e monitorização e pela actualização da legislação. O desenvolvimento humano complementa, assim, a realização dos direitos humanos através de uma atenção contínua às interligações entre objectivos, prioridades e compensações estratégicas. Esta força complementar do desenvolvimento humano reside na resposta a contextos diferentes e evolutivos, na identificação de barreiras ao progresso humano e oportunidades para sinergias e no estímulo de soluções locais.

Desenvolvimento sustentável

Não existe tensão entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável. Ambos se baseiam na universalidade das pretensões da vida.

– *Relatório de Desenvolvimento Humano 1994: 19*

Os primeiros *RDH* atraíam as atenções para as ameaças ambientais, incluindo a crise global da água e as alterações climáticas. O primeiro *RDH* já destacava a importância de um ambiente seguro – “água potável, alimento e ar” – para as liberdades das pessoas. O *RDH* de 1994 discutia a segurança ambiental e já em 1998 o *RDH* reconhecia a injustiça associada à degradação ambiental – chuvas ácidas, esgotamento do ozono e alterações climáticas – com a maior parte do sofrimento a caber aos pobres.

O *RDH* de 2006 expunha a injustiça do uso da água e as suas implicações para o desenvolvimento humano: demonstrava que as pessoas dos bairros de lata da África Subsariana pagam mais pela sua água potável do que os residentes de Nova Iorque e Paris. O *RDH* de 2007/2008 aplicava uma perspectiva de desenvolvimento

humano para realçar os custos das alterações climáticas, incluindo as armadilhas da pobreza transgeracional causadas pelos choques climáticos e pelo fenómeno do “apartheid da adaptação”. Foi o primeiro grande relatório do desenvolvimento a explorar as implicações das temperaturas mundiais crescentes, reflectidas na fusão das calotas de gelo, na alteração dos padrões locais de pluviosidade, na subida dos níveis dos mares e na adaptação forçada dos grupos mais vulneráveis do mundo.

Em todo o mundo, as pessoas vêm agora as alterações climáticas como uma séria ameaça ao seu bem-estar.³² É mais amplamente aceite que a Terra enfrenta um dos maiores desafios da sua história – a ameaça das alterações climáticas induzidas pelo homem, com consequências potencialmente catastróficas, na maior parte imprevistas em 1990. Juntamente com outros relatórios importantes, vários *RDH* contribuíram para transformar a paisagem política e expandir o reconhecimento do ambiente e da sustentabilidade, incluindo as alterações climáticas.

Não é possível separar o desenvolvimento humano e o desenvolvimento humano sustentável.³³ O universalismo, que remonta a Immanuel Kant, está no âmago do desenvolvimento humano; requer que garantamos às gerações futuras a mesma atenção concedida à actual.³⁴ O desenvolvimento humano tem a ver com a habilitação das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis, instruídas e gratificantes. O desenvolvimento humano sustentável tem a ver com a garantia de que as gerações futuras possam fazer o mesmo. O desenvolvimento humano, se não for sustentável, não é verdadeiro desenvolvimento humano.

A definição de desenvolvimento sustentável citada com mais frequência é a de “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades”.³⁵ Mas, na prática, algumas discussões sobre a sustentabilidade centram-se no crescimento e no consumo futuros, outras visam assegurar a sobrevivência das espécies apesar das alterações climáticas e outras ainda dão ao ecossistema uma importância intrínseca.

Os *RDH* ampliaram o reconhecimento do ambiente e da sustentabilidade, incluindo as alterações climáticas, e sinalizaram o facto de que a equidade intrageracional é tão importante como a equidade intergeracional

Os aspectos essenciais do desenvolvimento humano, como a educação, são por vezes tratados meramente como instrumentais, como capital para a produção de fluxos de utilidade futuros.

A ênfase do desenvolvimento humano na multidimensionalidade complementa as abordagens convencionais à sustentabilidade, lembrando-nos que é tão importante debater o que deve ser sustentado como o modo de o fazer. O desenvolvimento humano requer que as pessoas tenham as liberdades e as escolhas para satisfação de necessidades, desejos e carências. Claro que as pessoas que ainda não nasceram não podem tomar decisões por si próprias – mas podemos preservar as condições para a sua actividade futura. O desenvolvimento humano também assinala que a equidade intrageracional é tão importante como a intergeracional.³⁶

* * *

Esta discussão realçou exemplos de como os *RDH* globais geraram políticas, medidas e conceitos adiantados para a sua época, ao aplicarem uma perspectiva de desenvolvimento humano. Ressarciremos a muitos mais casos, mais adiante neste Relatório. Estes incluem o *RDH* de 1995, que apresentou um leque de propostas inovadoras para a igualdade de género e a capacitação das mulheres, reconhecendo em particular o significado do trabalho não pago, e proporcionou a primeira estimativa global do valor da produção não monetarizada de mulheres e homens em actividades económicas e familiares.³⁷ Da mesma forma, o *RDH* de 1997 distinguia a pobreza multidimensional da pobreza de rendimento e fazia incidir as atenções no poder político como motor das tendências da pobreza – um precursor da expansão do pensamento acerca destas questões no discurso internacional do desenvolvimento e do Relatório do Desenvolvimento Mundial de 2000/2001 do Banco Mundial sobre o ataque à pobreza.³⁸ E, conforme discutido abaixo, vários *RDH*, incluindo os de 1993 e 2002, exploraram o valor intrínseco da liberdade política. Estes argumentavam não

apenas a favor de uma “boa administração” ou da administração dos mercados, mas também a favor de uma administração democrática mais inclusiva como prioridade política.

Viragens no discurso do desenvolvimento

A caracterização de Karl Polanyi, em 1944, da mudança das políticas em movimento é hoje evidente em formas importantes. Na voragem da história dos países agora desenvolvidos, ele discerniu longas oscilações da regulação do Estado para os mercados e vice-versa, como consequências de um regime levado a reacções políticas e reversões das suas linhas de conduta. Análises mais recentes mostram que este pêndulo continuou a oscilar ao longo do século XX e do início do século XXI. O conceito de Polanyi proporciona uma útil perspectiva para análise da formulação de políticas nos países em vias de desenvolvimento.³⁹

O pensamento sobre o desenvolvimento mudou consideravelmente ao longo do tempo: começando pela ideia de que o investimento de capital equivale ao crescimento e ao desenvolvimento, avançou sucessivamente para o papel do capital humano, para o papel dos mercados e das políticas, para o papel das instituições e, mais recentemente, para o papel da capacitação individual e de grupos e do domínio das nações sobre si mesmas.⁴⁰

Actualmente, não existe consenso acerca das políticas de desenvolvimento.⁴¹ Mas estão a surgir novas tendências. Muitos interpretaram a crise financeira, simbolizada pelo colapso da gigante financeira americana Lehman Brothers, como um incisivo lembrete acerca dos perigos da liberalização absoluta. O impacto da crise no pensamento sobre o desenvolvimento ainda não é claro, mas, por formas exploradas ao longo deste Relatório, o pêndulo balança claramente para o regresso a um papel mais activo para as políticas públicas e a um objectivo de desenvolvimento mais humanitário. As sementes da próxima “grande ideia” já são visíveis e asseguram uma maior exploração, como afirmamos no capítulo 6.

Tendências concorrentes e complementares

O pacote de desenvolvimento convencional – o Consenso de Washington – é cada vez mais considerado indefensável como conjunto de prescrições universais, embora ainda impere em muitos lugares. Existem tendências concorrentes no pensamento actual acerca do desenvolvimento, nem todas novas, e algumas complementaridades. A sua influência sobre a prática tem variado de país para país. Várias delas reflectem a influência da abordagem do desenvolvimento humano:

- Reconhecendo a necessidade da acção pública na regulação da economia, na protecção dos grupos vulneráveis e na produção de bens públicos – tanto tradicionais (saúde, educação, infra-estruturas) como novos (superação das ameaças levantadas pelas alterações climáticas).
- Tornando operacionais as muitas dimensões do bem-estar – indo para além do rendimento médio e das medidas monetárias de pobreza – e incluindo a vulnerabilidade ao risco e aos choques. Com dados e técnicas melhores para capturar as dimensões “em falta”, fazer isto é cada vez mais viável.⁴²
- Vendo a pobreza, o crescimento e a desigualdade como essencialmente indivisíveis – com a redução da pobreza a depender, não apenas da taxa de crescimento, mas também dos níveis e das alterações da distribuição do rendimento.⁴³ O crescimento rápido não deve ser o único objectivo político porque ignora a distribuição do rendimento e negligencia (e pode minar) a sustentabilidade do crescimento.
- Prestando uma atenção mais explícita aos riscos levantados pelas alterações climáticas, expressa de forma mais veemente pelo Relatório Stern⁴⁴ e pelo RDH de 2007/2008, que apelavam a uma acção internacional forte e precoce baseada em esforços nacionais e regionais.

As novas tendências do pensamento sobre o desenvolvimento reconhecem que não há soluções universais, que as compensações às reformas políticas variam com as circunstâncias

e que têm de ser identificadas e desenvolvidas localmente as estratégias apropriadas.⁴⁵ O domínio dos países sobre si mesmos é visto como vital porque, sem ele, as reformas não seriam sustentáveis e porque a falta de envolvimento dos países na formulação das políticas significa que estas são inherentemente inapropriadas. As limitações da ajuda externa são mais bem reconhecidas, juntamente com os efeitos potencialmente negativos, nos casos em que ela é inadequadamente concebida e implementada.

Todas estas tendências têm sido associadas a tentativas de melhor compreender a riqueza e a multidimensionalidade da experiência e a importância do contexto local, animadas por estudos tão revolucionários como *Voices of the Poor*⁴⁶ e por muitos RDH locais, nacionais e regionais (caixa 1.4).

Os contextos influenciam as instituições

A centralidade das instituições tem sido crescentemente sublinhada – embora continue a haver discussão quanto aos aspectos que merecem importância. A nova economia institucional sublinha os direitos de propriedade e o Estado de Direito, bem como os efeitos mais instrumentais da participação e da responsabilização. Juntamente com isso, surgiu o reconhecimento de que o contexto afecta a determinação das formas e funções institucionais que são apropriadas – e de que é improvável que a imitação ou o transplante das melhores práticas rendam os resultados esperados.⁴⁷ Esta literatura recente redescobriu alguns dos princípios nucleares da tradição institucionalista: que todas as economias estão incorporadas nas instituições sociais e que não existe um sistema de auto-regulação dos mercados independente dessas instituições.⁴⁸

Em meados da década de 2000, vários contributos articularam essa nova heterodoxia. A Agenda do Desenvolvimento de Barcelona de 2004, elaborada por um grupo misto de economistas do desenvolvimento de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, realçou lições fulcrais das últimas duas décadas. Eles destacavam as boas instituições, a maior equidade, a política fiscal prudente e um equilíbrio

As novas tendências do pensamento sobre o desenvolvimento

reconhecem que não há soluções universais, que os efeitos das reformas políticas diferem com as circunstâncias e que é necessário identificar e desenvolver localmente as estratégias apropriadas

Em 1992, uma equipa formada por académicos, representantes da sociedade civil e as Nações Unidas desbravou novo terreno ao elaborar o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) nacional no Bangladesh. Essa equipa constituiu um exemplo depressa seguido noutras países, em muitos casos com o apoio dos gabinetes locais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Até à data, foram elaborados aproximadamente 700 RDH regionais, nacionais e locais, com conteúdos baseados uns nos outros, nos RDH globais e no discurso regional e local do desenvolvimento. Estes relatórios envolvem activamente os governos e outros intervenientes, que vão dos líderes de opinião àqueles que têm tido pouca voz na matéria. As discussões de grupos focais e os inquéritos ad hoc produzem perspectivas novas e vitais. E o envolvimento de redes de académicos locais contribui para a força e a credibilidade dos relatórios.

Os relatórios têm explorado o papel do Estado e a sinergia entre as dimensões individual e colectiva do desenvolvimento humano. Por exemplo, o RDH de 2005 da Guatemala e o RDH de 2008 do Líbano abordaram as delicadas questões da cidadania e da diversidade nas sociedades marcadas por tensões profundamente enraizadas. O RDH de 2009 da Bósnia-Herzegovina enquadrava essas questões no contexto do capital social em reconstrução. Para além disso, como parte do RDH de 2009-2010 do Brasil, amplos debates nacionais nos meios de comunicação procuraram criar uma visão partilhada para a sociedade.

Os RDH regionais e nacionais têm frequentemente explorado as barreiras à plena participação na sociedade enfrentadas pelos grupos vulneráveis, incluindo as pessoas com incapacidades, as que vivem com o VIH e a SIDA, os jovens, os idosos e as minorias. Entre os exemplos incluem-se RDH regionais sobre a minoria de etnia Roma e a inclusão social e o RDH de 2008 da Suazilândia sobre o VIH e a SIDA.

Um fôuso recente dos relatórios centra-se sobre as alterações ambientais. O RDH de 2009 da Croácia tomava em consideração os impactos adversos sobre as pescas, a agricultura e o turismo. O RDH de 2010 da China destaca as respostas possíveis, como a criação de comunidades com baixas emissões de carbono para os milhões de pessoas que continuam a afuir aos centros urbanos.

Os RDH regionais têm abordado questões de administração vitais, com relevância transfronteiriça. O RDH de 2009 dos Estados Árabes tomava em consideração as ameaças à segurança humana em toda a região. O RDH de 2008 da região Ásia-Pacífico reconhecia o efeito desproporcionado da corrupção sobre os pobres e tomava em consideração códigos de conduta para os sectores público e privado e o papel dos grupos de cidadãos na monitorização das responsabilidades.

Na prática, os relatórios precisam do apoio dos governos, mas estes podem levantar objecções às questões delicadas abordadas e, com frequência, fazem-no.

Fonte: Pagliani, 2010. Consultar também www.hdr.undp.org/en/nhdr/.

apropriado entre o mercado e o Estado. Apelavam a um ambiente habilitador que permitisse a experimentação e à adaptação das políticas para superar os diferentes conjuntos de obstáculos ao nível nacional.

Pouco tempo depois, o Banco Mundial publicou *Economic Growth in the 1990s*, uma importante reavaliação das abordagens às reformas políticas. O relatório realçava a variação nos resultados do crescimento entre países com regimes políticos semelhantes, constituindo

um profundo desvio em relação à abordagem de tipo universal do Consenso de Washington.⁴⁹ Em 2008, a Comissão Spence sobre o Crescimento e o Desenvolvimento – apoiada pelo Banco Mundial e pelos governos de vários países desenvolvidos – repetiu essas conclusões, afirmando que, para o crescimento sustentado, “não existe uma fórmula genérica. Cada país tem características e experiências históricas específicas que devem ser reflectidas na sua estratégia de crescimento”.⁵⁰ Os recentes sucessos económicos do Brasil, da China e da Índia confirmam esta nova heterodoxia.

Avanços no sentido de uma maior responsabilização

Ao longo do tempo, têm aumentado as atenções sobre a monitorização, em conexão com um movimento de apoio a uma maior responsabilização dos Estados e dos doadores. A gestão baseada em resultados, incluindo a utilização de dados sobre o desempenho na preparação das dotações orçamentais, tem caracterizado diversas reformas do sector público. O Consórcio PARIS21, lançado em 1999 pelas Nações Unidas e por outros organismos internacionais, apoia os investimentos na recolha de dados e promove uma cultura de formulação, monitorização e avaliação de políticas baseadas em dados concretos. A Estratégia de Inclusão Social da União Europeia, acordada em Laeken, Bruxelas, em 2001, aplica um conjunto de 14 indicadores principais (incluindo os relacionados com a pobreza de rendimento, a desigualdade, o trabalho e os programas sociais) para definir padrões de referência para os planos nacionais e monitorá-los.⁵¹

A suportar a explosão de dados sobre as actividades e o desempenho do sector público nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento está o maior alcance da Internet e dos sistemas de dados baseados na Web. Isso permite um melhor entendimento das ligações entre contributos, produtos finais, resultados e impactos – como a despesa na educação, o número de alunos, o nível de aprendizagem daqueles que concluem os estudos e a diferença que a sua educação faz para as suas oportunidades pessoais e para a sociedade em geral. Em 1996, por exemplo, quase todos os países europeus mudaram para uma medição directa

dos desempenhos do sector público, o que teve um efeito manifesto na medição do crescimento. Os dados e análises melhorados proporcionaram informação para as discussões, os debates e as decisões políticas acerca das prioridades dos governos, embora, como demonstra este Relatório, as limitações dos dados permaneçam grandes.

As discussões acerca da eficácia dos programas são agora melhor fundamentadas pelas conclusões de cuidadosas experiências aleatórias e controladas, embora estas apenas fornecam respostas precisas, ainda que sólidas, a perguntas específicas, como a que questiona o efeito de uma intervenção para reduzir o absentismo dos professores nas aldeias rurais do Rajastão, na Índia.⁵² Esta abordagem tem a desvantagem de passar ao largo das questões estruturais mais amplas e, com frequência, dos mecanismos subjacentes que geram os resultados.⁵³ A influência de tais avaliações sobre as políticas tem sido limitada pelo seu âmbito deliberadamente restrito.

Felicidade e bem-estar subjectivo

Por fim e em breves palavras, destacamos a vaga de interesse pela felicidade e pelo bem-estar subjectivo.⁵⁴ Este novo interesse foi estimulado pela conclusão de que a felicidade não é completamente explicada pelo rendimento ou, como concluímos a partir da investigação contextual para este Relatório, pelo IDH.⁵⁵ As medidas subjectivas são amplamente atractivas e relativamente fáceis de recolher. Um crescente volume de dados concretos sugere que a felicidade é sentida ao longo de uma continuidade que varia entre bom e mau e que pode ser medida por uma única pergunta.⁵⁶ Os estados subjectivos têm um claro valor intrínseco e instrumental e podem proporcionar perspectivas convincentes do valor que as pessoas atribuem a outros aspectos da vida. Contudo, como é defendido mais adiante, é melhor pensar-se na felicidade como um complemento de outras medidas de bem-estar, do que como uma medida única.

O desenvolvimento humano apresenta a cultura, os valores e as prioridades actuais de países, comunidades e indivíduos de uma forma que reflecte escolhas democráticas inclusivas

O desenvolvimento humano permanece tão vibrante como sempre

O conceito de desenvolvimento humano é deliberadamente aberto – e suficientemente robusto e vibrante para proporcionar um paradigma para o novo século. Como a presente discussão sugere e os capítulos seguintes demonstram, o desenvolvimento humano é relevante transversalmente às épocas, às ideologias, às culturas e às classes. Contudo, precisa sempre de ser especificado por contexto, como nos RDH locais, nacionais e regionais, e sujeito a escrutínio e a debate público.

A descrição do desenvolvimento humano como alargamento das escolhas das pessoas é fundamental – mas não é suficiente. Os princípios plurais, como a equidade, a sustentabilidade e o respeito pelos direitos humanos, são fulcrais. O desenvolvimento humano tem a ver com a sustentação regular de resultados positivos e o combate contra os processos que empobrecem as pessoas ou suportam a opressão e a injustiça estrutural. Como os ganhos podem ser frágeis e vulneráveis à reversão, esforços

especiais podem assegurar que o desenvolvimento humano seja duradouro para indivíduos, grupos e nações.

Desde 1990, os RDH têm realçado diferentes aspectos do desenvolvimento humano, frequentemente ligados ao tema anual e tirando partido da flexibilidade da abordagem às capacidades. Conforme sublinhado acima, inerente à tradição do desenvolvimento humano está o facto de a abordagem dever ser dinâmica e não calcificada. Podemos ver, a partir das experiências locais, nacionais e regionais, bem como dos RDH globais, que a definição de desenvolvimento humano tem variado em função do tempo e do lugar, sem deixar de manter uma coerência subjacente. Propomos uma reafirmação consistente com a tradição do desenvolvimento humano, com a prática do desenvolvimento no terreno e com a literatura académica sobre capacidades e desenvolvimento humanos. Propomos a declaração seguinte como definição curta de desenvolvimento humano:

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam activamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos.

Posto isto, o desenvolvimento humano tem três componentes:

- *Bem-estar*: expansão das liberdades das pessoas – para que as pessoas possam prosperar.
- *Capacitação e agência*: habilitação das pessoas e dos grupos para que ajam – para gerar resultados valiosos.
- *Justiça*: expansão da equidade, sustentação dos resultados ao longo do tempo e respeito pelos direitos humanos e por outros objectivos da sociedade.

Há sempre escolhas políticas, embora as escolhas não deixem de ter limitações. Algumas são melhores para a redução da pobreza, para os direitos humanos e para a sustentabilidade – enquanto que outras favorecem as elites, desprezam a liberdade de associação e esgotam os recursos naturais. Os princípios da justiça têm de ser explícitos – para identificar compensações entre eles, como entre a equidade e a sustentabilidade, de modo a que os debates e as decisões a nível público sejam bem informados.

Quando o desenvolvimento humano é bem sucedido, as pessoas podem ser criativas e desfrutar das actividades e dos estados de ser que valorizam. O desenvolvimento humano não se preocupa apenas com as liberdades no papel. A capacidade para desfrutar de cuidados médicos requer que existam clínicas de saúde, que estas estejam providas de pessoal, que o pessoal vá trabalhar, que haja abastecimento de produtos médicos e que não seja recusado tratamento às pessoas, caso elas não possam pagar ou devido ao seu género, raça ou religião. É por isso que as capacidades são designadas liberdades “reais”. Os recursos, o rendimento e as instituições são

todos meios importantes e objectivos de políticas vitais; contudo, em última análise, o sucesso é avaliado em termos das vidas que as pessoas podem ter e de que podem desfrutar.

As liberdades de processos envolvem a capacitação e as práticas democráticas a níveis diferentes. Os indivíduos não são apenas os beneficiários do desenvolvimento. A visão, o engenho e a força que eles possuem são vitais para a promoção do seu bem-estar e do bem-estar dos outros. Se o direito à liberdade de expressão estiver consagrado na constituição mas for violado na prática, não existe essa capacidade. O desenvolvimento humano vê as pessoas como arquitectos do seu próprio desenvolvimento, tanto pessoalmente, nas famílias e nas comunidades, como colectivamente, no debate público, na acção partilhada e na prática democrática.

As pessoas capacitadas conseguem originar a mudança, seja na sua própria vida familiar ou profissional, seja nas suas comunidades, seja a uma escala maior. No âmago da abordagem às capacidades e da sua forte ligação à liberdade está uma preocupação com a aptidão das pessoas para moldarem os seus próprios destinos – o que Sen designa como a sua “agência”.⁵⁷ A capacitação requer agência e estruturas institucionais de apoio. As pessoas podem ser capacitadas em casa e no trabalho, na política, na comunidade e na sociedade. A capacitação tem a ver com as pessoas como indivíduos e com a sua acção em grupos – sejam eles cooperativas locais, sindicatos ou movimentos políticos nacionais de pressão a favor da mudança.

As liberdades políticas – tal como a democracia e as liberdades cívicas – têm valor intrínseco e são importantes em pelo menos dois aspectos adicionais.⁵⁸ Em primeiro lugar, conforme demonstrado por uma análise dos dados encomendados para este Relatório, os governos democráticos estão, em geral, mais aptos para a promoção dos objectivos do desenvolvimento humano,⁵⁹ como a diminuição da mortalidade infantil e o aumento dos níveis de instrução, em parte porque são mais responsabilizáveis. A responsabilização é necessária para traduzir a democracia em desenvolvimento humano, e as eleições, só por si, não proporcionam responsabilização suficiente para capacitar os pobres. Em segundo lugar, as liberdades políticas

possibilitam que as pessoas participem activamente nas discussões acerca dos objectivos e prioridades das políticas. Ao mesmo tempo, conforme discutido no capítulo 4, ainda que a responsabilização democrática influencie o desenvolvimento humano, não é garantia, e a prosperidade material e as boas realizações nos campos da saúde e da educação podem coexistir com práticas não democráticas.

As preocupações com a equidade no desenvolvimento humano traduzem-se directamente numa concentração de atenções explícita na desigualdade. Este Relatório explora a desigualdade em vários aspectos do desenvolvimento humano – uma vez que o rendimento é uma medida inadequada do leque completo da prosperidade humana, são necessárias medidas de distribuição mais amplas. O Relatório baseia-se em avanços analíticos recentes e em dados melhores para explorar as desigualdades na saúde e na educação – paralelamente ao rendimento – e a sua evolução ao longo do tempo.

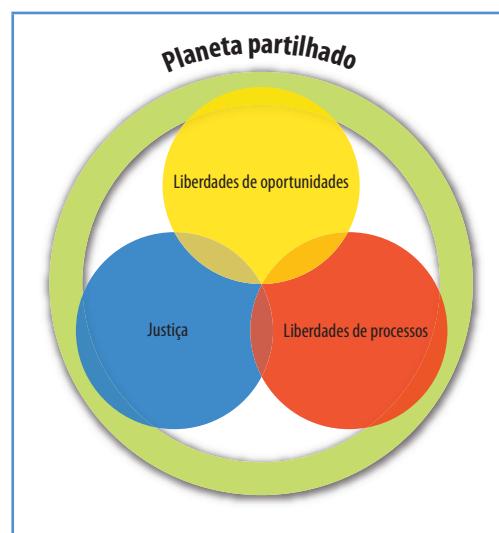
Actualmente, a Terra é habitada por quase sete mil milhões de pessoas. Algumas vivem em pobreza extrema, outras num luxo indulgente. Os limites do nosso planeta moldarão mais incisivamente o desenvolvimento humano nos anos vindouros do que durante os primeiros 20 anos do *RDH*. Tal como é reconhecido nos capítulos que se seguem, a realidade das alterações climáticas requer uma remodelação fundamental dos comportamentos e das aspirações de muitas pessoas e instituições em todo o mundo, um desafio que ainda tem de ser enfrentado.

A riqueza do conceito de desenvolvimento humano está ilustrada graficamente na figura 1.3, que representa os três componentes das capacidades. Estes estão relacionados com as oportunidades das pessoas, as liberdades de processos (que afectam a aptidão das pessoas para moldarem as suas vidas) e os princípios de justiça fulcrais delineados acima, que definem os processos e os resultados através das populações, do tempo e do espaço. Estes estão todos englobados numa faixa verde para reconhecer o ambiente partilhado. Estas liberdades estão interligadas e a sua expansão deve ser alcançada dentro dos limites estabelecidos pela partilha dos recursos limitados do planeta.

FIGURA
1.3

O conceito de desenvolvimento humano – num planeta partilhado

Quadro conceptual para o desenvolvimento humano



Fonte: GRDH com base em Alkire, 2010.

Países, comunidades e indivíduos diferentes darão importância a dimensões e princípios diferentes. O desenvolvimento humano apresenta a sua cultura, os seus valores e as suas prioridades actuais de uma forma que reflecte escolhas democráticas inclusivas. Muitas pessoas – activistas, líderes, intelectuais e muitos outros – ajudam a articular o desenvolvimento humano em contextos variados, como acontece com os *RDH* locais e nacionais, proporcionando às pessoas mais oportunidades, ao mesmo tempo que fomentam a sua aptidão para moldarem as suas vidas e promoverem a justiça em toda a sociedade, agora e para o futuro.

* * *

Os capítulos seguintes demonstram o valor e a compreensão que é possível alcançar a partir de uma perspectiva do desenvolvimento humano. As pessoas de todo o mundo conseguiram muito nas últimas duas décadas e agora enfrentamos desafios novos e urgentes – os produtos de transformações sociais, económicas e políticas que aceleraram na parte final do século XX. Estes desafios têm de ser enfrentados. Se o faremos e como o faremos são questões que definirão o desenvolvimento humano no século XXI.

Pensar sobre o futuro requer um olhar crítico sobre o passado. Neste capítulo e no seguinte, procuraremos avaliar a evolução das dimensões de desenvolvimento incluídas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH; saúde, educação e rendimento) e identificar os avanços e recuos. Registamos um progresso significativo mas também uma considerável variabilidade de país para país e ao longo do tempo. O progresso foi imenso na educação mas um pouco menor para a saúde e bastante mais variável no que diz respeito ao rendimento. Apesar dos avanços, persistem graves desigualdades. O fosso que separa os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento permanece grande e, em relação a alguns aspectos-chave, sem sinais de aproximação.

Conforme sublinhado no capítulo 1, o desenvolvimento humano engloba mais do que saúde, educação e rendimento. A possibilidade de se levar uma vida mais realizada depende das condições que as pessoas enfrentam, incluindo a distribuição dos benefícios na sua sociedade, as possibilidades de participação na tomada de decisões e o modo como as escolhas afectam o bem-estar das gerações futuras. Estas dimensões têm direito a uma análise individual mais adiante no capítulo 4.

As tendências desde a publicação do primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* (*RDH*) reflectem processos a longo prazo, pelo que este capítulo expande o período de análise. Investigaremos um conjunto de dados criado especialmente para o efeito abarcando as tendências de IDH para 135 países desde 1970. Faremos um resumo dos principais padrões e, em seguida, discutiremos o progresso em cada uma das três dimensões do IDH.

Tendências recentes no desenvolvimento humano: sob a perspectiva do Índice de Desenvolvimento Humano

O contributo do IDH é central no *RDH*. Tendo como propósito ser uma medida simples de desenvolvimento e uma alternativa ao produto interno bruto (PIB), regista o progresso em três capacidades básicas: viver uma vida longa e saudável, obter educação e conhecimentos e desfrutar de um padrão de vida digno. Nas palavras do fundador do *RDH*, Mahbub ul Haq, o IDH possui muitas das falhas do PIB mas é mais pertinente do ponto de vista da vida das pessoas.¹

O IDH ajuda a responder a algumas questões básicas sobre o progresso das sociedades, como, por exemplo, que países progrediram mais rapidamente e se os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos. Tais questões são frequentemente abordadas utilizando o rendimento. No entanto, obtém-se uma imagem muito mais clara do desenvolvimento a partir de medidas que consideram o progresso de forma mais ampla.

Desde o seu início, o IDH tem sido revisto várias vezes para resolver importantes críticas.² O seu 20.º aniversário é uma oportunidade para reforçar a credibilidade do IDH e assegurar a sua contínua relevância, assente em pontos fortes importantes e aprendendo com as principais iniciativas recentes e semelhantes em conceito. Entre elas estão o Global Project on Measuring the Progress of Societies (Projeto Global sobre a Aferição do Progresso das Sociedades) levado a cabo pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos e a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi. Neste relatório, introduzimos diversas melhorias nos indicadores e na construção do IDH (ver caixa 1.2 no capítulo 1 e Nota técnica 1 para mais detalhes).³

Conforme descrito no capítulo 1, este relatório introduz novos indicadores no IDH de modo a explorar uma maior quantidade

de dados disponíveis, em particular porque alguns indicadores (como é o caso da taxa de alfabetização) se tornaram menos necessários precisamente devido ao progresso constatado. No entanto, este capítulo e o seguinte têm como objectivo medir o passado e não apenas o presente. Para essa avaliação histórica, os dados dos indicadores originais (esperança de vida, taxa de alfabetização, taxas brutas de matrícula, e PIB per capita) estão disponíveis de forma mais ampla e permanecem pertinentes. Por conseguinte, este capítulo e o próximo utilizam uma combinação do IDH original com o novo (os indicadores originais e a nova forma funcional) à qual chamamos de IDH híbrido.⁴ (A caixa 2.1 define o IDH, o IDH híbrido e outros termos básicos utilizados neste relatório.) Por questões de simplificação, será designado como IDH nestes dois capítulos.

CAIXA 2.1

Termos básicos usados neste relatório

Convergência. Uma aproximação ao longo do tempo no fosso entre países relativamente a um determinado indicador.

País. Um termo generalista utilizado para designar países ou territórios, incluindo províncias e regiões administrativas especiais que submetem dados directamente a agências estatísticas internacionais.

Desenvolvidos/Em desenvolvimento. Os países pertencentes à categoria de IDH muito elevado (ver abaixo) são designados como desenvolvidos e os países que não fazem parte deste grupo são designados como em desenvolvimento. Os termos são usados apenas por motivos práticos, para distinguir os países que atingiram os níveis de IDH mais elevados.

Desvio do ajuste. Uma medida de progresso que regista as alterações nos indicadores de um país relativamente à mudança média para países partindo no mesmo ponto.

Índice de Desigualdade de Género (IDG). Uma medida que regista a perda em relação às metas devido a disparidades entre géneros nas dimensões de saúde reprodutiva, capacitação e participação na população activa. Os valores vão de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade total).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Uma medida composta com base nas metas das três dimensões básicas do desenvolvimento humano —uma vida longa e saudável, acesso à educação e um padrão de vida digno. Para uma comparabilidade mais facilitada, o valor médio das metas destas três dimensões é colocado numa escala de 0 a 1, onde o maior é melhor, e estes indicadores são agregados segundo médias geométricas (ver caixa 1.2 no capítulo 1).

IDH híbrido. O IDH calculado com base na nova forma funcional descrita no capítulo 1 e os indicadores usados no Relatório de

Desenvolvimento Humano (RDH) de 2009: esperança de vida, taxa de alfabetização, taxas brutas de matrícula e PIB per capita. Por razões que incluem uma maior quantidade de dados disponíveis, este método é mais adequado ao estudo das tendências a longo prazo conforme apresentado nos capítulos 2 e 3.

IDH ajustado à desigualdade (IDHAD). Uma medida do nível médio de desenvolvimento humano das pessoas numa sociedade onde a desigualdade é um factor tido em consideração. Regista o IDH da pessoa média na sociedade, que é inferior ao IDH agregado quando existe desigualdade na distribuição de saúde, educação e rendimento. Em casos de perfeita igualdade, o IDH e o IDHAD são iguais; quanto maior a diferença entre ambos, maior é a desigualdade.

Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Uma medida que incide nas privações graves ao nível da saúde, educação e padrões de vida que combina o número de pessoas em privação e a intensidade da respectiva privação.

Melhores e piores desempenhos. Os países que registaram os maiores e os menores progressos no sentido de melhorar o seu IDH, conforme medido pelo critério de desvio do ajuste.

Grupos de IDH muito elevado, elevado, médio e baixo. Classificações dos países com base nos quartis do IDH. Um país está no grupo mais elevado se o seu IDH estiver no quartil superior, no grupo elevado se o seu IDH estiver entre 51–75 percentis, no grupo médio se o seu IDH se situar entre 26–50 percentis e no último grupo se o seu IDH se situar no quartil inferior. Os RDH mais antigos utilizavam limites absolutos em vez de limites relativos.

Nota: Ver capítulo 5 e Notas técnicas 1–4 para detalhes sobre os novos índices.

Padrões gerais

Pela primeira vez desde 1990, este relatório fornece um estudo sistemático de padrões e tendências no desenvolvimento humano; esforços anteriores foram dificultados pela escassez de dados.⁵ A análise tem como base um novo conjunto de dados de tendências de desenvolvimento humano desde 1970, abarcando 135 países que compõem 92% da população do mundo.⁶

Medido em termos de IDH, o progresso no mundo têm sido bastante impressionante (figura 2.1). A média do IDH no mundo subiu de 0,57 em 1990 para 0,68 em 2010, continuando a tendência crescente desde 1970, situando-se na altura em 0,48 (tabela 2.1).⁷ Este aumento reflecte uma melhoria agregada em cerca de um quarto nos indicadores de saúde e educação e uma duplicação do rendimento per capita.⁸

As medidas globais agregadas são fortemente influenciadas pelas duas nações mais populosas – China e Índia. Mesmo assim, os valores globais não ponderados pela população (e, por conseguinte, reflectindo o desempenho médio do país) apresentam um progresso semelhante.⁹

Verificaram-se avanços no IDH em todas as regiões e em quase todos os países (ver tabela 2.1). O progresso mais célebre foi registado na Ásia Oriental e Pacífico, seguido pelo Sul da Ásia e, depois, pelos Estados Árabes. Todos excepto 3 dos 135 países apresentam um nível de desenvolvimento humano mais elevado do que em 1970—as excepções são a República Democrática do Congo, Zâmbia e Zimbabué.

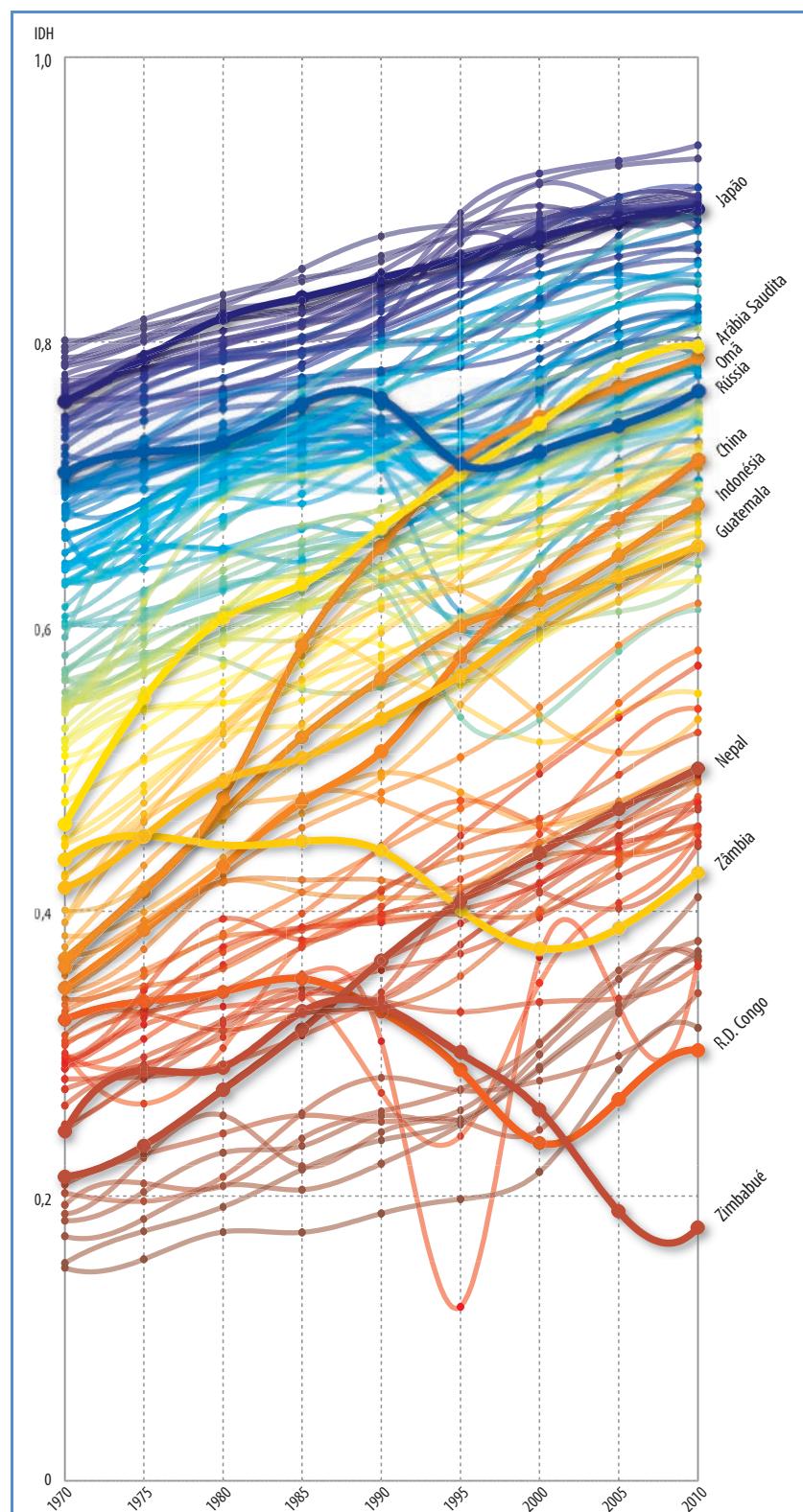
Que países foram mais bem sucedidos em aumentar o desenvolvimento humano das suas populações? A tabela 2.2 apresenta os 10 melhores desempenhos: os países com o mais rápido aumento de IDH na nossa amostra. Estes novos resultados trazem algumas perspectivas interessantes, bem como contrastes inesperados.

O progresso de um país em termos de desenvolvimento humano pode ser medido de várias formas e que países são classificados como melhores desempenhos depende do padrão usado para avaliar a mudança.¹⁰ Este relatório usa o desvio do ajuste (o desvio de um país em relação à sua melhoria prevista com base no seu IDH inicial e na melhoria dos países partindo

FIGURA
2.1

Progresso global, variabilidade significativa

Tendências mundiais do Índice de Desenvolvimento Humano, 1970-2010



Nota: Os resultados são para uma amostra de 135 países baseada no IDH híbrido descrito na caixa 2.1. As principais subidas (conforme definido na caixa 2.1) são de Omã, China, Nepal, Indonésia e Arábia Saudita; as principais quedas são de R.D. Congo, Zâmbia e Zimbabué.

Fonte: Hidalgo (2010) com base em cálculos do GRDH efectuados a partir da base de dados do GRDH.

**TABELA
2.1**
Melhoramentos generalizados do Índice de Desenvolvimento Humano desde 1970

Tendências do IDH híbrido e componentes por grupos regionais e de IDH, 135 países, 1970-2010

	IDH híbrido			Esperança de vida			Alfabetização			Matrículas brutas			Rendimento		
	Valor	% Alteração	2010	Valor	% Alteração	2010	Valor	% Alteração	2010	Valor	% Alteração	2010	Valor	% Alteração	
	1970 – 2010	1990–2010		1970 – 2010	1990–2010		1970 – 2010	1990–2010		1970 – 2010	1990–2010		1970 – 2010	1990–2010	
Agrupamentos regionais															
Países em desenvolvimento	0,64	57	23	68	21	8	81	61	21	66	28	24	5.873	184	89
Estados Árabes	0,66	65	20	70	37	10	74	149	41	64	89	22	8.603	66	44
Ásia Oriental e Pacífico	0,71	96	35	73	23	9	94	76	18	69	7	31	6.504	1.183	352
Europa e Ásia Central	0,75	13	4	69	3	2	97	7	2	82	17	7	11.866	120	20
América Latina e Caraíbas	0,77	32	12	74	24	9	92	27	10	83	59	16	11.092	88	42
Ásia do Sul	0,57	72	31	65	33	12	66	113	46	59	64	29	3.398	162	119
África Subsariana	0,43	53	21	52	19	7	65	183	43	54	109	42	1.466	20	28
Países desenvolvidos	0,89	18	7	80	13	6	99	2	1	92	33	14	37.185	126	38
OCDE	0,89	18	7	80	13	6	99	2	1	93	33	14	37.105	125	38
Não-OCDE	0,86	24	9	80	14	7	96	13	6	79	29	10	40.043	263	58
Grupos de IDH															
Baixo	0,44	61	27	55	27	11	63	180	48	52	98	43	1.434	33	44
Médio	0,65	83	31	69	25	9	82	79	24	65	21	28	5.010	606	237
Elevado	0,77	24	9	73	15	7	93	20	8	82	38	13	12.610	94	35
Muito elevado	0,89	18	7	80	13	6	99	2	1	92	33	14	37.185	126	38
Quartis do IDH híbrido de 1970															
1 (o mais baixo)	0,60	82	32	66	22	8	76	96	29	61	23	33	4.323	560	250
2	0,69	51	16	71	34	11	88	53	15	74	55	16	7.334	110	53
3	0,79	24	9	75	15	6	96	11	4	85	36	16	14.486	152	54
4 (o mais elevado)	0,88	16	6	79	11	5	99	1	0	91	29	11	34.585	122	36
Média mundial	0,68	41	18	70	18	7	83	39	15	70	26	20	10.645	107	47

Nota: Todos os valores são ponderados em termos de população. A esperança de vida está em anos, a alfabetização e as matrículas brutas estão em percentagens e o rendimento está em paridade de poder de compra de USD em 2008. Consultar as Definições de termos estatísticos para descrições mais pormenorizadas. A amostra cobre 135 países e, por conseguinte, os agregados por grupos podem diferir dos apresentados nas tabelas estatísticas 1–17. O IDH híbrido é distinto do IDH de 2010 apresentado nas tabelas estatísticas 1 e 2: usa a mesma forma funcional, mas um conjunto diferente de indicadores disponíveis para um período de tempo mais longo (consultar a caixa 2.1). Os grupos de IDH baseiam-se no IDH de 2010.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

de um ponto semelhante) como a medida de progresso dos países ao longo do tempo.¹¹ A figura 2.2 ilustra como o método funciona: selecciona os países cuja melhoria está mais distante, acima ou abaixo do esperado, com base no seu nível inicial de desenvolvimento. Esta medida assenta numa investigação inicial conduzida por Gustav Ranis e Frances Stewart, que avaliaram o progresso de um país em relação ao grupo de IDH a que pertenciam.¹²

Os melhores desempenhos incluem vários países da Ásia Oriental e do Sul da Ásia, bem como Estados Árabes (tanto do Norte da África como da região do Golfo, rica em

petróleo). Omã, um país que beneficiou da descoberta do petróleo no início do período em análise, ocupa o primeiro lugar da lista, seguido pela China, Nepal e Indonésia. Uma vez que o método usado para avaliar o progresso compara os países com semelhantes níveis de IDH iniciais, surgem na lista alguns países que registaram um progresso rápido a partir de pontos de partida inferiores, como o Nepal e a República Democrática Popular do Laos. Uma discussão mais aprofundada de alguns destes casos, bem como de outros de experiências menos positivas, é fornecida na caixa 2.2 e na caixa 3.3 no capítulo 3.

TABELA 2.2

O progresso mais rápido no desenvolvimento humano surge de diferentes formas

Principais subidas no IDH, no IDH de não-rendimento e no PIB, 1970-2010

Posição	IDH	Melhoramentos no	
		IDH de não-rendimento	Rendimento
1	Omã	Omã	China
2	China	Nepal	Botswana
3	Nepal	Arábia Saudita	Coreia do Sul
4	Indonésia	Líbia	Hong Kong, China
5	Arábia Saudita	Argélia	Malásia
6	RPD Laos	Tunísia	Indonésia
7	Tunísia	Irão	Malta
8	Coreia do Sul	Etiópia	Vietname
9	Argélia	Coreia do Sul	Maurícia
10	Marrocos	Indonésia	Índia

Nota: Os melhoramentos no IDH e no IDH de não-rendimento são medidos pelo desvio do ajuste – o grau de sucesso de um país em relação a outros países, partindo do mesmo ponto (consultar a caixa 2.1). Os melhoramentos no rendimento são medidos pela taxa anual de crescimento percentual em termos de PIB per capita.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

Surpreendentemente, esta lista contém vários países que não são habitualmente descritos como casos de sucesso. Tal deve-se ao facto de vários países integrarem a nossa lista dos 10 melhores graças aos seus elevados resultados na saúde e educação, incluindo alguns casos em que o desempenho de crescimento não foi extraordinário. Portanto, a nossa lista é diferente, por exemplo, da apresentada pela Comissão Spence sobre o Crescimento e o Desenvolvimento.¹³

Igualmente notória é a ausência geral de sobreposição entre os melhores desempenhos no crescimento e os melhores desempenhos na saúde e educação. Apenas a Indonésia e a Coreia do Sul figuram entre os 10 melhores tanto para as dimensões de rendimento como para as de não-rendimento. Dos restantes oito países, cinco entram na lista através de níveis de saúde e educação mais elevados; apenas um (China) o consegue exclusivamente através do seu desempenho no crescimento. A nova forma funcional do IDH reconhece um desenvolvimento equilibrado, de modo que dois países com um progresso relativamente elevado nas dimensões de rendimento e não-rendimento (República Democrática Popular do Laos e Marrocos)

conseguem classificar-se entre os melhores desempenhos.

Apesar de não haver nenhum país da África Subsariana nos dez melhores, a Etiópia surge na 11.^a posição e vários países africanos fazem parte dos 25 melhores (caixa 2.2). Talvez o mais gritante seja a ausência de quaisquer países da América Latina: o melhor desempenho, a Guatemala, surge na 22.^a posição. Mesmo assim, a lista dos melhores desempenhos é diversificada não apenas em relação à origem geográfica mas também no modo como os países são bem sucedidos.

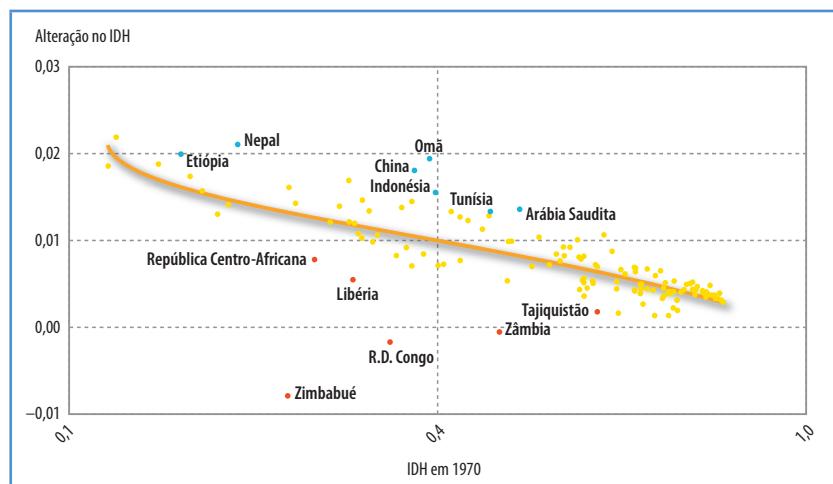
Convergência—em grande

O IDH pode ajudar a avaliar se os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos. Esta questão encontra geralmente resposta se olharmos para uma medida de diferenciação num indicador em particular entre os países pobres e os países ricos ou avaliando se os países menos desenvolvidos estão a progredir mais rapidamente do que os mais desenvolvidos. Muitos investigadores estudaram esta questão usando o PIB como medida de desenvolvimento. A conclusão geral é de que o fosso está a aumentar.¹⁴

FIGURA 2.2

As principais subidas variam entre regiões, mas as principais descidas concentram-se em África

Principais subidas e descidas conforme medição pelo desvio do ajuste, 1970-2010



Nota: Os valores do IDH em 1970 estão em escala logarítmica.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

A África Subsariana é normalmente considerada como a região que enfrenta os maiores desafios em termos de desenvolvimento humano. Em todas as dimensões, apresenta os indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos de qualquer região. No entanto, vários países africanos têm registado consideráveis avanços no desenvolvimento humano. A Etiópia está na 11.^a posição em termos de progresso ao longo do tempo; Botsuana, Benim e Burkina Faso estão também entre os primeiros 25 países com o progresso mais rápido ao nível de desenvolvimento humano.

Tomemos o caso do Burkina Faso. Surgir como um dos melhores desempenhos pode parecer surpreendente: está na 126.^a posição do IDH referente aos 135 países que compõem a nossa amostra. Mas o país conseguiu grandes avanços no IDH desde 1970, altura em que ocupava a 134.^a posição.

As políticas públicas terão contribuído para tal: classificou-se em sexto entre os países com crescimento mais rápido no acesso a fontes de água melhoradas desde 1970. O acesso a serviços básicos expandiu-se, com as taxas de matrícula no ensino primário a subir dos 44% em 1999 para os 67% em 2007. Apesar da rápida mudança demográfica, a pobreza de rendimento (medida com base na percentagem de população vivendo com menos de 1,25 USD por dia) diminuiu em 14 pontos percentuais para 57% entre 1994 e 2003.

O facto do Burkina Faso fazer parte dos melhores desempenhos ilustra como funciona o nosso método para avaliar o progresso, comparando os países com outros em semelhantes pontos de partida. De facto, outros países com semelhantes pontos de partida registaram implosões económicas e sociais enquanto o Burkina Faso aumentou o seu IDH em mais do dobro. Os nossos resultados também trazem à luz o debate acerca do “paradoxo de Burkina”: desempenhos de desenvolvimento humano baixos apesar do crescimento e da estabilidade macroeconómica. Quando o progresso é avaliado através de alterações ao longo do tempo e comparado com o de outros países com pontos de partida

semelhantes, o paradoxo desaparece.

Por oposição, alguns países africanos têm assistido a dramáticos retrocessos no desenvolvimento humano. É nesta região que estão os três únicos países cujo IDH é mais baixo hoje do que em 1970: a República Democrática do Congo, a Zâmbia e o Zimbabué.

A Zâmbia registou declínios na esperança de vida, taxas brutas de matrícula e rendimento por diversos motivos. O colapso dos preços do cobre em 1980 despoletou uma longa depressão que contraiu a economia em um terço. Os rendimentos têm ainda de regressar aos níveis anteriores. O país também se ressentiu das vagas de refugiados em fuga das respectivas guerras civis em Angola e Moçambique, seus vizinhos, e da epidemia de VIH, que fez com que o país apresentasse a quinta taxa mais elevada de prevalência de VIH no mundo. A falta de recursos e a epidemia de VIH afectaram a prestação de serviços públicos. O capítulo 4 revela que 63% dos zambianos sofrem de pobreza multidimensional, vivendo com o equivalente a menos de 1,25 USD por dia.

O Zimbabué fora frequentemente elogiado pelas políticas sociais modernas adoptadas após o derrube do domínio da minoria branca. Nos anos 80 verificou-se um aumento rápido da despesa pública na saúde e educação, em particular, com água, saneamento, centros de saúde e escolas em zonas rurais. As taxas de mortalidade infantil foram reduzidas em metade entre 1980 e 1993 e as taxas de imunização das crianças subiram de 25% para 80%. Contudo, o governo teve dificuldades em sustentar a expansão, particularmente, quando se deu o colapso da economia devido à fraca gestão económica. O IDH desceu de 0.34 em 1990 para 0.26 em 2000, descida esta motivada pela contracção de três dos quatro indicadores utilizados para calcular o IDH, sendo a taxa de alfabetização a excepção. A pobreza de rendimento aumentou e as pessoas reagiram mudando-se para as cidades ou países vizinhos. A epidemia de VIH foi mais um abalo, acentuando as dificuldades dos serviços públicos. A taxa de pobreza de rendimento situa-se actualmente em 62% (tendo subido de 42% em 1995).

Fonte: Banco Mundial 2009a, 2010g; Grimm e Gunther 2004; PNUD Zâmbia 1997; PNUD 1998; OMS 2010b; Mwabu e Fosu 2010.

Recuperação

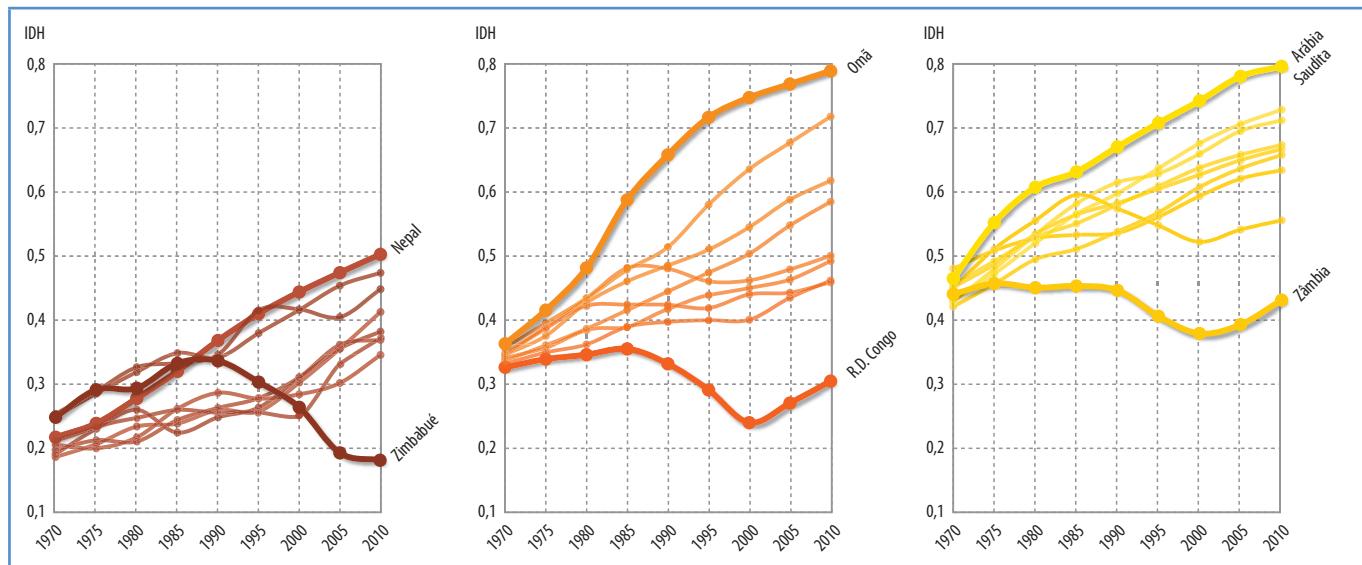
O IDH tem, no entanto, uma história mais optimista. No geral, os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos no IDH (ver tabela 2.1). O fosso do IDH entre países em desenvolvimento e desenvolvidos diminuiu em cerca de um quinto entre 1990 e 2010 (e em cerca de um quarto desde 1970). Por exemplo, o IDH aumentou mais do dobro para o Mali (de 0.17 para 0.37), Nepal (de 0.22 para 0.50) e Omã (de 0.36 para 0.79). São, efectivamente, boas notícias que tal tenha acontecido apesar da grande divergência nos rendimentos.¹⁵

Poder-se-ia suspeitar que esta convergência seria uma construção do IDH que está preso ao valor 1 ou de alguns indicadores, como a taxa de alfabetização, que possuem limites superiores naturais.¹⁶ Ainda que estes factores contribuam para a convergência, não são a única explicação. A dispersão caiu de forma significativa para todas as variáveis de saúde e educação consideradas no IDH, incluindo as variáveis cuja existência de um limite superior é questionável.¹⁷ Por outro lado, os rendimentos apresentam uma maior divergência. Testes estatísticos confirmam que os limites superiores nestas variáveis não geram convergência.¹⁸

FIGURA 2.3

Diversidade de percursos

Evolução do IDH desde pontos de partida semelhantes em 1970



Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

Mas, mesmo que os limites contribuam para a convergência, mantém-se o resultado concreto (de que os desempenhos na saúde e educação estão a aproximar-se entre países pobres e países ricos).¹⁹

Consideremos a esperança de vida. Uma pessoa nascida na Gâmbia em 1970 teria uma esperança de vida de 41 anos, ou seja, cerca de 33 anos a menos do que uma pessoa nascida na Noruega. Até 2010 a esperança de vida na Gâmbia aumentou 16 anos (para 57) mas na Noruega aumentou apenas 7 anos. Embora a discrepança na esperança de vida entre a Noruega e a Gâmbia seja ainda elevada (24 anos), diminuiu em mais de um quarto.

Portanto, em média, viver num país em desenvolvimento hoje (pelo menos em termos destes indicadores de saúde e educação básicos) é mais semelhante a viver num país desenvolvido do que há 40 ou mesmo 20 anos. No entanto, tal não é válido para todos os países em desenvolvimento. Em vários países, principalmente na África Austral e na antiga União Soviética, a esperança de vida diminuiu. Um pequeno grupo de países, incluindo, de forma bastante surpreendente, a China, tem registado igualmente quebras nos valores brutos de matrícula.²⁰

Além disso, em vários outros casos de algumas melhorias absolutas, como Arménia e Trindade e Tobago, estas não foram suficientes para diminuir o fosso que os divide dos países desenvolvidos. No entanto, de uma maneira geral, a maioria dos países em desenvolvimento assistiu a progresso rápido e significativo na saúde e na educação.

Uma preocupação mais difícil de abordar devido à falta de dados é a possibilidade da qualidade dos serviços de saúde e educação estar a divergir entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.²¹ Esta preocupação sublinha a importância do plano de medição no capítulo 6.

Variabilidade local

Nem todos os países têm assistido a um progresso rápido e a variação é bem evidente. Ao longo das quatro últimas décadas, um quarto dos países em desenvolvimento registou um aumento inferior a 20%, enquanto outro quarto registou um aumento superior a 65%. Desde 1990, 10 países não assistiram a uma melhoria geral no IDH.²² A recente crise financeira e a crise financeira na Ásia Oriental de 1997–1998 lembra-nos que o progresso não é linear, mesmo para países com bom

**Se ainda morressem
crianças de acordo com
as elevadas taxas
prevaleentes no final dos
anos 70, morreriam mais
6,7 milhões de crianças
em cada ano**

desempenho. As crises económicas podem abalar severamente os países. Do mesmo modo, há impactos que afectam a saúde e a educação directamente, como epidemias e desastres naturais.

Em alguma medida, estas diferenças nas taxas de progresso reflectem diferentes pontos de partida; convergência significa que os países menos desenvolvidos tendem, em média, a melhorar mais rapidamente do que os mais desenvolvidos. No entanto, metade da variação no progresso do IDH não é explicada pelo respectivo nível inicial, e países com pontos de partida semelhantes registaram evoluções extraordinariamente diferentes ao longo do tempo (figura 2.3). Estes factos sugerem que os factores dos países, como sejam instituições, a própria geografia e políticas, ou mesmo uma questão de sorte (boa e má), são importantes para determinar os resultados.

Consideremos Marrocos e Costa do Marfim. Medidos pelas variáveis consideradas no IDH, apresentam semelhantes níveis de desenvolvimento em 1970 e, por conseguinte, seria esperado

que apresentassem percursos de desenvolvimento parecidos. No entanto, as suas trajectórias de desenvolvimento humano divergem largamente. Ao longo de 40 anos até 2010, a esperança de vida aumentou 20 anos em Marrocos mas apenas 11 anos na Costa do Marfim. Nos dias de hoje, 61% das crianças marroquinas estão inscritas em escolas, bem mais do que os 38% verificados na Costa do Marfim; o rendimento per capita de Marrocos é 2,7 vezes o da Costa do Marfim.

Existe uma história por detrás destas diferenças. A instabilidade política e uma longa guerra civil fizeram com que a Costa do Marfim se atrasasse, enquanto políticas sociais activas parecem ter feito uma enorme diferença em Marrocos. Compreender as causas destas variações é de enorme importância em termos de políticas, causas essas que serão exploradas em detalhe no próximo capítulo.

Em termos de concepção, o IDH oferece apenas uma avaliação resumida do progresso. É necessário olhar para o que aconteceu em cada uma das dimensões: é o que faremos nas respectivas secções que se seguem.

Vidas mais longas, melhor saúde

Muitos países obtiveram grandes ganhos na esperança de vida. Espera-se que um bebé nascido hoje em dia praticamente em qualquer país viva mais do que em qualquer outro momento na História. A esperança de vida subiu na maior parte dos Estados Árabes em mais de 18 anos desde 1970 (pouco mais do que um terço). Mesmo na África Subsariana, a esperança de vida é oito anos maior do que em 1970. Os aumentos na longevidade foram duas vezes mais rápidos no quartil inferior dos países da distribuição de IDH de 1970 do que no quartil superior. Em vários países em desenvolvimento, incluindo Chile e Malásia, as taxas de mortalidade foram reduzidas em cerca de 60% em relação ao que eram há 30 anos.

A figura 2.4 ilustra a extensão e a amplitude deste progresso. Juntamente com os valores dos países referentes à esperança de vida indicados no painel do lado esquerdo, apresentamos um gráfico de “imagem térmica” no painel do lado direito que nos ajuda a ver onde os países se aglomeram na distribuição das metas de saúde.

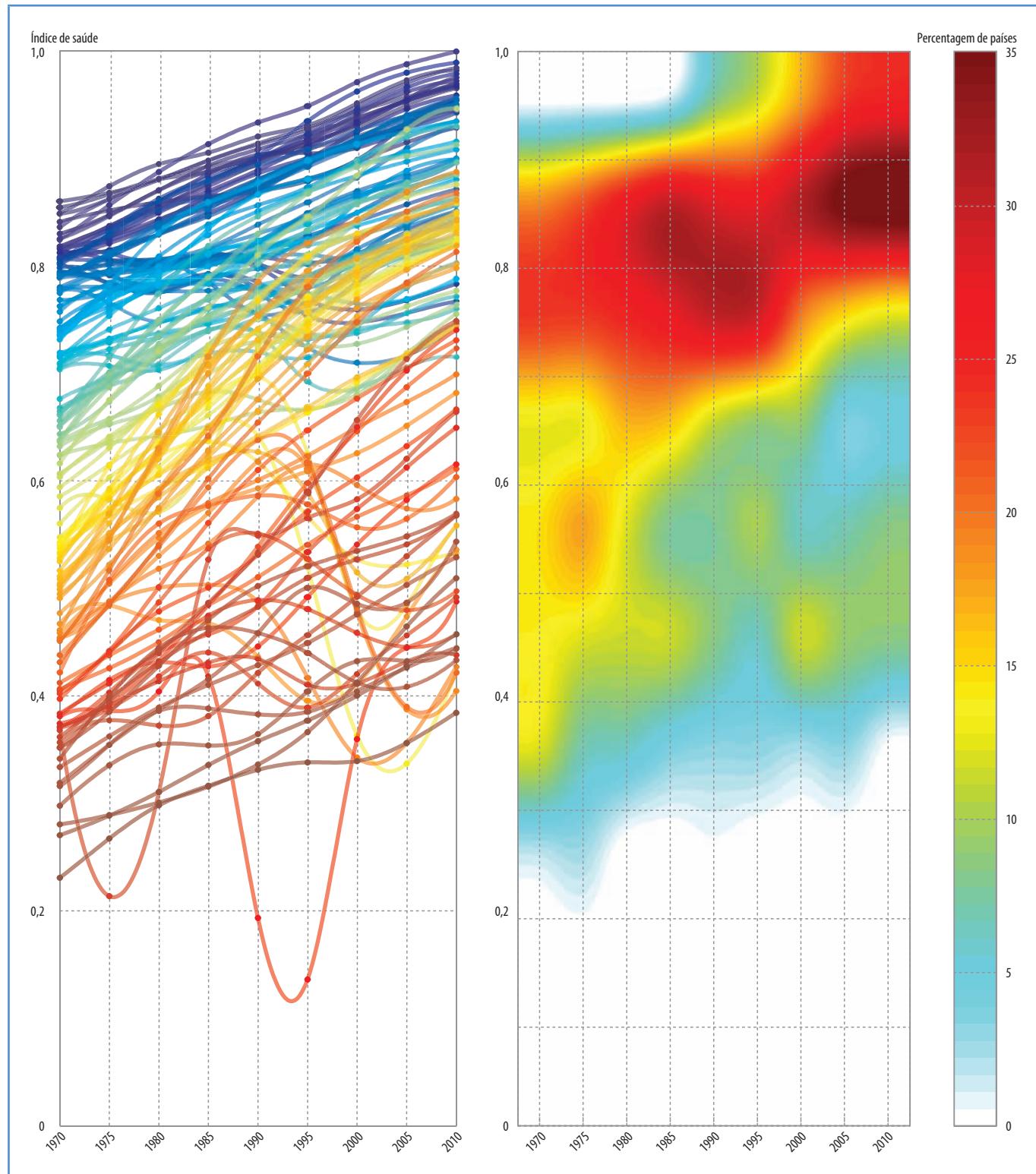
As áreas “mais quentes” (em tons de vermelho e amarelo) mostram que muitos países se aglomeram em níveis elevados de esperança de vida, com muito poucos ainda nos níveis mais baixos (a verde e azul). Este padrão de aglomeração em níveis elevados é evidente para a saúde e educação mas não, como veremos em seguida, relativamente ao rendimento (ver figuras 2.7 e 2.10 mais à frente no capítulo).²³ Contudo, embora a esperança de vida tenha aumentado para a maior parte dos países, alguns assistiram a acentuados declínios. Esta situação é também devidamente ilustrada pelo gráfico térmico, que mostra algumas áreas de “calor” (sombreadas a amarelo) em direcção à parte inferior do painel direito.

A que corresponde este progresso? As taxas de mortalidade baixaram mais depressa para os bebés e crianças do que para os adultos. Se ainda morressem crianças de acordo com as elevadas taxas prevalentes no final dos anos 70, morreriam mais 6,7 milhões de crianças em cada ano.²⁴ O progresso absoluto foi mais rápido

FIGURA 2.4

Progresso na saúde

Tendências mundiais da esperança de vida, 1970-2010



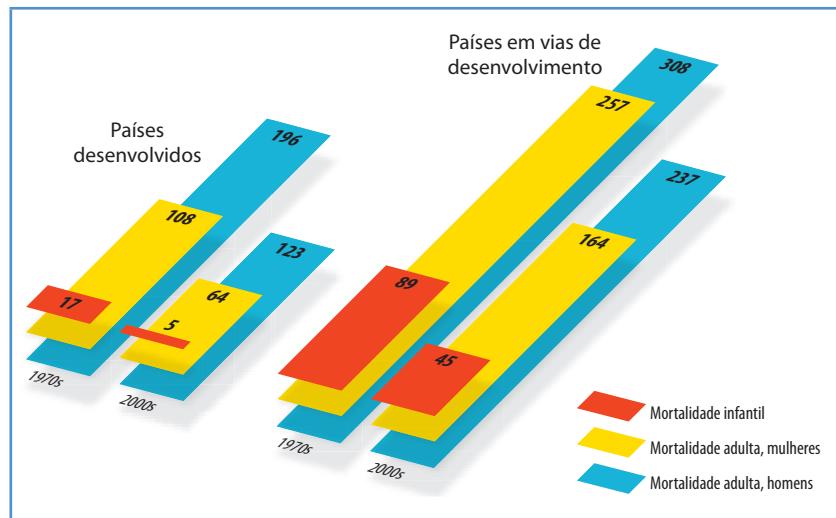
Nota: Os resultados são para uma amostra de 135 países baseada no IDH híbrido descrito na caixa 2.1. O índice de saúde é calculado pela aplicação da metodologia apresentada na *Nota técnica 1* à esperança de vida e, por conseguinte, representa o contributo da dimensão da saúde para o IDH híbrido e para o IDH. O painel esquerdo mostra a série cronológica para cada país; o painel direito representa a distribuição relativa dos países, com as cores mais próximas do vermelho a denotarem uma proporção de países mais elevada na zona correspondente.

Fonte: Hidalgo (2010) com base em cálculos do GRDH efectuados a partir da base de dados do GRDH.

FIGURA 2.5

Progresso em indicadores fundamentais de saúde, mas os países em vias de desenvolvimento ainda com atraso

Indicadores de saúde seleccionados, décadas de 1970 e 2000



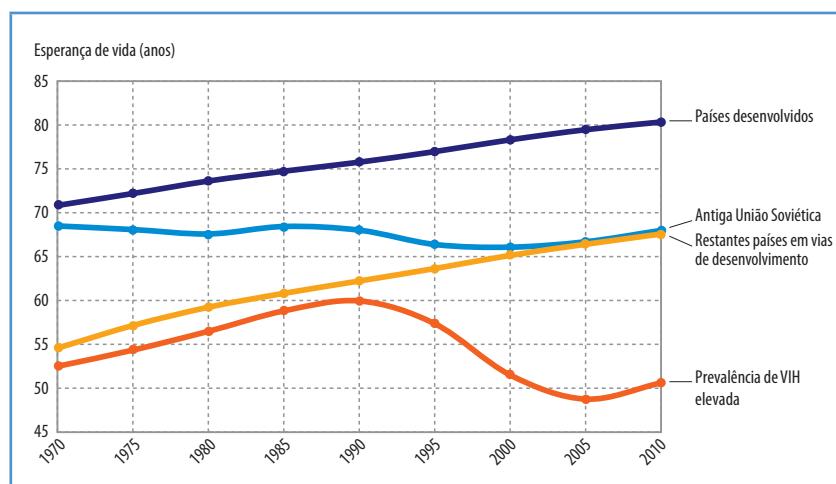
Nota: A mortalidade infantil é o número de mortes por cada 1000 nados vivos; a mortalidade adulta é o número de mortes por cada 1000 adultos.

Fonte: Cálculos do GRDH com base em dados do Banco Mundial (2010g).

FIGURA 2.6

Declínios na esperança de vida na antiga União Soviética e em países severamente afectados pelo VIH

Tendências na esperança de vida no mundo, 1970-2010



Nota: Um país é considerado como tendo uma prevalência de VIH elevada se a taxa exceder os 15%, o que é o caso de sete países da nossa amostra (Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué).

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

em países em desenvolvimento entre a década de 1970 e a primeira década do novo milénio (figura 2.5). De 1970 a 2005, por exemplo, a mortalidade infantil diminuiu em 59 por 1000 nados-vivos em países em desenvolvimento, quase quatro vezes a redução de 16 por 1000 em

países desenvolvidos. No entanto, o declínio na percentagem continua a ser mais rápido em países desenvolvidos (77%) do que em países em desenvolvimento (59%).²⁵ Permanecem enormes fossos ao nível da saúde, com oito vezes mais mortes de bebés por 1000 nados-vivos em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos. Menos de 1% das mortes de crianças ocorre em países desenvolvidos.²⁶

As taxas de mortalidade maternal também desceram, apesar de não se saber com exactidão em quanto. As estimativas das Nações Unidas apresentam um modesto declínio de 5% desde 1990, de 430 mortes por 100 000 nados-vivos para 400.²⁷ Um estudo recente usando dados essenciais de registos, censos, inquéritos e estudos de autópsias verbais constatou níveis mais baixos de mortalidade maternal e um declínio relativamente rápido de 22% (de 320 por 100 000 para 251) no mesmo período.²⁸ Estes dados indicam que mesmo os cinco países no fundo da tabela (Mauritânia, Eritreia, Angola, Serra Leoa e Guiné-Bissau) reduziram a mortalidade maternal (de 1159 por 100 000 nados-vivos para 711). Outras estimativas coincidem numa avaliação básica: o progresso é bastante mais lento do que o necessário para atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de reduzir as mortes maternas em três quartos entre 1990 e 2015.²⁹

O progresso abrandou

O progresso na saúde abrandou desde 1990. A média da longevidade aumentou em cerca de seis anos entre os anos 70 e 90 mas apenas quatro anos nas duas décadas seguintes.³⁰ A mortalidade nos adultos baixou, desde os anos 90, 23% para as mulheres e 6% para os homens, um ritmo bastante mais lento do que os declínios de 27% e 26% nas duas décadas anteriores. As taxas de mortalidade infantil também foram diminuindo mais lentamente.

Este abrandamento no progresso agregado deve-se largamente a graves retrocessos em 19 países (onde habitam cerca de 6% da população mundial) que registaram declínios na esperança de vida nas últimas duas décadas. Em nove países, a esperança de vida desceu abaix

dos níveis de 1970: seis em África (República Democrática do Congo, Lesoto, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué) e três na antiga União Soviética (Bielorrússia, Federação Russa e Ucrânia). Na origem destes declínios estão a epidemia de VIH e o retrocesso na mortalidade nas economias em transição. Estes fenómenos têm sido, em parte, compensados pela convergência nos resultados na saúde observados após 1990, apesar de se verificar alguma convergência, embora lenta, entre os restantes países em desenvolvimento e desenvolvidos (figura 2.6).³¹

O declínio em vários países da África Subsariana pode ser claramente ligado à epidemia de VIH. Desde os anos 80, a SIDA reduziu a esperança de vida na África Austral, onde as taxas de prevalência de VIH nos adultos ainda excedem os 15%.³² Nos países mais afectados, a esperança de vida está agora abaixo dos 51 anos; no Lesoto, situa-se nos 46, um nível semelhante ao de Inglaterra antes da Revolução Industrial. Desde 2000, as taxas de prevalência de VIH parecem ter estabilizado (apesar de, nalguns casos, se manterem em níveis muito elevados) e a maior parte da África Austral assistiu recentemente a uma recuperação na esperança de vida. As excepções: Lesoto, África do Sul e Suazilândia, que registaram sucessivos declínios (na ordem de quatro anos) ao longo da última década.

Os declínios na esperança de vida na antiga União Soviética concentraram-se nos homens. Na Federação Russa, a esperança de vida dos homens caiu vertiginosamente 7 anos de 1989 a 1994. Existe um grande debate relativamente às causas.³³ O consumo de álcool e, após 1990, a pressão durante a transição para uma economia de mercado (com elevada inflação, desemprego e incerteza) parecem ser importantes factores que explicam as tendências, apesar de não ser fácil separar os efeitos uns dos outros.³⁴ Um estudo revelou que 21% de 25 000 homens autopsiados na Sibéria entre 1990 e 2004, cujas mortes foram atribuídas a doenças vasculares, apresentavam níveis letais ou quase letais de concentração de etanol no sangue.³⁵

No entanto, ninguém pode simplesmente concluir que a transição para uma economia de mercado foi o principal impulsionador de uma

maior mortalidade. Algumas economias de transição com um semelhante agravamento inicial na mortalidade, incluindo o Quirguizistão e Montenegro, assistiram a uma rápida recuperação no início do novo milénio. Além disso, o declínio na esperança de vida na antiga União Soviética começou antes da transição: diminuiu em 1 ano nos anos 70, numa altura em que a esperança de vida no mundo estava a aumentar em 3,5 anos.³⁶

Muitos factores, além da doença, afectam as tendências da mortalidade. O envolvimento do sector público tem sido importante com notáveis mudanças ao longo do tempo e entre países. Foram introduzidas as taxas dos serviços de saúde em África no final dos anos 80 e posteriormente postas em causa por diversas razões, incluindo a limitada receita angariada.³⁷ Vários países na África Austral e Oriental aboliram recentemente as taxas para alguns serviços de saúde preventiva para mulheres grávidas, bebés e crianças pequenas. Há dados relativos a efeitos positivos imediatos, com uma maior utilização dos serviços de saúde por parte de crianças pequenas. Após o Uganda abolir as taxas em 2001, o tratamento de novos casos aumentou 19% relativamente a crianças abaixo dos cinco anos e, nos dois anos seguintes, a utilização das unidades de saúde governamentais em áreas rurais aumentou 77%.³⁸

A saúde é também afectada por conflitos, que não só resultam em mortes e ferimentos mas também em sobrecargas para os sistemas de saúde públicos, destruição das infra-estruturas para a distribuição de medicamentos e imunização, além de deixar as populações vulneráveis a doenças ou situações mais graves ainda.³⁹ O conflito generalizado, como no Afeganistão (1979–1989; 2001–hoje), Cambodja (1967–1999, de forma intermitente) e Moçambique (1975–1992), pode infligir imensos danos na saúde das pessoas.⁴⁰

No entanto, as histórias variam de país para país, dependendo da natureza e da intensidade do conflito e da resposta humanitária. Os conflitos em áreas mais isoladas não têm afectado de forma adversa os resultados medidos a nível nacional (como a insurreição no norte do Uganda), enquanto alguns países conseguiram inclusivamente fazer progressos na saúde,

A saúde é afectada por conflitos, criando sobrecargas para os sistemas de saúde públicos

Ir dormir com fome, ou adormecer devido à falta de energia, é uma das maiores privações concretas que as pessoas podem enfrentar

graças a grandes esforços humanitários para a prestação de serviços básicos. Tal foi o caso, por exemplo, no Afeganistão, que registou quebras de 25% nas taxas de mortalidade de bebés e crianças abaixo dos cinco anos de 2002 a 2004, graças aos grandes esforços na construção de centros de saúde e hospitais distritais, formação de funcionários de serviços de saúde comunitários e aplicação de tecnologias simples como kits de medicamentos uniformizados.⁴¹

Fome—o monstro de muitas cabeças

Os dados sobre mortalidade medem um aspecto-chave, senão dramático, do bem-estar. Contudo, sobreviver é apenas uma parte de uma vida longa e saudável. Estar bem nutrido é outra. As pessoas que sobrevivem precisam de estar suficientemente bem nutridos de modo a viver com dignidade e cumprir os respectivos planos de vida. Ir dormir com fome, ou adormecer devido à falta de energia, é uma das maiores privações concretas que as pessoas podem enfrentar.

A nutrição é um aspecto da saúde onde o rendimento tem influência: pessoas com fome que tenham mais dinheiro tendem a gastá-lo em alimentos. Como famosamente ilustrado no trabalho pioneiro de Amartya Sen sobre as fomes, a fome reflecte frequentemente a falta de meios para comprar alimentos e não a escassez geral dos mesmos.⁴² No entanto, um maior rendimento nem sempre garante uma nutrição adequada e pessoas que não são pobres podem passar fome na mesma.

De facto, persistem diferenças entre os números de pessoas pobres, calculados segundo o limiar de dólar por dia, e os números de pessoas com fome. Esta variação reflecte diferenças no modo como os dois estados são medidos de forma diferente bem como as fragilidades nos dados.⁴³ Reflecte também outras influências além do rendimento nos resultados nutricionais dos membros das famílias, como a educação e a saúde maternal e hábitos de alimentação e higiene no lar. Investigadores na Índia destacaram os hábitos de alimentação e a saúde das mulheres bem como o alcance limitado dos serviços de saúde pública como factores-chave.⁴⁴

Um estudo da África Oriental encomendado para este relatório constatou que as vacinações e os cuidados médicos no nascimento contribuem para a redução da subnutrição infantil, bem como a educação das mulheres.⁴⁵

Uma nutrição inadequada afecta também o modo como as pessoas, em particular as crianças, adquirem conhecimentos e participam na sociedade. Diminui a capacidade de trabalho e produtividade e, por conseguinte, limita a capacidade das pessoas para ganhar os rendimentos necessários para levar uma vida digna. A irreversibilidade de algumas consequências da subnutrição na saúde, como a cegueira devido a deficiência de vitamina A ou baixo crescimento físico resultante da falta de proteínas, reforça a importância da erradicação da fome.⁴⁶

Jean Drèze e Amartya Sen escreveram que “a fome é um monstro de muitas cabeças,” realçando as diferentes formas de como a falta de alimento pode afectar as liberdades das pessoas.⁴⁷ A fome é também um colosso - e um colosso teimoso. A fome persiste apesar do extraordinário impulso na produção alimentar proporcionado pela Revolução Verde entre o início dos anos 60 e o início dos anos 80. Em 2000, ganhos adicionais na produção de alimento tinham contribuído para preços mais baixos para a maioria dos alimentos básicos. A percentagem de pessoas subnutridas em países em desenvolvimento caiu de 25% em 1980 para 16% em 2005.

De acordo com os dados mais recentes utilizados para monitorizar o progresso relativamente ao ODM da erradicação da fome, têm sido verificados avanços animadores na redução da taxa de subnutrição. Mas o número absoluto de pessoas subnutridas, definido como consumo energético mínimo, mal se desviou dos 850 milhões desde 1980, apesar de recentemente ter subido para cerca de mil milhões. Destes, 63% das pessoas estão na Ásia e Pacífico, 26% na África Subsariana e 1% nos países desenvolvidos.⁴⁸

Enquanto muitos milhões de pessoas têm demasiado pouco para comer, milhões comem em demasia. O recente aumento na obesidade, em especial, nas crianças, coloca em risco os avanços feitos no tratamento de doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais e

diabetes. A obesidade severa pode reduzir a longevidade entre 5 a 20 anos, levando alguns especialistas a concluir que é provável que a esperança de vida nos Estados Unidos estabilize ou diminua inclusivamente até 2050.⁴⁹ Estes riscos não são apenas o resultado de níveis de rendimento mais elevados mas de influências

culturais que podem ser transmitidas além-fronteiras. O México, onde o rendimento das pessoas compõe apenas um quinto do dos norte-americanos, apresenta percentagens semelhantes de pessoas com excesso de peso e obesidade como nos Estados Unidos.⁵⁰

O conhecimento aumenta as possibilidades

O conhecimento aumenta as possibilidades das pessoas. Promove a criatividade e a imaginação.⁵¹ Além do seu valor intrínseco, tem ainda o importante valor instrumental na expansão de outras liberdades. Ter uma educação capacita as pessoas para avançarem nos seus objectivos e resistirem à exploração.⁵² As pessoas com educação estão mais conscientes de como evitar riscos para a saúde e viver uma vida mais longa e confortável.⁵³ Tendem também a ganhar salários mais elevados e a ter melhores empregos. Muitos pais sem educação valorizam a escolarização porque acreditam que a educação permitirá aos seus filhos e filhas ultrapassar as indignidades que as suas famílias enfrentam.

O progresso na educação foi considerável e generalizado, reflectindo melhorias na quantidade de escolaridade e na igualdade de acesso para raparigas e rapazes. Em grande medida, tal reflecte um maior envolvimento do Estado, apesar de muitos países em desenvolvimento terem demonstrado ser mais capazes de colocar crianças na escola do que lhes dar uma educação de elevada qualidade.

Níveis de educação mais elevados do que nunca

Hoje em dia, as pessoas no mundo têm níveis de educação bastante mais elevados do que em qualquer outro momento, um resultado que se mantém ao longo de diversas medidas relativas à educação. Consideremos os anos de escolaridade: uma pessoa de 15 anos ou mais velha em 1960 tinha, em média, menos de 4 anos de escolaridade, tendo este valor duplicado a nível global até 2010 e, em países em desenvolvimento, aumentou mais do triplo (de 1,9 para 6,4 anos). Desde o primeiro RDH em 1990, a média de anos de escolaridade

aumentou em dois anos e as taxas brutas de matrícula subiram 12 pontos percentuais, enquanto as taxas de alfabetização cresceram de 73% para 84%.

O progresso foi generalizado. Nenhum país assistiu a declínios na alfabetização ou anos de escolaridade desde 1970. A educação foi alargada a muitas mais pessoas: desde 1960, a proporção de pessoas que frequentou a escola subiu de 57% para 85%. Isto significa que muitos países tiveram êxito na educação, pelo menos, conforme medido pelo indicador de IDH convencional, um dos nossos principais factores cruciais para os aperfeiçoamentos discutidos na caixa 1.2 no capítulo 1.

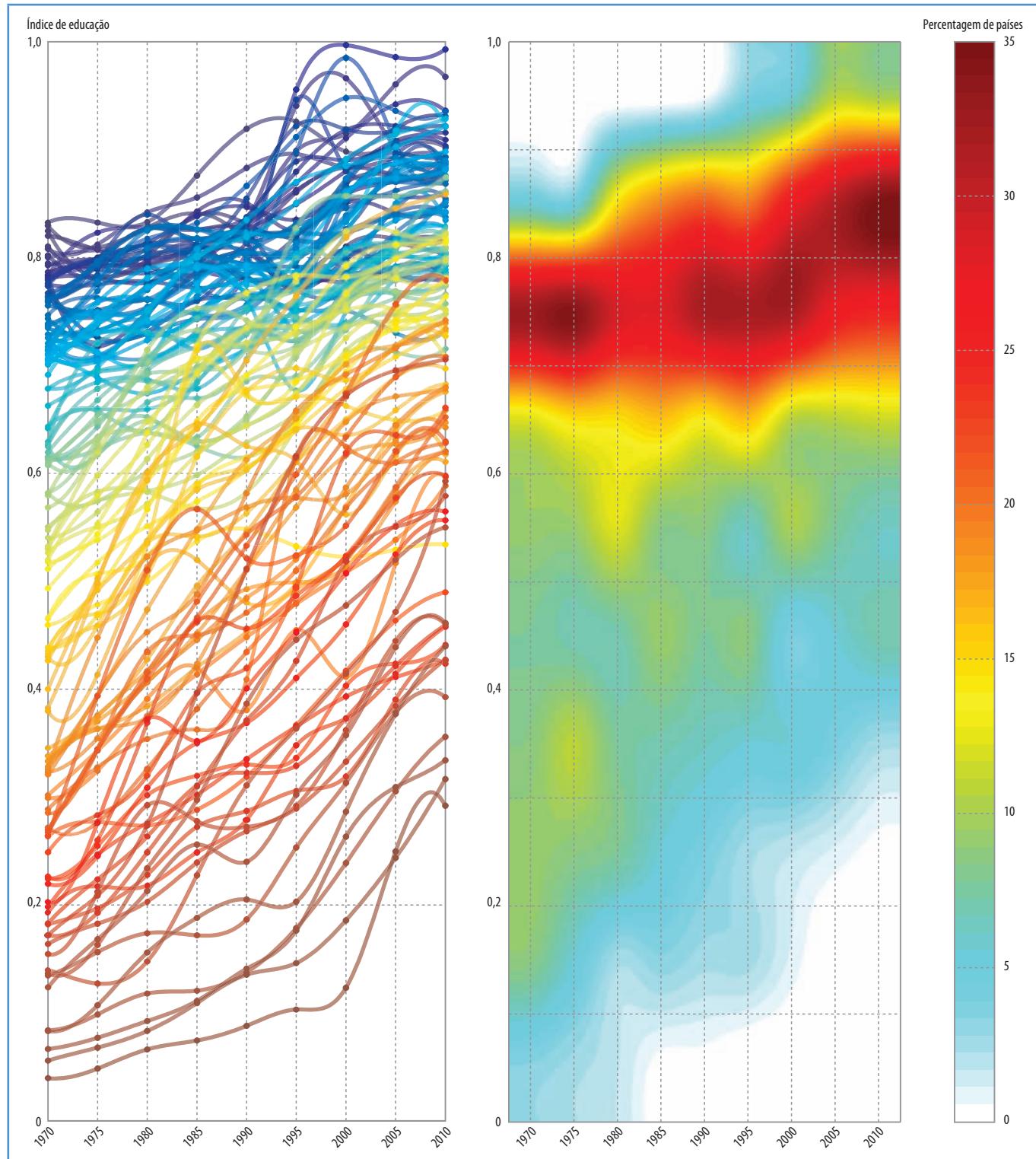
O índice de educação média usado no IDH, que combina informações sobre matrículas e alfabetização, regista esta ideia geral de progresso generalizado (figura 2.7). Tal como na saúde, o gráfico térmico no painel do lado direito assinala uma grande concentração no topo da distribuição.

Mesmo estes aumentos podem subestimar o progresso. A alfabetização e os anos de escolaridade reflectem o acesso à educação (ou a sua inexistência) no passado relativamente a pessoas que são adultas hoje; por conseguinte, o progresso medido pode não reflectir os recentes avanços na escolaridade para a população jovem. As pessoas que não frequentaram a escola são tendencialmente pessoas mais velhas: em países em desenvolvimento quase 36% das pessoas com idades entre os 65 e 74 anos nunca frequentaram a escola em comparação com apenas 7% das pessoas com idades entre os 15 e os 24. A taxa de alfabetização da juventude excede actualmente os 95% em 63 dos 104 países com dados e está nos 99% em 35 (incluindo países de IDH médio como a Moldávia e Samoa).

Nenhum país assistiu a declínios na alfabetização ou anos de escolaridade desde 1970

Progresso na educação

Tendências mundiais dos níveis de educação, 1970-2010



Nota: Os resultados são para uma amostra de 135 países baseada no IDH híbrido descrito na caixa 2.1. O índice de educação é calculado pela aplicação da metodologia apresentada na *Nota técnica 1* à taxa de alfabetização adulta e às taxas de matrícula brutas primárias, secundárias e terciárias combinadas do país e, por conseguinte, representa o contributo da dimensão da educação para o IDH híbrido. O painel esquerdo mostra a série cronológica para cada país; o painel direito representa a distribuição relativa dos países, com as cores mais próximas do vermelho a denotarem uma proporção de países mais elevada na zona correspondente.

Fonte: Hidalgo (2010) com base em cálculos do GRDH efectuados a partir da base de dados do GRDH.

Tal sugere que a falta de competências básicas de escrita deixará de ser um grande entrave ao acesso ao conhecimento.

As taxas de matrícula e os anos de escolaridade esperados (o número de anos de escolaridade que se prevê que as crianças de hoje tenham quando crescerem, tendo em conta as actuais taxas de matrícula) fornecem uma melhor ideia do acesso actual das crianças à educação. Em média, as taxas de matrícula no mundo situam-se actualmente nos 100% ou acima para a educação primária tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, e ambos os grupos também fizeram progressos substanciais nos níveis superiores de educação (figura 2.8).⁵⁴ Não só há mais crianças a frequentarem a escola como também há mais que concluem os estudos: as taxas de conclusão no ensino primário subiram de 84% para 94% desde 1991. O aumento nas matrículas refletiu-se nos anos de escolaridade esperados, que aumentaram de 9 anos em 1980 para 11 hoje em dia e de 5 anos para 8 anos nos países de IDH baixo.

Atenuação das diferenças entre géneros

As matrículas aumentaram mais depressa para as raparigas do que para os rapazes ao longo das últimas décadas e de 1991 a 2007 a proporção de alunas e alunos matriculados no ensino primário aumentou em todas as regiões. Ambas as taxas de conclusão de ensino primário e secundário melhoraram mais rapidamente no que diz respeito às raparigas.

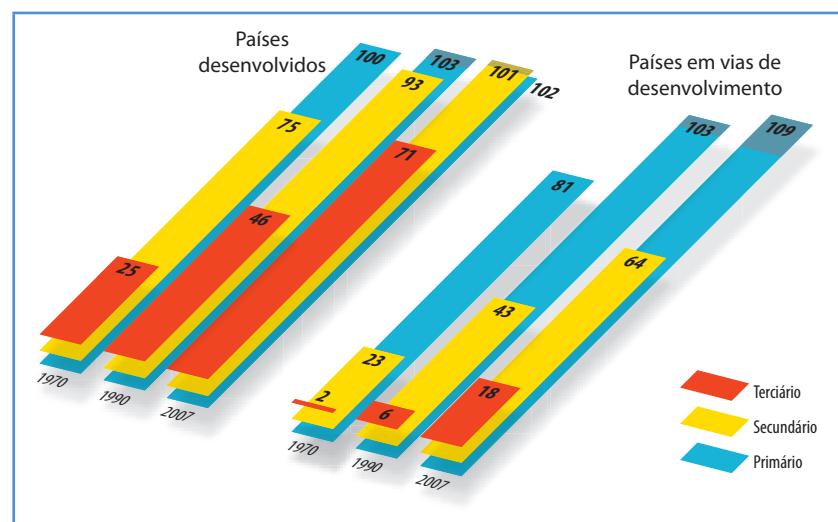
Em média, entre 1991 e 2007, a conclusão por parte de raparigas aumentou 29 pontos para 87%; as taxas dos rapazes subiram 17 pontos, para mais de 90%.⁵⁵ As melhorias nas taxas das raparigas reflectem-se no progresso das matrículas na educação secundária. Em 79 dos 134 países com dados, incluindo Bangladesh e Lesoto, as matrículas no ensino secundário das mulheres em relação aos homens ultrapassam os 98%. Em outros 17 países, a proporção entre alunas e alunos matriculados é de, pelo menos, 95%.

Contudo, há ainda muito por onde melhorar: dos 156 países com dados, apenas 87

FIGURA 2.8

Há mais crianças a frequentar a escola, mas é possível melhorar ensinos secundário e superior

Taxas de matrícula brutas por nível de escolaridade, 1970-2007



Fonte: Cálculos do GRDH com base em dados do Banco Mundial (2010g).

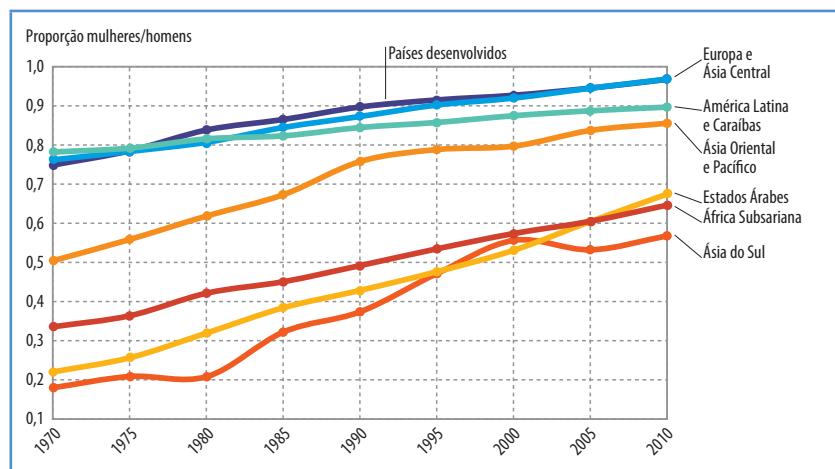
apresentam taxas de matrícula no ensino primário referentes a raparigas próximas ou acima das dos rapazes.⁵⁶ Enquanto os fossos entre géneros são, em média, pequenos para crianças mais novas nos países em desenvolvimento, esses fossos permanecem vincados no que concerne crianças mais velhas em áreas rurais. Na Bolívia, estão matriculadas na escola 35% das raparigas que moram em áreas rurais e 71% dos rapazes que moram em áreas urbanas. Na Guiné, as taxas são de 37% e 84%.

Por outro lado, as matrículas de mulheres no ensino superior, também em crescimento, excedem as dos homens em muitas partes do mundo. Por exemplo, nos Estados Árabes, onde as matrículas no ensino superior subiram 45 pontos percentuais, é agora de 132 mulheres para cada 100 homens. As regiões mais atrasadas são o Sul da Ásia e a África Subsariana, com proporções entre mulheres e homens de 75% e 51%. Entre os países que registam maior atraso estão a Guiné e o Níger, onde estão matriculados no ensino superior três homens por cada mulher.

As medidas sumárias relativamente às metas educacionais (como a média de anos de escolaridade ou população com, pelo menos, educação secundária) mostram, portanto, notáveis aumentos em todo o quadro tanto para homens

**FIGURA
2.9****Progresso da igualdade de género na educação, mas os fossos persistem**

Proporção da média de anos de escolaridade entre mulheres e homens por região, 1970-2010



Fonte: Barro e Lee (2010).

como para mulheres, apesar de o fosso se manter grande em muitos países em desenvolvimento (ver tabela estatística 4). Nos Estados Árabes e no Sul da Ásia, o fosso entre géneros relativamente aos anos de educação diminuiu em 33–40 pontos percentuais desde 1970; na África Subsariana, em 26 pontos (figura 2.9). Mas em oito países (Afeganistão, Benim, República Centro-Africana, Haiti, Libéria, Moçambique, Níger e Togo), as mulheres têm menos de metade dos anos de escolaridade dos homens.

O envolvimento do sector público cresceu

A expansão da escolaridade está associada a um maior financiamento público em grande parte do mundo. Os estudantes frequentam essencialmente escolas públicas, principalmente nos níveis primário (92%) e secundário (85%).⁵⁷ O financiamento público na educação era, em média, 5,1% do PIB em 2006, tendo subido de 3,9% do PIB em 1970.⁵⁸ Conforme discutido no capítulo 3, este aumento é a continuação de uma tendência mais longa, uma vez que a despesa na educação era cerca de 1% do PIB há um século atrás.⁵⁹

Os recursos destinados à educação de cada aluno também aumentaram, subindo 43%

desde 1990. A taxa de alunos/professor diminuiu.⁶⁰ No entanto, as disparidades na despesa são enormes. A média anual a nível mundial é de 4 611 dólares por aluno,⁶¹ mas apenas de 184 dólares na África Subsariana (mesmo após ter aumentado 15% desde 1990), sensivelmente um oitavo do nível da América Latina e um quarenta-avos do nível em países desenvolvidos. O fosso na despesa por aluno está a aumentar.

Vários países trabalharam bastante para colocar mais crianças na escola. No entanto, tem havido retrocessos. Tal como nos serviços de saúde, as taxas de utente foram bastante promovidas pelo Banco Mundial e outras entidades nos anos 80 e princípios dos anos 90 como um meio de recuperação do investimento para os serviços governamentais. Um conjunto de estudos detectou impactos altamente adversos no acesso. No fim dos anos 80, tornou-se evidente que a recuperação do investimento não era compatível com os objectivos de educação. Num estado no Sul da Nigéria, as matrículas no ensino primário caíram a pique de 90% para 60% em 18 meses no seguimento da reintrodução das taxas escolares nos anos 80.⁶²

Muitos países aboliram posteriormente as taxas escolares para o ensino primário. Entre eles estavam Etiópia, Malawi e Uganda nos anos 90 e Cambodja, Quénia e Tanzânia no princípio do novo milénio. Uma vez que o número de alunos aumentou subitamente, surgiram desafios relativamente à disponibilidade de lugares e à qualidade da educação. No Malawi, um pionero na abolição de taxas em 1994, as matrículas no ensino primário cresceram 97% entre 1990 e 1995; no Uganda, cresceram 72% entre 1995 e 2000. Na América Latina, foram introduzidos programas de transferências monetárias condicionais, com o Bolsa Escola e Bolsa Família no Brasil, Oportunidades no México e o Chile Solidario do Chile (ver caixa 3.7 no capítulo 3).⁶³

Mas muitas crianças não estão a aprender

Um maior financiamento e mais matrículas não significam necessariamente melhor escolarização. Os fossos na qualidade escolar são enormes, apesar

de ser difícil precisar se a escolarização melhorou ou se deteriorou ao longo do tempo devido à ausência de dados. Em geral, as crianças nos países em desenvolvimento aprendem bastante menos do que as crianças com os mesmos anos de escola nos países desenvolvidos.⁶⁴ As crianças com o mesmo nível de educação em países em desenvolvimento que os seus colegas em países desenvolvidos apresentam resultados, em média, 20% mais baixos em testes normalizados, uma diferença na ordem de três níveis escolares.⁶⁵ A média de resultados em matemática foi tão alta na Coreia do Sul e Malásia como em países desenvolvidos mas abismalmente baixa na África do Sul, por exemplo. Nalguns casos, as diferenças refletem não só aspectos de ineficiência como também pouca despesa. Por exemplo, estudantes do 8.º ano na Indonésia obtiveram, pelo menos, os mesmos resultados que alunos em muitos países da América Latina, com um oitavo da despesa per capita.⁶⁶

Apesar da educação primária universal, as Fiji evidenciam alguns dos desafios. Recentes trabalhos com crianças revelaram castigo corporal, comportamento pouco profissional dos professores e assédio sexual a estudantes do sexo feminino que levam às taxas de abandono escolar no ensino secundário e outros resultados adversos. Como relatado por uma rapariga de 17 anos, “Quando as crianças não fazem nada ou começam a falar ou algo parecido, é quando eles [professores] começam a bater. Acho que se devia acabar com isto.” Um estudo semelhante na Indonésia concluiu que os estudantes pobres eram frequentemente visados para escárnio quando não tinham como comprar os uniformes ou material escolar necessários, situação essa que levava frequentemente à sua exclusão. Quando perguntado sobre por que motivo tinha abandonado a escola, um rapaz de 11 anos respondeu: “Sinto-me frequentemente envergonhado. Quando não levava sapatos, o professor apontava para os meus pés e dizia ‘Isto não é maneira de vir para a escola.’”⁶⁷

Estudos de casos em países em desenvolvimento mais pobres apresentam um cenário ainda mais desolador. Alunos do 6.º ano no Gana tiveram uma média de resultados de 25% num teste de escolha múltipla, o mesmo que obteriam se tivessem escolhido as respostas aleatoriamente.

Mais de metade das crianças com 11 anos no Bangladesh não era capaz de escrever letras e números básicos.⁶⁸ Em Timor-Leste, mais de 70% dos alunos no final do primeiro ano não conseguiam ler uma única palavra quando confrontados com um excerto de texto simples.⁶⁹

Estas dificuldades na melhoria da qualidade da educação ilustram a oscilação da eficácia do envolvimento do Estado, pelo menos, conforme concebido tradicionalmente. As decisões para expandir as escolas são normalmente tomadas de cima para baixo com o apoio de contratantes e sindicatos dos professores em sintonia com o ponto de vista político. É muito mais difícil conseguir motivar os professores para transmitir competências de aprendizagem concretas. Resolver os problemas de incentivo para gestores e trabalhadores é algo sempre difícil e torna-se particularmente complicado quando o Estado está assente em mecanismos baseados no patrocínio para a canalização de bens e serviços para apoiantes-chave, criando novos grupos estabelecidos firmemente.⁷⁰ Quase uma década após o Relatório Público sobre Educação Básica na Índia de De e Drèze ter revelado taxas de absentismo dos professores de 48%, persistem elevadas taxas, apesar de terem sido feitas, entretanto, importantes reformas orçamentais e de gestão e melhorias nas infra-estruturas.⁷¹

Uma baixa qualidade na educação em países em desenvolvimento não significa necessariamente que tenha ocorrido deterioração. Os dados não são adequados para se chegar a conclusões sólidas relativamente às tendências da qualidade a longo ou até a médio prazo. Além disso, os resultados nos testes dependem de vários factores, em particular, do contexto socioeconómico dos estudantes. Crianças de famílias com melhores condições tendem a estar melhor nutridas, mais saudáveis e a ter um melhor acesso a materiais do que crianças mais pobres, além de terem mais apoio por parte dos pais.⁷² Por isso, à medida que a expansão escolar abarca alunos mais desfavorecidos, a média dos resultados nos testes tende a baixar mesmo que a qualidade da educação não sofra alteração.⁷³

Vemos, portanto, os países pobres a recuperar rapidamente em termos de metas educativas globais e igualdade entre géneros mas não necessariamente ao nível da qualidade.

As crianças nos países em desenvolvimento aprendem bastante menos do que as crianças com os mesmos anos de escola nos países desenvolvidos

O fosso do rendimento entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento continuou a alargar-se

Há também enormes disparidades dentro de cada país entre grupos, conforme será analisado no capítulo 4. Portanto, embora os avanços das

últimas décadas tenham sido significativos, há ainda um longo caminho a percorrer em direção à igualdade no acesso ao conhecimento.

Padrões de vida mais elevados

O rendimento tem muitas falhas como medida sumária do desenvolvimento, sendo esta uma mensagem central dos RDHs dos últimos 20 anos. Entre as suas falhas estão a sua negligência em relação à desigualdade na sua distribuição e a insustentabilidade dos actuais níveis de produção. No entanto, o dinheiro é um importante meio de expansão da escolha, em particular, no que concerne as escolhas das pessoas pobres, e o rendimento médio representa o controlo geral dos recursos de uma sociedade. A evolução do rendimento é, por isso, de grande interesse.

No entanto, a história não é apenas de aumentos globais, mas também de disparidades crescentes e uma divisão persistente entre países desenvolvidos e o resto do mundo. Desde 1970, 155 países, onde habitam 95% da população mundial, registaram aumentos no rendimento per capita em concreto (figura 2.10). A média anual hoje em dia é 10 760 USD, quase 1,5 vezes o seu nível há 20 anos e o dobro de há 40 anos. Em todas regiões, as pessoas assistiram a consideráveis aumentos no rendimento médio, apesar da variação nos padrões.⁷⁴ Além disso, a variedade, quantidade e qualidade de bens e serviços ao dispor das pessoas nos dias de hoje não tem precedentes.

O gráfico térmico no painel do lado direito da figura 2.10 mostra como a distribuição do rendimento no mundo é bastante mais dispersa do que a da saúde e educação. As figuras correspondentes à saúde (ver figura 2.4) e à educação (ver figura 2.7) apresentam uma área “quente” a vermelho em direcção ao topo onde muitos países convergiam. Tal não é o caso do rendimento, o que demonstra uma distribuição do rendimento no mundo muito mais desigual do que em relação à saúde e educação.

Progresso divergente

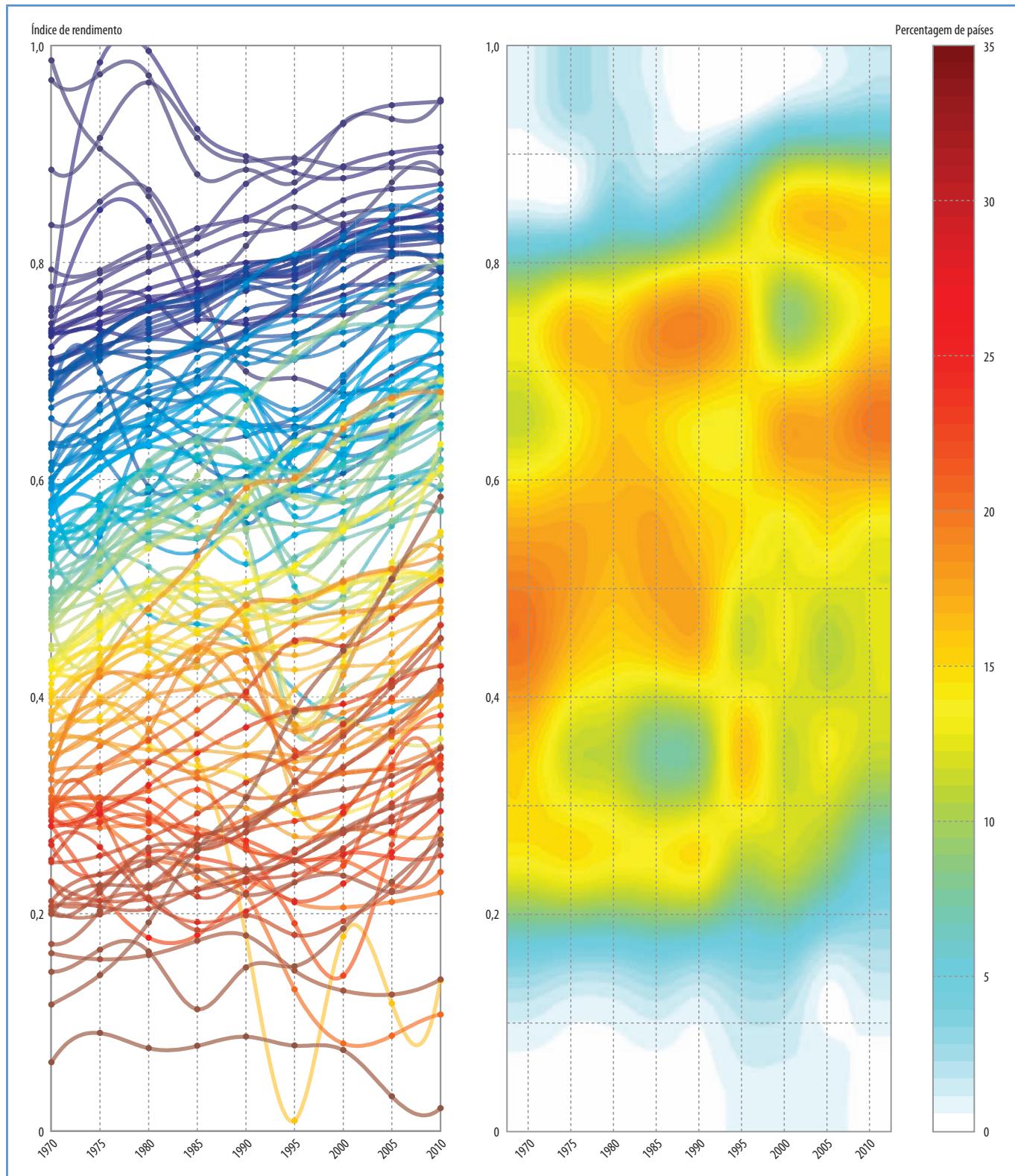
Ao contrário da saúde e educação, tem existido uma grande divergência no rendimento entre

os países. De 1970 a 2010, o rendimento per capita nos países desenvolvidos aumentou 2,3% por ano em média, em comparação com 1,5% para países desenvolvidos.⁷⁵ Em 1970, a média de rendimento de um país no quartil superior da distribuição de rendimento no mundo era 23 vezes o de um país no quartil inferior. Até 2010, a média aproximou-se em 29 vezes. A divergência entre países em desenvolvimento tornou-se também mais acentuada. Alguns países em desenvolvimento, incluindo o Botswana, China, Malásia e Tailândia, cresceram mais rapidamente desde a década de 70 do que qualquer país rico.⁷⁶ Ao mesmo tempo, o rendimento de vários outros países, como as Comores, Irão e Senegal, estagnou. Outros países ainda, como a Costa do Marfim, Madagáscar e Zimbabué, sofreram colapsos económicos.

O desempenho no crescimento dos países melhorou ao longo do tempo, tanto em níveis absolutos como em níveis relativos, para os países desenvolvidos. Tal foi particularmente evidente durante a crise financeira global, quando muitos países em desenvolvimento conseguiram manter um forte crescimento. No entanto, mesmo ao fim de 20 anos, o fosso entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento continuou a aumentar. Uma questão importante é se os países em desenvolvimento conseguirão crescer aos ritmos médios e relativamente mais rápidos dos últimos cinco anos.⁷⁷

A distância entre o país mais rico e o país mais pobre aumentou bastante. O país mais rico nos dias de hoje (Listenstaine) é três vezes mais rico que o país mais rico em 1970.⁷⁸ O país mais pobre actualmente (Zimbabué) é cerca de 25% mais pobre do que o país mais pobre em 1970 (também o Zimbabué). É apreensivo constatar que, apesar de uma enorme prosperidade material nos países desenvolvidos, o rendimento médio real das pessoas em 13 países do último quartil da distribuição do rendimento no mundo é inferior ao de 1970.⁷⁹

Tendências mundiais do PIB, 1970-2010



Nota: Os resultados são para uma amostra de 135 países baseada no IDH híbrido descrito na caixa 2.1. O índice de rendimento é calculado pela aplicação da metodologia apresentada na Nota técnica 1 ao PIB per capita do país em paridade de poder de compra de USD ajustados e, por conseguinte, representa o contributo da dimensão de rendimento para o IDH híbrido. O painel esquerdo mostra a série cronológica para cada país; o painel direito representa a distribuição relativa dos países, com as cores mais próximas do vermelho a denotarem uma proporção de países mais elevada na zona correspondente.

Fonte: Hidalgo (2010) com base em cálculos do GRDH efectuados a partir da base de dados do GRDH.

Poucos países ultrapassam o limiar

A grande convergência de países no IDH foi um enorme feito.

O crescimento económico foi espectacular em alguns países em desenvolvimento. Entre 1970 e 2010, o rendimento per capita da China cresceu 21 vezes, o do Botsuana, mais de 9 vezes e os da Malásia e da Tailândia, mais de 5 vezes.⁸⁰ Mas estes países têm ainda muito para percorrer até transitarem para o outro grupo: o rendimento per capita da China é apenas um quinto da média dos países desenvolvidos. Botsuana, Malásia e Tailândia estão também longe desta marca.

Será que estes países vão continuar a crescer até transitarem para os países desenvolvidos? A História sugere que o crescimento não deve ser tido como garantido. Muitos países cresceram de forma impressionante durante longos períodos para depois estagnarem. Por exemplo, entre 1950 e 1980, o crescimento económico per capita do Brasil era quase de 5%, à semelhança de taxas de crescimento recentes no Botsuana, Singapura e Tailândia, mas a economia entrou em colapso nos anos 80 e apenas recentemente começou a recuperar. O colapso da Argentina foi ainda mais dramático, de um PIB per capita em 1913 que ultrapassava a média europeia,⁸¹ para um valor em 2007 que era apenas um quinto do da Europa Ocidental.

Estes casos ilustram o quanto difícil é atravessar a grande divisão de rendimento. Dos 108 países com rendimento abaixo dos 7 000 USD per capita em 1970, apenas 4 subiram para a classificação de rendimento elevado do Banco Mundial em 2010. Três são pequenas economias insulares (Antígua e Barbuda, Guiné Equatorial e Malta); um é rico em petróleo. O quarto, a Coreia do Sul, permanece uma importante exceção. A Estónia e a Eslováquia não existiam enquanto países independentes em 1970 mas atingiram um crescimento que as moveu para o grupo de rendimento elevado.

Em aspectos importantes, o mundo é hoje um sítio melhor do que em 1990. Muitas pessoas vivem vidas mais longas, as crianças passam mais tempo nas escolas e as pessoas têm acesso a muitos mais bens (incluindo alimento, alojamento, vestuário e outras necessidades para uma vida com dignidade) mais do que em qualquer outro momento da História. A grande convergência de países no IDH, documentada de forma sistemática pela primeira vez neste relatório, foi um enorme feito. Tal como será discutido no capítulo 4, estes avanços abarcam outras dimensões do desenvolvimento humano, nomeadamente as liberdades políticas.

Apesar de tudo, a avaliação das últimas décadas não é de todo inteiramente positiva. Alguns países sofreram graves retrocessos, particularmente na saúde, apagando, por vezes, em alguns anos os ganhos de várias décadas. Os padrões de crescimento económico têm sido extremamente desiguais, tanto em países com um rápido crescimento como em grupos que beneficiam do progresso nacional, conforme abordado no capítulo 4.

Apesar das tendências convergentes na saúde e na educação, os fossos no desenvolvimento humano são enormes. Prevê-se que uma pessoa nascida no Níger viva menos 26 anos, tenha menos 9 anos de educação e consuma menos 53 vezes a quantidade de bens que uma pessoa nascida na Dinamarca. Enquanto os dinamarqueses têm elegido o seu Parlamento através de eleições livres e abertas desde 1849, o Parlamento e o Supremo Tribunal do Níger foram dissolvidos em 2009 pelo Presidente, que seguidamente foi derrubado num golpe militar. Mais de 7 pessoas em cada 10 inquiridas no Níger afirmaram que, durante o ano passado, houve momentos em que não tinham dinheiro suficiente para comprar alimento para as suas famílias. Pouquíssimos dinamarqueses ver-se-iam em semelhantes dificuldades.

* * *

Vimos que muitas pessoas em todo o mundo têm mais saúde, riqueza e educação do que nunca. Mas o progresso ao longo dos últimos 40 anos tem sido assimétrico, com as pessoas de alguns países e regiões a sentirem avanços muito mais lentos e, nalguns lugares, retrocessos.

O progresso ocorreu num contexto de aumento da democratização formal, mas também de desigualdades crescentes, dentro dos países e entre eles, nalgumas dimensões do desenvolvimento humano. Muitas pessoas continuam politicamente incapacitadas e a sustentabilidade dos padrões de consumo e produção actuais é débil. Estas observações – exploradas no capítulo 4 – constituem sérias reservas a qualquer conclusão quanto ao progresso global.

Ainda assim, os avanços na saúde, na educação e no rendimento expandiram as liberdades de milhares de milhões de pessoas para que vivam as vidas que têm razões para valorizar. Este capítulo visa aprofundar o nosso entendimento das causas desse progresso.

O capítulo 2 destacou duas características fulcrais da evolução do desenvolvimento humano ao longo dos últimos 40 anos. Em primeiro lugar, o progresso tem sido quase universal – apenas 3 países da nossa amostra de 135 tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do que em 1970. Em segundo lugar, a variabilidade de resultados entre países tem sido enorme, com alguns países a progredirem rapidamente e outros a obterem ganhos muito menores. A concorrência destas duas tendências leva a excluir algumas explicações. Por exemplo, se países com pontos de partida semelhantes tivessem progredido ao mesmo ritmo, isso sugeriria que tinham dominado forças globais comuns. Alternativamente, se alguns países tivessem melhorado enquanto outros se deterioravam, mas a média global das realizações não se tivesse alterado, isso sugeriria que os motores principais

seriam apenas as forças nacionais – como as diferentes políticas ou reformas institucionais.

Por conseguinte, a experiência sugere que as forças globais tornaram o progresso mais viável para países em todos os níveis de desenvolvimento, mas que nem todos os países tiraram partido dessas oportunidades da mesma forma. Assim, a questão óbvia é: por que motivos alguns países são bem sucedidos e outros falham no que toca a agarrar as oportunidades globais? Este capítulo fornece algumas respostas para esta pergunta vital.

O capítulo tenta também extrair sentido de um dos mais surpreendentes resultados obtidos na investigação sobre o desenvolvimento humano nos anos mais recentes: a inexistência de uma correlação significativa entre o crescimento económico e os melhoramentos na saúde e na educação. Compreender este resultado é profundamente importante para a política de desenvolvimento.

A nossa explicação realça o inaudito acréscimo no fluxo transnacional de ideias – ideias que vão das tecnologias para proteção da saúde aos ideais políticos democráticos, passando pelas práticas de produção mais eficientes. Afirmando que muitas inovações permitiram aos países melhorar os resultados da saúde e da educação a baixo custo – o que explica o enfraquecimento da associação entre o crescimento e as dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano. Por outras palavras, ao longo do tempo, o progresso tem-se tornado cada vez mais dependente do modo como os países exploram essas ideias – com as diferenças entre os países atribuíveis, em parte, a variações nas instituições e no pacto social subjacente.

Os países conseguiram desempenhos de topo no IDH através de duas vias principais, mas mais frequentemente por progressos excepcionais na saúde e na educação do que pelo crescimento

Nada na nossa argumentação sugere que o crescimento não seja importante. A abordagem do desenvolvimento humano reconhece o contributo do rendimento para um maior domínio dos recursos e o efeito que isso tem no alargamento das capacidades das pessoas através da nutrição, do abrigo e de oportunidades mais amplas. A nuclearidade do rendimento é reconhecida pela sua inclusão como uma das três dimensões básicas do IDH, juntamente com a saúde e a educação.

Este capítulo analisa os determinantes do progresso nessas três dimensões. A política, a desigualdade e as instituições, entre outras, juntam-se à história na medida em que ajudam a explicar o progresso na saúde, na educação e no rendimento. Mas não tentamos explicar os motivos pelos quais a democracia se espalhou ou a

produção se tornou progressivamente insustentável. Estas questões vitais merecem investigações aprofundadas, a realizar em Relatórios futuros.

Começamos por destacar alguns dos mais notáveis aspectos do desenvolvimento humano nos últimos 40 anos, centrando atenções no progresso global paralelamente à variabilidade local e à inexistência de correlação entre os melhoramentos no rendimento e as dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano. Analisamos depois os motores fundamentais das tendências globais em cada um dos três componentes, bem como os factores específicos dos países que determinam o desempenho. O capítulo culmina numa análise de como as conclusões se ajustam ao contexto mais amplo de interacções entre os mercados e os Estados.

O quebra-cabeças do crescimento económico e do desenvolvimento humano

Juntamente com as conclusões sobre o progresso global e a variabilidade local, o capítulo 2 identificou o modo como as realizações no crescimento do rendimento se relacionaram com o progresso nas outras dimensões do IDH. Verificámos que o crescimento médio do rendimento tem sido elevado, mas que tem sido variável de país para país, enquanto que o progresso nas áreas da saúde e da educação tem sido mais consistente. Muitos países em vias de desenvolvimento atingiram níveis de saúde e educação semelhantes aos dos países desenvolvidos, mas a transposição do fosso que separa os países de baixo rendimento dos de alto rendimento é muito mais difícil. Por conseguinte, há países que conseguem desempenhos de topo no IDH através de duas largas estradas: o crescimento rápido do rendimento ou o progresso excepcional na saúde e na educação.

Estas conclusões sugerem que, ao longo dos últimos 40 anos, as forças motoras dos melhoramentos na saúde e na educação são diferentes das forças motoras dos melhoramentos no rendimento. Se esses processos tivessem os mesmos motores, teriam, em grande parte, coincidido. Mas demonstramos que assim não foi. Exploraremos agora em maior pormenor a ligação crescimento-desenvolvimento humano.

O crescimento económico e o desenvolvimento humano nem sempre coincidem

O que nos dizem os dados concretos dos últimos 40 anos acerca da relação entre o crescimento e as mudanças no desenvolvimento humano?

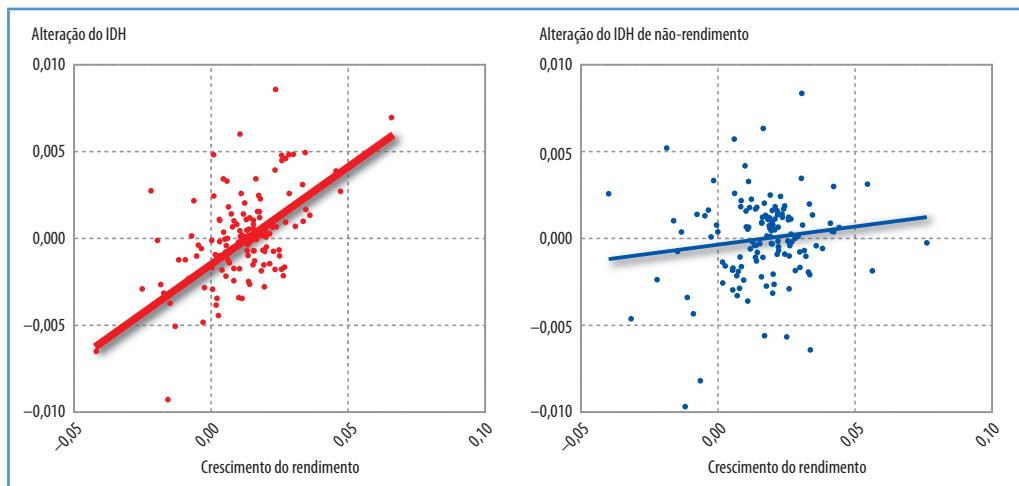
A figura 3.1 apresenta o resultado básico. O painel esquerdo mostra uma associação positiva – embora com variação substancial – sugerindo que o crescimento e os melhoramentos no desenvolvimento estão positivamente associados.¹

Devemos recordar, contudo, que o rendimento faz parte do IDH; assim, por definição, um terço das alterações no IDH vem do crescimento económico, garantindo uma associação positiva. Um exercício mais útil é o de comparar o crescimento do rendimento com as alterações das dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano. Fazemo-lo usando um índice semelhante ao IDH mas calculado apenas com os indicadores da saúde e da educação, para comparar as suas alterações com o crescimento económico. O IDH de não-rendimento é apresentado no painel direito da figura 3.1. A correlação é notavelmente fraca e estatisticamente insignificante.²

FIGURA 3.1

Relação fraca entre o crescimento económico e as mudanças na saúde e na educação

Relação entre o crescimento económico e o IDH e os seus componentes de não-rendimento, 1970-2010



Nota: Com base na análise do desvio do ajuste (consultar a caixa 2.1 no capítulo 2 e a Nota técnica 1). O rendimento é o PIB per capita. A linha de regressão mais grossa indica que a relação é estatisticamente significativa.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

Estudos anteriores chegaram ao mesmo resultado. Um dos primeiros académicos a estudar sistematicamente esta ligação foi Samuel Preston, demógrafo dos E.U.A. cujo notável artigo de 1975 demonstrou que a correlação entre as alterações no rendimento e as alterações na esperança de vida ao longo de 30 anos em 30 países não era estatisticamente significativa.³

À medida que ficaram disponíveis mais dados, outros investigadores chegaram ao mesmo resultado. Num artigo de 1999, "Life during Growth", William Easterly concluiu pela existência de uma associação extraordinariamente fraca entre o crescimento e indicadores de qualidade de vida como a saúde, a educação, a liberdade política, o conflito e a desigualdade.⁴ François Bourguignon, director da Faculdade de Economia de Paris e vários colegas seus africanos e europeus concluíram que "a correlação entre o crescimento do PIB per capita e o não-rendimento [Objectivos de Desenvolvimento do Milénio] é praticamente zero."⁵ Charles Kenny, economista do Banco Mundial, confirmou recentemente a inexistência de correlação entre os melhoramentos na esperança de vida e o crescimento, usando uma grande amostra de países ao longo de 25 anos bem como uma amostra mais pequena para um período muito mais longo.⁶

Muitos exemplos ilustram este resultado. Façamos uma reveladora comparação entre a China – a economia com o crescimento mais rápido do mundo nos últimos 30 anos – e a Tunísia. Em 1970, uma menina nascida na Tunísia poderia esperar viver 55 anos; uma nascida na China poderia esperar viver 63 anos. Desde então, o PIB per capita da China cresceu anualmente a um vertiginoso ritmo de 8%, enquanto que o da Tunísia cresceu a 3%. Mas uma menina nascida actualmente na Tunísia pode esperar viver 76 anos, um ano mais do que uma menina nascida na China. E enquanto que apenas 52% das crianças tunisinas estavam matriculadas nas escolas em 1970, a taxa de matrícula bruta actual é de 78%, consideravelmente acima dos 68% da China.

Outros exemplos interessantes chegam-nos de países cujas economias se contraíram nos últimos 40 anos. Se o crescimento económico fosse indispensável para o progresso na saúde e na educação, os países com um PIB em queda não estariam a fazer progressos nessas áreas. Mas não é isso que se passa: o Irão, o Togo e a Venezuela passaram por declínios do rendimento e, contudo, desde 1970, houve um crescimento médio de 14 anos na sua esperança de vida e de 31 pontos percentuais na sua taxa de matrícula bruta.⁷

Este resultado tem a ver com a inexistência de relação entre as *alterações* no rendimento (crescimento) e as *alterações* nas dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano. Por conseguinte, não nega um facto básico, que é o de que os *níveis* de rendimento e os *níveis* de saúde e educação se correlacionam positiva e significativamente. Passamos agora à discussão dos modos pelos quais se pode conciliar esses dois factos.

Explicação do quebra-cabeças

Continua a existir um quebra-cabeças. Embora haja uma reduzida correlação entre o crescimento do rendimento e as alterações na saúde e na educação, existe uma forte correlação entre os níveis nacionais de rendimento e os níveis nacionais de saúde e educação. O mesmo se passa ao nível dos indivíduos e das famílias, como concluíram numerosos estudos. Como conciliamos isto com a conclusão sobre a inexistência de correlação entre as alterações ao longo do tempo?

Em primeiro lugar, a correlação não implica causalidade num sentido específico.⁸ Ainda que haja uma relação causal, o seu sentido é desconhecido: os rendimentos mais elevados podem melhorar a qualidade de vida ou os melhoramentos na saúde e na educação podem tornar as sociedades mais produtivas.

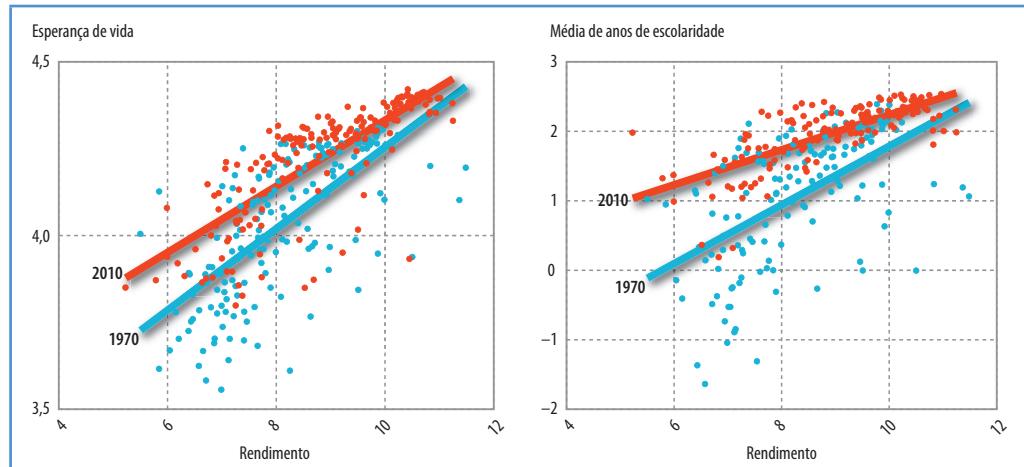
Em segundo lugar, a inexistência de uma correlação nas alterações lança a dúvida sobre se um retrato do mundo num dado momento reflecte com exactidão a relação entre as variáveis. Podemos lançar alguma luz sobre o quebra-cabeças ao observar que, ao longo do tempo, a relação entre as dimensões de rendimento e de não-rendimento do desenvolvimento humano sofreu uma variação ascendente (figura 3.2). Por conseguinte, embora as pessoas dos países mais ricos tenham, em média, mais saúde e educação, o progresso decorrente do melhoramento dos níveis de educação e saúde foi sentido por pessoas de países em todos os níveis de rendimento. Para além do movimento ascendente, estas relações achataram-se, o que significa que os países mais pobres desfrutaram de melhoramentos mais rápidos na saúde e na educação do que os países mais ricos.

Uma explicação para o quebra-cabeças podia ser a de que existem hiatos longos e variáveis na conversão de maior riqueza em melhores resultados na saúde e na educação.⁹ Isso justificaria a correlação fraca, já que poderá não ter passado tempo suficiente desde as alterações no rendimento para originar melhoramentos nas outras dimensões do desenvolvimento humano. Contudo, esta explicação é muito menos defensável para períodos mais longos. A figura 3.1 mostra a inexistência de forças de correlação

**FIGURA
3.2**

Actualmente, são possíveis melhor saúde e mais educação para todos os países

Alteração das relações entre o rendimento e a esperança de vida e a escolaridade, 1970-2010



Nota: Todos os dados são em logaritmos naturais.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

para uma grande amostra de 135 países ao longo de 40 anos, certamente um período suficientemente longo para que o crescimento do rendimento se traduza em melhoramentos na saúde e na educação ao nível nacional e para que as deteriorações do rendimento se reflectam num agravamento dos resultados na saúde e na educação.

Outra explicação é que os processos pelos quais as pessoas se tornaram mais saudáveis e educadas nos países que são actualmente ricos diferem dos ocorridos nos países actualmente em vias de desenvolvimento. A hipótese de um processo de desenvolvimento em mutação sugere que a correlação nos níveis é um retrato que reflecte um passado em que os países que se tornaram ricos eram os únicos que podiam pagar avanços dispendiosos na saúde e na educação. Mas os avanços tecnológicos e as alterações nas estruturas sociais, discutidos adiante, facilitam actualmente, até para os países mais pobres, a realização de ganhos substanciais.

Testámos várias explicações possíveis para as alterações na saúde e na educação ao longo dos últimos 40 anos (caixa 3.1). As conclusões sugerem que os países com níveis baixo e médio de desenvolvimento humano podem atingir níveis superiores de saúde através de intervenções pouco dispendiosas. Mas, à medida que os países atingem níveis superiores de desenvolvimento, os melhoramentos baseiam-se em tecnologias mais caras e o rendimento volta a ter importância. Assim, os resultados são compatíveis com os processos e oportunidades de desenvolvimento em mutação.

O que significam os nossos resultados

Estes resultados não significam que o crescimento não seja importante. O rendimento é um indicador sumário que captura o acesso a recursos importantes para o desenvolvimento das capacidades e a expansão das liberdades das pessoas – e deve permanecer como um importante objectivo das políticas. O rendimento aumenta o domínio das pessoas sobre os recursos necessários para a obtenção de acesso a comida, abrigo, vestuário e opções de vida mais amplas. Esses recursos também possibilitam

CAIXA 3.1

Ser mais rico significa ser mais saudável?

Os países com rendimento per capita mais elevado têm, em média, uma esperança de vida mais longa. Mas a correlação positiva e significativa entre rendimento e esperança de vida não explica as alterações ao longo dos últimos 40 anos. O que pode estar por trás desta aparente contradição?

Foram propostas diversas explicações. As alterações ao longo do tempo podem ser dominadas por factores de curto prazo, se a saúde reagir apenas lentamente às alterações no rendimento. Mas a inexistência de correlação estende-se ao longo de 40 anos, o que devia ser um período suficientemente longo para sentir o efeito do rendimento mais elevado sobre a saúde. Alternativamente, pode acontecer que a associação positiva entre o rendimento e a esperança de vida se tenha rompido, pelo que a evolução da esperança de vida é agora independente da do rendimento. A investigação de base para este Relatório procurou sistematicamente explicações alternativas.

Começámos por efectuar duas simulações para investigar qual o tipo de modelo que podia reproduzir as principais características dos dados: uma na qual a relação convencional se mantém e outra na qual se rompe. Os indícios não foram conclusivos: a hipótese “mais rico é mais saudável” podia explicar os níveis em momentos específicos, mas não as alterações. A hipótese do rompimento explicava as alterações, mas não os níveis.

Em seguida, tomámos em consideração uma hipótese diferente: e se a teoria “mais rico é mais saudável” apenas se aplicar a países que atingiram um nível de desenvolvimento suficientemente elevado e a hipótese do rompimento se aplicar a países menos desenvolvidos? Esta hipótese mista, que distingue entre países abaixo e acima de um limiar de IDH de aproximadamente 0,5, explicava, em simultâneo, a associação nos níveis e a inexistência de associação nas alterações ao longo do tempo.

Fonte: Georgiadis, Pineda e Rodríguez, 2010; Pritchett e Summers, 1996; Pritchett e Viarengo, 2010.

que as pessoas avancem com os seus planos de vida sem estarem excessivamente limitadas pelas necessidades materiais – como o trabalho em actividades significativas e intrinsecamente compensadoras ou a passagem de mais tempo com os entes queridos.¹⁰ O crescimento do rendimento pode ser um indicador de que as oportunidades de trabalho digno se estão a expandir – embora nem sempre seja o caso.

Os nossos resultados também não negam a importância do rendimento mais elevado para o aumento do acesso das pessoas pobres a serviços de saúde e educação, um resultado extensivamente documentado na literatura microeconómica. A forte correlação entre a situação socio-económica e a saúde numa sociedade reflecte, com frequência, a vantagem relativa das pessoas mais ricas na obtenção de acesso a serviços de saúde. Podem ocorrer desigualdades elevadas ou crescentes paralelamente a um aumento no rendimento agregado, como demonstra a recente experiência da China (consultar a caixa 6.1 no capítulo 6).

Muitas políticas são formuladas sob o pressuposto de que o crescimento económico é indispensável para as realizações na saúde e na educação. Os nossos resultados sugerem que não é esse o caso

Contudo, os dados existentes lançam alguma dúvida sobre se o crescimento do rendimento em toda a economia é instrumental para a promoção da saúde e da educação nos níveis baixo e médio do desenvolvimento humano. E, como exploramos adiante, taxas de crescimento elevadas podem coincidir com degradação ambiental e agravamento da distribuição do rendimento, o que são preocupações sérias.

Usando um conjunto de dados e análises novos, os nossos resultados também confirmam uma afirmação nuclear dos *Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH)* desde o seu início: que o desenvolvimento humano é diferente do crescimento económico e que as grandes realizações são possíveis mesmo sem um crescimento rápido. O primeiro *RDH* apontava para países como Costa Rica, Cuba e Sri Lanka, que tinham atingido um desenvolvimento humano muito mais elevado do que outros países com os mesmos níveis de rendimento. Essas realizações foram possíveis porque o crescimento se separara dos processos que determinavam o progresso noutras dimensões do desenvolvimento humano.

Estes resultados também respondem a uma das críticas frequentemente apontadas ao IDH. Desde o início, alguns economistas consideraram os componentes de não-rendimento como redundantes, porque o retrato do desenvolvimento que o IDH revela não é sistematicamente diferente do que surge da comparação entre níveis de rendimento.¹¹

Mas o IDH dá um retrato muito diferente do proporcionado pelo PIB quando se trata das alterações ao longo do tempo – e, em última análise, estas são precisamente as alterações que as políticas de desenvolvimento tentam realizar.

As implicações para as políticas de desenvolvimento podem ser de grande amplitude. Muita da formulação de políticas de desenvolvimento parte do princípio que o crescimento económico é indispensável às realizações nos campos da saúde e da educação. Os nossos resultados sugerem que não é esse o caso. Isto não significa que os países possam ignorar o crescimento – já sublinhámos que o crescimento gera possibilidades importantes. Em vez disso, os resultados sugerem que os países não têm de resolver o difícil problema da geração de crescimento para enfrentarem muitos dos problemas nas frentes da saúde e da educação. Isto é uma boa notícia.

Mais fundamentalmente, como os processos de desenvolvimento e as possibilidades ao dispor dos países pobres na actualidade são muito diferentes dos que outrora estavam ao dispor dos países agora desenvolvidos, o desenvolvimento tem a ver menos com a cópia de experiências dos países desenvolvidos e mais com a procura de novas vias para o progresso no mundo actual.

Mas se o crescimento não explica o progresso na saúde e na educação, o que é que o faz? As duas secções seguintes abordam estas questões, começando pelo entendimento do progresso global e passando depois aos motivos para a variabilidade nacional.

Avanço global: o papel das ideias e da inovação

Os determinantes do progresso na saúde e na educação já foram analisados por uma vasta literatura – de uma perspectiva de desenvolvimento humano e de outras.¹² Aqui, apresentamos uma breve visão geral, centrada nos factores que conduziram a avanços globais generalizados.

Recuperar terreno na saúde

Em 1651, o filósofo inglês Thomas Hobbes descrevia a vida em estado natural como “pobre, desagradável, brutal e curta”.¹² Estava a descrever como seria o mundo sem governos, mas, talvez inadvertidamente, estava também a

descrever a vida na sua época: a esperança de vida em Inglaterra era de 40 anos e em muitos outros lugares não ultrapassava os 20.¹⁴ Mas isso começava a mudar, com as pessoas dos países ocidentais a melhorarem a amplitude da sua saúde e das suas vidas nos séculos que se seguiram. As taxas de mortalidade caíram, à medida que ficavam sob controlo doenças transmissíveis entre os jovens, como a varíola, a difteria e a tosse convulsa. Seguiu-se um declínio de doenças respiratórias que também afectavam sobre tudo os jovens, como a tuberculose e a gripe.¹⁵ A higiene e outras práticas de saúde pública desempenharam um papel no processo, tal como o melhoramento da nutrição.¹⁶

Esses declínios ocorreram muito mais tarde nos países em vias de desenvolvimento – mas o progresso foi muito mais rápido. Em 1950, a esperança de vida em África, nos Estados Árabes e na Ásia era, em média, de 39 anos, aproximadamente o mesmo que na Inglaterra de Hobbes e 20 anos menos do que nos países desenvolvidos à mesma data.¹⁷ Os países em vias de desenvolvimento aumentaram tanto a esperança de vida em meio século como os países agora desenvolvidos em 300 anos. Os processos foram semelhantes em muitos aspectos, com os países a passarem por uma transição epidemiológica – uma mudança na prevalência dos diferentes tipos de doenças paralela às trajectórias de desenvolvimento dos países.

Mas, em alguns aspectos, a experiência dos países em vias de desenvolvimento foi muito diferente. As inovações na medicina e as intervenções na saúde pública afluíram com maior rapidez a muitos países em vias de desenvolvimento, beneficiando milhões de pessoas. Os melhoramentos no abastecimento de água, nas redes de esgotos e nas vacinações demoraram muitos anos no Ocidente e foram inicialmente muito dispendiosos. Os meios eficazes de prevenção foram, com frequência, descobertos bastante tarde. Por exemplo, a vacina contra a tuberculose nunca foi regularmente aplicada nos Estados Unidos da América porque foi descoberta em 1927, quando a doença já estava praticamente erradicada.¹⁸ Os países pobres beneficiaram da rápida disseminação desses melhoramentos, quando os seus custos caíram drasticamente: um estudo concluiu que cerca de 85% das reduções de mortalidade numa amostra de 68 países desde 1950 podem ser explicados pelo progresso global.¹⁹

A acção internacional concertada teve importância. O Programa Alargado de Vacinação da ONU subsidiou programas de vacinação em grande escala, bem como o Fundo Rotatório para a Compra de Vacinas da Organização Pan-Americana da Saúde.²⁰ As taxas de vacinação subiram drasticamente nos países abrangidos por esses programas, o que levou à virtual erradicação da poliomielite nas Américas em 1994 e à escalada das taxas de vacinação para as seis doenças-alvo (tuberculose, difteria, tétano neonatal, tosse convulsa, poliomielite e

sarampo) de 5% dos recém-nascidos de todo o mundo para mais de 80%.²¹ A erradicação da varíola, uma doença que matava anualmente cerca de 2 milhões de pessoas nos anos 1960, custou apenas 300 milhões de dólares, o preço de três aviões de caça à época.²²

Mas a cooperação e a tecnologia não são as únicas explicações. A educação e a conscientização pública também elevaram a exigência de melhoramentos na saúde. As informações sobre amamentação, a lavagem das mãos e as soluções de reidratação com sal e açúcar podem disseminar-se sem um sistema de saúde avançado. Uma investigação recente que cobriu 278.000 crianças em 45 países em vias de desenvolvimento, mostra que os gestos dos progenitores, como a administração de fluidos durante os episódios de diarreia, são o principal factor de redução da prevalência das doenças comuns que matam as crianças.²³

As diferenças em alguns países podem ser atribuíveis aos choques negativos da epidemia do VIH e das taxas de mortalidade mais elevadas na antiga União Soviética. Mas, mais geralmente, as políticas de saúde nacionais desempenharam um papel fundamental. O maior uso dos serviços de cuidados maternais e infantis – reidratação oral, vacinação, amamentação e alimentação complementar – está associado à menor mortalidade infantil.²⁴ O Estado brasileiro do Ceará e o Estado indiano de Kerala demonstraram que são possíveis ganhos rápidos através da prestação pública extensiva de tais serviços. Uma imprensa livre, a contestação das políticas e uma cultura de debate público dos problemas sociais, tudo isso são factores que ajudam a fazer avançar as grandes reformas.²⁵

Muitas intervenções nos países em vias de desenvolvimento para redução da mortalidade e melhoramento da saúde não são dispendiosas. Um pacote de seis vacinas reunidas pela Organização Mundial da Saúde custa menos de um dólar e a desparasitação (que pode aumentar a assiduidade escolar) custa apenas 50 céntimos por ano.²⁶ O facto de as intervenções sanitárias mais eficientes serem pouco dispendiosas ajuda a explicar a inexistência de correlação entre o seu provimento e as despesas de saúde agregadas.²⁷ Também ajuda a explicar por que motivo encontramos uma reduzida correlação entre os melhoramentos na saúde e o crescimento

Os países pobres beneficiaram da rápida disseminação das inovações na medicina e das intervenções na saúde pública, quando os seus custos caíram drasticamente

Existem crescentes indícios de que os serviços de saúde são melhor prestados quando os governos são mais democráticos

económico, particularmente nos países com IDH baixo: a falta de recursos nem sempre é a limitação mais importante à prestação desses serviços (consultar a caixa 3.1).²⁸

Esta evidência macroeconómica não é inconsistente com os estudos sobre os indivíduos e as famílias realizados por Angus Deaton e outros, que demonstram que as pessoas com uma situação socioeconómica mais elevada também são, em geral, mais saudáveis.²⁹ Isto acontece porque os motores dos melhoramentos na saúde ao nível nacional podem diferir, e frequentemente diferem, dos motores ao nível individual. Uma nova vacina, por exemplo, pode beneficiar todos numa sociedade em simultâneo e, por conseguinte, não afecta o impacto do rendimento sobre o estado da saúde nessa sociedade. A relação individual reflecte o facto de as pessoas ricas terem maior probabilidade de acesso aos cuidados de saúde do que as pessoas pobres. Assim, as pessoas ricas de um país tendem a ter uma esperança de vida mais longa do que as pessoas pobres, enquanto que as alterações na riqueza média do país podem não originar melhoramentos gerais na esperança de vida.³⁰

Porque é que nem todos os governos realizam intervenções de baixo custo para melhorar a saúde? A política é parte da resposta. Existem crescentes indícios de que os serviços de saúde são melhor prestados quando os governos são mais democráticos. Um estudo recente demonstrou que uma transição para a democracia reduz a mortalidade infantil em 5 mortes por 1.000.³¹ A investigação também conclui que a democracia vaticina uma esperança de vida mais longa e uma menor probabilidade de morte das mulheres no parto.³² Embora os mecanismos subjacentes precisem de maior investigação, os indícios sugerem que a chave está na responsabilização – e que a disponibilidade de informação, a participação popular e a credibilidade dos políticos podem contribuir.³³ Mas, mesmo sem eleições nacionais plenamente livres, os mecanismos locais que aumentam o acesso e, por conseguinte, o fornecimento de bens públicos podem funcionar com eficácia, como demonstra a expansão de clínicas e escolas na Etiópia ao longo da última década. E o facto de algumas democracias – como a dos Estados Unidos da América – serem particularmente ineficazes

no fornecimento de serviços de saúde pública sugere que as instituições democráticas formais são, na melhor das hipóteses, necessárias mas não suficientes.

Educação: progenitores, Estados ou ambos?

Como na saúde, o historial da educação é de progresso rápido e convergência entre países pobres e ricos. Desde 1970, o número de estudantes subiu de 550 milhões para mais de mil milhões e o número de professores cresceu com rapidez ainda maior.³⁴ Mas existe uma diferença notável entre a educação e a saúde: não há grandes avanços tecnológicos que possam explicar os padrões da educação. As tecnologias básicas para ministrar educação não são diferentes hoje do que eram há 40 anos: são proporcionados edifícios, quadros pretos e livros aos professores, que são pagos para transmitir conhecimentos às crianças.

Então, por que motivos aumentaram os níveis da educação? Uma explicação realça as alterações económicas – como a viragem da agricultura para a produção industrial e de serviços – que elevam os retornos do investimento na educação e, por conseguinte, impulsionam a procura. Amplos indícios microeconómicos levam à conclusão de que o rendimento familiar e a educação parental determinam a maior parte das decisões sobre escolaridade.³⁵

Contudo, a ligação entre a expansão da educação e o crescimento do rendimento é fraca. Ao longo do período 1970-2010, o crescimento médio das matrículas foi quase igual nos países com crescimento económico negativo e nos países com crescimento positivo. Também parece haver pouca relação entre os retornos da escolaridade e a expansão das matrículas escolares, o que vai contra as explicações limitadas à procura.³⁷

Amplos indícios históricos e contemporâneos apontam para um leque de motivações, incluindo entre outras a pressão popular, para que os Estados e os actores políticos expandam o provimento de educação. Os Estados têm expandido grandemente a educação quando consolidam o poder político, reduzindo a influência de instituições concorrentes e forjando uma identidade nacional. Abundam os exemplos de

A descentralização da responsabilidade pela prestação de serviços governamentais tem sido paralela a outros esforços para tornar as administrações locais mais reactivas. Entre os exemplos notáveis incluem-se as iniciativas de orçamentação participativa, que tiveram origem em Porto Alegre, no Brasil, e numerosas iniciativas de monitorização, como auditórias sociais e cartões de pontuação comunitários. Uma dessas iniciativas recolhe dados sobre a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio ao nível local em 16 países da Ásia Oriental, do Sul da Ásia e da África Subsariana e usa os dados para exercer pressão sobre as administrações locais com vista a suprir as necessidades identificadas. Tem havido uma onda de interesse pelas organizações não governamentais (ONG) que fornecem informação ao público para melhoramento de serviços. A ONG tanzaniana Twaweza presta informações através de meios de comunicação social, telemóveis, grupos religiosos e bens de consumo por toda a África Oriental para capacitar as pessoas no sentido de responsabilizarem os seus governos e originarem a mudança nas suas comunidades.

Nem toda a descentralização é eficaz ou transformadora. O impacto no desenvolvimento humano depende do contexto social e político local, das condições do país, especialmente as instituições e a capacidade de gestão, e das causas e dos padrões da desigualdade e da pobreza. Alguns indícios sugerem efeitos positivos notáveis: após reformas efectuadas em 1994 na Bolívia, a descentralização desviou fortemente o

investimento público em favor da educação, da água, do saneamento e de outras necessidades identificadas pelas comunidades. Mas na África Subsariana a devolução de fundos às comunidades locais tem frequentemente reforçado a desigualdade.

Um estudo recente sobre sete países em vias de desenvolvimento encontrou melhoramentos inequívocos na saúde e na educação mas também uma desigualdade acrescida. Mais geralmente, como alguma capacitação é uma pré-condição para os planos de desenvolvimento das populações, as comunidades que careçam de aptidão para identificar e agir sobre as suas necessidades podem permanecer incapacitadas, o que significa que pode persistir um ciclo vicioso. A descentralização política, em geral, parece beneficiar os pobres, enquanto que a descentralização fiscal tem efeitos mais atenuados. A descentralização fiscal requer mecanismos apropriados para assegurar o relato e a transparência, bem como recursos. A descentralização eficaz requer também a transferência de poder e responsabilidade, mais do que a simples implementação de políticas formuladas aos níveis mais elevados. Na Arménia o governo central transferiu a gestão das escolas para os conselhos locais no início dos anos 2000, mas a gestão permaneceu altamente centralizada e muitas pessoas nem tiveram consciência da reforma. A completar os problemas, estiveram as deficiências fiscais: o dinheiro era transferido para os conselhos sem controlos adequados ou relato.

Fonte: Abraham e Plateau, 2004, mencionados em Walton, 2010: 29; Andrews, 2008: 395; PNUD Arménia, 2007; Faguet, 2002; Mansuri e Rao, 2010; Thede, 2009; Twaweza, 2010; Von Braun e Grote, 2000: 25.

expansões da educação movidas por motivações políticas, desde o sistema de educação nacional da Prússia sob o reinado do Rei Frederico II à secularização maciça do ensino turco nos anos 1920.³⁸ O objectivo de promover uma ideologia nacional através de escolas geridas pelo Estado também pode explicar por que motivo os governos facultam directamente a educação, em vez de subsidiarem as famílias para que as crianças possam frequentar escolas privadas, e aplicam leis de escolaridade obrigatória.

Mas nem sempre é fácil identificar motores políticos. A independência tem sido destacada como uma força poderosa, particularmente em África e na Ásia. Mas é, na melhor das hipóteses, uma explicação parcial: a maioria dos países latino-americanos obteve a independência no início do século XIX, mas não expandiu a educação em grande escala até bem tarde no século XX. A pressão internacional pode ter tido um papel, particularmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas o crescimento de um consenso global para a educação universal reflectiu provavelmente

processos políticos mais profundos ao nível nacional.³⁹

Os factores da economia política são claramente importantes. As acções governamentais reflectem as preferências das pessoas. O programa Sekolah Dasar INPRES, na Indonésia, que expandiu enormemente a escolaridade nos anos 1970, fez parte da tentativa do regime de Suharto de reforçar a sua legitimidade após arrancar o poder a um governo apoiado pelos comunistas.⁴⁰

A expansão da educação tem, com frequência, acompanhado a expansão do direito de voto e o crescimento de transferências e impostos redistributivos. A democratização parece impulsivar numerosos indicadores da educação: o sucesso escolar dos adultos, embora este mude lentamente, bem como as matrículas, a alfabetização e a despesa pública na educação, que são mais imediatamente sensíveis à mudança institucional.⁴¹ Embora a democratização possa ter os efeitos mais fortes sobre a instrução primária, a descentralização pode ter efeitos mais fortes sobre os níveis superiores de escolaridade (consultar a

CAIXA 3.3

Três histórias de sucesso na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano

Alguns países tiveram sucesso na obtenção de um desenvolvimento humano elevado seguindo diferentes vias.

Nepal – grande impulso das políticas públicas. Que o Nepal tenha uma das ascensões mais rápidas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1970 talvez seja algo de surpreendente, à luz das circunstâncias difíceis e do registo de *confitos* do país. O impressionante progresso do Nepal na saúde e na educação pode ser atribuído aos grandes esforços das políticas públicas. A gratuitidade da educação primária para todas as crianças foi legislada em 1971 e alargada ao ensino secundário em 2007. As taxas de matrícula brutas subiram, tal como, mais tarde, a alfabetização. As reduções notáveis na mortalidade infantil refletiram sucessos mais gerais na saúde, na sequência da extensão dos cuidados de saúde primários através da participação comunitária, da mobilização local de recursos e da descentralização. O fosso entre a esperança de vida no Nepal e a média mundial reduziu-se em 87% ao longo dos últimos 40 anos. Em contraste, o crescimento económico foi modesto, e a falta de empregos levou muitos nepaleses a procurarem oportunidades no estrangeiro.

O Nepal continua a ser um país pobre, com margem enorme para melhorar o desenvolvimento humano. Classifica-se em 138º entre 169 países no IDH. Persistem grandes disparidades na assiduidade escolar e na qualidade da educação, particularmente entre áreas urbanas e rurais e entre grupos étnicos. Permanecem os principais desafios da saúde, relacionados com doenças transmissíveis e má nutrição. Grandes disparidades separam regiões e grupos, com um sistema oligárquico quase feudal e uma discriminação baseada em castas que continuam a marginalizar alguns grupos. A desigualdade é elevada: segundo o nosso IDH Ajustado à Desigualdade, o desenvolvimento humano do Nepal é inferior em quase um terço ao que seria se fosse distribuído de forma mais igual (consultar o capítulo 5).

Omã – converter petróleo em saúde e educação. Omã teve o progresso mais rápido no IDH. Nos finais dos anos 1960 foram descobertos petróleo e gás em abundância, pelo que os nossos dados captam a evolução de um país muito pobre para um muito rico, revelando uma quadruplicação das taxas de matrícula brutas e de alfabetização e um aumento de 27 anos na esperança de vida.

caixa 3.2 sobre descentralização e desenvolvimento humano).⁴² Os Estados não democráticos também podem expandir a escolaridade – a União Soviética nos anos 1920 e o Peru sob a governação de Velasco Alvarado são dois de entre muitos exemplos – mas isso acontece, com frequência, como parte de estratégias redistributivas de amplo alcance.⁴³ Nem todos os Estados não democráticos nascem iguais: alguns conquistam o poder para evitar a expropriação das elites, outros para a efectuarem.

Diferenças e semelhanças dos avanços na saúde e na educação

Na saúde os motores fulcrais dos melhoramentos foram a inovação e a tecnologia; na educação, estes foram, na melhor das hipóteses, factores menores. Mas as duas histórias reflectem processos subjacentes semelhantes. Em ambas, a transmissão das ideias entre países possibilitou os melhoramentos. Entendidas em sentido amplo, as ideias abrangem tecnologias e práticas produtivas, bem como ideais políticos e princípios sobre

Mas, mesmo em Omã, o crescimento económico não constitui toda a história. Embora seja o primeiro quanto ao progresso no IDH, o país classifica-se em 26º no crescimento económico desde 1970, quando tinha três escolas primárias e um instituto profissional. As suas iniciativas para converter a riqueza proveniente do petróleo em educação incluíram a expansão do acesso e a adopção de políticas para adaptar as competências às necessidades do mercado de trabalho. Os serviços de saúde também melhoraram: de 1970 a 2000 a despesa pública com a saúde aumentou quase seis vezes – com muito maior rapidez do que o PIB.

Tunísia – a educação como centro de atenções das políticas. O sucesso da Tunísia estende-se a todas as três dimensões do IDH, com a educação como grande centro de atenções das políticas. As matrículas escolares aumentaram substancialmente, sobretudo depois de o país legislar 10 anos de escolaridade obrigatória em 1991. Houve também algum progresso na igualdade de género: cerca de 6 em cada 10 estudantes universitários são mulheres. Mas persistem grandes desigualdades, como demonstra a modesta classificação da Tunísia (56º de 138 países) no nosso novo Índice de Desigualdade de Género. O declínio rápido da fertilidade e as elevadas taxas de vacinação contra o sarampo e a tuberculose renderam sucessos na saúde, tal como a erradicação da poliomielite, da cólera, da difteria e da malária. O crescimento do rendimento anual per capita foi de cerca de 3% ao longo dos últimos 40 anos, ligado à prudência fiscal e monetária e ao investimento em infraestruturas de transportes e comunicações.

Atrasos na liberdade política. O progresso nestes países sofreu atrasos numa dimensão vital do desenvolvimento humano: a liberdade política. Durante a maior parte do período aqui discutido, o Nepal foi uma monarquia. Uma década de guerra civil e de transformações políticas profundas culminou num acordo de paz e numa constituição provisória. A abolição da monarquia em 2008, o estabelecimento de um sistema democrático federal e as eleições subsequentes abriram oportunidades novas para a participação. Omã permanece como um sultanato, com um executivo não eleito, uma assembleia legislativa não partidária e uma proibição de todos os partidos políticos. A Tunísia, apesar do seu sistema formal multipartidário, ainda não assistiu a uma transferência pacífica do poder.

Fonte: Ministério da Economia Nacional de Omã, 2003; PNUD Nepal, 2002, 2004, 2009; PNUD Tunísia 2001.

a organização de uma sociedade. Embora na saúde a influência principal fosse a transmissão de inovações tecnológicas, como as vacinações e as práticas de saúde pública, na educação foram os ideais acerca do que as sociedades – e os governos – devem fazer e quais as metas a que os pais aspiram para os seus filhos.

As grandes expansões na saúde e na educação tornaram-se viáveis, mesmo para os países em vias de desenvolvimento. Na saúde, inovações outrora dispendiosas ficaram disponíveis por um custo baixo. Na educação, mesmo os países pobres puderam aceder aos recursos fundamentais, professores e instalações, uma vez que nenhum dos dois tinha de ser importado do estrangeiro. Isto contrasta com a criação de uma unidade industrial, que requer o acesso a moeda estrangeira, um recurso limitado em muitos países pobres, para importar maquinaria.

Nada disto diminui a importância da capacidade ou do apoio estrangeiro. Conforme discutido adiante, as diferenças substanciais entre países nas taxas de progresso podem ser atribuídas a variados factores, incluindo a organização do Estado, a qualidade da prestação de serviços públicos e a extensão do apoio ao desenvolvimento. A atenuação das limitações financeiras através da ajuda liberta recursos para despesas sociais, ainda extraordinariamente baixas na maioria dos países em vias de desenvolvimento.

As aspirações e as expectativas das pessoas em relação aos governos fazem diferença. A crescente procura de serviços de qualidade foi importante, tanto para a saúde como para a educação, especialmente nas transições democráticas. Mas o crescimento da procura reflecte, com frequência, processos sociais mais vastos que são afectados pela disseminação de ideias, como as mudanças nas atitudes em relação à higiene pessoal.

As aspirações e as
expectativas das pessoas
em relação aos governos

fazem diferença

O papel das instituições, das políticas e da equidade

A disseminação de ideias e os custos relativamente baixos da prestação de serviços básicos explicam os avanços generalizados na saúde e na educação. Então, porque continuam a existir diferenças tão grandes entre os países? E porque é que tantos países com pontos de partida semelhantes percorreram vias de desenvolvimento tão diferentes? Muitas respostas são específicas dos países – mas adiante neste capítulo analisaremos casos de sucesso e de insucesso nas caixas 3.3 e 3.6 – mas há também alguns padrões gerais.

Os países com o progresso mais rápido podem ser separados em dois grupos – aqueles aos quais correu bem o crescimento económico e aqueles aos quais correu bem o desenvolvimento humano. Poucos países conseguiram ambas as coisas (entre as 10 principais ascensões, a Indonésia e a Coreia do Sul foram os únicos países a figurar entre os primeiros 10, tanto na dimensão de rendimento como nas de não-rendimento do IDH; consultar a tabela 2.2 no capítulo 2). Por conseguinte, há vias diferentes para o desenvolvimento, algumas que realçam a expansão dos padrões de vida materiais e outras que realçam a saúde e a educação.

Diferentes percursos dos países

Algumas estratégias de desenvolvimento concentraram-se na expansão da riqueza, vendo as possíveis consequências adversas para outros aspectos do desenvolvimento humano como “custos sociais” necessários. Mas as estratégias de desenvolvimento mais inclusivas têm melhorado grandemente as condições materiais sem negligenciarem outras dimensões.

As trajectórias nacionais podem ser caracterizadas, numa tipologia de sucesso e fracasso em termos de desenvolvimento humano, com quatro grupos: países com elevado crescimento e elevado desenvolvimento humano (processos de desenvolvimento “virtuosos”), países sem crescimento elevado nem desenvolvimento humano elevado (processos “viciosos”) e países bem sucedidos na prossecução de um objectivo mas não de ambos. Esta caracterização reflecte a distinção de Jean Drèze e Amartya Sen entre “segurança mediada pelo crescimento” (crescimento com uma ampla base de provimento social), “segurança conduzida pelo apoio” (na qual a acção social directa teve prioridade sobre o crescimento) e “opulência sem alvo” (onde o crescimento foi a prioridade).⁴⁴

3.1**Há muitos factores associados ao desempenho abaixo das expectativas**

Correlações do desempenho abaixo das expectativas, condições médias do período, 1970-2010

Característica	Grupos de países		
	Com subdesempenho ^a	Outros	Diferença
Valor do Índice de Desenvolvimento Humano, 1970	0,54	0,53	0,01
Despesa pública com saúde (% do PIB)	3,0	3,6	-0,6*
Despesa pública com educação (% do orçamento total)	9,7	12,3	-2,6*
Democracias com alternância ^b	0,4	0,5	-0,1*
Taxa de prevalência de VIH	2,9	1,3	1,6*
Valor de exportações de recursos naturais (USD p/ trabalhador)	0,9	1,8	-0,9*
Guerra civil (% de países)	28	18	10
Ajuda recebida (% do RNB)	7,3	5,0	2,3*
Despesa pública total (% do PIB)	23,3	25,1	-1,8
Número de países	46	89	

* A diferença é estatisticamente significativa ao nível dos 5 por cento.

a. Países cujo IDH é significativamente menor do que o esperado pelas tendências históricas de países com semelhantes pontos de partida. Consultar Gidwitz et al. (2010) para mais informação.

b. Democracias formais que tiveram uma alternância de poder após uma derrota eleitoral (consultar o capítulo 2).

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH, Banco Mundial (2010g), Divisão de Estatística da ONU (2010), UCDP e PRIO (2009) e Cheibub, Gandhi e Vreeland (2009).

3.4**Conflitos e desenvolvimento humano**

Os conflitos têm repercussões devastadoras para muitas pessoas, embora os seus efeitos variem de país para país. Alguns países, como a Colômbia, viveram conflitos prolongados sem deixarem de conseguir bons progressos no desenvolvimento humano – embora menos do que provavelmente teriam conseguido de outra forma.

O impacto dos conflitos depende das suas natureza, intensidade e duração. Diversos países que tiveram um desempenho fraco relativamente aos seus pontos de partida foram afectados por conflitos – neles se incluindo a República Democrática do Congo e a Costa do Marfim. Os impactos são sentidos por indivíduos, famílias, comunidades e países: mortalidade mais elevada, recursos produtivos desviados para a destruição, perda de infra-estruturas económicas e de capital social, insegurança e incerteza.

Em alguns países, o declínio económico é muito prontamente associado aos conflitos armados, embora a causalidade seja difícil de estabelecer. A intensidade dos conflitos varia muito entre países, desde a região basca de Espanha ao Burundi, à Libéria e a Serra Leoa. Paul Collier e Anke Hoeffler estimaram que demora uma média de 21 anos a atingir o PIB que teria prevalecido sem conflito. A população da Serra Leoa sofreu uma redução a metade dos seus rendimentos ao longo do conflito de 11 anos, enquanto que na Libéria o declínio estimado foi de 80%. Os mecanismos incluem a inflação elevada, a fuga de capitais, a perda de confiança nas instituições e o comércio internacional reduzido.

Estes efeitos podem persistir mesmo depois de terminadas as hostilidades. As rupturas e os abrandamentos económicos levam a que as pessoas percam os seus meios de subsistência, aumentando o desemprego, já de si elevado. Na Bósnia-Herzegovina, 18 meses após o Acordo de Paz de Dayton, o desemprego era de 65-75%.

Fonte: Collier e Hoeffler, 2007; Davies, 2007; Fallon e outros, 2004; Imai e Weinstein, 2000; McLeod e Dávalos, 2008; Oxfam International, 2007; Staines, 2004; PNUD, 2008; ACNUR, 1997.

Os processos de desenvolvimento mais virtuosos envolvem a gestão de conflitos distributivos e a criação de capacidade adequada do Estado e das empresas, com o Estado a ter um poder de compensação suficiente para limitar o abuso do poder sobre o mercado por grupos capitalistas poderosos e resolver as disputas políticas a favor de um provimento de ampla base.⁴⁵ Entre os países que seguiram esta via incluem-se a maior parte dos sucessos da Ásia Oriental e os países mais estáveis da América Latina, como o Brasil. O grupo dos processos viciosos inclui alguns países da África Subsariana, como a Costa do Marfim, e alguns países com desenvolvimento humano inicial mais elevado, como a Federação Russa.

Os países que conseguiram promover a saúde e a educação mas não gerar crescimento exibiram variados padrões. Em alguns, grandes conflitos distributivos acabaram por conduzir a uma transição democrática com pressões no sentido do provimento social associadas. Este grupo inclui economias latino-americanas mais pobres, como a Bolívia e El Salvador. Estados não democráticos, como o Irão e a Líbia, também prestaram serviços aos grupos socioeconómicos médio e baixo.

Correlações e causas do progresso

Quais os países que tiveram sucesso – e quais os que fracassaram – na promoção do desenvolvimento humano? A investigação de base para este Relatório sobre a frequência da prestação abaixo das expectativas nas tendências do IDH (países cujo progresso no IDH é significativamente inferior ao previsto em função do seu nível inicial de desenvolvimento) encontrou alguns padrões regionais interessantes. A prestação abaixo das expectativas foi mais elevada na Europa e na Ásia central, com deterioração em várias frentes na primeira década de transição. Em 2000, mais de dois terços dos países apresentavam um desempenho significativamente pior do que o esperado, tendo em conta o seu ponto de partida. Mesmo em 2006-2010, mais de metade dos países da região estavam com um desempenho abaixo das expectativas – tal como 4 em cada 10 países da África

Uma nova abordagem do estudo do crescimento económico baseia-se em informação de países individuais, que combina sistematicamente dados microeconómicos, análise de séries temporais macroeconómicas e investigações da dinâmica da economia política. Estas narrativas do crescimento começaram a render perspectivas úteis. Consideremos três exemplos.

Botswana – instituições fortes e crescimento forte. O Botswana teve a terceira taxa de crescimento mais elevada do rendimento nacional bruto ao longo dos últimos 30 anos a nível mundial, apenas atrás da China e da Coreia do Sul. Os abundantes recursos em diamantes financiaram o investimento em infra-estruturas, na saúde e na educação. Mas muitos países tiveram recursos naturais abundantes e conseguiram um desempenho fraco. O sucesso do Botswana parece ter beneficiado das instituições fortes. Embora a dimensão do governo – com 40% do PIB – seja elevada mesmo para África, a protecção e a corrupção são relativamente baixas e a despesa na educação e na saúde tem sido elevada desde a independência. Estas políticas benéficas foram ajudadas pelos altos níveis de participação pública e das limitações da acção dos líderes políticos, provenientes de instituições tribais que não se tinham desintegrado durante a colonização britânica e a independência subsequente. Um exemplo é o das reformas adoptadas no começo dos anos 1990, em resposta a incidentes de corrupção, que incluíram a criação de um gabinete de provedores independentes.

Maurícia – exportar o sucesso. O comércio foi importante no sucesso da Maurícia, mas não da maneira convencional. A Maurícia era um país altamente proteccionista – nos anos 1990, o Fundo Monetário Internacional classificava as suas políticas comerciais na categoria das mais restritivas. Contudo, o país conseguiu um elevado crescimento

das exportações, com base em zonas de processamento de exportações com acesso isento de direitos aduaneiros para produtos importados, incentivos fiscais que subsidiavam as exportações e um mercado de trabalho que segmentava as exportações em relação ao resto da economia. Ao contrário de muitos outros governos, o da Maurícia não tributava excessivamente a agricultura. Em vez disso, chegou a um compromisso com os proprietários do açúcar que gerou receitas suficientes para financiar um funcionalismo público com boa formação e um sistema generoso de protecção social. O consenso social permitiu que o governo se ajustasse às condições em mudança.

Venezuela – falta de diversificação económica. Pelo final dos anos 1970, a economia da Venezuela passou por uma inversão espantosa, com a produção não petrolífera por trabalhador a cair 36%. Invocou-se como causas as instituições fracas, os governos inefficientes e “a maldição dos recursos”, mas nada disso explica como conseguira a Venezuela alcançar o mais rápido crescimento da América Latina antes de 1970 com instituições e políticas largamente semelhantes. Uma explicação é que o padrão de especialização da Venezuela era especialmente sensível a choques negativos, como o declínio do preço do petróleo do início dos anos 1980, porque as competências necessárias para produzir petróleo não são facilmente transferíveis para outras indústrias. Os países com uma baixa flexibilidade das exportações – reduzida capacidade para mudar para outras actividades quando a procura cai – podem conseguir um desempenho razoavelmente bom com preços das exportações estáveis, mas podem entrar em parafuso quando as receitas fiscais e de exportações entram em colapso e as reformas convencionais se mostram ineficazes para gerar fontes de crescimento alternativas.

Fonte: Hausmann e Rodríguez, a publicar; Subramanian e Devesh, 2003; Frankel, 2010; Leith, 2005; Acemoglu, Johnson e Robinson, 2003; Adamolekun, Lusignan e Atomate, 1997.

Subsariana, 1 em cada 3 da Ásia Oriental e do Pacífico, 1 em cada 4 dos Estados Árabes e 1 em cada 7 da América Latina e das Caraíbas. Nenhum país do Sul da Ásia estava com o seu desempenho abaixo das expectativas em 2010.

Os países com desempenho abaixo das expectativas tiveram níveis iniciais de desenvolvimento humano semelhantes. Divergem dos que têm os melhores desempenhos devido ao seu ritmo de mudança mais lento (tabela 3.1). Em média, gastam menos na saúde e na educação e tendem a ser menos democráticos. Têm taxas de prevalência de VIH elevadas – um resultado relacionado com a elevada incidência de desempenhos abaixo das expectativas na África Austral (consultar o capítulo 2). Possivelmente contra as expectativas, os países com desempenho fraco são, em média, menos dotados de recursos naturais do que outros países, o que sugere que a “maldição dos

recursos” poderá não se aplicar ao desenvolvimento humano, um resultado confirmado por investigação mais sistemática.⁴⁶ Os países com desempenho abaixo das expectativas têm uma incidência mais elevada de guerra civil, embora essa diferença não seja estatisticamente significativa, provavelmente devido à heterogeneidade das experiências de guerra civil (caixa 3.4).⁴⁷

Também concluímos que os países com desempenho abaixo das expectativas recebem, em média, mais ajuda, um resultado que pode parecer intrigante mas que, provavelmente, reflecte o facto de a ajuda ser direcionada para os países que revelam atraso. Este e outros resultados mostrados na tabela 3.1 reflectem as características médias dos países e não pressupõe necessariamente uma causalidade, que é muito difícil de estabelecer.⁴⁸

Os sucessos ou os fracassos (isolados) profundos também nos proporcionam perspectivas

Padrões de ascensão irregulares

O desenvolvimento não é linear nem estável. O progresso decorrente das inovações tecnológicas é intermitente, com períodos de aceleração e de desaceleração. A disseminação das ideias e das tecnologias através dos países é uma explicação fulcral para o progresso no crescimento económico, na saúde e na educação, conforme demonstrado neste capítulo. Académicos como Samuel Huntington afirmaram que a democratização ocorre em ondas, com muitos países a passarem por alterações semelhantes nas instituições políticas.

A volatilidade descendente é dispendiosa. Os colapsos no crescimento económico são comuns, particularmente nos países em vias de desenvolvimento. Um estudo recente concluiu que mais de um quarto das recessões nos países em vias de desenvolvimento envolveu perdas de rendimento per capita superiores a 15%, muitas delas com duração superior a uma década. Embora os colapsos sejam menos frequentes na esperança de vida ou na educação do que no crescimento, eles ocorrem: 27 países sofreram declínios de mais de 15 por cento na taxa de matrícula bruta e 7 enfrentaram colapsos semelhantes na esperança de vida durante os últimos 40 anos.

Mesmo nas sociedades que não passaram por colapsos, a insegurança afecta milhões de pessoas. A insegurança pode ser económica ou pessoal – tal como é explorado na caixa 3.4 sobre conflitos. Mas a exposição das pessoas à insegurança depende das políticas e das instituições. Por exemplo, as políticas para promover o emprego jovem podem reduzir as tensões sociais e a probabilidade de conflitos, ao melhorarem as oportunidades de emprego para os jovens.

Os países com desempenhos mais decepcionantes foram todos atingidos por choques para os quais não estavam preparados, enquanto que os países com melhor desempenho realçaram os investimentos nas pessoas. Mas embora o sucesso possa levar a uma maior democratização, como no Nepal, essa não tem sido uma tendência universal. E mesmo as economias que não são mal geridas, como a Zâmbia, podem sofrer “tempestades perfeitas” de choques em várias frentes.

Fonte: Helpman, 1998; Huntington, 1991; Hausmann, Rodríguez e Wagner, 2008; DAESNU, 2004.

das trajectórias divergentes. A investigação de base para este Relatório observou as principais características dos países com os melhores e os piores desempenhos.⁴⁹ Encontrou poucos resultados universalmente aplicáveis, mas também alguns padrões interessantes que sugerem interacções complexas entre a desigualdade de rendimento, a despesa social e o desenvolvimento inicial. Por exemplo, países com um elevado rendimento médio tiveram sucesso apesar de uma distribuição desigual do rendimento quando a despesa social era boa ou moderada. Entre os exemplos incluem-se o Chile, o México e o Panamá.⁵⁰ Mas alguns países de baixo rendimento pareceram conseguir superar as condições adversas através do crescimento económico, ainda que a despesa social não fosse elevada, como nos casos do Bangladesh e da RPD do Laos. Entre os países de rendimento médio, ambos os percursos pareceram viáveis: a Tunísia melhorou o seu IDH apesar

de um crescimento moderado do rendimento, enquanto que a Indonésia se baseou sobretudo no crescimento e menos na despesa social.

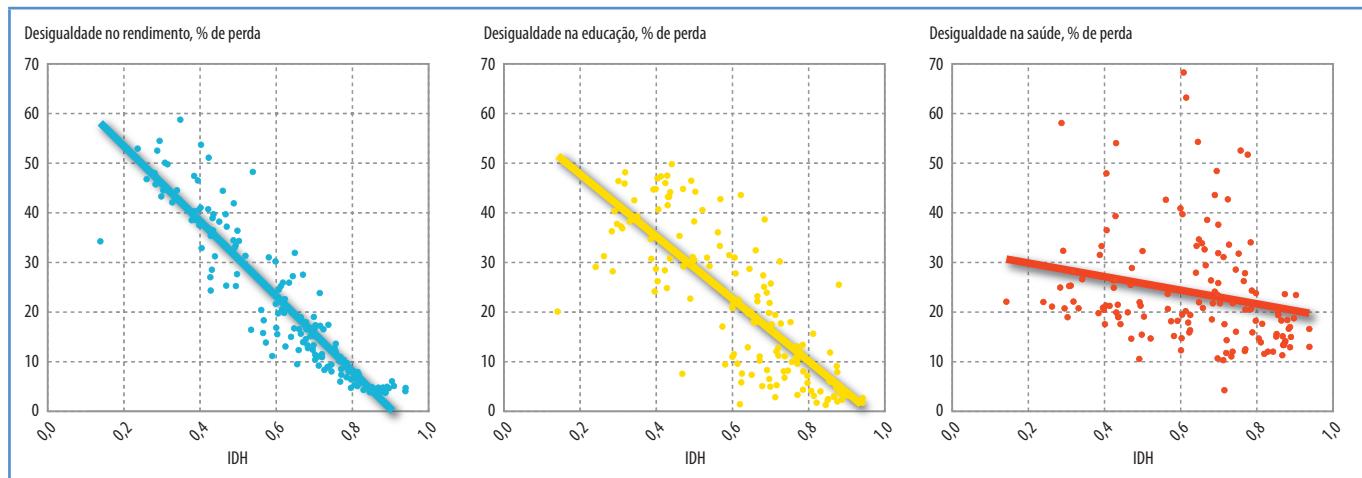
É muito mais fácil identificar as correlações de experiências do desenvolvimento bem sucedidas ou mal sucedidas do que estabelecer a causalidade. Este problema tem flagelado a análise empírica do crescimento económico baseada em regressões transnacionais. Esta literatura tem sido severamente criticada por, entre outras coisas, chegar a um tal leque de conclusões.⁵¹ Trabalhos recentes, que reavivaram uma anterior tradição de abordagem por estudo de casos, sublinham a heterogeneidade das experiências de crescimento, sugerindo que os efeitos das políticas e das instituições variam sistematicamente para os países em função das suas condições históricas, políticas e estruturais.⁵² Estes trabalhos exploram os avanços na análise macro e microeconómica para compreenderem o crescimento de uma economia e combinarem os benefícios da análise quantitativa e as explicações matizadas da antiga tradição do estudo de casos (caixa 3.5).⁵³

A análise estatística transnacional pode ser levada demasiado longe, mas também pode revelar perspectivas úteis. Na investigação de base para este Relatório, analisámos os determinantes do desenvolvimento humano usando uma amostra de 111 países ao longo de 40 anos.⁵⁴ Lidámos com os problemas empíricos da análise quantitativa transnacional, fazendo a distinção entre efeitos de longo prazo e de curto prazo e tendo em consideração as dinâmicas de desenvolvimento humano específicas dos países e a influência das pré-condições fundamentais – incluindo o desenvolvimento institucional, a religião, o desenvolvimento político, a desigualdade de género e a desigualdade de rendimento. Ao permitir que os efeitos das políticas difiram em função das pré-condições dos países, este quadro isenta a análise das limitações da abordagem universal de estudos anteriores.

Emergiram três conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, os determinantes do crescimento económico não são necessariamente os mesmos do desenvolvimento humano – variáveis como o comércio, o investimento estrangeiro e as instituições tendem a ter sobre o crescimento económico efeitos diferentes dos que têm sobre o desenvolvimento humano em

Mais desenvolvimento humano está associado a menos desigualdade

Relação entre a desigualdade na saúde, na educação e no rendimento e o IDH, 2010



Nota: A perda percentual associada à desigualdade em cada dimensão está definida no capítulo 5. Consultar a *Nota técnica 2* para pormenores sobre a medição da desigualdade multidimensional.
Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

sentido mais lato. Em segundo lugar, o efeito desses determinantes difere significativamente, dependendo das pré-condições estruturais e institucionais de um país. Em terceiro lugar, há variados laços de retorno de informação entre os componentes do IDH que influenciam a eficácia das políticas.

A urbanização emergiu como uma influência positiva fundamental sobre as mudanças na educação e no rendimento, confirmando uma conclusão estabelecida sobre o papel vital das cidades na transmissão de ideias e na mobilização da acção política. O comércio não teve efeito significativo sobre o rendimento mas gerou correlações positivas com alguns indicadores da saúde e da educação, sustentando a hipótese de que a transmissão de conhecimentos e ideias afecta as dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano. As variáveis institucionais, como as limitações ao poder executivo, tiveram efeitos positivos sobre a educação e o rendimento, mas não sobre a saúde.⁵⁵

As políticas para melhorar a igualdade de género também podem afectar o desenvolvimento humano. Como as mulheres atingem níveis de saúde e educação mais baixos do que os homens, as políticas para remediar essa disparidade contribuiriam para o desenvolvimento humano. Um estudo encomendado

para este Relatório concluiu que a introdução de quotas de género na câmara baixa das legislaturas provinciais durante os anos 1990 diminuiu significativamente as taxas de mortalidade infantil nas províncias argentinas.⁵⁶ E numerosos estudos ligam a igualdade de género ao crescimento económico. A diminuição do fosso de género na escolaridade também tem sido associada ao crescimento económico mais elevado.⁵⁷

Um grande volume de dados sugere que as mulheres têm uma propensão marginal maior do que os homens para investir nas suas crianças, pelo que as políticas para capacitar as mulheres devem melhorar os resultados da saúde e da educação para as crianças. Um estudo recente que explorou dados profusos recolhidos ao longo de 35 anos na Guatemala concluiu que os resultados escolares, as competências cognitivas e o estado de nutrição da mãe têm um grande impacto sobre o capital humano e a nutrição da criança.⁵⁸ Na África do Sul, as avós que recebiam uma pensão davam uma alimentação melhor às netas, enquanto que as pensões atribuídas aos homens não afectavam a nutrição dos seus netos.⁵⁹ E na China a escolaridade da mãe tinha um efeito importante sobre a saúde dos filhos biológicos e adoptados.⁶⁰

A nossa investigação também concluiu que as pré-condições de um país afectavam quais as

políticas que eram conducentes ao desenvolvimento humano. Por exemplo, num regime com instituições fortes (medidas usando um índice composto da corrupção, do Estado de Direito, da qualidade da burocracia, do perfil de investimento e dos conflitos internos), a maior despesa do Estado em salários, bens e serviços conduziu a um progresso mais rápido no IDH. Mas em níveis inferiores de desenvolvimento institucional, o investimento mais elevado em capital público foi associado a um menor progresso de longo prazo no IDH.⁶¹

A análise confirmou algumas relações esperadas entre as dimensões do desenvolvimento humano. O progresso na alfabetização, por exemplo, melhorou o progresso na esperança de vida e no rendimento, enquanto que o progresso na saúde vaticinou o progresso futuro nas matrículas brutas. Mas o crescimento económico não esteve positivamente associado ao progresso futuro das dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano.⁶²

Estes resultados confirmam que a inexistência de correlação entre as alterações das dimensões de rendimento e de não-rendimento do desenvolvimento humano é resistente à utilização de um quadro de modelação mais complexo que controla a causalidade e outros factores intervinientes. Um tópico que requer maior análise é o dos custos da instabilidade e dos choques no desenvolvimento humano (caixa 3.6).

Progresso através da equidade

Existe uma relação negativa forte entre a desigualdade e o desenvolvimento humano. A desigualdade na saúde, na educação e no rendimento relaciona-se negativamente com o IDH, sendo essa relação muito mais forte para a educação e o rendimento (figura 3.3). Este resultado sugere que a redução da desigualdade pode melhorar significativamente o desenvolvimento humano.

CAIXA 3.7

Transferências monetárias e protecção social

As transferências monetárias para as famílias pobres estão bem implementadas em muitos países desenvolvidos, para proporcionar a manutenção do rendimento na sequência de choques adversos – como o desemprego, a incapacidade ou a doença – ou para redistribuir o rendimento. A sua importância varia entre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE). Por exemplo, em meados da década de 2000, as transferências monetárias representavam cerca de 13% do rendimento disponível das famílias na Nova Zelândia e mais de 32% no caso da Suécia. Uma análise recente da OCDE sublinhava os efeitos desses esforços redistributivos sobre a desigualdade de rendimento.

As transferências monetárias condicionais para apoio das famílias pobres também se tornaram populares desde que surgiram no Brasil e no México, nos finais dos anos 1990. As transferências monetárias são feitas para as famílias pobres que cumprem determinados requisitos comportamentais, geralmente relacionados com os investimentos familiares na escolaridade das crianças e na saúde. Actualmente, mais de 30 países têm algum tipo de programa de transferências monetárias condicionais, muitos deles de cobertura nacional.

Contudo, tais programas não podem ter sucesso por si próprios. Os benefícios dependem da disponibilidade e da qualidade dos serviços. A maior utilização dos serviços, só por si, pode não se traduzir em melhores resultados, como se demonstrou no Camboja e no México, onde as taxas de matrícula escolar mais elevadas não foram acompanhadas por um melhor desempenho nos testes. Os programas também podem ser

administrativamente exigentes – a identificação das famílias a beneficiar e a monitorização da conformidade são processos com utilização intensiva de dados e requerem uma ampla coordenação entre organismos e níveis governamentais.

O programa mexicano Progresa (agora designado Oportunidades) baseia-se em capacidades centrais para seleccionar os beneficiários e gerir a área financeira, enquanto que os ministérios locais da saúde e da educação monitorizam a conformidade. A avaliação externa ajudou a impedir que o programa ficasse demasiado associado a um partido político. Quando o partido do governo perdeu as eleições de 2000 após 70 anos no poder, o novo governo prosseguiu com o programa, dando-lhe um novo nome e expandindo-o.

Os governos e as comunidades internacionais também estão a reconhecer cada vez mais o valor das transferências monetárias incondicionais para proporcionar acesso a alimento e a outras necessidades básicas. Em África, existem indícios de que as transferências incondicionais podem ser mais apropriadas, devido ao abastecimento inadequado de serviços básicos e a uma capacidade mais limitada para implementar e aplicar as condições sobre as transferências. Os participantes na Experiência-Piloto de Transferências Monetárias Sociais de Mchinji, parte de uma Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malawi mais vasta em 2006, tiveram ganhos documentados em termos de matrículas escolares, melhor protecção contra os choques económicos, demográficos e sazonais, nutrição básica melhorada e despesa mais elevada com as necessidades básicas.

Fonte: Miller, 2008; OCDE, 2008b; Fiszbein e outros, 2009; Banco Mundial, 2009b, 2010g; López-Calva e Lustig 2010.

Estas relações fortes não são difíceis de compreender. O progresso na saúde e na educação vem geralmente do acesso crescente aos serviços pelos grupos desfavorecidos. Em quase todas as sociedades da actualidade, as crianças das elites concluem a escola e têm acesso a cuidados que lhes permitem crescer saudáveis. Não é este o caso para os pobres. Mas, à medida que o acesso à saúde e à educação é alargado para os incluir, o desenvolvimento humano melhora e as desigualdades nivelam-se.

Que sabemos nós acerca das políticas que podem reduzir a desigualdade? A política fiscal pode ser uma alavanca vital para uma maior equidade, com a despesa muito mais poderosa do que a tributação. A despesa pública em serviços e na proteção social melhora a distribuição de rendimento – e, entre os serviços prestados publicamente, os cuidados de saúde e a instrução primária e secundária têm os impactos maiores.

Um tema recorrente nos *RDH* desde 1990 é a necessidade de recursos públicos, tanto domésticos como internacionais, para apoiar o desenvolvimento humano. Contudo os governos são frequentemente limitados pela política, por grupos influentes e pela baixa capacidade do Estado para tributar o rendimento e a riqueza e atribuir a despesa.

Os países precisam de gerar rendimento e crescer, e os governos precisam de angariar receitas antes de as gastarem. Os países em vias de desenvolvimento, embora limitados por uma base fiscal pequena, têm uma margem considerável para aumentarem os seus esforços fiscais. Os impostos sobre o rendimento, razoavelmente progressivos na sua incidência, representam apenas uma parcela menor das receitas do governo. Um estudo recente sobre países da América Central, por exemplo, concluiu que os impostos sobre o rendimento eram geralmente progressivos mas representavam apenas um quarto da colecta fiscal; os impostos regressivos, como os que incidiam sobre as vendas, o consumo e o valor acrescentado, dominavam. Há também severas limitações em matéria de economia política relativamente às taxas e à cobertura da tributação – e à sua implementação – especialmente quando as elites económicas dominam a formulação de políticas. Não obstante, são possíveis reformas, como

demonstram as recentes reformas fiscais empreendidas pelos Camarões e pela Nicarágua.

E que dizer sobre os padrões da despesa? Desde 1990, tem havido uma considerável contracção da dimensão do Estado por todo o mundo: a parcela média constituída pela despesa pública no PIB diminuiu de 29% para 26% para os 92 países com dados relativos ao período 1990-2008. Entre os países em vias de desenvolvimento, os níveis variam por região, mas a tendência é descendente. A maior contracção ocorreu na África Subsariana, onde a despesa pública como parcela do PIB caiu de 26% para 21%. A média da Ásia Oriental e do Pacífico permaneceu em 19%. Uma tendência bem-vinda em todas as regiões foi o grande declínio na despesa militar como parcela do PIB – na África Subsariana, por exemplo, a despesa militar diminuiu em cerca de um terço, de 2,8% para 1,8% do PIB.

As despesas com a saúde e a educação nos países em vias de desenvolvimento aumentaram como parcelas do PIB numa média de 16% e 19% ao longo do período 1990-2006. O Sul da Ásia e a África Subsariana tiveram os maiores aumentos na despesa com a saúde, associados ao perdão da dívida em vários países.⁶³ Mas 57 dos 104 países em vias de desenvolvimento assistiram a declínios da despesa com a saúde ou com a educação como parcela do rendimento nacional entre 1990 e 2005.

As diferenças nos modos como os países mobilizam e utilizam os recursos públicos para a prossecução do desenvolvimento humano são notáveis. A Tailândia, apesar das baixas receitas, criou um seguro de saúde para os pobres, enquanto que o Senegal levou a cabo reformas fiscais abrangentes para aumentar as receitas.⁶⁴ Na Venezuela, em contraste, o aumento das receitas do petróleo levou a uma diminuição das taxas dos impostos internos, sem qualquer aumento na despesa com as prioridades do desenvolvimento humano.⁶⁵ Em muitos dos países em vias de desenvolvimento, as transferências de dinheiros públicos através de pensões, benefícios monetários para habitação e para as famílias e benefícios por incapacidade e desemprego, complementam o rendimento das famílias. Os benefícios monetários são maiores para os aposentados e menores para as famílias cujo chefe está em idade activa.⁶⁶

A redução da desigualdade pode significativamente o desenvolvimento humano

Não existe um só tipo de sistema de mercado, tal como não existe um só tipo de Estado

A despesa em serviços sociais básicos tem impactos progressivos bem conhecidos. Costa Rica e El Salvador direcionam 25% da despesa pública com a saúde para a quinta parte mais pobre da população e mais de 70% para os três quintos inferiores.⁶⁷ Na África do Sul, a despesa social e a tributação têm estado associadas à redução da desigualdade – com uma queda estimada de 10-20 pontos no coeficiente de Gini da desigualdade de rendimento no início dos anos 1990.⁶⁸ Na União Europeia, a despesa social altamente progressiva tem um impacto distributivo muito maior do que os impostos.⁶⁹

Mas a tributação redistributiva e as transferências generalizadas não são as únicas formas de lidar com a desigualdade e a pobreza de rendimento. Alguns países latino-americanos e, mais recentemente, outros países tão diversos como a Nigéria, o Paquistão e a Turquia introduziram intervenções de base micro direcionadas, como transferências monetárias condicionais (caixa 3.7).⁷⁰ Os programas incondicionais de assistência social também adquiriram popularidade. Embora tais intervenções sejam úteis, poderão ser necessárias reformas mais estruturais, quando as comunidades e os grupos são excluídos sistematicamente do poder e da tomada de decisões.

Os processos para a dotação e a monitorização orçamentais também são fulcrais. Tem havido grandes melhoramentos na transparência fiscal – o que dá às pessoas uma ideia melhor acerca do dinheiro que o governo cobra e de como ele está a ser gasto e, em vários países, mais oportunidades de envolvimento no processo. Também têm sido feitos esforços para abordar as disparidades subjacentes – analisando as dotações por região e por género.⁷¹

A confirmação de sinergias positivas entre as políticas de promoção da equidade e o desenvolvimento humano é uma boa notícia.⁷² Conhecemos os tipos de políticas necessários para aumentar a equidade – reorientação das prioridades da despesa, diminuição das barreiras à entrada e garantia de que os ricos assumam a sua parte da carga fiscal. A forma de o conseguir varia em função do contexto – o aumento das taxas fiscais, por exemplo, pode ser um tiro no pé em países com uma grande economia informal. Mas o princípio básico segundo o qual as políticas para a redução das desigualdades também ajudam a reforçar o desenvolvimento humano pode orientar a formulação das políticas em contextos muito diferentes.

A história mais profunda: mercados, estados e o contrato social

Os mercados exibem uma enorme diversidade. Não existe um só tipo de sistema de mercado, tal como não existe um só tipo de Estado. As interacções entre indivíduos, empresas e instituições do Estado podem ser organizadas de diferentes formas. Os entendimentos fundamentais destes arranjos – os mecanismos de responsabilização e de aplicação que eles corporizam e as normas e expectativas a que dão origem – podem ser vistos como um contrato social. Geralmente, as instituições do Estado fornecem alguns bens e serviços e dão forma ao quadro no qual os mercados funcionam segundo a orientação do contrato social e das normas e práticas a ele associadas.⁷³

O mais notável acerca das experiências de desenvolvimento bem sucedidas é sua heterogeneidade. A França, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos da América geram, todos eles, bens e serviços abundantes que possibilitam a prosperidade

material das suas populações. E estão actualmente entre os países com níveis mais elevados de saúde, educação e liberdades políticas do mundo. Mas o modo como o Estado interage com o sector privado nesses países difere consideravelmente. Tomemos o sector financeiro. Os bancos alemães possuem e gerem empresas com frequência, as empresas japonesas tendem a possuir bancos e as empresas dos E.U.A. estiveram proibidas de se unirem a bancos até 1999.⁷⁴ Ou vejamos a educação. Em França, o governo nacional gere centralmente a educação; na Alemanha, são os governos federais a assumir a liderança; e nos Estados Unidos da América, os governos locais controlam as decisões escolares.

As diferenças são ainda mais marcadas nas estruturas institucionais que governam os mercados. No Chile, as transferências de poder são determinadas por eleições concorrentiais, o Estado tem um reduzido envolvimento na

O sector privado é fulcral para o desenvolvimento humano. Tem emergido recentemente entre as instituições de desenvolvimento um novo quadro conceptual sobre o papel do sector privado no desenvolvimento, que reconhece o papel dos mercados no alargamento de escolhas e oportunidades para as pessoas e famílias pobres, nas suas qualidades de produtores, consumidores e assalariados. Descrito de variadas formas, como, por exemplo, desenvolvimento inclusivo dos mercados, desenvolvimento do sector privado favorável aos pobres e funcionamento dos mercados em prol dos pobres, o seu preceito nuclear é a inclusividade.

Embora os rendimentos individuais das pessoas pobres sejam baixos, o seu poder de compra agregado é grande. O rendimento per capita médio dos aldeões do Bangladesh rural, por exemplo, é inferior a 200 dólares por ano, mas, como grupo, são enormes consumidores de serviços de telecomunicações. Em vários pontos do globo – no Bangladesh, na Índia, no Quénia e nas Filipinas – os serviços de telecomunicações móveis tornaram-se mais acessíveis às pessoas pobres, à medida que a concorrência e os avanços tecnológicos fizeram descer os preços. O acesso a serviços telefónicos melhora as vidas das pessoas pobres, permitindo-lhes comunicar através de longas distâncias e ajudando-as no seu trabalho. Os telemóveis também deram acesso a serviços financeiros básicos a muitas pessoas pobres. Por exemplo, o M-PESA, um serviço de telecomunicações móveis oferecido pela Safaricom, dá aos

quenianos uma forma rápida, segura e acessível de depositar e transferir dinheiro em qualquer parte do país e está actualmente disponível para cerca de 25% da população.

O sector privado presta, com frequência, serviços a pessoas pobres em áreas que o governo não consegue alcançar, como, por exemplo, o abastecimento de água ou as telecomunicações. Em lugares onde as escolas públicas são inadequadas, muitas famílias, mesmo famílias pobres, voltaram-se para as escolas privadas. Em Lahore, no Paquistão, por exemplo, 37% das crianças do grupo de rendimento mais baixo frequentam escolas privadas. O crédito é outro exemplo. O modelo de microfinanciamento do Grameen Bank no Bangladesh tem sido copiado por todo o mundo.

As parcerias público-privadas também estão a crescer, como no caso da GAVI Alliance, uma parceria público-privada global para a área da saúde que expandiu a cobertura das vacinações em 72 países em vias de desenvolvimento. Os seguros sociais são outro exemplo de parcerias público-privadas que ajudam a preencher uma lacuna na prestação pública de serviços. Na Colômbia, a Caixa de Compensação Familiar de Antioquia (COMFAMA), uma organização social sem fins lucrativos, presta serviços sociais nas áreas da saúde, da educação, da habitação, do crédito, da formação profissional e outras, a famílias vulneráveis das classes média e média-inferior, em colaboração com organizações internacionais.

Fonte: Alderman, Oratzem e Paterno, 2001; Prahalad, 2004; Nelson e Prescott, 2008.

produção de bens (excepto o cobre) e o mercado determina a dotação dos investimentos em pessoas e da educação. Com um regime de partido único, o Estado chinês detém uma parte significativa da economia (incluindo quase todo o sector bancário), nega acesso a serviços básicos à sua população migrante e limita a formação de sindicatos independentes. Na Tailândia, existe uma instabilidade política permanente e algum envolvimento das forças armadas nos assuntos políticos, enquanto que o poder económico, financeiro e político está concentrado numa pequena élite empresarial.⁷⁵

A variação nas instituições é ainda maior para alguns dos países que tiveram o maior sucesso nos avanços da saúde e da educação. A Tunísia teve o mesmo presidente nos últimos 23 anos, enquanto que o Nepal aboliu recentemente a monarquia após um prolongado conflito político. A Indonésia e o Omã fizeram muito do seu progresso na saúde e na educação sob um regime autoritário. No Bangladesh, apesar de vários reveses da governação desde a independência no início dos anos 1970, um extenso

conjunto de actores empreendedores externos ao governo (dos quais se destacam o BRAC e o Grameen Bank) alargou o crédito a milhões de pessoas pobres e apoiou a prestação de serviços essenciais.⁷⁶ Este é apenas um exemplo de como as práticas inovadoras podem redefinir as relações entre os sectores público e privado no processo de desenvolvimento (caixa 3.8).

Claramente, uma variedade surpreendente de instituições é compatível com o progresso humano. Podemos tentar compreender como elas organizam as relações entre os mercados e os Estados. Os mercados – entendidos como uma forma de organizar a produção que envolve um extenso uso da propriedade privada – podem ser um componente indispensável de qualquer sistema económico capaz de suportar o dinamismo sustentado necessário às mudanças transformadoras da maioria das dimensões do desenvolvimento humano. Mas os mercados não trazem o progresso em outras dimensões do desenvolvimento humano, e os indícios sugerem que os mercados são necessários mas, seguramente, não suficientes.

Os mercados inclusivos e contratos sociais que definem o desenvolvimento humano como uma prioridade são mais dinâmicos e mais consistentes, com maiores equidade e segurança

Estas observações remontam à exposição de Karl Polanyi, há mais de 60 anos, acerca do mito do mercado auto-regulado - a ideia de que as relações de mercado podem existir num vácuo político e institucional. Os mercados podem ser muito maus no fornecimento de bens públicos, como a segurança, a estabilidade, a saúde e a educação. Por exemplo, as empresas centradas na produção de bens com mão-de-obra barata intensiva ou na exploração de recursos naturais podem não querer uma força de trabalho mais instruída. E se houver uma oferta de mão-de-obra abundante, as empresas poderão importar-se pouco com a saúde dos trabalhadores. Vemos actualmente esse facto nos descuidados padrões de segurança ocupacional em muitos países em vias de desenvolvimento. Uma mudança das instituições de reciprocidade que predominam nas sociedades tradicionais para as relações de mercado pode enfraquecer os laços humanos e sociais que unem as comunidades.

Além disso, sem complementaridade social e acção do Estado, os mercados são particularmente fracos na protecção ambiental. Os mercados mal regulados podem criar as condições para a degradação e até para o desastre ambiental. Um exemplo recente é o derrame de petróleo no Golfo de México em 2010. Tais derrames são comuns: ao longo da última década, houve uma média de três ou quatro grandes derrames de petróleo por ano, que libertaram mais de 1,5 milhões de barris de petróleo.⁷⁸ E os derrames registados representam apenas cerca de um décimo do desperdício de petróleo que acaba nos oceanos todos os anos.⁷⁹ No delta do Níger, os derrames endémicos de petróleo, as descargas de resíduos e a queima de gases residuais destruíram ecologicamente zonas húmidas sensíveis, obstruíram vias aquáticas, mataram vida selvagem e danificaram a qualidade dos solos e do ar ao longo dos últimos 50 anos – arruinando as vidas das populações da região.⁸⁰

Outro exemplo chega-nos da Indonésia, onde um fluxo maciço de lamas que se seguiu a uma explosão numa zona de exploração de gás natural em 2006 cobriu milhares de hectares de terras, afectando dúzias de aldeias. Uma investigação independente concluiu que a erupção de lama se deveu às perfurações, mas a empresa rejeitou responsabilidades e recusou-se

a compensar adequadamente as populações afectadas.⁸¹ Prevê-se que o fluxo de lama continue por mais 30 anos.

Todas as sociedades precisam de definir regras básicas para as relações entre empresas, trabalhadores, comunidades e o Estado, assegurando os direitos de propriedade básicos e preservando o Estado de Direito – e determinando de quem é protegida a propriedade e que leis vigoram. As sociedades precisam de instituições para gerir os conflitos entre grupos e indivíduos e para resolver os litígios de uma forma metódica. Há muitos tipos de instituições que podem apoiar um desenvolvimento humano equitativo e sustentável – e muitos outros que podem falhar nesse objectivo.

As estruturas dos mercados, especialmente quando são dominadas por uma élite político-económica ou quando são abertas e participativas, ajudam a explicar se os mercados são inclusivos. Os mercados oligárquicos – incorporados nas instituições estatais – são frequentemente maus para o crescimento a longo prazo, mesmo se obtêm rendimentos para os influentes a curto prazo. Os mercados inclusivos e contratos sociais que definem o desenvolvimento humano como uma prioridade são mais dinâmicos e mais consistentes, com maiores equidade e segurança.

Alguns arranjos reflectem o poder político concentrado juntamente com uma considerável concorrência económica – como muitos caracterizaram a experiência chinesa.⁸² Tais arranjos tendem a gerar uma desigualdade elevara. Quando o Estado não é inclusivo, é difícil para as instituições responsáveis moderar os efeitos destrutivos dos mercados descontrolados sobre outras dimensões do bem-estar. Um estudo chinês recente encontrou uma relação positiva entre as mortes no trabalho e o crescimento industrial, sugerindo que, na China, um crescimento mais lento poderia literalmente poupar vidas.⁸³

A regulação requer um Estado capaz, e a capacidade do Estado é, com frequência, reduzida. Por vezes, os governos dos países em vias de desenvolvimento tentaram imitar o comportamento de um Estado desenvolvido moderno sem terem os recursos ou a capacidade. Por exemplo, muitos países

latino-americanos falharam os seus esforços no sentido de desenvolver uma política industrial direcionada que apoiasse políticas encorajadoras da produção interna em detrimento das importações.⁸⁴ Em contraste, uma lição importante dos sucessos da Ásia Oriental foi a de que um Estado concentrado e capaz pode ajudar a impulsionar o desenvolvimento e o crescimento dos mercados.

As organizações da sociedade civil também podem refrear os excessos dos mercados e do Estado. Na Indonésia, organizações não governamentais (ONG), a imprensa e os sindicatos exerceram pressões sobre o Estado para expansão das liberdades políticas e implementação de programas de redução da pobreza após a crise financeira de 1997. Mas os governos que visam controlar as dissidências podem restringir a actividade da sociedade civil. Em 2009, por exemplo, o governo etíope proibiu que as ONG com mais de 10% de financiamento externo se envolvessem em quaisquer actividades relacionadas com a democracia, a justiça ou os direitos humanos.

Factores externos – como os termos de choques comerciais ou uma ameaça de invasão – podem provocar mudanças nas políticas com efeitos a longo prazo positivos. Por exemplo, entre as experiências de crescimento mais bem sucedidas incluem-se o Chile, a Coreia do Sul e a província chinesa de Taiwan, onde as elites económicas enfrentaram a ameaça de extinção devido a tomadas de poder por regimes de esquerda. Os líderes empresariais permitiram que os formuladores de políticas desfrutassem de autonomia suficiente para garantirem o sucesso económico, uma pré-condição para a sobrevivência da classe dominante.⁸⁵

Os factores internos também podem provocar mudanças nas políticas. O colapso do poder dos barões da indústria provocado pelo Presidente Theodore Roosevelt nos E.U.A., o avanço do México para a liberalização e a entrada no North American Free Trade Agreement (Acordo de Comércio Livre da América do Norte) após a crise da dívida e a mudança para o dinamismo democrático em Espanha após a morte de Franco são três exemplos.⁸⁶ Mas o equilíbrio está longe de ser o ideal quando os oligarcas podem continuar a beneficiar das

fraquezas normativas e judiciais do Estado. No México, a privatização dos monopólios naturais abriu oportunidades lucrativas para os grupos empresariais com ligações políticas, criando algumas das maiores fortunas individuais do mundo.

A dinâmica pode ser virtuosa quando os países fazem a transição para instituições de mercado inclusivas e instituições políticas correntes – embora isso seja difícil e raro. Mas, mesmo em sociedades altamente desiguais, como demonstra o exemplo da África do Sul pós-apartheid, os governos podem encorajar a participação generalizada sem sacrificarem as reformas necessárias – embora persistam os desafios da inclusão dos pobres e dos não organizados.⁸⁷ Em última análise, as formas oligárquicas de capitalismo tendem a conter as sementes da sua própria extinção, seja porque asfixiam a inovação – como no fracasso dos regimes de substituição de importações da América Latina – ou porque o progresso material amplia as aspirações das pessoas, pelo que a manutenção do poder se torna mais difícil.

* * *

O dinheiro é importante mas os dados existentes demonstram esmagadoramente que podem ser alcançados excelentes melhoramentos noutros aspectos do desenvolvimento humano sem fazer estagnar o crescimento económico

Este capítulo destinou-se a explicar o progresso global e a variabilidade local e a ausência de uma relação sistemática entre o crescimento económico e o progresso noutras dimensões do desenvolvimento humano. A nossa história destacou a transmissão de ideias e tecnologias. O dinheiro é importante – mas os dados existentes demonstram esmagadoramente que podem ser alcançados excelentes melhoramentos noutras aspectos do desenvolvimento humano sem fazer estagnar o crescimento económico. A diversidade de caminhos e resultados é atribuível a diferenças na estrutura dos mercados e na sua interacção com o Estado e as instituições, com um papel fulcral para a inclusividade do sistema político.

O que nos dizem estes resultados sobre a agenda política, tanto nacional como internacional? Identificámos algumas correlações do progresso – ou da sua inexistência – e chegámos a algumas conclusões empíricas acerca de quais são as mais importantes. Mas a maior parte dos

dados sugere que as diferentes combinações de políticas podem originar resultados diferentes, dependendo do contexto institucional e das limitações estruturais.

A história é encorajadora mas pede cautela. É encorajadora porque o progresso é possível mesmo sem grande volume de recursos: a maioria dos países tem os meios para melhorar as vidas das pessoas. E pede cautela porque o sucesso não é garantido e porque os percursos para o sucesso variam e são específicos das condições institucionais, políticas e históricas de um país.

Em vez de pensarmos em receitas políticas universais, podemos aplicar princípios fundamentais para informar o pensamento acerca das estratégias e políticas de desenvolvimento.

Ilustramos este aspecto na nossa discussão sobre políticas redistributivas; as políticas para a promoção da equidade também têm uma forte probabilidade de promover o desenvolvimento humano, ainda que difiram de um país a outro. No capítulo 6 são apresentados outros princípios para orientação das políticas.

Uma abordagem às políticas centrada em princípios básicos e não em recomendações universais assemelha-se à abordagem do pensamento sobre a justiça apresentado no capítulo 1, mostrando que é possível identificar possibilidades para o progresso no melhoramento das vidas das pessoas sem que haja um pleno acordo quanto à definição exacta do que seria uma sociedade ideal.

Os capítulos 2 e 3 analisaram o desenvolvimento humano ao longo dos últimos 40 anos, destacando o progresso global e as variações locais nas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e rendimento. No entanto, o âmbito desta análise estava incompleto porque o desenvolvimento humano tem um alcance muito mais vasto. A capacitação, a igualdade e a sustentabilidade são algumas das partes intrínsecas da liberdade das pessoas viverem vidas que tenham motivos para valorizar.

Este capítulo propõe-se compreender o que aconteceu a estas dimensões do desenvolvimento humano, que são tão importantes como as que o IDH abrange. Há menos consenso relativamente ao que o progresso nestas frentes envolve e verifica-se uma ausência de medidas. Contudo, a ausência de quantificação não é motivo para ignorá-las.

A principal conclusão é a seguinte: mesmo quando os países realizam progressos no IDH, nem sempre evoluem nas dimensões mais vastas. Os países podem ter um elevado IDH e serem

antidemocráticos, desiguais e insustentáveis; tal como podem ter um baixo IDH e serem relativamente democráticos, igualitários e sustentáveis. Este aspecto relembra-nos a amplitude e a complexidade da agenda do desenvolvimento humano: não podemos assumir que tudo o que é bom vem sempre junto. Estes padrões desafiam a forma como pensamos sobre o desenvolvimento humano, as suas medidas e as políticas para melhorar os resultados e os processos ao longo do tempo, questões que debatemos no capítulo 6.

As dimensões mais vastas do desenvolvimento humano

A Noruega e os Estados Unidos são, de uma maneira geral, bons países para uma pessoa nascer. O IDH capta correctamente esta percepção, classificando-os em primeiro e em quarto lugar a nível global. A avaliação comparativa aplica-se ao que medimos no IDH (esperança de vida, escolarização e rendimento) e a algumas das outras dimensões do bem-estar não incluídas no IDH. Estes países são democracias robustas, com uma separação de poderes eficaz, respeito pelo Estado de direito e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos.

Contudo, não se classificam bem em todas as dimensões, nomeadamente na sustentabilidade ambiental.¹ A pegada ecológica do consumo, que mede a área terrestre e aquática biologicamente produtiva necessária para regenerar os recursos que um país consome, sugere

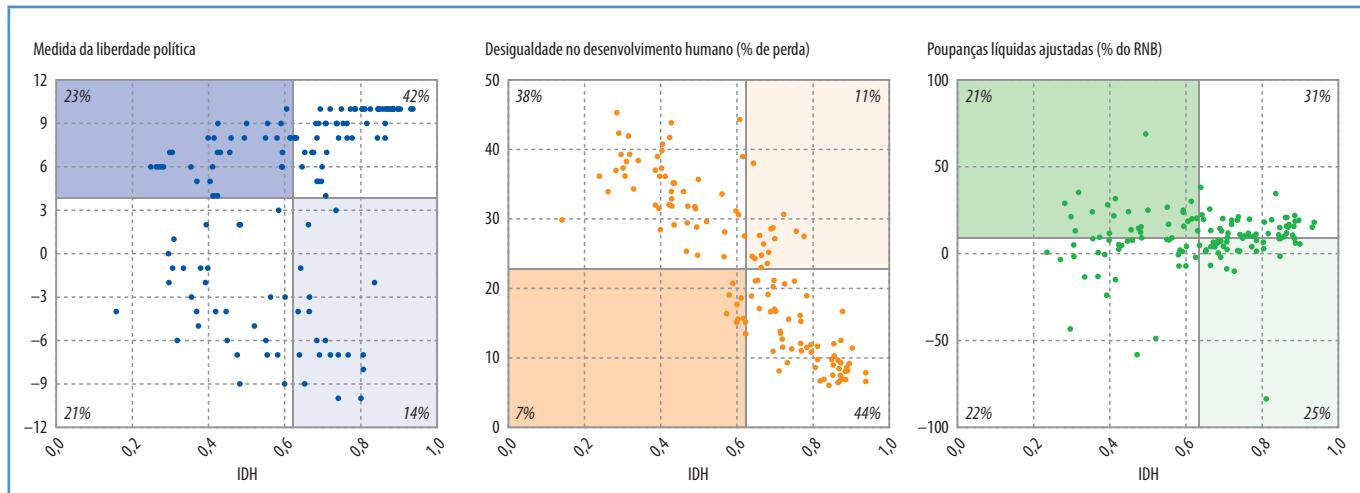
que os Estados Unidos consomem 4,5 vezes o que seria consistente com a sustentabilidade ambiental global e a Noruega 3,1 vezes.

A figura 4.1 ilustra a relação entre o IDH e a capacitação, a desigualdade e a sustentabilidade, utilizando uma medida de liberdade política, a perda de desigualdade no IDH, e uma medida de sustentabilidade.

Exceptuando a desigualdade, o padrão não é inteiramente explícito. Não existe nenhuma relação estatisticamente relevante entre a sustentabilidade e o IDH. A democracia está, em média, positivamente relacionada com o IDH, mas a variação em torno desta relação é muito superior do que o é para a desigualdade. A ausência de correlação pode ser ilustrada pelo grande número de países que têm um IDH elevado mas um desempenho fraco nas outras variáveis, o que

**FIGURA
4.1****Um Índice de Desenvolvimento Humano elevado não significa necessariamente democracia, igualdade ou sustentabilidade**

Correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e as dimensões mais vastas do desenvolvimento humano, 2010



Nota: Os dados referem-se a 2010 ou ao ano mais recente disponível. As linhas demonstram as médias das distribuições. Os valores percentuais reflectem a quota dos países em cada quadrante. Ver capítulo 5 relativamente à construção e aos resultados das medidas de desigualdade.

Fonte: Cálculos do GRDH baseados no Banco Mundial (2010g) e Marshall e Jaggers (2010).

é demonstrado pelas áreas de sombra mais clara da figura 4.1. Cerca de um quarto dos países têm um IDH elevado, mas uma baixa sustentabilidade; verifica-se um cenário semelhante, embora menos marcado, no que respeita à democracia.

Estas correlações simples constituem uma ilustração grosseira de uma realidade bastante mais complexa. Têm-se realizado amplos debates sobre as ligações entre a democracia e o desenvolvimento económico e social, por exemplo, e sobre o papel da igualdade no desenvolvimento.³ É razoável assumir que existem

sinergias positivas e apresentamos fortes indícios deste efeito mais abaixo. No entanto, não podemos ter a certeza de que os aumentos no IDH venham a ser acompanhados por melhorias nas dimensões mais vastas do desenvolvimento humano ou que as melhorias nessas dimensões venham a gerar aumentos no IDH.

Seguidamente, iremos avaliar as tendências nas dimensões mais vastas do desenvolvimento humano, a extensão pela qual estas tendências qualificam as conclusões sobre o progresso e as implicações políticas.

Capacitação

A frase que abria o preâmbulo da Carta das Nações Unidas sustenta o progresso no contexto mais vasto da “liberdade alargada”. A capacitação – o aumento da capacidade das pessoas para provocarem a mudança – é central para a abordagem das capacidades. Sublinha a capacidade das pessoas e grupos para se envolverem, moldarem e beneficiarem dos processos políticos e de outros processos de desenvolvimento nas famílias, comunidades e países. Intrinsecamente válida, a capacitação também tem sido relacionada com muitos resultados do desenvolvimento. Não obstante, é difícil quantificar níveis e tendências, dadas as diferentes

visões sobre o que é importante e a ausência de medidas comparáveis a nível internacional. Centrar-nos-emos nos melhores indicadores disponíveis, conscientes de que representam apenas “simples janelas para realidades complexas”⁴ – estando inclusivamente limitadas nessa função.

A capacitação é reconhecida desde o primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)*. A introdução ao RDH de 1990 afirma: “A liberdade humana é vital para o desenvolvimento humano. As pessoas devem ser livres de exercer as suas escolhas em mercados devidamente operacionais e devem ter um papel decisivo na modelação

dos seus quadros políticos".⁵ Sublinhava a necessidade de medição das liberdades políticas, porque "a avaliação atribuída a metas de desenvolvimento humano semelhantes é bastante diferente, consonante tenham sido atingidas num contexto democrático ou autoritário". O *RDH* de 1993 sobre a participação foi o primeiro a abordar directamente a capacitação, que serviu também de base ao *RDH* de 2000 sobre os direitos humanos, ao *RDH* de 2002 sobre a democracia e ao *RDH* de 2004 sobre as liberdades culturais.⁶ Vários *RDH* nacionais recentes também se concentraram na capacitação, muitos dos quais produziram medidas inovadoras. Um *RDH* do Nepal apresentou um índice que captava a exclusão social e política de diferentes grupos da população, revelando consideráveis disparidades geográficas e uma ausência de correlação com o *IDH*. Um *RDH* do Chile criou um índice do poder das pessoas com base em informações recolhidas através de inquéritos de percepção, que examinavam o acesso a redes sociais, o acesso a bens e serviços públicos e as atitudes face ao poder. E alguns *RDH* da República Dominicana analisaram as dimensões da capacitação e desenvolveram um novo índice com componentes individuais e colectivas.⁷

Uma mudança nas expectativas

Factores contextuais fundamentais e, acima de tudo, os fortes aumentos verificados nas metas de alfabetização e educação em muitas partes do mundo reforçaram a capacidade das pessoas de fazerem escolhas informadas e responsabilizarem os governos. Verificou-se também uma grande mudança ao nível das normas e expectativas em diversos locais, apesar de se tratar de um processo lento.

A revolução tecnológica, em conjunto com a globalização, transformou a paisagem política. A proliferação de telemóveis e da televisão por satélite, aliada ao alargamento do acesso à Internet, aumentou largamente a disponibilidade de informação e a capacidade de expressão de opiniões. A utilização destas tecnologias é bastante elevada nos países desenvolvidos – em 2008, 70% das pessoas utilizavam a Internet e as assinaturas de telemóveis ascendiam ao valor de 1,5 *per capita* –, mas ainda baixa nos países com um baixo *IDH*

(figura 4.2). No entanto, o crescimento ao longo da década passada tem sido impressionante: nos países com um baixo *IDH*, a utilização da Internet cresceu mais de 4000% e a proporção de pessoas com assinaturas de serviços de telefone perto de 3500%.⁸ As novas tecnologias podem dar voz a pessoas marginalizadas, embora haja quem argumente que estas inovações consolidam o poder de pessoas que já detêm alguns recursos.⁹

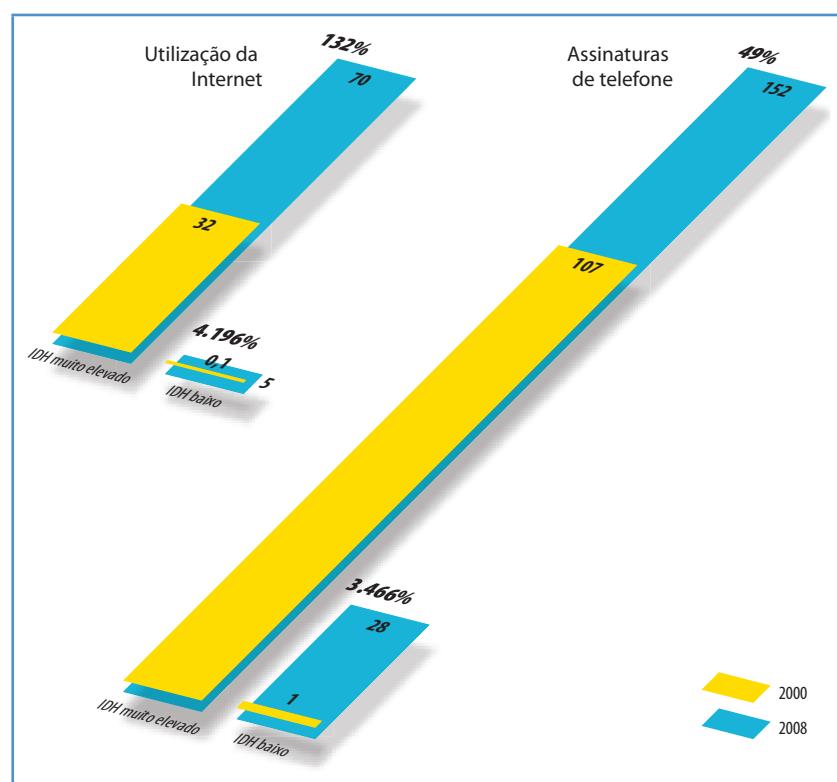
Os drásticos aumentos da cobertura da Internet e da utilização de telemóveis tiveram lugar mesmo na presença de barreiras estruturais. Por exemplo, a taxa média de electrificação nos países em desenvolvimento em 2008 era ainda de apenas 70%. Nas áreas rurais, era de somente 59% e a percentagem era ainda mais baixa (21%) nos países com um baixo *IDH*.¹⁰

A globalização catapultou as questões internas para a arena internacional. Uma expressão desta tendência é o aumento da representação da

**FIGURA
4.2**

Crescimento rápido nas tecnologias de comunicação, mas ainda um baixo acesso nos países mais pobres

Número de pessoas que utiliza a Internet e com assinaturas de telefone por 100 pessoas, por nível de desenvolvimento humano, 2000 – 2008



Nota: Os números acima das barras representam o crescimento em percentagem ao longo do período. As assinaturas de telefone incluem a rede móvel e a rede fixa.

Fonte: UIT 2009.

sociedade civil global e transnacional: calcula-se que o número de organizações internacionais cresceu mais de cinco vezes entre 1970 e 2010, para 25.000¹¹ Os protestos têm frequentemente uma dimensão internacional, como comprovam os boicotes ao regime do apartheid na África do Sul, as mobilizações com vista a pôr fim aos conflitos no Darfur e o apoio, frequentemente nos países ocidentais, aos protestantes pró-democracia no Irão e em Mianmar.

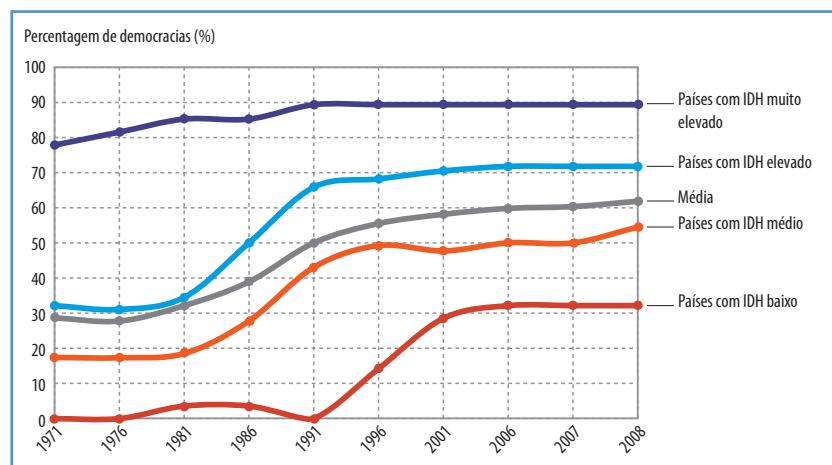
Democracia e liberdade de escolha

Face a este cenário, verificou-se uma democratização generalizada e um aumento na liberdade assumida pelas pessoas para fazer escolhas.¹² A nível nacional, assistimos à expansão da democracia processual e formal e, ao nível sub-nacional, ao aumento de processos locais e participativos sob diversas formas e com maiores possibilidades para a implementação do princípio da responsabilização. Verificaram-se algumas melhorias na proteção dos direitos humanos, mas também alguns retrocessos. Grupos com base na sua identidade e sujeitos historicamente à exclusão e privação estão consideravelmente mais envolvidos em acções políticas e sociais, embora as desigualdades persistam.

FIGURA 4.3

Mais países adoptam a democracia

Tendências na democracia, por nível de IDH e em geral, 1971 – 2008



Nota: Os dados são calculados como o número de democracias com alternância de partidos no governo enquanto percentagem do número de governos antidemocráticos mais as democracias sem alternância.

Fonte: Cálculos do GRDH com base em Cheibub, Gandhi e Vreeland (2009).

Dados de inquéritos sugerem que a maior parte das pessoas do mundo se sente livre para fazer as suas escolhas e que está satisfeita com a sua liberdade.¹³ A satisfação actual varia por região: as pessoas estão mais satisfeitas nos países desenvolvidos (80%), seguindo-se a Ásia Oriental e Pacífico (77%), e menos satisfeitas na Europa e na Ásia Central (50%), o que pode reflectir sublevações associadas a transições ou diferenças latentes nas perspectivas que se abrem. As tendências registadas relativamente à liberdade de escolha, disponíveis para 66 países, sugerem uma melhoria geral ao longo do tempo.

Em 1970, cerca de 30 países recusaram o sufrágio universal e semelhantes direitos para participar em eleições, discriminando predominantemente as mulheres, com a notável excepção da África do Sul, onde as populações negras e indianas que compunham a maioria viram recusado o direito ao voto. Estas restrições foram, na quase totalidade, eliminadas.¹⁴ Ainda que o direito ao voto seja agora praticamente universal, a percentagem de cargos ocupados por via eleitoral varia bastante e alguns países, como a Arábia Saudita, ainda restringem os direitos de voto das mulheres.

Um governo democrático e a protecção dos direitos humanos são pilares da liberdade política. Contudo, a diferença entre os estados democráticos e antidemocráticos nem sempre é linear e, na prática, os estados autocráticos, democráticos e em transição apresentam mais diversidade e versatilidade do que as simples catalogações poderiam sugerir. Posto isto, o número de democracias aumentou de menos de um terço dos países no início da década de 70 para mais de metade em 1996 e para três quintos em 2008 (figura 4.3).¹⁵ Quando incluímos os Estados que são formalmente democráticos, mas em que o partido do governo ainda não perdeu eleições, delegando assim o poder,¹⁶ o número ultrapassa os quatro quintos.

A maioria dos países no grupo com um IDH muito alto consiste em democracias. Os países com um baixo IDH registraram os avanços mais significativos na democratização: nenhum era democrático em 1991, em comparação com cerca de um terço em 2008.

Os avanços mais acentuados deram-se na Europa e na Ásia Central, seguidas pela América

Latina e Caraíbas. Entre os países em desenvolvimento da Europa e da Ásia Central, o único país democrático em 1988 era a Turquia. Nos três anos seguintes, 11 dos 23 países da região converteram-se em democracias e outros dois tornaram-se democráticos desde 1991. Na América Latina e Caraíbas, a maioria dos países não era democrática em 1971 e várias democracias regrediram para o autoritarismo durante a década de 70.¹⁷ Em virtude da onda de mudança política que se seguiu, quase 80% dos países eram democráticos em 1990. Em 2008, graças às mudanças dos regimes do Equador e do Peru, a proporção chegava aos 87%. A Ásia Oriental e Pacífico e a África Subsariana também reflectem reformas. Apesar de 6% dos governos em ambas as regiões eram democráticos em 1970, ao passo que em 2008 a percentagem subira para 44% na Ásia Oriental e Pacífico e para 38% na África Subsariana. Apesar dos Estados Árabes mostrarem poucos sinais de democratização profunda (caixa 4.1).

Em muitos casos, incluindo recentemente o Nepal e o Paquistão, crises de legitimidade suscitaram a transição de Estados autoritários. No

entanto, consolidar a prática democrática tem-se revelado mais difícil. Muitas eleições nacionais foram manchadas por uma onda generalizada de fraudes e intimidação dos eleitores, como as que tiveram lugar recentemente no Afeganistão, no Quénia e na Nicarágua. E até mesmo resultados oficiais de eleições pacíficas foram vigorosamente contestados, incluindo as que se realizaram nos Estados Unidos em 2000 e no México em 2006.

Alguns governos antidemocráticos tomaram medidas a favor da democratização, como os vários “governos de unidade” na África Subsariana, como é o caso do Sudão. Embora a partilha de poder negociada possa evitar ou ajudar a acabar com conflitos, poder-se-ão seguir ciclos de protesto e repressão. Outros governos enfrentaram a ameaça de movimentos populares utilizando mecanismos democráticos para fazer recuar a democracia.¹⁸ Uma coligação islâmica pró-talibã procurou a vitória eleitoral de forma explícita em províncias-chave do Paquistão como um passo em direcção à instauração de uma teocracia.¹⁹

CAIXA 4.1

O défice democrático nos Estados Árabes

O Relatório de Desenvolvimento Humano dos Estados Árabes de 2009 ilustrou significativos contrastes entre a prática real e o apoio formal à democracia, aos direitos humanos e ao Estado de direito. Alguns dos países têm um sistema multipartidário, nomeadamente Argélia, Egito, Jordânia, Tunísia e Iémen, enquanto o Líbano e Marrocos se destacam desde a sua independência por terem estabelecido o pluralismo político. No entanto, muitos governos continuam a restringir as liberdades políticas; todos os Estados do Golfo excepto o Barém, por exemplo, baniram as organizações políticas.

Verificou-se recentemente uma série de reformas democráticas na região, muitas das quais frustradas por medidas contrárias que limitam os direitos dos cidadãos noutros aspectos. Entre os passos positivos contam-se o estabelecimento de assembleias representativas em Omã, no Qatar e nos Emirados Árabes Unidos, o regresso de um presidente eleito no Barém e a realização de eleições presidenciais com vários candidatos no Egito em 2005. Tiveram lugar eleições locais na Arábia Saudita em 2006, mas o voto foi limitado aos cidadãos do sexo masculino.

Até à data, estas reformas “não alteraram a base estrutural do poder nos Estados árabes, onde o ramo executivo permanece dominante e sem supervisão por qualquer forma de responsabilização” (p. 69). Por exemplo, juntamente com a nova constituição iraquiana, surgiu uma prorrogação de um estado de segurança que permite a suspensão de

liberdades constitucionais. O Egito alterou a sua constituição para permitir eleições presidenciais com vários candidatos, mas promulgou em seguida uma lei que limita este direito aos partidos existentes. Na Argélia, à Carta para a Paz e Reconciliação Nacional seguiram-se rapidamente um prolongamento do mandato presidencial, a remoção de limites aos mandatos e a continuação da proibição sobre a Frente Islâmica de Salvação. Padrões semelhantes são evidentes na Tunísia, Qatar, Arábia Saudita, Sudão e Emirados Árabes Unidos.

Muitos governos da região parecem ter conseguido resistir às tendências pluralistas devido às enormes rendas e controlo proporcionados pelo petróleo. A economia política permite ao Estado isolar-se recorrendo a extensas redes de patrocínio e consideráveis forças de segurança. As rendas do petróleo eliminam a necessidade de cobrar impostos, reduzindo assim a responsabilização. Para os países sem petróleo (Jordânia, Marrocos e Tunísia), poder-se-á considerar que a ajuda estrangeira desempenha um papel semelhante. Em comparação com outras economias com rendimentos semelhantes, o sector empresarial é relativamente fraco, assim como a sociedade civil. Todos os países da região, à excepção da Líbia, permitem a existência de organizações civis, mas as leis e regulamentações restringem as suas actividades. Consequentemente, “poucos árabes sentem que têm algum poder para mudar as actuais condições no seu país através da participação política” (p. 73).

A maior parte dos melhoramentos na posição de grupos de base identitária tradicionalmente sujeitos a exclusão e privação ocorreu sob auspícios democráticos ou durante transições democráticas

Estas diversas experiências realçam o facto de que a democracia abrange uma amplitude de providências institucionais e configurações de poder e que as autocracias também não são impermeáveis. Os processos são abertos, geralmente não lineares e sujeitos a trajectórias divergentes, bem como a retrocessos parciais e incerteza prolongada.²⁰

A tendência de democratização é evidente não apenas nas eleições nacionais, mas também nas eleições regionais e locais. O aumento de processos locais e participativos tem assumido diversas formas, incluindo a descentralização em unidades governamentais subnacionais, tal como acontece em muitas regiões da América Latina e no sistema *panchayati raj* na Índia rural. Tal tem acompanhado e, por vezes, desencadeado uma poderosa narrativa na comunidade do desenvolvimento acerca da participação dos cidadãos na linha da frente da prestação de serviços.

Apesar de ser difícil fazer a comparação entre países, a descentralização aumentou de um modo geral na maior parte do mundo. Em 2009, 95 de 120 países (cerca de 80%) tinham governos locais, nos quais pelo menos a legislatura fora eleita e, em metade desses países, tanto o executivo como a legislatura foram eleitos.²¹ Os dados sobre a descentralização fiscal, bastante incompletos, sugerem que, nos países que forneceram dados, cerca de 25% da despesa ocorreram a nível subnacional.

A capacitação na arena política pode ser ameaçada pelo apoderamento de instituições-chave por parte das elites,²² embora alguns dados sugiram que a abertura dos sistemas políticos pode gerar uma tomada de decisões mais justa, mesmo que as elites participem mais do que outras facções.²³ Em parte, tal depende das estruturas institucionais e do comportamento das elites, quer procurem extrair lucros ou transmitir preferências comunitárias locais, o que, por sua vez, pode ser influenciado pela educação média da comunidade.²⁴

O aumento da democratização e da globalização parece estar associado a uma melhor posição de muitos grupos com base na sua identidade, tradicionalmente sujeitos à exclusão e privação.²⁵ Os casos mais marcantes incluem a transição do apartheid na África do Sul, o surgimento (ou reemergência) de movimentos

indígenas na América Latina e Caraíbas, com os partidos políticos associados a esses movimentos a assumirem o poder na Bolívia, e a crescente importância da política de castas inferiores ao nível estadual na Índia. A maioria destes avanços deu-se sob os auspícios de democracias ou durante transições democráticas. Tal como acontece com as transições democráticas, a capacitação de grupos desfavorecidos foi mais bem sucedida quando resultava da sua mobilização política.

Foram também envidados esforços para melhorar a posição dos povos indígenas através de fóruns políticos e outras instituições consultivas que procuram dar voz a esses grupos e através do fortalecimento de mecanismos tradicionais para a administração e justiça locais. No entanto, esses mecanismos consultivos foram criticados por limitar a participação das pessoas à discussão de questões pré-determinadas, ao invés de permitir que as pessoas participem de forma significativa. A ausência de expressão é também um problema para os refugiados e os migrantes, que têm frequentemente de se sujeitar a longos períodos na incerteza, tendo deixado de fazer parte do seu país de origem e sem poderem participar a nível político nos países de acolhimento.²⁶

As mulheres fizeram algumas incursões notáveis na ocupação de cargos políticos, tornando-se chefes de Estado e legisladoras no topo da hierarquia. Cerca de um em cada cinco países tem uma quota imposta por lei ou pela constituição que reserva uma percentagem de assentos parlamentares às mulheres, o que contribuiu para um aumento na participação das mulheres de menos de 11% em 1975 para 19% em 2010 (ver capítulo 5). E, nalguns casos, a proeminência das questões de género cresceu em simultâneo.²⁷

Não obstante, os dados sugerem que as mulheres têm uma baixa participação ao nível local: por exemplo, tanto na América Latina como na Europa, as mulheres ocupavam cerca de um décimo dos cargos de presidente da câmara e menos de um quarto dos lugares nos conselhos locais.²⁸ Uma excepção é a Índia, onde 30% dos lugares do governo local (*panchayat*) estão destinados a mulheres, o que

exerce efeitos evidentes nos padrões da despesa social.²⁹

Direitos civis e políticos

Os direitos civis e políticos são pilares da capacitação, mas os seus padrões e tendências entre países são difíceis de avaliar. As violações de direitos denunciadas podem ser enganadoras, uma vez que os regimes mais repressivos podem ser aqueles onde a comunicação de informação é mais difícil, além de que a quantificação de abusos dos direitos humanos é difícil em qualquer contexto. Avaliamos criteriosamente as fontes de dados existentes e determinámos que seria inadequado utilizar dados de um governo ou quaisquer dados de uma organização não governamental próxima de um governo. Os padrões seguidamente apresentados e na tabela estatística 6 baseiam-se numa escala desenvolvida para codificar as práticas de direitos humanos com base em relatórios da Amnistia Internacional.³⁰

Em 2008, a média mais baixa de violações dos direitos humanos foi registada nos países desenvolvidos, ao passo que a mais alta foi nos Estados Árabes e no Sul da Ásia, o que está em linha com as avaliações regionais. A Organização Árabe para os Direitos Humanos denunciou que a tortura era oficialmente praticada em oito Estados Árabes e a detenção ilegal em 11 países da região.³¹ E a Comissão dos Direitos Humanos da Ásia possui provas de abusos endémicos na maioria dos países daquela região.³²

Os níveis de violações de direitos humanos denunciadas mantiveram-se praticamente inalterados a nível global ao longo dos últimos 40 anos.³³ Contudo, na última década, verificou-se uma ligeira acentuação nos países desenvolvidos, em parte devido a medidas tomadas por ocasião dos ataques de 11 de Setembro de 2001 aos Estados Unidos. Os maus-tratos de prisioneiros detidos nos campos de detenção na Baía de Guantánamo pelo governo norte-americano foram documentados pela Cruz Vermelha e outros grupos de direitos humanos e vários países têm agora em vigor severas leis antiterrorismo. A Lei Anti Terrorismo de 2005 da Austrália, por exemplo, permite ao governo

deter, limitar os movimentos e solicitar informações sobre qualquer potencial suspeito sem que haja causa, para além de reduzir a liberdade de expressão.

Espera-se que a democratização melhore a responsabilização, apesar de não ser possível garantir-lo, particularmente quando as informações são limitadas e as oportunidades de envolvimento político são escassas.³⁴ Talvez o aspecto mais fundamental da responsabilização seja a proteção por parte do governo das liberdades civis básicas das pessoas e a sua capacidade de resposta em relação a grupos minoritários. Ao longo das últimas décadas, muitos governos se comprometeram com as convenções e pactos das Nações Unidas e as instituições nacionais desenvolveram-se no sentido de salvaguardar os direitos humanos.³⁵

No entanto, muitos países continuam a violar os direitos humanos básicos apesar destas medidas de proteção. Em 2009, 26 países detiveram jornalistas cujos pontos de vista foram considerados ameaçadores e 58 países mantiveram a pena de morte, embora a maioria não a tenha utilizado.³⁶ Não só prevalecem abusos de direitos humanos, como em muitos países as pessoas sentem que não podem expressar-se livremente: em cerca de um terço de 142 países sondados entre 2006 e 2009, maioritariamente na África Subsaariana, mas também em grande parte da América Latina e Caraíbas, pelo menos 25% dos inquiridos sentiam que “a maior parte das pessoas” no seu país tinha receio de expressar abertamente as suas opiniões políticas.³⁷ Em todos os países à exceção de dois, o Botsuana e a Irlanda, menos de metade dos inquiridos considerava que “ninguém tinha receio” de expressar opiniões políticas. Finalmente, assistiu-se a um progresso internacional evidente no reconhecimento dos direitos das minorias sexuais nos últimos anos, nomeadamente com a Declaração da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2008 de apoio à descriminalização da homossexualidade, que foi assinada por 60 países até à data. Todavia, persistem barreiras nas leis nacionais e na prática. Em 2009, a homossexualidade era ilegal em 76 países, com punições que iam de vários anos de prisão até à prisão perpétua. No Irão, Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão e Iémen (bem como em partes da Nigéria e da Somália), era punível com a

Espera-se que a democratização melhore a responsabilização, apesar de não ser possível garantir-lo

Os dados sugerem um aumento na capacitação – tanto das pessoas para exprimirem as suas opiniões como das instituições que possibilitam o exercício do poder

morte.³⁸ Em 2009, o parlamento ugandês debateu um projecto de lei que propunha prisão perpétua para quem cometesse actos homossexuais e a pena de morte para alguns casos.³⁹

* * *

De uma maneira geral, os dados sugerem um aumento da capacitação, tanto na capacidade de as pessoas expressarem as suas opiniões e agirem em linha com os seus valores como nas instituições que possibilitam o exercício do poder.

Desigualdade

O desenvolvimento humano não pode basear-se na exploração de alguns grupos por outros ou num maior acesso a recursos e poder por parte de alguns grupos. O desenvolvimento desigual não é desenvolvimento humano.

Desde o início que os *RDH* deram uma profunda atenção à privação e à desigualdade. Os primeiros *RDH* ajustaram a dimensão do rendimento do IDH em função da desigualdade. Os índices de pobreza humana foram apresentados nos *RDH* de 1997 e 1998 e o *RDH* de 2005 explorou as desigualdades no desenvolvimento humano.⁴⁰ Muitos *RDH* Nacionais, incluindo o da Federação Russa (1998) e o da Mongólia (2007), também exploraram a pobreza e a desigualdade ao nível local.

A equidade e o IDH estão sistematicamente relacionados: os países que se classificam bem no IDH tendem a ser mais justos. Este resultado revela-se consistente com estudos que demonstram que a redução da desigualdade, tanto na população em geral como entre géneros e outros grupos, pode melhorar os resultados gerais na saúde e na educação, bem como o crescimento económico.⁴¹

Contudo, persiste uma considerável variação em torno da relação entre desigualdade e IDH, especialmente nos países de baixo e médio IDH. Por exemplo, a desigualdade é quase três vezes maior na Namíbia e no Quirguizistão, países com um IDH de 0,6.⁴² Além disso, como os capítulos 1 a 3 ilustraram, a correlação de duas variáveis num dado momento não garante que seja sempre acompanhada pelo progresso nas variáveis. Efectivamente, os

A maioria das pessoas vive agora em Estados democráticos e a descentralização cresceu a um ritmo acelerado, nomeadamente na Índia e na América Latina e Caraíbas. No entanto, muitos factores restringem ainda a participação e o progresso na protecção dos direitos humanos tem-se mostrado reduzido, não obstante a democratização e a descentralização. A continuação da insatisfação com a capacidade de escolher e com a capacidade de resposta das instituições estatais sugere a necessidade de envidar mais esforços nos mecanismos de responsabilização.

dados sobre a dimensão do rendimento, ainda que mais imprecisos do que para as outras dimensões, demonstram uma acentuação das desigualdades no interior dos países.

Desigualdade de rendimentos crescente

Na medida em que os rendimentos médios podem ser enganadores, especialmente quando a desigualdade é elevada, a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi recomendou a utilização de medianas para revelar a situação de uma pessoa “comum”. Nos Estados Unidos, por exemplo, o rendimento médio é quase um terço superior ao rendimento mediano e o intervalo está a alargar-se, o que constitui um tópico de debate entre os formuladores de políticas e os académicos.⁴³ Outros países desenvolvidos, como a Itália e a Nova Zelândia, apresentam intervalos igualmente extensos e o intervalo mostra-se frequentemente extenso também nos países em desenvolvimento: mais de 50% na Costa do Marfim e 60% na Libéria e na Zâmbia.

No entanto, a diferença entre o rendimento médio e mediano não é a melhor medida de desigualdade entre todas as pessoas da sociedade, já que ignora a forma como o rendimento se concentra em diferentes pontos da distribuição.⁴⁴ A alternativa mais popular é o coeficiente de Gini. No interior dos países, a regra é o crescimento da desigualdade de rendimentos: mais países têm agora um coeficiente de Gini superior ao que tinham nos anos 80.⁴⁵ Por cada

país onde a desigualdade melhorou nos últimos 20-30 anos, piorou em mais de dois.

O agravamento é especialmente acentuado em países que pertenciam à antiga União Soviética – que ainda têm coeficientes de Gini relativamente baixos porque partiram de níveis de desigualdade baixos. A transição diminuiu as garantias de emprego e o vasto número de empregos no sector público. Antes da queda do muro de Berlim, nove em cada dez pessoas nos países socialistas eram empregadas pelo Estado, em comparação com duas em cada dez nas economias da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos.⁴⁶ Se a elite privilegiada (a nomenklatura) usufruía frequentemente de um bem-estar material mais elevado, as diferenças medidas ao nível de rendimentos eram reduzidas.⁴⁷

A maior parte dos países da Ásia Oriental e Pacífico também regista uma maior desigualdade de rendimentos hoje do que há algumas décadas.⁴⁸ Tal é explicado, em parte, pelos crescentes fossos entre as áreas urbanas e rurais como resultado do rápido crescimento industrial, apesar de o lento crescimento da agricultura e os crescentes retornos a níveis de escolaridade mais elevados também terem contribuído para esta realidade. Em economias que antes se destacavam pelo planeamento central, como a China e o Vietname, as tendências reflectem novamente aumentos face aos baixos níveis que imperavam durante o período do planeamento central. Não obstante, a Mongólia demonstra que a transição para a economia de mercado não necessita de ser acompanhada por uma maior disparidade de rendimentos.

Na África Subsariana, a desigualdade acentuou-se de uma maneira geral durante as dificuldades económicas da década de 80, melhorando depois substancialmente durante o período de crescimento das décadas de 90 e 2000.⁴⁹ Na América Latina e Caraíbas, os níveis de desigualdade historicamente elevados têm sido relacionados com uma distribuição desigual de terra e educação, maiores retornos para trabalhadores qualificados, uma elevada fertilidade nas famílias mais pobres e uma despesa pública degressiva. Todavia, vários países, entre os quais o Brasil, o Equador e o Paraguai, começaram a implementar abordagens

bem sucedidas para mitigar esta desigualdade. Desde o final da década de 90, políticas progressivas parecem ter resultado em melhores salários para as pessoas menos instruídas e em transferências superiores através de uma política social selectiva.⁵⁰ Em muitos países desenvolvidos, uma maior desigualdade nos rendimentos antes de impostos foi compensada pela redistribuição estatal (ver capítulo 3).

Para a maior parte das pessoas do mundo, os componentes mais significativos do rendimento são os salários e ganhos. Os rendimentos de capital, por outro lado, estão frequentemente muito concentrados nos mais abastados. As quotas relativas de rendimentos do trabalho e de capital revestem-se, assim, de interesse em qualquer debate sobre a desigualdade. A investigação realizada para este Relatório revelou um declínio nas quotas do trabalho em 65 de 110 países (cerca de 60%) ao longo das duas últimas décadas, contrariamente ao pressuposto anterior, que postulava quotas de trabalho estáveis ao longo do tempo.⁵¹ Alguns países de grande dimensão, nomeadamente a Índia, a Federação Russa e os Estados Unidos, testemunharam declínios substanciais, de até cinco pontos percentuais, entre 1990 e 2008, o que resultou numa queda de dois pontos percentuais na quota do trabalho mundial média.

Os declínios coincidem com a diminuição do sindicalismo e uma maior abertura comercial e financeira na maioria dos países desenvolvidos desde 1970. Nalguns casos, a queda da percentagem de trabalhadores sindicalizados face ao total de trabalhadores foi significativa: de 22% para 8% em França e de 63% para 35% na Áustria.⁵² Mas a percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos colectivos é frequentemente muito maior: 95% em França e 80% a 95% na maioria da Europa Ocidental, à excepção da Alemanha (63%) e do Reino Unido (35%).

A desigualdade global é também relevante quando se analisa a justiça distributiva no mundo em geral,⁵³ uma posição tradicional dos RDH. As estimativas das tendências para a desigualdade de rendimentos global têm tanto de contraditório como de controverso.⁵⁴ Uma estimativa revela um declínio significativo na desigualdade de rendimentos, com o coeficiente de Gini mundial a descer dos 0,68 para 0,61

A equidade e o IDH estão sistematicamente relacionados, mas permanecem variações consideráveis, especialmente em países de IDH baixo e médio

**As privações conjuntas
surgem onde as
desigualdades na saúde,
na educação e no
rendimento se
sobrepõem – o que, por
sua vez, interage com a
etnia e o género**

entre 1970 e 2006, por impulso da China. No entanto, estimativas com diferentes molduras temporais apresentam um padrão diferente. De acordo com um estudo, o coeficiente de Gini mundial piorou desde 1988, situando-se agora no impressionante valor de 0,71. Contudo, há quem considere que a melhoria ou o agravamento da desigualdade de rendimentos global não é resistente à utilização de diferentes métodos de previsão e conjuntos de dados. É difícil encontrar um sentido nas conclusões contraditórias, mas todas elas coincidem num ponto fundamental: a desigualdade de rendimentos entre a população mundial é bastante elevada.

Disparidades sobrepostas e sistémicas

As desigualdades podem ser fortalecedoras. Ao fim e ao cabo, as sociedades desiguais, democráticas ou não, são sociedades em que o poder está mais concentrado nas mãos das elites, pelo que não é de surpreender que as instituições económicas e políticas trabalhem a seu favor. Um estudo sobre as atitudes relativas à educação entre elites brasileiras realizado na década de 90 concluiu que estas tinham frequentemente relutância em alargar as oportunidades de educação com base no argumento de que trabalhadores instruídos seriam mais difíceis de gerir. Os formuladores de políticas do governo preocupavam-se com o facto de que uma força de trabalho mais dispendiosa diminuiria a vantagem comparativa do país em bens de trabalho intensivo. Este tipo de pensamento trava o desenvolvimento humano, conduzindo a um menor investimento em capital humano e bens públicos, uma menor redistribuição e uma maior instabilidade política.⁵⁵

As privações conjuntas surgem quando a desigualdade na saúde e na educação coincidem com a desigualdade de rendimentos, o que, por sua vez, pode coincidir com a etnia e o género.⁵⁶ A melhoria dos dados relativos aos países em desenvolvimento possibilitou uma melhor compreensão das privações conjuntas, ao passo que a análise nos países desenvolvidos revelou padrões semelhantes, apesar de um acesso generalizadamente melhor aos serviços.

O acesso a serviços públicos em função da posição de uma pessoa na distribuição do rendimento reflecte as várias privações das famílias situadas no patamar inferior da distribuição. Os dados sobre as tendências na desigualdade nas dimensões de não-rendimento são escassos, mas são visíveis padrões gerais. As boas notícias sobre as tendências são que o acesso alargado à educação tem geralmente beneficiado os grupos em pior situação. No entanto, os seus filhos têm ainda mais probabilidades de morrer cedo e têm menos saúde, menos educação e menor acesso a serviços básicos. Para além disso, a qualidade dos serviços que as pessoas pobres podem pagar ou que são publicamente fornecidos é pior do que a que está à disposição das pessoas em melhor situação económica.

No que respeita à saúde, as tendências não são conclusivas. Um estudo realizado em 24 países em desenvolvimento revelou fossos crescentes na mortalidade infantil entre os extremos de distribuição da riqueza em 11 países, fossos decrescentes em apenas três e fossos persistentes nos restantes.⁵⁷ E, nos países desenvolvidos, os aumentos recentes na esperança de vida beneficiaram as pessoas em idade mais avançada, as pessoas em melhor situação económica e as pessoas com mais educação, em parte devido a intervenções mais eficientes nos serviços de saúde e à adopção de melhores comportamentos relacionados com a saúde, como fumar menos e praticar mais exercício.⁵⁸

De uma maneira geral, os fossos na saúde entre grupos de alto e baixo rendimento tendem a ser elevados, especialmente nos países em desenvolvimento. A mortalidade infantil, por exemplo, é muito mais frequente nas famílias pobres em todas as regiões. Nos Estados Árabes, na Ásia Oriental e Pacífico e na América Latina e Caraíbas, a taxa de mortalidade infantil quase duplica no quintil inferior da tabela de distribuição de rendimentos (figura 4.4). E na Indonésia e na Nicarágua, as mortes de crianças são mais de três vezes mais comuns no quintil mais pobre do que no mais rico.⁵⁹

Um estudo que recorreu a dados do Demographic and Health Survey (Inquérito de Demografia e Saúde) relativos a 55 países de todas as regiões dos países em desenvolvimento revelou que apenas dois quintos das crianças

de famílias pobres receberam a vacinação completa, em comparação com quase dois terços das crianças das famílias do patamar superior da distribuição.⁶⁰ Outro estudo recente de 45 países revelou a existência de vastas desigualdades nos cuidados de saúde materna e infantil por grupo de rendimentos e por zona rural-urbana: na Bolívia e no Peru, o quintil mais rico tinha um acesso praticamente universal a um profissional qualificado durante o parto, ao passo que apenas 10% a 15% do quintil mais pobre o tinha. As mulheres das famílias pobres em zonas rurais correspondiam a cerca de dois terços dos partos não assistidos.⁶¹ Na maioria dos países em desenvolvimento, as melhorias médias na educação permitiram expandir o acesso a crianças que, de outra forma, não poderiam frequentar a escola, o que sugere uma redução da desigualdade no longo prazo. No Egipto, entre 1995 e 2000, a participação escolar cresceu 18% entre as meninas pertencentes ao quintil mais pobre da distribuição de rendimentos e apenas 5% entre as meninas do quintil superior. E, num período de cinco anos, os ganhos foram 8% superiores no Nepal e 4% superiores no Vietname para as pessoas pertencentes ao patamar inferior da tabela de distribuição de rendimentos.⁶² Esta tendência em direcção a

uma menor desigualdade é reflectida na média do coeficiente de Gini relativo à educação, que diminuiu de 0,46 em 1960 para 0,31 em 2000, tendo-se verificado melhorias contínuas em todas as regiões desde 1970 (apesar de estagnar na Ásia Oriental e Pacífico nos anos 90).⁶³ E, tal como vimos no capítulo 2, a dispersão entre países na saúde e na educação tem diminuído.

Para investigar estas diferenças de forma mais sistemática, um estudo encomendado para este relatório calculou o IDH ao nível das famílias em 15 países.⁶⁴ A distribuição por decis de rendimento demonstra o padrão previsto: os 10% do topo têm um IDH muito superior ao dos 10% do patamar inferior, variando entre 20% superior na Arménia a 160% superior na Nigéria.

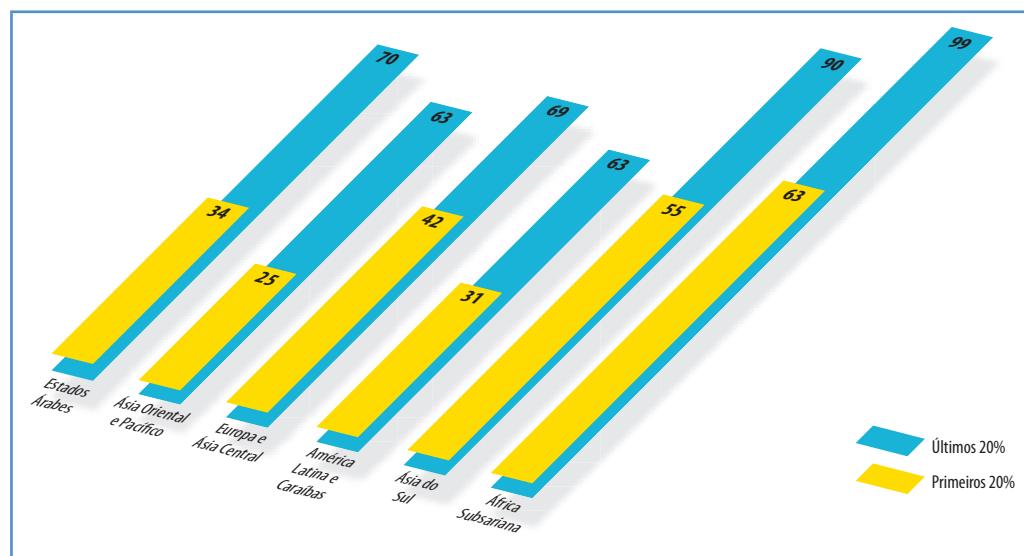
Quando o IDH é calculado para diferentes grupos da população, emergem alguns padrões claros.:

- As famílias rurais e as famílias com pouca educação apresentam sistematicamente um IDH mais baixo do que as suas congéneres urbanas e com mais educação. As diferenças não se devem simplesmente ao facto de a educação fazer parte do IDH: a esperança de vida e os índices de rendimento também demonstram uma tendência negativa nas famílias sem educação.

4.4

As crianças de famílias pobres têm maior probabilidade de morrer

Mortes de crianças por 1000 nascimentos, por quintil de riqueza, 1990 – 2005



Fonte: Gwatkin et al., 2007.

Calcula-se que 300 milhões de pessoas indígenas de mais de 5000 grupos vivam em mais de 70 países. Cerca de dois terços residem na China (106 milhões).¹ Os povos indígenas enfrentam frequentemente desvantagens estruturais e apresentam piores resultados de desenvolvimento humano em aspectos-chave. Por exemplo, análises recentes do governo mexicano mostram que, embora a taxa de pobreza extrema multidimensional seja de 10,5% a nível nacional, é superior a 39% entre os indígenas do país.

Quando se calcula o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para povos aborígenes e não-aborígenes na Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos, verifica-se um fosso sistemático de 6% a 18%. Os povos indígenas nestes países têm uma menor esperança de vida, resultados educativos mais baixos e rendimentos inferiores. Na Índia, 92% das pessoas das Tribos Inventariadas vivem em áreas rurais, 47% das quais em situação de pobreza. Em Chhattisgarh, que concentra uma considerável proporção de Tribos Inventariadas, a taxa de alfabetização estadual é de 64% mas, no caso dos povos tribais, é de apenas 22%.

Alguns dados sugerem que persiste um fosso de escolaridade entre povos indígenas e não-indígenas. Na China, na Índia e na República Democrática Popular do Laos, o clima e a discriminação com base na etnia dificultam o fornecimento de infra-estruturas básicas em áreas remotas, onde vivem muitos povos indígenas e minorias étnicas.

Estudos realizados na América Latina e Caraíbas para analisar o acesso à terra e este aspecto da discriminação demonstram que uma concentração no crescimento económico alargado pode beneficiar os povos indígenas, mas que, provavelmente, não é suficiente para acabar com as diferenças. São necessárias estratégias mais direcionadas, propostas pelos povos indígenas e informadas pelas suas perspectivas e prioridades.

¹ De acordo com a política oficial chinesa, não existem povos indígenas no país; o termo utilizado é “minorias étnicas”.

Fonte: Alkire e Santos 2010; Cooke et al. 2007; Burd-Sharps, Lewis e Martins 2008; Hall e Patrinos 2010; PNUD 2003; Kumar 2010.

- No Burkina Faso, Etiópia e Senegal (países com baixos níveis médios de IDH), o IDH é 33% a 40% inferior nas áreas rurais face às áreas urbanas.
- Algo surpreendentemente, não emerge qualquer padrão distributivo claro entre famílias lideradas por homens e famílias lideradas por mulheres. Nalguns países, os rendimentos são mais altos nas famílias lideradas por mulheres (Etiópia), ao passo que, noutras, as famílias lideradas por homens demonstram uma vantagem (Egito).

Esta análise estudou também a forma como os IDH de diferentes grupos podem ser comparados a nível internacional. Em mais de metade dos países analisados, a diferença entre as famílias com mais educação e as famílias sem escolarização excedia os 50%, atingindo quase 90% no Burkina Faso, um fosso que se traduziria em 40 posições nas classificações internacionais

do IDH.⁶⁵ As diferenças são mais pequenas em países ex-comunistas, como a Arménia e o Quirguizistão, e maiores em países da América Latina e Caraíbas, como a Bolívia, a Nicarágua e o Peru, e na África Subsariana.

Grupos identificados por localização, etnia, género e outras características deparam-se frequentemente com desvantagens sistemáticas que indicam diferenças de oportunidades entre grupos de pessoas que deveriam ter possibilidades iguais.⁶⁶ Estas são também designadas por desigualdades horizontais.

Existem inúmeros exemplos de desfavorecimento de grupos.⁶⁷ O IDH respeitante a pessoas de etnia Roma na Roménia é muito inferior à média nacional e é semelhante ao do Botsuana apesar de a Roménia se classificar quase 50 lugares acima do Botsuana no IDH. O rendimento das pessoas de etnia Roma é um terço da média nacional e as respectivas taxas de mortalidade infantil são três vezes superiores.⁶⁸ No Paquistão, mais de 50% dos jovens falantes de baluchi ou saraiki têm menos de quatro anos de escolaridade, em comparação com cerca de 10% dos jovens falantes de Urdu.⁶⁹ Os povos indígenas também registam atrasos na maioria dos indicadores do desenvolvimento humano, mesmo nos países mais ricos (caixa 4.2).

Nos países desenvolvidos, o desfavorecimento de grupos afecta alguns grupos migrantes, bem como povos indígenas e minorias específicos. Na União Europeia, os migrantes representam cerca de um oitavo da população em idade activa e desempenham por vezes trabalhos com uma baixa remuneração que não aproveitam as suas competências.⁷⁰ Ter a etnia “errada” também pode minar as perspectivas de emprego. Um estudo concluiu que 68% dos candidatos com um nome britânico tradicional conseguia uma entrevista em comparação com apenas 39% dos candidatos com nomes associados a grupos étnicos minoritários.⁷¹ Algumas minorias alcançam resultados piores do que outras: os afro-americanos nos Estados Unidos vivem menos 13 anos do que os ásio-americanos e os nativos americanos no Dakota do Sul têm uma longevidade menor hoje do que o cidadão americano médio tinha há mais de 50 anos.⁷²

Passemos agora a uma forte desigualdade horizontal relativamente à qual a distinção

universal entre grupos e povos permite efectuar comparações transnacionais: as desvantagens que as mulheres e as raparigas enfrentam.

Disparidades de género

As diferenças entre géneros no desenvolvimento humano têm sido tipicamente vincadas. Com demasiada frequência, mulheres e raparigas sofrem discriminação ao nível da saúde, educação e emprego, o que acarreta uma série de repercussões prejudiciais nas suas liberdades. Apesar de importantes ganhos ao longo do tempo, em especial na educação, conforme acima mencionado, as mulheres ainda não conseguem ter grande êxito numa série de aspectos. Aqui, abordaremos algumas dimensões estruturais mais vastas e outras dimensões do desfavorecimento, analisadas de forma mais sistemática no capítulo 5.

A discriminação mais gritante está patente na baixa percentagem relativa de mulheres na população, um aspecto-chave das recentes tendências demográficas em vários países.⁷³ Actuámos as estimativas anteriores de Sen sobre “mulheres desaparecidas”, que comparava a proporção entre sexos em todo o mundo.⁷⁴ Utilizando os mesmos pressupostos simplificadores, constatámos que o número de mulheres desaparecidas em 2010 excede os 134 milhões, o que é quase mais um terço do que apontavam as estimativas anteriores.⁷⁵ A caixa 4.3 analisa os factores que estão por trás desta deterioração, em grande parte relacionados com a China.

Existem também indícios de retrocessos na capacitação das mulheres. No Cáucaso e na Ásia Central, alguns líderes de governos locais defenderam o regresso a uma sociedade mais “tradicional” e muitos relatórios sugerem o aumento repentino do tradicionalismo, com consequências para a descapacitação das mulheres (caixa 4.4).

Muitas mulheres continuam a enfrentar uma considerável descapacitação dentro das famílias, o que está patente nos dados sobre a violência contra as mulheres.⁷⁶ Inquéritos recentes de 13 países em desenvolvimento sugerem que uma média de 20% de mulheres sofreu violência doméstica no ano passado e inquéritos realizados em países desenvolvidos também registam abusos consideráveis.⁷⁷ A maioria dos

CAIXA
4.3

Mais mulheres desaparecidas

O conceito de “mulheres desaparecidas” refere-se aos padrões de mortalidade e proporções entre sexos à nascença (o rácio entre nascimentos de meninos e nascimentos de meninas) que desfavorecem as mulheres. De acordo com estimativas das Nações Unidas, a proporção entre sexos à nascença passou globalmente de um valor estável de 1,05 no início dos anos 70 para um pico recente de 1,07.

A contribuir para esta tendência global está a preferência por meninos que se verifica na China, onde a proporção entre sexos aumentou de 1,07 no início dos anos 70 para 1,2 recentemente, apesar da proibição oficial da determinação do sexo fetal que existe no país desde 1989 e da proibição do aborto selectivo em função do sexo que existe desde 1994. Na Índia, a proporção entre sexos passou de 1,06 no início dos anos 70 para 1,08 actualmente, alcançando taxas tão altas como 1,26 em Deli, Gujarat, Harayana e Punjab. E a proporção entre sexos à nascença na Arménia passou de 1,07 no final dos anos 90 para 1,17 nos dias de hoje.

Em contrapartida, a proporção entre sexos à nascença em África caiu de 1,04 no início dos anos 70 para 1,03 actualmente. Entre outros países que possuem uma proporção entre sexos estável desde 1970 encontra-se a Mongólia.

Como a proibição de abortos selectivos em função do sexo não funcionou, a China e a Índia estão a implementar outras abordagens para combater esta discriminação. Por exemplo, a campanha “Care for Girls” (“Cuide das Meninas”) na China veicula mensagens positivas sobre as meninas, encoraja os casamentos matrilineares com incentivos monetários e paga pensões a famílias rurais com filhas após os pais atingirem os 60 anos de idade.

Fonte: DAESNU 2009; Ganatra 2008; Sen 2003; The Economist 2010; Narayana 2008.

países protege as mulheres contra a violação, o tráfico e a violência doméstica através de legislação ou de medidas de protecção oficiosas equivalentes, mas não oferece protecção semelhante contra o assédio sexual e a violação conjugal.⁷⁸

As mulheres sofrem frequentemente de descapacitação noutros aspectos. Em muitos países, as mulheres têm muito menos hipóteses e são menos capazes de possuir propriedade própria e outros bens do que os homens, o que tem implicações negativas para o seu estatuto absoluto e relativo e probabilidade de sofrerem violência conjugal.⁷⁹ Inquéritos conduzidos em cinco países da América Latina e Caraíbas revelaram que apenas 11% a 27% dos proprietários de terras eram mulheres.⁸⁰ No Uganda, as mulheres contribuem para a maior parte da produção agrícola, mas detêm 5% da terra e o seu regime de propriedade é altamente inseguro. A formalização do regime de propriedade exclui, por vezes, as mulheres do direito de reclamar propriedades que tenham tradicionalmente utilizado.⁸¹

A Namíbia, o Ruanda e a Tanzânia são alguns dos países que aprovaram reformas agrárias que incluem a paridade de género no regime

A desigualdade de salários entre géneros, embora em diminuição gradual, mantém-se significativa

de propriedade de terras comunitárias,⁸² ao passo que vários países adoptaram a compropriedade e o consentimento conjugal em questões de propriedade. Em Maharashtra, na Índia, o programa Laxmi Mukti transferiu propriedades para as mulheres ou instituiu a compropriedade. No entanto, mesmo quando as reformas legais permitem a posse de bens pelas mulheres, as crenças religiosas e as leis consuetudinárias podem minar os avanços. Pode ser necessária uma mobilização de base comunitária para permitir que as mulheres negoceiem a revogação de leis religiosas e consuetudinárias que bloqueiam o seu acesso aos bens.⁸³

O acesso ao emprego pleno e digno mantém-se um desafio para muitas mulheres que têm de trabalhar em empregos inseguros e de baixa remuneração, ao mesmo tempo que suportam um peso desproporcional de trabalho de assistência não pago (ver caixa 5.2 no capítulo 5). As mulheres estão mal representadas fora da agricultura na África Subsariana, onde apenas 36% trabalham fora do sector. Das mulheres em idade activa na região, 55% estão empregadas, mas 82% têm empregos vulneráveis.⁸⁴ Nalguns países, as leis laborais contribuem para a exclusão das mulheres: no Egito, na Jamaica e no Paquistão, as mulheres não podem trabalhar à noite ou em determinados sectores de actividade.⁸⁵

A desigualdade de salários entre géneros, embora em diminuição gradual, mantém-se significativa. Não existem dados comparáveis para muitos países, mas, em 33 países maioritariamente desenvolvidos, os salários das mulheres alcançavam em média 69% do dos homens no período de 1998-2002, subindo para 74% no período de 2003-2006.⁸⁶ A diferença era de quase 50% em 2006 na Coreia do Sul.⁸⁷ O país da amostra mais próximo da paridade é a Colômbia, com uma desigualdade salarial de apenas 2% em 2004.

Cerca de 61 países têm uma idade legal de reforma que obriga as mulheres a reformarem-se mais cedo do que os homens, geralmente cinco anos mais cedo, apesar da esperança de vida mais longa das mulheres. Entre eles encontram-se países com um IDH muito elevado, como a Áustria, a Itália e o Reino Unido, bem como a Argélia, o Panamá, a Federação Russa e o Sri Lanka. Tais políticas discriminatórias podem funcionar como um desincentivo à contratação, promoção e investimento nas mulheres.⁸⁸

* * *

O progresso na redução das desigualdades tem sido limitado em todo o mundo, registando-se alguns retrocessos graves. A desigualdade de rendimentos está a crescer em muitos países, à

4.4

Relações entre géneros em mudança na antiga União Soviética

Antes do domínio soviético, grande parte do Cáucaso e da Ásia Central era habitada por sociedades agrícolas tradicionais, que definiam papéis limitados para as mulheres fora de casa. Países predominantemente muçulmanos como o Azerbeijão, o Tajiquistão e o Uzbequistão praticavam a patrilocalidade, em que uma mulher integra a família alargada do marido após o casamento. Este sistema oferecia poucos incentivos para investir em filhas, uma vez que o contributo de uma mulher casada para uma família se destinava à família do marido e não à dos seus pais.

Com o domínio soviético e a sua política oficial de ateísmo, o governo desencorajou muitos hábitos tradicionais que favoreciam os homens em relação às mulheres: promoveu a família nuclear, proibiu os casamentos combinados e a poligamia, retirou o véu às mulheres e exigiu que as raparigas frequentassem a escola. Estas políticas alteraram os incentivos dos países para investirem nas raparigas e, em combinação com uma maior disponibilidade de serviços de cuidados infantis e de saúde, bem como de um sistema de pensões, criou oportunidades para as mulheres trabalharem fora de casa.

O colapso do domínio soviético levou alguns líderes de governos locais naquela região a defender o regresso a uma sociedade mais “tradicional”. Entre os muitos relatórios que sugerem um aumento repentino do tradicionalismo, alguns mencionam o Cazaquistão, o Quirguizistão e o Uzbequistão, onde se registaram apelos para restabelecer a poligamia e alterar a legislação de forma a dificultar o pedido de divórcio por parte das mulheres. O número de casamentos combinados aumentou e, nalguns países, verificou-se o regresso do pagamento de dotes pelas noivas e do casamento por rapto. A possível deterioração da posição da mulher na família, que tem sido pouco investigada, é uma situação de crescente preocupação.

Fonte: Brainerd 2010.

excepção da América Latina e Caraíbas, e, apesar de os dados sobre as tendências serem mais imprecisos noutras dimensões, persistem fossos bastante significativos. Os pobres sofrem de

privações em muitas dimensões em simultâneo e as diferenças de género mantêm-se consideráveis. A perpetuação destas desigualdades trava o progresso no desenvolvimento humano.

Vulnerabilidade e sustentabilidade

Vulnerabilidade tem significados diferentes para diferentes pessoas e o significado muda consoante o contexto. *Vulnerare*, a raiz latina de *vulnerabilidade*, significa “ferir” e a associação conceptual básica entre vulnerabilidade e ferimento, como declínio no bem-estar, mantém-se. No contexto do desenvolvimento humano, a vulnerabilidade está associada à possibilidade de um declínio no desenvolvimento humano. Os países e as pessoas estão vulneráveis quando o seu desenvolvimento humano é ameaçado por diversos riscos (choques agregados ou acidentes individuais).⁸⁹

Os choques surgem de formas diferentes: como crises económicas, catástrofes naturais ou provocadas pelo Homem, doenças e acidentes. Secas, cheias e terramotos ocorrem desde tempos imemoriais (a Epopéia de Gilgamesh, uma das primeiras obras da literatura, descreve uma cheia de proporções enormes e o subsequente sofrimento na antiga Mesopotâmia) e há séculos em que têm lugar crises financeiras.

A integração económica e social aumentou as hipóteses de ocorrerem impactos globais, mas alguns riscos permanecem locais. Os riscos mais incisivos e frequentes ocorrem ao nível individual e familiar. Tem sido utilizada uma tipologia básica para compreender o risco e a vulnerabilidade: os riscos podem afectar os indivíduos, como a perda da vida ou do emprego da pessoa que sustenta a família ou uma deficiência repentina; as comunidades, como as catástrofes naturais; e os países, como as crises financeiras e os choques macroeconómicos.⁹⁰

A vulnerabilidade está intimamente ligada à sustentabilidade. A sustentabilidade implica que as melhorias no desenvolvimento humano possam ser sustentadas. Em 1987, a Comissão Brundtland definiu desenvolvimento sustentável como “progresso que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.⁹¹ Quando as necessidades do futuro ficam

comprometidas pela forma como satisfazemos as nossas necessidades no presente, as gerações futuras ficam expostas a perdas potencialmente catastróficas no desenvolvimento humano.

Não podemos fazer justiça à vulnerabilidade e à sustentabilidade neste Relatório. Tal exige esforços muito mais dedicados, que nos propomos realizar para o RDH do próximo ano. Esta secção limita-se a dois aspectos de importância fundamental, a insegurança económica e as alterações climáticas, e a forma como evoluíram ao longo do passado recente.

A integração económica e social aumentou a probabilidade de choques globais, mas alguns riscos permanecem localizados

Insegurança no emprego e choques

A maioria das pessoas depende do seu emprego para o seu sustento e o das suas famílias. Para muitos, perder o emprego constitui o evento individual mais importante (à excepção da morte) que pode deteriorar o desenvolvimento humano. A situação de emprego afecta também o sentido subjetivo de bem-estar das pessoas. Qualquer análise da vulnerabilidade deve assim considerar prudentemente a insegurança no emprego e as fontes de instabilidade económica, especialmente importantes agora que a economia mundial se debate para emergir da recessão mais profunda em várias décadas e da perda de milhões de empregos.

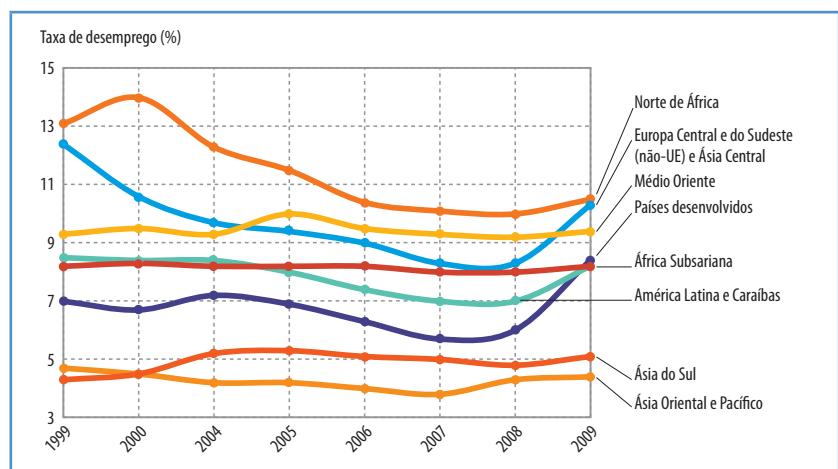
A crise financeira global

Estimativas da Organização Internacional do Trabalho demonstram uma estabilidade e melhoria na maioria dos países entre o final da década de 90 e o final dos anos 2000. Os picos de desemprego geralmente resultam de um choque macroeconómico, como uma crise financeira ou cambial. Foi indubitavelmente o que aconteceu na crise financeira global, que envolveu um acentuado pico de despedimentos e aumentos significativos do desemprego, especialmente nos países desenvolvidos, na Europa e na Ásia Central (figura 4.5).

FIGURA 4.5

Retrocesso nos declínios de desemprego desde 2008

Tendências no desemprego ao longo da última década



Nota: As Regiões constituem classificações da Organização Internacional do Trabalho.

Fonte: OIT 2010b.

A crise financeira global foi precipitada pelo rebentar da bolha imobiliária e por colapsos de bancos nos Estados Unidos, que rapidamente se estenderam à maior parte do mundo. Foi a crise financeira mais grave desde a Grande Depressão, pelo menos nos países desenvolvidos.⁹³ E certamente que não será a última.⁹⁴

O desemprego e a pobreza subiram em flecha: 34 milhões de pessoas perderam o emprego e outros 64 milhões desceram abaixo do limiar de pobreza de 1,25 dólares por dia.⁹⁵ Estes valores acrescem aos 160 a 200 milhões de pessoas que ficaram em situação de pobreza na sequência do aumento dos preços das mercadorias nos anos precedentes.⁹⁶ Em 2010, a taxa de desemprego situava-se numa média de 9% nos países desenvolvidos e alcançou os 10% nos EUA e os 20% em Espanha.

A recuperação teve início em 2009, mas não está de forma alguma garantida: o risco de uma recessão “double-dip” (recaída na recessão) mantém-se e a recuperação completa pode demorar anos. Intervenções políticas criativas e enormes estímulos fiscais em muitos países, em combinação com uma célebre coordenação global, ajudaram a evitar uma crise ainda maior.⁹⁷ Nos países em desenvolvimento que geriram bem as situações de bonança económica, o impacto da crise foi mais moderado. Vários governos mantiveram ou aumentaram

a despesa social, em contraste com o final dos anos 90, após as crises da Ásia Oriental e da Rússia.⁹⁸

As consequências das crises podem persistir mesmo depois do regresso do crescimento, porque o mercado de trabalho geralmente regista um atraso face à produtividade numa recuperação. A Organização Internacional do Trabalho prevê que 43 milhões de pessoas que perderam o seu emprego durante a crise financeira global ao longo de 2009 correm o risco de entrar no desemprego de longa duração. E algumas pessoas desmotivam-se e simplesmente abandonam o mercado do trabalho. Podem ser traçados paralelos com a crise da Ásia Oriental no final dos anos 90, onde as taxas de participação na força de trabalho nunca chegaram a recuperar.⁹⁹

No entanto, surgiram novos riscos, à medida que foram levantadas preocupações relativamente à sustentabilidade fiscal nalguns países desenvolvidos (como a Grécia) e o espectro de um contágio persiste. De uma maneira geral, as economias que cresceram mais rapidamente na primeira década do novo milénio foram as mais duramente atingidas, apesar de a Austrália e a China serem apenas dois exemplos de excepções. Na América Latina e Caraíbas, o crescimento do PIB diminuiu, com quedas acentuadas no Chile, México e Peru. A África Subsariana manteve o crescimento, embora a uma taxa muito mais baixa, de cerca de 2% em 2009, face a mais de 5% em 2008. Nos países desenvolvidos, o crescimento anual caiu cerca de 6 pontos percentuais para -3,4% em 2009. Alguns países da Europa e da Ásia Central parecem ter sido mais duramente atingidos: as economias da antiga União Soviética passaram de um crescimento superior a 5% em 2008 para uma contracção de quase 7% em 2009, com um acentuado crescimento da pobreza.¹⁰⁰

Se os países desenvolvidos foram os mais duramente atingidos pela crise, a capacidade de alguns países em desenvolvimento lidarem com os seus efeitos é mais limitada. Cerca de 40% dos países que enfrentam um abrandamento do crescimento já tinham uma alta taxa de pobreza em 2009 e reduzidas capacidades fiscais e institucionais para lidar com a volatilidade económica.¹⁰¹

Hoje em dia, cerca de 150 países dispõem de algum tipo de programa de compensação em caso de desemprego. Em muitos países desenvolvidos, o risco de desemprego tem sido alvo de vastas acções, em particular na Europa Ocidental, através de uma série de programas de previdência, nomeadamente o subsídio de desemprego. Os gastos em protecção social na maioria dos países da Europa Ocidental rondam actualmente os 25% a 30% do PIB. Embora a estrutura e a cobertura desses programas tenham permanecido muito mais comedidas nos Estados Unidos, a tendência tem passado por fornecer mais recursos em caso de perda de emprego. A despesa social arbitrária, incluindo benefícios de apoio ao desemprego, foi contabilizada em quase 40% da despesa do estímulo fiscal adicional, apesar de menos de metade dos desempregados no Canadá e nos Estados Unidos receberem benefícios.

Todavia, nos países em desenvolvimento, ainda menos desempregados recebem benefícios. Uma estimativa indica que apenas um desempregado em cada cinco na América Latina e Caraíbas recebe alguma forma de compensação em caso de desemprego. Esta proporção baixa para um em 33-50 nos Estados Árabes e na África Subsariana. A Argentina, o Brasil, a África do Sul e a Turquia têm uma cobertura de desemprego na ordem dos 7% a 12%, ao passo que na Federação Russa este valor ronda os 25%. Quando existe cobertura, o valor dos benefícios é baixo.

Source: Commander 2010; Blanchard 2008; Salehi-Isfahani 2010; Freeman 1998; Rodrik 1998; ILO 2010a; Vroman and Brusentsev 2009; Robalino, Vodopivec, and Bodor 2009.

O benefício médio mantém-se em cerca de 10% da substituição do salário perdido. Os seguros privados e outros mecanismos de resposta informais continuam a ser a forma dominante de as pessoas lidarem com a perda de emprego nos países em desenvolvimento.

Alguns países, nomeadamente o Chile, têm contas-poupança individuais obrigatórias, exigindo que a entidade patronal, e por vezes os trabalhadores, depositem 3% a 9% dos rendimentos. Embora estes sistemas possam ser motivados tanto por razões macroeconómicas (aumentando as taxas de poupança) como de incentivo, levantam desafios a nível de concepção e capacidade, bem como preocupações em termos de igualdade. Alguns trabalhadores podem não acumular poupanças suficientes para os sustentar em situação de desemprego, particularmente trabalhadores jovens e trabalhadores com salários baixos no sector informal.

Os sistemas de seguros subsidiados pelo Estado tornaram-se mais generalizados. Por exemplo, a Coreia do Sul e a Turquia têm um seguro de desemprego obrigatório. Os trabalhadores têm de fazer uma contribuição específica e cumprir requisitos de elegibilidade, podendo receber benefícios entre sete a 10 meses. Na China, os benefícios de desemprego estão disponíveis para uma pequena percentagem da população activa urbana, sendo os benefícios definidos pelos governos locais a um nível inferior ao do salário mínimo local.

Respostas políticas

O emprego e os rendimentos sofrem oscilações em todas as economias, mas a forma como os seguros e outros mecanismos respondem a tais oscilações varia bastante. O sistema de seguro do desemprego dos EUA é diferente do europeu. O que é comum, no entanto, é que, à medida que os países se tornam mais ricos, os níveis de protecção social sobem, emergindo uma responsabilidade maior para os seguros e as acções da esfera pública. Dani Rodrik defendeu que os governos de maior dimensão têm sido um corolário do aumento do risco decorrente da globalização.¹⁰² Este fenómeno é visível na crise recente: quase metade do Grupo de 20 países aumentou a duração dos subsídios de desemprego no período de 2009 – 2010 e mais de um terço alargou a cobertura.¹⁰³

Uma análise da experiência internacional sugere que é impossível identificar uma configuração de regras e instituições que permita baixar o desemprego.¹⁰⁴ Esta conclusão agnóstica contrasta com os fortes pressupostos sobre o tipo de instituições do mercado de trabalho e flexibilidade do mercado de trabalho que seriam ideais, como, por exemplo, nos indicadores do *Doing Business* do Banco Mundial.¹⁰⁵

Ao mesmo tempo, mais governos estão a responder à volatilidade do emprego e ao desemprego jovem, como, por exemplo, os Estados Árabes, onde estes problemas precederam a recente crise global. Os desafios podem ser associados não somente ao rápido crescimento da força laboral e ao crescimento económico não favorável aos pobres, como aos limites à criação de novos postos de trabalho resultantes da protecção ao emprego, especialmente no sector público.¹⁰⁶

Conceber respostas políticas que sejam viáveis tanto do ponto de vista financeiro como institucional e que evitem as armadilhas verificadas nos países desenvolvidos é um desafio de peso. Em países com amplos sectores informais e instituições geralmente débeis, a solução que parece mais adequada consiste numa mistura de seguros públicos e privados (caixa 4.5).¹⁰⁷

De que forma as crises afectam o desenvolvimento humano

Grandes aumentos na pobreza são comuns nas crises financeiras. A crise financeira da Ásia Oriental no final dos anos 90 deixou 19 milhões de indonésios e 1,1 milhões de tailandeses na pobreza. A crise financeira

Os efeitos das crises no desenvolvimento humano ultrapassam o rendimento e podem ser de longa duração

argentina de 2001 aumentou a taxa nacional de pobreza em 15 pontos percentuais e a crise de 1998 do Equador aumentou a pobreza em 13 pontos percentuais.¹⁰⁸

Os impactos sobre os rendimentos dependem da existência ou não de sistemas adequados de apoio ao desemprego. As preocupações sobre a segurança do emprego e a perda de emprego levaram muitos governos a dar resposta ao desemprego, embora a cobertura e os benefícios sejam frequentemente parciais e inadequados (ver caixa 4.5). Quando não existe protecção social, as pessoas que perdem o emprego são obrigadas a fazer a transição para a economia informal, onde os salários são mais baixos e a vulnerabilidade é superior.¹⁰⁹

Os efeitos das crises no desenvolvimento humano ultrapassam, obviamente, o rendimento e podem ser de longa duração. Por exemplo, as famílias pobres podem decidir retirar os filhos da escola, em detrimento das oportunidades futuras das crianças.¹¹⁰ As crises também aumentam a mortalidade infantil e a subnutrição, com graves custos a longo prazo resultantes do baixo crescimento. As estimativas sugerem que, em África, pelo menos 30 a 50 mil crianças morrerão devido à recente crise financeira.¹¹¹ Os efeitos prejudiciais podem levar a um aumento de crianças de rua,¹¹² das taxas de suicídio e crime, do abuso e da violência doméstica e das tensões entre etnias.¹¹⁴ Dados recentes sugerem que o aumento do desemprego durará mais do que os declínios da produtividade.¹¹⁵

O impacto das crises na mortalidade infantil é frequentemente pior para as meninas. Dados referentes a 1,7 milhões de nascimentos em 59 países em desenvolvimento relativos ao período de 1975–2004 demonstraram que uma queda de 1% no PIB estava associada a um aumento na mortalidade infantil média de 7,4 mortes por 1000 nascimentos para as meninas e de 1,5 para os meninos.¹¹⁶

Alguns países em desenvolvimento protegeram os seus orçamentos para o sector social desta vez.¹¹⁷ A África do Sul destinou 56% do seu pacote de estímulo à protecção social. Contudo, na República Democrática do Congo e em Mianmar, os salários reais dos professores baixaram até 40%; em Madagáscar, no Sudão e no Iémen, caíram entre 20% e 30%. Em muitos países da África Subsariana, os pagamentos

aos professores e funcionários dos serviços de saúde foram atrasados.¹¹⁸ Por vezes, os cortes orçamentais são considerados necessários para responder à quebra das receitas, mas muitos países em desenvolvimento têm agora muito mais espaço de manobra para implementar uma política fiscal contracíclica.¹¹⁹

As crises provocam frequentemente desequilíbrios. Se milhões de pessoas ficam sem emprego, outras, como alguns investidores, são protegidas pelo seguro de depósitos ou beneficiam de planos de resgate. Os que ganham (em termos relativos e, por vezes, absolutos) são geralmente os que possuem mais bens, melhor informação e maior agilidade financeira e também as pessoas influentes.¹²⁰

Uma perspectiva de longo prazo

Apesar dos efeitos negativos, é importante incorporar a crise actual numa perspectiva de longo prazo. Esta crise foi a pior desde a Grande Depressão apenas para os países desenvolvidos. A maior parte dos países em desenvolvimento sofreu quebras muito piores no princípio da década de 80 e alguns deles, como a China e a Índia, continuaram a crescer solidamente. De facto, prevê-se que a produção mundial cresça 1% no fim de 2010 face ao período anterior à crise. As nossas estimativas indicam também que a esperança de vida e a escolarização continuaram a crescer, gerando em 2010 um IDH mundial de 0,68, ou seja, 2% superior ao de 2007. Nos países desenvolvidos, contudo, o IDH cresceu apenas ligeiramente, já que significativos declínios do rendimento mitigaram os ganhos na saúde e na educação.

Ao mesmo tempo, a crise colocou a regulação dos mercados em muito maior evidência e levantou importantes questões sobre a sustentabilidade do modelo e das abordagens que sustentaram o *boom* económico da primeira década do novo milénio. No início deste ano, os Estados Unidos aprovaram uma importante reforma do seu sistema de regulação financeira, aumentando o número de empresas financeiras sujeitas a supervisão, regulando muitos dos contratos de derivados que estiveram na base da crise e criando um organismo regulador para proteger os consumidores de serviços financeiros. Regressaremos às implicações mais vastas no capítulo 6.

A ameaça das alterações climáticas

A principal ameaça para a manutenção do progresso no desenvolvimento humano decorre da cada vez mais evidente insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo. Os actuais modelos de produção dependem fortemente dos combustíveis fósseis. Sabemos agora que este modelo é insustentável porque os recursos são finitos e os seus impactos perigosos. A estreita ligação entre crescimento económico e emissões de gases com efeito de estufa tem de ser rompida para que o desenvolvimento humano se torne verdadeiramente sustentável. Alguns países desenvolvidos começaram a minimizar os piores efeitos através do aumento da reciclagem e do investimento em transportes públicos e infra-estruturas. No entanto, muitos países em desenvolvimento são limitados pelos elevados custos e baixa disponibilidade de fontes de energia limpa. Os países desenvolvidos têm de liderar o caminho da dissociação e apoiar a transição dos países em desenvolvimento para o desenvolvimento humano sustentável.¹²¹

Os *RDH* anteriores abordaram as ameaças ambientais e os *RDH* mais recentes debruçaram-se sobre as alterações climáticas e a escassez de água. Os *RDH* nacionais e regionais abordaram estas mesmas questões, alguns de uma perspectiva nacional (as alterações climáticas na China e na Croácia) e outros concentrando-se em temas com significado local (a energia na Federação Russa e os recursos hídricos no Tajiquistão). Não obstante, a questão mais vasta da sustentabilidade, relacionada com a utilização e distribuição de recursos financeiros e naturais ao longo de pessoas e gerações, justifica muito mais atenção à luz das ameaças actuais.

As questões conceptuais do que a sustentabilidade significa para o desenvolvimento humano, e de como avaliá-la e medi-la, ainda não são bem compreendidas. De que forma é possível abordar a divergência observada entre aumentos do IDH e indicadores ambientais? O que é necessário para a economia ecológica e para o crescimento ecológico e de que forma podem estes promover e acelerar o desenvolvimento humano? De que forma podemos avaliar as contrapartidas? De que forma as

recomendações políticas para a economia ecológica podem levar em conta adequadamente as implicações para o desenvolvimento e a distribuição? Estas questões básicas exigem respostas prudentes.

Parte do desafio na abordagem à sustentabilidade aos níveis global e nacional relaciona-se com a medição, mas não existe um grande consenso. Alguns analistas defendem uma medida abrangente da sustentabilidade, que analisa se a economia está a esgotar tanto os recursos naturais como físicos, e outros acreditam na separação da sustentabilidade ambiental de outros tipos de sustentabilidade. Numa perspectiva mais filosófica, as pessoas discordam da ideia de que uma acumulação de recursos físicos pode compensar a degradação ambiental.

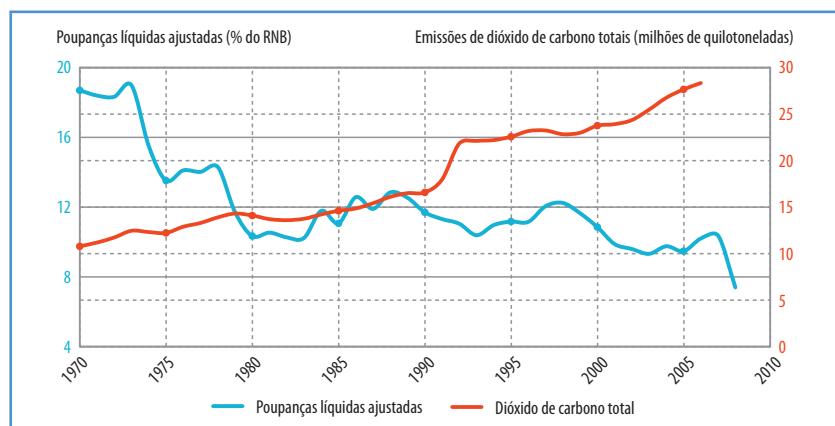
As medidas existentes reflectem posições diferentes. A taxa de poupança líquida ajustada do Banco Mundial baseia-se numa medida abrangente de capital que agrupa todos os tipos de activos e assume assim que podemos substituir alguns por outros. As pegadas ecológica e de carbono da Global Footprint Network e o índice de sustentabilidade ambiental da Universidade de Yale concentram-se exclusivamente no ambiente.

Estes indicadores alternativos mostram, no entanto, que o mundo se tornou menos sustentável. Entre 1970 e 2008, a poupança líquida ajustada do mundo caiu mais de metade, de 19% do Rendimento Nacional Bruto para

FIGURA 4.6

O mundo está a tornar-se menos sustentável

Tendências em medidas-chave da sustentabilidade, 1970 – 2010



Nota: A poupança líquida ajustada exclui os danos provocados pelas emissões de partículas.

Fonte: Banco Mundial 2010g.

menos de 7%, ao passo que o total de emissões de dióxido de carbono mais do que duplicou (figura 4.6). Estas tendências globais são marcadas por fortes variações regionais, embora o padrão se altere consoante a medida.¹²²

Esta situação coloca enormes desafios. É imperativo que os países com um baixo IDH alcancem um elevado crescimento da receita. Contudo, como assistimos noutras esferas, a disseminação de novas ideias e de inovações tecnológicas será fundamental para que os países consigam o crescimento ecológico.

As consequências da produção ambientalmente insustentável são já visíveis. Uma maior exposição às secas, às cheias e às pressões ambientais constitui um impedimento de peso para a concretização das aspirações das pessoas. Os resultados decepcionantes de negociações internacionais recentes sobre as alterações climáticas indicam que é necessário um maior empenho de todos os países se quisermos enfrentar o que pode ser a ameaça mais grave que o mundo já enfrentou. Tal como o *RDH* de 2007/2008 sublinhou, o mundo necessita de um acordo internacional vinculativo que reduza as emissões de gases com efeito de estufa num horizonte temporal alargado e que reconheça os imperativos da redução continuada da pobreza e as diferentes circunstâncias e capacidades. Mesmo que baixemos as emissões, temos também de nos adaptar às temperaturas mais altas que o mundo já está a experienciar e que só podem ser invertidas no médio prazo.

Em resumo, duas décadas depois do primeiro *RDH*, verificam-se poucos indícios de progresso em tornar o mundo mais sustentável ou em proteger com eficácia as pessoas vulneráveis contra os choques. Os efeitos das maiores crises financeiras em décadas podem ainda ser sentidos e a dependência continuada dos combustíveis fósseis ameaça causar danos irreparáveis ao nosso ambiente e ao desenvolvimento humano das gerações futuras. Estes desenvolvimentos colocam questões sérias sobre a viabilidade a longo prazo dos padrões actuais de produção e consumo do mundo.

Este capítulo analisou as tendências na capacitação, desigualdade, vulnerabilidade e sustentabilidade, ajudando a produzir uma avaliação mais completa do desenvolvimento humano ao longo dos últimos 40 anos.

O cenário mostra-se contraditório:

- Os processos democráticos espalharam-se pela maior parte do mundo, ao nível nacional e subnacional, e verificaram-se claros avanços na capacitação de alguns grupos desfavorecidos.
- Níveis mais altos de IDH estão associados a uma maior igualdade, mas as desigualdades no interior dos países persistem e as disparidades de rendimentos estão a crescer.
- O espectro da instabilidade macroeconómica global continua a pairar sobre o mundo e verificam-se crescentes indícios e reconhecimento da insustentabilidade dos actuais padrões de produção e consumo do mundo, um desafio que continua sem resposta.

Todos estes resultados sublinham a mensagem principal deste capítulo: que tudo o que é bom nem sempre vem junto. A reflexão sobre o desenvolvimento humano implica objectivos vastos que vão para além dos progressos monetários. Incluir a capacitação, a desigualdade, a vulnerabilidade e a sustentabilidade na história do desenvolvimento humano implica recolocar questões-chave sobre a orientação das políticas e estratégias de desenvolvimento. Sublinha a necessidade de avaliar os modelos de progresso material que geraram alguns avanços, mas que são consistentes com práticas políticas e produtivas exclusivas e insustentáveis. Debateremos estas implicações no capítulo 6.

Uma melhor medição destas dimensões ajudaria a aprofundar a análise e a compreensão do seu papel na nossa avaliação do desenvolvimento. O capítulo 5 apresenta inovações-chave para este fim, relacionadas com a distribuição da saúde, da educação e dos rendimentos, e esclarece melhor a natureza e a extensão da privação absoluta.

* * *

Inovações na medição das desigualdades e da pobreza

O desenvolvimento humano é uma expansão das liberdades reais dos povos que lhes permita viver uma vida à qual dão valor e possuir motivos para lhe dar valor. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado em 1990, foi uma medida pioneira que se estendeu para além do rendimento, para reflectir as condições de saúde e de educação. O *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)* de 1990 reconheceu que o IDH “capta algumas escolhas das pessoas e deixa de fora muitas outras que as pessoas poderão valorizar imenso – liberdade económica, social e política, e protecção contra a violência, a insegurança e a discriminação, para referir apenas algumas”. Esta lacuna foi salientada em investigações posteriores sobre o bem-estar.¹ Os RDH regionais e nacionais criaram formas inovadoras de medir o desenvolvimento humano de variadíssimas maneiras e uma literatura académica considerável surgiu em torno do IDH e dos temas relacionados.

Para se obter o quadro completo da evolução do desenvolvimento humano, devemos ir além das dimensões do IDH. O significativo progresso agregado na saúde, na educação e no rendimento é qualificado por uma desigualdade elevada e persistente, padrões de produção insustentáveis e pela descapacitação de grandes grupos de pessoas no mundo inteiro. O presente capítulo e o capítulo 6 analisam as implicações desta perspectiva mais ampla na medição do desenvolvimento humano e na elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento.

Uma matriz simples mostra como o IDH abrange um núcleo importante do

desenvolvimento humano, complementado pelas novas medidas aqui introduzidas e apresentadas no anexo estatístico (tabela 5.1). As colunas indicam os componentes (saúde, educação, participação política, bens materiais e coesão social) e as linhas indicam as medidas empíricas desses componentes (privação, nível médio, vulnerabilidade e desigualdade). A sustentabilidade ambiental, por exemplo, é captada pela vulnerabilidade relativa às perspetivas e riscos do desenvolvimento humano. A tabela mostra as áreas com avanços na medição deste ano (cores mais fortes) e as áreas a serem mais aprofundadas em *RDH* futuros.

TABELA 5.1

Medição do desenvolvimento humano

Em direcção a um novo quadro de desenvolvimento humano

Medida empírica	Componentes do Desenvolvimento Humano				
	Saúde	Educação	Bens materiais	Política	Social
Nível médio	Índice de Desenvolvimento Humano			Indicadores de capacitação	
Privação	Índice de Pobreza Multidimensional				
Vulnerabilidade		Indicadores de sustentabilidade ambiental, segurança humana, bem-estar, trabalho digno			
Desigualdade	IDH Ajustado à Desigualdade				
		Índice de Desigualdade de Género			

Fonte: GRDH com base em Pritchett (2010).

Três novas medidas multidimensionais

Entre as inovações mais notáveis deste 20º aniversário, encontra-se a introdução de três medidas multidimensionais de desigualdade e de pobreza, na família de medidas *RDH*:

- O IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), estimado para 139 países, capta as perdas no desenvolvimento humano devidas às desigualdades na saúde, na educação e no rendimento. As perdas nas três dimensões variam nos diferentes países, desde 1% na educação (República Checa) até 68% no rendimento (Namíbia) e tendem a ser maiores nos países com um baixo IDH.
- O Índice de Desigualdade de Género (IDG), estimado para 138 países, revela disparidades de género na saúde reprodutiva, na capacitação e na participação no mercado de trabalho. As perdas nestes resultados devido a desigualdades de género, conforme expressas pelo IDG, variam dos 17% aos 85%, com as perdas maiores concentradas nos Estados Árabes e no sul da Ásia.²
- O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica as privações sobrepostas que as famílias sofrem na saúde, na educação e nos padrões de vida. Estima-se que um terço da população de 104 países em desenvolvimento – ou cerca de 1,75 mil milhões de pessoas – vivam em pobreza multidimen-

sional. Mais de metade vive no sul da Ásia, embora as taxas sejam superiores na África subsariana, com uma variação significativa nas regiões, grupos e populações indígenas.

Conforme descrito na caixa 1.2, no capítulo 1, o IDH é um resumo agregado do progresso na saúde, na educação e no rendimento, sendo regularmente efectuadas melhorias nos respectivos indicadores e especificações funcionais. As reformas reforçam o seu valor e importância enquanto abordagem ao pensamento acerca do desenvolvimento.

A nossa abordagem é suportada pelos muitos *RDH* nacionais que utilizam métodos alargados de análise do desenvolvimento humano. Com efeito, as inovações nas medições têm surgido ao nível nacional e local. A maior parte delas deriva muito do contexto e poderão não ser praticáveis ou relevantes em todos os países devido às restrições de dados. Mesmo assim, estas adaptações locais fornecem perspectivas valiosas (caixa 5.1).

Os avanços do conhecimento e dos dados tornam possíveis as inovações na medição da desigualdade e da pobreza multidimensionais, podendo ser aplicadas globalmente, de modo a permitir comparações e proporcionar novas perspectivas.

CAIXA 5.1

Inovações nas medições: o Índice de Desenvolvimento Humano em ação

Vários Relatórios de Desenvolvimento Humano nacionais avaliaram aspectos mais abrangentes do bem-estar ao nível nacional, alargando e adaptando a norma do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

- Um relatório da Bósnia e Herzegovina analisou a exclusão social como um conceito multidimensional na mudança do socialismo e após o conflito. Este relatório mediu a participação política nas eleições e na sociedade civil, o acesso aos serviços e a exclusão extrema e de longo prazo, tendo concluído que metade da população sofria de exclusão social, a qual afecta desproporcionadamente os habitantes rurais, os pobres, os idosos, os jovens e as crianças com necessidades especiais.
- O relatório da Colômbia demonstrou os efeitos do conflito armado sobre as vidas das pessoas, utilizando dados sobre homicídios, deslocamentos, degradação causada pela guerra (crimes cometidos sob as

circunstâncias do conflito), governabilidade e violência. Aproveitando os diálogos sociais com as comunidades por todo o país, o relatório analisou as causas subjacentes ao conflito e identificou o aumento das liberdades e a resolução das desigualdades como soluções. Apontou para uma quantidade de políticas, para além da ação militar, como complemento das negociações de alto nível para a paz.

- Um relatório da Costa Rica explorou a relação entre a insegurança dos cidadãos e o desenvolvimento humano. Introduziu novas ferramentas para medir a insegurança dos cidadãos ao nível distrital, incluindo segurança (especialmente violência e roubo), percepções de insegurança e liberdades individuais. Descontou os valores convencionais de IDH e redesenhou o mapa da Costa Rica com base em noções de bem-estar mais abrangentes.

Fonte: Baseado em Gaye e Jha (2010). Consultar www.hdr.undp.org/en/nhdr/.

Medição da desigualdade multidimensional – o IDH Ajustado à Desigualdade

O IDH apresenta médias, ocultando grandes disparidades do desenvolvimento humano entre as pessoas de um país. As estimativas da desigualdade em *RDH* anteriores foram parciais (por exemplo, referindo apenas o rendimento) ou abrangeram apenas alguns países (15, em 2006). Fundamentando-se numa inovação do *RDH* do México de 2002 que foi recentemente alargada num *RDH* regional da América Latina,³ este relatório cria um IDHAD directamente comparável com o IDH, reflectindo a desigualdade em cada dimensão do IDH referente a um grande número de países. O IDHAD possui propriedades estatísticas desejáveis para estimativas transnacionais e permite combinar os dados de várias fontes – como dados de saúde de tabelas de esperança média de vida e dados de rendimentos dos inquéritos às famílias.⁴ A tabela estatística 3 apresenta um conjunto completo de estimativas relacionadas com o IDHAD para todos os países com dados disponíveis.

O IDHAD considera não apenas a média de desenvolvimento humano de um país, conforme medido pelos indicadores da saúde, da educação e do rendimento, mas também a forma como está distribuído. Podemos considerar cada indivíduo de uma sociedade como tendo um “IDH pessoal”. Se todos os indivíduos tivessem a mesma esperança de vida, escolaridade e rendimento, e que seria assim o nível médio da sociedade em cada variável, o IDH para esta sociedade seria igual a cada nível pessoal de IDH e esse seria o IDH da “pessoa média”. Na prática, claro, existem diferenças entre as pessoas e o IDH médio é diferente dos níveis de IDH pessoais. O IDHAD incorpora as desigualdades da esperança de vida, da escolaridade e do rendimento, ao “descontar” o valor médio de cada dimensão de acordo com o respectivo nível de desigualdade. O IDHAD será igual ao IDH quando não existirem desigualdades entre as pessoas, mas situa-se mais abaixo do IDH à medida que a desigualdade aumenta. Neste sentido, o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” (ou o IDHAD máximo que poderia ser atingido caso não houvesse nenhuma desigualdade), enquanto que o IDHAD é o nível de

desenvolvimento humano real (incorporando a desigualdade). A diferença entre o IDH e o IDHAD mede a “perda” de desenvolvimento humano potencial, imputável à desigualdade.⁵

Variação da perda em desenvolvimento humano devido a desigualdade

Estima-se a perda total de desenvolvimento humano devido a desigualdades multidimensionais, a perda em cada dimensão e os efeitos da desigualdade na posição dos países por IDH.⁶ A perda média no IDH é de cerca de 22%, variando entre os 6% (República Checa) e os 45% (Moçambique). Mais de 80% dos países perdem mais de 10% e quase 40% perdem mais de 25% (consultar a tabela estatística 3).

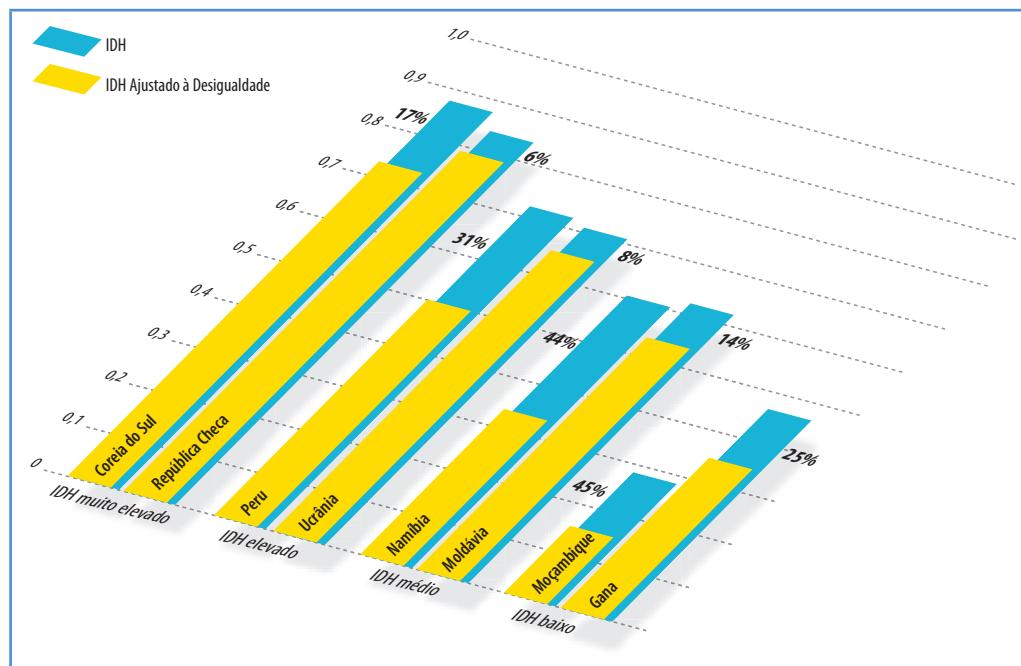
Geralmente, os países com menor desenvolvimento humano apresentam maior desigualdade multidimensional e, assim, maiores perdas no desenvolvimento humano, embora exista uma variação significativa. A figura 5.1 mostra as perdas maiores e menores nos grupos de IDH e os padrões de perda. Por exemplo, entre os países com um IDH baixo, Moçambique perde mais de 45% do seu valor de IDH, enquanto o Gana perde 24%. Entre os países com um IDH elevado, o Peru perde 31% face aos 8% da Ucrânia. A perda maior entre os países desenvolvidos observa-se na Coreia do Sul, com uma perda de 17%.

Os povos da África subsariana sofrem as maiores perdas de IDH em virtude de uma desigualdade substancial nas três dimensões, seguidos pelo sul da Ásia e pelos Estados Árabes (figura 5.2). O sul da Ásia apresenta uma desigualdade elevada na saúde e na educação: a perda da Índia no IDH é de 41% na educação e 31% na saúde. As perdas consideráveis nos Estados Árabes podem ser geralmente imputadas à distribuição desigual da educação. Egito e Marrocos, por exemplo, perdem cada 28% do seu IDH muito devido à desigualdade na educação. Noutras regiões, as perdas são atribuíveis mais directamente à desigualdade numa única dimensão.

O IDHAD leva em conta não só o desenvolvimento humano médio de um país mas também o modo como está distribuído

**FIGURA
5.1****A desigualdade produz um grande impacto no desenvolvimento humano**

Perda no IDH devida a desigualdade multidimensional

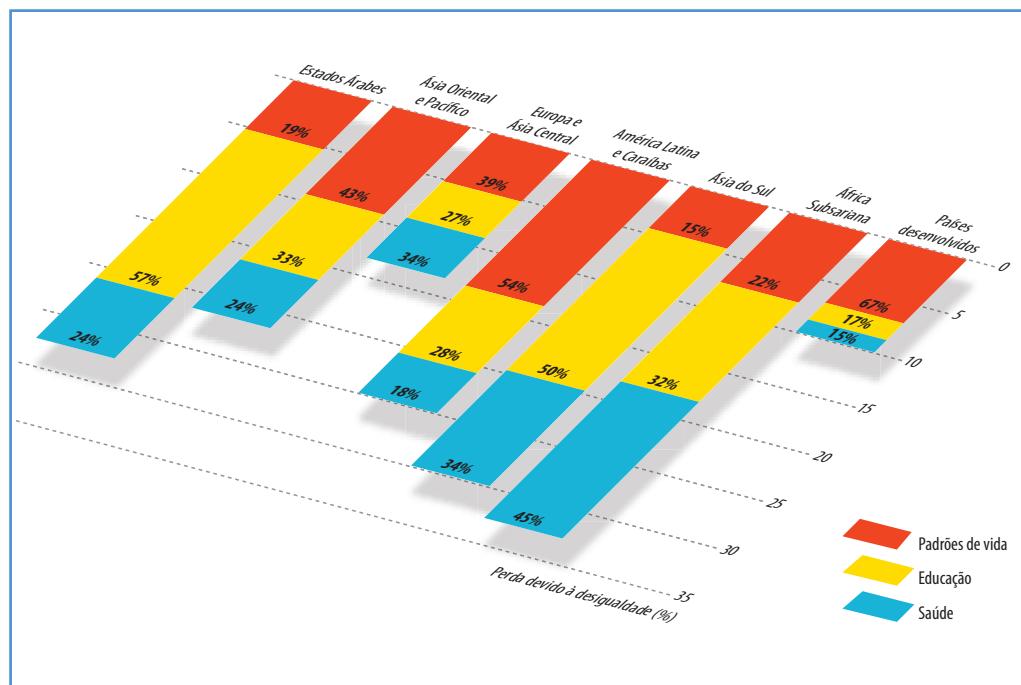


Nota: Os números junto às barras são as perdas percentuais devidas a desigualdade multidimensional (consultar a tabela estatística 5).

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

**FIGURA
5.2****Os povos da África subsariana, sul da Ásia e Estados Árabes são os que mais perdem em termos de desigualdade do desenvolvimento humano**

Perda devido a desigualdade do IDH e respectivos componentes, por região



Nota: Os números entre barras são as percentagens das perdas totais devidas a desigualdade atribuível a cada componente do IDH.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

As pessoas nos países desenvolvidos são as que vivem com a desigualdade de desenvolvimento humano mais reduzida. A Ásia oriental e o Pacífico também apresentam um bom desempenho, especialmente no que toca aos cuidados de saúde e à educação, e as ex-repúblicas socialistas da Europa e Ásia central ainda fazem uma distribuição relativamente equitativa nas três dimensões.

Calculando o IDHAD em diferentes pontos no tempo, podem ser estimadas e comparadas as modificações nos diferentes aspectos da desigualdade. Por exemplo, entre 2000 e 2005, as perdas do IDH do Brasil devidas à desigualdade caíram de cerca de 31% para 28,5%, em consequência do declínio da desigualdade em todas as dimensões, diminuindo três pontos percentuais na saúde e dois pontos percentuais na educação e no rendimento.

Perdas frequentemente maiores na saúde e na educação do que no rendimento

Em mais de um terço dos países, a desigualdade na saúde, na educação ou em ambas excede a desigualdade relativa ao rendimento. A variação da perda vai de 4% (Islândia) a 59% (Afeganistão) na saúde, de 1% (República Checa) a 50% (Iémen) na educação, e de 4% (Azerbaijão) a 68% (Namíbia) no rendimento.

A desigualdade no rendimento e no não-rendimento tende a ser maior nos países com um baixo IDH. A relação entre a desigualdade e o IDH, contudo, é mais acentuada quando se trata da desigualdade nas dimensões de não-rendimento do que em termos de rendimento (consultar o capítulo 3). Em geral, existe uma correlação negativa entre progresso e desigualdade, mas com grande variação: alguns países com anos

de escolaridade abaixo da média não são menos equitativos do que países com escolaridade acima da média. A média de anos de escolaridade é muito inferior no Brasil (sete anos) do que na Coreia do Sul (doze anos), mas os dois países apresentam uma perda semelhante pela desigualdade na educação (cerca de 26%). Países com uma esperança de vida semelhante podem também ter uma desigualdade muito diferente – por exemplo, o Paquistão (33% na saúde), a Mongólia (23%) e a Federação Russa (12%). A desigualdade na esperança de vida à nascença é pautada principalmente pela mortalidade infantil.

Estas conclusões mostram o valor de uma medida da desigualdade verdadeiramente multidimensional e apontam para potenciais políticas. A dispersão na saúde e na educação é uma das maiores dificuldades dos decisores políticos. Em termos de saúde, são necessários programas para reduzir a lacuna do acesso aos serviços públicos – como programas de vacinação – entre ricos e pobres.⁷ Visto que, conforme foi observado no capítulo 2, a maior parte da escolaridade é pública, são então necessários esforços maiores para promover o acesso equitativo.

Em mais de um terço dos países, a desigualdade na saúde, na educação ou em ambas excede a do rendimento

Limitações do IDH Ajustado à Desigualdade

O IDHAD capta a desigualdade que o IDH não consegue medir. Porém, devido a problemas técnicos e relacionados com os dados, ainda não capta as desigualdades sobrepostas – se as mesmas pessoas sofrem uma ou várias privações.⁸ Numa fase experimental, o índice será aperfeiçoado no seu decurso, respondendo aos resultados obtidos e a uma maior quantidade de dados disponíveis.

Medição da desigualdade de género – o Índice de Desigualdade de Género

A desigualdade entre os géneros continua a ser a principal barreira ao desenvolvimento humano. As raparigas e as mulheres deram passos importantes desde 1990, mas ainda não alcançaram a igualdade de género. Esta secção analisa os meios de medir e monitorizar a desigualdade de género

e estendem-se ao género os métodos aplicados à medição da desigualdade multidimensional. O IDG, introduzido como mais uma série experimental, é único a incluir o sucesso educativo, a participação económica e política e os problemas de saúde especificamente femininos, bem como

A desigualdade de género permanece como uma grande barreira ao desenvolvimento humano. As jovens e as mulheres têm dado grandes passos desde 1990, mas ainda não alcançaram a igualdade de género

a dar conta das desigualdades sobrepostas ao nível nacional. É assim um avanço importante nas medidas globais existentes da igualdade de género. A tabela estatística 4 apresenta um conjunto completo de estimativas de IDG referentes a todos os países com dados disponíveis.

As medidas das desvantagens para as mulheres despertam a consciência dos problemas, permitem a monitorização do progresso no sentido da igualdade de género e responsabilizam os governos. Graças aos esforços conjuntos de governos, sociedade civil e agências internacionais, incluindo a Organização Internacional do Trabalho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, o Banco Mundial e o Fórum Económico Mundial, a quantidade de dados publicados que incorporam uma perspectiva de género aumentou consideravelmente desde 1990.

Os primeiros índices de género globais foram lançados no *RDH* de 1995 – o Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG*) e a Medida de Participação segundo o Género (MPG) – imediatamente antes da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim. O IDG* considerava as desigualdades de género nas dimensões do IDH.⁹ A MPG assentava na participação política (medida pela quota de assentos parlamentares ocupados por mulheres), na participação económica (quota de lugares de nível superior e especializado) e no poder sobre os recursos económicos (disparidades no rendimento). Estes dois esforços pioneiros, apoiados pelos relatórios anuais, angariaram alguma visibilidade pública e assinalaram a importância da recolha e análise dos dados desagregados em termos de género. Ambos os índices, IDG* e MPG, desencadearam o debate sobre a forma de elaborar um índice de género válido e fiável.¹⁰

Os críticos observaram três inconvenientes importantes no IDG* e na MPG.¹¹

- As medidas combinam os progressos absolutos e relativos. Deste modo, um país com um rendimento absoluto baixo obtém uma classificação fraca, mesmo que apresente uma igualdade de género perfeita. O IDG* ajusta o IDH às desigualdades de género, medindo assim ambos os progressos e as disparidades totais – embora seja muitas vezes erradamente interpretado como o reflexo apenas das últimas.

- Foram necessárias largas imputações para preencher os dados em falta. No que respeita às quotas de rendimentos de ambos os índices, mais de três quartos das estimativas do país foram parcialmente imputadas. Sendo o rendimento o factor mais importante da relação entre o IDH e o IDG, esta imputação era particularmente problemática.
- Quase todos os indicadores da MPG refletem provavelmente uma forte influência da elite urbana e alguns indicadores serão mais relevantes em países desenvolvidos.

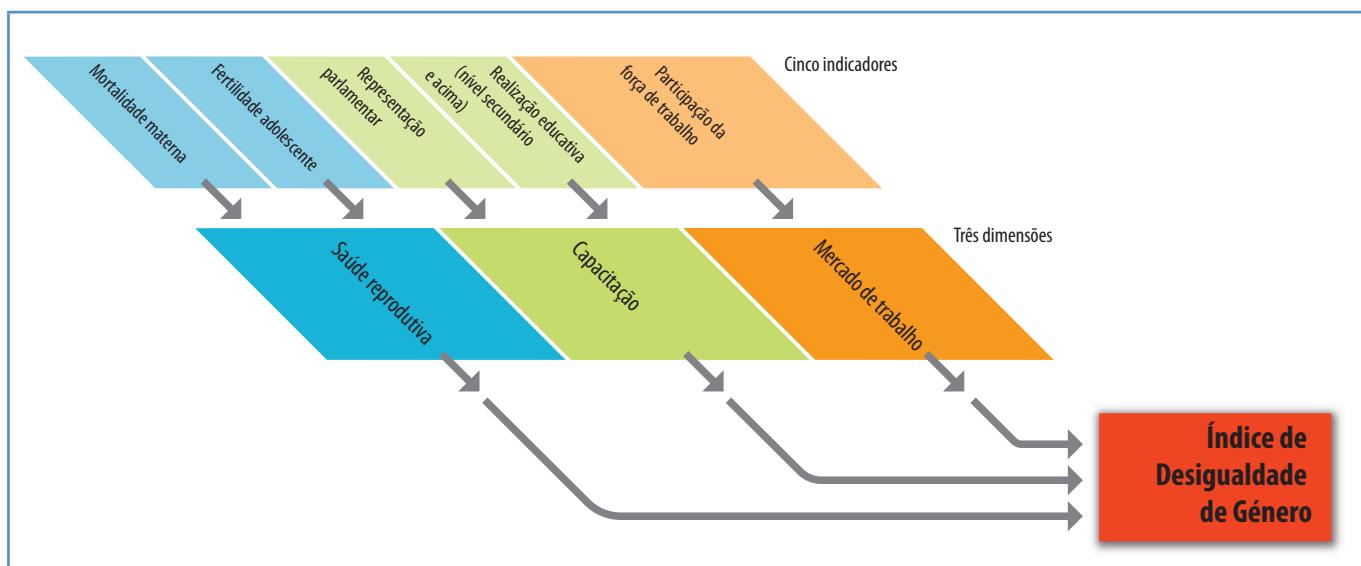
Estes problemas reflectem, em parte, graves limitações dos dados, ainda existentes; porém, o IDG actual debruça-se sobre as principais críticas. Não se apoia em imputações. Inclui três dimensões críticas para as mulheres – saúde reprodutiva, capacitação e participação no mercado de trabalho. Capta estas dimensões num índice sintético, visto que a consideração conjunta da capacitação e do desenvolvimento reflecte complementaridades importantes.¹² E nenhuma das medidas subjacentes corresponde ao nível de desenvolvimento geral de um país, podendo os países em desenvolvimento apresentar um desempenho relativamente bom se as desvantagens de género forem limitadas.

A abordagem é consistente com a da desigualdade – comparando dois grupos, mulheres e homens, e considerando apenas desigualdades entre eles, ao nível do país (para mais informações, consultar a *Nota técnica 3*). Tal como o IDHAD, o IDG capta a perda de progressos nas principais dimensões, devido à desigualdade de género. Varia entre 0 (nenhuma desigualdade nas dimensões incluídas) e 1 (desigualdade total).

O IDG aumenta quando são associadas as desvantagens em todas as dimensões – ou seja, quanto maior for a correlação das disparidades entre os géneros em todas dimensões, maior será o índice.¹³ Esta ocorrência reconhece que as dimensões são complementares e que a desigualdade na escolaridade apresenta a tendência para se correlacionar com, por exemplo, o acesso a oportunidades de trabalho e com a mortalidade materna.¹⁴ As desvantagens sobrepostas constituem um aspecto importante da desigualdade de género e a captação destas é uma vantagem essencial do IDG. Este factor contrasta com o IDHAD, em que as

**FIGURA
5.3****Componentes do Índice de Desigualdade de Género**

Índice da Desigualdade de Género – três dimensões e cinco indicadores



Nota: O tamanho das caixas reflecte o peso relativo dos indicadores e das dimensões.

Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

restrições dos dados impedem a captação de associações entre as dimensões. O método também garante que um progresso reduzido numa dimensão não possa ser inteiramente compensado por um progresso maior noutra dimensão.

Dimensões e indicadores

A figura 5.3 resume as dimensões e os indicadores do IDG e sugere as enormes limitações de dados relativos à medição de como vivem as mulheres e as raparigas pelo mundo inteiro. Será abordado um de cada vez.

Saúde reprodutiva

São dois os indicadores que medem a saúde reprodutiva das mulheres: a taxa de mortalidade materna e as taxas de fertilidade entre as adolescentes.¹⁵ O bem-estar das mulheres durante o parto é intrinsecamente importante e uma clara indicação do estatuto da mulher na sociedade. O risco de morte durante o parto é reduzido por meio de educação básica, nutrição adequada e acesso a contraceptivos, serviços de saúde pré-natal e um parto assistido por pessoal competente. Todavia, esses serviços não estão ainda ao alcance

de um número demasiado elevado de mulheres, apesar de muitos serviços terem um baixo custo.

Os países exibem uma variação enorme nas taxas de mortalidade materna, mesmo em países com rendimentos semelhantes. O Irão beneficia de um rendimento *per capita* superior ao da Costa Rica, mas a taxa de mortalidade materna é 4,5 vezes superior à da Costa Rica. O rendimento per capita da Indonésia é ligeiramente superior ao da Mongólia, mas a taxa de mortalidade materna daquele país é mais de nove vezes superior à da Mongólia. A mortalidade materna nos Estados Unidos é onze vezes superior à da Irlanda, o país que lidera este indicador.

A reprodução não é apenas arriscada – começa com frequência demasiado cedo, comprometendo a saúde e restringindo as oportunidades futuras. A gravidez precoce, medida pela taxa de fertilidade adolescente, está associada a riscos maiores para a saúde da mãe e do bebé e tende a impedir as jovens mães de frequentarem a escola, destinando-as muitas vezes a empregos de baixa qualificação, no melhor dos casos.¹⁶

Capacitação

As mulheres têm sido tradicionalmente desfavorecidas na cena política, em todos os níveis

CAIXA 5.2

Questões de género importantes não incluídas devido a restrições dos dados

Os papéis dos géneros influenciam o modo como os homens e as mulheres passam o tempo. Para além de integrarem a população activa, muitas mulheres têm ainda o fardo adicional de cuidar da família e das tarefas domésticas, o que reduz o tempo de lazer e aumenta o stress e o cansaço. Embora exista já uma melhor compreensão da forma como a utilização do tempo afecta o bem estar, essa informação não está disponível na generalidade nem é recolhida com regularidade, não podendo por isso ser incluída nas medidas globais.

A informação acerca da propriedade de bens económicos detida por mulheres, quer sozinhas ou em co-propriedade com um cônjuge, é essencial; os bens imobilizados são particularmente importantes. Todavia, os dados não estão amplamente disponíveis. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação possui uma nova base de dados sobre o género e os direitos sobre a terra que inclui seis áreas – enquadramento legal, propriedade das terras, tratados internacionais, leis tradicionais, organizações da sociedade civil e estatísticas de uso das terras –, mas abrange menos de cem países.

A violência contra as mulheres é infelizmente muito prevalente, mas não se encontra documentada de forma que possa ser comparável internacionalmente. A Organização Mundial de Saúde estima que a percentagem de mulheres sujeitas a violência física ou sexual atinja os 71% em alguns países.

Em termos de participação no processo de tomada de decisões, seriam valiosos os indicadores ao nível da comunidade, por exemplo, sobre a representação e a liderança, os quais adquiriram mais importância em muitos países, incluindo a Índia. No entanto, só existem dados comparativos disponíveis para alguns países. Dados que separam o género em termos de resultados eleitorais são também exíguos.

Fonte: Agarwal 2003; UNDESA-DAW-CSW 2010; Desai 2010.

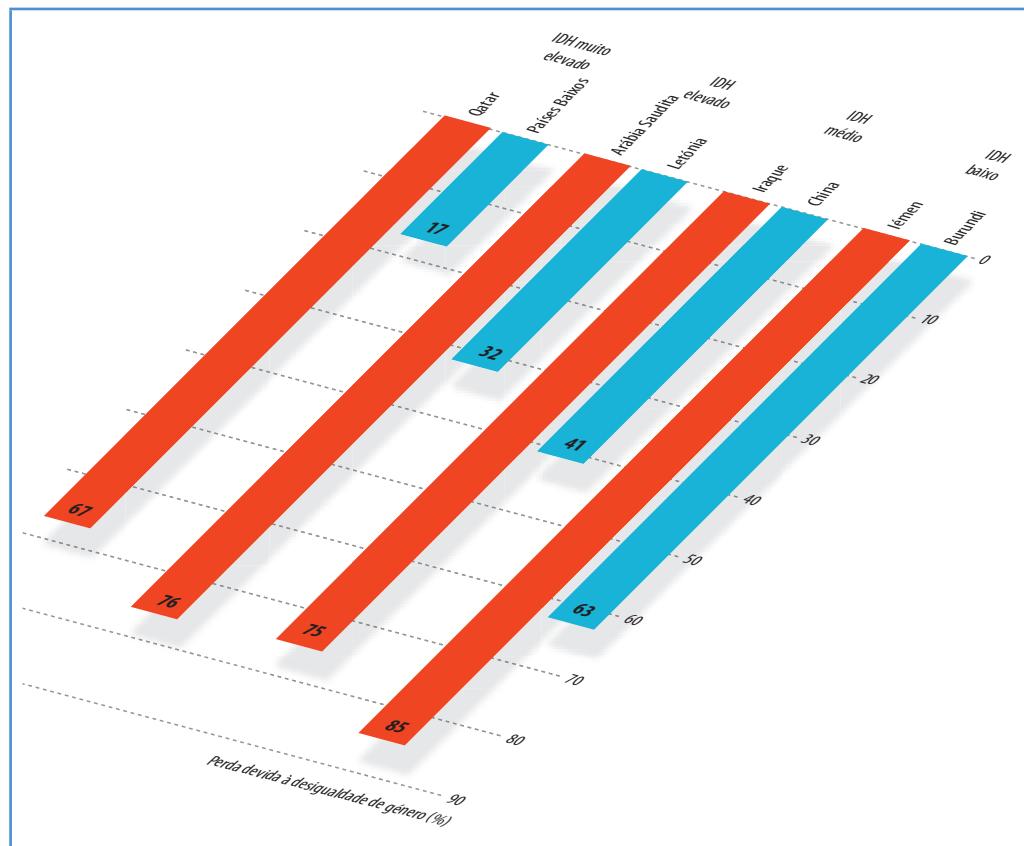
da governação. Para captar esta desvantagem, é utilizada a percentagem de representantes femininos e masculinos no parlamento. A representação parlamentar nacional, que reflecte a visibilidade das mulheres na liderança política e, em termos mais gerais, na sociedade tem vindo a aumentar ao longo dos tempos – embora a média global seja apenas de 16%. Em 2008, o parlamento do Ruanda foi o primeiro a obter uma maioria de mulheres.

Um nível de educação superior aumenta as liberdades das mulheres ao fortalecer a capacidade destas para interrogar, reflectir e agir sobre a sua condição, e ao aumentar o acesso à informação. Existem mais probabilidades de as mulheres com educação apreciarem um trabalho que lhes dê satisfação, participarem no debate público, preocuparem-se com a sua saúde e a saúde da sua família e empreenderem outras iniciativas. Concentramo-nos nas diferenças da educação secundária e superior.

FIGURA 5.4

Perdas significativas devido a desigualdade de género em todos os grupos de IDH

Percentagem de perda no progresso devido a desigualdade de género, países seleccionados



Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

Mercado de trabalho

A participação da população activa feminina, que inclui as empregadas e as desempregadas (activamente à procura de emprego) e aquelas que procuram trabalho em tempo parcial, estagnou em cerca de 51% em 2008.¹⁷ As mulheres nos Estados Árabes aumentaram a sua participação em cerca de nove pontos percentuais desde 1980 até 27% em 2008, o que ainda representa apenas cerca de metade da média global.¹⁸

Sendo útil, a participação da população activa omite a segregação ocupacional no mercado de trabalho e o fosso dos salários entre géneros (consultar o capítulo 4). Não se encontram disponíveis medidas directas dos rendimentos desagregados por sexo para um número suficiente de países.¹⁹

Dimensões não medidas

Outros problemas importantes são relevantes para o bem-estar das mulheres, como a ocupação do tempo, o acesso aos bens, a violência doméstica e a capacitação ao nível local, mas não existem dados fiáveis e actuais (caixa 5.2). Estas preocupações devem enformar esforços renovados para melhorar a base de informação de modo a apoiar uma maior sensibilização, bem como a discussão pública e as decisões políticas (capítulo 6).

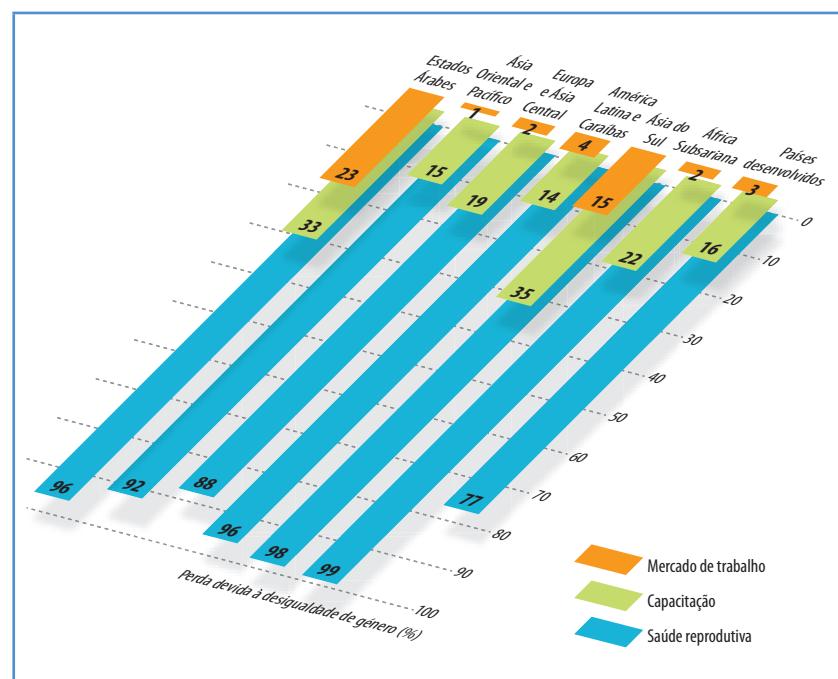
Enorme variação na desigualdade de género

O IGD varia entre 0,17 e 0,85 (reflectindo perdas de progresso na ordem dos 17% aos 85%). A figura 5.4 mostra as perdas maiores e menores na classificação do IDH. Os Países Baixos encabeçam a lista na posição mais próxima da igualdade de género, seguindo-se a Dinamarca, a Suécia e a Suíça. A média do IDH nos dez países mais próximos da igualdade de género é de 0,23. Os Países Baixos apresentam uma mortalidade materna muito baixa, situam-se entre as taxas de fertilidade adolescente mais baixas do mundo e estão perto da paridade na educação, na participação política e no emprego. O Qatar é o país mais afastado da igualdade de género entre os países desenvolvidos, enquanto a Arábia Saudita, o Iraque e o Iémen são os que estão mais distantes da paridade, nos respectivos grupos de IDH. O Burundi surge como o país mais próximo da igualdade de género entre os países com IDH baixo, tal como

FIGURA
5.5

A saúde reprodutiva é o maior contribuinte para a desigualdade de género

Padrões regionais de perdas devido a desigualdade de género



Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

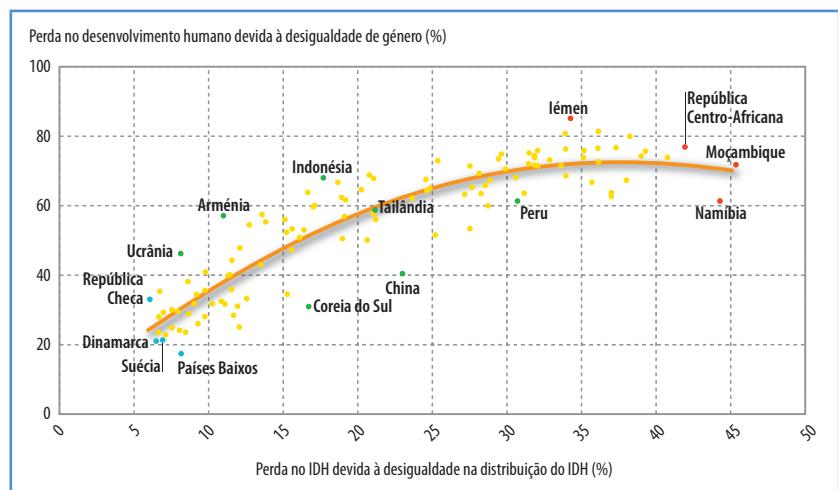
a China entre os países do grupo de IDH médio.

Os últimos dez países da lista (por ordem descendente) são os Camarões, a Costa do Marfim, a Libéria, a República Centro-Africana, a Papua-Nova Guiné, o Afeganistão, o Mali, o Níger, a República Democrática do Congo e o Iémen, com um IDG médio de 0,79. Outros países com uma elevada desigualdade de género são o Benim, o Malawi, a Arábia Saudita e a Serra Leoa. A Arábia Saudita apresenta um desenvolvimento humano elevado, com uma classificação de IDH global de 55, um IDH de 0,75 e um rendimento *per capita* de quase 25 mil dólares. No entanto, apesar de um bom nível de educação feminino, as mulheres estão praticamente ausentes do parlamento e as taxas de participação da população activa feminina ascendem apenas a um quarto da masculina, atribuindo ao país um valor de IDG de 0,76 e colocando-o na posição 128 entre 138 países.

Os padrões regionais revelam que a saúde reprodutiva é o maior contribuinte para a desigualdade de género em todo o mundo (figura 5.5). Os Estados Árabes e o sul da Ásia caracterizam-se ambos por uma fraca capacitação feminina. Nos Estados Árabes, as mulheres são também

FIGURA 5.6**Comparação das perdas pela desigualdade no desenvolvimento humano**

Perdas devido a desigualdade de género comparadas com a desigualdade multidimensional



Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

afectadas por uma participação desigual na população activa. A participação política das mulheres é maior na África subsariana do que nos Estados Árabes, na Europa e Ásia central e no sul da Ásia, mas a capacitação é contrariada pelas disparidades na educação. Os países da Europa e Ásia central possuem poucas mulheres no parlamento, embora se situem perto da paridade no tocante ao nível de educação alcançado e ao emprego, apresentando taxas de mortalidade materna baixas.

Numa perspectiva mais geral, os países com classificações mais baixas apresentam todos registos chocantes nas várias dimensões do bem-estar das mulheres. Para os últimos vinte, a taxa de mortalidade materna média é de 915 mortes por cada cem mil nados-vivos e a taxa de fertilidade entre as adolescentes é de 111 nascimentos por cada mil mulheres na faixa etária dos 15 aos 19 anos, situando-se ambos os valores bem acima

das médias globais de 273 mortes e 54 nascimentos. Acresce ainda que existe apenas uma mulher por cada oito homens no parlamento.

A correlação é forte (0,87) entre a desigualdade de género e a perda devido a desigualdade na distribuição do IDH. Este facto sugere que os países com uma distribuição desigual do desenvolvimento humano apresentam também uma desigualdade elevada entre mulheres e homens e que os países com uma desigualdade de género elevada possuem também uma distribuição desigual do desenvolvimento humano (figura 5.6).²⁰

Entre os países com um desempenho francamente mau em ambas as frentes, contam-se a República Centro-Africana, o Haiti, Moçambique e a Namíbia, cada um com perdas superiores a 40% (desigualdade) e 70% (género). Os países que se situam a meio da distribuição, com uma perda pela desigualdade que ronda os 21% e uma perda pelo género a rondar os 58%, incluem o México e a Tailândia. Os países com melhor desempenho em ambas as frentes, com uma perda pela desigualdade inferior a 10% e uma perda pelo género inferior a 22%, incluem a Dinamarca, os Países Baixos e a Suécia.

Limitações do Índice da Desigualdade de Género

O IDG não é perfeito. Entre as suas limitações, conta-se uma tendência para as elites que permanece em alguns indicadores (como na representação parlamentar). Mesmo assim, os ajustes de desigualdade lançam uma luz nova importante sobre a posição das mulheres em quase 140 países.²¹ O trazer de novas perspectivas sobre as disparidades entre os géneros no bem-estar e na capacitação sublinha também a importância da política pública pró-activa para a resolução de desvantagens sistémicas.

Medição da pobreza – o Índice de Pobreza Multidimensional

Uma atenção sobre a privação é fundamental para o desenvolvimento humano. As dimensões da pobreza vão muito para além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados,

máis condições de habitação, exclusão social e falta de participação. Afectando pessoas no mundo inteiro e colocada em grande destaque pelo trabalho de campo que informa este relatório (caixa 5.3), a pobreza é multifacetada e, por isso, multidimensional.

Jiyem, setenta anos, vive perto de Jenar, na Indonésia, com o marido, o filho, a nora e o neto. O marido de Jiyem, Djojo, é cego e não pode trabalhar. O seu filho, Paninyo, tem uma deficiência mental e trabalha no campo, recebendo cerca de 1,10 dólares por dia. Jiyem trabalhava numa quinta; agora, apenas recolhe os restos das colheitas de arroz, o que não lhe rende dinheiro, mas proporciona-lhe algum alimento. Nenhum elemento da família de Jiyem concluiu a escola primária. É uma família com privações relativamente a vários indicadores do padrão de vida – vivem em chão de terra batida, sem electricidade, sem água corrente e sem combustível adequado para cozinhar – e também em termos de nutrição.

Salome, trinta anos, vive com o marido e seis filhas no bairro degradado de Lunga Lunga, em Nairobi. O marido pode trabalhar apenas quando há ofertas de trabalho no parque industrial próximo, o que não acontece com frequência. Ela não pode trabalhar porque tem de tomar conta dos filhos, mas ganha algum dinheiro distribuindo água a outras famílias. A família não tem electricidade, água corrente nem instalações sanitárias adequadas. Salome deu à luz sete filhos, um dos quais morreu há alguns anos, com quatro meses de idade. Merah, de seis anos, já deveria estar inscrita na escola junto com as irmãs mais velhas, mas Salome e o marido não têm dinheiro para pagar a taxa de inscrição de trezentos xelins quenianos (quatro dólares). As restantes crianças têm idades compreendidas entre os três meses e os catorze anos. Salome

e o marido por vezes não conseguem arranjar comida para a família e apoiam-se nos outros membros da comunidade. "Preocupo-me por não conseguir alimentar os meus filhos", afirma. A família de Salome sofre privações na saúde, na educação e no padrão de vida.

Lydia, trinta e cinco anos, vive em Manarintsoa, um dos distritos mais pobres de Antananarivo, Madagáscar. Ela vive numa pequena cabana improvisada, com chão de terra batida e sem água nem electricidade, construída pelo irmão num pedaço de terra alugado, que lhe custa 2,30 dólares por mês. Única progenitora desde que o marido partiu, há quatro anos, Lydia vive com os quatro filhos e um neto. Ganha entre 0,31 e 0,63 dólares por dia, vendendo lixo recolhido como, por exemplo, garrafas de plástico, latas, sapatos e trapos. Num dia normal, levanta-se às cinco da manhã a fim de conseguir uma banca no mercado para vender aquilo que recolhe. Vai depois a casa para tomar o pequeno-almoço com os filhos, normalmente café e, por vezes, um bocado de pão, antes de voltar à banca. Hasina, a filha mais velha, trata das tarefas domésticas enquanto Lydia trabalha. A refeição principal da família é o jantar. Normalmente, só compram almoço aos feriados. Os filhos mais novos, de quatro e seis anos, também recolhem sucata para revenda ou pedem esmola para comprarem comida. A família de Lydia sofre privações relativamente a vários indicadores do padrão de vida – vivem em chão de terra batida, sem electricidade, sanitários ou água corrente – e também em termos de educação e nutrição.

Fonte: Estudos de campo integrados na pesquisa de antecedentes do RDH; consultar Alkire e Santos (2010).

As medidas relativas ao dinheiro são obviamente importantes, mas é necessário considerar as privações noutras dimensões e respectivas sobreposições, em especial porque as famílias com várias privações se encontram provavelmente em piores situações do que as medidas da pobreza de rendimento sugerem.²²

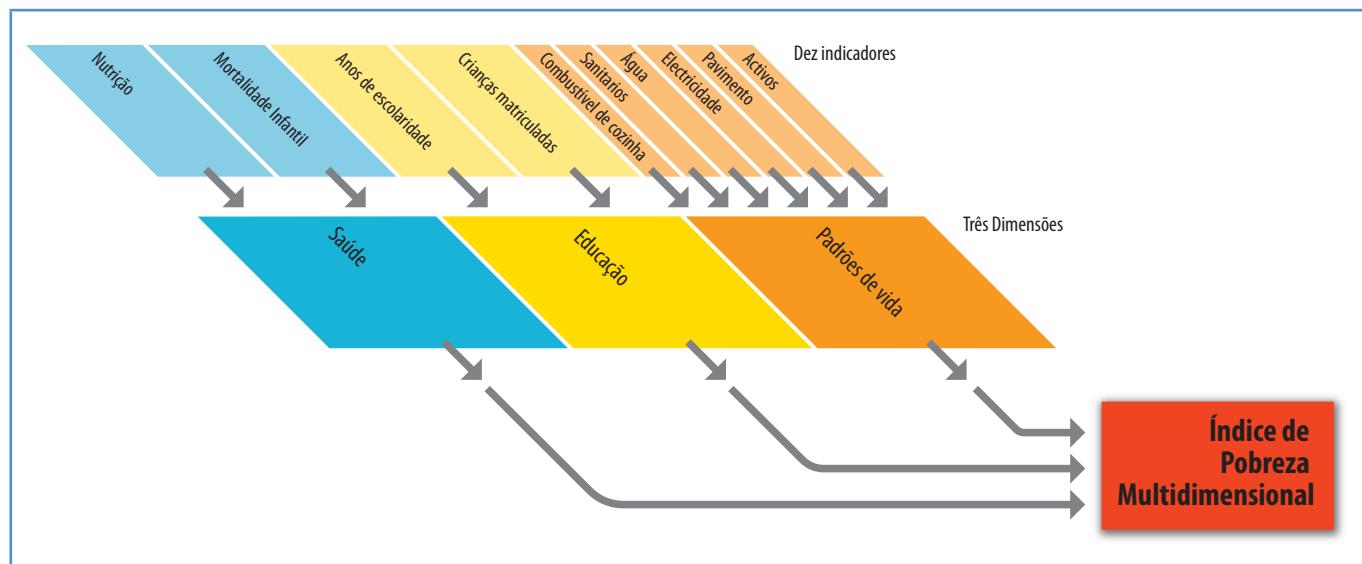
O IPM assenta na abordagem da capacidade. Inclui uma série de dimensões a partir de exercícios participados entre as comunidades pobres e do consenso internacional emergente. Porém, como a medida exige que todos os dados provenham da mesma família, as opções das dimensões para a medida foram limitadas. Por exemplo, inquéritos que recolhem as informações necessárias para avaliar outras dimensões importantes contêm dados insuficientes sobre o trabalho, a capacitação e o consumo. São necessários mais dados em áreas centrais como o trabalho informal, a capacitação, a segurança em relação à violência e as relações humanas (capital social e respeito), um assunto ao qual voltaremos no capítulo 6.

O IPM, simples e relevante em termos de políticas, complementa os métodos de base monetária ao efectuar uma abordagem mais ampla.²³ Identifica as privações sobrepostas ao nível da família nas mesmas três dimensões do IDH e indica os números médios das pessoas pobres e as privações que as famílias pobres sofrem. A tabela estatística 5 apresenta um conjunto completo de estimativas relacionadas com o IPM referente a todos os países com dados disponíveis ao público.

Esta nova medida substituiu o Índice de Pobreza Humana (IPH), publicado desde 1997.²⁴ Pioneiro no seu tempo, o IPH utilizava as médias do país para reflectir privações agregadas na saúde, na educação e no padrão de vida. Não conseguia identificar indivíduos específicos, famílias ou grupos maiores de pessoas que sofressem privações em conjunto.²⁵ O IPM vem colmatar esta falha captando quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média. Pode ser discriminado por dimensão para mostrar como se

Componentes do Índice de Pobreza Multidimensional

Índice da Pobreza Multidimensional – três dimensões e dez indicadores



Nota: O tamanho das caixas reflecte o peso relativo dos indicadores.

Fonte: Alkire e Santos (2010).

modifica a composição da pobreza multidimensional em incidência e em intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos, etc., trazendo implicações úteis para as políticas.

Padrões gerais da pobreza multidimensional

O IPM é o resultado da contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza). Inclui três dimensões semelhantes às do IDH – saúde, educação e padrões de vida –, que se reflectem em dez indicadores, cada um com igual peso dentro da sua dimensão (figura 5.7). Uma família é multidimensionalmente pobre se sofrer privações, pelo menos, em dois até seis indicadores (a divisão varia consoante o peso do indicador específico na medida geral; consultar *Nota técnica 4*). As divisões são austeras, reflectindo privações agudas, e a maioria está relacionada com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O que imediatamente ressalta à vista é que o IPM é mais adequado aos países menos

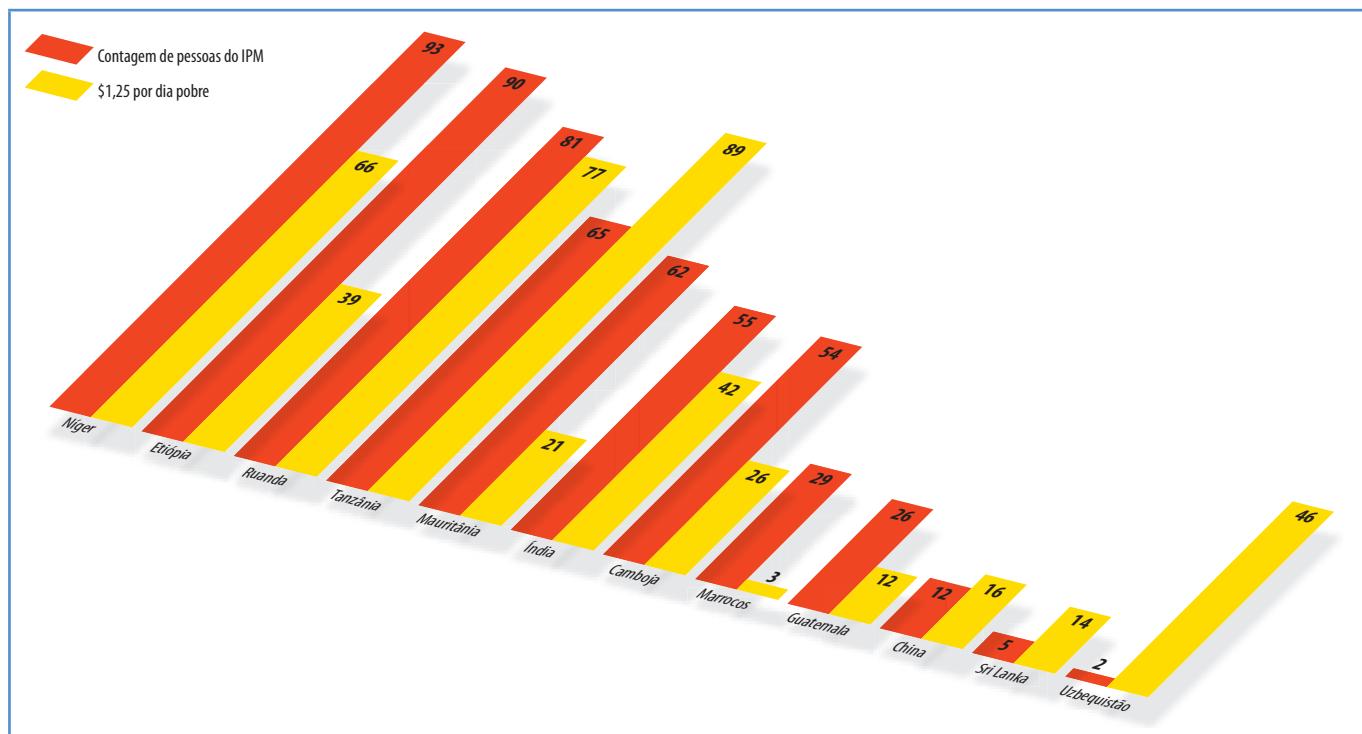
desenvolvidos. Capta as vastas privações no sul da África e na África subsariana e nos países latino-americanos mais pobres. Revela a magnitude da pobreza para além de medidas monetárias, constituindo um avanço importante. Resumindo, ajuda a captar e a transmitir com realismo as privações sobrepostas, apoiado no consenso internacional – encerrado nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – acerca das dimensões do desfavorecimento grave e, até, inaceitável.

Em suma, estima-se que cerca de um terço da população em 104 países ou perto de 1,75 mil milhões de pessoas vivam em pobreza multidimensional.²⁶ Por exemplo, podem viver numa família que tem um elemento subnutrido, que sofreu uma morte infantil ou que não tem nenhum elemento com cinco anos de escolaridade ou crianças em idade escolar em que nenhuma está inscrita na escola. Ou poderão viver numa habitação sem combustível para cozinhar, instalações sanitárias, água, electricidade, pavimento ou quaisquer bens.

Actualmente, a medida mais utilizada em relação à pobreza é a pobreza de rendimento, através de uma linha de pobreza nacional ou de uma norma internacional. A análise preliminar sugere

Comparação da pobreza de rendimento e multidimensional

Fracção de pessoas a viver em pobreza: o IPM e a pobreza de rendimento, países seleccionados



Fonte: Cálculos do GRDH baseados em Alkire e Santos (2010).

que o IPM capta aspectos de pobreza sobrepostos mas ainda assim distintos. Comparando a contagem nacional dos que são pobres em termos de rendimento (utilizando a linha de pobreza de 1,25 dólares por dia) com aqueles que são pobres em termos multidimensionais, verifica-se que, na maioria dos países, incluindo a Etiópia, Guatemala e Marrocos, o número de pessoas pobres multidimensionalmente é superior. A figura 5.8 salienta o padrão dos países seleccionados, com o conjunto completo de resultados apresentado na tabela estatística 5. Em dezanove dos setenta e dois países da amostra que apresentam as duas medidas, do IPM e da pobreza de rendimento, incluindo a China, a Tanzânia e o Uzbequistão, as taxas de contagem da pobreza de rendimento são superiores às da pobreza multidimensional. Em geral, quanto mais baixo é o IDH, maiores probabilidades existem de a pobreza multidimensional exceder a pobreza de rendimento.²⁷

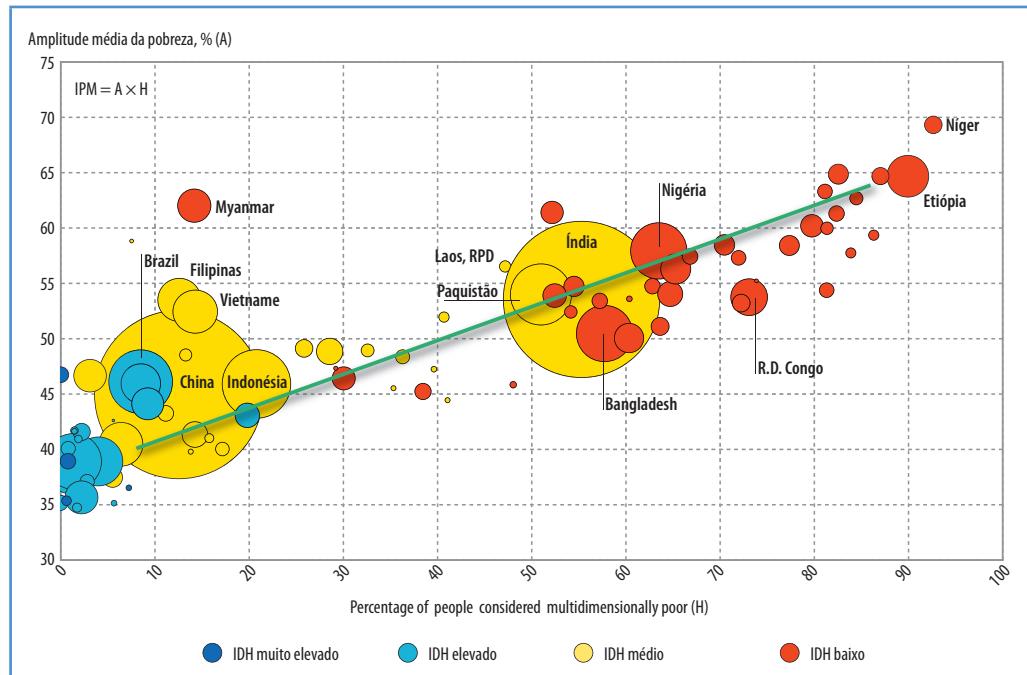
A estimativa agregada de 1,75 mil milhões de pessoas pobres em termos multidimensionais excede o cálculo de 1,44 mil milhões de pessoas

que se estima viverem com menos de 1,25 dólares por dia, nos mesmos países, mas fica aquém da estimativa de 2,6 mil milhões de pessoas a viverem com menos de 2 dólares por dia.²⁸ Na maior parte dos países, as estimativas diferem por vários motivos. Em primeiro lugar, as medidas captam conceitos diferentes e, portanto, não se esperaria que convergissem totalmente. Em segundo lugar, em muitos países desenvolvidos, o rendimento e o consumo são difíceis de medir, particularmente por causa do tamanho do sector informal e do consumo da produção doméstica. Em terceiro lugar, em alguns países, os recursos medidos pelo IPM são gratuitos ou fornecidos a baixo custo; em outros, estão fora do alcance até das pessoas empregadas. Daí ver-se que países com um acesso relativamente bom aos serviços possuem um IPM significativamente mais baixo do que as estimativas baseadas no rendimento, por exemplo o Sri Lanka, a Tanzânia e o Uzbequistão, não sendo o caso de países como a Etiópia e o Níger, em que as privações para além de rendimentos

FIGURA 5.9

Países com números de pessoas em pobreza multidimensional mais elevados sofrerem também maior intensidade de privação

A intensidade média da pobreza relativa à parcela da população considerada pobre



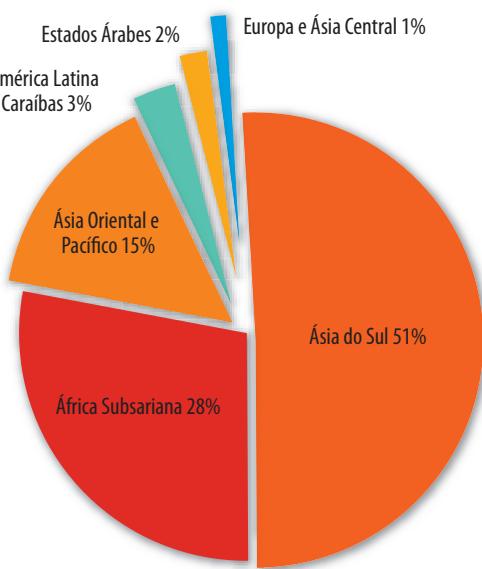
Nota: O tamanho dos círculos representa a população em cada país.

Fonte: Cálculos do GRDH baseados em Alkire e Santos (2010).

FIGURA 5.10

A maior parte dos pobres multidimensionais do mundo vivem no sul da Ásia e na África subsariana

Distribuição regional dos pobres multidimensionais do mundo que vivem nos países em desenvolvimento



Nota: A amostra inclui 98 países em desenvolvimento, abrangendo 92% da população dos países em desenvolvimento.

Fonte: Cálculos do GRDH baseados em Alkire e Santos (2010).

desadequados são ainda piores. Acrescente-se que, ao nível individual e da família, as pessoas têm capacidades diferentes de converter rendimento em alimentação ou educação, por exemplo, em famílias que incluem pessoas com deficiências ou necessidades especiais. O IPM pretende assim complementar as medidas da pobreza monetária, incluindo a estimativa de 1,25 dólares por dia. A relação entre estas medidas, assim como as respectivas implicações políticas e melhoria metodológica constituem as prioridades da investigação futura.

Qual é a relação entre a contagem de pessoas em pobreza multidimensional e a respetiva intensidade? A relação é surpreendentemente consistente: países com uma contagem da pobreza multidimensional mais elevada tendem a ter mais privações (figura 5.9). Simultaneamente, surgem casos invulgares interessantes – países com uma contagem baixa de pobreza, mas uma elevada intensidade de pobreza (como é o caso de Mianmar, Filipinas e Vietname) e países com uma contagem elevada, mas baixa

intensidade da pobreza (o caso do Bangladesh, Cambodja e República Democrática do Congo).

A pobreza multidimensional por região e país

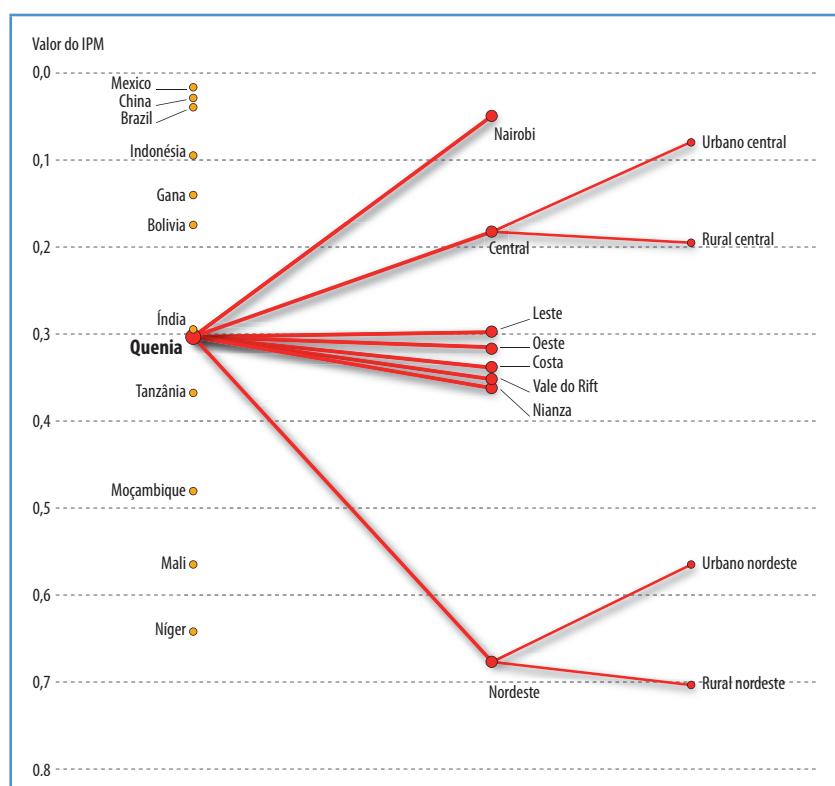
As taxas regionais da pobreza multidimensional variam entre cerca de 3% na Europa e Ásia central e 65% na África subsariana. O sul da Ásia acolhe o maior número de pessoas a viver em pobreza multidimensional, seguido pela África subsariana (figura 5.10).

- A África subsariana apresenta a maior incidência de pobreza multidimensional, com uma variação considerável através dos trinta e sete países africanos da amostra, desde um mínimo de 3% na África do Sul até ao número elevadíssimo de 93% no Níger, enquanto a percentagem média de privação se situa entre os 45% (no Gabão, Lesoto e Suazilândia) e os 69% (no Níger). Na Guiné, no Mali e no Níger, mais de metade da população é pobre e já sofreu uma morte infantil. Nesses países, bem como no Burkina Faso, Burundi, Etiópia e Moçambique, mais de metade da população é pobre e vive numa família onde ninguém concluiu a escola primária.
- Em oito estados indianos, com uma pobreza tão aguda como os 26 países africanos mais pobres, vivem 421 milhões de pessoas pobres em termos multidimensionais, um número superior aos 410 milhões de pessoas que vivem em todos esses países africanos combinados. Assim, o IPM mostra, sem sombra de dúvida, que a intensidade e a incidência da pobreza multidimensional no sul da Ásia é maior do que em qualquer outra região.
- Na maior parte da Ásia oriental e do Pacífico, incluindo a China e a Tailândia, as taxas de pobreza multidimensional são relativamente baixas. No entanto, estima-se que mais de metade dos cambojanos sejam pobres em termos multidimensionais, principalmente devido à falta de electricidade, saneamento e combustível para cozinhar.
- Na América Latina e nas Caraíbas, a pobreza multidimensional afecta desde 2% da população (Uruguai) até 57% (Haiti, ainda antes do devastador terramoto de 2010).

- Os Estados Árabes constituem um grupo de países altamente heterogéneo. A incidência das taxas de pobreza multidimensional situa-se geralmente abaixo dos 7% como, por exemplo, os Emirados Árabes Unidos e a Tunísia, mas a taxa supera os 14% no Iraque, atingindo 28% em Marrocos, 29% no Djibuti, 52% no Iémen e 81% na Somália.
- Na Europa e Ásia central, os níveis de pobreza estimados pelo IPM são muito baixos. As taxas aproximam-se do zero em muitos países, com as percentagens mais elevadas, 5% a 7%, no Azerbeijão, Estónia, Quirguizistão e Turquia, e a taxa mais elevada estimada em 17%, referente ao Tajiquistão. Estes números reflectem as limitações de se utilizarem limiares de IPM austeros em países em que existe um acesso bastante bom aos serviços básicos e não deverão servir para inferir que não existem condições de vida difíceis na Europa e Ásia central.

FIGURA 5.11 Diferenças internas enormes na pobreza multidimensional do Quénia

Índice de Pobreza Multidimensional: as províncias do Quénia comparadas com outros países



Fonte: Alkire e Santos (2010).

A variação dentro de cada país é de grande interesse para as políticas. Na Índia, a taxa da pobreza multidimensional de Deli está próxima da do Iraque e da do Vietname (cerca de 14%), enquanto que a do estado de Bihar é semelhante à taxa da Serra Leoa e da Guiné (cerca de 81%). A figura 5.11 mostra uma decomposição do Quénia por província e, dentro das províncias mais pobres e centrais, por áreas urbanas e rurais, em relação a países seleccionados. O IPM de Nairobi é ligeiramente superior ao do Brasil, enquanto que o do nordeste rural do Quénia é pior que o do Níger, o país mais pobre da amostra.

A pobreza pode ser investigada por etnia, religião e casta. A medida da pobreza multidimensional nacional do México, lançada em 2009, assinalava a pobreza entre os povos indígenas (consultar caixa 6.4, no capítulo 6). Na Bolívia, a pobreza situava-se nos 27% entre os mestiços, sendo, no entanto, 1,6 vezes superior entre os indígenas Quechua. Na Índia, 81% dos elementos das tribos inventariadas são pobres em termos multidimensionais, a par de 66% entre as castas inventariadas e 58% de outras castas não registadas.²⁹ Cerca de um terço de outras famílias indígenas são multidimensionalmente pobres, apresentando um IPM logo abaixo do das Honduras.

indicadores do padrão de vida e um indicador referente à saúde ou à educação. Este requisito torna o IPM menos sensível a pequenas inexactidões. Em quarto lugar, como é bem conhecido, as desigualdades no seio das famílias podem ser graves, mas essas não foi possível representar. Em quinto lugar, enquanto o IPM abrange mais do que uma contagem para incluir a intensidade da pobreza existente, não mede a desigualdade entre os pobres.³⁰ Por último, as estimativas apresentadas neste documento baseiam-se nos dados públicos disponíveis, abrangendo vários anos entre 2000 e 2008, o que restringe a possibilidade de comparação directa entre países.

No grupo de IDH médio (Tailândia, economias de transição e alguns países mais ricos da América Latina), as privações medidas pelo IPM são muito menos prevalecentes. Contudo, os IPM baixos registados não implicam que não exista pobreza real nestes países. Embora não seja bem captado pelo IPM, sabemos pela experiência no campo e por fontes complementares, incluindo estimativas de pobreza de base monetária, que o sofrimento das pessoas pobres nestes países é real e que, muitas vezes, a desigualdade multidimensional é grande.

* * *

Limitações do Índice de Pobreza Multidimensional

À semelhança do IDG, o IPM encerra algumas desvantagens, motivadas principalmente por restrições de dados. Em primeiro lugar, os indicadores incluem ambos os resultados (como os anos de escolaridade) e as contribuições (como o combustível para cozinhar), bem como um indicador fixo (mortalidade infantil, que pode reflectir uma morte recente ou ocorrida há muito tempo), uma vez que não estão disponíveis dados actuais para todas as dimensões. Em segundo lugar, os dados referentes à saúde são relativamente pobres e com pouca cobertura, especialmente em relação à nutrição, embora os padrões que surjam sejam plausíveis e familiares. Em terceiro lugar, em alguns casos foi necessário um julgamento cuidadoso para responder à falta de dados. No entanto, para serem consideradas pobres, as famílias têm de sofrer privações em, pelo menos, seis indicadores do padrão de vida ou em três

O relatório deste ano avança a agenda de medições do desenvolvimento humano. Apoiando-se em muitos anos de investigação e críticas, esta agenda introduz novas medidas para a desigualdade multidimensional, geral e por género, e para a pobreza. Sublinha a solidez fundamental do IDH, introduzindo em simultâneo afinações cuidadosamente elaboradas. Com o surgimento do interesse em medidas de bem-estar alternativas, o IDH adquire ainda um maior destaque, continuando a ser um pilar do RDH. Apesar dos melhoramentos na disponibilidade e na qualidade dos dados desde 1990, ainda existem grandes lacunas e falhas. Ainda faltam boas medidas de resumo de aspectos críticos do bem-estar, nomeadamente em relação à capacitação. É necessário mais trabalho a nível conceptual e empírico para juntar as duas agendas, a da sustentabilidade ambiental e a da medição do desenvolvimento humano. Voltaremos a estes desafios na agenda para o futuro descrita no capítulo 6.

A agenda para além de 2010

Este Relatório começou por reafirmar a relevância inabalável do desenvolvimento humano para o século XXI. Reunimos um conjunto de dados e analisámos as actuais reflexões para informar e ajudar a traçar os caminhos que se abrem. Estes dados revelaram que as vidas das pessoas podem ser melhoradas através de meios já à disposição de muitos países e, por isso, o progresso não é garantido. Os percursos para avançar o desenvolvimento humano são variados e específicos em relação às condições históricas, políticas e institucionais de um país.

Este Relatório chegou a diversas conclusões sobre as tendências e os padrões nas dimensões básicas mensuráveis do desenvolvimento humano:

- Na maioria dos países e grupos, mas não em todos, registaram-se avanços regulares e de longo prazo, tanto na educação como na saúde, durante as últimas décadas;
- Tem se registado uma ausência de convergência geral entre países no que se refere aos rendimentos, apesar de significativos surtos de crescimento na Ásia Oriental, no Pacífico e na Índia.
- A correlação entre alterações nos rendimentos e alterações na saúde e educação nos últimos 40 anos é fraca. A explicação mais plausível é o facto de os países em desenvolvimento lidarem hoje com oportunidades e processos diferentes dos que existiam no passado.
- Isto não significa que o crescimento não seja importante; dominar os recursos continua a ser a chave para expandir muitas capacidades. Isto quer dizer que o progresso na saúde e educação é exequível mesmo quando o crescimento se revela ilusório.
- Os conhecimentos e a tecnologia globais estão abertos a novas opções e caminhos, reduzindo os custos de realizações básicas e aplicando um elevado preço a pagar às políticas que obtenham vantagens estratégicas das oportunidades.
- Os caminhos para atingir o sucesso são diversos, com grandes variações nos resultados em relação a países com condições iniciais seme-

lhantes. Muitos países agiram bem a longo prazo dando realce à saúde e educação; outros esforçaram-se para ter um rápido crescimento económico, embora por vezes com um custo elevado para a sustentabilidade ambiental.

- As políticas e as reformas compatíveis com o progresso variam grandemente ao longo das situações institucionais e dependem das restrições estruturais e políticas. As tentativas para transplantar soluções institucionais e políticas em todos os países com condições diferentes fracassam, muitas das vezes.

Analisámos também as tendências nas dimensões do desenvolvimento humano que normalmente são menos medidas, mas que não são menos importantes do que as incluídas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esta análise revelou que:

- Os processos formais de democracia propagaram-se a níveis nacionais, para que a maioria das pessoas viva agora em sociedades democráticas e tenha também a oportunidade de votar em eleições locais, ainda que a democracia nem sempre garanta a responsabilização.
- As desigualdades internacionais, intergrupais e interpessoais continuam a ser enormes em todas as dimensões do bem-estar e as disparidades dos rendimentos estão a aumentar.
- Torna-se cada vez mais evidente que a actual produção e padrões de consumo mundiais são ambientalmente insustentáveis.

As alterações climáticas podem ser o único factor que torna o futuro muito diferente do passado, impedindo o progresso continuado do desenvolvimento humano que a história nos levaria a esperar

O Relatório também introduziu inovações importantes na medição. O IDH clássico foi aperfeiçoado e complementado por novas medidas de desigualdade no IDH, de disparidades entre géneros e pobreza multidimensional. Embora estas inovações tenham sido elaboradas segundo os dados disponíveis recentemente e os avanços técnicos, foram introduzidas novas séries numa base experimental e serão analisadas à luz dos debates e dos resultados e melhorias dos dados no futuro.

Estes resultados têm implicações para a futura agenda do desenvolvimento humano. Embora não existam soluções milagrosas

ou poções mágicas para o desenvolvimento humano, surgem três mensagens para a política. Em primeiro lugar, não podemos assumir que o desenvolvimento no futuro possa reproduzir com sucesso os avanços que se deram do passado: em muitos aspectos, as oportunidades actuais e futuras são maiores e assim continuarão a ser. Segundo, as experiências variam e os contextos específicos impedem de tornar os requisitos políticos abrangentes e, em vez disso, favorecem mais as orientações gerais. Terceiro, há que enfrentar novos desafios importantes, de que se destacam as alterações climáticas.

O progresso e a ameaça das alterações climáticas

Tal como no passado foi complexo e não linear, quaisquer projecções do futuro são incertas. Na investigação preliminar realizada para este relatório, a trajectória média dos países foi modelada seguindo a trajectória de países mais desenvolvidos que começaram de níveis de IDH semelhantes.¹ Estas projecções sugerem que, a níveis mais baixos do desenvolvimento humano, podem ser feitos progressos substanciais nas próximas décadas. Com base no progresso do passado, um país levaria cerca de 70 anos para avançar do IDH das Filipinas para o IDH de Espanha, por exemplo. O avanço do IDH do Níger para o de Madagáscar ou do IDH dos Camarões para o do Botswana levaria 25 anos ou cerca de uma geração.² Cenários de rendimento alternativos gerados por investigadores em todo o mundo normalmente prevêem que os países asiáticos, nomeadamente a China e a Índia, vão continuar a convergir com os países desenvolvimento, enquanto a América Latina, as Caraíbas e a África Subsariana continuarão a atrasar-se.³

Os modelos subjacentes não prevêem eventos substancialmente mais desfavoráveis, ou mais favoráveis, do que os do passado. Contudo, impactos negativos imprevistos, tais como guerras, epidemias ou calamidades ambientais, comprometeriam o desenvolvimento humano futuro. Impactos positivos, como a cura para a malária e o VIH/SIDA e o cessar de conflitos, impeliriam avanços.

Estima-se que a população global atinja 9 mil milhões em 2050, com quase todo o crescimento nos países em desenvolvimento. Não fosse pela migração, a população dos países

desenvolvidos atingiria o seu pico em 2020 e diminuiria durante as três décadas seguintes. Estas alterações demográficas, em conjunto com o aumento de rendimentos, terão consequências para os recursos naturais e para o ambiente. As alterações climáticas podem constituir o único factor que torna o futuro bastante diferente, impedindo a continuação do progresso no desenvolvimento humano que a história nos levou a esperar. Embora os acordos internacionais tenham sido difíceis de alcançar e as respostas políticas tenham sido geralmente lentas, o amplo consenso é claro: estão a dar-se alterações climáticas e estas podem inviabilizar o desenvolvimento humano. Prevê-se que exerçam um efeito significativo nos níveis do mar e nos padrões meteorológicos e, possivelmente, na fixação das populações e na produtividade agrícola.

Uma das estimativas preconiza que, em meados do século, os efeitos adversos das alterações climáticas nas colheitas agrícolas farão subir os preços (no caso do trigo, para mais do dobro), com repercuções maciças. No pior dos cenários, o consumo per capita de cereais cairá um quinto e mais 25 milhões de crianças ficarão subnutridas, sendo o sul da Ásia a zona mais afectada.⁴ Os efeitos a longo prazo em termos de produtividade agrícola variam consoante a região e, em geral, são negativos nas regiões áridas e tropicais, nomeadamente em países em desenvolvimento, sendo positivos em algumas regiões mais frias do mundo, incluindo o Canadá e a Federação Russa.⁵

Com o reconhecimento cada vez maior dos enormes riscos que, em alguns casos, ameaçam a existência dos países insulares, a perspectiva sobre as alterações climáticas tem vindo a evoluir rapidamente. As alterações climáticas representam um teste significativo para a comunidade internacional e há muito em jogo. A natureza global e sobretudo irreversível das alterações climáticas são uma questão de justiça distributiva transnacional e intergeracional, que afecta os milhares de milhões de pessoas que irão viver no próximo século e para além dele.

Uma agenda para a política

A determinação de catalisadores políticos do desenvolvimento humano é difícil porque as questões são complexas, os dados escassos e os métodos limitados. É possível que os problemas sejam melhor ilustrados pelas críticas cerradas sobre as comparações estatísticas em todos os países (as chamadas regressões transnacionais), críticas tão extensas que dificilmente qualquer resultado sobre o relacionamento entre políticas e crescimento é irrefutável.⁶

Contudo, existem outros métodos que também falham. Por exemplo, enquanto as avaliações meticulosas podem dar respostas concretas a questões específicas, muitos resultados das experiências aleatórias das intervenções do programa não podem ultrapassar a abordagem experimental.⁷ De igual modo, os estudos de caso aprofundados por país não se aplicam necessariamente a todos os países ou até aos mesmos períodos, ainda que os estudos de caso possam fornecer perspectivas valiosas quanto à complexidade e riqueza das condições políticas, culturais e antropológicas locais.

Em todo o mundo, são concebidas e implementadas políticas todos os dias, e as instituições e os investigadores de desenvolvimento procuram dar conselhos concretos. A reflexão sobre o desenvolvimento é um espaço contestado em que as ideias, as interpretações e as concepções alternativas competem entre si para obterem a aceitação. Oferecemos uma interpretação das tendências e dos padrões com base numa leitura minuciosa da história e dos dados empíricos, bem como dos ideais normativos básicos da abordagem ao desenvolvimento humano, ajudando-nos a delinear uma visão do rumo futuro e uma agenda para a mudança.

O desafio consiste em considerar as políticas e estratégias que seriam boas para o desenvolvimento humano ao longo do tempo, para que as melhorias superem o passado e assegurem que os grupos que anteriormente se encontravam em desvantagem fossem incluídos em futuras expansões da liberdade. Esta tarefa deve ser efectuada de uma forma que supere os limites do crescimento baseado em elevados níveis de carbono para que o desenvolvimento humano seja verdadeiramente sustentável.

As políticas que fazem avançar o crescimento económico e os aspectos de não-rendimento do desenvolvimento

humano diferem, mas também se sobrepõem.

Devemos prestar mais atenção a essas sobreposições

Como um crescimento rápido, mesmo quando sustentado, não é garantia automática de fortes ganhos para aspectos mais amplos do desenvolvimento humano, as políticas devem ser concebidas à partida com o objectivo de melhorar o rendimento e outras metas em simultâneo. Os decisores podem ter em mente diversas variáveis. Apesar de não podermos presumir que o crescimento económico conduza inevitavelmente ao desenvolvimento humano e à redução da pobreza, muitos países alcançaram ambos os objectivos. As políticas que fazem avançar o crescimento económico e os aspectos de não-rendimento do desenvolvimento humano diferem, mas também se sobrepõem. É necessário prestar mais atenção a estas sobreposições e às potenciais sinergias.

O capítulo 3 analisou a centralidade sobre a forma como os mercados e os Estados funcionam para determinar o sucesso e o insucesso relativamente ao desenvolvimento humano. Estas forças são moldadas pelo contrato social subjacente, pelas normas e expectativas sobre as funções e as responsabilidades do Estado e pelos mecanismos de responsabilização e de aplicação da lei. Os caminhos variam com o contrato social entre as elites políticas e económicas e os grupos sociais, afectando a forma como o Estado assegura as políticas, os bens públicos e os serviços, para expandir as oportunidades e as liberdades de todos. Isto aponta para a necessidade de assumir o contexto de uma forma séria aquando da reflexão sobre as políticas e os programas que têm mais probabilidade de acelerar o desenvolvimento humano – um ponto extremamente importante para os parceiros de desenvolvimento que procuram dar apoio.

Existe um consenso crescente de que as mesmas políticas podem ter efeitos diferentes em contextos diferentes

Porém, não devemos concluir que todas as instituições e políticas são totalmente endógenas e específicas de eventos que ocorreram há séculos. Tal implicaria que as escolhas políticas fossem inteiramente predestinadas e que o espaço para a mudança e, em especial, para as reformas progressivas, fosse inherentemente reduzido. Felizmente, as evidências não estão de acordo com este pessimismo. Estudos de casos, elementos históricos, dados empíricos transnacionais e provas experimentais fazem todos parte das peças do puzzle. Por vezes, permitem-nos identificar as políticas que, previsivelmente, irão promover o desenvolvimento humano, ainda que com níveis razoavelmente elevados de generalidade. Estes dados devem ser considerados, desenvolvidos e adaptados, tanto a nível nacional como local.

Por exemplo, a capacidade dos actores estatais tem influência sobre o que pode ser feito e sobre a possibilidade de os objectivos apoiados politicamente serem distorcidos quando implementados, em especial em países com baixo desenvolvimento humano. A capacidade de indivíduos e grupos está fortemente condicionada pela forma como o poder é distribuído numa sociedade e nas suas instituições, em parte um legado em que persistem as desigualdades.

Este aspecto faz-nos retomar o tema recorrente de que nenhuma estratégia única funciona bem em todos os casos. O contexto é claramente fundamental. Existe um crescente consenso de que as mesmas políticas podem exercer diferentes efeitos em diferentes contextos.⁸ O que funcionou num local pode não funcionar noutra. Por exemplo, tanto a Maurícia como o Haiti são economias insulares que criaram Zonas de Processamento de Exportações; estas foram altamente bem sucedidas na Maurícia, mas fracassaram no Haiti.

A nossa análise do desenvolvimento humano ao longo dos últimos 40 anos demonstra que não é útil que um relatório global prescreva receitas universais. É mais útil fomentar agendas políticas e de investigação e debates em diversos domínios complementares. Quais são as implicações políticas mais directas que surgem desta abordagem? Estabelecemos estas implicações sob três rubricas: princípios fundamentais, contexto e forças globais.

Considerar os princípios para orientar a acção política

As pessoas, os grupos e os líderes que promovem o desenvolvimento humano funcionam sob fortes restrições institucionais, estruturais e políticas que afectam as opções políticas. Contudo, a experiência sugere princípios gerais para a modelação de uma agenda adequada para o desenvolvimento humano.

Uma importante conclusão retirada de várias décadas de experiência do desenvolvimento humano demonstra que a concentração exclusivamente no crescimento económico é uma questão problemática. Embora tenhamos um bom conhecimento sobre a forma de promover a saúde e a educação, existem muito menos certezas quanto às causas do crescimento e, muitas vezes, o crescimento é ilusório.⁹ Além disso, uma ênfase desproporcionada no crescimento está frequentemente associada a consequências ambientais adversas e a efeitos de distribuição negativos. A experiência da China, com o seu impressionante recorde de crescimento, reflecte o agravamento destas preocupações (caixa 6.1) e salienta a importância de abordagens equilibradas que enfatizem os investimentos em aspectos ligados ao não-rendimento do desenvolvimento humano, por razões instrumentais e intrínsecas.

Além disso, se o crescimento for um meio para vários fins, como é agora aceite na generalidade, então o “sucesso” no crescimento deve ser avaliado em relação aos objectivos mais vastos do desenvolvimento humano que o crescimento pretende alcançar. Todas as variáveis relevantes têm de estar em cima da mesa, à vista, ao mesmo tempo.

Os objectivos de desenvolvimento devem ser debatidos e definidos através de troca pública de ideias em fóruns deliberativos participativos. Neste sentido, os fins e os meios surgem em simultâneo. Tal como Elinor Ostrom e outros sublinharam, os serviços que proporcionam capacidade são sempre co-produzidos pelas “pessoas” - as crianças não “recebem” educação, utilizam a infra-estrutura e os recursos fornecidos pelo Estado para aumentar os seus conhecimentos. De igual modo, as pessoas necessitam de co-produzir a sua própria saúde.¹⁰ Esta ideia sublinha a opinião de Amartya Sen e outros observadores de que as pessoas devem

Quando, nos anos 80, Deng Xiaoping declarou que “O desenvolvimento é a dura realidade”, estava a falar contra a ideologia da era maoísta, quando se privilegiava o igualitarismo em detrimento do crescimento económico. A China era um dos países mais pobres do planeta e um rápido crescimento era visto como a forma de tirar pobreza e fortalecer-la, tanto do ponto de vista económico como ao nível da fase política que o mundo atravessava. Trinta anos depois, a China está a concretizar aquelas ambições. Mas também incorreu em custos, situação que começa agora a responder.

A China iniciou as suas reformas económicas no final dos anos 70, adoptando uma estratégia de desenvolvimento que pode ser descrita como uma busca determinada do crescimento económico. A máquina governamental tornou-se o agente de crescimento. Para avaliar o desempenho dos vários níveis de governo e dos principais dirigentes foi utilizado um simples critério: a taxa de crescimento económico de uma região.

A China contrariou explicitamente grande parte da sua sabedoria tradicional sobre a forma de gerir a transição para a economia de mercado. Deu-se prioridade à economia sobre as suas reformas, e estas foram realizadas sem uma total liberalização ou privatizações. Ao contrário da opinião popular, o Investimento Directo Estrangeiro e o crescimento das exportações não foram os principais catalisadores. Em vez disso, uma grande parte do crescimento da China ocorreu através das empresas municipais (TVE - Township-Village Enterprises), que pertencem às comunidades e são geridas pelas mesmas.

A economia chinesa cresceu a uma taxa impressionante de 8% ao ano durante mais de três décadas e as medidas de pobreza monetária caíram mais de 80% entre 1981 e 2005. Contudo, este sucesso não coincidiu com o desempenho noutras dimensões do desenvolvimento humano. A China classifica-se em primeiro lugar no crescimento económico desde 1970, mas, entre 135, países situa-se no 79º lugar em termos de melhoria da educação e da saúde. Com efeito, a China é hoje um dos únicos dez países da nossa amostra com taxas brutas de matrícula mais baixas do que nos anos 70. O lento progresso foi associado à descentralização do financiamento dos serviços básicos, sem um apoio nacional

adequado ou aumento de impostos cobrados às famílias. Os serviços públicos sociais deterioraram-se, tendo mesmo chegado a desmoronar-se algumas regiões.

Os custos de uma busca determinada pelo crescimento económico tornaram-se também evidentes noutras dimensões. O aumento da poluição ambiental ameaçou muitos sistemas de terra, água e ar dos quais as pessoas dependiam para a sua subsistência, por vezes com implicações globais. As desigualdades pioraram em matéria de rendimento. Em 2008, o consumo per capita dos agregados familiares na região costeira de Guangdong era mais de quatro vezes superior ao do Tibete.

A China adoptou a sua busca determinada pelo crescimento sensivelmente ao mesmo tempo que Amartya Sen e, posteriormente, o *Relatório de Desenvolvimento Humano* começaram a questionar esta forma de pensar. Visto sob a perspectiva das capacidades, o tipo de problemas que a China sofria colocou em questão o próprio significado e o valor deste tipo de desenvolvimento com base no rendimento.

Em 2002, o *Desenvolvimento como Liberdade* de Sen foi traduzido para chinês e publicado na China pela People's University Press, tendo sido reeditado várias vezes. No entanto, um episódio sugere que pode ter exercido um impacto significativo, pelo menos em alguns círculos. No auge da reforma do sistema de saúde da China, em 2005, quando o ministério chinês convocou uma reunião do grupo de peritos, cada membro do grupo recebeu um exemplar do *Desenvolvimento como Liberdade*.

A redução dos desequilíbrios sociais é agora uma prioridade do plano quinquenal. A China lançou também recentemente novas iniciativas políticas importantes que visam desenvolver uma economia com baixos índices de carbono e alargar a adopção de tecnologias respeitadoras do clima. Em 2009, aprovou um objectivo nacional para aumentar a utilização das fontes de energia renováveis para 15% e comprometeu-se a baixar os níveis das emissões de dióxido de carbono entre 40% e 45% de 2005 até 2020. O sucesso destas reformas no país de maior densidade populacional do mundo tem implicações significativas para o desenvolvimento humano em termos globais.

Fonte: PNUD China e Instituto para a Reforma e Desenvolvimento da China 2008; PNUD China e Universidade Renmin da China 2010; Chen e Ravallion 2008; Liu 2010; Qian 2003; NDRC da China 2006.

ser participantes activos no desenvolvimento e na implementação de projectos de desenvolvimento, ao invés de beneficiários passivos.¹¹

Neste sentido, sugerimos algumas considerações no sentido de promover o debate público sobre as prioridades e as opções políticas:

- A igualdade e a redução da pobreza devem estar no plano da frente e não serem um complemento. Por exemplo, os decisores devem considerar os potenciais beneficiários das medidas para promover o emprego, o crescimento e o acesso aos serviços públicos. Um exemplo recente de uma política de

emprego para os mais desfavorecidos é a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural da Índia, que assegura o pagamento de 100 dias de remuneração salarial por ano a qualquer adulto que represente uma família rural (caixa 6.2).

- Todas as sociedades necessitam de instituições para gerir conflitos, resolver disputas e tratar de questões de diferenças étnicas, raciais e de classe. O apoio daquelas instituições exige um contrato social que seja subscrito pela maioria dos grupos. As políticas podem incluir a redistribuição do rendimento, a minoração

A Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural da Índia (NREGA, na sigla em inglês) de 2005, o maior programa de trabalho em obras públicas alguma vez implementado no mundo, proporciona uma segurança social básica aos trabalhadores rurais: um direito universal e legalmente executório a 100 dias de emprego por família rural em obras públicas locais mediante um salário mínimo. Os trabalhadores a quem não foi dado trabalho no prazo de 15 dias após o terem pedido, têm direito aos benefícios de desemprego.

A lei tem outras características que são dignas de salientar:

- *Encorajar a participação das mulheres.* Um terço dos empregos criados deve destinar-se às mulheres e localizar-se a 5 quilómetros da sua aldeia; no local de trabalho, devem ser fornecidas creches (se for necessário).
- *Descentralizar o planeamento e a implementação.* Pelo menos metade dos fundos deve ser gasto pelos conselhos locais eleitos; as assembleias das aldeias seleccionam e estabelecem a prioridade dos projectos.
- *Criar activos rurais.* As pessoas devem ser contratadas para criar activos públicos (como estradas e barragens de correção), bem como activos em terrenos privados (como melhoria de terras e poços).
- *Impor normas estritas de transparéncia e responsabilização.* Todos os documentos têm de estar acessíveis ao público com uma divulgação proactiva dos documentos fundamentais (como registos de assiduidade) e os representantes da aldeia devem realizar auditorias periódicas.

No ano fiscal de 2009/2010, a Índia gastou quase 10 mil milhões de dólares americanos (cerca de 1% do PIB) no programa, no qual participaram 53 milhões de famílias. Em média, cada família participante trabalhou 54 dias. Os grupos desfavorecidos aderiram em grande número; a maioria dos trabalhadores eram membros de castas inferiores e de grupos tribais inferiores, e mais de metade eram mulheres.

O pagamento de salários mínimos e melhores condições de trabalho nos locais de obras contemplados na NREGA criaram pressões para melhorias semelhantes no mercado laboral privado, beneficiando todos os trabalhadores rurais. A migração resultante de conflitos para as

áreas urbanas abrandou. E, para muitas mulheres rurais, os rendimentos do programa são uma importante fonte de independência económica. Como disse Haski, uma mulher tribal de Rajasthan, quando lhe perguntaram quem decidia sobre como os salários da NREGA deveriam ser gastos: "Main ghar ki mukhiya hoon" (Sou a chefe da família).

A implementação da NREGA tem sido muito difícil. A conscientização é mais elevada do que para a maioria dos actos legislativos. "NREGA" tornou-se uma palavra das famílias e até as crianças nas escolas são capazes de responder a perguntas sobre os direitos dos trabalhadores. No entanto, a compreensão da noção de "trabalho a pedido" enquanto direito legal é demorada, sendo uma conscientização fundamental para que a NREGA seja um passo à frente rumo ao direito de trabalhar ou até mesmo uma medida de segurança social eficaz.

Outros desafios incluem prevenir a corrupção, assegurar a responsabilização e aumentar a participação das pessoas no planeamento. Muitos destes desafios refletem os conflitos que se produzem quando é implementada legislação para os mais desfavorecidos através de mecanismos estatais ineficazes que, muitas vezes, são hostis às pessoas pobres. Quando as regras mudaram para que os salários da lei NREGA fossem pagos através de bancos em vez de funcionários públicos e intermediários, a fim de prevenir desfalques, muitos funcionários públicos que tinham beneficiado das primeiras fugas perderam o interesse. Isto originou longos atrasos nos pagamentos dos salários e causou grandes dificuldades.

O valor da NREGA para os trabalhadores rurais é evidente nas conversas com os membros tribais do Distrito de Surguja. Alguns investiram os seus rendimentos da NREGA (como num vitelo ou numa bicicleta), outros usaram-nos para reembolsar dívidas ou na educação do seu filho ou para satisfazer obrigações sociais (como, por exemplo, despesas de casamento). O nivelamento das hipóteses realizado através da NREGA também foi bem recebido pelo agricultores, que sentiram que assim podiam duplicar os rendimentos das suas colheitas. Estas respostas são frequentes e ajudam a validar a batalha pelas garantias de emprego.

Fonte: Escrito por Jean Drèze e Reetika Khera, inspirado em Drèze e Khera (2010).

de fontes de vulnerabilidade que os trabalhadores e as famílias enfrentam e o estabelecimento de um equilíbrio entre a promoção da concorrência e a concessão de oportunidades de lucro, de forma a fomentar o investimento. São necessárias algumas rendas para o investimento e inovação, como é o caso da protecção de patentes, e o sector privado pode ser um forte parceiro para avançar com o desenvolvimento, tal como observámos no capítulo 3.

- O investimento nacional, público e privado, é fundamental. Poucos países foram bem sucedidos exclusivamente com o investimento estrangeiro e a ajuda ao desenvolvimento. Mobilizar o investimento nacional

e o empreendedorismo implica criar um clima favorável, que disponha de algum enquadramento para a protecção dos direitos de propriedade. Contudo, mais uma vez, os estudos de caso revelam diferentes abordagens bem sucedidas. Alguns países têm optado mais por negociações estratégicas entre a elite empresarial e os governos do que por reformas gerais a nível institucional ou jurídico. Financiar o investimento público nacional exige receitas nacionais suficientes, cobradas de formas consideradas justas e transparentes.

- A integração global nos mercados mundiais é uma importante alavanca de crescimento e

oferece oportunidades para aumentar o rendimento. No entanto, os países podem gerir a integração na economia global de muitas formas que não exigem a total liberalização do comércio, antes concedendo um espaço para as políticas nacionais do sector industrial.

- A abordagem dos riscos ambientais deverá fazer parte das escolhas políticas e da estrutura reguladora. As políticas para adaptar as alterações climáticas e fomentar o desenvolvimento de baixos índices de carbono incluem as variedades de colheitas e gado resistentes às condições meteorológicas e o financiamento das iniciativas de desenvolvimento de baixos índices de carbono.¹²

As estratégias podem dar bons resultados em alguns contextos, mas outras não, fazendo da flexibilidade um aspecto crítico da política e da concepção institucional. Os governos que geram melhorias de curto prazo nem sempre as têm sustentado no longo prazo, especialmente se as melhorias não se traduzirem em sistemas políticos e de mercado inclusivos, resolvendo questões mais profundas em torno do contrato social e dos conflitos de distribuição.

É evidente que tipos de regime diferentes perseguiram estratégias eficazes para o desenvolvimento humano. Em muitos países, as alianças de interesses empresariais e políticos podem fazer avançar o objectivo do desenvolvimento humano.¹³ Com os progressos na tecnologia e no conhecimento global, abrem-se maiores oportunidades, mas esses progressos também significam que o papel do Estado no desenvolvimento humano será ainda mais exigente. Devido à incerteza sobre quais as políticas e as abordagens mais prováveis de compensar o desenvolvimento humano – e os riscos –, há um elevado preço a pagar pela experimentação e pelo “aprender fazendo”, com uma monitorização e troca de informações sistemática¹⁴. A capacidade é importante tanto ao nível local como central – a elite administrativa poderá não exercer grande influência na abertura do acesso aos serviços de primeiro plano.

Um conjunto de actores continua a recolher informações sobre preferências e possibilidades de implementação junto de grupos mais numerosos, diversos e menos organizados, ou seja, junto de uma vasta secção transversal da sociedade

civil.¹⁵ As instituições de democracia deliberativa estão a expandir-se em todo o mundo e deveriam ser a principal via para permitir o compromisso, ainda que, em muitos países, se verifique uma desconfiança generalizada das instituições governamentais e uma antipatia pelo Estado.

Levar o contexto a sério

A reflexão sobre desenvolvimento deve contemplar mais sistematicamente a forma como considerar diferentes contextos e o que faz com que algumas políticas sejam viáveis em alguns contextos e outros não. Consideraremos ainda dois aspectos de contexto diferentes que estão relacionados: a capacidade do Estado e as oportunidades e restrições políticas.

Capacidade e progresso

Todas as políticas e programas exigem uma capacidade estatal eficaz. A nossa análise dos dados sobre a capacidade concluiu que os seus determinantes e catalisadores continuam a ser mal compreendidos. Muitos responsáveis governamentais têm de lidar diariamente com contrapartidas complexas, trabalhando em circunstâncias difíceis, incertas e com escassez de recursos, suportando a responsabilidade por resultados controversos. Isto acontece tanto na linha da frente, como no caso dos professores e enfermeiros, como a níveis mais altos do processo de formulação de políticas.

Para além das competências e infra-estruturas, a capacidade reflecte também factores menos tangíveis. É modelada pelos níveis e tipos de poder e capacidade organizativa de pessoas e instituições. Reflecte igualmente a forma como as pessoas aceitam ou reagem contra a situação actual e como as instituições apoiam ou restringem os desejos de mudança e a divulgação de informações e o debate aberto e crítico.

Esta constatação conduz-nos directamente a uma crítica de duas abordagens comuns à concepção de políticas: a reparação tecnocrática, que assume a existência de um Estado e de um sistema regulador com bom funcionamento, e a solução institucional transplantada, que assume que as instituições que foram bem sucedidas nos países desenvolvidos podem ser transplantadas

As instituições de democracia deliberativa estão a expandir-se em todo o mundo e deveriam ser a principal via para permitir o compromisso

**CAIXA
6.3****Estudos de caso e algumas lições dos fracassos na implementação de projectos**

Centenas, se não milhares, de avaliações de projectos documentaram problemas de implementação. Muitas vezes, estes projectos apresentam uma concepção de classe mundial, baseando-se em abordagens que foram bem sucedidas noutras regiões, e envolvem significativos investimentos de tempo e dinheiro. Contudo, os impacto têm sido fracos. Há que considerar dois exemplos.

Moçambique, desde que emergiu de um conflito há quase duas décadas, implementou mudanças de grande alcance nos seus sistemas de governação. O seu impressionante progresso reflectiu-se em várias eleições pacíficas e traduziu-se num aumento de 54% no Índice de Desenvolvimento Humano desde 1990. As reformas da gestão financeira pública reforçaram os processos orçamentais e os documentos orçamentais, mas a execução orçamental é em grande parte uma caixa negra. Quando inquiridos sobre a questão, os responsáveis governamentais salientaram que os novos sistemas e leis constituem parte do problema. A melhor prática transplantada pode parecer fabulosa, mas pode não se adaptar às necessidades da agência, divergir das capacidades de gestão ou não reflectir as realidades políticas e organizacionais. Os funcionários públicos referiram que nunca lhes perguntaram qual o tipo de sistema de que precisavam.

No princípio da primeira década do novo milénio, o Peru recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para reformar o seu sistema jurídico. A iniciativa criou novas instituições e fortaleceu as mais antigas, mas a complexidade da reforma de todo o sistema jurídico, aliada à inércia estrutural e à resistência local, impediram a mudança transformacional.

Muitos projectos de desenvolvimento, como os dois exemplos aqui referidos, lidam com funções generalizadamente encaradas como responsabilidades centrais do governo. A prossecução dos objectivos exige não apenas uma "boa política", como também uma implementação da política fortemente baseada em transacções. E exige também apoiar abordagens que respondam às necessidades locais, suscitem a adesão dos intervenientes locais e considerem inteiramente as barreiras estruturais e as complexidades locais.

Fonte: Andrews e outros 2010; Gabinete de Avaliação do PNUD 2009.

para os países em desenvolvimento. Nos dois casos, as instituições têm probabilidades de serem distorcidas pelas condições dominantes das forças políticas e sociais e nenhuma tem probabilidades de alcançar o sucesso.¹⁶ A história dos projectos de desenvolvimento que seguiram estes caminhos demonstra uma elevada probabilidade de fracasso (caixa 6.3).

Tal como o capítulo 3 ilustrou, existem muitas formas diferentes de realizar funções institucionais e nenhuma intervenção em particular costuma ter o poder e a força para alterar um sistema complexo. Existem limites à rapidez com que a capacidade pode ser desenvolvida ou ampliada e a tentativa de conduzir as mudanças a um ritmo mais rápido do que o do consenso subjacente pode causar resistências sociais e políticas. É o que sucede, nomeadamente, quando se tenta corrigir os desequilíbrios do poder a favor de pessoas e grupos marginalizados.

As organizações e as instituições tendem a evoluir a velocidades diferentes através de padrões e fases que moldam a natureza da sua capacidade. Isto pode entrar em conflito com os prazos dos doadores e a necessidade de apresentar resultados. Podem ser estabelecidos objectivos optimistas sem se determinar se existe ou não o nível-base de capacidade (que se assume que existe ou que pode ser criado com rapidez). Os países podem assumir tarefas difíceis antes de terem capacidade de o fazer, o que pode fazer abrandar a expansão de capacidade.¹⁷ Uma melhor compreensão das especificidades do local, das estruturas do poder local, das concepções adequadas e dos prazos pode ajudar a evitar estes passos em falso.

Alinhar a política e a economia política

As sociedades podem atravessar transições significativas, quer devido a impactos externos, quer ao efeito cumulativo dos processos internos das mudanças sociais e políticas. As transições para a democracia e as resoluções de conflitos são exemplos deste último aspecto. Desde o primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)*, ocorreram mudanças importantes, nomeadamente na África do Sul com o fim do apartheid, na Indonésia e no México com a transição para a democracia, no Nepal após o acordo com os maoístas e a destituição da monarquia e na Guatemala após os Acordos de Paz. Mudanças menos drásticas podem ocorrer através de transições eleitorais normais, como a eleição de Evo Morales na Bolívia, que apoia os direitos e os interesses das pessoas indígenas, e a eleição da coligação constituída pelo partido do Congresso na Índia, com o seu apoio para alargar a prestação de serviços sociais.

Embora as mudanças significativas apresentam oportunidades, a formulação de políticas pode ser complexa. Os interesses investidos podem reagrupar-se, novos actores podem passar a ocupar posições influentes e as respostas organizacionais podem ser imprevisíveis. Por exemplo, as reformas "big bang" pós-1990 no antigo bloco soviético geraram resultados divergentes, ilustrando os perigos de mudanças radicais políticas em institucionais transitórias.

Embora as conjunturas críticas possam proporcionar oportunidades para reescrever o contrato social durante períodos mais comuns, existe um espaço para reformas políticas que

pode influenciar a dinâmica do desenvolvimento humano. No entanto, para serem viáveis, as propostas políticas devem estar alinhadas com as capacidades locais e o contrato social nacional. As oportunidades para proceder a mudanças graduais podem permitir a realização de reformas substanciais ao longo do tempo. Alguns exemplos destacam o modo como as mudanças significativas podem afectar a trajectória do desenvolvimento ou não conseguem ser postas em prática.

- *A desregulação da Índia desde o início dos anos 90.* A Índia tem uma longa tradição de actividade empreendedora, com famílias empresariais e redes bem estabelecidas. Muitas famílias empresariais apoiaram o movimento de independência e encontravam-se politicamente alinhadas com os governos pós-independência. As pesadas regulamentações durante as primeiras décadas após a independência restringiam as actividades empresariais, mas não ameaçavam os interesses empresariais nacionais. A liberalização dos anos 90 removeu as restrições à actividade empresarial e abriu com regularidade a economia à concorrência estrangeira, reduzindo assim a carga regulamentar em troca de uma maior eficiência. Os dados sobre o desenvolvimento empresarial em novos sectores e sobre empreendedores que surgiam de diferentes grupos socioeconómicos sugerem um novo dinamismo.¹⁸ Contudo, verifica-se um intenso debate sobre a desigualdade crescente, a necessidade de acções sociais complementares e problemas com aspectos específicos do governo das sociedades e das relações entre as empresas e o Estado.
- *A Etiópia dá grandes passos em aspectos-chave do desenvolvimento humano.* Na Etiópia, as matrículas no ensino primário passaram de 33% em 1991 para 95% em 2007, um progresso notável para um país com rendimentos per capita inferiores a 1000 dólares americanos. Na realidade, desde 1990 que a Etiópica tem a 14^a taxa de progresso mais elevada em matéria de melhoria da saúde e educação e conseguiu ser a 11^a no avanço mais rápido em geral. Como foi isto possível? Em 1991, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope, um movimento marxista a favor dos camponeses que derrubou a ditadura, e o novo governo concentraram-se no fede-

lismo étnico e no desenvolvimento socioeconómico para consolidar a sua base de apoio. A educação passou a ser uma prioridade nacional num esforço de aumentar a escolarização que esteve em estagnação ou mesmo em queda durante décadas.¹⁹ Os governos federais, regionais e locais assumiram a responsabilidade conjunta pela implementação das reformas, apoiados por grandes aumentos no financiamento nacional e apoio externo.²⁰ A subida de escala também agravou o sistema educativo, como comprovam as elevadas taxas de abandono escolar, sobrelocação e um crescente rácio alunos/professor, mas os progressos gerais na prestação de serviços básicos são impressionantes, ainda assim.

- *A promulgação da reforma dos cuidados de saúde dos Estados Unidos em 2010.* As reformas progressistas em matéria de saúde, concebidas sobretudo para aumentar a igualdade do acesso, foram apoiadas por um Congresso nitidamente dividido, apesar da oposição unânime do conservador Partido Republicano. Os reformistas procuraram confrontar a escalada dos custos e uma cobertura em queda num clima político que se tornou amargo. Enfrentaram uma forte oposição por parte de grupos com interesses pessoais, dos quais se destaca o das seguradoras privadas, grupos anti-aborto e uma coligação de interesses médicos.²¹ Embora o presidente Obama tenha sido eleito numa plataforma de mudança, os sentimentos pró-reforma diminuíram rapidamente. Os compromissos estratégicos acabaram por conduzir à aprovação da lei.²² Algumas pessoas exprimiram a sua frustração pelo facto de a lei não ter fornecido um suporte público nem proporcionado o acesso universal, ao passo que outras estavam preocupadas com os custos. Porém, prevê-se que a legislação expanda a cobertura dos seguros de saúde a mais 32 milhões de pessoas.
- *A Argentina combate a corrupção no sector da saúde.* As restrições da economia política podem minar até as políticas eficazes. Em 1997, o governo da cidade de Buenos Aires ordenou aos gestores de 33 hospitais públicos para divulgarem os preços que estavam a pagar por produtos comparáveis. O governo da cidade processou as informações

Para serem viáveis,
as propostas políticas
devem estar alinhadas
com as capacidades
locais e o contrato
social nacional

**É necessário
compreender como
funcionam, em termos
do contrato social
subjacente, os dois mais
importantes motores da
mudança: os mercados
e o Estado**

e remeteu-as a todos os hospitais participantes, identificando os gestores que estavam a pagar os preços mais elevados. Os preços médios pagos caíram entre 10% e 15% em resultado destas divulgações, mas a política foi logo abandonada devido à oposição intensa por parte de grupos organizados. Os utentes pobres que recorrem aos serviços públicos de saúde não levantaram objecções à política, o que talvez seja um reflexo da sua falta de capacitação.²³

A política e a textura política destas histórias são mais densas e mais complexas do que estes resumos podem reproduzir. E, em cada um destes países, existem contra-exemplos de resistência ou de adopção de reformas progressistas. No entanto, a questão central continua a ser o facto de algumas mudanças políticas, mesmo que não sejam acompanhadas de transições significativas, poderem contribuir para um processo que altere o próprio contrato social, bem como o nível e a distribuição da criação de riqueza e as oportunidades para o desenvolvimento humano. Os movimentos da política Indiana foram consistentes com um desvio a longo prazo em direcção a um capitalismo mais aberto e dinâmico. Embora as formas oligárquicas do capitalismo possam eliminar a forma dinâmica, os movimentos da política alteraram claramente a relação entre as empresas e o Estado.²⁴

Outras medidas, como o fortalecimento da concorrência e da regulamentação, procuram alterar de forma mais directa o funcionamento dos mercados e do Estado. As tentativas de regulação podem ser contestadas, ser moldadas por aqueles que se destinam a controlar ou extravasar o seu âmbito, como acontece com a re-regulação financeira na Europa e nos EUA e na Europa, na sequência da recente crise financeira global. É provável que o sucesso ou o insucesso dependa do equilíbrio político e das próprias políticas. Do mesmo modo, as acções para aumentar o acesso do público à informação, sob a forma de leis de direito à informação que se espalharam por todo o mundo tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento (incluindo a Índia e o México), constituem bons exemplos deste tipo de abertura.

A forma como trabalham os dois catalisadores da mudança mais importantes, ou seja, os mercados e o Estado, precisa de ser compreendida

em termos do contrato social subjacente. Os contratos sociais evoluem, especialmente como resposta às pressões de grupos nacionais. As concepções políticas que ignoram esses processos institucionais tendem a ser irrelevantes.

Mudar a política global

As forças globais também criam e restringem oportunidades para o desenvolvimento humano. Concentramo-nos em duas dimensões cruciais: a necessidade de uma governação global mais forte com base em princípios e de ajuda e nas parcerias entre os países que sejam sensíveis aos princípios descritos anteriormente.

Governação global

Alguns problemas ultrapassam a capacidade de cada Estado lidar de forma eficaz com a migração internacional, regras de comércio e investimento eficazes e justas e as ameaças internacionais, nomeadamente as alterações climáticas. Estes requerem um sistema de governação global.

Os dois elementos da governação global fundamentais para a evolução do desenvolvimento humano são a responsabilização democrática e a experimentação institucional.²⁵ A responsabilização democrática exige que as instituições globais representem adequadamente as opiniões expressas pelas pessoas e pelos países do mundo e que não reforcem as profundas desigualdades que existem na distribuição do poder económico e político. Isto exige uma representação mais alargada por parte dos países em desenvolvimento na governação das instituições financeiras internacionais, eventualmente através de sistemas de dupla maioria (que exigem a aprovação por uma maioria de votos e por acções com direito de voto).²⁶ A experimentação institucional consiste em abrir a política e os espaços institucionais que permitem às pessoas e às sociedades ajustarem-se e adaptarem-se como forma de enquadrar as suas próprias estratégias de desenvolvimento. Isto implica a reformulação dos quadros de condicionalidade que se baseiam em abordagens ineficazes do tipo “tamanho único” à formulação de políticas.

Evidentemente que as soluções têm de ser adaptadas às instituições que precisam

de reformas e aos problemas abordados. No entanto, os princípios básicos podem ser aplicados em grande escala: um sistema de governação global que promova a responsabilização democrática, a transparência e a inclusão dos países menos desenvolvidos, um clima económico global estável e sustentável e uma estabilidade financeira podem ser aplicados em larga escala.

Ilustramos estes princípios relativos às alterações climáticas, uma questão importante para o debate e governação globais devido às acções (e inércia) de qualquer país podem ter implicações para além das suas fronteiras. Para o desenvolvimento humano ser sustentável, a ligação entre os combustíveis fósseis e o crescimento económico tem de ser rompida, a começar nos países desenvolvidos, responsáveis por uma parte desproporcional de emissões prejudiciais. As estratégias de desenvolvimento necessitam de incorporar os padrões de baixos índices de carbono da actividade económica e aumentar a resiliência aos choques climáticos. As iniciativas individuais, por si só, não conseguem fazer parar as alterações climáticas; para evitar que os gases com efeito de estufa atinjam concentrações perigosas, é necessário que os governos modifiquem a matriz energética e que exige a incorporação dos custos ambientais da utilização de combustíveis fósseis no preço da energia. A questão do ajuste dos preços não se destina apenas a cobrir estes custos, mas também a alterar o comportamento dos consumidores, para que as pessoas cheguem à conclusão de que o desperdício de energia (através de dispositivos ineficazes ou veículos menos eficientes na utilização do combustível) tem implicações desastrosas para as gerações actuais e futuras.

Em relação aos países em desenvolvimento, estão a ser disponibilizados novos financiamentos substanciais destinados às políticas ambientais através dos mercados de carbono emergentes. Recentemente, o Banco Mundial estimou que os mercados de carbono mobilizaram 144 mil milhões de dólares americanos em 2009 e que mais de 60 países participam agora no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.²⁷ É necessária mais investigação e desenvolvimento e um mecanismo internacional para todos os países desenvolverem e transferirem a tecnologia limpa em conjunto, sendo também necessárias práticas agrícolas mais eficazes para

satisfazer a procura mais elevada de sementes e água.

As actuais respostas às alterações climáticas consistem em grande parte numa concertação descoordenada de iniciativas locais, nacionais e internacionais. Entre as iniciativas locais, contam-se regulamentações para “tornar as cidades mais verdes” e a utilização de combustível com baixo teor de carbono nos transportes públicos (como acontece em Nova Deli). Entre as iniciativas nacionais, contam-se compromissos voluntários para reduzir as emissões. E entre as iniciativas internacionais, conta-se o financiamento limitado para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. É pouco provável que estas abordagens limitadas e não coordenadas cessem, e muito menos revertam, as alterações climáticas globais.

É necessário que o sistema de governação global colmate a lacuna, mas os governos nacionais fracassaram ao permitirem essa acção. A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2009, em Copenhaga, não gerou grandes acordos sobre medidas práticas. Parte deste fracasso pode ser associada a uma ausência de responsabilização democrática e deliberação. A representação desequilibrada nos fóruns globais que beneficia os países desenvolvidos impede os progressos na redução das emissões de carbono. Os países em desenvolvimento também não dispõem de capacidade e força de negociação, o que limita a sua aptidão para participar integralmente nas deliberações. Responder aos desafios das alterações climáticas exigirá abordar a responsabilização democrática e a experimentação institucional.

Sem reformas e iniciativas significativas, as perspectivas são desoladoras: as emissões globais de gases com efeito de estufa estão a aumentar e 1,6 mil milhões de pessoas ainda não possuem acesso a serviços modernos de abastecimento de energia. Um sinal promissor é o Programa Colaborativo das Nações Unidas sobre a Redução de Emissões Causadas pela Desflorestação e pela Degradação das Florestas (REDD, sigla em inglês) nos países em desenvolvimento, que foi lançado em 2008 para ajudar os países em desenvolvimento a preparar e implementar estratégias nacionais ao nível do REDD+ e que se baseou no poder conciliatório e nas competências de várias agências da ONU.

Para que o desenvolvimento humano seja sustentável, tem de ser cortada a ligação entre os combustíveis fósseis e o crescimento económico

**Investigações recentes
confirmam efeitos
positivos significativos
da ajuda direccional
para a saúde e a
educação**

Até à presente data, 12 países prometeram 4 mil milhões de dólares americanos para “abrandar, parar e, em última análise, reverter” a desflorestação nos países em desenvolvimento, um grande passo em frente que também abrange as necessidades das pessoas que dependem das florestas para a sua subsistência.²⁸

Ajuda e parcerias

As políticas são realmente importantes. O contexto local e a propriedade são essenciais. E não existe uma prática única ou melhor do que todas as outras. Neste caso, quais são as implICAÇÕES para a ajuda e para as parcerias?

Um tema recorrente nos *RDH* desde 1990 é a necessidade de recursos públicos para apoiar o desenvolvimento humano, tanto a nível interno como a nível internacional. Aplicámos uma perspectiva semelhante à nossa análise da ajuda, realçando a necessidade de apoio destinado à saúde, educação e crescimento e a importância da transmissão de ideias.

Os países com um IDH baixo receberam uma ajuda de cerca de 15% do seu rendimento nacional bruto (RNB), em 2007. Na África Subsariana, a ajuda ronda em média 44% dos orçamentos governamentais, atingindo 89% na República Democrática Popular do Laos e 81% na Etiópia, dois países entre os 11 países com maior progresso no IDH.²⁹ A ajuda internacional pode também ajudar a evitar deteriorações no desenvolvimento humano e envidar esforços significativos para fornecer tratamentos anti-retrovirais às pessoas portadoras de HIV ou SIDA, cujas taxas de cobertura de tratamento abrangeram 300.000 pessoas em 2002 e 3,7 milhões em 2009, tendo sido extremamente importante na prevenção do que poderia ter constituído uma queda ainda mais drástica na esperança média de vida (ver capítulo 2).³⁰

Uma investigação recente confirma efeitos positivos significativos relativos à ajuda destinada à saúde e educação.³¹ O sucesso do Programa Alargado das Nações Unidas sobre Imunização e do Fundo Rotativo para a Aquisição de Vacinas da Organização Pan-Americana da Saúde na promoção de programas de vacinação em larga escala foi abordado no capítulo 3. A erradicação da poliomielite na América Latina, a contenção da epidemia de SIDA na Tailândia,

a marginalização da cegueira do rio (oncocerciasis) na África Ocidental e o aumento da capacidade para evitar a morte de mulheres durante o parto no Sri Lanka são apenas alguns dos sucessos da ajuda ao desenvolvimento,³² sugerindo que, sendo uma questão de recursos, o mais importante é a forma como a ajuda é direcionada, como é conciliada com a assistência técnica e como apoia as prioridades do desenvolvimento humano.

No entanto, os recursos são necessários e escassos. Registaram-se poucos progressos face aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no sentido de aumentar a ajuda para 0,7% no RBN de doadores: a ajuda oficial ao desenvolvimento é actualmente de 0,31%,³³ inferior à de 1990 (0,34%).

Os debates sobre a eficácia da ajuda nos círculos políticos e académicos tornaram-se cada vez mais polarizados. Os apoiantes argumentam que é necessária uma ajuda enorme para tirar os países das armadilhas da pobreza e que a ajuda tem um forte efeito positivo no crescimento a longo prazo, reconhecendo que também é importante o tipo de ajuda.³⁴ Os opositores argumentam que a ajuda raras vezes é gasta de forma produtiva, que o progresso depende das políticas e das instituições, e não da assistência estrangeira, e que as recompensas iniciais da ajuda diminuem rapidamente ao longo do tempo, salientando também os riscos do neocolonialismo disfarçado de ajuda bilateral.³⁵ Este debate é útil para realçar as fraquezas das abordagens tradicionais, mas contra-produtivo na medida em que minam e diminuem as parcerias.

O objectivo da Declaração de Paris de que, pelo menos, metade dos projectos de assistência técnica fosse alinhada com os programas dos países foi alcançado em 2008. A qualidade dos sistemas de gestão dos fundos públicos melhorou em muitos países em desenvolvimento.³⁶ Os reembolsos das ajudas passaram a ser mais previsíveis.³⁷ E as iniciativas apoiadas por um conjunto de governos e partes interessadas estão a melhorar a eficácia das ajudas através de uma melhor transparência e responsabilização.³⁸ Olhando para o futuro, as parcerias de longo prazo e a flexibilidade manter-se-ão fundamentais para permitir que a ajuda ao desenvolvimento se alargue às liberdades das pessoas.

Uma agenda para a investigação

O *RDH* de 1990 e as edições subsequentes geraram uma valiosa agenda de investigação e análise sobre o desenvolvimento humano. A agenda foi fomentada ao nível de cada país pelos *RDH* nacionais que analisaram uma variada série de tópicos, como a capacitação e a descentralização, género, alterações climáticas e implicações políticas. As universidades em todo o mundo oferecem cursos em desenvolvimento humano. E um valioso e crescente corpo de investigação tem informado os decisores políticos e os activistas políticos de todo o mundo.³⁹ Cabe aqui salientarmos três prioridades-chave. Como podemos melhorar os dados e as análises para servirem de apoio aos debates? Como devemos repensar as abordagens tradicionais para estudar o desenvolvimento e assegurar uma perspectiva focalizada nas pessoas? E de que forma a perspectiva do desenvolvimento humano pode ajudar a definir uma melhor compreensão das dimensões da capacitação, desigualdade e sustentabilidade que são vitais para alargar as liberdades das pessoas?

Melhorar os dados e as análises para servirem de apoio aos debates

Os dados e a medição acarretam consequências para o mundo real. Consideremos a pobreza. Sabemos que a pobreza em cada região, grupo, família e indivíduo é única. Por exemplo, a pobreza de um jovem mexicano de Juarez é diferente da pobreza com que se confronta um tecelão Mixteca na Sierra Madre de Oaxaca. No entanto, apurar estas realidades exige dados e medidas apropriados, para além do compromisso institucional e político. Ao adoptar medidas flexíveis e suficientemente rigorosas para abranger as várias dimensões da pobreza, o governo mexicano aumentou a sensibilização política do alcance e da profundidade da privação e deu informações sobre as prioridades políticas (caixa 6.4).

A criação das políticas tem vindo cada vez mais a ser baseada em provas. Os dados são hoje melhores do que em 1990 e cada vez mais é reconhecida a importância do valor da análise dos dados, da monitorização e da avaliação. Através

da ratificação de convenções internacionais, muitos governos estão empenhados em monitorizar os direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos – incluindo os das mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças – de uma forma útil para medir o progresso justo. Várias agências e iniciativas internacionais apoiaram e ajudaram a estabelecer padrões para a recolha de dados, nomeadamente a Divisão de Estatística das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e o Banco Mundial. Para além da recolha oficial de dados, muitos organismos não governamentais, como, por exemplo, universidades, grupos da sociedade civil e empresas privadas, recolhem dados importantes para as avaliações do desenvolvimento humano.

Contudo, a qualidade, actualidade, relevância e acessibilidade dos dados continuam a ser obstáculos perpétuos para a criação de políticas, investigação e assistência internacional. Estas falhas afectam tanto os dados administrativos (como, por exemplo, matrículas escolares e causas de morte) como as informações recolhidas a partir de inquéritos a pessoas, famílias e empresas. Não deixa de ser espantoso, por exemplo, que em 2010 ainda não existam dados comparáveis entre países

CAIXA

6.4

A nova medida de pobreza multidimensional do México

Em 2009, o México tornou-se no primeiro país a adoptar uma medida da pobreza multidimensional que reflecte as múltiplas privações que cada família enfrenta. O Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social do México (CONEVAL) aplicou uma medida semelhante ao Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que aplicámos a mais de 100 países neste Relatório.

A abordagem do CONEVAL contempla os mandatos estabelecidos na Constituição do México e na Lei Geral do Desenvolvimento Social de 2004. As pessoas são consideradas multidimensionalmente pobres quando os seus rendimentos não lhes permitem adquirir os bens e serviços de que necessitam e se encontram privadas de, pelo menos, uma das seis dimensões seguintes: educação, cuidados de saúde, segurança social, habitação de qualidade, serviços de abastecimento público básicos e acesso à alimentação. O CONEVAL utiliza um inquérito bienal desde 1984 para acompanhar as tendências na pobreza multidimensional e identificar o número de dimensões em que as famílias são privadas e a contribuição de cada privação para a intensidade da pobreza. Tendo por missão monitorizar a eficácia dos programas nacionais de assistência social, o CONEVAL pode determinar o bem-estar das pessoas em relação a uma série de privações sociais

Fonte: Alkire e Santos 2010.

para a mortalidade materna ao longo do tempo. Alargar o âmbito da recolha de dados e melhorar a qualidade e actualidade dos dados existentes são duas questões imperativas. Alargar o acesso aos dados das empresas privadas de recolha de dados é outro assunto a resolver.

Os dados dos inquéritos ao nível micro e doméstico melhoraram significativamente desde 1990 e permitiram-nos utilizar as nossas novas medidas para estimar a desigualdade e a pobreza multidimensional.⁴⁰ No entanto, a cobertura de países e a frequência permanecem baixas. Os inquéritos domésticos complexos podem revelar as ligações entre indicadores, mas são dispendiosos e muito demorados. Os inquéritos mais

curtos também produzem contribuições valiosas. Faltam dados fiáveis e comparáveis a nível internacional em áreas tão críticas como o trabalho informal, a capacitação, a protecção contra a violência e as relações sociais e comunitárias.⁴¹ É necessário trabalho sobre a integração da medição dos agregados económicos como o RNB e a respectiva distribuição, que agora se baseia em fontes distintas. Os dados desagregados por género na utilização do tempo, o controlo dos activos económicos, o poder de decisão e a violência são escassos, sendo a negligência do trabalho não pago um grande problema (caixa 6.5).

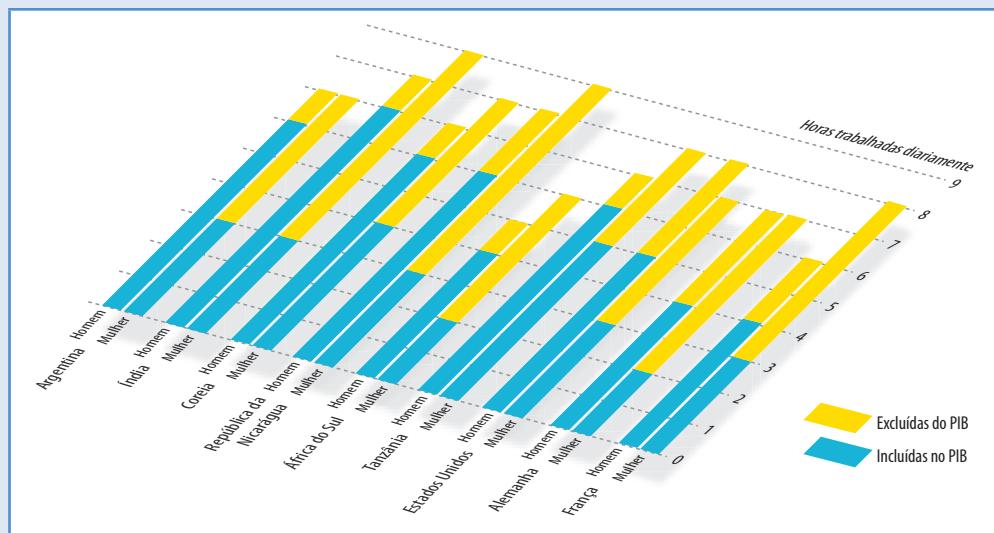
Em relação às medidas emergentes de bem-estar, são necessárias convenções gerais para

CAIXA 6.5

A necessidade de reconhecer o trabalho não pago

O trabalho não pago, incluindo as tarefas domésticas e de assistência a crianças e idosos em casas e nas comunidades, contribui para o bem-estar e para o crescimento económico através da produção de uma força laboral apta, produtiva e capaz de aprender e de ser criativa. As estatísticas, incluindo o produto interno produto (PIB) e o rendimento nacional bruto (RNB), ignoram as actividades de produção doméstica, que são fundamentalmente realizadas por mulheres em todas as economias e culturas (ver figura). De igual modo, apesar da importância do trabalho de assistência não pago para alcançar muitos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, os objectivos não o mencionam.

O PIB omite um volume desproporcionado de trabalho feminino



Fonte: Budlender 2008; Stiglitz, Sen e Fitoussi 2009.

A omissão do trabalho de assistência não pago das contas nacionais constitui uma subcontagem considerável em todos os países. Ao aplicar o nível salarial de um trabalhador doméstico não qualificado ao número de horas que as pessoas despendem em tarefas domésticas, o Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD, na sigla em inglês) estima que a omissão se situe entre os 10% e os 39% do PIB. A incorporação do trabalho não pago nas contas nacionais reflectiria melhor as realidades de utilização do tempo, nomeadamente no que se refere às mulheres.

Fonte: Stiglitz, Sen e Fitoussi 2009; UNRISD 2010.

definir os indicadores. Uma iniciativa que promove debates sobre estes temas é a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e o Projecto de Desenvolvimento Global sobre a Medição do Progresso das Sociedades.⁴²

Rumo a uma nova economia de desenvolvimento humano

A fraca associação a longo prazo entre crescimento do rendimento e mudanças na educação e na saúde é uma constatação importante e exige uma exploração aprofundada.⁴³ É necessário que os economistas e os cientistas sociais compreendam melhor a dinâmica e as interligações. Estes estudos complementariam a vasta literatura sobre o crescimento económico e criariam uma sensibilização mais ampla daquilo que faz avançar o desenvolvimento humano em conjunto com o crescimento.

A economia do crescimento e a sua relação com o estudo do desenvolvimento exige uma reformulação radical. Existe uma vasta literatura teórica e empírica que, de uma forma quase uniforme, equaciona o crescimento económico com o desenvolvimento económico. Os seus modelos teóricos geralmente presumem que as pessoas só se importam com o consumo e a análise de políticas ideais segue o mesmo caminho.⁴⁴ A tendência é alargada à econometria do crescimento, em que as estimativas dos efeitos do crescimento das políticas são a base das recomendações políticas. O pressuposto, muitas vezes explícito, é que a maximização do crescimento deveria ser o objectivo do decisor político.

A controvérsia central da abordagem ao desenvolvimento humano é, pelo contrário, que o bem-estar é muito mais do que dinheiro. Damos muito atenção às oportunidades que as pessoas têm para criar planos de vida que têm motivos para valorizar – o rendimento é fundamental, mas também o é o acesso à educação e poder desfrutar de uma vida longa e saudável, influenciar as decisões da sociedade e viver numa sociedade que respeite e valorize todas as pessoas. Um vasto conjunto de provas corrobora esta opinião de que as preocupações das pessoas vão muito além do rendimento ou do consumo.⁴⁵ Os modelos teóricos e empíricos

que presumem que as pessoas desejam apenas maximizar o consumo são claramente deficientes para estudar o desenvolvimento humano. Por exemplo, os indicadores de sustentabilidade abordados no capítulo 4 baseiam-se em grande parte nos modelos em que os agentes apenas se preocupam com o consumo actual e futuro; ainda estão por explorar as consequências de introduzir a educação e a saúde como objectivos.⁴⁶

Precisamente devido ao facto de darmos importância a muitos aspectos diferentes da vida, temos necessidade de uma economia de desenvolvimento que, de forma explícita, reconheça a sua multidimensionalidade. Esta afirmação aplica-se tanto à avaliação normativa das políticas como aos modelos utilizados para analisar e compreender o progresso do desenvolvimento. A nossa compreensão das complexas ligações entre o crescimento e as dimensões de não-rendimento do desenvolvimento humano é rudimentar. Os objectivos de desenvolvimento humano precisam de ser integrados numa estrutura que apoie o crescimento com equidade e políticas sectoriais bem concebidas. Devemos evitar os antigos discursos de ser “a favor” ou “contra” o crescimento. O que é fundamental é a expansão das liberdades reais das pessoas e um maior domínio sobre os bens e serviços é possível aumentando o rendimento, o que é importante para facilitar a expansão das liberdades. Contudo, podem surgir conflitos entre múltiplos objectivos, os quais necessitam de ser cuidadosamente avaliados, tal como é necessário identificar e explorar sinergias positivas.

As potenciais distorções de elevar o crescimento acima de outras dimensões do desenvolvimento humano são talvez melhor ilustradas se considerarmos a degradação ambiental. Ao longo dos últimos 20 anos, desde a primeira Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, a importância dos recursos naturais e do ambiente no desenvolvimento tornou-se bastante clara. Enfrentamos enormes desafios em questões como as reservas de água, a degradação do solo, as alterações climáticas e uma perda generalizada de biodiversidade e de serviços ecológicos, desafios esses que levantam novas dificuldades para a promoção do crescimento e do progresso mais vasto no desenvolvimento

Como nos preocupamos com tantos aspectos diferentes da vida, precisamos de uma economia do desenvolvimento que reconheça a sua multidimensionalidade

O objectivo de uma nova economia de desenvolvimento humano passaria pelas metas relacionadas com o bem-estar, no curto e no longo prazo

humano. Uma fraca gestão dos recursos naturais e do ambiente cria uma carga mais pesada para os pobres, que geralmente dependem mais destes recursos para a sua subsistência e não dispõem de activos para se adaptarem a estas alterações ou absorverem este custo adicional. E a pobreza e o baixo desenvolvimento humano podem conduzir à degradação ambiental como, por exemplo, não assegurar a posse das terras muitas vezes resulta numa exploração agrícola excessiva e na degradação dos solos.⁴⁷

Os danos ambientais não são um exemplo isolado. Nos capítulos 3 e 4, demonstramos que o elevado crescimento do PIB não significa necessariamente progressos em termos de saúde, educação ou outras dimensões do desenvolvimento humano. Assim, os factores e as políticas que fomentam o elevado crescimento não são sempre os mesmos que fazem avançar o desenvolvimento humano. A investigação transnacional abordada no capítulo 3 encontrou efeitos muito diferentes dessas variáveis, como a urbanização, o comércio, a democracia e as instituições sobre o crescimento e o não-rendimento do IDH. O nosso debate sobre as melhorias na saúde e educação demonstrou que a transmissão internacional de ideias e tecnologias era uma factor-chave no avanço destas dimensões, ao contrário do crescimento do rendimento em que as diferenças de produtividade são grandes e persistentes.⁴⁸ Do mesmo modo, os nossos estudos de casos bem sucedidos muitas vezes apontam – ao contrário da literatura sobre o crescimento – para as grandes iniciativas ligadas à saúde pública e à educação.⁴⁹ A implicação destes resultados não é que o crescimento e o desenvolvimento humano não possam avançar em conjunto, mas sim que é um erro grave considerar as reformas políticas e institucionais apenas quanto aos seus efeitos no rendimento, como faz uma grande parte da literatura dedicada ao crescimento.

Daí o nosso apelo para uma nova economia de desenvolvimento humano. O objectivo desta nova estrutura passaria pelas metas relacionadas com o bem-estar. O crescimento e outras políticas seriam avaliados e perseguidos vigorosamente, desde que melhorassem o desenvolvimento humano no curto e no longo prazo. A análise seria relevante para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A criação de uma

estrutura deste tipo seria uma realização exigente e complexa, especialmente se fosse enquadrada, como seria adequado, com a sensibilização climática para os padrões da actividade humana. Esta agenda de investigação basear-se-ia no trabalho de grupos de investigação que já deram contribuições valiosas nestas áreas e na investigação aplicada à análise interdisciplinar quantitativa e qualitativa das relações entre crescimento e desenvolvimento humano.

Orientações de investigação

Tal como o desenvolvimento humano é muito mais do que rendimento, também é muito mais do que os três componentes incluídos no IDH – saúde, educação e rendimento. Na nossa reafirmação de conceito de desenvolvimento humano, salientámos a necessidade de considerar como são distribuídas as oportunidades, quanto poder têm as pessoas para moldar o seu futuro e como hoje as escolhas afectam o futuro. Os RDH anteriores aumentaram grandemente a nossa compreensão destas dimensões, como a democracia, as liberdades culturais e as alterações climáticas. Porém, muito mais pode ser feito para aprofundar a nossa compreensão da relação entre desenvolvimento humano e estas dimensões mais vastas, como a seguir se destaca.

Capacitação

A capacidade de as pessoas e grupos se envolverem, moldarem e beneficiarem dos processos políticos e de outros processos de desenvolvimento nas famílias, comunidades e países é um elemento essencial para as liberdades das pessoas. Tal como mostrámos no capítulo 3, a capacitação tem estado associada a resultados positivos na saúde, educação e outras dimensões do desenvolvimento humano. Os resultados que as pessoas e grupos podem originar dependem largamente das relações de poder na sociedade, quer na esfera pública (instituições políticas e mercado), quer na privada (relações de género no seio das famílias).⁵⁰

A capacitação está estreitamente associada à participação: a possibilidade de todas as pessoas, incluindo as pessoas pobres e marginalizadas, fazerem ouvir a sua voz e participarem de forma significativa nos debates que afectam as

suas vidas. Esta noção tem uma enorme repercução, especialmente entre a sociedade civil. Num inquérito a organizações da sociedade civil realizado para este Relatório,⁵¹ três quartos dos inquiridos concordaram “ao mais alto grau” que a capacitação era parte integrante do desenvolvimento humano (caixa 6.6).

Ainda que o Índice de Liberdade Política do *RDH* de 1991 tenha criado celeuma (o índice foi posteriormente retirado), a questão da liberdade política tem vindo à tona repetidamente em *RDH* globais e nacionais. No entanto, na investigação para o relatório deste ano, tornou-se novamente claro que este é um terreno altamente contencioso. O artigo 21.^º da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito a “eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto”. Mas, na prática, as instituições políticas de governo são muito heterogéneas.

O capítulo 4 considera diversas medidas existentes de capacitação, sublinhando o âmbito da investigação e debates mais profundos em discussões nacionais e locais, tais como os recentes *RDH* nacionais. Dado que as medidas utilizadas eram tão frequentemente alvo de contestação, exploramos novas formas de desenvolver uma medida que realce as áreas consensuais. Por exemplo, a teoria das ordenações parciais pode ser utilizada para criar comparações entre países que sejam robustas relativamente às ponderações utilizadas para cada componente – portanto, menos vulneráveis a desacordos sobre a relevância relativa de cada um.

A participação é essencial na definição dos objectivos de desenvolvimento e de influência de decisões através do compromisso e do diálogo. Porém, os processos de participação significativos são complexos. O diálogo nacional que serviu de base ao Documento Estratégico de Redução da Pobreza da Bolívia é amplamente reconhecido como tendo inclinado a balança do poder em direcção a grupos desfavorecidos.⁵² No entanto, outros mecanismos de participação, tais como consultas promovidas pelo governo sobre o arbítrio religioso no Canadá ou sobre o secularismo em França, foram criticados por

permitirem a participação apenas sobre temas previamente definidos.⁵³ As áreas de investigação com resultados incluem o efeito das estruturas democráticas nacionais e locais sobre as formas do envolvimento das pessoas, sobre políticas nacionais e internacionais para protecção das liberdades civis e iniciativas comunitárias para monitorizar e responsabilizar os governos.

Para ir mais além da mera consulta formal, as pessoas necessitam das capacidades, da informação e das estruturas institucionais para colocar revindicações de forma eficaz (ver capítulo 4). As estruturas democráticas fornecem as pré-condições para o desenvolvimento humano, mas os governos precisam de ser totalmente responsabilizados perante os seus povos em relação à promoção da expansão das liberdades. Uma abordagem de desenvolvimento humano considera estes antecedentes de forma muito séria e concentra-se também numa gama mais vasta de estruturas e instituições sociais que podem ser mais ou menos favoráveis às liberdades do processo e em mecanismos que possam apoiar a capacitação de pessoas e grupos.

CAIXA 6.6

Algumas opiniões da sociedade civil sobre desenvolvimento humano e capacitação

Numa investigação preliminar realizada para este Relatório, conduzimos um inquérito com base na Internet a Organizações da Sociedade Civil para conhecermos as suas opiniões. Os inquiridos representavam organizações cuja dimensão variava entre 1 e 12 mil funcionários e voluntários, a exercer actividade num amplo leque de países. Quase todos os inquiridos (94%) foram da opinião que um aspecto crítico do desenvolvimento era o de os cidadãos terem a oportunidade de participar na tomada de decisões a nível social e 76% concordavam “ao mais alto grau” que a capacitação constitui uma parte integrante do desenvolvimento humano. As dimensões mais importantes da capacitação foram identificadas como a alfabetização e a educação, o direito de voto e a liberdade de expressão (ver quadro).

Opiniões da sociedade civil sobre as dimensões mais importantes da capacitação

Dimensão	Mais importante (%)	Dimensão	Mais importante (%)
Alfabetização e educação	66	Tomar decisões em casa	29
Direito de voto	54	Unir a voz à de outros	27
Liberdade de expressão	52	Protestar	19
Escolha do próprio destino	35	Ocupar ou concorrer a um cargo eleito	18
Tomada de opções pessoais	33	Identidade de grupo	12

Fonte: Inquérito a organizações da sociedade civil conduzido pelo pessoal do GRDH.

As prioridades da investigação incluem as desigualdades sobrepostas enfrentadas por grupos específicos e modo de superar as desvantagens

Desigualdade

A desigualdade numa série de dimensões e grupos – incluindo mulheres, homens, pobres e ricos – é um desafio crescente para o progresso no desenvolvimento humano. Este Relatório documentou a forma como a desigualdade multidimensional e de género destrói o desenvolvimento humano. E muitos dos *RDH* regionais, nacionais e regionais investigaram várias formas de desigualdade em termos de rendimentos e outros resultados do desenvolvimento humano.⁵⁴ As desigualdades persistentes são frequentemente estruturais por natureza e afectam as oportunidades à disposição das pessoas. As desigualdades de género e o seu impacto global no desenvolvimento humano foram alvo de especial atenção.⁵⁵

Actualmente, sabemos muito mais sobre as múltiplas dimensões da desigualdade, mas possuímos ainda uma compreensão limitada sobre a sua evolução e factores determinantes.⁵⁶ Temos de compreender melhor a interacção da desigualdade com as forças estruturais e, em especial, com os factores da economia política e desigualdade na capacitação.⁵⁷ Diversas políticas sociais e económicas abordaram a desigualdade; outras políticas, apesar de não se dirigirem especificamente a questões de equidade, melhoraram-na. Necessitamos de uma maior consciência sobre se e como as políticas progressistas resultaram na prática.

A investigação sobre desigualdade pode sistematicamente abordar múltiplas manifestações de desigualdade e os seus catalisadores subjacentes. O capítulo 5 dá-nos uma imagem destas diferenças e fornece uma caracterização mais aprofundada das desigualdades do que a disponibilizada anteriormente. As prioridades da análise incluem as desigualdades sobrepostas enfrentadas por grupos específicos, incluindo mulheres e meninas, alguns grupos étnicos e povos indígenas, e a forma como as desvantagens interagem e se reforçam entre si. As oportunidades económicas, as garantias legais, a participação política e as desigualdades espaciais seriam exploradas em conjunto. Seriam analisadas as inovações nas técnicas de levantamento para visualizar a distribuição do desenvolvimento humano a nível nacional e regional. Os estudos de caso de iniciativas bem sucedidas para abordar as desigualdades podem sugerir eventuais pontos de entrada de mudança.

As recomendações políticas para reduzir a desigualdade costumam concentrar-se na redistribuição do rendimento e na promoção do acesso aos serviços e, em menor grau, na introdução da tributação progressiva. A agenda de investigação do *DRDH* baseia-se nestes esforços de explorar reformas que visam abordar as desigualdades estruturais, o que, por sua vez, pode relacionar-se com a capacidade política de grupos desfavorecidos e a mudança institucional. O papel do Estado na eliminação de barreiras à capacitação e inclusão é um tema fundamental.

Vulnerabilidade e sustentabilidade

O desenvolvimento humano é mais do que o atingir de resultados deseáveis – é também assegurar estas conquistas contra as ameaças presentes ou futuras. Os *RDH* anteriores, incluindo o *RDH* de 1994 sobre a segurança humana e o *RDH* sobre as alterações climáticas de 2007/2008, estudaram a vulnerabilidade e a segurança a diversos níveis – individual, nacional e global.

A relação entre progresso no desenvolvimento humano e risco necessita de uma investigação mais aprofundada. Este Relatório defende que nem todas as coisas boas aparecem em conjunto. Os avanços em alguns aspectos do bem-estar podem ser possíveis apenas com o sacrifício de um risco individual e colectivo mais elevado. Este facto é ilustrado pelos países do antigo bloco Soviético, cujas economias centralizadas geravam resultados estáveis para muitos dos seus cidadãos, mas não eram capazes de produzir um progresso económico sustentado.⁵⁸ A inovação e a eficiência necessitam de, pelo menos, algum grau de concorrência, apesar de a concorrência poder trazer consigo a incerteza e o risco.⁵⁹

De que forma a abordagem do desenvolvimento humano nos ajuda a pensar sobre as implicações entre o risco e o progresso? De uma forma geral, a resposta é óbvia: devemos procurar soluções que diminuam o risco sem sacrificar os amplos avanços no bem-estar. No entanto, tal nem sempre é possível e, nesse caso, as sociedades devem confrontar-se com escolhas difíceis. O pêndulo parece ter-se inclinado demasiado na direcção da ignorância da insegurança e da vulnerabilidade. Talvez seja por isso que, apesar dos avanços documentados no capítulo 2, as sondagens de opinião apresentem constantemente

uma insatisfação generalizada com os aspectos chave da vida, incluindo os relativos à segurança.⁶⁰ Impõe-se uma reavaliação.

Consideremos novamente os perigos das alterações climáticas catastróficas, o efeito cumulativo de concentração exclusiva no crescimento económico e a flagrante indiferença relativamente aos sinais de alerta sobre os prejuízos resultantes para o planeta. Contudo, existem muitos outros exemplos, tais como quando a liberalização leva a um rendimento acrescido e a uma menor estabilidade do emprego ou quando a desregulamentação financeira leva a um maior crescimento, mas a um risco de crise acrescido.⁶¹

A medição do risco e da vulnerabilidade é difícil.⁶² Os decisores políticos possuem uma gama de dados para medição de agregados – seja saúde, educação, rendimento ou outros indicadores de progresso quantificáveis –, mas possuem muito menos informação sobre o risco de, por exemplo, perder o emprego, cair em recessão ou sofrer um desastre natural. Tal acontece porque o risco envolve a incerteza. No entanto, também se deve ao facto de não termos boas medições dos riscos que enfrentámos no passado.

O risco aumenta as preocupações sobre sustentabilidade. Uma vez que nunca temos a certeza sobre o que irá acontecer no futuro, todos os planos envolvem algum grau de risco e de vulnerabilidade integrado. Contudo, as implicações tornam-se diferentes quando comparamos as gerações e temos de avaliar o efeito das decisões actuais sobre pessoas ainda não nascidas. Os economistas neoclássicos definiriam uma taxa de desconto para comercializar o bem-estar ao longo de gerações. No entanto, a atribuição de ponderação a gerações diferentes coloca sérios dilemas éticos: o desconto do bem-estar de gerações futuras apenas porque ainda não são nascidos parece injustificável, mas o desenvolvimento humano sustentável não pode ser isolado das preocupações com a pobreza e a desigualdade na geração actual.⁶³ É necessário um pensamento conceptual mais profundo para chegarmos a princípios alternativos.

A medição da sustentabilidade necessita de consideravelmente mais trabalho – muitas medidas actuais diferem radicalmente nas suas bases conceptuais e conclusões. Uma medida

fiável de desenvolvimento humano sustentável, por exemplo, deveria reflectir como as sociedades usam os seus recursos ao longo do tempo e juízos sobre que recursos constituem substitutos ou complementos. Esta abordagem diferiria das medidas existentes, já que consideraria não só a sustentabilidade do consumo e da produção, mas também a sustentabilidade mais alargada do desenvolvimento humano – incluindo saúde, educação, equidade e capacitação.

A abordagem de tais questões de sustentabilidade aumenta as tensões entre a equidade intrageracional e intergeracional, porque nem todas as políticas beneficiarão os pobres actualmente e em gerações futuras. As questões políticas chave relacionam-se com a transição para as energias renováveis, as ligações do desenvolvimento humano com a economia e o crescimento verdes e outros mecanismos de mercado, tais como impostos e sistemas limite ambientais e estruturas reguladoras que impeçam o uso insustentável dos recursos – incluindo direitos de propriedade e supervisão financeira.

Os riscos inerentes às alterações climáticas requerem acções decisivas. Em reconhecimento, o *RDH* de 2011 concentrar-se-á na vulnerabilidade e sustentabilidade. Um novo *RDH* global sobre a sustentabilidade pode alargar o debate ao que deveria ser sustentado e quais os passos necessários para proteger as pessoas mais vulneráveis do mundo. A publicação antecipada do *RDH* relativamente à próxima Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 2012, pode influenciar o debate, tal como aconteceu com o *RDH* de 1992 antes da primeira Cimeira da Terra.⁶⁴ Um debate franco e aberto sobre as ligações, as complementaridades e os conflitos ajudaria também a esclarecer melhor o conceito de desenvolvimento humano sustentável.

* * *

Este Relatório sublinhou o valor e a solidez da abordagem ao desenvolvimento humano na reflexão e resposta aos desafios do século XXI.

A análise da experiência teve um vasto alcance e destacou novas e importantes conclusões que merecem mais atenção. Pessoas de todo o mundo obtiveram melhorias drásticas em alguns aspectos-chave das suas vidas. Hoje,

A medição da sustentabilidade necessita de consideravelmente mais trabalho – muitas medidas actuais diferem radicalmente nas suas bases conceptuais e conclusões

de uma maneira geral, são mais saudáveis, mais abastadas, mais instruídas e têm mais poder para eleger os seus líderes do que em qualquer outro momento da História. Em resultado, expandiram as suas capacidades para viver vidas melhores.

Contudo, verificámos também que a velocidade do progresso é altamente variável e que as pessoas de alguns países e regiões registaram melhorias muito mais lentas. Persistem claras desigualdades e vulnerabilidades, que, em muitas regiões, estão a crescer, originando – e reflectindo – graves desequilíbrios de poder. Além disso, foram levantadas questões sérias sobre a sustentabilidade dos actuais padrões de produção e consumo.

Analisámos a uma nova luz alguns desafios perpétuos, entre os quais muitas dimensões de pobreza e desigualdade. Identificámos desigualdades persistentes, em algumas áreas crescentes, numa série de dimensões e entre vários grupos, como desafios significativos ao progresso no desenvolvimento humano. A investigação das disparidades de género revelou que alguns países alcançaram bons resultados em áreas importantes, mas que as lacunas se mantêm inaceitavelmente extensas. Uma nova medida da pobreza multidimensional demonstrou a intensidade e o alcance de grave privação em mais de 100 países.

Este capítulo final propôs uma agenda para expandir o desenvolvimento humano. Inspirado no valioso legado do pensamento nesta tradição e outras relacionadas, concentra-se nas políticas e na investigação. No lado político, identificámos a necessidade de uma abordagem

à orientação política com base em princípios; a importância do contexto local, particularmente a capacidade estatal e o contrato social dentro de um país, e a importância das forças globais, nomeadamente a governação, ajuda e parcerias globais. No lado da investigação, realçámos a necessidade de recolha de melhores dados sobre as dimensões do desenvolvimento humano, repensando a base conceptual para o estudo do desenvolvimento e investigando como a visão do desenvolvimento humano pode melhorar a nossa compreensão das dimensões mais alargadas, vitais para a nossa compreensão do desenvolvimento humano.

“O progresso humano”, escreveu Martin Luther King, Jr., “nunca rola nas rodas da inevitabilidade. Vem através de esforços incansáveis e trabalho persistente [...] Sem este trabalho persistente, o tempo torna-se um aliado das forças da estagnação social.”⁶⁵ A ideia do desenvolvimento humano é um exemplo deste esforço, levado a cabo por um grupo de pensadores e práticos empenhados que querem alterar a forma como pensamos o progresso das sociedades. Contudo, a compreensão total da agenda do desenvolvimento humano exige irmos muito mais longe. Colocar pessoas no centro do desenvolvimento é mais do que um exercício intelectual – significa tornar o progresso equitativo e alargado, permitindo que as pessoas se tornem participantes activos na mudança e assegurando que os resultados não são atingidos à custa das gerações futuras. Fazer face a estes desafios não só é possível como é necessário – e mais urgente do que nunca.

Notas

Capítulo 1

- 1 Entre os esforços recentes estão a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (www.stiglitz-sen-fitoussi.fr), o projecto de medição do bem-estar da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (www.oecd.org/progress) e o quadro da União Europeia para os indicadores multidimensionais (www.ec.europa.eu/social).
- 2 PNUD—GRDH 1990–2009; consultar a contracapa anterior para uma lista completa dos RDH, ou visitar www.hdr.undp.org/en/reports/ para ver os relatórios
- 3 A literatura e a experiência são vastas; consultar Alkire (2010) para uma análise.
- 4 Sen, 2002: 585.
- 5 Sen, 2009a.
- 6 Crocker, 2007; Narayan e Petesch, 2007; Richardson, 2006.
- 7 *The Economist*, 1990.
- 8 *The Economist*, 1991. Subsequentemente, o Banco Mundial abandonou a classificação baseada no rendimento, em 1998, e apresenta agora os países por ordem alfabética.
- 9 Anand e Sen, 2000c.
- 10 Gertner, 2010.
- 11 Kaletsky, 1990.
- 12 Gittings, 1990.
- 13 Seneviratne, 1999.
- 14 Chahine, 2005.
- 15 *The Straits Times*, 1990.
- 16 John Williamson (1989) cunhou a expressão "Consenso de Washington" para descrever as receitas políticas que o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos E.U.A. promoveram para os países em vias de desenvolvimento atingidos pela crise económica dos anos 1980. As receitas essenciais eram o corte da despesa pública, a redução da inflação, a venda de empresas públicas, a abertura comercial e a liberalização cambial e das taxas de juro.
- 17 Consultar Nayyar (2008) para uma análise da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento. Sobre as necessidades básicas, consultar Ghai e outros (1980).
- 18 O RDH de 1990 (PNUD—GRDH, 1990: 67; consultar a contracapa anterior para uma lista completa dos RDH, ou visitar www.hdr.undp.org/en/reports/ para ver os relatórios) incluiu um capítulo sobre estratégias de desenvolvimento onde se defendiam metas "mais realistas e operacionais". O RDH de 1991 desenvolvendo esses pontos, tal como o RDH de 1994, que levava mais longe a ideia de um convénio global. Conferências e cimeiras fulcrais ao longo do período relacionaram-se com a educação (Jomtien, 1990), as crianças (Nova Iorque, 1990), o ambiente (Rio de Janeiro, 1992), a população (Cairo, 1994), o desenvolvimento social (Copenhaga 1995) e a mulher (Pequim, 1995).
- 19 ONU, 2000.
- 20 Hulme e Fukuda-Parr, 2009: 4.
- 21 PNUD, 2010.
- 22 Foram acrescentados novos indicadores ao longo do tempo para abordar algumas dessas dimensões; como em 2005, ano em que foi acrescentada uma meta sobre o acesso a serviços de saúde reprodutiva.

- 23 Isto é claramente indicado numa caixa da autoria de Sen na qualidade de co-presidente da Comissão sobre a Segurança Humana (2003). Consultar também Alkire (2003), Gasper (2005), ul Haq (1995,) e Tajbakhsh e Chenoy (2007).
- 24 *Journal of Human Development and Capabilities*, 2003; Gasper, 2005.
- 25 Comissão Internacional sobre Intervenções e Soberania dos Estados, a Comissão da Segurança Humana de 2003, o Painel de Alto Nível sobre Ameaças de 2004, Desafios e Mudança. Consultar Jolly, Emmerij e Weiss (2009).
- 26 Incluindo o Canadá, o Japão, a Noruega e a Suíça.
- 27 União Africana, União Europeia, Associação de Nações do Sudeste da Ásia, Organização dos Estados Americanos, Liga dos Estados Árabes. Consultar ONU (2010a).
- 28 Nações Unidas, 2010a.
- 29 Anand e Sen, 2000b; Osmani, 2005; Sen, 2004, 2005.
- 30 Vizard, 2006.
- 31 Edwards e Gaventa, 2001: 277.
- 32 A Sondagem Mundial da Gallup perguntava aos inquiridos que tinham ouvido falar do aquecimento global se o consideravam uma ameaça séria. Em média, mais de três quartos dos inquiridos em 126 países responderam que sim.
- 33 Neumayer, 2010a.
- 34 Kant, 1785; RDH, 1994 (PNUD—GRDH, 1994: 13; consultar a contracapa posterior para uma lista dos RDH); Anand e Sen, 2000a: 2030.
- 35 Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, 1987: 43.
- 36 RDH 1994 (PNUD—GRDH 1994; consultar a contracapa posterior para uma lista dos RDH); Anand e Sen, 2000a.
- 37 Jolly, Emmerij e Weiss, 2009.
- 38 Fukuda-Parr, 2007.
- 39 F. Stewart, 2010.
- 40 Para uma útil análise, consultar Nayyar, 2008.
- 41 Lindauer e Pritchett, 2002.
- 42 Alkire, 2007; Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, 2008b.
- 43 Bourguignon, 2004.
- 44 Stern, 2006.
- 45 Rodrik, 2006.
- 46 Narayan e outros, 1999.
- 47 Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001; Bardhan, 2006; Pritchett, Woolcock e Andrews, 2010.
- 48 Polanyi, 2002. Consultar também Veblen (2007) e Myrdal (1957). As discussões sobre desenvolvimento participativo e gestão de recursos comuns também remontam a várias décadas; consultar Agarwal (2001) para uma útil análise da participação e Baland e Platteau (1996) sobre os direitos de propriedade.
- 49 Banco Mundial, 2005. Rodrik (2006) proporciona uma excelente análise.
- 50 Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, 2008: 2.
- 51 Duflo, Hanna e Ryan, 2009.
- 52 Duflo, Hanna e Ryan, 2009.
- 53 Mookherjee, 2005; consultar também Deaton, 2009, e Cartwright, 2009.
- 54 Existe trabalho seminal associado a Kahneman, Diener e Schwarz (1999) e a Kahneman e Krueger (2006).
- 55 O conhecido paradoxo mencionado por Easterlin (1995) realça que, embora as pessoas ricas sejam mais felizes do que as pessoas pobres internamente aos países, não existe relação sistemática entre o rendimento e a felicidade acima de um dado limiar de rendimento, seja entre países ou ao longo do tempo (consultar Graham, 2010). Este paradoxo foi desafiado recentemente (consultar Stevenson e Wolfers, 2008, e Deaton, 2008) mas ainda não plenamente repudiado (consultar Krueger, 2008).
- 56 Kahneman, 1999. Consultar também Diener e outros (2009).
- 57 Sen (1985b) proporciona uma análise meticulosa da actuação e da sua importância.
- 58 Sen (1999: 157) afirma que o significado da democracia reside "em três virtudes distintas: (i) a sua *importância intrínseca*, (ii) os seus *contributos instrumentais* e (iii) o seu papel *construtivo* na criação de valores e normas."
- 59 Harding e Wantchekon, 2010. Consultar também Barbone e outros (2007).

Capítulo 2

- 1 Gertner 2010.
- 2 Ver Raworth e Stewart (2002) para um estudo.
- 3 Para valores do IDH e componentes a nível de país, ver tabela estatística 1.
- 4 Não existem grandes diferenças nos resultados quando são utilizados os novos indicadores de IDH; ver Gidwitz e outros (2010).
- 5 A análise feita neste capítulo e no capítulo 3 abrange o período de 40 anos desde 1970. Em muitos casos, as comparações ao longo de um período tão grande requerem a limitação da amostra a países sobre os quais existem dados. Por este motivo, alguns dos agregados apresentados nestes capítulos diferem dos apresentados nas tabelas estatísticas.
- 6 Sessenta países não são abrangidos pela nossa amostra. Em média, são relativamente menos desenvolvidos do que os países na amostra: a esperança de vida é três anos menor, a alfabetização é semelhante mas as taxas brutas de matrícula são 6 pontos percentuais mais baixas e o rendimento per capita é inferior em 2785 USD. Isto não significa que todos os países excluídos da amostra de IDH híbrido sejam pobres: oito (incluindo Alemanha e Singapura) são classificados hoje como desenvolvidos de acordo com o novo IDH apresentado na tabela estatística 1. O seu crescimento económico anual e as mudanças na saúde foram ligeiramente maiores do que no resto da amostra, ao mesmo tempo que as alterações nas taxas brutas de matrícula e na taxa de alfabetização foram semelhantes. Obviamente, estes factos são apenas parciais porque os dados estão incompletos, mas sugerem que a omissão destes países não condiciona de forma sistemática a imagem do progresso resultante da nossa análise.
- 7 Começamos em 1970 porque é o primeiro ano para o qual podemos calcular o IDH para um número suficientemente grande de países.
- 8 A não ser onde especificado em contrário, todos os valores em dólares neste relatório referem-se dólares de 2008 ajustados à paridade do poder de compra.

- 9 Uma vez que o IDH incide sobre as pessoas, utilizaremos médias ponderadas pela população excepto onde referido em contrário. A principal excepção tem a ver com os indicadores de política como os discutidos no capítulo 3, onde o país é a unidade de observação relevante. As médias não ponderadas dão uma melhor noção do desempenho médio dos países e apresentam um aumento no IDH de 0.53 em 1970 para 0.62 em 1990 e para 0.69 em 2010.
- 10 De forma semelhante, Easterly (2009) demonstra como as escórias relativas à medição e definição das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio afectam de forma significativa os países e as regiões que estão a progredir mais e quais estão com mais dificuldades em atingi-las.
- 11 Mais concretamente, o desvio do ajuste é a diferença residual de um retrocesso nas mudanças no IDH a partir do nível de IDH inicial.
- 12 Alternativas comuns ao desvio do ajuste são a mudança absoluta no IDH, a taxa de crescimento do IDH e a percentagem de redução da carência a partir do nível máximo. Os quatro métodos aplicados coincidem amplamente na identificação dos piores desempenhos, que incluem países como a República Democrática do Congo, Moldávia, Zâmbia e Zimbabué. Mas o método de redução da carência apresenta diferentes resultados para os melhores desempenhos: 9 dos 10 melhores são países desenvolvidos, em contraste com, no máximo, 1 nos restantes três métodos. China, República Democrática Popular do Laos, Nepal, Omã, Arábia Saudita e a Coreia do Sul surgem de forma recorrente entre os melhores desempenhos independentemente do método. Ver também Gray e Purser (2010) bem como Ranis e Stewart (2010) para uma comparação de métodos alternativos.
- 13 A Comissão Spence sobre o Crescimento e o Desenvolvimento examinou 13 histórias de sucesso de países que registaram um elevado crescimento ao longo de sucessivos períodos desde 1950. Destes, apenas quatro (China, Indonésia, Omã e Coreia do Sul) coincidem com o nosso grupo de melhores desempenhos.
- 14 Pritchett 1997; DAESNU 2006; Ocampo, Vos e Sundaram 2007.
- 15 Pritchett 1997.
- 16 O limite superior do IDH é o resultado de uma normalização que não tem efeito nas taxas de mudança (ver *Nota técnica 1*); por conseguinte, não é verdade que a forma funcional imponha uma restrição no progresso no topo da classificação. Para a convergência causada por limites superiores naturais, ver nota 18.
- 17 Take, for example, the case of life expectancy. Although one might expect that there is an upper limit, this is not generally accepted by longevity researchers. Oeppen and Vaupel (2002) show that female life expectancy in the top-ranked country has advanced at a steady annual pace of three more months a year over the past 160 years, with no deceleration over time.
- 18 Para avaliar se tal gera convergência, desmontámos os limites das variáveis através da transformação logística,
- $$lx = \ln\left(\frac{x}{\bar{x}}\right)$$
- onde x é a variável em questão e \bar{x} denota o seu limite superior e confirma os resultados da convergência. Os testes de beta-convergência (ver Barro e Sala-i-Martin 2003) associados à transformação logística da taxa de alfabetização, taxas brutas de matrícula e média de anos de escolaridade rejeitam a hipótese de não convergência com valores p inferiores a 1% para o total das três variáveis. Um declínio significativo do ponto de vista estatístico na relação entre níveis iniciais e mudanças de registo foi detectado para todas as variáveis excepto para o rendimento, tanto nos níveis como na transformação logística. Indicadores alternativos (entre eles, anos de ensino superior e subnutrição) confirmam a convergência – apesar de se referir a pequenos períodos de tempo e a poucos países. Para todas as variáveis de não-rendimento excepto a esperança de vida, o efeito da beta-convergência enfraquece após 1990.
- 19 Foram apresentadas propostas para criar um índice separado para os países desenvolvidos de modo a melhor se distinguir entre eles; ver Herrero, Martínez e Villar (2010).
- 20 A taxa bruta de matrícula da China caiu dos 69% em 1976 para 50% em 1990, tendo actualmente recuperado para os 68%.
- 21 Foi criado um indicador de anos de escolaridade ajustado à qualidade para 13 países para os quais a dispersão diminuiu de 1995 a 2007, sendo o resultado sugestivo mas não conclusivo dado o pequeno tamanho da amostra.
- 22 Nomeadamente a Congo, República Democrática do Congo, Geórgia, Quirguizistão, Moldávia, Suazilândia, Tajiquistão, Ucrânia, Zâmbia e Zimbabué.
- 23 Há que ter, no entanto, em conta que a aglomeração não ocorre na parte cimeira da escala nem na figura 2.4 nem na figura 2.7, o que sugere que tal não se deve a países que atingiram um limite superior.
- 24 OMS 2008: 2.
- 25 Tal é consistente com um rápido aumento na longevidade em países em desenvolvimento, uma vez que as maiores reduções na mortalidade infantil têm um impacto significativo na esperança de vida. Tenha também em conta que estes valores diferem dos apresentados na figura 2.5, uma vez que a figura utiliza médias de décadas de 1970 e 2000.
- 26 Rajaratnam e outros 2010.
- 27 UNICEF 2008.
- 28 Hogan e outros 2010. Estes resultados geraram, contudo, alguma controvérsia; ver Graham, Braunholtz e Campbell 2010.
- 29 UNICEF 2008.
- 30 Para esta bem como várias outras comparações apresentadas em seguida, são utilizadas médias de décadas em vez de anos específicos de modo a aumentar o tamanho da amostra ao longo da qual é feita a comparação.
- 31 Pesquisas realizadas para a preparação deste Relatório sugerem que estes fenómenos podem ter contribuído para uma dupla convergência, com diferentes conjuntos de países convergindo para diferentes níveis de esperança de vida. Países cuja esperança de vida excedia os 55 anos em 1965 continuaram a convergir para uma baixa mortalidade. No entanto, apenas alguns países com esperança de vida inicial abaixo dos 55 anos fizeram a transição. Ver Canning (2010).
- 32 UNAIDS 2008: 39.
- 33 Para diferentes perspectivas, ver Treisman (2010); Brainerd Cutler (2005); e Banco Mundial (2010g).
- 34 Brainerd 2010.
- 35 Zaridze e outros 2009.
- 36 Watson 1995.
- 37 Yates 2006.
- 38 Ridde e Diarra 2009; Yates 2006.
- 39 Daponte e Garfield 2000.
- 40 Brown, Langer e Stewart 2008.
- 41 PNUD 2010.
- 42 Sen 1983.
- 43 Uma questão interessante para potencial investigação, que poderá ser exploradas em relatórios futuros, é se a correlação da fome é maior com a pobreza multidimensional do que com a pobreza de rendimento.
- 44 Shiva Kumar 2007.
- 45 Kasirye 2010.
- 46 Barrett e Maxwell 2005.
- 47 Drèze e Sen 1989.
- 48 FAO 2010b. Os dados relativos à subnutrição e privação de alimento estão também contidos na tabela estatística 8.
- 49 Olshansky e outros 2005.
- 50 Strauss e Thomas 1998.
- 51 Nussbaum 2000.
- 52 A educação está fortemente relacionada com a capacitação: para o Bangladesh, ver Kamal e Zunaid (2006); para a Etiópia, Legovini (2006); para a Índia, Gupta e Yesudian (2006); para o Nepal, Allendorf (2007); e para a Federação Russa, Lokshin e Ravallion (2005).
- 53 O efeito positivo da educação na longevidade foi constatado em muitos países, incluindo Bangladesh (ver Hurt, Ronsmans e Saha 2004), Coreia do Sul (ver Khang, Lynch e Kaplan 2004) e Estados Unidos (ver Cutler e Lleras-Muney 2006).
- 54 A taxa bruta de matrícula reúne o total de matrículas de um país como uma percentagem da população em idade escolar. As taxas brutas de matrícula podem exceder os 100% quando são matriculados alunos que não fazem parte da população em idade escolar, devido a reprovação ou a uma entrada tardia na escola. A taxa líquida de matrícula abrange apenas crianças no subgrupo etário correspondente a um determinado nível de educação; no entanto, os dados em questão são mais limitados e ignoram os benefícios da educação para os que se situam fora do grupo etário “adequado”.
- 55 Banco Mundial 2010g.
- 56 Diz-se que a taxa bruta de matrícula feminina está perto ou é maior do que a taxa masculina quando ultrapassa 98%; ver Nações Unidas 2009.
- 57 UNESCO 2010, tabelas 5 e 8.
- 58 Banco Mundial 2010g.
- 59 Ver Tanzí e Schuknecht (2000), que abrange uma amostra dos países agora desenvolvidos. Não há dados sistemáticos relativamente à despesa com a escolarização nos países em desenvolvimento na viragem do século XIX, mas os dados existentes sugerem que seria provavelmente ainda menor (Gargarelli 2002).
- 60 A taxa de alunos/professores baixou de 37 em 1990 para 35 em 2007 (em 1970, situava-se nos 36) em todas as regiões excepto na África Subsariana. Por norma, os professores têm também uma melhor educação nos dias de hoje do que no passado; a taxa de professores com formação situa-se actualmente nos 80% relativamente aos países em desenvolvimento.
- 61 A média de 2005–2009 para países com dados disponíveis.
- 62 Nielson 2009.
- 63 Hanlon, Barrientos e Hulme 2010.
- 64 Hanushek 1995; Glewwe 1999.
- 65 O teste é o Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS) – ver Glewwe e Kremer (2006).
- 66 Comparação com base no ano mais recente disponível nos dados do Trends in International Mathematics and Science Study relativamente a resultados de testes e Banco Mundial (2010g) relativamente à despesa.
- 67 Bessell 2009a, b.
- 68 Greaney, Khandker e Alam 1999.
- 69 Banco Mundial 2009d.
- 70 Pritchett e Murgai 2007; Walton 2010.
- 71 Pritchett, Woolcock e Andrews 2010; De e Drèze 1999.
- 72 O mais recente Trends in International Mathematics and Science Study constatou que níveis de educação mais elevados dos pais (e bens e serviços em casa, como computadores e acesso à Internet) estavam relacionados com um melhor desempenho médio a matemática em quase todos os países. Encontram-se padrões semelhantes nos países em desenvolvimento (ver Ishida, Muller e Ridge 1995; Maundu 1988). Este fosso permanece grande mesmo após ajustar de acordo com as características do estudante e da família, como género, idade, número de pais e irmãos (ver Ma 2001; Caldas 1993; Schultz 1993).
- 73 Dados de séries temporais para quatro países em desenvolvimento apresentam um declínio de 9% em resultados de testes de 1995 a 2007, mesmo quando estes países conseguiram aumentar bastante os valores brutos de matrícula (numa média de 14%) ao longo do mesmo período. Ver também UNESCO (2004).
- 74 A avaliação depende se os valores de rendimento são ponderados pela população ou não, ou seja, se se considera o rendimento de uma pessoa ou de um país em média. Devido ao tamanho da

- China e ao seu rápido crescimento, o rendimento de uma pessoa, em média, na Ásia Oriental e Pacífico cresceu 1000% desde 1970, mas o rendimento de um país, em média, subiu 344%. Do mesmo modo, o rendimento de uma pessoa, em média, na África Subsariana aumentou apenas 17% mas o rendimento de um país africano, em média, cresceu 93%. Tal reflecte os fracos registos de crescimento global na República Democrática do Congo, Etiópia e Nigéria, onde habitam 311 milhões de pessoas.
- 75** Esta comparação refere-se a médias não ponderadas, que são habitualmente utilizadas para avaliar a convergência entre países. Conforme mostrado na tabela 2.1, a conclusão é invertida se utilizarmos médias ponderadas por causa da influência da China e da Índia nos valores com ponderação. Regressaremos a esta questão na nossa discussão sobre a desigualdade global no capítulo 4.
- 76** Ou seja, mais do que qualquer país no quartil superior da distribuição de rendimento no mundo em 1970.
- 77** Enquanto, de 1990 a 2010, as diferenças nas taxas de crescimento do rendimento per capita diminuíram (os países desenvolvidos cresceram 1,9% ao ano em média, em comparação com 1,8% nos países em desenvolvimento), o fosso entre os dois grupos continuou a crescer, apesar de muito mais lentamente do que nas duas anteriores décadas. Durante 2005–2010, os países em desenvolvimento cresceram muito mais rapidamente do que os países desenvolvidos (uma média de 3% ao ano, em comparação com 1,2%).
- 78** Esta comparação exclui os países produtores de petróleo. Para os países que são monoeexportadores e sujeitos a grandes flutuações nos preços, o PIB per capita a preços constantes pode não ser o melhor indicador para avaliar o desempenho a longo prazo; ver Rodríguez (2006) para uma discussão.
- 79** Normeadamente Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Haiti, Libéria, Madagáscar, Níger, Somália, Togo, Zâmbia e Zimbabué.
- 80** O crescimento da Guiné Equatorial foi semelhante ao da China, impulsionado pelo petróleo. No entanto, o uso de preços anuais base para quantificar o crescimento em economias ricas em petróleo tende a distorcer os resultados das séries do PIB ajustado à paridade do poder de compra ao longo de períodos grandes, ver nota 78.
- 81** della Paolera e Taylor 2003: 5.
- Capítulo 3**
- 1** Os melhoramentos no desenvolvimento humano são medidos pelo critério do desvio do ajuste apresentado no Capítulo 2.
- 2** O IDH de não-rendimento comprehende os índices da saúde e da educação, com ponderações iguais. A correlação entre as alterações no IDH de não-rendimento e o crescimento económico é negativa ($-0,30$) e estatisticamente significativa ao nível de 1%. Contudo, esta medida pode ser distorcida pelo facto de os países menos desenvolvidos tenderem a ter taxas de melhoria do IDH mais rápidas. Por conseguinte, na figura 3.1 usamos a medida do desvio do ajuste para ter em conta os diferentes pontos de partida do IDH (consultar a caixa 2.1 no capítulo 2). A correlação correspondente é de 0,13 e não é estatisticamente significativa. Esta conclusão sólida não depende dos indicadores específicos usados para calcular o desenvolvimento humano de não-rendimento.
- 3** Contudo, Preston (1975) também demonstrou que uma relação instantânea entre os níveis de rendimento e a esperança de vida produzia uma relação significativa, um facto a que voltaremos.
- 4** Easterly, 1999. Consultar também Cutler, Deaton e Lleras-Muney (2006) e Kenny (2009).
- 5** Bourguignon e outros, 2008.
- 6** Kenny, 2009.
- 7** Em média, os países com um crescimento económico negativo no período 1970–2010, tiveram aumentos de 11 anos na esperança de vida, de 22 pontos percentuais nas taxas de matrículas brutas e de 40 pontos percentuais na alfabetização.
- 8** Consultar, por exemplo, a discussão em Woolridge (2002).
- 9** Easterly, 1999.
- 10** Anand e Sen, 2000c. Contudo, as pessoas nas economias de elevado rendimento poderão não usar os rendimentos altos para conseguir um desempenho elevado. Como exemplos, temos as altas taxas de obesidade e o declínio do tempo de lazer nos Estados Unidos da América (consultar Schor, 1992; Cook e Daponte, 2008) e, mais recentemente, no Qatar. Estima-se que, dentro de cinco anos, a taxa de obesidade do Qatar seja de 70% (consultar OMS, 2010b).
- 11** Srinivasan, 1994; Wolfers, 2009.
- 12** RDH 1997 e RDH 2003 (PNUD–GRDH 1997, 2003; consultar o interior da capa posterior para uma lista dos RDH); Casabonne e Kenny, 2009; Kenny, 2008; Pritchett, 2006; Glewwe e Kremer, 2006; Strauss e Thomas, 2008; Riley, 2001; Benavot e Resnik, 2006.
- 13** Hobbes, 1651.
- 14** Wrigley e Schofield, 1989: 230; Riley, 2001: 33.
- 15** Alguns países do noroeste da Europa passaram por uma transição anterior na área da saúde, ao reduzirem as crises sanitárias causadas por epidemias, guerras e más colheitas. Consultar Riley (2001): 20.
- 16** Soares, 2007; Cutler e Miller, 2005; Fogel, 2004; Cutler, Deaton e Lleras-Muney, 2006.
- 17** A América Latina e as Caraíbas por um lado e a Europa e a Ásia Central por outro tinham esperanças de vida de 51 anos e 60 anos, ainda abaixo dos 65 anos dos países desenvolvidos.
- 18** Cutler, Deaton e Lleras-Muney, 2006; Cutler e Miller, 2005.
- 19** Kenny, a publicar; Cutler, Deaton e Lleras-Muney, 2006: 108.
- 20** de Quadros e outros 1998.
- 21** Soares, 2007.
- 22** Jolly, 2010.
- 23** Consultar Kenny (a publicar) e Boone e Zhan, (2006).
- 24** Bryce e outros, 2003; Gauri, 2002; Jones e outros, 2003.
- 25** Drèze e Sen, 1989; McGuire, 2010.
- 26** Miguel e Kremer, 2004.
- 27** Os estudos transnacionais que analisam as medidas agregadas das despesas (como a despesa com a saúde pública como parcela do PIB) ou dos recursos (camas de hospital ou enfermeiras per capita) tendem a atenuar as distinções entre diferentes programas e recursos de qualidade e eficácia variáveis e a chegar a conclusões desencontradas: consultar Filmer e Pritchett (1999); McGuire (2010); Gupta, Verhoeven e Tiengson (2003); Kruk e outros, (2007); e Gauri e Khaleghian, (2002).
- 28** Para mais estatísticas sobre saúde, consultar a tabela estatística 14.
- 29** Deaton, 2002.
- 30** Kenny, a publicar: capítulos 6 e 7.
- 31** Lake e Baum, 2001. Kudamatsu (2007) usou dados de nível individual de 28 países africanos e concluiu que as crianças tinham maior probabilidade de sobrevivência após a democratização. Esta análise examinou crianças nascidas da mesma mãe antes e depois da democratização para controlar as diferenças familiares.
- 32** Sobre mortalidade e risco de morte no parto, consultar Przeworski (2004); sobre esperança de vida, consultar Lake e Baum (2001); Franco, Alvarez-Dardet e Ruiz (2004); e Vollmer e Ziegler (2009).
- 33** Harding e Wantchekon, 2010.
- 34** Esta expansão envolveu um aumento na prestação pública de educação; com frequência, ao mesmo tempo que a educação privada era marginalizada; UNESCO (2006). Consultar Pritchett (2002).
- 35** Tansel, 2002; Edmonds, 2005; Clemens, 2004.
- 36** O aumento durante o período 1970–2007 foi de 22 e 23 pontos percentuais e a diferença não era estatisticamente significativa.
- Para mais informações acerca dos níveis e tendências das matrículas escolares, consultar a tabela de estatísticas 13.
- 37** Para uma amostra de 48 países, a correlação entre a diferença de rendimento dos trabalhadores especializados e diferenciados e a taxa de crescimento da escolaridade para o período 1970–2010 é 0,14 e não é estatisticamente significativa.
- 38** Pritchett, 2002.
- 39** Muitos governos sofreram intensas pressões internacionais para ordenarem a instrução primária universal. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) convocou conferências regionais sobre ensino livre e obrigatório (Bombaim, 1952; Cairo, 1955; Lima, 1956).
- 40** Sobre anos de educação, consultar Tavares e Wacziarg (2001); sobre matrículas e alfabetização, consultar Lake e Baum (2001); Tsai (2006); e Vollmer e Ziegler (2009).
- 41** Sobre anos de educação, consultar Tavares e Wacziarg (2001); sobre matrículas e alfabetização, consultar Lake e Baum (2001); Tsai (2006); e Vollmer e Ziegler (2009).
- 42** A expansão das matrículas a níveis superiores requer o cumprimento de, pelo menos, alguns limiares básicos de eficiência e qualidade. A descentralização da gestão escolar ao nível local tem-se revelado positiva e significativamente associada à eficiência e à qualidade da educação; consultar Gallego (2010); Fuchs e Woessmann (2007); Stasavage (2005); e Tsai (2006).
- 43** Consultar Walton (2010).
- 44** Walton, 2010.
- 45** Walton, 2010.
- 46** Pineda e Rodríguez, 2010.
- 47** Dados sobre os conflitos do UCDP e do PRIO (2009). Definimos como conflitos aqueles que envolvem duas partes, das quais uma é o governo de um Estado, e que resultam em pelo menos 1000 mortes relacionadas com combates num só ano e excluímos os conflitos armados entre dois ou mais Estados, para que a nossa variável apenas cubra os conflitos “cívicos”. Alguns países com conflitos nesta base de dados são o Afeganistão (1990–2001, 2003–2008), a Índia (1990–2006), o Ruanda (1990–1993, 1997–1998, 2001–2002) e a Turquia (1992–1998).
- 48** A causalidade na relação entre a ajuda e o desenvolvimento tem sido explorada por, entre outros, Rajan e Subramanian (2008); e Minoiu e Reddy (2007).
- 49** Ranis e Stewart, 2010.
- 50** Olavarria-Gambi, 2003.
- 51** Durlauf, Johnson e Temple, 2005. Consultar também Barro e Sala-i-Martin (2003) e Rodríguez (2007).
- 52** Rodrik, 2007; Hausmann, Rodrik e Velasco, 2008.
- 53** Rodrik, 2007; Hausmann e Rodríguez (a publicar); Denison, 1967; Bhagwati e Desai, 1970; Little, Scitovsky e Scott, 1970.
- 54** Binder e Georgiadis, 2010; Gray e Purser, 2010; Mayer-Foulkes, 2010.
- 55** Mayer-Foulkes, 2010.
- 56** McGuire, 2010.
- 57** Klason, 2000.
- 58** Behrman e outros, 2009.
- 59** Duflo, 2003.
- 60** Chen e Li, 2009.
- 61** Binder e Georgiadis, 2010.
- 62** Mayer-Foulkes, 2010.
- 63** Moreno-Lopez e outros, 2009.
- 64** Brun, Chambas e Mourji, 2009; Diaw, Guérineau e Jeanneney, 2009.
- 65** Moreno e Rodríguez, 2009.
- 66** OCDE, 2008b.
- 67** Cubero e Hollar, 2010.
- 68** Nattrass e Seekings, 2001.
- 69** OCDE, 2008b.
- 70** Fiszbein e outros, 2009.

- 71** Prasad, 2008; RDH 1990 (PNUD-GRDH, 1990; consultar o interior da capa posterior para uma lista dos RDH); OCDE, 2008b; Nat-trass e Seekings, 2001; Johannes, Akwi e Anzah, 2006; Cubero e Hollar, 2010.
- 72** Banco Mundial, 2005b.
- 73** Esta secção baseia-se profundamente em Walton (2010).
- 74** A Lei Glass-Steagall foi revogada em 1999. Sobre a evolução comparativa da regulação dos sistemas financeiros no Japão e na Alemanha, consultar Vitols (2003) e Bebenroth, Dietrich e Vollmer (2009).
- 75** Charumilind, Kali e Wiwattanakantang, 2006.
- 76** Hulme e Moore, 2008; Nath, Sylva e Grimes, 1997; Bornstein, 2005.
- 77** Marglin, 2008.
- 78** ITOPF, 2010.
- 79** NOIA, 2006; EEA, 2008.
- 80** Amnistia Internacional, 2009a.
- 81** The Economist, 2007; Davies e outros, 2008.
- 82** Contudo, nos últimos anos, a China ergueu mais barreiras à entrada e à concorrência; consultar Bradsher (2010).
- 83** Li e Meng, 2005.
- 84** Di John, 2009.
- 85** Para a Coreia do Sul e a província chinesa de Taiwan, Wade (1992: 314) realçou que “enquanto que os governos da maioria dos outros países em vias de desenvolvimento sabem que podem falhar economicamente sem correrem o risco de uma invasão, os governos e as elites destes países sabiam que, sem crescimento económico rápido e estabilidade social, isso podia muito bem acontecer. Isso levou-os a fazer uma invulgar junção entre segurança nacional e poder económico.”
- 86** Walton, 2010.
- 87** Friedman, 2006.

Capítulo 4

- 1** Fuentes-Nieva e Pereira 2010.
- 2** Na figura 4.1 a medida de liberdade política que usamos é a Polity IV porque varia através de uma amplitude maior e, por conseguinte, pode ser mais facilmente representada num gráfico; os resultados são semelhantes se usarmos a medida de democracia descrita adiante neste capítulo; consultar também a tabela estatística 6. Para a medida das perdas por desigualdade no IDH, consultar o capítulo 5. A medida de sustentabilidade corresponde às poupanças líquidas ajustadas pelo Banco Mundial.
- 3** Harding e Wantchekon 2010; Banco Mundial 2005b; Przeworski et al. 2000; Cornia e Court 2001; Eicher e Turnovsky 2003.
- 4** Kabeer 1999: 447.
- 5** RDH 1990 (PNUD-GRDH 1990; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 6** RDH 1993, 2000, 2002 e 2004 (PNUD-GRDH 1993, 2000, 2002 e 2004; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 7** Gaye e Jha 2010.
- 8** Hamel 2010.
- 9** Ver discussão em Donner (2008).
- 10** IEA 2009.
- 11** UIA 2010.
- 12** Walton 2010: 22.
- 13** O Inquérito Mundial de Valores pergunta aos inquiridos que nível de liberdade têm sobre as suas vidas. Para 87 países, a média foi de 7 numa escala de 0 a 10, num intervalo de 5 a 8. A Sondagem Mundial da Gallup pergunta aos inquiridos se estão satisfeitos com a sua liberdade de escolha. Esta liberdade ao nível individual não parece estar associada à democracia ao nível nacional.
- 14** Desde 1990, o Kuwait e Samoa alargaram o direito ao voto às mulheres e a África do Sul aos negros.
- 15** Apresentamos uma medida que define a democracia numa base minimalista (ver Cheibub 2010, com base em Alvarez et al. 1996). Os países são classificados como democráticos se o chefe

- do executivo e a legislatura tiverem sido eleitos, mais de um partido político concorrer às eleições e um partido tiver transferido o poder no caso de derrota; caso contrário, os países são identificados como ditaduras. As democracias sem alternância partidária são países que preenchem formalmente os requisitos da democracia, mas em que o partido do governo ainda não perdeu eleições e assim cedeu o poder. Esta medida simples ganhou uma aceitação generalizada na literatura política comparativa (ver Munck e Verkuilen 2002).
- 16** Esta categoria consiste em países que não cumpriam a regra da alternância; ver a nota de fim anterior.
- 17** Ocorreram golpes nas Honduras (1972), Chile e Uruguai (1973), Argentina (1976), Bolívia (1980) e Guatemala (1982).
- 18** Ver PNUD (2009: 71), que descreve movimentos políticos que recorrem a esta táctica.
- 19** A Mutahidda Majlis-i-Amal (Liga da Ação Unida), uma coligação de partidos religiosos, ganhou 19% dos assentos da assembleia nacional e fez grandes incursões em Khyber Pakhtunkhwa e Balochistan.
- 20** Whitehead 2002.
- 21** Calculado a partir da Base de Dados de Instituições Políticas (actualizada em 2010) conforme descrito em Beck et al. (2001).
- 22** Bardhan e Mookherjee 2000; Abraham e Platteau 2004.
- 23** Ver, por exemplo, Besley, Pande e Rao (2005) e Dasgupta e Beard (2007).
- 24** Mansuri e Rao (2010), que sintetiza os resultados da investigação sobre as bases conceituais e a eficácia de iniciativas que promovem a participação dos cidadãos.
- 25** Ver o RDH 2004 (PNUD-GRDH 2004; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 26** Sobre os limites da consulta e os problemas do estatuto dos refugiados, ver Bassel (2010).
- 27** Ver Elson (2006) e O'Brien (2010). Por exemplo, Elson (2006) cita as iniciativas de orçamentação sensível ao género na Austrália, França, México, África do Sul e Uganda.
- 28** CDEG do Conselho da Europa 2009: 41, 43; CEPAL 2010.
- 29** Chattopadhyay e Duflo 2004.
- 30** Gibney, Cornett e Wood 2010.
- 31** PNUD 2009: 6.
- 32** ACHR 2008.
- 33** As tendências são avaliadas utilizando uma medida anual (criada por Gibney, Cornett e Wood 2010) com base nas violações de direitos humanos, conforme denunciadas pela Amnistia Internacional. A medida recorre a uma noção vasta de Estado, incluindo agentes que não são oficialmente reconhecidos como agentes do governo e áreas em que entidades equiparadas ao Estado ou extra-estatais actuam em lugar de um governo central fraco ou fragmentado. Os países são codificados de 1 (prevalecência de um Estado de direito seguro) a 5 (medo político generalizado), com base numa avaliação efectuada por peritos do alcance (tipo de violência), intensidade (frequência) e escala (percentagem da população visada ou selectividade) das violações. Em 101 países, o nível mediano de abusos foi de 3.
- 34** Harding e Wantchekon 2010.
- 35** Ver o RDH 2000 sobre os direitos humanos (PNUD-GRDH 2000; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 36** Dados da Amnistia Internacional (2009b).
- 37** Dados da Sondagem Mundial da Gallup (2010).
- 38** Ottoson 2009: 5.
- 39** Amnistia Internacional 2010.
- 40** RDH 1997, 1998 e 2005 (PNUD-GRDH 1997, 1998 e 2005; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 41** Banco Mundial 2006.
- 42** Este cálculo utiliza a perda do IDH ajustado à Desigualdade apresentada no capítulo 5.
- 43** Paul Krugman referiu-se frequentemente a este facto como se tratando de uma prova da crescente desigualdade nos Estados Unidos (ver, por exemplo, Krugman 2007); United States Census Bureau 2008.
- 44** Banco Mundial 2005b.
- 45** Resultados baseados em dados do Banco Mundial (2010g) demonstraram um padrão semelhante com uma amostra mais reduzida.
- 46** Milanovic 1998.
- 47** Atkinson e Micklewright 1992.
- 48** Banco de Desenvolvimento Asiático 2007, Liu 2010; O panorama geral é consistente com a hipótese de Kuznets (1955), segundo a qual a desigualdade aumentaria nas fases iniciais de desenvolvimento económico e posteriormente diminuiria, mas os dados empíricos são inconclusivos.
- 49** Pinkovskiy e Sala-i-Martin 2010.
- 50** López-Calva e Lustig 2010; Cornia 2010.
- 51** Jayadev e Rodríguez 2010. Estes resultados são resistentes ao ajustamento em função do contributo das actividades profissionais por conta própria para os rendimentos de capital.
- 52** Commander 2010. As exceções são os países escandinavos e a Bélgica.
- 53** Há um considerável debate na literatura sobre a ética e a justiça relativamente à questão da justeza das providências distributivas dever ser avaliada a nível global ou a nível nacional. Se a justiça das instituições deve ser julgada ao nível em que o contrato social é conceptualizado, o nível nacional é adequado, ao passo que uma posição cosmopolita defende a avaliação em questão a nível global. Ver Risse (2009) para uma discussão destas questões no contexto da migração internacional.
- 54** Pinkovskiy e Sala-i-Martin 2009; Milanovic 2009; Anand e Segal 2008. Ver o RDH 2009 (PNUD-GRDH 2009; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 55** Pineda e Rodríguez 2006; Bénabou 2000; Alesina et al. 1996.
- 56** Deaton 2007; Sen, Iyer e Mukherjee 2009.
- 57** Narayana 2008; Minujina e Delamonica 2003; ver também Cornia, Rosignoli e Tiberti (2007).
- 58** K. Stewart 2010.
- 59** Joe, Mishra e Navaneetham 2009.
- 60** Gwatkin et al. 2007.
- 61** Houweling et al. 2007.
- 62** Measure Demographic and Health Surveys 2010.
- 63** Thomas, Wang e Fan (2001) e comunicações pessoais com Robert Barro e Jong-Wha Lee.
- 64** Hartgen e Klases 2010.
- 65** Considerando a classificação do IDH de 2003 como apresentado no RDH 2005 (PNUD-GRDH 2005; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH), já que o Demographic and Health Survey (Inquérito de Demografia e Saúde) do Burkina Faso utilizado no exemplo é relativo a 2003.
- 66** Ver Stewart, Brown e Mancini (2005), Roemer (1998) e Barros et al. (2008).
- 67** Stewart 2009.
- 68** PNUD 2003.
- 69** UNESCO 2009: 64, 65.
- 70** Ver o RDH 2009 (PNUD-GRDH 2009; ver o verso de contracapa para obter uma lista completa dos RDH).
- 71** K. Stewart 2010; Wood et al. 2009.
- 72** Burd-Shaps et. al 2010.
- 73** Sen 2003; The Economist 2010.
- 74** Seguimos a prática mais recente nestas estimativas, que considera os abortos selectivos em função do sexo como mortes de mulheres. Difere da prática dos demógrafos que distinguem as mortes fetais da mortalidade (por exemplo, Shryock e Siegel 1980). Uma abordagem alternativa seria considerar as ramificações da discriminação de género para a mortalidade entre géneros e grupos etários. Tanto quanto sabemos, as implicações de tal abordagem ainda não foram estabelecidas. Ver também Coale (1991).

- 75** Este cálculo assume que, na ausência de abortos selectivos em função do sexo, uma mulher teria probabilidades iguais de dar à luz uma menina ou um menino. Ver também Klases e Wink (2009).
- 76** Nussbaum 2005.
- 77** OMS 2005.
- 78** Desai 2010.
- 79** Agarwal e Panda 2007.
- 80** UNIFEM 2010.
- 81** UNIFEM 2010.
- 82** DAESNU-DAW-CSW 2010.
- 83** Cuno e Desai 2009.
- 84** UN 2009.
- 85** Banco Mundial 2010f.
- 86** LIS 2009.
- 87** OCDE 2009.
- 88** DAESNU 2009a.
- 89** Fuentes-Nieva e Seck 2010.
- 90** Skoufias 2003.
- 91** CMAD 1987.
- 92** As informações sobre as tendências globais de emprego são escassas fora dos países desenvolvidos devido a diferenças nos métodos de definição e recolha de dados e à desactualização. As estimativas oficiais de desemprego são particularmente problemáticas em países com amplos sectores informais e sem redes de segurança formais. Ver OIT (2009b).
- 93** Ver FMI (2009b) para uma comparação entre as crises.
- 94** Reinhart e Rogoff 2009.
- 95** OIT 2010b; Banco Mundial 2010b.
- 96** Banco Mundial 2009c.
- 97** Um exemplo de como a intervenção política e boas condições iniciais ajudaram alguns países a ultrapassar os impactos negativos da crise é a China, cujo crescimento é elevado (8,7% em 2009 e 10% previstos para 2010), essencialmente impulsionado por empréstimos para infra-estruturas. Ver FMI (2010b).
- 98** Este revelou-se um padrão comum em crises anteriores: a Tailândia reduziu a sua despesa na saúde em 9% e na educação em 6% como resposta à crise na Ásia Oriental em 1998; a despesa na saúde no México caiu 15% durante a Crise da Tequila (ver Calvo 2010).
- 99** OIT 2009b.
- 100** FMI 2009b; Horvath, Ivanov e Peleah 2010.
- 101** Cord et al. 2009; Marone, Thelen e Gulasan 2009.
- 102** Rodrik 1998.
- 103** Commander 2010.
- 104** Commander 2010; Freeman 1998.
- 105** Ver www.doingbusiness.org/.
- 106** Salehi-Isfahani 2010.
- 107** Blanchard 2008; Commander 2010.
- 108** Sirimanne 2009: 4.
- 109** OIT 2009b.
- 110** Ablett e Slengesol 2000.
- 111** Walker et al. 2007.
- 112** Ferreira e Schady 2008; FAO 2010a.
- 113** Harper et al. 2009.
- 114** Heyzer e Khor 1999; Knowles, Pernia e Racelis 1999.
- 115** van der Hoeven 2010.
- 116** Baird, Friedman e Schady 2007: 26.
- 117** Calvo 2010.
- 118** UNICEF 2010a.
- 119** UNICEF 2010b.
- 120** Walton 2010; Lustig 2000.
- 121** UN 2010b.
- 122** Fuentes-Nieva e Pereira 2010.

Capítulo 5

- 1** Consultar, por exemplo, Narayan *et al.* (2000) e UNDESA (2009b).
- 2** Uma vez que os aspectos do bem-estar e da desigualdade medidos pelo IDG diferem daqueles medidos pelo IDHAD, a perda associada no progresso pode ser superior à perda no desenvolvimento humano captada pelo IDHAD.
- 3** Foster, López-Calva, e Székely 2005. Consultar também Alkire e Foster (2010).
- 4** A medida é o meio geral dos meios gerais, uma classe de medidas derivadas do trabalho inspirador de Atkinson (1983) sobre a medição da desigualdade. As respectivas propriedades básicas desejáveis têm um caminho independente (a ordem de agregação das populações e dimensões pode ser alterada sem afectar o valor do IDHAD) e uma consistência de subgrupo. Consultar a *Nota técnica 2*, para obter mais informações.
- 5** O cálculo do IDHAD requer a definição de um parâmetro que capte o quanto as pessoas não gostam da desigualdade. O parâmetro pode começar em 0 para infinito; utilizou-se o valor 1. Este ajuste muito leve da desigualdade penaliza moderadamente a desigualdade em cada dimensão; consultar a *Nota técnica 2* para mais detalhes. A escolha do parâmetro envolve um julgamento normativo análogo ao utilizado em outras normas relevantes para as políticas como, por exemplo, no estabelecimento de um limiar para a pobreza relativa e absoluta. Também reflecte o julgamento acerca da importância da desigualdade. A literatura académica aborda as questões teóricas e empíricas (consultar Atkinson 1983 e Pirttilä e Uusitalo 2010). Uma outra corrente da literatura tenta distinguir entre a desigualdade que é justificada e a desigualdade que não o é (consultar Roemer 1998). As preferências sociais para redistribuição foram examinadas com base nos sistemas de impostos e transferências em vigor (consultar Bourguignon e Spadaro 2005).
- 6** Em virtude da forma multiplicativa do IDH e do IDHAD, a perda no IDH devido à desigualdade ($1 - \text{IDHAD}/\text{IDH}$) recai entre a perda mínima e máxima das dimensões.
- 7** Narayana 2008.
- 8** Isto é, a função de bem-estar implícita é independente nas várias dimensões do IDHAD (Atkinson e Bourguignon 2000).
- 9** Anand e Sen 1995.
- 10** Consultar Charmes e Wieringa (2003), que analisam o IDG* e a MCG para elaboração do Índice de Desenvolvimento e de Género Africano para a Comissão Económica para a África; e Klases (2006) sobre o IDG* e a MCG.
- 11** Hawken e Munck (2009) e Klases e Schüler (2010) apresentam análises pertinentes.
- 12** Vários outros índices de género adoptaram esta abordagem, incluindo o Índice de igualdade de Género da Social Watch e o Índice Global do Fossé entre Géneros do Fórum Económico Mundial.
- 13** Consultar a *Nota técnica 3*. A aversão ao parâmetro da desigualdade de género é definida em 2, enquanto que a aversão em relação à privação sobreposta é definida em 1.
- 14** Seth 2009.
- 15** Enquanto os indicadores noutras dimensões são comparados entre homens e mulheres, os indicadores da saúde reprodutiva são comparados com limiares de nenhuma morte materna e nenhuma gravidez na adolescência.
- 16** O risco de morte materna é cinco vezes superior nos partos em adolescentes, em parte porque o corpo de uma adolescente ainda não está completamente desenvolvido (consultar Rowbottom 2007). Utiliza-se a taxa de fertilidade adolescente para raparigas entre os 15 e os 19 anos. A fertilidade em raparigas abaixo dos 18 anos seria preferencial, mas esses dados não se encontram disponíveis.
- 17** ILO 2010c. Esta figura distingue-se da taxa de participação da população activa feminina de 56,8% apresentada no quadro estatístico 4 devido ao esquema diferente utilizado para ponderar as taxas de participação da população activa feminina específicas do país.
- 18** Desai 2010.
- 19** O IDG* apoia-se na percentagem do género relativa aos vencimentos do sector não agrícola, mas o sector não agrícola formal tem um tamanho limitado em muitos países em desenvolvimento e o fosso poderá não ter sido representativo do quadro geral.
- 20** A sugestão não é motivada unicamente pelo facto de ambas as medidas de desigualdade serem (negativamente) correlacionadas com o IDH: a correlação entre os elementos residuais das duas medidas de desigualdade no IDH é de 0,48, cujo valor de um por cento é significativo.
- 21** Comparado com o RDH de 2009 (PNUD-GRD 2009; ver no interior da contracapa a lista completa dos RDH), a cobertura total é inferior à do IDG* (155), mas bem acima da efectuada pela MCG (109). Conforme atrás indicado, a abordagem anterior apoia-se fortemente em imputações, o que não acontece com o IDG. Os países com dados insuficientes para ajuste ao IDG apresentam posições no IDH de 6 (Listenstaine) a 164 (Guiné-Bissau).
- 22** Isto foi repetido em Pogge (2009: 21): “Um índice de desenvolvimento credível deve ser sensível a estes casos: se um aumento da alfabetização incide sobre os proprietários das terras ou sobre os que não possuem terras, se uma melhoria nos cuidados de saúde afecta as crianças ou os idosos, se um aumento das matrículas deriva de estudantes em universidades privilegiadas ou de crianças de bairros degradados, se um aumento da esperança média de vida afecta as elites ou os marginalizados, se uma maior segurança física incide nos homens ou nas mulheres.”
- 23** Alkire e Foster 2009; Alkire e Santos 2010; Bourguignon e Chakravarty 2003; Brandolini e D'Alessio 2009.
- 24** Anand e Sen 1997.
- 25** Consultar, por exemplo, Kanbur e Squire (2001) e Micklewright e Stewart (2001).
- 26** Os números da população referem-se a 2010. Estes consideram que as taxas de pobreza no ano do inquérito mais recente (que data de 2000) reflectem adequadamente a pobreza actual. Visto que nenhum destes inquéritos é posterior à crise económica mais recente, estas estimativas poderão estar subestimadas.
- 27** O IDH médio dos países em que a contabilização do IPM excedia a taxa de pobreza de 1,25 dólares por dia era de 0,49; a média dos países em que a pobreza de rendimento excedia a contabilização do IPM era de 0,60.
- 28** As estimativas da pobreza de rendimento inferior a 1,25 dólares por dia excluem os seguintes países por falta de dados: Belize, República Checa, Guiana, Iraque, Maurícia, Mianmar, Territórios Ocupados da Palestina, Somália, Suriname, República Árabe da Síria, Trindade e Tobago, Emirados Árabes Unidos e Zimbabué. Excluindo estes países, o número total de pessoas pobres em termos multidimensionais é de 1 719 milhões, o que se situa ainda entre as duas estimativas de pobreza de rendimento. Nas estimativas de pobreza de rendimento inferior a 2 dólares por dia, os países excluídos por falta de dados são: Guiné, Guiana, Haiti, Iraque, República Democrática Popular do Laos, Mauritânia, Maurícia, Mianmar, Namíbia, Somália, República Árabe da Síria, Trindade e Tobago, Emirados Árabes Unidos e Zimbabué. Excluindo estes países, o número total de pessoas pobres em termos multidimensionais é de 1 699,5 milhões, o que se situa novamente entre as duas estimativas de pobreza de rendimento.
- 29** Esta terminologia respeita as categorias governamentais, que são definidas oficialmente e variam entre estados.
- 30** Alguns especialistas defendem que a desigualdade entre as pessoas pobres deveria reflectir-se numa medida de pobreza, mas, para esse efeito, seriam necessárias medidas cardinais e o IPM seria sensível à escala em que essas medidas fossem definidas. Um debate pode ser consultado em Alkire e Foster (2009).

Capítulo 6

- 1 Asher e Daponte 2010.
- 2 Uma abordagem alternativa consiste em utilizar as projecções para variáveis dos componentes produzidas por organizações internacionais e analistas independentes; ver Asher e Daponte (2010).
- 3 Maddison 2007.
- 4 Nelson e outros 2009.
- 5 Cline 2008.
- 6 Rodríguez 2007.
- 7 Deaton 2010; Ravallion 1996.
- 8 Rodrik e Hausmann 2003; Rodrik 2007. Ver também caixa 3.1 no capítulo 3.
- 9 Easterly 2002.
- 10 Ostrom 1996; Parks e outros 1999; Pestoff 2009.
- 11 Drèze e Sen 2002; Sen 1985b.
- 12 PNUD 2010.
- 13 Walton 2010.
- 14 Rodrik 2003.
- 15 Evans 2010.
- 16 Pritchett, Woolcock e Andrews 2010.
- 17 Pritchett, Woolcock e Andrews 2010.
- 18 Panagariya 2008; Damodaran 2008.
- 19 Vaughan 2003.
- 20 Watson e Yohannes 2005.
- 21 Iglehart 2010.
- 22 Casa Branca 2010.
- 23 Di Tella e Dubra 2009.
- 24 Ver Rajan e Zingales (2003) sobre a ameaça do capitalismo oligárquico e Walton (2010) para uma perspectiva geral.
- 25 Estes princípios estão respetivamente associados ao trabalho de Sen (1999), Unger (1998) e Jayadev (2010).
- 26 Birdsall 2008.
- 27 Banco Mundial 2010e. A dimensão do mercado do carbono (144 mil milhões de dólares americanos) excede o total da assistência oficial ao desenvolvimento relativo a 2009 (136 mil milhões de dólares americanos).
- 28 Ver www.oslofc2010.no.
- 29 Os valores da Etiópia referem-se a 2002, o último ano disponível.
- 30 UNAIDS 2008; O Fundo Global 2009.
- 31 Wolf 2007; Asiedu e Nandwa 2007; d'Aiglepiere e Wagner 2010.
- 32 Levine 2004.
- 33 OCDE/CAD 2010b.
- 34 Sachs e outros 2004. Em particular, a ajuda disponibilizada para fins militares e políticos ou por outros motivos geopolíticos tende a ser negativamente associada ao crescimento (Minoiu e Reddy 2010).
- 35 Easterly 2006; Moyo 2009.
- 36 Banco Mundial 2010d.
- 37 Ver OCDE (2008a), que se baseou num inquérito a 33 países parceiros da OCDE.
- 38 Por exemplo, ver www.aidtransparency.net.
- 39 Isto é apresentado pela literatura que tem florescido na matéria, publicada em jornais de estudos académicos como o *Journal of Human Development and Capabilities* ou apresentado nas reuniões anuais da Human Development and Capabilities Association. Para uma antologia de algumas contribuições importantes, ver Fukuda-Parr e Shiva Kumar (2003).
- 40 Foram realizados inquéritos de Estudo de Medição dos Padrões de Vida em 40 países desde 1980 (www.surveynetwork.org); Estão disponíveis Inquéritos Demográficos e de Saúde para 82 países (www.measuredhs.com/countries); e estão disponíveis Inquéritos de Indicadores Múltiplos para mais de 70 países (www.childinfo.org/mics_available.html).
- 41 O programa Missing Dimensions (Dimensões Ausentes) da Oxford Poverty and Human Development Initiative (Iniciativa Oxford para a Pobreza e o Desenvolvimento Humano) está a tentar colmatar esta lacuna no que se refere à capacitação, qualidade do trabalho, segurança física, dignidade e outras matérias (www.ophi.org).
- 42 OCDE 2010.
- 43 Como é natural, esta análise deve basear-se na literatura existente (tal como Ranis, Stewart e Ramirez 2000; Bourguignon e outros 2008; e Kenny 2008). Diversos RDHs nacionais e globais descrevem cadeias causais através das quais o crescimento económico responde a prioridades humanas fundamentais, como, por exemplo, criar empregos para pessoas pobres, capacitar mulheres no interior do lar e contribuir com capitais para o investimento social, a protecção social e a redistribuição.
- 44 Para exposições básicas, ver Jones (2002) e Barro e Sala-i-Martin (2003). A análise mais teórica e empírica do crescimento é baseada em variantes do modelo Ramsey-Cass-Koopmans, no qual o agente representante maximiza uma soma descontada da utilidade do consumo.
- 45 Ver, por exemplo, Diener e Seligman (2004) e Gough e McGregor (2007).
- 46 Neumayer 2010b.
- 47 Southgate 1991; Mink 1993.
- 48 Comin, Hobijine Rovito 2008; Córdoba e Ripoll 2008; Duarte e Restuccia 2006.
- 49 Barro 1991; Barro e Lee 1994.
- 50 Alkire e Ibrahim 2007; Alsop e Heinsohn 2005; Narayan-Parker 2005.
- 51 O exemplo baseou-se nas organizações da sociedade civil que têm um estatuto consultivo junto da Nações Unidas. O inquérito, elaborado em três línguas, abrangeu 644 inquiridos e uma taxa de resposta de 29%. A região melhor representada foi a Europa Ocidental (30% dos inquiridos), seguida pela América do Norte (26%) e pela África (17%).
- 52 Eyben 2004.
- 53 Bassel 2008a, 2008b.
- 54 Gaye e Jha 2010; PNUD México 2003; PNUD Argentina 2002.
- 55 Nussbaum 2000; Osmani e Sen 2003; Klasen 2002; Robeyns 2003.
- 56 Stuckler, Basu e McKee 2010; Mejia e St-Pierre 2008; Piketty 2000.
- 57 Bourguignon e Verdier 2000; Acemoglu e Robinson 2002.
- 58 Ivanov e Peleah 2010.
- 59 A relação entre concorrência e crescimento é complexa e potencialmente não linear; ver Aghion e Griffith (2005).
- 60 De acordo com os resultados do Gallup World Poll, menos de metade das pessoas do mundo sentem que a área onde vivem se está a tornar mais habitável; apenas 4 em cada 10 pensam que as condições económicas no seu país estão a melhorar e apenas metade está satisfeita com os esforços de preservação ambiental.
- 61 Stiglitz e membros da Comissão de Peritos Financeiros das Nações Unidas 2010.
- 62 Hoddinott e Quisumbing 2010.
- 63 Anand e Sen 2000a; Sen 2009b.
- 64 Ver www.earthsummit2012.org/.
- 65 King 1964.

Bibliografia

- Ablett, J. e I. Slengesol. 2000. *Education in Crisis: The Impact and Lessons of the East Asia Financial Shock 1997–1999*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- Abraham, A. e J. P. Platteau. 2004. "Participatory Development: When Culture Creeps In". Em *Culture and Public Action*, eds. V. Rao e M. Walton. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Acemoglu, D., S. Johnson e J. Robinson. 2001. "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation". *American Economic Review* 91(5): 1369–1407.
- . 2003. "An African Success Story: Botswana". Em *In Search of Prosperity: Analytical Narratives on Economic Growth*, ed. D. Rodrik. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Acemoglu, D. e J. Robinson. 2002. "The Political Economy of the Kuznets Curve". *Review of Development Economics* 6(2): 183–203.
- ACHR (Asian Centre for Human Rights). 2008. *South Asia: Human Rights Index 2008*. Nova Deli: Asian Centre for Human Rights.
- Adamolekun, L., G. Lusignan e A. Atomate (Eds.). 1997. *Civil Service Reform in Francophone Africa: Proceedings of a Workshop, Abidjan, 23–26 de Janeiro de 1996*. World Bank Technical Paper 357, Africa Region Series. Washington, DC: Banco Mundial.
- BAD (Banco Asiático de Desenvolvimento). 2007. *Key Indicators for Asia and the Pacific 2007: Inequality in Asia*. Manila.
- Agarwal, B. 2001. "Participatory Exclusions, Community Forestry, and Gender: An Analysis for South Asia and a Conceptual Framework". *World Development* 29(10): 1623–48.
- . 2003. "Gender and Land Rights Revisited: Exploring New Prospects via the State, Family and Market". Em *Agrarian Change, Gender and Land Rights*, ed. S. Razavi. Oxford, Reino Unido: Blackwell Publishing Ltd.
- Agarwal, B. e P. Panda. 2007. "Toward Freedom from Domestic Violence: The Neglected Obvious". *Journal of Human Development and Capabilities* 8(3): 359–88.
- Aghion, P. e R. Griffith. 2005. *Competition and Growth: Reconciling Theory and Evidence*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Akram, T. 2004. "Ranking Countries and Other Essays". Columbia University, Nova Iorque.
- Alderman, H., P. F. Orazem e E. M. Paterno. 2001. "School Quality, School Cost, and the Public/Private School Choices of Low-Income Households in Pakistan". *Journal of Human Resources* 36(2): 304–26.
- Alesina, A., S. Özler, N. Roubini e P. Swagel. 1996. "Political Instability and Economic Growth". *Journal of Economic Growth* 1(2): 189–211.
- Alkire, S. 2003. "A Conceptual Framework for Human Security". CRISE Working Paper 2. Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido.
- . 2007. "The Missing Dimensions of Poverty Data: Introduction to the Special Issue". *Oxford Development Studies* 35(4): 347–59.
- . 2010. "Conceptual Overview of Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts". *Human Development Research Paper* 1. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Alkire, S. e J. Foster. 2009. "Counting and Multidimensional Poverty Measurement". OPHI Working Paper 7. Oxford Poverty and Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido.
- . 2010. "Designing the Inequality-Adjusted Human Development Index (HDI)". *Human Development Research Paper* 28. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Alkire, S. e M. Santos. 2010. "Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries". *Human Development Research Paper* 11. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Allendorf, K. 2007. "Do Women's Land Rights Promote Empowerment and Child Health in Nepal?". *World Development* 35(11): 1975–88.
- Alsop, R. e N. Heinsohn. 2005. "Measuring Empowerment in Practice: Structuring Analysis and Framing Indicators". Policy Research Working Paper 3510. Banco Mundial, Washington, DC.
- Alvarez, M., J. A. Cheibub, F. Limongi e A. Przeworski. 1996. "Classifying Political Regimes". *Studies in Comparative International Development* 31(2): 3–36.
- Amnistia Internacional. 2009a. *Nigeria: Petroleum, Pollution and Poverty in the Niger Delta*. Londres.
- . 2009b. "The Death Penalty in 2009". Londres. www.amnesty.org/en/death-penalty/death-sentences-and-executions-in-2009. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- . 2010. *Uganda: Antihomosexuality Bill is Inherently Discriminatory and Threatens Broader Human Rights*. Londres.
- Anand, S. e P. Segal. 2008. "What Do We Know about Global Income Inequality?". *Journal of Economic Literature* 46(1): 57–94.
- Anand, S. e A. Sen. 1995. "Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement". Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano, Occasional Paper 19. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- . 1997. "Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective". Documentos do Relatório de Desenvolvimento Humano 1997: Poverty and Human Development. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- . 2000a. "Human Development and Economic Sustainability". *World Development* 28(12): 2029–49.
- . 2000b. *Human Development and Human Rights*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- . 2000c. "The Income Component of the Human Development Index". *Journal of Human Development and Capabilities* 1(1): 83–106.
- Andrews, M. 2008. "The Good Governance Agenda: Beyond Indicators without Theory". *Oxford Development Studies* 36(4): 379–407.
- Andrews, M., A. Grinstead, A. Nucifora e R. Seligmann. 2010. "Public Institutional Reform in Mozambique: But with Limits". Working Paper. Harvard Kennedy School of Government, Cambridge, MA, e Center for Global Development, Washington, DC.
- Asher, J. e B. Daponte. 2010. "A Hypothetical Cohort Model of Human Development". *Human Development Research Paper* 40. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Asiedu, E. e B. Nandwa. 2007. "On the Impact of Foreign Aid in Education on Growth: How Relevant Is the Heterogeneity of Aid Flows and the Heterogeneity of Aid Recipients?". *Review of World Economics* 143(4): 631–49.
- Aslund, A. 2001. "The Myth of Output Collapse after Communism". Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC. www.carnegieendowment.org/publications/index.cfm?fa=view&id=611. Acedido em 25 de Junho de 2010.
- Atkinson, A. 1970. "On the Measurement of Inequality". *Journal of Economic Theory* 2(3): 244–63.
- . 1983. *The Economics of Inequality*, 2.ª edição. Oxford, Reino Unido: Clarendon Press.
- Atkinson, A. e F. Bourguignon (Eds.). 2000. *Handbook of Income Distribution*, 1.ª edição. Amsterdã: Elsevier.
- Atkinson, A. e J. Micklewright. 1992. *Economic Transformation in Eastern Europe and the Distribution of Income*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Baird, S., J. Friedman e N. Schady. 2007. "Aggregate Income Shocks and Infant Mortality in the Developing World". Policy Research Working Paper 4346. Banco Mundial, Washington, DC.
- Baland, J. M. e J. Platteau. 1996. *Halting Degradation of Natural Resources: Is There a Role for Rural Communities?* Roma: Organização para a Agricultura e a Alimentação.
- Barbone, L., L. Cord, K. Hull e J. Sandefur. 2007. "Democracy and Poverty Reduction: Explorations on the Sen Conjecture". Em *Political Institutions and Development: Failed Expectations and Renewed Hopes*, eds. N. Dinello e V. Popov. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar Publishing Ltd.
- Bardhan, P. 2006. "Globalization and Rural Poverty". *World Development* 34(8): 1393–1404.
- Bardhan, P. e D. Mookherjee. 2000. "Capture and Governance at Local and National Levels". *American Economic Review* 90(2): 135–39.
- Barrett, C. B. e D. G. Maxwell. 2005. *Food Aid After Fifty Years: Recasting Its Role*. Londres: Routledge.
- Barro, R. J. 1991. "Economic Growth in a Cross Section of Countries". *Quarterly Journal of Economics* 106(2): 407–43.
- Barro, R. J. e J. W. Lee. 1994. "Sources of Economic Growth". *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy* 40(1): 1–46.

- _____. 2010. *A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950–2010*. NBER Working Paper 15902. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Barro, R. J. e X. Sala-i-Martin.** 2003. *Economic Growth*, 2.ª edição. Cambridge, MA: MIT Press.
- Barros, R. P., F. Ferreira, J. R. Molinas Veja e J. Saavedra Chanduvi.** 2008. *Measuring Inequality of Opportunities in Latin America and the Caribbean*. Basingstroke, Reino Unido, e Washington, DC: Palgrave MacMillan e Banco Mundial.
- Bassel, L.** 2008a. "Citizenship as Interpellation: Refugee Women and the State". *Government and Opposition* 43(2): 293–314.
- _____. 2008b. "Silencing to Protect: The Debate Over Women's Rights in France and Canada". Em *Silencing Human Rights: Critical Engagements with a Contested Project*, eds. G. K. Bhambra e R. Shilliam. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- _____. 2010. "Intersectional Politics at the Boundaries of the Nation State". *Ethnicities* 10(2): 155–80.
- Bebenroth, R., D. Dietrich e U. Vollmer.** 2009. "Bank Regulation and Supervision in Bank-Dominated Financial Systems: A Comparison Between Japan and Germany". *European Journal of Law and Economics* 27(2): 177–209.
- Beck, T., G. Clarke, A. Groff, P. Keefer e P. Walsh.** 2001. "New Tools in Comparative Political Economy: The Database of Political Institutions". *World Bank Economic Review* 15(1): 165–76.
- Behrman, J., A. Murphy, A. Quisumbing e K. Yount.** 2009. "Are Returns to Mothers' Human Capital Realized in the Next Generation? The Impact of Mothers' Intellectual Capital and Long-Run Nutritional Status on Children's Human Capital in Guatemala". IFPRI Discussion Paper 850. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Bénabou, R.** 2000. "Unequal Societies: Income Distribution and the Social Contract". *The American Economic Review* 90(1): 96–129.
- Benavot, A. e J. Resnik.** 2006. "Lessons from the Past: A Comparative Socio-Historical Analysis of Primary and Secondary Education". Em *Educating all Children: A Global Agenda*, eds. J. E. Cohen, D. E. Bloom e M. B. Malin. Cambridge, MA: American Academy of Arts and Sciences.
- Besley, T., R. Pandé e V. Rao.** 2005. "Political Selection and the Quality of Government: Evidence from South India". CEPR Discussion Paper 5201. Center for Economic and Policy Research, Washington, DC.
- Bessell, S.** 2009a. "Indonesian Children's Views and Experiences of Work and Poverty". *Social Policy and Society* 8(4): 527–40.
- _____. 2009b. "Strengthening Fiji's Education System: A View from Key Stakeholders". *Pacific Economic Bulletin* 24(3): 58–70.
- Bhagwati, J. e P. Desai.** 1970. *India: Planning for Industrialization*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Binder, M. e G. Georgiadis.** 2010. "Determinants of Human Development: Insights from State-Dependent Panel Models". Human Development Research Paper 24. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Birdsall, N.** 2008. *Put Double Majority Voting Back on the Table at the IMF*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Blanchard, O.** 2008. "Reforming Labor Market Institutions: Unemployment Insurance and Employment Protection". Em *Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance*, eds. N. Serra e J. E. Stiglitz. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Boden, T. A., G. Marland e R. J. Andres.** 2009. "Global, Regional, and National Fossil-Fuel CO₂ Emissions". Carbon Dioxide Information Analysis Center, Oak Ridge National Laboratory, TN. http://cdiac.ornl.gov/trends/emis/tre_coun.html. Acedido em 15 de Maio de 2010.
- Boone, P. e Z. Zhan.** 2006. "Lowering Child Mortality in Poor Countries: The Power of Knowledgeable Parents". CEP Discussion Papers 751. Centre for Economic Performance, Londres.
- Bornstein, D.** 2005. *The Price of a Dream: The Story of the Grameen Bank*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Bourgignon, F.** 2004. *The Poverty-Growth-Inequality Triangle*. Nova Deli: Indian Council for Research on International Economic Relations.
- Bourgignon, F., A. Bénassy-Quéré, S. Dercon, A. Estache, J. W. Gunning, R. Kanbur, S. Klasen, S. Maxwell, J. P. Plateau e A. Spadaro.** 2008. "Millennium Development Goals at Midpoint: Where Do We Stand and Where Do We Need to Go?" Background paper for the 2009 *European Report on Development*. Comissão Europeia, Bruxelas.
- Bourgignon, F. e S. Chakravarty.** 2003. "The Measurement of Multidimensional Poverty". *Journal of Economic Inequality* 1(1): 25–49.
- Bourgignon, F. e A. Spadaro.** 2005. "Tax-Benefit Revealed Social Preferences: Are Tax Authorities Non-Paretian?". Paris-Jourdan Sciences Économiques Working Paper 22. Paris-Jourdan Sciences Économiques, Paris.
- Bourgignon, F. e T. Verdier.** 2000. "Oligarchy, Democracy, Inequality and Growth". *Journal of Development Economics* 62(2): 285–313.
- Bradsher, K.** 2010. "Foreign Companies Chafe at China's Restrictions". *The New York Times*. 16 de Maio.
- Brainerd, E.** 2010. "Human Development in Eastern Europe and the CIS since 1990". Human Development Research Paper 16. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Brainerd, E. e D. Cutler.** 2005. "Autopsy on an Empire: Understanding Mortality in Russia and the Former Soviet Union". *Journal of Economic Perspectives* 19(1): 107–30.
- Brandolini, A. e G. D'Alessio.** 2009. "Measuring Well-Being in the Functioning Space". Em *Debating Global Society: Reach and Limits of the Capability Approach*, ed. E. Chiappero-Martinetto. Milão, Itália: Feltrinelli Foundation.
- Brown, G., A. Langere e F. Stewart.** 2008. "A Typology of Post-Conflict Environments: An Overview". CRISE Working Paper 53. Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido.
- Brun, J. F., G. Chambas e F. Mourji.** 2009. "Guaranteeing Fiscal Space for Human Development in Morocco". Em *Fiscal Space: Policy Options for Financing Human Development*, eds. R. Roy e A. Heutly. Londres: Earthscan.
- Bryce, J., S. Arifeen, G. Pariyo, C. Lanata, D. Gwatkin e J. P. Habicht.** 2003. "Reducing Child Mortality: Can Public Health Deliver?". *The Lancet* 362 (9378): 159–64.
- Budlender, D.** 2008. *The Statistical Evidence on Care and Non-Care Work across Six Countries*. Gender and Development Programme Paper 4. Genebra: Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.
- Burd-Sharps, S., K. Lewis, P. Guyer e T. Lechtermann.** 2010. "Twenty Years of Human Development in Six Affluent Countries: Australia, Canada, Japan, New Zealand, United Kingdom, and United States". Human Development Research Paper 27. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Caldas, S. J.** 1993. "Reexamination of Input and Process Factor Effects on Public School Achievement". *Journal of Educational Research* 86(4): 206–14.
- Calvo, S. G.** 2010. "The Global Financial Crisis of 2008–10: A View from the Social Sectors". Human Development Research Paper 18. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Canning, D.** 2010. "Progress in Health Around the World". Human Development Research Paper 43. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Cartwright, N.** 2009. "What Are Randomised Controlled Trials Good For?". *Philosophical Studies* 147(1): 59–70.
- Casabonne, U. e C. Kenny.** 2009. *The Best Things in Life are (Nearly) Free: Technology, Knowledge and Global Health*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Chahine, J.** 2005. "Lebanon Slips in Human Development Index—UN Report Identifies Three Pillars of Cooperation in Urgent Need of Commitment". *The Daily Star*. 9 de Setembro.
- Charmes, J. e S. Wieringa.** 2003. "Measuring Women's Empowerment: An Assessment of the Gender-Related Development Index and the Gender Empowerment Measure". *Journal of Human Development and Capabilities* 4(3): 419–35.
- Charumilind, C., R. Kali e Y. Wiwattanakantang.** 2006. "Connected Lending: Thailand Before the Financial Crisis". *Journal of Business* 79(1): 181–218.
- Chattopadhyay, R. e E. Duflo.** 2004. "Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India". *Econometrica* 72(5): 1409–43.
- Cheibub, J. A., J. Gandhi e J. R. Vreeland.** 2009. "Democracy and Dictatorship Revisited Dataset". University of Illinois at Urbana-Champaign. netfiles.uic.edu/cheibub/www/DD_page.html. Acedido em 15 de Abril de 2010.
- Chen, Y. e H. Li.** 2009. "Mother's Education and Child Health: Is There a Nurturing Effect". *Journal of Health Economics* 28(2): 413–26.
- Chen, S. e M. Ravallion.** 2008. "The Developing World is Poorer Than We Thought, But No Less Successful in the Fight Against Poverty". Policy Research Working Paper 4703. Washington, DC: Development Research Group, Banco Mundial.
- China NDRC (National Development and Reform Commission).** 2006. "The Outline of the 11th Five-year Plan for National Economic and Social Development of the People's Republic of China". en.ndrc.gov.cn/hot/t20060529_71334.htm. Acedido em 15 de Julho de 2010.
- Clemens, M. A.** 2004. "The Long Walk to School: International Education Goals in Historical Perspective". Working Paper 37. Center for Global Development, Washington, DC.
- Cline, W.** 2008. *Global Warming and Agriculture: Impact Estimates by Country*. Washington, DC: Center for Global Development e Peterson Institute for International Economics.
- Coale, A.** 1991. "Excess Female Mortality and the Balance of the Sexes in the Population: An Estimate of 'Missing Females'". *Population and Development Review* 17(3): 517–23.
- Collier, P. e A. Hoeffer.** 2007. "Civil War". Em *Handbook of Defense Economics: Defense in a Globalized World*, eds. T. Sandler e K. Hartley. Amsterdã: Elsevier.
- Comin, D., B. Hobijn e E. Rovito.** 2008. "Technology Usage Lags". *Journal of Economic Growth* 13(4): 237–56.

- Commander, S.** 2010. "Employment Risk and Policy". Human Development Research Paper 30. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Commission on Growth and Development.** 2008. *The Growth Report: Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Commission on Human Security.** 2003. *Human Security Now*. Nova Iorque: Commission on Human Security.
- Cook, A. e B. Daponte.** 2008. "A Demographic Analysis of the Rise in the Prevalence of the US Population Overweight and/or Obese". *Population Research and Policy Review* 27(4): 403–26.
- Cooke, M., F. Mitrou, D. Lawrence, E. Guimond e D. Beavon.** 2007. "Indigenous Well-Being in Four Countries: An Application of the UNDP's Human Development Index to Indigenous Peoples in Australia, Canada, New Zealand, and the United States". *BioMed Central International Health and Human Rights* 7(9): 1–11.
- Cord, L., M. Verhoeven, C. Blomquist e B. Rijkers.** 2009. "The Global Economic Crisis: Assessing Vulnerability with a Poverty Lens". Policy Note. Banco Mundial, Washington, DC.
- Córdoba, J. e M. Ripoll.** 2008. "Endogenous TFP and Cross-country Income Differences". *Journal of Monetary Economics* 55(6): 1158–70.
- Cornia, G.** 2010. "Income Distribution under Latin America's New Left Regimes". *Journal of Human Development and Capabilities* 11(1): 85–114.
- Cornia, G. e J. Court.** 2001. *Inequality, Growth, and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization*. Helsínpquia: Universidade das Nações Unidas, Instituto Mundial para a Investigação do Desenvolvimento Económico.
- Cornia, G. A., S. Rosignoli e L. Tiberti.** 2007. *Globalisation and Health: Impact Pathways and Recent Evidence*. Santa Cruz, CA: University of California Santa Cruz, Center for Global, International and Regional Studies.
- Conselho da Europa, CDEG (Steering Committee for Equality between Women and Men).** 2009. "Sex-Disaggregated Statistics on the Participation of Women and Men in Political and Public Decision-Making in Council of Europe Member States: Situation as at 1 September 2008". Conselho da Europa, Estrasburgo, França.
- CPJ (Comité para a Protecção dos Jornalistas).** 2009. "Attacks on the Press Report 2009". Nova Iorque. www.cpj.org/attacks/. Acedido em 15 de Maio de 2010.
- CRED (Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes).** 2010. "EM-DAT: The International Disaster Database". Université Catholique de Louvain, Bélgica. www.emdat.be/advanced-search-details. Acedido em 15 de Abril de 2010.
- Crocker, D. A.** 2007. "Deliberative Participation in Local Development". *Journal of Human Development and Capabilities* 8(3): 431–55.
- Cubero, R. e I. V. Hollar.** 2010. "Equity and Fiscal Policy: The Income Distribution Effects of Taxation and Social Spending in Central America". IMF Working Paper 112. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Cuno, K. e M. Desai.** 2009. *Family, Gender, and Law in a Globalizing Middle East and South Asia*. Siracusa, Nova Iorque: Syracuse University Press.
- Cutler, D., A. Deaton e A. Lleras-Muney.** 2006. "The Determinants of Mortality". *Journal of Economic Perspectives* 20(3): 97–120.
- Cutler, D. e A. Lleras-Muney.** 2006. "Education and Health: Evaluating Theories and Evidence". Em *Making Americans Healthier: Social and Economic Policy as Health Policy*, eds. R. F. Schoeni, J. S. House, G. A. Kaplan e H. Pollack. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Cutler, D. e G. Miller.** 2005. "The Role of Public Health Improvements in Health Advances: The Twentieth-Century United States". *Demography* 42(1): 1–22.
- d'Aiglepiere, R. e L. Wagner.** 2010. "Aid and Universal Primary Education". Working Paper 20102. National Center for Scientific Research, Université d'Auvergne, França.
- Damodaran, H.** 2008. *India's New Capitalists: Caste, Business, and Industry in a Modern Nation*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Daponte, B. e R. Garfield.** 2000. "The Effect of Economic Sanctions on the Mortality of Iraqi Children Prior to the 1991 Persian Gulf War". *American Journal of Public Health* 90(4): 546–52.
- Dasgupta, A. e V. A. Beard.** 2007. "Community Driven Development, Collective Action and Elite Capture in Indonesia". *Development and Change* 38(2): 229–49.
- Davies, V.** 2007. "Capital Flight and War". Post-Conflict Transitions Working Paper 13. University of Oxford, Centre for the Study of African Economies and Department of Economics, Oxford, Reino Unido.
- Davies, R., M. Brumm, M. Manga, R. Rubiandini, R. Swarbrick e M. Tingay.** 2008. "The East Java Mud Volcano (2006 to Present): An Earthquake or Drilling Trigger?" *Earth and Planetary Science Letters* 272(3–4): 627–38.
- de Quadros, C. A., J. M. Olivé, C. Nogueira, P. Carrasco e C. Silveira.** 1998. "Expanded Program on Immunization". Em *Maternal Health and Child Health Activities at the Local Level: Toward the Goals of the World Summit for Children*, eds. Y. Benguiqui, S. Land, J. M. Paganini e J. Yunes. Washington, DC: Organização Pan-Americana da Saúde.
- De, A. e J. Drèze.** 1999. *Public Report on Basic Education in India*. Nova Deli: Oxford University Press.
- Deaton, A.** 2002. "Policy Implications of the Gradient of Health and Wealth". *Health Affairs* 21(2): 13–30.
- . 2007. "Global Patterns of Income and Health: Facts, Interpretations, and Policies". WIDER Annual Lecture 10. Universidade das Nações Unidas, Instituto Mundial para a Investigação do Desenvolvimento Económico, Helsínpquia.
- . 2008. "Income, Health, and Well-Being Around the World: Evidence from the Gallup World Poll". *Journal of Economic Perspectives* 22(2): 53–72.
- . 2009. *Instruments of Development: Randomization in the Tropics, and the Search for the Elusive Keys to Economic Development*. NBER Working Paper 14690. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- . 2010. "Instruments, Randomization, and Learning about Development". *Journal of Economic Literature* 48(2): 424–55.
- de la Paolera, G. e A. M. Taylor (Eds.).** 2003. *A New Economic History of Argentina*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Denison, E.** 1967. *Why Growth Rates Differ: Postwar Experience in Nine Western Countries*. Washington, DC: The Brookings Institution Press.
- Desai, M.** 2010. "Hope in Hard Times: Women's Empowerment and Human Development". Human Development Research Paper 14. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Di John, J.** 2009. *From Windfall to Curse? Oil and Industrialization in Venezuela, 1920 to the Present*. University Park, PA: Penn State University Press.
- Di Tella, R. e J. Dubra.** 2009. *The Interruption of a Policy for Less Corruption in the Health Sector, and Better Health Care in Argentina*. Cambridge, MA: Harvard Business School.
- Diaw, A., S. Guérineau e S. G. Jeanneney.** 2009. "Securing Fiscal Space for the Millennium Development Goals in Senegal". Em *Fiscal Space: Policy Options for Financing Human Development*, eds. R. Roy e A. Heuty. Londres: Earthscan.
- Diener, E. e R. Biswas-Diener.** 2000. "New Directions in Subjective Well-Being Research: The Cutting Edge". *Indian Journal of Clinical Psychology* 27: 21–33.
- Diener, E., R. Lucas, U. Schimmack e J. Helliwell.** 2009. *Well-Being for Public Policy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Diener, E. e M. Seligman.** 2004. "Beyond Money: Toward an Economy of Well-Being". *Psychological Science in the Public Interest* 5(1): 1–31.
- Donner, J.** 2008. "Research Approaches to Mobile Use in the Developing World: A Review of the Literature". *The Information Society* 24(3): 140–59.
- Drèze, J. e R. Khera.** 2010. "India's National Rural Employment Guarantee Act". PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Drèze, J. e A. Sen.** 1989. *Hunger and Public Action*. Oxford, Reino Unido: Clarendon Press.
- . 2002. *India: Development and Participation*. Nova Deli: Oxford University Press.
- Duarte, M. e D. Restuccia.** 2006. "The Productivity of Nations". *Federal Reserve Bank of Richmond Economic Quarterly* 92(3): 195–223.
- Duflo, E.** 2001. "Schooling and Labor Market Consequences of School Construction in Indonesia: Evidence from an Unusual Policy Experiment". *American Economic Review* 91(4): 795–813.
- . 2003. "Grandmothers and Granddaughters: Old-Age Pensions and Intrahousehold Allocation in South Africa". *World Bank Economic Review* 17(1): 1–25.
- Duflo, E., R. Hanna e S. Ryan.** 2009. "Incentives Work: Getting Teachers to Come to School". Applied Economics Workshop. University of Chicago Booth School of Business, Chicago, IL.
- Durlauf, S., P. A. Johnson e J. Temple.** 2005. "Growth Econometrics". Em *Handbook of Economic Growth*, eds. P. Aghion e S. Durlauf. Amesterdão: Elsevier.
- Easterlin, R. A.** 1995. "Will Raising the Incomes of All Increase the Happiness of All?" *Journal of Economic Behavior and Organization* 27(1): 35–47.
- Easterly, W.** 1999. "Life During Growth". *Journal of Economic Growth* 4(3): 239–76.
- . 2002. *The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- . 2006. *White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and So Little Good*. Nova Iorque: The Penguin Press.
- . 2009. "How the Millennium Development Goals are Unfair to Africa". *World Development* 37(1): 26–35.
- CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas).** 2010. "Gender Equality Observatory for Latin America and the Caribbean". Santiago. www.eclac.cl/oig/default.asp?idioma=IN. Acedido em 12 de Agosto de 2010.
- The Economist.** 1990. "United Nations Development Programme Includes Human Development Index in 1990 Report". *The Economist*. 26 de Maio.
- . 1991. "Measuring Human Development". *The Economist*. 25 de Maio.

- _____. 2007. "Slimy Business: The Mud Does Not Stick". *The Economist*. 29 de Novembro.
- _____. 2010. "The Worldwide War on Baby Girls". *The Economist*. 4 de Março.
- Edmonds, E.** 2005. "Does Child Labor Decline with Improving Economic Status?" *Journal of Human Resources* 40(1): 77–99.
- Edwards, M. e J. Gaventa.** 2001. *Global Citizen Action*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- AEA (Agência Europeia do Ambiente).** 2008. "EN15 Accidental Oil Spills from Marine Shipping". Copenhaga. http://themes.eea.europa.eu/Sectors_and_activities/energy/indicators/EN15%2C2008.11. Acedido em 18 de Junho de 2010.
- Eicher, T. e S. Turnovsky (Eds.).** 2003. *Inequality and Growth: Theory and Policy Implications*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Elson, D.** 2006. "The Changing Economic and Political Participation of Women: Hybridization, Reversals and Contradictions in the Context of Globalization". GEM-IWG Working Paper 8. Salt Lake City, UT: International Working Group on Gender, Macroeconomics, and International Economics.
- Elson, R. E.** 2001. *Suharto: A Political Biography*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Eurostat.** 2010. "European Union Statistics on Income and Living Conditions". Comissão Europeia, Bruxelas. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/eu_silc. Acedido em 15 de Abril de 2010.
- Evans, P.** 2010. "The Challenge of 21st Century Development: Building Capability-Enhancing States". Global Event Working Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Eyben, R.** 2004. "Who Owns a Poverty Reduction Strategy? A Case Study of Power, Instruments and Relationships in Bolivia". Em *Inclusive Aid: Changing Power and Relationships in International Development*, eds. L. Groves e R. Hinton. Londres: Earthscan.
- Faguet, J. P.** 2002. "Does Decentralization Increase Government Responsiveness to Local Needs? Evidence from Bolivia". Policy Research Working Paper 2516. Banco Mundial, Washington, DC.
- Fallon, P., S. Aiyar, L. Cui, M. Hussain, L. Redifer, N. Staines e R. Stern.** 2004. "Review of Recent IMF Experience in Post-Conflict Economies". Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação).** 2010a. "FAO Stat". Roma. <http://faostat.fao.org/>. Acedido em 19 de Maio de 2010.
- _____. 2010b. "Food Security Statistics". Roma. www.fao.org/economic/food-security-statistics/en/. Acedido em 30 de Junho de 2010.
- Ferreira, F. e N. Schady.** 2008. "Aggregate Economic Shocks, Child Schooling and Child Health". Policy Research Working Paper 4701. Banco Mundial, Washington, DC.
- Filmer, D. e L. Pritchett.** 1999. "The Impact of Public Spending on Health: Does Money Matter?" *Social Science and Medicine* 49(10): 1309–23.
- Fiszbein, A., N. Schady, F. Ferreira, M. Grosh, N. Keleher, P. Olinto e E. Skoufias.** 2009. *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Fogel, R. W.** 2004. *The Escape from Hunger and Premature Death, 1700–2100: Europe, America, and the Third World*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Foster, J., L. López-Calva e M. Szekely.** 2005. "Measuring the Distribution of Human Development: Methodology and an Application to Mexico". *Journal of Human Development* 6(1): 5–25.
- Franco, A., C. Alvarez-Dardet e M. Ruiz.** 2004. "Effect of Democracy on Health: Ecological Study". *British Medical Journal* 329(7480): 1421–23.
- Frankel, J.** 2010. "Mauritius: A Success Story". Apresentação no 10º aniversário do programa MPA/ID da Harvard Kennedy School. 15 de Maio, Cambridge, MA.
- Freeman, R.** 1998. "War of the Models: Which Labour Market Institutions for the 21st Century?" *Labour Economics* 5(1): 1–24.
- Friedman, S.** 2006. "Participatory Governance and Citizen Action in Post-Apartheid South Africa". International Institute for Labour Studies Discussion Paper 164. Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Fuchs, T. e L. Woessmann.** 2007. "What Accounts for International Differences in Student Performance: A Re-Examination Using PISA Data". *Empirical Economics* 32(2–3): 433–64.
- Fuentes-Nieva, R. e I. Pereira.** 2010. "The Disconnect Between Indicators of Sustainability and Human Development". Human Development Research Paper 34. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Fuentes-Nieva, R. e P. Seck (Eds.).** 2010. *Risk, Shocks and Human Development: On the Brink*. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Fukuda-Parr, S.** 2003. "The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities". *Feminist Economics* 9(2–3): 301–17.
- _____. 2007. "Has the Human Development Approach Influenced Policy? The Case of World Bank Flagship Reports". *Indian Journal of Human Development* 1(1): 153–60.
- Fukuda-Parr, S. e A. K. Shiva Kumar.** 2003. *Readings in Human Development*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Gallego, F.** 2010. "Historical Origins of Schooling: The Role of Democracy and Political Decentralization". *Review of Economics and Statistics* 92(2): 228–43.
- Sondagem Mundial da Gallup.** 2010. "Gallup". Washington, DC. www.gallup.com/home.aspx. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- Ganatra, B.** 2008. "Maintaining Access to Safe Abortion and Reducing Sex Ratio Imbalances in Asia". *Reproductive Health Matters* 16(31): 90–98.
- Gargarella, R.** 2002. "'Too Far Removed from the People': Access to Justice for the Poor: The Case of Latin America". Universidad Torcuato Di Tella, Buenos Aires.
- Gasper, D.** 2005. "Securing Humanity: Situating 'Human Security' as Concept and Discourse". *Journal of Human Development and Capabilities* 6(2): 221–45.
- Gauri, V.** 2002. "Brazil: Maternal and Child Health". Report 23811. Banco Mundial, Washington, DC.
- Gauri, V. e P. Khaleghian.** 2002. "Immunization in Developing Countries: Its Organizational and Political Determinants". *World Development* 30(12): 2109–32.
- Gaye, A. e S. Jha.** 2010. "A Review of Conceptual and Measurement Innovations in National and Regional Human Development Reports, 1998–2009". Human Development Research Paper 21. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Georgiadis, G., J. Pineda e F. Rodríguez.** 2010. "Has the Preston Curve Broken Down?" Human Development Research Paper 32. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Gertner, J.** 2010. "The Rise and Fall of the G.D.P.". The New York Times. 16 de Maio (Global Footprint Network). 2009. "The Ecological Footprint Atlas". Oakland, CA. www.footprintnetwork.org/atlas. Acedido em 15 de Junho de 2010.
- Gibney, M., L. Cornett e R. Wood.** 2010. "Political Terror Scale 1976–2008". Political Terror Scale. www.politicalterrorscale.org/. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- Gidwitz, Z., M. Heger, J. Pineda e F. Rodríguez.** 2010. "Understanding Performance in Human Development: A Cross-National Study". Human Development Research Paper 42. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Gittings, J.** 1990. "New Economic Indicator Puts Rich Countries under Microscope". The Guardian. 25 de Maio.
- Glewwe, P.** 1999. *The Economics of School Quality Investments in Developing Countries*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Glewwe, P. e M. Kremer.** 2006. "Schools, Teachers, and Education Outcomes in Developing Countries". Em *Handbook of the Economics of Education*, eds. E. A. Hanushek e F. Welch. Amsterdão: Elsevier.
- Fundo Mundial (Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária).** 2009. "Global Fund ARV Fact Sheet". Genebra.
- Gough, I. e J. A. McGregor (Eds.).** 2007. *Wellbeing in Developing Countries: New Approaches and Research Strategies*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Graham, C.** 2010. "The Challenges of Incorporating Empowerment into the HDI: Some Lessons from Happiness Economics and Quality of Life Research". Human Development Research Paper 13. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Graham, W., D. Braunholtz e O. Campbell.** 2010. "New Modelled Estimates of Maternal Mortality". *The Lancet* 375 (9730): 1963.
- Gray, G. e M. Purser.** 2010. "Human Development Trends since 1970: A Social Convergence Story". Human Development Research Paper 2. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Greaney, V., S. R. Khandker e M. Alam.** 1999. *Bangladesh: Assessing Basic Learning Skills*. Dhaka: University Press.
- Grimm, M. e I. Günther.** 2004. *How to Achieve Pro-Poor Growth in a Poor Economy: The Case of Burkina Faso*. Göttingen, Alemanha: University of Göttingen.
- Gupta, K. e P. P. Yesudian.** 2006. "Evidence of Women's Empowerment in India: A Study of Socio-Spatial Disparities". *GeoJournal* 65(4): 365–80.
- Gupta, S., M. Verhoeven e E. Tiengong.** 2003. "Public Spending on Health Care and the Poor". *Health Economics* 12(8): 685–96.
- Gwatkin, D., S. Rutstein, K. Johnson, E. Suliman, A. Wagstaff e A. Amouzou.** 2007. "Socio-Economic Differences in Health, Nutrition, and Population within Developing Countries: An Overview". Relatório Nacional sobre Saúde, Nutrição e População e sobre a Pobreza. Banco Mundial, Washington, DC.
- Hall, G. e H. A. Patrinos (Eds.).** 2010. *Indigenous Peoples, Poverty and Development*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Hamel, J. Y.** 2010. "ICT4D and the Human Development and Capability Approach". Human Development Research Paper 37. PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Hanlon, J., A. Barrientos e D. Hulme.** 2010. *Just Give Money to the Poor: The Development Revolution from the Global South*. Sterling, VA: Kumarian Press.
- Hanushek, E. A.** 1995. "Interpreting Recent Research on Schooling in Developing Countries". *World Bank Research Observer* 10(2): 227–46.
- Haq, K. e R. Ponzio (Eds.).** 2008. *Pioneering the Human Development Revolution: An Intellectual Biography of Mahbub ul Haq*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- Harding, R. e L. Wantchekon.** 2010. "The Political Economy of Human Development". Human Development Research Paper 29. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Harper, C., N. Jones, A. McKay e J. Espey.** 2009. "Children in Times of Economic Crisis: Past Lessons, Future Policies". ODI Background Note. Overseas Development Institute, Londres.
- Harttgen, K. e S. Klasen.** 2010. "A Household-Based Human Development Index". Human Development Research Paper 22. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Hausmann, R. e F. Rodriguez. A publicar. Venezuela: Anatomy of a Collapse.** Cambridge, MA: Harvard Kennedy School of Government.
- Hausmann, R., F. Rodriguez e R. Wagner.** 2008. "Growth Collapses". Em *Money, Crises and Transition: Essays in Honor of Guillermo A. Calvo*, eds. C. M. Reinhart, C. Végh e A. Velasco. Cambridge, MA: MIT Press.
- Hausmann, R., D. Rodrik e A. Velasco.** 2008. "Growth Diagnostics". Em *The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance*, eds. N. Serra e J. E. Stiglitz. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Hawken, A. e G. Munck.** 2009. "Cross-National Indices with Gender-Differentiated Data: What Do They Measure? How Valid Are They?" Documento Preliminar Técnico para o Relatório de Desenvolvimento Humano da Ásia e Pacífico sobre Género do PNUD (a publicar). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Helpman, E.** 1998. *General Purpose Technologies and Economic Growth*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Herrero, C., R. Martínez e A. Villar.** 2010. "Improving the Measurement of Human Development". Human Development Research Paper 12. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Heston, A., R. Summers e B. Aten.** 2009. "Penn World Table Version 6.3". University of Pennsylvania, Center for International Comparisons of Production, Income and Prices, Filadélfia, PA. http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt_index.php. Acedido em 15 de Julho de 2010.
- Heyzer, N. e M. Khor.** 1999. "Globalization and the Way Forward". *Development Outreach*, Verão de 1999. [ww.devoutreach.com/summer99/GlobalizationandtheWayForward/tabid/819/Default.aspx](http://www.devoutreach.com/summer99/GlobalizationandtheWayForward/tabid/819/Default.aspx). Acedido em 1 de Fevereiro de 2009.
- Hidalgo, C.** 2010. "Graphical Statistical Methods for the Representation of the Human Development Index and its Components". Human Development Research Paper 39. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Hobbes, T.** 1651. *Leviathan, or, the Matter, Forme, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press (Publicado em 1996).
- Hoddinott, J. e A. Quisumbing.** 2010. "Methods for Microeconomic Risk and Vulnerability Assessment". Em *Risk, Shocks and Human Development On the Brink*, eds. R. Fuentes-Nieva e P. Seck. Basington, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Hogan, M., K. Foreman, M. Naghavi, S. Ahn, M. Wang, S. Makela, A. Lopez, R. Lozano e C. Murray.** 2010. "Maternal Mortality for 181 Countries, 1980–2008: A Systematic Analysis of Progress Towards Millennium Development Goal 5". *The Lancet* 375 (9726): 1609–23.
- Horváth, B., A. Ivanov e M. Peleah.** 2010. "The Human Development Impact of the Global Crisis in Central, Eastern and Southern Europe and the CIS". Working Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Bratislava Regional Center, Bratislava.
- Houweling, T., C. Ronmans, O. Campbell e A. Kunst.** 2007. "Huge Poor—Rich Inequalities in Maternity Care: An International Comparative Study of Maternity and Child Care in Developing Countries". *Bulletin of the World Health Organization* 85(10): 733–820.
- Hulme, D. e S. Fukuda-Parr.** 2009. "International Norm Dynamics and 'the End of Poverty': Understanding the Millennium Development Goals (MDGs)". Brooks World Poverty Institute Working Paper 96. University of Manchester, Reino Unido.
- Hulme, D. e K. Moore.** 2008. "Assisting the Poorest in Bangladesh: Learning from BRAC's 'Targeting the Ultra Poor' Programme". Em *Social Protection for the Poor and Poorest: Concepts, Policies and Politics*, eds. A. Barrientos e D. Hulme. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Huntington, S.** 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Hurt, L. S., C. Ronmans e S. Saha.** 2004. "Effects of Education and Other Socioeconomic Factors in Middle Age Mortality in Rural Bangladesh". *Journal of Epidemiology and Community Health* 58(4): 315–20.
- Ibrahim, S. e S. Alkire.** 2007. "Agency and Empowerment: A Proposal for Internationally Comparable Indicators". *Oxford Development Studies* 35(4): 379–403.
- IDMC (Centro de Controlo de Deslocações Internas).** 2010. "Internal Displacement Monitoring Centre". Genebra. www.internal-displacement.org. Acedido em 15 de Abril de 2010.
- AIE (Agência Internacional de Energia).** 2009. *World Energy Outlook 2009*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos e AIE.
- Iglehart, J.** 2010. "Historic Passage—Reform at Last". *The New England Journal of Medicine* 362(14): 48.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho).** 2009. *World of Work Report: The Global Jobs Crisis*. Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho.
- . 2010a. "Accelerating a Job-Rich Recovery in G20 Countries: Building on Experience". Relatório apresentado aos Ministros do Trabalho e do Emprego do G-20. Secretariado Internacional do Trabalho, Washington, DC.
- . 2010b. *Global Employment Trends*. Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho.
- . 2010c. *Key Indicators on the Labour Market*, 6.ª edição. Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho.
- . 2010d. "LABORSTA Database". Employment by Occupation Data. Secretariado Internacional do Trabalho, Genebra. <http://laborsta.ilo.org/>. Acedido em 15 de Janeiro de 2010.
- Imai, K. e J. Weinstein.** 2000. "Measuring the Economic Impact of Civil War". CID Working Paper 51. Harvard University, Center for International Development, Cambridge, MA.
- FMI (Fundo Monetário Internacional).** 2009. *World Economic Outlook: Sustaining the Recovery*. Washington, DC.
- . 2010a. *Government Finance Statistics*. Washington, DC.
- . 2010b. *World Economic Outlook Update: An Update of the Key WEO Projections*. Washington, DC.
- UIP (União Interparlamentar).** 2010. "Women in Parliaments: World and Regional Averages". Genebra. www.ipu.org/wmn-e/world.htm. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- Ishida, H., W. Muller e J. M. Ridge.** 1995. "Class Origin, Class Destination, and Education: A Cross-National Study of Ten Industrial Nations". *American Journal of Sociology* 101(1): 145–93.
- ITOPF (International Tank Owners Pollution Federation Limited).** 2010. "ITOPF-Data and Statistics". Londres. www.itopf.com/information-services/data-and-statistics/index.html. Acedido em 17 de Junho de 2010.
- UIT (União Internacional de Telecomunicações).** 2009. "ICT Indicators Database 2009". *International Telecommunication Union*. www.itu.int/ITU-D/ict/publications/world/world.html. Acedido em 20 de Julho de 2010.
- Ivanov, A. e M. Peleah.** 2010. "From Centrally Planned to Human Development". Human Development Research Paper 38. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Jayadev, A.** 2010. "Global Governance and Human Development: Promoting Democratic Accountability and Institutional Experimentation". Human Development Research Paper 6. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Jayadev, A. e F. Rodriguez.** 2010. "The Declining Labor Share of Income". Human Development Research Paper 36. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Joe, W., U.S. Mishra e K. Navaneetham.** 2009. "Inequalities in Childhood Malnutrition in India: Some Evidence on Group Disparities". *Journal of Human Development and Capabilities* 10(3): 417–39.
- Johannes, T. A., T. Akwi e P. E. Anzah.** 2006. "The Distributive Impact of Fiscal Policy in Cameroon: Tax and Benefit Incidence". PMMA Working Paper 16. Otava: International Research Centre.
- Jolly, R.** 2010. "The UN and Development Policies". UN Intellectual History Project Briefing Note 7. Nações Unidas, Nova Iorque.
- Jolly, R., L. Emmerij e T. G. Weiss.** 2009. *UN Ideas That Changed the World*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Jones, C.** 2002. *Introduction to Economic Growth*. Nova Iorque: W.W. Norton.
- Jones, G., R. Steketee, R. Black, Z. Bhutta e S. Morris.** 2003. "How Many Child Deaths Can We Prevent This Year?" *The Lancet* 362 (9377): 65–71.
- Journal of Human Development and Capabilities.** 2003. "Special Issue on New Insecurities". *Journal of Human Development and Capabilities* 4(2).
- Kabeer, N.** 1999. "Resources, Agency, Achievement: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment". *Development as Change* 30(3): 435–64.
- Kahneman, D.** 1999. "Objective Happiness". Em *Well-Being: The Foundations of Hedonic Psychology*, eds. D. Kahneman, E. Diener e N. Schwarz. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Kahneman, D., E. Diener e N. Schwarz (Eds.).** 1999. *Well-Being: The Foundations of Hedonic Psychology*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Kahneman, D. e A. B. Krueger.** 2006. "Developments in the Measurement of Subjective Well-Being". *Journal of Economic Perspectives* 20(1): 3–24.
- Kaletsky, A.** 1990. "UN Adds a Human Element to Economics: Controversial New Way to Measure Development". *The Financial Times*. 25 de Maio.
- Kamal, N. e K. M. Zunaid.** 2006. "Education and Women's Empowerment in Bangladesh". Working Paper 11. Centre for Health, Population and Development at Independent University Bangladesh, Dhaka.
- Kanbur, R. e L. Squire.** 2001. "The Evolution of Thinking about Poverty: Exploring the Interactions". Em *Frontiers of Development Economics: The Future in Perspective*, eds. G. Meier e J. E. Stiglitz. Nova Iorque: Oxford University Press.

- Kant, I.** 1785. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Hamburgo, Alemanha: Felix Meiner Verlag (Impresso em 1952).
- Kasirye, I.** 2010. "What Are the Successful Strategies for Reducing Malnutrition among Young Children in East Africa?" Human Development Research Paper 15. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Kenny, C.** 2008. "The Global Expansion of Primary Education". http://charleskenny.blogspot.com/weblog/files/the_global_expansion.pdf. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- . 2009. "There's More to Life than Money: Exploring the Levels/Growth Paradox in Health and Education". *Journal of International Development* 21(1): 24–41.
- . 2010. *A publicar. Getting Better: Why Global Development is Succeeding—And How We Can Improve the World Even More*. Nova Iorque: Basic Books.
- Khang, Y., J. W. Lynch e G. A. Kaplan.** 2004. "Health Inequalities in Korea: Age- and Sex-Specific Educational Differences in the 10 Leading Causes of Death". *International Journal of Epidemiology* 33(2): 299–308.
- King Jr., M. L.** 1964. *Why Can't We Wait*. Nova Iorque: Signet Classics.
- Klasen, S.** 2000. "Does Gender Inequality Reduce Growth and Development? Evidence from Cross-Country Regressions". Collaborative Research Center 386, Discussion Paper 212. Institute for Statistics, Munique, Alemanha.
- . 2002. "Low Schooling for Girls, Slower Growth for All? Cross-Country Evidence on the Effect of Gender Inequality in Education on Economic Development". *World Bank Economic Review* 16(3): 345–73.
- . 2006. "Special Issue: Revisiting the Gender-Related Development Index and Gender Empowerment Measure". *Journal of Human Development and Capabilities* 7(2).
- Klasen, S. e D. Schüler.** 2010. "Reforming the Gender-Related Development Index (GDI) and the Gender Empowerment Measure (GEM): Implementing Some Specific Proposals". IAI Discussion Paper 186. Ibero America Institute for Economic Research, Göttingen, Alemanha.
- Klasen, S. e C. Wink.** 2009. "A Turning-Point in Gender Bias in Mortality? An Update on the Number of Missing Women". Em *Gender and Discrimination: Health, Nutritional Status and the Role of Women in India*, eds. M. Pal, P. Bharati, B. Ghosh e T. S. Vasulu. Nova Deli: Oxford University Press.
- Knowles, C., E. Pernia e M. Racelis.** 1999. "Social Consequences of the Financial Crisis in Asia: The Deeper Crisis". Economic and Development Resource Center Briefing Note 16. Banco de Desenvolvimento Asiático, Manila.
- Kovacevic, M.** 2010a. "Measurement of Inequality in Human Development – A Review". Human Development Research Paper 35. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- . 2010b. "Review of Critiques to HDI and Potential Improvements". Human Development Research Paper 33. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Krueger, A.** 2008. "Comments on Economic Growth and Subjective Well-Being: Reassessing the Easterlin Paradox". *Brookings Papers on Economic Activity* 1: 95–100.
- Krugman, P.** 2007. *The Conscience of a Liberal*. Nova Iorque: W.W. Norton.
- Kruk, M., S. Galea, M. Prescott e L. Freedman.** 2007. "Health Care Financing and Utilization of Maternal Health Services in Developing Countries". *Health Policy and Planning* 22(5): 303–10.
- Kudamatsu, M.** 2007. "Has Democratization Reduced Infant Mortality in Sub-Saharan Africa? Evidence from Micro Data". Discussion Paper 685. Institute of Social and Economic Research, Osaka University, Japão.
- Kumar, A.** 2010. "A Review of Human Development Trends in South Asia 1990–2009". Human Development Research Paper 44. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Kuznets, S.** 1955. "Economic Growth and Income Inequality". *American Economic Review* 45(1): 1–28.
- Lacina, B. e N. P. Gleditsch.** 2005. "Monitoring Trends in Global Combat: A New Dataset of Battle Deaths". *European Journal of Population* 21(2–3): 145–66.
- Lake, D. A. e M. Baum.** 2001. "The Invisible Hand of Democracy: Political Control and the Provision of Public Services". *Comparative Political Studies* 34(6): 587–621.
- Legovini, A.** 2006. "Measuring Women's Empowerment in Ethiopia: The Women's Development Initiatives Project". Em *Empowerment in Practice: From Analysis to Implementation*, eds. R. Alsop, M. Berthelsen e J. Holland. Washington, DC: Banco Mundial.
- Leith, J. C.** 2005. *Why Botswana Prospered*. Quebec, Canadá: McGill's-Queens University Press.
- Levine, R.** 2004. *Millions Saved: Proven Successes in Global Health*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Li, H. e L. Meng.** 2005. *The Human Cost of China's Industrial Growth*. College Park, MD: University of Maryland, Department of Economics.
- Lindauer, D. e L. Pritchett.** 2002. "What's the Big Idea? The Third Generation of Policies for Economic Growth". *Economica* 3(1): 1–39.
- LIS (Luxembourg Income Study).** 2009. "Luxembourg Income Study Project". www.lisproject.org/techdoc.htm. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- Little, I., T. Scitovsky e M. Scott.** 1970. *Industry and Trade in Some Developing Countries*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Liu, M.** 2010. "Human Development in East and Southeast Asian Economies: (1990–2010)". Human Development Research Paper 17. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Lokshin, M. e M. Ravallion.** 2005. "Self-Rated Power and Welfare in Russia". Em *Empowerment: Cross-Disciplinary Perspectives Measuring*, ed. D. Narayan. Washington, DC: Banco Mundial.
- López-Calva, L. e N. Lustig (Eds.).** 2010. *Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?* Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Lustig, N.** 2000. "Crises and the Poor: Socially Responsible Macroeconomics". *Economía* 1(1): 1–19.
- Ma, X.** 2001. "Stability of Socio-Economic Gaps in Mathematics and Science Achievement among Canadian Schools". *Canadian Journal of Education* 26(1): 97–118.
- Maddison, A.** 2007. *Contours of the World Economy, 1–2030 AD*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos.
- . 2010. *Historical Statistics of the World Economy: 1–2008 AD*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos.
- Mansuri, G. e V. Rao.** 2010. *Localizing Development: Has the Participatory Approach Worked?* Washington, DC: Banco Mundial.
- Marglin, S.** 2008. *The Dismal Science: How Thinking Like an Economist Undermines Community*. Nova Iorque: Faber and Faber Ltd.
- Marone, H., N. Thelen e N. Gulasan.** 2009. "The Economic Crisis: Assessing Vulnerability in Human Development". UNDP/ODS Working Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Office of Development Studies, Nova Iorque.
- Marshall, M. e K. Jagers.** 2010. "Polity IV Project, Political Regime Characteristics and Transitions, 1800–2008". Integrated Network for Societal Conflict Research Program. University of Maryland, Center for International Development and Conflict Management, College Park, MD.
- Maundu, J.** 1988. "Family Background and Student Achievement". *Kenyan Journal of Education* 4(1): 53–87.
- Mayer-Foulkes, D.** 2010. "Divergences and Convergences in Human Development". Human Development Research Paper 20. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- McGuire, J.** 2010. "Political Factors and Health Outcomes: Insights from Argentina's Provinces". Human Development Research Paper 25. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- McLeod, D. e M. Dávalos.** 2008. "Sustainable Post-Conflict Employment Creation: From Stabilization to Poverty Reduction". UNDP Poverty Group Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Measure DHS.** 2010. "Demographic and Health Surveys". www.measuredhs.com/. Acedido em 10 de Maio de 2010.
- Mejía, D. e M. St-Pierre.** 2008. "Unequal Opportunities and Human Capital Formation". *Journal of Development Economics* 86(2): 395–413.
- Micklewright, J. e K. Stewart.** 2001. "Poverty and Social Exclusion in Europe: European Comparisons and Impact of Enlargement". *New Economy* 8(2): 104–09.
- Miguel, E. e M. Kremer.** 2004. "Worms: Identifying Impacts on Education and Health in the Presence of Treatment Externalities". *Econometrica* 72(1): 159–217.
- Milanovic, B.** 1998. *Income, Inequality, and Poverty During the Transition from Planned to Market Economy*. Washington, DC: Banco Mundial.
- . 2009. "Global Inequality Recalculated: The Effect of New 2005 PPP Estimates on Global Inequality". Policy Research Working Paper 5061. Banco Mundial, Washington, DC.
- Miller, C.** 2008. "Evaluation of Mchinji Cash Transfer". Research and Policy to Promote Child and Health Development. <http://childresearchpolicy.org/mchinjicashttransfer.html>. Acedido em 18 de Maio de 2010.
- Mink, S. D.** 1993. "Poverty, Population and the Environment". Discussion Paper 189. Banco Mundial, Washington, DC.
- Minoiu, C. e S. Reddy.** 2007. "Aid Does Matter, After All: Revisiting the Relationship Between Aid and Growth". *Challenge* 50(2): 39–58.
- . 2010. "Development Aid and Economic Growth: A Positive Long-Run Relation". *Quarterly Review of Economics and Finance* 50(1): 27–39.
- Minujina, A. e E. Delamonica.** 2003. "Mind the Gap! Widening Child Mortality Disparities". *Journal of Human Development and Capabilities* 4(3): 397–418.
- Mody, A.** 2010. "Who Fell in 2009: Those with Current Account Deficits or with Extra Froth?" Vox, Londres. <http://voxeu.org/index.php?q=node/4507>. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- Mookherjee, D.** 2005. "Is There Too Little Theory in Development Economics Today?" *Economic and Political Weekly* 40(40): 4328–33.

- Moreno, M. e F. Rodríguez.** 2009. "Plenty of Room? Fiscal Space in a Resource-Abundant Economy: The Case of Venezuela". Em *Fiscal Space: Policy Options for Financing Human Development*, eds. R. Roy e A. Heuty. Londres: Earthscan.

Moreno-Lopez, P., L. Bandiera, M. Prasad, S. Zeikate, B. Mukhopadhyay, K. Kalonji, F. Painchaud, A. Unigovskaya, J. De e S. Mockler. 2009. *Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative and Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI)—Status of Implementation*. Washington, DC: Associação Internacional para o Desenvolvimento e Fundo Monetário International.

Moyo, D. 2009. *Dead Aid: Why Aid is Not Working and How There is a Better Way for Africa*. Nova Iorque: Farrar, Straus e Giroux.

Munck, G. e J. Verkuilen. 2002. "Conceptualizing and Measuring Democracy". *Comparative Political Studies* 35(1): 5–34.

Mwabu, G. e A. Fosu. 2010. "Human Development in Africa". Human Development Research Paper 8. PNUD—GRDH, Nova Iorque.

Myrdal, G. 1957. *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. Londres: Duckworth.

Narayan, D. 2005. *Measuring Empowerment: Cross-Disciplinary Perspectives*. Washington, DC: Banco Mundial.

Narayan, D., R. Chambers, M. Kaul Shah e P. Petesch. 1999. *Voices of the Poor: Global Synthesis*. Washington, DC: Banco Mundial.

Narayan, D., R. Patel, K. Schafft, A. Rademacher e S. Koch-Schulte. 2000. *Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?* Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Narayan, D. e P. Petesch. 2007. *Moving Out of Poverty: Cross-Disciplinary Perspectives on Mobility*. Washington, DC: Banco Mundial.

Narayana, D. 2008. "Intensifying Infant Mortality Inequality in India and a Reversal by Policy Intervention". *Journal of Human Development and Capabilities* 9(2): 265–81.

Nath, S., K. Sylva e J. Grimes. 1997. "Raising Basic Education Levels for the Children of Rural Bangladesh: The Impact of a Non-Formal Education Programme". *International Review of Education* 45(1): 5–26.

Nattrass, N. e J. Seekings. 2001. "Democracy and Distribution in Highly Unequal Economies: The Case of South Africa". *Journal of Modern African Studies* 39(3): 471–98.

Nayyar, D. 2008. "Learning to Unlearn from Development". *Oxford Development Studies* 36(3): 259–80.

Nelson, G., M. Rosegrant, J. Koo, R. Robertson, T. Sulser, T. Zhu, C. Ringler, S. Msangi, A. Palazzo, M. Batka, M. Magalhães, R. Valmonte-Santos, M. Ewing e D. Lee. 2009. *Climate Change: Impact on Agriculture and Costs of Adaptation*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Nelson, J. e D. Prescott. 2008. *Business and the Millennium Development Goals: A Framework for Action*, 2.ª edição. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e International Business Leaders Forum.

Neumayer, E. 2010a. "Human Development and Sustainability". Human Development Research Paper 5. PNUD—GRDH, Nova Iorque.

—. 2010b. *Weak Versus Strong Sustainability. Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms*, 3.ª edição. Northampton, Reino Unido: Edward Elgar Publishing Ltd.

Nielson, H. D. 2009. *Moving Towards Free Primary Education: Policy Issues and Implementation Challenges*. Nova Iorque: Fundo das Nações Unidas para a Infância e Banco Mundial.

NOIA (National Ocean Industries Association). 2006. "Oil in the Sea III: Inputs, Fates and Effects". Washington, DC. www.noia.org/web-site/article.asp?id=129. Acedido em 18 de Junho de 2010.

Nussbaum, M. 2000. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

—. 2005. "Women's Bodies: Violence, Security, Capabilities". *Journal of Human Development and Capabilities* 6(2): 167–83.

O'Brien, D. 2010. *When Women Matter: Linking Women's Descriptive and Substantive Representation*. St. Louis, MO: Center for New Institutional Social Sciences.

Ocampo, J. A., R. Vos e J. K. Sundaram. 2007. *Growth Divergences: Explaining Differences in Economic Performance*. Nova Iorque: Zed Books para as Nações Unidas.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos). 2008a. *2008 Survey on Monitoring the Paris Declaration: Making Aid More Effective by 2010*. Paris.

—. 2008b. *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*. Paris.

—. 2009. "LMF5: Gender Pay Gaps for Full-Time Workers and Earnings Differentials by Educational Attainment". Paris. www.oecd.org/dataoecd/29/63/38752746.pdf. Acedido em 25 de Abril de 2010.

—. 2010. "Measuring the Progress of Societies". Paris. www.oecd.org/pages/0,3417,en_40033426_40033828_1_1_1_1,00.html. Acedido em 15 de Agosto de 2010.

OCDE/CAD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos e Comité de Ajuda ao Desenvolvimento). 2010a. "Creditor Reporting System Database". www.oecd.org/dac/stats/idsonline. Acedido em 15 de Maio de 2010.

—. 2010b. "Development Aid Rose in 2009 and Most Donors Will Meet 2010 Aid Targets". Newsroom. 14 de Abril. www.oecd.org/document/11/0,3343,en_21571361_44315115_44981579_1_1_1_1,00.html. Acedido em 24 de Junho de 2010.

OEppen, J. e J.W. Vaupel. 2002. "Broken Limits to Life Expectancy". *Science* 296 (5570): 1029–32.

Olavarria-Gambi, M. 2003. "Poverty Reduction in Chile: Has Economic Growth Been Enough?" *Journal of Human Development and Capabilities* 4(1): 103–23.

Olshansky, S., D. Passaro, R. Hershow, J. Layden, B. Carnes, J. Brody, L. Hayfick, R. Butler, D. Allison e D. Ludwig. 2005. "A Potential Decline in Life Expectancy in the United States in the 21st Century". *New England Journal of Medicine* 352(11): 1138–45.

Oman Ministry of National Economy. 2003. *Oman Human Development Report 2003*. Muscat.

Osmani, S. R. 2005. "Poverty and Human Rights: Building on the Capability Approach". *Journal of Human Development and Capabilities* 6(2): 205–19.

Osmani, S. R. e A. Sen. 2003. "The Hidden Penalties of Gender Inequality: Fetal Origins of Ill-Health". *Economics and Human Biology* 1(1): 105–21.

Ostrom, E. 1996. "Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development". *World Development* 24(6): 1073–87.

Ottoson, D. 2009. *State-Sponsored Homophobia: A World Survey of Laws Prohibiting Same Sex Activity Between Consenting Adults*. Bruxelas: Associação International de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo.

Oxfam International. 2007. "Africa's Missing Billions: International Arms Flows and the Cost of Conflict". Briefing Paper 107. Oxford, Reino Unido.

Pagliani, P. 2010. "Influence of Regional, National, and Sub-national HDRs". Human Development Research Paper 19. PNUD—GRDH, Nova Iorque.

Panagariya, A. 2008. *India: the Emerging Giant*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Parks, R., P. Baker, L. Kiser, R. Oakerson, E. Ostrom, V. Ostrom, S. Percy, M. Vandivort, G. Whitaker e R. Wilson. 1999. "Consumers as Coproducers of Public Services: Some Economic and Institutional Considerations". Em *Polycentricity and Local Public Economies: Readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis*, ed. M. D. McGinnes. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Pestoff, V. 2009. "Towards a Paradigm of Democratic Participation: Citizen Participation and Co-Production of Personal Social Services in Sweden". *Annals of Public and Cooperative Economics* 80(2): 197–224.

Piketty, T. 2000. "Theories of Persistent Inequality and Intergenerational Mobility". Em *Handbook of Income Distribution*, 1.ª edição, eds. A. Atkinson e F. Bourguignon. Amesterdão: Elsevier.

Pineda, J. e F. Rodríguez. 2006. "The Political Economy of Investment in Human Capital". *Economics of Governance* 7(2): 167–93.

—. 2010. "Curse or Blessing? Natural Resources and Human Development". Human Development Research Paper 4. PNUD—GRDH, Nova Iorque.

Pinkovskiy, M. e X. Sala-i-Martin. 2009. *Parametric Estimations of the World Distribution of Income*. NBER Working Paper 15433. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

—. 2010. *African Poverty is Falling... Much Faster Than You Think!* NBER Working Paper 15775. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

Pirttilä, J. e R. Uusitalo. 2010. "A 'Leaky Bucket' in the Real World: Estimating Inequality Aversion Using Survey Data". *Economica* 77(305): 60–76.

PNUD Argentina (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). 2002. *Aportes para el Desarrollo Humano de la Argentina 2002: Un Enfoque Integral*. Buenos Aires.

PNUD Mexico (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). 2003. *Informe Sobre Desarrollo Humano México 2002*. Cidade do México: Mundi-Prensa México.

PNUD Tunisie (Le Programme des Nations Unies pour le Développement). 2001. *Rapport sur le Développement Humain en Tunisie*. Tunas.

Pogge, T. 2009. *Developing Morally Plausible Indices of Poverty and Gender Equity: A Research Program*. Nova Iorque: New York University Institute for Public Knowledge.

Polanyi, K. 2002. "The Great Transformation". Em *Readings in Economic Sociology*, ed. N. W. Biggart. Oxford, Reino Unido: Blackwell Publishers Ltd.

Prahhalad, C. K. 2004. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid*. Upper Saddle River, NJ: Wharton School Publishing.

Prasad, N. 2008. "Policies for Redistribution: The Use of Taxes and Social Transfers". ILO Discussion Paper DP/194/2008. Secretariado International do Trabalho, Genebra.

Preston, S. H. 1975. "The Changing Relation Between Mortality and Level of Economic Development". *Population Studies* 29(2): 231–48.

Pritchett, L. 1997. "Divergence, Big Time". *The Journal of Economic Perspectives* 11(3): 3–17.

- . 2002. *When Will They Ever Learn? Why All Governments Produce Schooling*. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School of Government e Center for Global Development.
- . 2006. "Does Learning to Add up Add up? The Returns to Schooling in Aggregate Data". Em *Handbook of the Economics of Education*, eds. E. A. Hanushek e F. Welch. Amsterdão: Elsevier.
- . 2010. "Birth Satisfaction Units (BSU): Measuring Cross-National Differences in Human Well-Being". Human Development Research Paper 3. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Pritchett, L. e R. Murgai. 2007. "Teacher Compensation: Can Decentralization to Local Bodies Take India from Perfect Storm Through Troubled Waters to Clear Sailing?" Em *India Policy Forum* 2006–07, eds. S. Bery, B. P. Bosworth e A. Panagariya. Nova Deli e Washington, DC: National Council of Applied Economic Research e Brookings Institution.
- Pritchett, L. e L. Summers. 1996. "Wealthier is Healthier". *Journal of Human Resources* 31(4): 841–68.
- Pritchett, L. e M. Viarengo. 2010. "Explaining the Cross-National and Time Series Variation in Life Expectancy: Income, Women's Education, Shifts, and What Else?" Human Development Research Paper 31. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Pritchett, L., M. Woolcock e M. Andrews. 2010. "Capability Traps? The Mechanisms of Persistent Implementation Failure". World Development Report Working Paper 11. Banco Mundial, Washington, DC.
- Przeworski, A. 2004. "Democracy and Economic Development". Em *The Evolution of Political Knowledge*, eds. E. Mansfield e R. Sisson. Columbus, OH: Ohio State University Press.
- Przeworski, A., M. Alvarez, J. A. Cheibub e F. Limongi. 2000. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Qian, Y. 2003. "How Reform Worked in China". Em *In Search of Prosperity*, ed. D. Rodrik. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rajan, R. e A. Subramanian. 2008. "Aid and Growth: What Does the Cross-Country Evidence Really Show?" *The Review of Economics and Statistics* 90(4): 643–65.
- Rajan, R. e L. Zingales. 2003. *Saving Capitalism from the Capitalists: Unleashing the Power of Financial Markets to Create Wealth and Spread Opportunity*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rajaratnam, J., J. Marcus, A. Fraxman, H. Wang, A. Levin-Rector, L. Dwyer, M. Costa, A. Lopez e C. Murray. 2010. "Neonatal, Postneonatal, Childhood, and Under-5 Mortality for 187 Countries, 1970–2010: A Systematic Analysis of Progress Towards Millennium Development Goal 4". *The Lancet* 375 (9730): 1988–2008.
- Ranis, G. e F. Stewart. 2000. "Strategies for Success in Human Development". *Journal of Human Development* 1(1): 49–70.
- . 2010. "Success and Failure in Human Development, 1970–2007". Human Development Research Paper 10. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Ranis, G., F. Stewart e A. Ramirez. 2000. "Economic Growth and Human Development". *World Development* 28(2): 197–220.
- Ranis, G., F. Stewart e E. Samman. 2006. "Human Development: Beyond the Human Development Index". *Journal of Human Development* 7(3): 323–58.
- Ravallion, M. 1996. "How Well Can Method Substitute for Data? Five Experiments in Poverty Analysis". *The World Bank Research Observer* 11(2): 199–221.
- Rawls, J. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Raworth, K. e D. Stewart. 2002. "Critiques of the Human Development Index: A Review". Em *Readings in Human Development, Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*, eds. S. Fukuda-Parr e A. K. Shiva Kumar. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Reinhart, C. M. e K. Rogoff. 2009. *This Time is Different. Eight Hundred Years of Financial Folly*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Repórteres Sem Fronteiras. 2009. "Press Freedom Index". <http://en.rsf.org/press-freedom-index-2009,1001.html>. Acedido em 15 de Abril de 2010.
- Richardson, H. S. 2006. *Democratic Autonomy: Public Reasoning about the Ends of Policy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Ridde, V. e A. Diarra. 2009. "A Process Evaluation of User Fees Abolition for Pregnant Women and Children under Five in Two Districts in Niger (West Africa)". *BioMed Central Health Services Research* 9(89).
- Riley, J. C. 2001. *Rising Life Expectancy: A Global History*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- . 2005. *Poverty and Life Expectancy*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Risse, M. 2009. "Immigration, Ethics and the Capabilities Approach". Human Development Research Paper 2009/34. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Robalino, D., M. Vodopivec e A. Bodor. 2009. "Savings for Unemployment in Good and Bad Times: Options for Developing Countries". IZA Discussion Paper 4516. Banco Mundial e Institute for the Study of Law, Washington, DC.
- Robeyns, I. 2003. "Sen's Capability Approach and Gender Inequality: Selecting Relevant Capabilities". *Feminist Economics* 9(2–3): 61–92.
- Rodríguez, F. 2006. "The Anarchy of Numbers: Understanding the Evidence on Venezuelan Economic Growth". *Canadian Journal of Development Studies* 27(4): 503–29.
- . 2007. "Cleaning Up the Kitchen Sink: Growth Empirics When the World is Not Simple". Working Paper. Wesleyan University, Middletown, CT.
- Rodrik, D. 1998. "Why Do More Open Economies have Bigger Governments?" *Journal of Political Economy* 106(5): 997–1032.
- . (Ed.) 2003. *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- . 2006. "Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform". *Journal of Economic Literature* 44(4): 973–87.
- . 2007. *One Economics, Many Recipes: Globalizations, Institutions, and Economic Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rodrik, D. e R. Hausmann. 2003. "Economic Development as Self-Discovery". *Journal of Development Economics* 72(2): 603–33.
- Roemer, J. E. 1998. *Equality of Opportunity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Rowbottom, S. 2007. *Giving Girls Today and Tomorrow: Breaking the Cycle of Adolescent Pregnancy*. Nova Iorque: Fundo das Nações Unidas para a População.
- Roxton, P. e D. G. Altman. 1994. "Regression Using Fractional Polynomials of Continuous Covariates: Parsimonious Parametric Modelling". *Applied Statistics* 43(3): 429–67.
- Sachs, J. D., J. W. McArthur, G. Schmidt-Traub, M. Kruk, C. Bahadur, M. Faye e G. McCord. 2004. "Ending Africa's Poverty Trap". *Brookings Papers on Economic Activity* 35(1): 217–30.
- Salehi-Isfahani, D. 2010. "Human Development in the Middle East and North Africa". Human Development Research Paper 26. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Schor, J. B. 1992. *The Overworked American: The Unexpected Decline of Leisure*. Nova Iorque: Basic Books.
- Schultz, G. F. 1993. "Socioeconomic Advantage and Achievement Motivation: Important Mediators of Academic Performance in Minority Children in Urban Schools". *The Urban Review* 25(3): 221–32.
- Sen, A. 1983. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 1985a. *Commodities and Capabilities*. Amsterdão: Elsevier.
- . 1985b. "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984". *The Journal of Philosophy* 82(4): 169–221.
- . 1999. *Development as Freedom*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- . 2002. *Rationality and Freedom*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- . 2003. "Missing Women Revisited". *British Medical Journal* 327(7427): 1297–98.
- . 2004. "Elements of a Theory of Human Rights". *Philosophy and Public Affairs* 32(4): 315–56.
- . 2005. "Human Rights and Capabilities". *Journal of Human Development and Capabilities* 6(2): 151–166.
- . 2009a. "Foreword". Em *Handbook of Human Development*, eds. S. Fukuda-Parr e A. K. Shiva Kumar. Nova Deli: Oxford University Press.
- . 2009b. *The Idea of Justice*. Londres: Penguin.
- Sen, G., A. Iyer e C. Mukherjee. 2009. "A Methodology to Analyse the Intersections of Social Inequalities in Health". *Journal of Human Development and Capabilities* 10(3): 397–415.
- Seneviratne, K. 1999. "Has Asia Succumbed to Western Agenda?" *The Straits Times*. 26 de Outubro.
- Seth, S. 2009. "Inequality, Interactions, and Human Development". *Journal of Human Development and Capabilities* 10(3): 375–96.
- Shiva Kumar, A. K. 2007. "Why Are Levels of Child Malnutrition High?" *The Hindu*. 22 de Junho.
- Shryock, H. e J. Siegel. 1980. *The Methods and Materials of Demography*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2010a. *Correspondence on Arms Transfers*. Estocolmo.
- . 2010b. *Correspondence on Military Expenditure*. Estocolmo.
- Sirimanne, S. 2009. *Emerging Issue: The Gender Perspectives of the Financial Crisis*. Nova Iorque: Comissão sobre o Estatuto da Mulher.
- Skoufias, E. 2003. "Economic Crisis and Natural Disasters: Coping Strategies and Policy Implications". *World Development* 31(7): 1087–1102.
- Soares, R. R. 2007. "On the Determinants of Mortality Reductions in the Developing World". *Population and Development Review* 33(2): 247–87.

- Southgate, D.** 1990. "The Causes of Land Degradation along Spontaneously Expanding Agricultural Frontiers in the Third World". *Land Economics* 66(1): 93–101.
- Srinivasan, T. N.** 1994. "Human Development: A New Paradigm or Reinvention of the Wheel?" *The American Economic Review* 84(2): 238–43.
- Staines, N.** 2004. "Economic Performance Over the Conflict Cycle". IMF Working Paper 95. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Stasavage, D.** 2005. "Democracy and Education Spending in Africa". *American Journal of Political Science* 49(2): 343–58.
- Stern, N.** 2006. *The Economics of Climate Change: The Stern Review*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Stevenson, B. e J. Wolfers.** 2008. "Economic Growth and Subjective Well-Being: Reassessing the Easterlin Paradox". *Brookings Papers on Economic Activity* 1: 1–87.
- Stewart, F.** 2009. "Horizontal Inequality: Two Types of Trap". *Journal of Human Development and Capabilities* 10(3): 315–40.
- . 2010. "Power and Progress: The Swing of the Pendulum". *Journal of Human Development and Capabilities* 11(3): 371–95.
- Stewart, F., G. Brown e L. Mancini.** 2005. "Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement". CRISE Working Paper 19. Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido.
- Stewart, K.** 2010. "Human Development in Europe". Human Development Research Paper 7. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Stiglitz, J. E. e Membros da UN Commission of Financial Experts.** 2010. *The Stiglitz Report: Reforming the International Monetary and Financial Systems in the Wake of the Global Crisis*. Nova Iorque: The New Press.
- Stiglitz, J. E., A. Sen e J. Fitoussi.** 2009. "Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress". Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris.
- The Straits Times.** 1990. "Spore trails Hong Kong and Seoul in Human Resources Development". *The Straits Times*. 29 de Maio.
- Strauss, J. e D. Thomas.** 1998. "Health, Nutrition, and Economic Development". *Journal of Economic Literature* 36(2): 766–817.
- . 2008. "Health Over the Life Course". Em *Handbook of Development Economics*, 4.ª edição, eds. T. Schultz e J. Strauss. Amsterdã: Elsevier.
- Stuckler, D., S. Basu e M. McKee.** 2010. "Drivers of Inequality in Millennium Development Goal Progress: A Statistical Analysis". *PLoS Medicine* 7(3).
- Subramanian, A. e R. Devesh.** 2003. "Who Can Explain the Mauritian Miracle: Meade, Romer, Sachs, or Rodrik?" Em *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*, ed. D. Rodrik. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Tajbakhsh, S. e A. M. Chenoy.** 2007. *Human Security: Concepts and Implications*. Nova Iorque: Routledge.
- Tansel, A.** 2002. "Determinants of School Attainment of Boys and Girls in Turkey: Individual, Household and Community Factors". *Economics of Education Review* 21(5): 455–70.
- Tanzi, V. e L. Schuknecht.** 2000. *Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Tavares, J. e R. Wacziarg.** 2001. "How Democracy Affects Growth". *European Economic Review* 45(8): 1341–78.
- Theude, N.** 2009. "Decentralization, Democracy and Human Rights: A Human Rights-Based Analysis of the Impact of Local Democratic Reforms on Development". *Journal of Human Development and Capabilities* 10(1): 103–23.
- Thomas, V., Y. Wang e X. Fan.** 2001. "Measuring Education Inequality: Gini Coefficients of Education". Policy Research Working Paper 2525. Banco Mundial, Washington, DC.
- Treisman, D.** 2010. "Death and Prices: The Political Economy of Russia's Alcohol Crisis". *Economics of Transition* 18(2): 281–331.
- Tsai, M.** 2006. "Does Political Democracy Enhance Human Development in Developing Countries? A Cross-National Analysis". *American Journal of Economics and Sociology* 65(2): 233–68.
- Twaweza.** 2010. "Twaweza: Ni Sisi [We Can Make It Happen: It's Us]". Dar es Salaam. twaweza.org/. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- UCDP e PRIO (Uppsala Conflict Data Program e International Peace Research Institute).** 2009. "UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset". Centre for the Study of Civil War, Oslo. www.prio.no/CSCW/Datasets/Armed-Conflict/UCDP-PRIO/. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- UIA (Union of International Associations).** 2010. "UIA Databases". www.uia.be/. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- ul Haq, M.** 1973. "System is to Blame for the 22 Wealthy Families". *The London Times*. 22 de Março.
- . 1995. *Reflections on Human Development*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- ONU (Organização das Nações Unidas).** 2000. "We Can End Poverty 2015: Millennium Development Goals". Nova Iorque. www.un.org/millenniumgoals/. Acedido em 20 de Novembro de 2009.
- . 2009. *The Millennium Development Goals Report 2009*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- . 2010a. "Human Security Report of the Secretary-General". 64.ª Sessão, Pontos 48 e 114 da Ordem de Trabalhos, A/64/701. Assembleia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque.
- . 2010b. "Progress to Date and Remaining Gaps in the Implementation of the Outcomes of the Major Summits in the Area of Sustainable Development and Analysis of the Themes for the Conference". Ponto da Ordem de Trabalhos Provisória, A/CONF.216/PC/2. Assembleia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division).** 2010. United Nations Commodity Trade Statistics Database—UN Comtrade. Nova Iorque. comtrade.un.org/db/dqBasicQuery.aspx. Acedido em 3 de Agosto de 2010.
- UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA).** 2008. *Report on the Global AIDS Epidemic*. Genebra.
- DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas).** 2004. *World Youth Report 2003: The Global Situation of Young People*. Nova Iorque.
- . 2006. *World Economic and Social Survey 2006: Diverging Growth and Development*. Nova Iorque.
- . 2009a. "Population Ageing and Development 2009". Nova Iorque. www.un.org/esa/population/publications/ageing/ageing2009.htm. Acedido em 19 de Maio de 2010.
- . 2009b. "Rethinking Poverty". *Report on the World Social Situation*. Nova Iorque.
- . 2009c. "World Fertility Patterns 2009". Nova Iorque. www.un.org/esa/population/publications/worldfertility2009/worldfertility2009.htm. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- . 2009d. *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Nova Iorque.
- . 2010. "World Urbanization Prospects: The 2009 Revision Population Database". Nova Iorque. esa.un.org/wup2009/unup/. Acedido em 25 de Junho de 2010.
- DAESNU-DAW-CSW (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão para o Avanço das Mulheres, Comissão sobre o Estatuto da Mulher).** 2010. "Review of the Implementation of the Beijing Declaration and Plan for Action". Nova Iorque. www.un.org/womenwatch/daw/beijing15/. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).** 1998. *Human Development Report Zimbabwe*. Nova Iorque.
- . 2003. *Avoiding the Dependency Trap*. Nova Iorque.
- . 2008. "Post-Conflict Economic Recovery: Enabling Local Ingenuity". *Crisis Prevention and Recovery Report 2008*. Nova Iorque: Gabinete de Prevenção de Crises e Recuperação.
- . 2009. *Arab Human Development Report 2009: Challenges to Human Security in Arab Countries*. Nova Iorque: Regional Bureau for Arab States.
- . 2010. *What Will It Take to Achieve the Millennium Development Goals?—An International Assessment*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) Arménia.** 2007. *National Human Development Report 2006: Educational Transformations in Armenia*. Yerevan.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) China e China Institute for Reform and Development.** 2008. *Human Development Report China 2007/08: Access for All: Basic Public Services for 1.3 Billion People*. Pequim: China Translation and Publishing Corporation.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) China e Renmin University of China.** 2010. *China Human Development Report 2009/10: China and a Sustainable Future: Towards a Low Carbon Economy and Society*. Pequim: China Translation & Publishing Corporation.
- Gabinete de Avaliação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).** 2009. *Assessment of Development Results: Evaluation of UNDP Contribution*—Peru. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) Nepal.** 2002. *Nepal Human Development Report 2001: Poverty Reduction and Governance*. Katmandu.
- . 2004. *Nepal Human Development Report 2004: Empowerment and Poverty Reduction*. Katmandu.
- . 2009. *Nepal Human Development Report 2009: State Transformation and Human Development*. Katmandu.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) Zâmbia.** 1997. *Zambia Human Development Report 1997: Poverty*. Lusaca.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) – Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano.** Relatórios de Desenvolvimento Humano 1990–2009. Nova Iorque: Oxford University Press até 2005; e Palgrave Macmillan a partir de 2006.
- PNUA-WCMC (Programa das Nações Unidas para o Ambiente – World Conservation Monitoring Centre).** 2006. *World Database on Protected Areas*. Cambridge, Reino Unido: Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).** 2004. *EFA Global Monitoring Report 2005: Education For All: The Quality Imperative*. Paris.
- . 2006. *Teachers and Education Quality: Monitoring Global Needs for 2015*. Montreal, Canadá: Institute for Statistics.
- . 2009. *EFA Global Monitoring Report 2009: Overcoming Inequality: Why Governance Matters*. Paris.
- . 2010. *EFA Global Monitoring Report 2010: Reaching the Marginalized*. Paris.
- Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).** 2009. "Global Education Digest 2008". Nova Iorque. www UIS.unesco.org/ev_en.php?ID=7660_201&ID2=DO_TOPIC. Acedido em 7 de Junho de 2010.
- . 2010a. *Correspondence on Education Indicators*. Montreal, Canadá.
- . 2010b. "UNESCO Institute for Statistics Data Site". Nova Iorque. <http://stats UIS.unesco.org/unesco>. Acedido em Maio de 2010.
- Unger, R. M.** 1998. *Democracy Realized: The Progressive Alternative*. Londres: Verso.
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).** 1997. *The State of the World's Refugees 1997: A Humanitarian Agenda*. Genebra.
- . 2010. *Correspondence on Refugees*. Genebra.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).** 2000–2008. *Multiple Indicators Cluster Surveys*. Nova Iorque.
- . 2008. *Progress for Children: A Report Card on Maternal Mortality*. Nova Iorque.
- . 2010a. "Protecting Salaries of Frontline Teachers and Health Workers". Social and Economic Policy Working Briefs. Nova Iorque.
- . 2010b. *Recovery with a Human Face: A Coordinated Strategy of Policy Advocacy and Partnerships for Children in Response to the Global Financial Crisis and Economic Slowdown*. Nova Iorque.
- . 2010c. *The State of the World's Children*. Nova Iorque.
- UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres).** 2010. "Who Answers to Women? Gender and Accountability". *Progress of the World's Women 2008/2009*. Nova Iorque.
- United States Census Bureau.** 2008. "U.S. Income Statistics". www census.gov/hhes/www/income/data/statistics/index.html. Acedido em 27 de Julho de 2010.
- GNUDC (Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e o Crime).** 2010. "UNODC Homicide Statistics". Viena. www unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/homicide.html. Acedido em 15 de Maio de 2010.
- UNRISD (Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social).** 2010. "Why Care Matters for Social Development". Research and Policy Brief 9. Genebra.
- UNU-WIDER (Universidade das Nações Unidas, Instituto Mundial para a Investigação do Desenvolvimento Económico).** 2008. World Income Inequality Database, Versão 2.0c, Maio de 2008. Hel-síquia. www.wider.unu.edu/research/Database/en_GB/database/.
- van der Hoeven, R.** 2010. "Employment, Inequality and Globalization: A Continuous Concern". *Journal of Human Development and Capabilities* 11(1): 1–9.
- Vaughan, S.** 2003. *Ethnicity and Power in Ethiopia*. Edimburgo, Reino Unido: University of Edinburgh.
- Veblen, T.** 2007. *Theory of the Leisure Class*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Volts, S.** 2003. "From Banks to Markets: The Political Economy of Liberalization of the German and Japanese Financial Systems". Em *The End of Diversity? Prospects for German and Japanese Capitalism*, eds. K. Yamamura e W. Streeck. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press.
- Vizard, P.** 2006. *Poverty and Human Rights: Sen's 'Capability Perspective' Explored*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Vollmer, S. e M. Ziegler.** 2009. "Political Institutions and Human Development: Does Democracy Fulfill its 'Constructive' and 'Instrumental' Role?" Policy Research Working Paper 4818. Banco Mundial, Washington, DC.
- von Braun, J. e U. Grote.** 2000. "Does Decentralization Serve the Poor?" Conferência do Fundo Monetário Internacional sobre Descentralização Fiscal, Washington, DC.
- Vroman, W. e V. Brusentsev.** 2009. "Unemployment Compensation in a Worldwide Recession". Urban Institute and University of Delaware, Washington, DC e Dover, DE.
- Wade, R.** 1992. "East Asia's Economic Success: Conflicting Perspectives, Partial Insights, Shaky Evidence". *World Politics* 44(2): 270–320.
- Walker, S., S. Chang, C. Powell, E. Simonoff e S. Grantham-McGregor.** 2007. "Early Childhood Stunting is Associated with Poor Psychological Functioning in Late Adolescence and Effects are Reduced by Psychosocial Stimulation". *Journal of Nutrition* 137(2): 2464–69.
- Walton, M.** 2010. "Capitalism, the State, and the Underlying Drivers of Human Development". Human Development Research Paper 9. PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Watson, D. e L. Yohannes.** 2005. "Capacity Building for Decentralised Education Service Delivery in Ethiopia: A Case Study Prepared for the Project 'Capacity, Change and Performance'". Discussion Paper 57H. European Centre for Development Policy Management, Maastricht, Países Baixos.
- Watson, P.** 1995. "Explaining Rising Mortality Among Men in Eastern Europe". *Social Science and Medicine* 41(7): 923–34.
- CMAD (Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento).** 1987. *Our Common Future*. Relatório do CMAD. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Whitehead, L.** 2002. *Democratization: Theory and Experience*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Casa Branca.** 2010. "Health Care". Washington, DC. www whitehouse gov/issues/health-care. Acedido em 12 de Maio de 2010.
- OMS (Organização Mundial da Saúde).** 2000–2008. *World Health Surveys*. Genebra.
- . 2005. *WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence Against Women: Summary Report of Initial Results on Prevalence, Health Outcomes and Women's Responses*. Genebra.
- . 2008. "Global Burden of Disease Series: 2004 Update". Genebra. www who.int/healthinfo/global_burden_disease. Acedido em 15 de Julho de 2010.
- . 2010. "World Health Statistics 2010". *World Health Organization Statistical Information System*. Genebra. www who.int/whosis/whostat/2010/en/index.html. Acedido em 29 de Junho de 2010.
- OMS e UNICEF (Organização Mundial da Saúde e Fundo das Nações Unidas para a Infância).** 2010. "Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation". Genebra. www wssinfo org/. Acedido em 15 de Julho de 2010.
- Williamson, J.** 1989. "What Washington Means by Policy Reform". Em *Latin American Adjustment: How Much has Happened*, ed. J. Williamson. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics.
- Wolf, S.** 2007. "Does Aid Improve Public Service Delivery?" *Review of World Economics* 143(4): 650–72.
- Wolters, J.** 2009. "What Does the Human Development Index Measure?" *The New York Times*. 22 de Maio.
- Wood, M., J. Hales, S. Purdon, T. Sejersen e O. Hayllar.** 2009. "A Test for Racial Discrimination in Recruitment Practices in British Cities". DWP Research Report 607. Government of the United Kingdom, Department of Work and Pensions, Londres.
- Wooldridge, J.** 2002. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Banco Mundial.** 2000. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 2005a. *Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform*. Washington, DC.
- . 2005b. *World Development Report: Equity and Development*. Washington, DC.
- . 2009a. *Burkina Faso Population Growth, Competitiveness and Diversification: Country Economic Memorandum*. Washington, DC.
- . 2009b. "Financial Crisis Highlights Need for More Social Safety Nets, Including Conditional Cash Transfers". Comunicado de Imprensa, 10 de Fevereiro. Banco Mundial. Washington, DC.
- . 2009c. *Global Monitoring Report 2009: A Development Emergency*. Washington, DC.
- . 2009d. *Timor-Leste: An Analysis of Early Grade Reading Acquisition*. Timor-Leste.
- . 2010a. *Environmental Economics and Indicators: Green Accounting*. Washington, DC.
- . 2010b. "Global Economic Prospects—Summer 2010". Washington, DC. www worldbank org. Acedido em 15 de Julho de 2010.
- . 2010c. *International Income Distribution Database*. Washington, DC.
- . 2010d. "Poverty Reduction Supports Credits: An Evaluation of World Bank Support". IEG Study Series. Washington, DC: Independent Evaluation Group.
- . 2010e. *State and Trends of the Carbon Market 2010*. Washington, DC.
- . 2010f. *Women, Business and the Law Report: Measuring Legal Gender Parity for Entrepreneurs and Workers in 128 Economies*. Washington, DC.
- . 2010g. *World Development Indicators 2010*. Washington, DC.
- Wrigley, E. e R. Schofield.** 1989. *The Population History of England, 1541–1871: A Reconstruction*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Yates, R.** 2006. *International Experiences in Removing User Fees for Health Services—Implications for Mozambique*. Londres: UK Department for International Development, Health Resource Centre.
- Zaridze, D., D. Maximovitch, A. Lazarev, V. Igiton, A. Boroda, J. Boreham, P. Boyle, R. Peto e P. Boffetta.** 2009. "Alcohol Poisoning is a Main Determinant of Recent Mortality Trends in Russia: Evidence from a Detailed Analysis of Mortality Statistics and Autopsies". *International Journal of Epidemiology* 38(1): 143–53.

Anexo Estatístico



Guia do leitor

As 17 tabelas de indicadores do desenvolvimento humano fornecem uma avaliação das realizações nacionais em aspectos fulcrais do desenvolvimento humano, incluindo vários índices compostos estimados pelo Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano (GRDH) e uma série de indicadores novos relativos à sustentabilidade e à capacitação. Os métodos subjacentes aos índices compostos estão pormenorizados nas *Notas Técnicas 1-4*; os aspectos fulcrais de outros indicadores estão pormenorizados abaixo.

As tabelas incluem dados para o maior número possível dos 192 Estados-Membros da ONU, bem como para a Região Administrativa Especial de Hong Kong e os Territórios Palestinianos Ocupados. Os países e áreas estão ordenados pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010. *A legenda dos países*, na contracapa posterior do Relatório, lista alfabeticamente os países com o seu IDH. Os dados apresentados nas tabelas são os disponíveis para o GRDH a 15 de Maio de 2010, a menos que especificado em contrário.

Seis novas tabelas de indicadores cobrem as amplas temáticas da capacitação, sustentabilidade e vulnerabilidade, da segurança humana, das percepções do bem-estar individual, das medidas do bem-estar cívico e comunitário e do trabalho digno. Além disso, há duas tabelas que reflectem o ambiente facilitador do melhoramento do bem-estar humano em termos de fluxos financeiros e em termos da economia e das infra-estruturas.

Todos os indicadores estão disponíveis online em diversos formatos: individualmente, em tabelas predefinidas e através de uma ferramenta de inquéritos que permite aos utilizadores conceberem as suas próprias tabelas. Estão igualmente disponíveis meios interactivos, incluindo mapas de todos os índices de desenvolvimento e animações seleccionadas. Há

igualmente materiais mais descriptivos, como fichas de dados dos países e pormenores técnicos adicionais sobre como calcular os índices. Estes materiais estão disponíveis em inglês (<http://hdr.undp.org/en/statistics>), francês (<http://hdr.undp.org/fr/statistiques>) e espanhol (<http://hdr.undp.org/es/estadísticas>).

Fontes e definições

O GRDH é, sobretudo, utilizador de estatísticas e não produtor. Baseia-se em agências de dados internacionais com a incumbência, os recursos e as competências para recolher e compilar dados internacionais sobre indicadores específicos. Nos casos em que não são disponibilizados dados específicos pelos nossos fornecedores de dados habituais, são usados dados de outras fontes credíveis.

As fontes de todos os dados usados na compilação das tabelas de indicadores são mencionadas no final de cada tabela. Estas correspondem a referências completas na *Bibliografia*. As notas das fontes também mostram os componentes originais dos dados usados em quaisquer cálculos efectuados pelo GRDH. Os indicadores para os quais é possível apresentar definições curtas e significativas estão incluídos em *Definições de termos estatísticos*. Outros dados relevantes surgem nas notas no final de cada tabela. Para dados técnicos mais pormenorizados acerca destes indicadores, devem ser consultados os sítios Web relevantes das agências que serviram de fonte, cujas ligações podem ser encontradas em <http://hdr.undp.org/en/statistics>.

Cobertura do Índice de Desenvolvimento Humano

A disponibilidade de dados determina a cobertura do IDH em termos de países. Para permitir

comparações entre países, o IDH é calculado, na medida do possível, com base em dados das principais agências de dados internacionais e outras fontes de dados credíveis disponíveis à data em que o Relatório foi preparado. Contudo, para diversos países, não havia dados dessas agências para um ou mais dos quatro indicadores componentes do IDH. Nos casos em que não estão disponíveis dados fiáveis e existe uma incerteza significativa acerca da validade das estimativas de dados, os países são excluídos para assegurar a credibilidade do IDH e da família de índices do *RDH*.

Por exemplo, o rendimento nacional bruto (RNB) per capita é calculado usando dados do Banco Mundial (2010g) e do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2010b). Quatro países têm informações sobre os outros três componentes do IDH, mas não sobre o RNB: Cuba, Iraque, Ilhas Marshall e Palau. Cuba, Ilhas Marshall e Palau não participam no Programa International de Comparações, que proporciona as amplamente usadas estimativas de paridade de poder de compra (PPC), e o Iraque carece de informação acerca do PIB para os últimos 10 anos. Para ilustrar as opções e os problemas decorrentes da tentativa de estimar fiavelmente o RNB per capita em termos de PPC tomemos Cuba como exemplo.

Uma abordagem bem conhecida à estimação do RNB - usada pelo Centro para as Comparações Internacionais da Produção, do Rendimento e dos Preços, da Universidade da Pensilvânia (Heston e outros, 2009) - é uma regressão que se baseia em dados sobre os salários dos funcionários públicos internacionais convertidos à taxa de câmbio oficial. Contudo, como os mercados em que os estrangeiros compram bens e serviços tendem a estar separados do resto da economia, estes dados podem ser um fraco indicador dos preços que os cidadãos pagam na prática.

O Centro para as Comparações Internacionais da Produção, do Rendimento e dos Preços reconhece este problema, classificando a sua própria estimativa do PIB de Cuba com um “D” (a classificação mais baixa). Uma estimativa alternativa usa a taxa de câmbio a que estão sujeitos os cubanos comuns e a conversão para PPC de uma economia com atributos semelhantes, mas este método contraria o princípio de usar

a taxa de câmbio legalmente reconhecida e os preços de um país para converter os seus agregados nacionais para uma moeda internacional. Outra opção é a de não aplicar qualquer factor de correcção de PPC à taxa de câmbio oficial para pesos convertíveis. Ambas as opções produzem rendimentos estimados muito mais baixos do que a correcção de PPC. A ampla variação nas estimativas de rendimento decorrentes destas diferentes técnicas indicam que não existe um só método sólido na ausência de dados fiáveis. Por conseguinte, Cuba e alguns outros países não estão incluídos na classificação do IDH para este ano. Cuba está representada em vários outros indicadores, incluindo o IDH de não-rendimento, no qual se classifica em 17º entre 174 países. Por este motivo, o IDH de 2010 pode ser calculado para 169 países (168 Estados-Membros da ONU e a Região Administrativa Especial de Hong Kong). A Micronésia entrou pela primeira vez este ano na tabela do IDH e o Zimbabué voltou a entrar. Saíram da tabela Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Guiné Equatorial, Eritreia, Geórgia, Granada, Guiné-Bissau, Líbano, Montenegro, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Samoa, Seicheles, Turquemenistão e Vanuatu.

Comparações ao longo do tempo e entre edições do Relatório

O IDH é uma ferramenta importante para a monitorização de tendências de longo prazo no desenvolvimento humano. Para facilitar as análises de tendências transversais aos países, o IDH é calculado em intervalos de cinco anos para o período 1980-2008. Apresentadas na tabela 2, estas estimativas baseiam-se numa metodologia consistente, usando os dados disponíveis à data em que o Relatório é preparado. Os valores e classificações do IDH apresentados neste Relatório não são comparáveis com os publicados em edições anteriores. Para analisar tendências de longo prazo, é usada nos capítulos 2 e 3 uma medida do IDH alternativa, o IDH híbrido, baseado em indicadores que estão disponíveis para um período de tempo mais longo.

As agências internacionais de dados aperfeiçoam aperfeiçoam continuamente as suas séries

de dados, incluindo actualizações periódicas dos dados históricos. As alterações de ano para ano nos valores e classificações do IDH entre edições do Relatório reflectem frequentemente estas revisões dos dados – em alterações específicas de um país e relativas a outros países – mais do que alterações reais num país. Além disso, as alterações ocasionais na cobertura nacional podem afectar a classificação do IDH de um país. Por exemplo, a classificação do IDH de um país pode cair consideravelmente entre dois Relatórios consecutivos, mas, quando os dados revistos comparáveis são usados para reconstruir o IDH dos anos recentes, a classificação e o valor do IDH podem, na verdade, mostrar uma melhoria. Por este motivo, deve ser usada a tabela estatística 2 para ver as tendências.

Os valores e classificações do IDH apresentados neste Relatório não são comparáveis com estimativas publicadas em edições anteriores do Relatório – para analisar as tendências ao longo do tempo, os leitores devem consultar a tabela 2.

Inconsistências entre estimativas nacionais e internacionais

Ao compilar as séries de dados, as agências internacionais aplicam padrões internacionais e procedimentos de harmonização para tornar os dados nacionais comparáveis entre países. Quando faltam dados para um país, uma agência internacional pode produzir uma estimativa se estiver disponível outra informação relevante. Em alguns casos, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais recentes. Todos estes factores podem originar diferenças substanciais entre as estimativas nacionais e internacionais.

Nos casos em que surgiram inconsistências de dados, o GRDH ajudou a concretizar a abordagem conjunta das mesmas por parte das autoridades de dados nacionais e internacionais. Em muitos casos, isso levou à disponibilização de estatísticas melhores. O GRDH continua a defender o melhoramento dos dados internacionais e apoia activamente os esforços para o aperfeiçoamento da qualidade dos dados. Além disso, trabalha com agências nacionais e organismos internacionais para melhorar a consistência dos dados através de relatórios mais sistemáticos e da monitorização da qualidade dos dados.

Agrupamentos e agregados de países

Juntamente com os dados de nível nacional, são mostrados nas tabelas diversos agregados. Estes são geralmente médias ponderadas calculadas para os agrupamentos de países descritos abaixo. Em geral, só é mostrado um agregado para um agrupamento de países quando estão disponíveis dados para, pelo menos, metade dos países e esses dados representam, pelo menos, dois terços do peso disponível nessa classificação. O GRDH não impõe dados em falta para fins de agregação. Por conseguinte, a menos que especificado de outra forma, os agregados para cada classificação representam apenas os países para os quais estão disponíveis dados. Ocionalmente, os agregados são obtidos na fonte original e não as médias ponderadas; estes valores são indicados com um “T” superior à linha.

Os agrupamentos de países usados baseiam-se nos níveis de desenvolvimento humano (muito alto, alto, médio e baixo), nos grupos do Gabinete Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e no mundo.

Classificação do desenvolvimento humano

No passado, a classificação do IDH baseava-se em pontos de corte predefinidos dos valores do IDH. Este ano, as classificações baseiam-se em quartis e indicam um IDH muito alto, alto, médio e baixo. Como há 169 países, um grupo tem de ter mais um país do que os outros; o país extra foi atribuído ao grupo de IDH alto.

Agrupamentos regionais

Esta edição divide os países em dois grupos principais, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, com base na classificação do IDH, e mostra outros agrupamentos fulcrais, como os Países Menos Desenvolvidos, conforme a definição das Nações Unidas. Os países do quartil superior da distribuição, os que têm um IDH muito alto, são classificados como desenvolvidos e os restantes como em vias de desenvolvimento. O grupo desenvolvido é ainda classificado por membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) e membros não-OCDE (que incluem o Mónaco, Omã

e São Marino, mesmo que não esteja disponível um valor de IDH), enquanto que o grupo em vias de desenvolvimento é ainda classificado por Estados Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, Europa e Ásia central, América Latina e Caraíbas, Sul da Ásia e África Subsariana.

Notas sobre países

Os dados para a China não incluem a Região Administrativa Especial de Hong Kong, a Região Administrativa Especial de Macau e a Província de Taiwan, a menos que especificado em contrário. Os dados para o Sudão baseiam-se muitas vezes em dados recolhidos somente na parte norte do país.

Símbolos

Um traço entre dois anos, como em 2005-2010, indica que os dados apresentados são do ano mais recente disponível no período especificado, a menos que seja indicado algo em contrário. As taxas de crescimento são normalmente taxas de crescimento anual médio entre o primeiro e o último ano do período mostrado.

Uma barra entre anos, como em 2005/2010, indica a média para os anos mostrados, a menos que especificado em contrário.

São usados os seguintes símbolos nas tabelas:

..	Não disponível
0 ou 0,0	Nulo ou insignificante
—	Não aplicável
<	Menor do que

Fontes primárias de dados para o Índice de Desenvolvimento Humano

Esperança de vida à nascença

As estimativas de esperança de vida à nascença são de *World Population Prospects 1950–2050: The 2008 Revision* (DEASNU 2009d), a fonte oficial de estimativas e projecções de população da ONU. São preparadas de dois em dois anos pela Divisão de População do Departamento de Assuntos

Económicos e Sociais das Nações Unidas a partir de dados dos sistemas nacionais de registo vital, de recenseamentos de população e de inquéritos.

Na Revisão de 2009, os países onde a prevalência do VIH entre as pessoas da faixa etária 15-49 era de 1% ou superior durante o período 1980-2007 são considerados afectados pela epidemia do VIH e a sua mortalidade é projectada pela modelação do avanço da epidemia e pela projecção da incidência anual da infecção pelo VIH. Também considerados entre os países afectados estão aqueles onde a prevalência do VIH foi sempre inferior a 1% e onde mais de 500.000 pessoas viviam com o VIH em 2007 (Brasil, China, Índia, Federação Russa e Estados Unidos da América). Isto eleva a 58 o número de países considerados afectados pelo VIH.

Anos de escolaridade esperados

O Relatório usa dados sobre os anos de escolaridade esperados provenientes do Instituto de Estatística da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO). As estimativas baseiam-se nas matrículas por idade em todos os níveis de educação e na população em idade de frequentar o ensino oficial para todos os níveis de educação por idade.

A comparação entre países dos anos de escolaridade esperados deve ser feita com cautela, porque a duração do ano escolar e a qualidade da educação variam de país para país e porque o indicador não leva directamente em conta os efeitos da repetição (alguns países aplicam a passagem de ano automática, enquanto que outros não o fazem). A cobertura dos diferentes tipos de educação e formação contínuas varia de país para país. Assim, o indicador deve ser interpretado no contexto de indicadores complementares, como as taxas da repetição, bem como de indicadores de qualidade.

Média de anos de escolaridade

Na ausência de dados sobre a média de anos de escolaridade do Instituto de Estatística da UNESCO, o Relatório usa estimativas de Barro e Lee (2010), que são baseadas nos recenseamentos de população e em dados de inquéritos às famílias compilados pela UNESCO, pelo Eurostat e por outras fontes, para obtenção de padrões de referência em matéria de sucesso escolar por género

e grupo etário. São apresentadas seis categorias: nenhuma educação formal, primário incompleto, primário completo, primeiro ciclo do secundário, segundo ciclo do secundário e terciário. Estas são combinadas com dados específicos dos países acerca da duração da escolaridade em cada nível para calcular as estimativas.

Rendimento nacional bruto per capita

Os dados sobre o rendimento nacional bruto (RNB) per capita são da base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (2010g). Para melhor comparar os padrões de vida entre países, os dados devem ser convertidos em termos de paridade de poder de compra (PPC) para eliminar diferenças nos níveis nacionais de preços. As estimativas de RNB baseiam-se em dados sobre preços da última ronda do Programa de Comparação Internacional (PCI), que foi efectuada em 2005 e cobre 146 países e áreas. Para muitos países não incluídos nos inquéritos do PCI, o Banco Mundial calcula estimativas através de regressões económétricas e baseamo-nos nas mesmas nos casos em que estão disponíveis.

Dados subjacentes para medidas de desigualdade

A desigualdade nas distribuições subjacentes de média de anos de escolaridade e rendimento é estimada com base nos mais recentes inquéritos nacionais às famílias disponíveis a partir de bases de dados internacionais: o Estudo de Rendimento do Luxemburgo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, as Estatísticas da UE sobre rendimento e condições de vida, os Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância, os Inquéritos sobre Demografia e Saúde da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, a Base de Dados da Universidade da ONU sobre Desigualdade de Rendimento no Mundo e a Base de Dados do Banco Mundial sobre Distribuição Internacional de Rendimento. A desigualdade na distribuição da esperança de vida é estimada com base nas tabelas de vida produzidas pela Divisão de População das Nações Unidas.

Tabelas de indicadores do desenvolvimento humano

Medidas compostas

- 1 Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
- 2 Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2010
- 3 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
- 4 Índice de Desigualdade de Género
- 5 Índice de Pobreza Multidimensional

Dimensões do desenvolvimento humano

- 6 Capacitação
- 7 Sustentabilidade e vulnerabilidade
- 8 Segurança humana
- 9 Percepções sobre bem-estar e felicidade individuais
- 10 Bem-estar cívico e comunitário
- 11 Tendências demográficas
- 12 Trabalho digno
- 13 Educação
- 14 Saúde

Temas transversais

- 15 Ambiente impulsionador: fluxos e compromissos financeiros
- 16 Ambiente impulsionador: economia e infra-estruturas
- 17 Acesso às tecnologias de informação e comunicação

Legenda dos países e classificações do IDH, 2010

Afganistão	155	Estónia	34	Namíbia	105
África do Sul	110	Etiópia	157	Nepal	138
Albânia	64	Federação Russa	65	Nicarágua	115
Alemanha	10	Fiji	86	Níger	167
Andorra	30	Filipinas	97	Nigéria	142
Angola	146	Finlândia	16	Noruega	1
Antiga República Jugoslava da Macedónia	71	França	14	Nova Zelândia	3
Arábia Saudita	55	Gabão	93	Países Baixos	7
Argélia	84	Gâmbia	151	Panamá	54
Argentina	46	Gana	130	Papuásia-Nova Guiné	137
Arménia	76	Geórgia	74	Paquistão	125
Austrália	2	Grécia	22	Paraguai	96
Áustria	25	Guatemala	116	Peru	63
Azerbaijão	67	Guiana	104	Polónia	41
Bahamas	43	Guiné	156	Portugal	40
Bangladesh	129	Guiné Equatorial	117	Qatar	38
Barbados	42	Guiné-Bissau	164	Quénia	128
Barém	39	Haiti	145	Quirguizízia	109
Bélgica	18	Honduras	106	Reino Unido	26
Belize	78	Hong Kong, China (RAE)	21	República Centro-Africana	159
Benim	134	Hungria	36	República Checa	28
Bielorrússia	61	Iémen	133	República Dominicana	88
Bolívia (Estado Plurinacional da)	95	Índia	119	Roménia	50
Bósnia-Herzegovina	68	Indonésia	108	Ruanda	152
Botswana	98	Irão (República Islâmica do)	70	Salomão (Ilhas)	123
Brasil	73	Irlanda	5	São Tomé e Príncipe	127
Brunei Darussalam	37	Islândia	17	Senegal	144
Bulgária	58	Israel	15	Serra Leoa	158
Burkina Faso	161	Itália	23	Sérvia	60
Burundi	166	Jamaica	80	Singapura	27
Cabo Verde	118	Japão	11	Síria, Repúbl. Árabe	111
Camarões	131	Jordânia	82	Sri Lanka	91
Camboja	124	Kuwait	47	Suazilândia	121
Canadá	8	Laos (República Popular Democrática do)	122	Sudão	154
Cazaquistão	66	Lesoto	141	Suécia	9
Chade	163	Letónia	48	Suíça	13
Chile	45	Libéria	162	Suriname	94
China	89	Líbia, Jamahiriya Árabe	53	Tailândia	92
Chipre	35	Liechtenstein	6	Tajiquistão	112
Colômbia	79	Lituânia	44	Tanzânia (República Unida da)	148
Comores	140	Luxemburgo	24	Timor-Leste	120
Congo	126	Madagáscar	135	Togo	139
Congo (República Democrática do)	168	Malásia	57	Tonga	85
Coreia (República da)	12	Malawi	153	Trindade e Tobago	59
Costa do Marfim	149	Maldivas	107	Tunísia	81
Costa Rica	62	Mali	160	Turquemenistão	87
Croácia	51	Malta	33	Turquia	83
Dinamarca	19	Marrocos	114	Ucrânia	69
Djibuti	147	Maurícia	72	Uganda	143
Egipto	101	Mauritânia	136	Uruguai	52
El Salvador	90	México	56	Uzbequistão	102
Emirados Árabes Unidos	32	Mianmar	132	Venezuela (República Bolivariana da)	75
Equador	77	Micronésia (Estados Federados da)	103	Vietname	113
Eslováquia	31	Moçambique	165	Zâmbia	150
Eslovénia	29	Moldávia (República da)	99	Zimbabué	169
Espanha	20	Mongólia	100		
Estados Unidos da América	4	Montenegro	49		

TABELA
1

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita (PPC em USD de 2008)	Posição no RNB per capita menos a posição no IDH	Valor de IDH de não-rendimento
	2010	2010	2010	2010 ^b	2010	2010	2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO							
1 Noruega	0,938	81,0	12,6	17,3	58,810	2	0,954
2 Austrália	0,937	81,9	12,0	20,5	38,692	11	0,989
3 Nova Zelândia	0,907	80,6	12,5	19,7	25,438	30	0,979
4 Estados Unidos da América	0,902	79,6	12,4	15,7	47,094	5	0,917
5 Irlanda	0,895	80,3	11,6	17,9	33,078	20	0,936
6 Lístenstaine	0,891	79,6 ^c	10,3 ^d	14,8	81,011 ^{e,f}	-5	0,861
7 Países Baixos	0,890	80,3	11,2	16,7	40,658	4	0,911
8 Canadá	0,888	81,0	11,5	16,0	38,668	6	0,913
9 Suécia	0,885	81,3	11,6	15,6	36,936	8	0,911
10 Alemanha	0,885	80,2	12,2	15,6	35,308	9	0,915
11 Japão	0,884	83,2	11,5	15,1	34,692	11	0,915
12 Coreia, República da	0,877	79,8	11,6	16,8	29,518	16	0,918
13 Suíça	0,874	82,2	10,3	15,5	39,849	-1	0,889
14 França	0,872	81,6	10,4	16,1	34,341	9	0,898
15 Israel	0,872	81,2	11,9	15,6	27,831	14	0,916
16 Finlândia	0,871	80,1	10,3	17,1	33,872	8	0,897
17 Islândia	0,869	82,1	10,4	18,2	22,917	20	0,928
18 Bélgica	0,867	80,3	10,6	15,9	34,873	3	0,888
19 Dinamarca	0,866	78,7	10,3	16,9	36,404	-1	0,883
20 Espanha	0,863	81,3	10,4	16,4	29,661	6	0,897
21 Hong Kong, China (RAE)	0,862	82,5	10,0	13,8	45,090	-11	0,860
22 Grécia	0,855	79,7	10,5	16,5	27,580	8	0,890
23 Itália	0,854	81,4	9,7	16,3	29,619	4	0,882
24 Luxemburgo	0,852	79,9	10,1	13,3	51,109	-18	0,836
25 Áustria	0,851	80,4	9,8	15,0	37,056	-9	0,859
26 Reino Unido	0,849	79,8	9,5	15,9	35,087	-6	0,860
27 Singapura	0,846	80,7	8,8	14,4 ^h	48,893	-19	0,831
28 República Checa	0,841	76,9	12,3	15,2	22,678	10	0,886
29 Eslovénia	0,828	78,8	9,0	16,7	25,857	3	0,853
30 Andorra	0,824	80,8 ^c	10,4 ⁱ	11,5	38,056 ^{j,k}	-15	0,817
31 Eslováquia	0,818	75,1	11,6	14,9	21,658	12	0,854
32 Emirados Árabes Unidos	0,815	77,7	9,2	11,5	58,006	-28	0,774
33 Malta	0,815	80,0	9,9	14,4	21,004 ^l	11	0,850
34 Estónia	0,812	73,7	12,0	15,8	17,168	13	0,864
35 Chipre	0,810	80,0	9,9	13,8	21,962	6	0,840
36 Hungria	0,805	73,9	11,7	15,3	17,472	10	0,851
37 Brunei Darussalam	0,805	77,4	7,5	14,0	49,915	-30	0,769
38 Qatar	0,803	76,0	7,3	12,7	79,426 ^m	-36	0,737
39 Barém	0,801	76,0	9,4	14,3	26,664	-8	0,809
40 Portugal	0,795	79,1	8,0	15,5	22,105	0	0,815
41 Polónia	0,795	76,0	10,0	15,2	17,803	4	0,834
42 Barbados	0,788	77,7	9,3	13,4 ⁿ	21,673	0	0,806
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
43 Bâamas	0,784	74,4	11,1 ^{b,o}	11,6	25,201 ^p	-9	0,788
44 Lituânia	0,783	72,1	10,9	16,0	14,824	7	0,832
45 Chile	0,783	78,8	9,7	14,5	13,561	11	0,840

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

TABELA
1

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita (PPC em USD de 2008)	Posição no RNB per capita menos a posição no IDH	Valor de IDH de não-rendimento
	2010	2010	2010	2010 ^b	2010	2010	2010
46 Argentina	0,775	75,7	9,3	15,5	14,603	6	0,821
47 Kuwait	0,771	77,9	6,1	12,5	55,719	-42	0,714
48 Letónia	0,769	73,0	10,4	15,4	12,944	13	0,822
49 Montenegro	0,769	74,6	10,6 ^{b,q}	14,4 ^h	12,491	16	0,825
50 Roménia	0,767	73,2	10,6	14,8	12,844	13	0,820
51 Croácia	0,767	76,7	9,0	13,8	16,389	-2	0,798
52 Uruguai	0,765	76,7	8,4	15,7	13,808	3	0,810
53 Jamahira Árabe Líbia	0,755	74,5	7,3	16,5	17,068	-5	0,775
54 Panamá	0,755	76,0	9,4	13,5	13,347	4	0,796
55 Arábia Saudita	0,752	73,3	7,8	13,5	24,726	-20	0,742
56 México	0,750	76,7	8,7	13,4	13,971	-3	0,785
57 Malásia	0,744	74,7	9,5	12,5	13,927	-3	0,775
58 Bulgária	0,743	73,7	9,9	13,7	11,139	10	0,795
59 Trindade e Tobago	0,736	69,9	9,2	11,4	24,233	-23	0,719
60 Sérvia	0,735	74,4	9,5	13,5	10,449	11	0,788
61 Bielorrússia	0,732	69,6	9,3 ^{b,q}	14,6	12,926	1	0,763
62 Costa Rica	0,725	79,1	8,3	11,7	10,870	7	0,768
63 Perú	0,723	73,7	9,6	13,8	8,424	14	0,788
64 Albânia	0,719	76,9	10,4	11,3	7,976	19	0,787
65 Federação Russa	0,719	67,2	8,8	14,1	15,258	-15	0,729
66 Cazaquistão	0,714	65,4	10,3	15,1	10,234	6	0,756
67 Azerbeijão	0,713	70,8	10,2 ^{b,o}	13,0	8,747	8	0,769
68 Bósnia e Herzegovina	0,710	75,5	8,7 ^{b,q}	13,0	8,222	12	0,771
69 Ucrânia	0,710	68,6	11,3	14,6	6,535	20	0,794
70 Irão, República Islâmica do	0,702	71,9	7,2	14,0	11,764	-3	0,725
71 Macedónia, Antiga República Iugoslava da	0,701	74,5	8,2	12,3	9,487	3	0,742
72 Maurícia	0,701	72,1	7,2	13,0	13,344	-13	0,712
73 Brasil	0,699	72,9	7,2	13,8	10,607	-3	0,728
74 Geórgia	0,698	72,0	12,1 ^{b,q}	12,6	4,902	26	0,805
75 Venezuela, República Bolivariana da	0,696	74,2	6,2	14,2	11,846	-9	0,716
76 Arménia	0,695	74,2	10,8	11,9	5,495	19	0,787
77 Equador	0,695	75,4	7,6	13,3	7,931	7	0,749
78 Belize	0,694	76,9	9,2	12,4	5,693	16	0,782
79 Colômbia	0,689	73,4	7,4	13,3	8,589	-3	0,732
80 Jamaica	0,688	72,3	9,6	11,7	7,207	6	0,748
81 Tunísia	0,683	74,3	6,5	14,5	7,979	1	0,729
82 Jordânia	0,681	73,1	8,6	13,1	5,956	10	0,755
83 Turquia	0,679	72,2	6,5	11,8	13,359	-26	0,679
84 Argélia	0,677	72,9	7,2	12,8	8,320	-6	0,716
85 Tonga	0,677	72,1	10,4	13,7	4,038	23	0,792

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86 Fiji	0,669	69,2	11,0	13,0	4,315	21	0,771
87 Turquemenistão	0,669	65,3	9,9 ^{b,o}	13,0 ^h	7,052	1	0,719
88 República Dominicana	0,663	72,8	6,9	11,9	8,273	-9	0,695
89 China	0,663	73,5	7,5	11,4	7,258	-4	0,707
90 El Salvador	0,659	72,0	7,7	12,1	6,498	0	0,711
91 Sri Lanka	0,658	74,4	8,2	12,0	4,886	10	0,738
92 Tailândia	0,654	69,3	6,6	13,5 ⁿ	8,001	-11	0,683
93 Gabão	0,648	61,3	7,5	12,7	12,747	-29	0,637
94 Suriname	0,646	69,4	7,2 ^{b,q}	12,0	7,093	-7	0,681
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,643	66,3	9,2	13,7	4,357	11	0,724
96 Paraguai	0,640	72,3	7,8	12,0	4,585	9	0,714
97 Filipinas	0,638	72,3	8,7	11,5	4,002	12	0,726
98 Botsuana	0,633	55,5	8,9	12,4	13,204	-38	0,613
99 Moldávia, Repùblica da	0,623	68,9	9,7	12,0	3,149	19	0,729
100 Mongólia	0,622	67,3	8,3	13,5	3,619	12	0,710
101 Egípto	0,620	70,5	6,5	11,0	5,889	-8	0,657
102 Uzbequistão	0,617	68,2	10,0 ^{b,q}	11,5	3,085	17	0,721

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita (PPC em USD de 2008)	Posição no RNB per capita menos a posição no IDH		Valor de IDH de não-rendimento
						2010	2010	
103 Micronésia, Estados Federados da	0,614	69,0	8,8 ^{b,o}	11,7 ^r	3,266 ^s	13	0,709	
104 Guiana	0,611	67,9	8,5	12,2	3,302	11	0,702	
105 Namíbia	0,606	62,1	7,4	11,8	6,323	-14	0,629	
106 Honduras	0,604	72,6	6,5	11,4	3,750	5	0,676	
107 Maldivas	0,602	72,3	4,7	12,4	5,408	-11	0,636	
108 Indonésia	0,600	71,5	5,7	12,7	3,957	2	0,663	
109 Quirguistão	0,598	68,4	9,3	12,6	2,291	17	0,726	
110 África do Sul	0,597	52,0	8,2	13,4	9,812	-37	0,581	
111 República Árabe da Síria	0,589	74,6	4,9	10,5 ^r	4,760	-9	0,627	
112 Tajiquistão	0,580	67,3	9,8	11,4	2,020	22	0,709	
113 Vietname	0,572	74,9	5,5	10,4	2,995	7	0,646	
114 Marrocos	0,567	71,8	4,4	10,5	4,628	-10	0,594	
115 Nicarágua	0,565	73,8	5,7	10,8	2,567	7	0,652	
116 Guatemala	0,560	70,8	4,1	10,6	4,694	-13	0,583	
117 Guiné Equatorial	0,538	51,0	5,4 ^{b,q}	8,1	22,218	-78	0,454	
118 Cabo Verde	0,534	71,9	3,5 ^{b,o}	11,2	3,306	-4	0,573	
119 Índia	0,519	64,4	4,4	10,3	3,337	-6	0,549	
120 Timor-Leste	0,502	62,1	2,8 ^{b,o}	11,2	5,303	-23	0,485	
121 Suazilândia	0,498	47,0	7,1	10,3	5,132	-23	0,482	
122 República Democrática Popular do Laos	0,497	65,9	4,6	9,2	2,321	3	0,548	
123 Ilhas Salomão	0,494	67,0	4,5 ^{b,o}	9,1	2,172	6	0,550	
124 Cambodja	0,494	62,2	5,8	9,8	1,868	12	0,566	
125 Paquistão	0,490	67,2	4,9	6,8	2,678	-4	0,523	
126 Congo	0,489	53,9	5,9	9,3	3,258	-9	0,503	
127 São Tomé e Príncipe	0,488	66,1	4,2 ^{b,o}	10,2	1,918	8	0,553	

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	0,470	55,6	7,0	9,6	1,628	10	0,541
129 Bangladesh	0,469	66,9	4,8	8,1	1,587	12	0,543
130 Gana	0,467	57,1	7,1	9,7	1,385	14	0,556
131 Camarões	0,460	51,7	5,9	9,8	2,197	-3	0,493
132 Mianmar	0,451	62,7	4,0	9,2	1,596	8	0,511
133 Iémen	0,439	63,9	2,5	8,6	2,387	-9	0,453
134 Benim	0,435	62,3	3,5	9,2	1,499	8	0,491
135 Madagáscar	0,435	61,2	5,2 ^{b,o}	10,2	953	22	0,550
136 Mauritânia	0,433	57,3	3,7	8,1	2,118	-5	0,454
137 Papua-Nova Guiné	0,431	61,6	4,3	5,2	2,227	-10	0,447
138 Nepal	0,428	67,5	3,2	8,8	1,201	12	0,506
139 Togo	0,428	63,3	5,3	9,6	844	22	0,557
140 Comores	0,428	66,2	2,8 ^{b,o}	10,7	1,176	12	0,507
141 Lesoto	0,427	45,9	5,8	10,3	2,021	-8	0,448
142 Nigéria	0,423	48,4	5,0 ^{b,q}	8,9	2,156	-12	0,436
143 Uganda	0,422	54,1	4,7	10,4	1,224	5	0,491
144 Senegal	0,411	56,2	3,5	7,5	1,816	-7	0,433
145 Haiti	0,404	61,7	4,9	6,8 ⁿ	949	13	0,493
146 Angola	0,403	48,1	4,4 ^{b,o}	4,4	4,941	-47	0,353
147 Djibuti	0,402	56,1	3,8 ^{b,q}	4,7	2,471	-24	0,394
148 Tanzânia, República Unida da	0,398	56,9	5,1	5,3	1,344	-1	0,441
149 Costa do Marfim	0,397	58,4	3,3	6,3	1,625	-10	0,420
150 Zâmbia	0,395	47,3	6,5	7,2	1,359	-5	0,434
151 Gâmbia	0,390	56,6	2,8	8,6	1,358	-5	0,426
152 Ruanda	0,385	51,1	3,3	10,6	1,190	-1	0,432
153 Malawi	0,385	54,6	4,3	8,9	911	6	0,463
154 Sudão	0,379	58,9	2,9	4,4	2,051	-22	0,373
155 Afeganistão	0,349	44,6	3,3	8,0	1,419	-12	0,358
156 Guiné	0,340	58,9	1,6 ^{b,t}	8,6	953	0	0,380
157 Etiópia	0,328	56,1	1,5 ^{b,o}	8,3	992	-2	0,357
158 Serra Leoa	0,317	48,2	2,9	7,2	809	4	0,360
159 República Centro-Africana	0,315	47,7	3,5	6,3	758	4	0,363

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

TABELA
1

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita (PPC em USD de 2008)	Posição no RNB per capita menos a posição no IDH	Valor de IDH de não-rendimento
	2010	2010	2010	2010 ^b	2010	2010	2010
160 Mali	0,309	49,2	1,4	8,0	1,171	-7	0,312
161 Burkina Faso	0,305	53,7	1,3 ^{b,q}	5,8	1,215	-12	0,303
162 Libéria	0,300	59,1	3,9	11,0	320	5	0,509
163 Chade	0,295	49,2	1,5 ^{b,o}	6,0	1,067	-9	0,298
164 Guiné-Bissau	0,289	48,6	2,3 ^{b,q}	9,1	538	1	0,362
165 Moçambique	0,284	48,4	1,2	8,2	854	-5	0,300
166 Burundi	0,282	51,4	2,7	9,6	402	0	0,400
167 Níger	0,261	52,5	1,4	4,3	675	-3	0,285
168 Congo, República Democrática do	0,239	48,0	3,8	7,8	291	0	0,390
169 Zimbabué	0,140	47,0	7,2	9,2	176	0	0,472

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	17,924
Butão	..	66,8	..	11,3	5,607	..	0,260
Cuba	..	79,0	10,2	17,7	0,892
Domínica	12,5	8,549
Eritreia	..	60,4	..	5,5	643
Granada	..	75,8	..	13,4	7,998
Iraque	..	68,5	5,6	9,7	0,600
Kiribati	12,3	3,715
Coreia, República Democrática Popular da	..	67,7
Líbano	..	72,4	..	13,5	13,475
Ilhas Marshall	9,8 ^{b,o}	13,0	0,766
Mónaco
Nauru	8,5
Territórios Ocupados da Palestina	..	73,9	..	13,1
Omã	..	76,1	..	11,1	25,653
Palau	12,1 ^{b,o}	14,9	0,836
São Cristóvão e Nevis	12,3	14,196
Santa Lúcia	..	74,2	..	13,0	8,652
São Vicente e Granadinas	..	72,0	..	13,5	8,535
Samoa	..	72,2	..	12,2	4,126
San Marino
Seychelles	14,7	19,128
Somália	..	50,4	..	1,8 ^r
Tuvalu	11,2
Vanuatu	..	70,8	..	10,4	3,908

Desenvolvidos

OECD	0,879	80,3	11,4	15,9	37,077	—	0,904
Non-OECD	0,844	80,0	10,0	13,9	42,370	—	0,845

Em desenvolvimento

Estados Árabes	0,588	69,1	5,7	10,8	7,861	—	0,610
Ásia Oriental e Pacífico	0,643	72,6	7,2	11,5	6,403	—	0,692
Europa e Ásia Central	0,702	69,5	9,2	13,6	11,462	—	0,740
América Latina e Caraíbas	0,704	74,0	7,9	13,7	10,642	—	0,746
Sul da Ásia	0,516	65,1	4,6	10,0	3,417	—	0,551
África Subsariana	0,389	52,7	4,5	9,0	2,050	—	0,436

Desenvolvimento humano muito elevado	0,878	80,3	11,3	15,9	37,225	—	0,902
Desenvolvimento humano elevado	0,717	72,6	8,3	13,8	12,286	—	0,749
Desenvolvimento humano médio	0,592	69,3	6,3	11,0	5,134	—	0,634
Desenvolvimento humano baixo	0,393	56,0	4,1	8,2	1,490	—	0,445

Paises menos desenvolvidos	0,386	57,7	3,7	8,0	1,393	—	0,441
----------------------------	--------------	------	-----	-----	-------	---	-------

Mundo	0,624	69,3	7,4	12,3	10,631	—	0,663
-------	--------------	------	-----	------	--------	---	-------

NOTAS

- a** Consulte a *Nota Técnica 1* para detalhes sobre como o IDH é calculado.
- b** Refere-se a um ano anterior àquele especificado.
- c** Para calcular o IDH, foram utilizadas estimativas não publicadas do DAESNU (2009d). Os dados não foram publicados porque a população era inferior a 100 000.
- d** Considera a mesma média de anos de escolaridade de adultos que a Suíça.
- e** Com base na taxa de crescimento do PIB per capita em PPC em USD relativa à Suíça do FMI (2010a).
- f** Com base nos dados sobre o PIB da Divisão de Estatística das Nações Unidas [Contas Nacionais: Base de Dados dos Principais Agregados], dados sobre a população do DAESNU (2009d) e taxa de câmbio de PPC para a Suíça do Banco Mundial (2010 g).
- g** Usando uma designação comum, a República da Coreia é designada de Coreia do Sul no corpo do Relatório.
- h** Com base na regressão transnacional.

FONTES

- Coluna 1:** Calculado com base em dados do DAESNU (2009d), Barro e Lee (2010), Instituto de Estatística da UNESCO (2010a), Banco Mundial (2010g) e FMI (2010a).
- Coluna 2:** DAESNU (2009d).
- Coluna 3:** Barro e Lee (2010).
- Coluna 4:** Instituto de Estatística da UNESCO (2010a).
- Coluna 5:** Expresso em preços de 2008, com base em dados do RNB per capita e PIB per capita em PPC em USD (preços actuais e constantes) do Banco Mundial (2010g) e taxas de crescimento implícitas do PIB per capita do FMI (2010a).
- Coluna 6:** Calculado com base na posição no RNB per capita e na posição no IDH.
- Coluna 7:** Calculado com base nos dados das colunas 2-4.

- i** Considera a mesma média de anos de escolaridade de adultos que a Espanha.
- j** Com base na taxa de crescimento do PIB per capita em PPC em USD relativa à Espanha do FMI (2010a).
- k** Com base nos dados sobre o PIB da Divisão de Estatística das Nações Unidas [Contas Nacionais: Base de Dados dos Principais Agregados], dados sobre a população do DAESNU (2009d) e taxa de câmbio de PPC para a Espanha do Banco Mundial (2010g).
- l** Preços de 2007.
- m** Com base na proporção do RNB em USD em relação ao PIB em USD do Banco Mundial (2010g).
- n** Instituto de Estatística da UNESCO (2009).
- o** Com base em dados sobre anos de escolaridade de adultos a partir de inquéritos a famílias da Base de Dados Internacional sobre Distribuição de Rendimentos do Banco Mundial.
- p** Com base em factores de conversão de PPC implícitos do FMI (2010a), dados sobre o PIB per capita em moeda local e na proporção entre o RNB e o PIB em USD do Banco Mundial (2010g).
- q** Com base em dados dos Inquéritos para o Estudo de Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- r** Refere-se apenas ao ensino primário e secundário a partir de dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2010a).
- s** Com base na taxa de crescimento do PIB per capita em PPC em USD relativa às Fiji do FMI (2010a).
- t** Com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

TABELA
2

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH (%)			Melhoria na posição do IDH ^a
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	Alteração	2005–2010	2009–2010	1980–2010	1990–2010	2000–2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1 Noruega	0,788	0,838	0,869	0,906	0,932	0,937	0,938	0	0	0,58	0,56	0,34	34
2 Austrália	0,791	0,819	0,887	0,914	0,925	0,935	0,937	0	0	0,57	0,67	0,25	35
3 Nova Zelândia	0,786	0,813	0,846	0,865	0,896	0,904	0,907	0	0	0,48	0,55	0,47	47
4 Estados Unidos da América	0,810	0,857	0,873	0,893	0,895	0,899	0,902	0	0	0,36	0,25	0,10	65
5 Irlanda	0,720	0,768	0,799	0,855	0,886	0,894	0,895	0	0	0,72	0,76	0,45	26
6 Listenstaine	0,875	0,889	0,891	5	0
7 Países Baixos	0,779	0,822	0,853	0,868	0,877	0,888	0,890	3	0	0,44	0,40	0,25	59
8 Canadá	0,789	0,845	0,857	0,867	0,880	0,886	0,888	0	0	0,39	0,25	0,24	64
9 Suécia	0,773	0,804	0,843	0,889	0,883	0,884	0,885	-3	0	0,45	0,48	-0,04	..
10 Alemanha	..	0,782	0,820	..	0,878	0,883	0,885	-1	0	..	0,62	..	61
11 Japão	0,768	0,814	0,837	0,855	0,873	0,881	0,884	1	0	0,47	0,41	0,33	56
12 Coreia, República da	0,616	0,725	0,776	0,815	0,851	0,872	0,877	8	0	1,18	0,95	0,74	11
13 Suíça	0,800	0,824	0,836	0,859	0,870	0,872	0,874	0	0	0,30	0,30	0,18	76
14 França	0,711	0,766	0,807	0,834	0,856	0,869	0,872	5	2	0,68	0,65	0,45	37
15 Israel	0,748	0,788	0,809	0,842	0,861	0,871	0,872	0	-1	0,51	0,51	0,35	50
16 Finlândia	0,745	0,782	0,810	0,825	0,863	0,869	0,871	-2	-1	0,52	0,54	0,54	49
17 Islândia	0,747	0,792	0,815	0,849	0,881	0,869	0,869	-10	0	0,50	0,46	0,23	55
18 Bélgica	0,743	0,797	0,840	0,863	0,858	0,865	0,867	-1	0	0,51	0,42	0,05	52
19 Dinamarca	0,770	0,797	0,821	0,842	0,860	0,864	0,866	-3	0	0,39	0,41	0,27	69
20 Espanha	0,680	0,729	0,789	0,828	0,848	0,861	0,863	1	0	0,79	0,84	0,42	24
21 Hong Kong, China (RAE)	0,693	0,774	0,797	0,800	0,842	0,857	0,862	2	0	0,73	0,53	0,75	31
22 Grécia	0,707	0,753	0,761	0,784	0,839	0,853	0,855	3	0	0,63	0,64	0,86	43
23 Itália	0,703	0,764	0,795	0,825	0,838	0,851	0,854	4	0	0,65	0,56	0,35	42
24 Luxemburgo	0,719	0,784	0,812	0,845	0,856	0,850	0,852	-6	0	0,57	0,42	0,08	48
25 Áustria	0,727	0,777	0,801	0,826	0,841	0,849	0,851	-1	0	0,52	0,45	0,30	58
26 Reino Unido	0,737	0,770	0,824	0,823	0,845	0,847	0,849	-4	0	0,47	0,49	0,31	63
27 Singapura	0,826	0,841	0,846	1	0
28 República Checa	0,774	0,801	0,838	0,841	0,841	-2	0	0,50	..
29 Eslovénia	0,743	0,780	0,813	0,826	0,828	0	0	0,59	..
30 Andorra	0,803	0,822	0,824	2	0
31 Eslováquia	0,738	0,764	0,796	0,815	0,818	5	0	0,69	..
32 Emirados Árabes Unidos	0,627	0,693	0,732	0,756	0,794	0,812	0,815	5	1	0,87	0,81	0,76	23
33 Malta	0,683	0,735	0,754	0,783	0,806	0,813	0,815	-3	-1	0,59	0,51	0,39	57
34 Estónia	0,700	0,762	0,805	0,809	0,812	-3	0	0,63	..
35 Chipre	0,662	0,723	0,766	0,768	0,793	0,809	0,810	4	0	0,67	0,57	0,54	44
36 Hungria	0,689	0,692	0,723	0,767	0,798	0,803	0,805	-1	1	0,52	0,76	0,48	66
37 Brunei Darussalam	..	0,773	0,787	0,792	0,801	0,804	0,805	-5	-1	..	0,20	0,16	..
38 Qatar	0,764	0,799	0,798	0,803	-5	0	0,49	..
39 Barém	0,615	0,694	0,738	0,765	0,793	0,798	0,801	-1	0	0,88	0,72	0,46	25
40 Portugal	0,625	0,694	0,745	0,774	0,775	0,791	0,795	3	1	0,80	0,68	0,27	36
41 Polónia	..	0,683	0,710	0,753	0,775	0,791	0,795	3	-1	..	0,76	0,54	..
42 Barbados	0,775	0,787	0,788	-1	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
43 Baamas	0,776	0,783	0,784	-3	0
44 Lituânia	..	0,709	0,677	0,730	0,775	0,782	0,783	-2	0	..	0,50	0,71	..
45 Chile	0,607	0,675	0,707	0,734	0,762	0,779	0,783	2	0	0,85	0,74	0,65	30
46 Argentina	0,656	0,682	0,709	0,734	0,749	0,772	0,775	4	0	0,56	0,64	0,55	70

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2010

TABELA
2

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH			Taxa média anual de crescimento de IDH			Melhoria na posição do IDH ^a	
	Valor							Alteração		(%)					
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005–2010	2009–2010	1980–2010	1990–2010	2000–2010	1980–2010		
47 Kuwait	0,675	..	0,760	0,763	0,764	0,769	0,771	-2	0	0,44	..	0,10	80		
48 Letónia	0,651	0,679	0,652	0,709	0,763	0,769	0,769	-2	0	0,55	0,63	0,81	71		
49 Montenegro	0,755	0,768	0,769	-1	0		
50 Roménia	..	0,688	0,674	0,690	0,733	0,764	0,767	1	1	..	0,54	1,06	..		
51 Croácia	0,690	0,720	0,752	0,765	0,767	-2	-1	0,63	..		
52 Uruguai	..	0,670	0,691	0,716	0,733	0,760	0,765	0	0	..	0,67	0,67	..		
53 Jamahira Árabe Líbia	0,726	0,749	0,755	3	1		
54 Panamá	0,613	0,644	0,672	0,703	0,724	0,751	0,755	4	-1	0,69	0,79	0,70	54		
55 Arábia Saudita	0,556	0,620	0,649	0,690	0,732	0,748	0,752	-2	0	1,01	0,96	0,85	21		
56 México	0,581	0,635	0,660	0,698	0,727	0,745	0,750	-2	0	0,85	0,83	0,73	38		
57 Malásia	0,541	0,616	0,659	0,691	0,726	0,739	0,744	-2	1	1,06	0,94	0,73	19		
58 Bulgária	0,649	0,678	0,678	0,693	0,724	0,741	0,743	-1	-1	0,45	0,46	0,69	82		
59 Trindade e Tobago	0,656	0,660	0,662	0,685	0,713	0,732	0,736	1	1	0,38	0,54	0,71	84		
60 Sérvia	0,719	0,733	0,735	-1	-1		
61 Bielorrússia	0,706	0,729	0,732	1	0		
62 Costa Rica	0,599	0,639	0,668	0,684	0,708	0,723	0,725	-1	0	0,63	0,63	0,59	68		
63 Perú	0,560	0,608	0,644	0,675	0,695	0,718	0,723	4	0	0,85	0,87	0,69	41		
64 Albânia	..	0,647	0,633	0,670	0,700	0,716	0,719	-1	0	..	0,52	0,70	..		
65 Federação Russa	..	0,692	0,644	0,662	0,693	0,714	0,719	3	0	..	0,19	0,82	..		
66 Cazaquistão	..	0,650	0,620	0,614	0,696	0,711	0,714	-1	0	..	0,47	1,51	..		
67 Azerbeijão	0,563	0,597	0,655	0,710	0,713	16	0	1,77	..		
68 Bósnia e Herzegovina	0,698	0,709	0,710	-4	0		
69 Ucrânia	..	0,690	0,644	0,649	0,696	0,706	0,710	-3	0	..	0,14	0,89	..		
70 Irão, República Islâmica do	..	0,536	0,576	0,619	0,660	0,697	0,702	10	2	..	1,35	1,27	..		
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	0,634	0,660	0,678	0,697	0,701	1	-1	0,61	..		
72 Maurícia	0,525	0,602	0,631	0,657	0,685	0,697	0,701	-2	-1	0,96	0,76	0,64	28		
73 Brasil	0,649	0,678	0,693	0,699	0	4	0,73	..		
74 Geórgia	0,679	0,695	0,698	-3	0		
75 Venezuela, República Bolivariana da	0,611	0,620	0,633	0,637	0,666	0,696	0,696	3	-2	0,44	0,58	0,90	85		
76 Arménia	0,571	0,620	0,669	0,693	0,695	0	0	1,15	..		
77 Equador	0,576	0,612	0,630	0,642	0,676	0,692	0,695	-2	1	0,62	0,64	0,79	72		
78 Belize	0,690	0,694	0,694	-9	-3		
79 Colômbia	0,537	0,579	0,612	0,637	0,658	0,685	0,689	2	1	0,83	0,87	0,79	46		
80 Jamaica	0,589	0,620	0,648	0,665	0,676	0,686	0,688	-6	-1	0,52	0,52	0,35	83		
81 Tunísia	0,436	0,526	0,568	0,613	0,650	0,677	0,683	5	0	1,49	1,30	1,07	7		
82 Jordânia	0,509	0,564	0,595	0,621	0,652	0,677	0,681	2	0	0,97	0,94	0,92	32		
83 Turquia	0,467	0,552	0,583	0,629	0,656	0,674	0,679	-1	1	1,24	1,03	0,76	14		
84 Argélia	0,443	0,537	0,564	0,602	0,651	0,671	0,677	1	1	1,42	1,16	1,18	9		
85 Tonga	..	0,619	0,641	0,651	0,663	0,675	0,677	-6	-2	..	0,45	0,39	..		

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86 Fiji	0,551	0,612	0,636	0,651	0,667	0,667	0,669	-9	0	0,65	0,45	0,28	75	
87 Turquemenistão	0,642	0,662	0,669	0	0	
88 República Dominicana	..	0,560	0,591	0,624	0,638	0,660	0,663	0	0	..	0,85	0,61	..	
89 China	0,368	0,460	0,518	0,567	0,616	0,655	0,663	8	0	1,96	1,83	1,57	2	
90 El Salvador	0,456	0,511	0,562	0,606	0,635	0,655	0,659	0	0	1,23	1,27	0,85	16	
91 Sri Lanka	0,513	0,558	0,584	..	0,635	0,653	0,658	0	0	0,83	0,82	..	51	
92 Tailândia	0,483	0,546	0,581	0,600	0,631	0,648	0,654	1	0	1,01	0,90	0,86	29	
93 Gabão	0,510	0,593	0,610	0,616	0,628	0,642	0,648	1	1	0,80	0,45	0,50	62	
94 Suriname	0,636	0,643	0,646	-5	-1	
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,593	0,631	0,637	0,643	-3	0	0,80	..	
96 Paraguai	0,528	0,557	0,580	0,593	0,619	0,634	0,640	0	1	0,64	0,69	0,75	79	
97 Filipinas	0,523	0,552	0,569	0,597	0,619	0,635	0,638	-2	-1	0,66	0,72	0,67	78	
98 Botsuana	0,431	0,576	0,589	0,572	0,593	0,627	0,633	2	0	1,28	0,47	1,01	15	
99 Moldávia, República da	..	0,616	0,547	0,552	0,606	0,620	0,623	0	0	..	0,06	1,21	..	
100 Mongólia	..	0,520	0,502	0,539	0,588	0,616	0,622	2	0	..	0,90	1,43	..	
101 Egípto	0,393	0,484	0,523	0,566	0,587	0,614	0,620	2	0	1,52	1,23	0,90	8	
102 Uzbequistão	0,588	0,612	0,617	-1	1	
103 Micronésia, Estados Federados da	0,614	0,612	0,614	-5	-1	
104 Guiana	0,500	0,472	0,522	0,552	0,585	0,605	0,611	1	0	0,67	1,29	1,02	81	

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2010

**TABELA
2**

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH			Melhoria na posição do IDH ^a	
	Valor							Alteração		(%)				
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005–2010	2009–2010	1980–2010	1990–2010	2000–2010		
105 Namíbia	..	0,553	0,582	0,568	0,577	0,603	0,606	2	0	..	0,46	0,64	..	
106 Honduras	0,436	0,495	0,523	0,552	0,579	0,601	0,604	0	0	1,09	0,99	0,91	27	
107 Maldivas	0,513	0,560	0,595	0,602	4	0	1,60	..	
108 Indonésia	0,390	0,458	0,508	0,500	0,561	0,593	0,600	2	2	1,43	1,35	1,82	12	
109 Quirguistão	..	0,577	0,515	0,550	0,572	0,594	0,598	0	-1	..	0,18	0,84	..	
110 África do Sul	..	0,601	0,634	..	0,587	0,594	0,597	-6	-1	..	-0,03	
111 República Árabe da Síria	0,470	0,519	0,546	..	0,576	0,586	0,589	-3	0	0,75	0,63	..	74	
112 Tajiquistão	..	0,592	0,501	0,493	0,550	0,576	0,580	0	0	..	-0,10	1,61	..	
113 Vietname	..	0,407	0,457	0,505	0,540	0,566	0,572	1	0	..	1,70	1,24	..	
114 Marrocos	0,351	0,421	0,450	0,491	0,536	0,562	0,567	1	0	1,59	1,49	1,44	5	
115 Nicarágua	0,440	0,454	0,473	0,512	0,545	0,562	0,565	-2	0	0,84	1,10	1,00	67	
116 Guatemala	0,408	0,451	0,479	0,514	0,533	0,556	0,560	0	0	1,05	1,08	0,85	39	
117 Guiné Equatorial	0,477	0,510	0,536	0,538	1	0	1,21	..	
118 Cabo Verde	0,500	0,519	0,531	0,534	-1	0	0,64	..	
119 Índia	0,320	0,389	0,415	0,440	0,482	0,512	0,519	1	0	1,61	1,44	1,66	6	
120 Timor-Leste	0,428	0,497	0,502	11	0	
121 Suazilândia	..	0,511	0,523	0,490	0,474	0,492	0,498	0	0	..	-0,13	0,17	..	
122 República Democrática Popular do Laos	..	0,354	0,388	0,425	0,460	0,490	0,497	4	1	..	1,69	1,56	..	
123 Ilhas Salomão	0,459	0,483	0,492	0,494	-4	-1	0,73	..	
124 Cambodja	0,385	0,412	0,466	0,489	0,494	1	0	1,81	..	
125 Paquistão	0,311	0,359	0,389	0,416	0,468	0,487	0,490	-2	0	1,52	1,55	1,64	10	
126 Congo	0,462	0,499	0,469	0,458	0,470	0,483	0,489	-4	1	0,19	-0,10	0,65	90	
127 São Tomé e Príncipe	0,466	0,485	0,488	-3	-1	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
128 Quénia	0,404	0,437	0,435	0,424	0,443	0,464	0,470	-1	0	0,50	0,37	1,03	87	
129 Bangladesh	0,259	0,313	0,350	0,390	0,432	0,463	0,469	1	0	1,99	2,03	1,86	3	
130 Gana	0,363	0,399	0,421	0,431	0,443	0,463	0,467	-2	0	0,84	0,79	0,82	77	
131 Camarões	0,354	0,418	0,408	0,415	0,437	0,456	0,460	-2	0	0,87	0,48	1,02	73	
132 Mianmar	0,406	0,444	0,451	6	0	
133 Líbano	0,358	0,403	0,431	0,439	8	2	2,04	..	
134 Benim	0,264	0,305	0,347	0,386	0,418	0,432	0,435	0	0	1,67	1,78	1,19	4	
135 Madagáscar	0,399	0,420	0,436	0,435	-2	-2	0,86	..	
136 Mauritânia	..	0,337	0,368	0,390	0,411	0,429	0,433	0	0	..	1,25	1,05	..	
137 Papua-Nova Guiné	0,295	0,349	0,386	..	0,408	0,426	0,431	0	1	1,27	1,07	..	22	
138 Nepal	0,210	0,316	0,344	0,375	0,400	0,423	0,428	5	2	2,37	1,52	1,34	1	
139 Togo	0,347	0,361	0,374	0,399	0,414	0,425	0,428	-4	0	0,70	0,85	0,72	86	
140 Comores	0,423	0,426	0,428	-8	-3	
141 Lesoto	0,397	0,451	0,452	0,423	0,404	0,423	0,427	-1	0	0,24	-0,27	0,10	91	
142 Nigéria	0,402	0,419	0,423	0	0	
143 Uganda	..	0,281	0,312	0,350	0,380	0,416	0,422	4	0	..	2,03	1,87	..	
144 Senegal	0,291	0,331	0,338	0,360	0,388	0,408	0,411	0	1	1,15	1,08	1,34	40	
145 Haiti	0,406	0,410	0,404	-6	-1	
146 Angola	0,349	0,376	0,399	0,403	2	1	1,45	..	
147 Djibuti	0,382	0,399	0,402	-1	-1	
148 Tanzânia, República Unida da	..	0,329	0,330	0,332	0,370	0,392	0,398	1	1	..	0,95	1,81	..	
149 Costa do Marfim	0,350	0,360	0,369	0,379	0,383	0,394	0,397	-4	-1	0,42	0,48	0,47	89	
150 Zâmbia	0,382	0,423	0,371	0,345	0,360	0,387	0,395	1	0	0,11	-0,34	1,35	92	
151 Gâmbia	0,312	0,343	0,362	0,385	0,390	-1	0	1,29	..	
152 Ruanda	0,249	0,215	0,192	0,277	0,334	0,379	0,385	2	0	1,45	2,92	3,31	13	
153 Malawi	0,258	0,289	0,344	0,344	0,336	0,376	0,385	0	0	1,33	1,44	1,13	20	
154 Sudão	0,250	0,282	0,310	0,336	0,360	0,375	0,379	-2	0	1,39	1,47	1,19	18	
155 Afeganistão	0,307	0,342	0,349	1	0	
156 Guiné	0,323	0,338	0,340	-1	0	
157 Etiópia	0,250	0,287	0,324	0,328	3	0	2,73	..	
158 Serra Leoa	0,229	0,230	0,226	0,236	0,292	0,313	0,317	1	0	1,09	1,62	2,95	53	
159 República Centro-Africana	0,265	0,293	0,294	0,299	0,299	0,311	0,315	-1	0	0,58	0,37	0,52	88	
160 Mali	0,165	0,187	0,212	0,245	0,279	0,305	0,309	2	0	2,10	2,53	2,34	60	
161 Burkina Faso	0,285	0,303	0,305	0	0	
162 Libéria	0,295	0,294	0,264	0,294	0,300	2	0	0,05	..	0,20	93	

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2010

TABELA
2

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)						Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH (%)			Melhoria na posição do IDH ^a	
	Valor						Alteração		1980–2010	1990–2010	2000–2010		
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005–2010	2009–2010	1980–2010	1990–2010	2000–2010	
163 Chade	0,269	0,299	0,293	0,295	-6	0	0,90	..
164 Guiné-Bissau	0,278	0,286	0,289	-1	0
165 Moçambique	0,195	0,178	0,186	0,224	0,263	0,280	0,284	0	0	1,25	2,34	2,37	33
166 Burundi	0,181	0,236	0,216	0,223	0,239	0,276	0,282	1	0	1,47	0,87	2,33	17
167 Níger	0,166	0,180	0,192	0,212	0,241	0,258	0,261	-1	0	1,51	1,87	2,09	45
168 Congo, República Democrática do	0,267	0,261	0,226	0,201	0,223	0,233	0,239	0	0	-0,37	-0,44	1,75	94
169 Zimbabué	0,241	0,284	0,262	0,232	0,159	0,118	0,140	0	0	-1,81	-3,53	-5,05	95
Desenvolvidos													
OCDE	0,754	0,798	0,827	0,852	0,868	0,876	0,879	—	—	0,51	0,48	0,31	—
Não-OCDE	0,701	0,761	0,779	0,799	0,829	0,840	0,844	—	—	0,62	0,51	0,54	—
Em desenvolvimento													
Estados Árabes	0,396	0,470	0,505	0,525	0,562	0,583	0,588	—	—	1,32	1,12	1,14	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,383	0,466	0,519	0,559	0,600	0,636	0,643	—	—	1,73	1,61	1,40	—
Europa e Ásia Central	0,503	0,660	0,628	0,648	0,679	0,698	0,702	—	—	1,11	0,31	0,80	—
América Latina e Caraíbas	0,573	0,614	0,640	0,660	0,681	0,699	0,704	—	—	0,68	0,68	0,64	—
Sul da Ásia	0,315	0,387	0,415	0,440	0,481	0,510	0,516	—	—	1,65	1,44	1,61	—
África Subsariana	0,293	0,354	0,358	0,315	0,366	0,384	0,389	—	—	0,94	0,46	2,10	—
Desenvolvimento humano muito elevado	0,753	0,797	0,827	0,851	0,867	0,875	0,878	—	—	0,51	0,48	0,31	—
Desenvolvimento humano elevado	0,556	0,633	0,634	0,659	0,692	0,712	0,717	—	—	0,85	0,62	0,84	—
Desenvolvimento humano médio	0,361	0,440	0,480	0,510	0,555	0,586	0,592	—	—	1,65	1,49	1,49	—
Desenvolvimento humano baixo	0,271	0,310	0,324	0,332	0,366	0,388	0,393	—	—	1,24	1,19	1,68	—
Países menos desenvolvidos	0,251	0,292	0,311	0,325	0,357	0,382	0,386	—	—	1,44	1,40	1,72	—
Mundo	0,455	0,526	0,554	0,570	0,598	0,619	0,624	—	—	1,05	0,85	0,89	—

NOTAS

- a Medido usando o desvio do ajuste (ver capítulo 2). Números mais baixos indicam uma melhoria mais rápida.

FONTES

Colunas 1–7: Calculado com base em dados do DAESNU (2009d), Barro e Lee (2010), Instituto de Estatística da UNESCO (2010a), Banco Mundial (2010g) e FMI (2010a).

Colunas 8–13: Calculado com base nos valores de Índice de Desenvolvimento Humano do ano em questão.

TABELA
3

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

Posição no IDH	Valor	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a			IDH ajustado à desigualdade			Índice de esperança de vida à nascença ajustado à desigualdade ^c			Índice de educação ajustado à desigualdade ^d			Índice de rendimento ajustado à desigualdade ^e		Coeficiente de Gini de rendimento	
		2010	2010	Perda global (%)	Alteração na posição ^b		2010	2010	Perda (%)	2010	2010	Perda (%)	2010	2010	Perda (%)		
					2010	2010											
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																	
1 Noruega	0,938	0,876	6,6	0	0,927	4,0	0,919	2,4	0,788	13,1 ^f	25,8						
2 Austrália	0,937	0,864	7,9	0	0,934	4,7	0,982	1,7	0,702	16,6 ^f	35,2						
3 Nova Zelândia	0,907	0,912	5,0	36,2						
4 Estados Unidos da América	0,902	0,799	11,4	-9	0,886	6,0	0,863	3,2	0,667	23,5 ^f	40,8						
5 Irlanda	0,895	0,813	9,2	-3	0,911	4,6	0,888	3,2	0,664	18,8 ^f	34,3						
6 Listenstaine	0,891						
7 Países Baixos	0,890	0,818	8,1	1	0,911	4,6	0,834	4,0	0,720	15,3 ^f	30,9						
8 Canadá	0,888	0,812	8,6	-2	0,918	5,0	0,834	3,2	0,698	17,1 ^f	32,6						
9 Suécia	0,885	0,824	6,9	4	0,934	3,7	0,825	3,6	0,726	13,0 ^f	25,0						
10 Alemanha	0,885	0,814	8,0	3	0,911	4,4	0,858	2,3	0,689	16,7 ^f	28,3						
11 Japão	0,884	0,961	3,9					24,9	
12 Coreia, República da	0,877	0,731	16,7	-18	0,902	4,8	0,663	25,5	0,653	18,4 ^f	31,6						
13 Suíça	0,874	0,813	7,1	4	0,941	4,4	0,786	2,0	0,725	14,3 ^f	33,7						
14 França	0,872	0,792	9,2	-3	0,932	4,5	0,751	9,1	0,709	13,9 ^f	32,7						
15 Israel	0,872	0,763	12,5	-11	0,922	4,8	0,799	7,9	0,603	23,7 ^f	39,2						
16 Finlândia	0,871	0,806	7,5	2	0,913	4,0	0,805	4,7	0,711	13,4 ^f	26,9						
17 Islândia	0,869	0,811	6,6	5	0,948	3,5	0,854	2,6	0,659	13,4 ^f	..						
18 Bélgica	0,867	0,794	8,4	2	0,911	4,6	0,784	5,2	0,701	15,1 ^f	33,0						
19 Dinamarca	0,866	0,810	6,5	6	0,884	4,8	0,813	3,0	0,738	11,3 ^f	24,7						
20 Espanha	0,863	0,779	9,7	0	0,928	4,4	0,781	5,7	0,653	18,5 ^f	34,7						
21 Hong Kong, China (RAE)	0,862	0,950	4,1	43,4						
22 Grécia	0,855	0,768	10,2	-2	0,907	4,0	0,788	5,8	0,633	19,9 ^f	34,3						
23 Itália	0,854	0,752	12,0	-5	0,931	4,3	0,706	11,8	0,645	19,4 ^f	36,0						
24 Luxemburgo	0,852	0,775	9,0	2	0,903	4,8	0,692	6,2	0,746	15,7 ^f	..						
25 Áustria	0,851	0,787	7,5	5	0,913	4,5	0,753	2,4	0,709	15,1 ^f	29,1						
26 Reino Unido	0,849	0,766	9,7	1	0,900	4,9	0,766	2,1	0,653	21,0 ^f	36,0						
27 Singapura	0,846	0,925	3,8	42,5						
28 República Checa	0,841	0,790	6,1	8	0,862	4,3	0,859	1,3	0,667	12,2 ^f	25,8						
29 Eslovénia	0,828	0,771	6,9	5	0,891	4,3	0,750	4,0	0,685	12,2 ^f	31,2						
30 Andorra	0,824						
31 Eslováquia	0,818	0,764	6,7	3	0,816	6,5	0,821	1,7	0,664	11,7 ^f	25,8						
32 Emirados Árabes Unidos	0,815	0,846	7,4						
33 Malta	0,815	0,897	5,6						
34 Estónia	0,812	0,733	9,8	0	0,784	7,9	0,851	3,1	0,590	17,7 ^f	36,0						
35 Chipre	0,810	0,716	11,7	-1	0,901	5,1	0,626	15,7	0,650	13,8 ^f	..						
36 Hungria	0,805	0,736	8,6	3	0,796	6,6	0,815	4,1	0,614	14,7 ^g	30,0						
37 Brunéi Darussalam	0,805	0,860	5,4						
38 Qatar	0,803	0,820	7,4	41,1						
39 Barém	0,801	0,816	8,1						
40 Portugal	0,795	0,700	11,9	-1	0,891	4,8	0,670	5,7	0,575	23,9 ^f	38,5						
41 Polónia	0,795	0,709	10,8	1	0,829	6,4	0,728	7,1	0,590	18,4 ^f	34,9						
42 Barbados	0,788	0,841	7,9	0,631	16,1 ^g	..						
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO																	
43 Baamas	0,784	0,671	14,4	-4	0,777	9,7	0,665	7,9	0,586	24,5 ^g	..						
44 Lituânia	0,783	0,693	11,5	1	0,752	8,8	0,804	4,3	0,551	20,6 ^f	35,8						

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

TABLE
3

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a	IDH ajustado à desigualdade				Índice de esperança de vida à nascença ajustado à desigualdade ^c		Índice de educação ajustado à desigualdade ^d		Índice de rendimento ajustado à desigualdade ^e		Coeficiente de Gini de rendimento	
		Valor	Valor	Perda global (%)	Alteração na posição ^b	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)		
		2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2000–2010	
45 Chile	0,783	0,634	19,0	-10	0,867	6,9	0,656	13,3	0,448	34,1 ^f	52,0		
46 Argentina	0,775	0,562	27,5	-21	0,790	10,4	0,672	12,1	0,334	51,7 ^f	48,8		
47 Kuwait	0,771	0,850	7,3		
48 Letónia	0,769	0,684	11,0	2	0,768	8,5	0,778	3,3	0,536	20,5 ^f	36,3		
49 Montenegro	0,769	0,693	9,9	4	0,801	7,3	0,711	9,6	0,584	12,6 ^h	36,9		
50 Roménia	0,767	0,675	12,1	3	0,751	10,9	0,693	13,1	0,590	12,2 ^g	32,1		
51 Croácia	0,767	0,650	15,3	-2	0,844	6,0	0,636	10,4	0,512	27,8 ^g	29,0		
52 Uruguai	0,765	0,642	16,1	-2	0,806	10,1	0,653	10,8	0,504	26,3 ^f	47,1		
53 Jamahira Árabe Líbia	0,755	0,759	12,1		
54 Panamá	0,755	0,541	28,3	-20	0,766	13,6	0,644	9,9	0,321	52,6 ^f	54,9		
55 Arábia Saudita	0,752	0,737	12,7		
56 México	0,750	0,593	21,0	-8	0,787	12,3	0,564	17,9	0,469	31,6 ^f	51,6		
57 Malásia	0,744	0,797	8,0	0,488	28,7 ^f	37,9		
58 Bulgária	0,743	0,659	11,3	5	0,771	9,4	0,682	8,1	0,545	16,1 ^g	29,2		
59 Trindade e Tobago	0,736	0,621	15,5	-2	0,653	17,4	0,611	6,6	0,601	21,9 ^h	40,3		
60 Sérvia	0,735	0,656	10,8	6	0,783	9,0	0,640	11,1	0,562	12,2 ^h	28,2		
61 Bielorrússia	0,732	0,664	9,3	9	0,716	8,8	0,683	8,0	0,599	11,1 ^g	28,8		
62 Costa Rica	0,725	0,576	20,6	-6	0,858	8,3	0,519	17,7	0,428	33,7 ^f	48,9		
63 Perú	0,723	0,501	30,7	-26	0,709	16,5	0,510	30,2	0,348	42,7 ^g	50,5		
64 Albânia	0,719	0,627	12,7	4	0,802	10,9	0,601	12,7	0,512	14,4 ^g	33,0		
65 Federação Russa	0,719	0,636	11,5	7	0,661	11,5	0,631	11,2	0,616	11,9 ^g	43,7		
66 Cazaquistão	0,714	0,617	13,6	3	0,595	17,2	0,753	5,3	0,525	17,6 ^h	30,9		
67 Azerbeijão	0,713	0,614	13,8	3	0,613	23,8	0,646	12,0	0,586	4,4 ^g	16,8		
68 Bósnia e Herzegovina	0,710	0,565	20,4	-2	0,798	9,2	0,545	19,4	0,416	31,1 ^g	36,3		
69 Ucrânia	0,710	0,652	8,1	14	0,685	11,0	0,795	2,8	0,509	10,4 ^f	27,6		
70 Irão, República Islâmica do	0,702	0,680	17,3	38,3		
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	0,701	0,584	16,7	4	0,773	10,4	0,527	17,5	0,489	21,8 ^h	42,8		
72 Maurícia	0,701	0,731	11,4		
73 Brasil	0,699	0,509	27,2	-15	0,698	16,6	0,470	25,7	0,401	37,6 ^f	55,0		
74 Geórgia	0,698	0,579	17,0	5	0,667	19,0	0,749	4,9	0,388	25,9 ^h	40,8		
75 Venezuela, República Bolivariana da	0,696	0,549	21,2	-1	0,745	13,3	0,495	17,0	0,449	32,0 ^f	43,4		
76 Arménia	0,695	0,619	11,0	12	0,727	15,3	0,675	6,5	0,483	10,8 ^g	30,2		
77 Equador	0,695	0,554	20,2	3	0,745	15,2	0,501	21,8	0,458	23,4 ^f	54,4		
78 Belize	0,694	0,495	28,7	-16	0,788	12,4	0,545	19,8	0,282	48,5 ^g	59,6		
79 Colômbia	0,689	0,492	28,6	-18	0,718	15,1	0,482	23,9	0,344	43,6 ^f	58,5		
80 Jamaica	0,688	0,574	16,6	9	0,690	16,7	0,619	8,3	0,442	24,1 ^g	45,5		
81 Tunísia	0,683	0,511	25,2	-6	0,751	12,7	0,378	38,7	0,469	21,8 ⁱ	40,8		
82 Jordânia	0,681	0,550	19,2	7	0,729	13,3	0,508	25,1	0,450	18,7 ^g	37,7		
83 Turquia	0,679	0,518	23,6	1	0,690	16,5	0,405	27,4	0,498	26,5 ^h	41,2		
84 Argélia	0,677	0,688	17,9	35,3		
85 Tonga	0,677	0,705	14,5	0,721	5,1		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
86 Fiji	0,669	0,671	13,9	0,679	11,0		
87 Turquemenistão	0,669	0,493	26,4	-12	0,520	27,5	0,647	10,2	0,355	38,7 ^g	40,8		
88 República Dominicana	0,663	0,499	24,8	-7	0,678	18,9	0,450	22,2	0,407	32,6 ^f	48,4		
89 China	0,663	0,511	23,0	0	0,714	15,6	0,453	23,2	0,412	29,5 ⁱ	41,5		
90 El Salvador	0,659	0,477	27,6	-14	0,687	16,5	0,415	32,5	0,382	32,7 ^f	46,9		
91 Sri Lanka	0,658	0,546	17,1	11	0,756	12,3	0,519	17,9	0,414	20,8 ^g	41,1		
92 Tailândia	0,654	0,516	21,2	5	0,706	9,5	0,491	18,0	0,396	34,0 ^g	42,5		
93 Gabão	0,648	0,512	21,0	5	0,446	31,9	0,575	7,3	0,523	22,1 ^g	41,5		
94 Suriname	0,646	0,489	24,3	-7	0,651	16,7	0,475	20,1	0,378	34,9 ^g	52,8		
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,643	0,398	38,0	-17	0,534	27,2	0,510	28,7	0,232	54,2 ^f	57,2		
96 Paraguai	0,640	0,482	24,7	-6	0,663	19,9	0,494	19,8	0,342	33,4 ^f	53,2		
97 Filipinas	0,638	0,518	18,9	11	0,705	15,0	0,554	12,9	0,355	28,0 ^g	44,0		
98 Botsuana	0,633	0,417	25,9	61,0		
99 Moldávia, República da	0,623	0,539	13,5	16	0,673	13,1	0,635	7,5	0,367	19,4 ^g	37,4		
100 Mongólia	0,622	0,527	15,2	16	0,579	22,6	0,635	5,8	0,399	16,4 ^g	36,6		

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

TABLE
3

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a		IDH ajustado à desigualdade			Índice de esperança de vida à nascença ajustado à desigualdade ^c		Índice de educação ajustado à desigualdade ^d		Índice de rendimento ajustado à desigualdade ^e		Coeficiente de Gini de rendimento	
	Valor	2010	Valor	Perda global (%)	2010	Valor	Perda (%)	2010	Perda (%)	2010	Perda (%)		
101 Egípto	0,620	0,449	27,5	-7	0,641	19,8	0,304	43,6	0,465	15,9 ^g	32,1		
102 Uzbequistão	0,617	0,521	15,7	17	0,565	25,9	0,672	1,4	0,372	17,9 ^h	36,7		
103 Micronésia, Estados Federados da	0,614	0,375	39,0	-11	0,616	20,5	0,503	22,4	0,170	63,1 ^f	..		
104 Guiana	0,611	0,497	18,6	7	0,567	25,2	0,588	9,6	0,369	20,3 ^f	43,2		
105 Namíbia	0,606	0,338	44,3	-15	0,503	24,5	0,429	27,8	0,178	68,3 ^h	74,3		
106 Honduras	0,604	0,419	30,6	-4	0,669	19,7	0,379	31,0	0,291	39,7 ^f	55,3		
107 Maldivas	0,602	0,508	15,6	14	0,700	15,5	0,433	11,5	0,434	19,5 ^g	37,4		
108 Indonésia	0,600	0,494	17,7	9	0,678	16,8	0,424	21,4	0,418	14,8 ^g	37,6		
109 Quirguizistão	0,598	0,508	15,1	15	0,601	21,6	0,611	11,1	0,357	12,2 ^g	33,5		
110 África do Sul	0,597	0,411	31,2	-1	0,353	30,2	0,529	20,8	0,373	40,9 ^h	57,8		
111 República Árabe da Síria	0,589	0,467	20,8	4	0,769	11,1	0,312	31,5	0,424	18,3 ^g	..		
112 Tajiquistão	0,580	0,469	19,1	6	0,517	31,0	0,608	9,4	0,328	15,3 ^g	33,6		
113 Vietname	0,572	0,478	16,4	9	0,750	13,8	0,398	17,1	0,367	18,2 ^g	37,8		
114 Marrocos	0,567	0,407	28,1	2	0,671	18,3	0,246	42,7	0,409	20,7 ^g	40,9		
115 Nicarágua	0,565	0,426	24,6	6	0,718	15,6	0,333	33,3	0,324	23,8 ^g	52,3		
116 Guatemala	0,560	0,372	33,6	0	0,640	20,4	0,270	36,1	0,297	42,5 ^f	53,7		
117 Guiné Equatorial	0,538	0,255	48,2	0,297	29,2		
118 Cabo Verde	0,534	0,688	16,4	0,277	30,7	50,4		
119 Índia	0,519	0,365	29,6	0	0,483	31,3	0,255	40,6	0,397	14,7 ^g	36,8		
120 Timor-Leste	0,502	0,334	33,3	-4	0,438	34,3	0,197	44,3	0,433	19,2 ^g	31,9		
121 Suazilândia	0,498	0,320	35,7	-7	0,272	36,4	0,336	38,3	0,359	32,3 ^g	50,7		
122 República Democrática Popular do Laos	0,497	0,374	24,8	5	0,526	27,6	0,287	30,5	0,345	15,5 ^g	32,6		
123 Ilhas Salomão	0,494	0,557	25,2	0,284	30,2		
124 Cambodja	0,494	0,351	28,8	3	0,445	33,4	0,331	31,1	0,295	21,4 ^g	44,2		
125 Paquistão	0,490	0,336	31,5	1	0,501	32,9	0,196	46,4	0,385	10,6 ^g	31,2		
126 Congo	0,489	0,334	31,8	0	0,312	41,9	0,330	30,0	0,360	22,0 ^g	47,3		
127 São Tomé e Príncipe	0,488	0,479	34,4	0,324	22,7	50,6		

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	0,470	0,320	31,9	-1	0,354	37,2	0,369	29,2	0,252	28,8 ^g	47,7
129 Bangladesh	0,469	0,331	29,4	1	0,555	25,3	0,219	44,8	0,299	14,8 ^g	31,0
130 Gana	0,467	0,349	25,4	7	0,354	39,7	0,487	7,5	0,246	25,4 ^g	42,8
131 Camarões	0,460	0,304	33,9	-1	0,279	44,4	0,312	35,3	0,321	19,9 ^g	44,6
132 Mianmar	0,451	0,418	38,2
133 Iémen	0,439	0,289	34,2	-2	0,477	31,2	0,149	49,8	0,341	17,6 ^g	37,7
134 Benim	0,435	0,282	35,2	-5	0,404	39,7	0,202	44,1	0,276	19,2 ^g	38,6
135 Madagáscar	0,435	0,308	29,2	3	0,415	36,4	0,320	30,8	0,220	19,3 ^g	47,2
136 Mauritânia	0,433	0,281	35,1	-5	0,361	38,9	0,199	43,2	0,310	21,5 ^g	39,0
137 Papua-Nova Guiné	0,431	0,470	28,5	50,9
138 Nepal	0,428	0,292	31,9	3	0,569	24,3	0,193	43,3	0,226	26,4 ^g	47,3
139 Togo	0,428	0,287	32,9	2	0,443	35,4	0,264	41,5	0,203	20,0 ^g	34,4
140 Comores	0,428	0,240	43,9	-11	0,534	27,0	0,185	47,4	0,140	54,0 ^h	64,3
141 Lesoto	0,427	0,282	34,0	0	0,260	36,6	0,368	24,9	0,234	39,5 ^h	52,5
142 Nigéria	0,423	0,246	41,7	-6	0,220	51,1	0,228	46,0	0,298	25,1 ^g	42,9
143 Uganda	0,422	0,286	32,1	5	0,321	40,7	0,321	28,2	0,229	26,4 ^g	42,6
144 Senegal	0,411	0,262	36,2	0	0,359	37,4	0,172	47,3	0,293	21,1 ^g	39,2
145 Haiti	0,404	0,239	40,8	-7	0,443	32,9	0,219	40,7	0,141	47,9 ^h	59,5
146 Angola	0,403	0,242	39,9	-4	0,206	53,7	0,207	26,2	0,334	36,4 ^g	58,6
147 Djibuti	0,402	0,252	37,3	0	0,338	41,0	0,144	47,0	0,329	21,3 ^g	39,9
148 Tanzânia, República Unida da	0,398	0,285	28,4	9	0,365	37,5	0,237	28,7	0,268	17,6 ^g	34,6
149 Costa do Marfim	0,397	0,254	36,1	3	0,361	40,5	0,160	44,8	0,281	20,5 ^g	48,4
150 Zâmbia	0,395	0,270	31,5	7	0,231	46,5	0,330	24,2	0,259	20,8 ^g	50,7
151 Gâmbia	0,390	0,238	39,0	-2	0,356	38,5	0,174	44,7	0,218	33,3 ^g	47,3
152 Ruanda	0,385	0,243	37,0	3	0,259	47,4	0,263	30,7	0,210	31,5 ^g	46,7
153 Malawi	0,385	0,261	32,1	8	0,327	40,3	0,256	34,7	0,213	19,7 ^g	39,0
154 Sudão	0,379	0,379	38,5
155 Afeganistão	0,349	0,161	58,8	0,199	39,3
156 Guiné	0,340	0,209	38,4	-1	0,341	44,5	0,135	42,6	0,199	26,8 ^g	43,3

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

TABLE
3

Posição no IDH	Valor	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a			Índice de esperança de vida à nascença ajustado à desigualdade ^c		Índice de educação ajustado à desigualdade ^d		Índice de rendimento ajustado à desigualdade ^e		Coeficiente de Gini de rendimento	
		IDH ajustado à desigualdade			Alteração na posição ^b	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	Valor	Perda (%)	
		2010	2010	2010							2000–2010	
157 Etiópia	0,328	0,216	34,3	1	0,331	42,1	0,137	38,2	0,220	20,8 ^g	29,8	
158 Serra Leoa	0,317	0,193	39,3	-1	0,248	44,5	0,150	48,2	0,192	22,2 ^g	42,5	
159 República Centro-Africana	0,315	0,183	42,0	-3	0,220	49,8	0,163	45,9	0,170	28,1 ^g	43,6	
160 Mali	0,309	0,191	38,3	0	0,231	50,1	0,133	36,9	0,227	25,4 ^g	39,0	
161 Burkina Faso	0,305	0,195	36,2	3	0,296	44,5	0,108	37,3	0,231	25,3 ^g	39,6	
162 Libéria	0,300	0,188	37,3	1	0,351	43,3	0,225	46,4	0,084	19,0 ^g	52,6	
163 Chade	0,295	0,179	39,3	0	0,210	54,5	0,119	37,8	0,229	20,8 ^g	39,8	
164 Guiné-Bissau	0,289	0,166	42,4	-2	0,215	52,5	0,172	40,3	0,124	32,5 ^h	35,5	
165 Moçambique	0,284	0,155	45,3	-2	0,244	45,7	0,144	28,2	0,107	58,1 ^g	47,1	
166 Burundi	0,282	0,177	37,0	2	0,259	47,8	0,206	36,3	0,104	24,9 ^g	33,3	
167 Níger	0,261	0,173	33,9	2	0,274	46,8	0,109	31,3	0,173	21,1 ^h	43,9	
168 Congo, República Democrática do	0,239	0,153	36,2	0	0,209	52,9	0,244	29,1	0,070	22,1 ^g	44,4	
169 Zimbabué	0,140	0,098	29,9	0	0,281	34,2	0,416	20,1	0,008	34,5 ^h	50,1	

Desenvolvidos

OCDE	0,879	0,789	10,2	..	0,907	5,0	0,810	5,6	0,669	19,5	..
Não-OCDE	0,844	0,756^j	10,5	..	0,900 ^j	5,3	0,790 ^j	4,3	0,607 ^j	21,8	..

Em desenvolvimento

Estados Árabes	0,588	0,426^j	27,6	..	0,619 ^j	21,6	0,289 ^j	43,4	0,432 ^j	17,7	..
Ásia Oriental e Pacífico	0,643	0,505^j	21,5	..	0,699 ^j	16,3	0,452 ^j	21,2	0,407 ^j	27,1	..
Europa e Ásia Central	0,702	0,607	13,6	..	0,672	14,3	0,623	11,9	0,535	16,1	..
América Latina e Caraíbas	0,704	0,527	25,1	..	0,728	15,1	0,510	22,1	0,395	37,6	..
Sul da Ásia	0,516	0,361	30,2	..	0,499	30,4	0,246	41,3	0,383	14,5	..
África Subsariana	0,389	0,261	32,8	..	0,294	43,8	0,254	34,1	0,238	26,0	..
Desenvolvimento humano muito elevado	0,878	0,789	10,2	..	0,907	5,0	0,810	5,7	0,668	19,5	..
Desenvolvimento humano elevado	0,717	0,575	19,8	..	0,718	13,8	0,561	17,6	0,472	28,1	..
Desenvolvimento humano médio	0,592	0,449	24,3	..	0,611	22,4	0,369	29,3	0,401	21,9	..
Desenvolvimento humano baixo	0,393	0,267	32,0	..	0,348	40,8	0,227	38,2	0,242	23,2	..
Países menos desenvolvidos	0,386	0,263	31,9	..	0,375	39,0	0,209	38,0	0,232	22,3	..
Mundo	0,624	0,489	21,7	..	0,630	21,3	0,436	28,2	0,425	22,7	..

NOTAS

a Consulte a *Nota Técnica 2* para detalhes sobre o cálculo.

b A alteração na posição é baseada em países para os quais é calculado o IDHAD.

c O ajuste à desigualdade é baseado nas tabelas de vida criadas pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

d O ajuste à desigualdade é baseado em dados de inquéritos a famílias, incluindo dados do Estudo do Rendimento do Luxemburgo, Inquérito da União Europeia sobre Condições de Vida e Rendimento do Eurostat, Base de Dados Internacional sobre Distribuição de Rendimentos do Banco Mundial, Inquérito para o Estudo de Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Inquéritos sobre Demografia e Saúde da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional e Inquérito Mundial sobre Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS).

e O ajuste à desigualdade é baseado em dados de inquéritos a famílias, incluindo dados do Estudo do Rendimento do Luxemburgo, Inquérito da União Europeia sobre Condições de Vida e Rendimento do Eurostat, Base de Dados Internacionais sobre Distribuição de Rendimentos do Banco Mundial, Inquérito para o Estudo de Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Inquéritos sobre Demografia e Saúde da USAID e Base de Dados sobre a Desigualdade de Rendimento no Mundo da UNU-WIDER.

f A desigualdade é estimada a partir do rendimento disponível das famílias per capita.

g A desigualdade é estimada a partir do rendimento imputado utilizando a metodologia de correspondência do índice de bens de Harttgen e Klasen (2010).

h A desigualdade é estimada a partir dos decils de rendimento disponíveis a partir da UNU-WIDER.

i A desigualdade é estimada a partir do consumo das famílias per capita.

j Com base em menos de metade dos países.

FONTES

Coluna 1: Calculado com base em dados das Nações Unidas (2009d), Barro e Lee (2010), Instituto de Estatística da UNESCO (2010a), Banco Mundial (2010g) e FMI (2010a).

Coluna 2: Calculada com uma média geométrica dos valores nas Colunas 5, 7 e 9 utilizando a metodologia da *Nota Técnica 2*.

Colunas 3, 6, 8 e 10: Calculado com base em dados das tabelas de vida das Nações Unidas, Estudo do Rendimento do Luxemburgo, Inquérito da União Europeia sobre Condições de Vida e Rendimento do Eurostat, Base de Dados Internacionais sobre Distribuição de Rendimentos do Banco Mundial, Inquérito para o Estudo de Indicadores Múltiplos da UNICEF, Inquéritos sobre Demografia e Saúde da USAID, Inquérito Mundial sobre Saúde da OMS e Base de Dados sobre a Desigualdade de Rendimento no Mundo da UNU-WIDER utilizando a metodologia da *Nota Técnica 2*.

Coluna 4: Calculado com base nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 5: Calculado com base em dados na coluna 6 e no índice de esperança de vida não ajustado.

Coluna 7: Calculado com base em dados na coluna 10 e no índice de educação não ajustado.

Coluna 9: Calculado com base em dados na coluna 9 e no índice de rendimento não ajustado.

Coluna 11: Banco Mundial (2010c).

TABELA 4

Índice de Desigualdade de Género

Posição no IDH	Índice de Desigualdade de Género ^a		Taxa de mortalidade materna ^b	Taxa de fertilidade na adolescência ^c	Lugares no parlamento (%)	População com pelo menos educação secundária (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força laboral (%)		Taxa de prevalência de contraceptivos, qualquer método (% de mulheres casadas com 15–49 anos)		Cobertura pré-natal de pelo menos uma visita (%)	Partos assistidos por pessoal especializado (%)
	Posição	Valor				Mulheres	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	(% de mulheres casadas com 15–49 anos)		
	2008	2008	2003–2008 ^d	1990–2008 ^d	2008	2010	2010	2008	2008	1990–2008 ^d	1990–2008 ^d	2000–2008 ^d	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1 Noruega	5	0,234	7	8,6	36,1	99,3	99,1	77,3	82,6	88,4
2 Austrália	18	0,296	4	14,9	29,7	95,1	97,2	69,9	83,0	70,8	99 e
3 Nova Zelândia	25	0,320	9	22,6	33,6	71,6	73,5	72,1	84,5	94 e
4 Estados Unidos da América	37	0,400	11	35,9	17,0 f	95,3	94,5	68,7	80,6	72,8	99
5 Irlanda	29	0,344	1	15,9	15,5	82,3	81,5	62,8	80,7	89,0	100
6 Lístenstaine	24,0
7 Países Baixos	1	0,174	6	3,8	39,1	86,3	89,2	73,4	85,4	67,0	100
8 Canadá	16	0,289	7	12,8	24,9	92,3	92,7	74,3	82,7	74,0	100
9 Suécia	3	0,212	3	7,7	47,0	87,9	87,1	77,1	81,8
10 Alemanha	7	0,240	4	7,7	31,1	91,3	92,8	70,8	82,3	100 g
11 Japão	12	0,273	6	4,7	12,3	80,0	82,3	62,1	85,2	54,3	100
12 Coreia, República da	20	0,310	14	5,5	13,7	79,4	91,7	54,5	75,6	80,2	100
13 Suíça	4	0,228	5	5,5	27,2	62,9	74,5	76,6	87,8	100 g
14 França	11	0,260	8	6,9	19,6	79,6	84,6	65,8	74,9	71,0
15 Israel	28	0,332	4	14,3	14,2	78,9	77,2	61,1	70,1
16 Finlândia	8	0,248	7	11,4	41,5	70,1	70,1	73,9	77,7	100
17 Islândia	13	0,279	4	15,1	33,3	66,3	57,7	81,7	89,9
18 Bélgica	6	0,236	8	7,7	36,2	75,7	79,8	60,9	73,5	74,6
19 Dinamarca	2	0,209	3	6,0	38,0	59,0	65,6	77,2	84,3
20 Espanha	14	0,280	4	12,1	33,6	70,9	75,7	63,2	81,7	65,7
21 Hong Kong, China (RAE)	5,7	..	67,3	71,0	60,5	79,2	84,0
22 Grécia	23	0,317	3	8,9	14,7	64,4	72,0	55,4	79,0	76,2
23 Itália	9	0,251	3	4,9	20,2	76,5	84,1	51,6	74,5	99 e
24 Luxemburgo	24	0,318	12	12,3	23,3	66,4	73,9	58,1	73,9	100
25 Áustria	19	0,300	4	12,8	26,6	67,3	85,9	68,3	81,0
26 Reino Unido	32	0,355	8	24,1	19,6	68,8	67,8	69,2	82,2	82,0
27 Singapura	10	0,255	14	4,5	24,5	57,3	64,8	60,6	81,8	100 e
28 República Checa	27	0,330	4	10,6	16,0	85,5	87,6	61,1	78,1	100
29 Eslovénia	17	0,293	6	4,9	10,0	45,9	63,7	67,5	75,4	100
30 Andorra	25,0	50,8	50,9 h
31 Eslováquia	31	0,352	6	20,7	19,3	80,8	87,1	61,3	76,5	100
32 Emirados Árabes Unidos	45	0,464	37	16,0	22,5	76,9	77,3	42,5	92,6	100
33 Malta	35	0,395	8	11,5	8,7	64,4	73,5	41,3	77,7	100 g
34 Estónia	39	0,409	25	21,4	20,8	94,4	94,6	70,2	78,6	100
35 Chipre	15	0,284	10	6,1	14,3	64,0	75,2	64,5	78,5	100
36 Hungria	34	0,382	6	20,2	11,1	93,2	96,7	54,8	68,0	100
37 Brunei Darussalam	13	25,0	..	66,6	23,5	62,6	77,8	100
38 Qatar	94	0,671	12	15,9	0,0	62,1	54,7	49,3	93,1	100
39 Barém	55	0,512	32	16,7	13,8	57,0 b	74,7 h	33,5	86,5	99
40 Portugal	21	0,310	11	16,5	28,3	44,6	43,8	69,0	79,6	67,1	100
41 Polónia	26	0,325	8	13,9	18,0	79,7	83,9	56,9	71,0	100
42 Barbados	42	0,448	16	42,7	13,7	89,5	87,6	76,5	84,9	..	100	100	100

Posição no IDH	Posição	Valor	2008	2003–2008 ^d	1990–2008 ^d	2008	População com pelo menos educação secundária (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força laboral (%)	Taxa de prevalência de contraceptivos, qualquer método (% de mulheres casadas com 15–49 anos)	Cobertura pré-natal de pelo menos uma visita (%)	Partos assistidos por pessoal especializado (%)	
							Índice de Desigualdade de Género ^a	Taxa de mortalidade materna ^b					
							2008	2008	2003–2008 ^d	1990–2008 ^d	2000–2008 ^d	2008	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
43	Baamas	16	53,0	25,0	74,3	82,8	..	98	99
44	Lituânia	33	0,359	11	21,9	17,7	91,9	95,7	65,5	71,6	100
45	Chile	53	0,505	16	59,6	12,7	67,3	69,8	48,1	78,9	64,2	..	100
46	Argentina	60	0,534	77	56,9	39,8	57,0	54,9	57,0	81,6	65,3	99	99
47	Kuwait	43	0,451	4	13,2	3,1 ⁱ	52,2	43,9	45,6	84,5	100
48	Letónia	22	0,316	10	15,2	20,0	94,8	96,2	70,6	78,8	100
49	Montenegro	14	14,7	11,1	97,5 ^h	98,8 ^h	39,4	97	99 ^j
50	Roménia	49	0,478	24	31,2	9,8	83,8	90,5	55,3	70,7	70,0	94	99
51	Croácia	30	0,345	7	14,1	20,9	57,4	72,3	58,9	71,7	100
52	Uruguai	54	0,508	20	61,1	12,3	56,6	51,7	64,4	84,6	77,0	97	99
53	Jamahira Árabe Líbia	52	0,504	97	3,2	7,7	55,6	44,0	25,1	81,1	100 ^j
54	Paraná	81	0,634	130	82,6	16,7	63,5	60,7	52,6	87,0	91
55	Arábia Saudita	128	0,760	18	26,1	0,0	50,3	57,9	21,8	81,8	23,8	..	96
56	México	68	0,576	60	64,8	22,1	57,7	63,6	46,3	84,6	70,9	94	94
57	Malásia	50	0,493	62	12,8	14,6	66,0	72,8	46,7	82,1	..	79	100
58	Bulgária	36	0,399	11	42,2	21,7	69,1	70,6	63,4	73,8	99
59	Trindade e Tobago	48	0,473	45	34,6	33,3	67,6	66,6	59,4	81,9	42,5	96	98
60	Sérvia	14	22,1	21,6	61,7	70,7	41,2	98	99 ^j
61	Bielorrússia	18	21,3	32,5	68,1	74,1	72,6	99	100 ^j
62	Costa Rica	51	0,501	30	67,0	36,8	54,4	52,8	48,8	84,2	..	90	94
63	Perú	74	0,614	240	54,7	29,2	64,1	78,6	61,3	77,6	71,3	91	73 ^j
64	Albânia	61	0,545	92	14,2	7,1	83,2	89,2	55,5	76,4	60,1	97	100
65	Federação Russa	41	0,442	28	25,1	11,5	90,6	71,3	68,7	76,3	100
66	Cazaquistão	67	0,575	140	30,7	12,3	92,2	95,1	73,9	80,4	50,7	100	100 ^j
67	Azerbeijão	62	0,553	82	33,8	11,4	90,0 ^h	96,0 ^h	66,3	71,1	51,1	77	89 ^j
68	Bósnia e Herzegovina	3	15,9	12,3	65,4	78,1	35,7	99	100 ^j
69	Ucrânia	44	0,463	18	28,3	8,2	91,5	96,1	62,3	72,6	66,7	99	99
70	Irão, República Islâmica do	98	0,674	140	18,3	2,8	39,0	57,2	32,5	73,1	73,3	98	97
71	Macedónia, Antiga Repúbliga Jugoslava da	10	21,7	31,7	50,4	74,8	13,5	94	98 ^j
72	Maurícia	46	0,466	15	39,3	17,1	45,2	52,9	46,3	80,3	75,8	..	99 ^e
73	Brasil	80	0,631	110	75,6	9,4	48,8	46,3	64,0	85,2	..	98	97
74	Géorgia	71	0,597	66	44,7	6,0	89,7 ^h	92,7 ^h	59,8	77,4	47,3	94	98
75	Venezuela, República Bolivariana da	64	0,561	57	89,9	18,6	33,4	29,6	54,0	82,7	..	94	95
76	Arménia	66	0,570	76	35,7	8,4	94,1	94,8	68,6	81,8	53,1	93	98
77	Equador	86	0,645	210	82,8	25,0	44,2	45,8	48,1	79,2	72,7	84	99 ^j
78	Belize	73	0,600	52	78,7	11,1	35,2	32,8	49,0	83,7	34,3	94	96 ^j
79	Colômbia	90	0,658	130	74,3	9,7	49,5	48,5	43,3	79,8	78,2	94	96 ^j
80	Jamaica	84	0,638	170	77,3	13,6	74,0	71,1	62,2	78,4	69,0	91	97 ^j
81	Tunísia	56	0,515	100	6,9	19,9	33,5	48,0	27,7	74,2	60,2	96	90
82	Jordânia	76	0,616	62	24,5	8,5	57,6	73,8	24,7	78,3	57,1	99	99
83	Turquia	77	0,621	44	38,8	9,1	27,1	46,8	26,9	74,6	71,0	92	83
84	Argélia	70	0,594	180	7,3	6,5	36,3	49,3	38,2	83,1	61,4	89	95
85	Tonga	22,8	3,1 ^k	84,0	87,9	56,0	76,7	99
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
86	Fiji	210	31,5	..	86,6	88,6	40,2	80,4	99
87	Turquemenistão	130	19,5	65,3	76,6	61,8	99	100
88	República Dominicana	87	0,646	150	108,7	17,1	49,7	41,8	54,6	83,6	72,9	99	98
89	China	38	0,405	45	9,7	21,3	54,8	70,4	74,5	84,8	86,9	91	98
90	El Salvador	89	0,653	170	82,7	16,7	41,9	48,2	50,5	81,2	72,5	94	84 ^e
91	Sri Lanka	72	0,599	58	29,8	5,8	56,0	57,6	38,5	80,3	68,0	99	99
92	Tailândia	69	0,586	110	37,3	12,7	25,6	33,7	70,7	85,0	81,1	98	99
93	Gabão	99	0,678	520	89,9	16,1	53,8	34,7	71,1	82,9	32,7	94	86

Índice de Desigualdade de Género

TABELA
4

	Índice de Desigualdade de Género ^a	Taxa de mortalidade materna ^b	Taxa de fertilidade na adolescência ^c	Lugares no parlamento (%)	População com pelo menos educação secundária (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força laboral (%)	Taxa de prevalência de contraceptivos, qualquer método (% de mulheres casadas com 15-49 anos)	Cobertura pré-natal de pelo menos uma visita (%)	Partos assistidos por pessoal especializado (%)	
					Mulheres	Homens					
Posição no IDH	Posição	Valor			Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	1990–2008 ^d	1990–2008 ^d	2000–2008 ^d
		2008	2008	2003–2008 ^d	1990–2008 ^d	2008	2010	2010	2008	2008	1990–2008 ^d
94 Suriname	72	39,5	25,5	41,8	71,3	42,1	90
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	96	0,672	290	78,2	14,7	55,1	67,9	64,1	82,9	60,6	77
96 Paraguai	85	0,643	150	72,3	13,6	46,7	51,3	58,0	88,3	79,4	96
97 Filipinas	78	0,623	230	45,0	20,2	65,9	63,7	50,2	80,6	50,6	91
98 Botsuana	91	0,663	380	52,1	11,1	73,6	77,5	75,1	81,8	44,4	97
99 Moldávia, República da	40	0,429	22	33,8	21,8	85,8	92,3	53,4	55,6	67,8	98
100 Mongólia	57	0,523	46	16,6	4,2	83,0	81,8	70,0	79,5	66,0	99
101 Egípto	108	0,714	130	39,0	3,7	43,4	61,1	24,4	76,4	60,3	74
102 Uzbequistão	24	12,9	16,4	61,7	73,7	64,9	99
103 Micronésia, Estados Federados da	25,4	0,0	88
104 Guiana	92	0,667	470	62,7	30,0	42,6	43,7	49,2	85,4	34,2	81
105 Namíbia	75	0,615	210	74,4	26,9	49,6	46,1	53,5	63,6	55,1	95
106 Honduras	101	0,680	280	93,1	23,4	31,9	36,3	43,4	84,6	65,2	92
107 Maldivas	59	0,533	120	13,4	12,0	31,3	37,3	58,3	76,5	39,0	84
108 Indonésia	100	0,680	420	39,8	11,6	24,2	31,1	53,3	86,2	61,4	93
109 Quirguizistão	63	0,560	150	32,3	25,6	81,0	81,2	60,9	83,8	47,8	97
110 África do Sul	82	0,635	400	59,2	33,9 ¹	66,3	68,0	51,0	67,0	60,3	91
111 República Árabe da Síria	103	0,687	130	61,1	12,4	24,7	24,1	22,0	82,1	58,3	84
112 Tadjiquistão	65	0,568	170	28,4	19,6	93,2	85,8	59,1	79,8	37,9	89
113 Vietname	58	0,530	150	16,6	25,8	24,7	28,0	74,2	80,6	79,0	91
114 Marrocos	104	0,693	240	18,9	6,2	20,1	36,4	28,7	83,6	63,0	68
115 Nicarágua	97	0,674	170	112,7	18,5	30,8	44,7	48,6	81,9	72,4	90
116 Guatemala	107	0,713	290	107,2	12,0	16,0	21,2	50,0	89,9	43,3	84
117 Guiné Equatorial	680	122,8	6,0	39,4	94,0	10,1	86
118 Cabo Verde	210	94,9	18,1	56,2	82,7	61,3	98
119 Índia	122	0,748	450	68,1	9,2	26,6	50,4	35,7	84,5	56,3	74
120 Timor-Leste	380	53,8	29,2	61,6	84,8	10,0	61
121 Suazilândia	93	0,668	390	83,9	22,1	49,9	46,1	55,2	75,8	50,6	85
122 República Democrática Popular do Laos	88	0,650	660	37,4	25,2	22,9	36,8	81,4	80,6	32,2	35
123 Ilhas Salomão	220	41,8	0,0	24,6	50,4	..	74
124 Cambodja	95	0,672	540	39,2	15,8	11,6	20,6	75,6	85,5	40,0	69
125 Paquistão	112	0,721	320	45,7	21,2	23,5	46,8	21,8	86,7	29,6	61
126 Congo	121	0,744	740	112,8	9,2	43,8	48,7	62,4	83,6	44,3	86
127 São Tomé e Príncipe	66,1	7,3	46,9	78,5	29,3	81

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	117	0,738	560	103,5	9,8	20,1	38,6	77,6	88,9	39,3	92	42
129 Bangladesh	116	0,734	570	71,6	6,3	30,8	39,3	61,4	85,5	55,8	51	18 ^j
130 Gana	114	0,729	560	64,0	7,9	33,9	83,1	75,2	75,6	23,5	90	57
131 Camarões	129	0,763	1000	127,5	13,9	21,1	34,9	54,0	82,2	29,2	82	63
132 Mianmar	380	18,4	..	18,0	17,6	64,2	86,7	37,0	76	57
133 Iémen	138	0,853	430	68,1	0,7	7,6	24,4	20,1	74,3	27,7	47	36
134 Benim	127	0,759	840	111,8	10,8	11,3	25,9	68,1	79,0	17,0	84	78 ^j
135 Madagáscar	510	132,8	9,4	86,0	89,3	27,1	80	51 ^j
136 Mauritânia	118	0,738	820	90,0	19,9	8,0	20,8	60,4	82,2	9,3	75	61 ^j
137 Papua-Nova Guiné	133	0,784	470	55,0	0,9	12,4	24,4	72,1	74,2	..	79	39 ^e
138 Nepal	110	0,716	830	101,4	33,2	17,9	39,9	65,9	81,9	48,0	44	19
139 Togo	115	0,731	510	64,8	11,1	15,3	45,1	64,6	86,4	16,8	84	62 ^j
140 Comores	400	45,7	3,0	74,6	85,9	25,7	75	62 ^j
141 Lesoto	102	0,685	960	73,5	25,8	24,3	20,3	71,9	78,7	37,3	90	55 ^j
142 Nigéria	1100	126,6	7,3	39,5	74,8	14,7	58	39 ^j
143 Uganda	109	0,715	550	150,0	30,7	9,1	20,8	80,5	91,2	23,7	94	42
144 Senegal	113	0,727	980	104,4	29,2	10,9	19,4	65,3	89,9	11,8	87	52 ^j
145 Haiti	119	0,739	670	46,4	5,2	22,5	36,3	58,4	83,0	32,0	85	26 ^j
146 Angola	1400	123,7	37,3	76,3	89,2	6,2	80	47 ^j

	Índice de Desigualdade de Género ^a	Taxa de mortalidade materna ^b	Taxa de fertilidade na adolescência ^c	Lugares no parlamento (%)	População com pelo menos educação secundária (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força laboral (%)	Taxa de prevalência de contraceptivos, qualquer método	Cobertura pré-natal de pelo menos uma visita	Partos assistidos por pessoal especializado				
					Mulheres	(% com 25 anos ou mais)								
Posição no IDH	Posição	Valor	2008	2008	2003–2008 ^d	1990–2008 ^d	2008	2010	2010	2008	2008	1990–2008 ^d	1990–2008 ^d	2000–2008 ^d
147 Djibuti	650	23,0	13,9	63,2	80,3	17,8	92	93 ^j		
148 Tanzânia, República Unida da	950	130,4	30,4	88,8	91,1	26,4	76	46 ^j		
149 Costa do Marfim	130	0,765	810	129,9	8,9	13,6	25,2	51,3	82,4	12,9	85	57		
150 Zâmbia	124	0,752	830	141,8	15,2	25,7	44,2	60,4	78,7	40,8	94	47 ^j		
151 Gâmbia	120	0,742	690	88,1	9,4	16,5	31,6	71,2	85,1	17,5	98	57 ^j		
152 Ruanda	83	0,638	1300	36,7	50,9	7,4	8,0	87,9	85,9	36,4	96	52 ^j		
153 Malawi	126	0,758	1100	135,2	13,0	10,4	20,4	74,6	77,7	41,0	92	54		
154 Sudão	106	0,708	450	56,8	16,8	12,8	18,2	32,3	74,0	7,6	64	49 ^j		
155 Afeganistão	134	0,797	1800	121,3	25,9	5,8	34,0	33,3	85,5	18,6	16	14		
156 Guiné	910	152,3	.. ^m	82,3	90,0	9,1	88	38 ^j		
157 Etiópia	720	104,4	21,4	80,8	91,1	14,7	28	6		
158 Serra Leoa	125	0,756	2100	126,0	13,2	9,5	20,4	67,1	68,1	8,2	87	42 ^j		
159 República Centro-Africana	132	0,768	980	106,6	10,5	10,3	26,2	71,6	86,9	19,0	69	54 ^j		
160 Mali	135	0,799	970	162,9	10,2	3,2	8,4	38,1	68,9	8,2	70	49 ^j		
161 Burkina Faso	700	130,9	15,3	79,7	91,5	17,4	85	54		
162 Libéria	131	0,766	1200	141,6	13,8	15,7	39,2	69,1	76,8	11,4	79	46		
163 Chade	1500	164,4	5,2	64,0	78,3	2,8	39	14		
164 Guiné-Bissau	1100	129,2	10,0	61,2	85,4	10,3	78	39 ^j		
165 Moçambique	111	0,718	520	149,2	34,8	1,5	6,0	85,7	86,6	16,5	89	48 ^j		
166 Burundi	79	0,627	1100	18,6	31,7	5,2	9,2	91,5	88,3	19,7	92	34		
167 Níger	136	0,807	1800	157,4	12,4	2,5	7,6	37,9	88,1	11,2	46	18		
168 Congo, República Democrática do	137	0,814	1100	201,4	7,7	10,7	36,2	57,4	86,8	20,6	85	74 ^j		
169 Zimbabué	105	0,705	880	64,6	18,2	48,8	62,0	60,8	74,5	60,2	94	69		

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	16,7	100	100		
Butão	440	38,3	13,9	54,1	71,9	30,7	88	51		
Cuba	47	0,473	45	45,2	43,2	73,9	80,4	48,6	77,0	72,6	100	100		
Domínica	18,8	29,7 ^h	23,2 ^h	100	94		
Eritreia	450	66,9	22,0	61,6	84,4	8,0	70	28 ^j		
Granada	42,4	21,4	100	99		
Iraque	123	0,751	300	85,5	25,5	22,0	42,7	14,2	71,5	49,8	84	89		
Kiribati	4,4	36,1	..	90		
Coreia, República Democrática Popular da	370	0,0	20,1	60,7	80,7	68,6	..	97		
Líbano	150	16,2	4,7	24,1	74,8	58,0	96	98		
Ilhas Marshall	3,0	81	95		
Mónaco	25,0		
Nauru	0,0	35,6	95	97		
Territórios Ocupados da Palestina	78,7	16,7	72,4	50,2		
Omã	64	10,4	9,1	26,1	79,1	..	100	98		
Palau	6,9	32,8	..	100		
São Cristóvão e Nevis	6,7	100	100		
Santa Lúcia	61,6	17,2	55,3	80,4	..	99	98		
São Vicente e Granadinas	58,9	18,2	61,4	84,1	..	95	100		
Samoa	27,6	8,2	41,8	79,5	100		
San Marino	15,0		
Seychelles	23,5	66,9 ^h	66,6 ^h		
Somália	1400	70,1	8,2	58,0	86,0	14,6	26	33 ^j		
Tuvalu	0,0	97	100		
Vanuatu	47,0	3,9	79,7	88,6	..	84	93		

Índice de Desigualdade de Género

TABELA
4

Posição no IDH	Posição	Valor	2008	2003–2008 ^d	1990–2008 ^d	2008	População com pelo menos educação secundária (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força laboral (%)	Taxa de prevalência de contraceptivos, qualquer método (% de mulheres casadas com 15–49 anos)	Cobertura pré-natal de pelo menos uma visita (%)	Partos assistidos por pessoal especializado (%)
							Mulheres	Homens				
OCDE	—	0,317	8	19,4	20,6	84,0	86,6	65,5	80,1	99
Desenvolvidos												
Não-OCDE	—	0,376	16	11,2	18,1	70,4	72,1	58,2	82,3	..	100	100
Em desenvolvimento												
Estados Árabes	—	0,699	238	42,6	8,7	31,8	45,0	27,0	78,2	46,9	74	77
Ásia Oriental e Pacífico	—	0,467	126	18,1	19,8	48,2	61,4	70,1	84,5	..	91	91
Europa e Ásia Central	—	0,498	41	28,2	12,5	78,0	74,0	58,6	75,0	63,0	95	96
América Latina e Caraíbas	—	0,609	122	72,6	17,5	51,3	52,7	55,3	83,3	..	95	91
Sul da Ásia	—	0,739	454	65,0	10,4	27,4	49,1	37,2	84,2	53,8	70	45
Africa Subsariana	—	0,735	881	122,3	17,3	23,9	38,1	63,8	82,3	23,6	73	48
Desenvolvimento humano muito elevado	—	0,319	8	19,1	20,5	83,7	86,1	65,3	80,2	..	100	99
Desenvolvimento humano elevado	—	0,571	82	47,7	13,3	61,2	61,3	52,7	79,5	66,3	95	96
Desenvolvimento humano médio	—	0,591	242	41,8	16,0	40,9	57,4	54,7	84,1	68,4	84	74
Desenvolvimento humano baixo	—	0,748	822	108,9	14,4	19,0	32,0	61,3	83,4	27,8	66	39
Países menos desenvolvidos	—	0,746	786	104,5	16,6	17,8	29,1	64,7	85,2	29,5	63	36
Mundo	—	0,560	273	53,7	16,2	51,6	61,7	56,8	82,6	..	82	75

NOTAS

- a Consulte a *Nota Técnica 3* para detalhes sobre como o Índice de Desigualdade de Género é calculado.
- b A taxa de mortalidade materna é definida como o número de mortes por 100 000 nados-vivos.
- c A taxa de fertilidade na adolescência é definida como o número de nascimentos por 1000 mulheres com 15–19 anos.
- d Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- e Nascimentos registados.
- f O denominador do cálculo refere-se apenas a membros votantes da Câmara de Representantes.
- g Estimativa da Organização Mundial de Saúde.
- h Estimativa do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- i Não foram eleitas quaisquer mulheres nas eleições de 2008; no entanto, foram nomeadas duas mulheres para o governo que tomou posse em Junho de 2008 e ministros do gabinete também têm assento parlamentar.
- j Inclui partos por grupos de funcionários dos serviços de saúde além de médicos, enfermeiras e parteiras.
- k Não foram eleitas quaisquer mulheres em 2008; no entanto, foi nomeada uma mulher para o governo e ministros do gabinete também têm assento parlamentar.
- l Não inclui os 36 delegados rotativos especiais com designação ad hoc; todas as percentagens são calculadas com base nos 54 lugares permanentes.
- m O parlamento foi dissolvido no seguimento do golpe de Dezembro de 2008.

FONTES

- Colunas 1 e 2: Calculado com base em dados da UNICEF (2010c), DAESNU (2009d), UIP (2010), Barro e Lee (2010) e OIT (2010d).
- Colunas 3 e 11: UNICEF (2010c).
- Coluna 4: DAESNU (2009d).
- Coluna 5: UIP (2010).
- Colunas 6 e 7: Barro e Lee (2010).
- Colunas 8 e 9: OIT (2010d).
- Coluna 10: Nações Unidas (2009).
- Coluna 12: OMS (2010).

TABELA
5

Índice de Pobreza Multidimensional

Posição no IDH	Índice de Pobreza Multidimensional ^{b,c}	POPULAÇÃO EM POBREZA MULTIDIMENSIONAL			POPULAÇÃO COM PELO MENOS UMA PRIVAÇÃO GRAVE EM			POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DA POBREZA DE RENDIMENTO	
		Contagem de pessoas ^b (%)	Intensidade de privação ^b (%)	População em risco de pobreza multidimensional ^{b,c} (%)	Educação ^d (%)	Saúde ^d (%)	Padrões de vida ^d (%)	PPC de 1,25 USD por dia (%)	Limiar de pobreza nacional (%)
		2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO									
28	República Checa	0,000	0,0	46,7	3,1	0,0	3,1	0,0
29	Eslóvénia	..	0,0	0,0	0,4	0,0	3,1	0,0	<2 ..
31	Eslaváquia	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	.. 16,8
32	Emirados Árabes Unidos	0,002	0,6	35,3	2,0	0,6	5,4	0,0
34	Estónia	0,026	7,2	36,5	1,3	7,3	5,1	0,1	<2 ..
36	Hungria	0,003	0,8	38,9	3,8	0,1	4,5	0,0	<2 ..
41	Polónia	<2 14,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
44	Lituânia	<2 ..
45	Chile	<2 ..
46	Argentina	0,011^f	3,0 ^f	37,7 ^f	5,7 ^f	15,4 ^f	3,8 ^f	4,7 ^f	3,4 ..
48	Letónia	0,001	0,3	46,7	1,3	0,1	1,6	1,1	<2 5,9
49	Montenegro	0,006	1,5	41,6	1,9	4,2	0,8	0,7	<2 ..
50	Roménia	2,8	<2 28,9
51	Croácia	0,007	1,6	41,6	..	2,3	2,4	0,4	<2 11,1
52	Uruguai	0,006	1,7	34,7	0,1	1,7	5,1	0,0	<2 ..
54	Panamá	9,5 36,8
56	México	0,015	4,0	38,9	5,8	10,1	9,2	6,7	4,0 47,0
57	Malásia	<2 ..
58	Bulgária	<2 12,8
59	Trindade e Tobago	0,020	5,6	35,1	0,4	1,5	5,6	0,8
60	Sérvia	0,003	0,8	40,0	3,6	5,2	0,4	0,8	<2 ..
61	Bielorrússia	0,000	0,0	35,1	0,8	2,0	3,1	0,1	<2 17,4
62	Costa Rica	<2 23,9
63	Perú	0,085	19,8	43,1	17,1	8,5	14,6	38,2	7,7 51,6
64	Albânia	0,004	1,0	38,1	9,4	6,6	7,2	0,9	<2 18,5
65	Federação Russa	0,005	1,3	38,9	0,8	1,6	3,5	0,4	<2 19,6
66	Cazaquistão	0,002	0,6	36,9	5,0	1,3	9,8	1,1	<2 15,4
67	Azerbaijão	0,021	5,4	38,6	12,4	10,2	20,3	4,2	<2 49,6
68	Bósnia e Herzegovina	0,003	0,8	37,2	7,0	11,1	0,4	0,8	<2 19,5
69	Ucrânia	0,008	2,2	35,7	1,2	6,2	2,1	0,2	<2 19,5
70	Irão, República Islâmica do	<2 ..
71	Macedónia, Antiga República Jugoslava da	0,008	1,9	40,9	6,7	5,9	7,2	0,9	<2 21,7
73	Brasil	0,039	8,5	46,0	13,1	20,2	5,2	2,8	5,2 21,5
74	Geórgia	0,003	0,8	35,2	5,3	2,4	5,9	4,6	13,4 54,5
75	Venezuela, República Bolivariana da	3,5 ..
76	Arménia	0,008	2,3	36,5	5,5	9,5	14,6	0,8	3,7 50,9
77	Equador	0,009	2,2	41,6	2,1	2,3	4,6	3,9	4,7 38,3
78	Belize	0,024	5,6	42,6	7,6	8,5	13,3	7,0
79	Colômbia	0,041	9,2	44,1	8,3	13,2	17,5	9,7	16,0 45,1
80	Jamaica	<2 18,7
81	Tunísia	0,010	2,8	37,1	4,9	1,1	13,1	6,9	2,6 ..
82	Jordânia	0,010	2,7	35,5	1,6	10,6	11,9	0,2	<2 14,2
83	Turquia	0,039	8,5	45,9	19,0	15,4	16,0	7,3	2,6 27,0

Índice de Pobreza Multidimensional

TABELA
5

Posição no IDH	POPOLAÇÃO EM POBREZA MULTIDIMENSIONAL				POPOLAÇÃO COM PELO MENOS UMA PRIVAÇÃO GRAVE EM			POPOLAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DA POBREZA DE RENDIMENTO		
	Índice de Pobreza Multidimensional ^{a,b}	Contagem de pessoas ^b	Intensidade de privação ^b	População em risco de pobreza multidimensional ^{b,c}	Educação ^d	Saúde ^d	Padrões de vida ^d	PPC de 1,25 USD por dia	Limiar de pobreza nacional	
		2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
88	República Dominicana	0,048	11,1	43,3	13,2	17,5	13,1	13,2	4,4	48,5
89	China	0,056	12,5	44,9	6,3	10,9	11,3	12,4	15,9	2,8
90	El Salvador	6,4	30,7
91	Sri Lanka	0,021	5,3	38,7	14,4	0,5	9,8	26,4	14	22,7
92	Tailândia	0,006	1,7	38,5	9,9	12,6	5,6	1,5	<2	..
93	Gabão	0,161	35,4	45,5	22,4	19,2	35,4	34,8	4,8	..
94	Suriname	0,044	7,5	58,8	5,2	18,8	15,9	2,3
95	Bolívia, Estado Plurinacional da	0,175	36,3	48,3	21,6	37,8	31,4	38,0	11,7	37,7
96	Paraguai	0,064	13,3	48,5	15,0	7,5	13,1	32,4	6,5	..
97	Filipinas	0,067	12,6	53,5	11,1	13,6	14,2	18,2	22,6	..
99	Moldávia, República da	0,008	2,2	37,6	7,2	5,1	10,1	5,3	2,4	48,5
100	Mongólia	0,065	15,8	41,0	20,7	6,8	19,0	39,6	2,2	36,1
101	Egípto	0,026	6,4	40,4	6,9	18,0	16,9	0,9	<2	16,7
102	Uzbequistão	0,008	2,3	36,2	8,1	4,4	17,4	2,3	46,3	27,2
104	Guiana	0,055	13,8	39,7	6,5	4,7	12,4	10,8
105	Namíbia	0,187	39,6	47,2	23,5	16,0	37,2	60,8
106	Honduras	0,160	32,6	48,9	17,8	46,6	21,1	30,8	18,2	50,7
108	Indonésia	0,095	20,8	45,9	12,2	12,6	14,4	31,2	29,4	16,7
109	Quirguizistão	0,019	4,9	38,8	9,2	18,7	2,1	8,3	3,4	43,1
110	Africa do Sul	0,014	3,1	46,7	3,9	3,2	8,1	10,8	26,2	22,0
111	República Árabe da Síria	0,021	5,5	37,5	7,1	20,4	13,6	1,3
112	Tajiquistão	0,068	17,1	40,0	23,1	14,3	35,6	21,9	21,5	53,5
113	Vietname	0,075	14,3	52,5	12,0	12,3	10,8	30,1	21,5	28,9
114	Marrocos	0,139	28,5	48,8	11,4	36,3	31,5	21,4	2,5	..
115	Nicarágua	0,211	40,7	51,9	15,7	36,4	25,9	54,1	15,8	45,8
116	Guatemala	0,127	25,9	49,1	9,8	26,8	15,0	40,5	11,7	51,0
118	Cabo Verde	20,6
119	Índia	0,296	55,4	53,5	16,1	37,5	56,5	58,5	41,6	28,6
120	Timor-Leste	37,2	39,7	..
121	Suazilândia	0,183	41,1	44,4	24,5	25,9	33,5	66,3	62,9	69,2
122	República Democrática Popular do Laos	0,267	47,3	56,5	14,1	43,9	22,3	59,7	44,0	33,5
124	Cambodja	0,263	53,9	48,9	20,2	40,9	36,0	78,4	25,8	30,1
125	Paquistão	0,275^g	51,0 ^g	54,0 ^g	11,8 ^g	51,2	29,2 ^g	42,9	22,6	..
126	Congo	0,270	55,9	48,4	22,5	21,7	47,6	73,8	54,1	42,3
127	São Tomé e Príncipe	0,236	51,6	45,8	23,9	36,7	26,6	74,3	28,4	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
128	Quénia	0,302	60,4	50,0	23,2	21,9	41,4	86,2	19,7	46,6
129	Bangladesh	0,291	57,8	50,4	21,2	31,4	53,1	76,3	49,6	40,0
130	Gana	0,140	30,1	46,4	21,4	24,1	17,9	57,5	30	28,5
131	Camarões	0,299	54,6	54,7	18,3	37,4	42,6	67,9	32,8	39,9
132	Mianmar	0,088	14,2	62,0	17,6	32,7	11,7	22,8	..	32,0
133	Iémen	0,283	52,5	53,9	13,0	54,5	34,4	38,2	17,5	..
134	Benim	0,412	72,0	57,3	13,2	62,8	51,7	79,1	47,3	39,0
135	Madagáscar	0,413	70,5	58,5	14,8	55,4	49,6	83,7	67,8	68,7
136	Mauritânia	0,352	61,7	57,1	15,1	55,3	44,1	66,8	21,2	46,3
138	Nepal	0,350	64,7	54,1	15,6	38,0	58,3	77,2	55,1	30,9
139	Togo	0,284	54,3	52,4	21,6	39,9	38,0	75,5	38,7	..
140	Comores	0,408	73,9	55,3	16,0	60,1	45,7	90,3	46,1	..
141	Lesoto	0,220	48,1	45,8	27,5	29,7	22,1	82,4	43,4	56,3
142	Nigéria	0,368	63,5	57,9	15,7	42,4	59,5	72,1	64,4	..
143	Uganda	51,5	31,1	..
144	Senegal	0,384	66,9	57,4	11,6	66,9	54,3	54,9	33,5	..
145	Haiti	0,306	57,3	53,3	18,4	41,0	37,3	76,0	54,9	..
146	Angola	0,452	77,4	58,4	10,7	56,9	60,8	82,0	54,3	..
147	Djibuti	0,139	29,3	47,3	16,1	39,3	25,6	28,1	18,4	..

Posição no IDH	Índice de Pobreza Multidimensional ^{a,b}	POPULAÇÃO EM POBREZA MULTIDIMENSIONAL			População em risco de pobreza multidimensional ^{b,c}	POPULAÇÃO COM PELO MENOS UMA PRIVAÇÃO GRAVE EM			POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DA POBREZA DE RENDIMENTO	
		Contagem de pessoas ^b (%)	Intensidade de privação ^b (%)	Educação ^d (%)		Saúde ^d (%)	Padrões de vida ^d (%)	PPC de 1,25 USD por dia (%)	Limiar de pobreza nacional (%)	
		2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e	2000–2008 ^e
148	Tanzânia, República Unida da	0,367	65,3	56,3	23,0	34,0	35,5	90,6	88,5	35,7
149	Costa do Marfim	0,320	52,2	61,4	16,4	62,7	40,6	37,7	23,3	..
150	Zâmbia	0,325	63,7	51,1	17,8	30,1	51,3	78,3	64,3	68,0
151	Gâmbia	0,324	60,4	53,6	17,6	53,4	52,1	60,1	34,3	61,3
152	Ruanda	0,443	81,4	54,4	14,0	53,6	46,1	95,3	76,6	56,9
153	Malawi	0,384	72,3	53,2	19,8	43,6	45,2	93,9	73,9	52,4
155	Afganistão	42,0
156	Guiné	0,505	82,4	61,3	9,4	74,8	60,8	84,4	70,1	..
157	Etiópia	0,582	90,0	64,7	5,2	83,9	48,2	94,2	39	44,2
158	Serra Leoa	0,489	81,5	60,0	11,1	60,6	58,2	92,4	53,4	70,2
159	República Centro-Africana	0,512	86,4	59,3	7,6	72,7	56,2	92,3	62,4	..
160	Mali	0,564	87,1	64,7	7,3	81,1	65,8	86,8	51,4	..
161	Burkina Faso	0,536	82,6	64,9	8,6	80,4	62,9	81,6	56,5	46,4
162	Libéria	0,484	83,9	57,7	9,5	68,9	59,6	91,6	83,7	..
163	Chade	0,344	62,9	54,7	28,2	39,4	8,2	95,2	61,9	..
164	Guiné-Bissau	48,8	65,7
165	Moçambique	0,481	79,8	60,3	9,8	69,1	52,7	86,4	74,7	55,2
166	Burundi	0,530	84,5	62,7	12,2	71,6	35,5	97,3	81,3	..
167	Níger	0,642	92,7	69,3	4,0	87,1	64,9	93,0	65,9	..
168	Congo, República Democrática do	0,393	73,2	53,7	16,1	48,4	48,2	85,5	59,2	71,3
169	Zimbabué	0,174	38,5	45,2	24,6	15,1	29,6	64,5

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Butão	26,3	..
Iraque	0,059	14,3	41,3	14,3	32,0	20,0	5,2
Territórios Ocupados da Palestina	0,003	0,7	38,2	12,7	14,6	2,8	0,8
Seychelles	<2
Somália	0,514	81,2	63,3	9,5	74,5	47,6	86,7

NOTAS

- a** Ver *Nota Técnica 4* para detalhes sobre como o Índice de Pobreza Multidimensional é calculado.
- b** Nem todos os indicadores se encontram disponíveis para todos os países; por conseguinte, comparações transnacionais devem ser feitas com cautela. Nos casos em que não há dados, as ponderações dos indicadores foram ajustadas para 100%. Para detalhes sobre países com falta de dados, ver Alkire e Santos (2010).
- c** Pessoas em risco de sofrer várias privações, ou seja, sujeitas a privações que se sobreponham em 2 de 10 indicadores.
- d** Percentagem da população sujeita a privação em pelo menos 1,5 dos indicadores ponderados na saúde, na educação ou nos padrões de vida. Para detalhes, ver Alkire e Santos (2010).

e Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

f Estimativas referentes apenas a partes do país.

g As estimativas devem ser interpretadas como limite inferior porque os dados relativos à nutrição não estavam disponíveis a partir do conjunto de dados utilizado.

FONTES

- Colunas 1, 2 e 4-7:** Calculado com base em dados sobre privação das famílias na educação, saúde e padrões de vida a partir de vários inquéritos a famílias.
- Coluna 3:** Com base em vários inquéritos a famílias (Inquéritos sobre Demografia e Saúde, Inquéritos para o Estudo de Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Inquéritos Mundiais sobre Saúde da Organização Mundial de Saúde) levados a cabo entre 2000 e 2008.
- Colunas 8 e 9:** Banco Mundial (2010c).

TABELA 6

Capacitação

Posição no IDH	AGÊNCIA		LIBERDADE POLÍTICA		LIBERDADES CIVIS			RESPONSABILIZAÇÃO		
	Satisfação com a liberdade de escolha (% de satisfeitos)		Democracia	Violações dos direitos humanos	Liberdade de imprensa	Jornalistas aprisionados	Vítimas de corrupção	Descentralização democrática	Envolvimento político	
	Total	Mulheres	Pontuação (0–2) ^a	Pontuação (1–5) ^b	(índice) ^c	(número) ^d	(% de pessoas sujeitas a situação de suborno no último ano)	Pontuação (0–2) ^e		
	2009	2009	2008	2008	2009	2009	2008	2008		2008
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1 Noruega	93	93	2	..	0,0	0	5	2	31	
2 Austrália	91	90	2	1	3,1	0	8	1	23	
3 Nova Zelândia	89	90	2	1	3,0	0	9	2	23	
4 Estados Unidos da América	83	85	2	3	4,0	0	9	2	32	
5 Irlanda	82	83	2	1	0,0	0	7	2	26	
6 Listenstaine	2	0	
7 Países Baixos	87	88	2	1	1,0	0	4	1	30	
8 Canadá	91	92	2	2	3,7	0	8	2	20	
9 Suécia	90	81	2	1	0,0	0	6	2	29	
10 Alemanha	85	86	2	1	3,5	0	4	2	35	
11 Japão	70	75	2	1	3,3	0	3	2	22	
12 Coreia, República da	55	56	2	2	15,7	0	10	1	22	
13 Suíça	90	87	2	2	1,0	0	..	2	36	
14 França	79	78	2	2	10,7	0	6	2	23	
15 Israel	64	58	2	3 ^f	23,8	0	11	..	18	
16 Finlândia	92	93	2	1	0,0	0	9	1	19	
17 Islândia	86	87	2	..	2,0	0	5	2	25	
18 Bélgica	86	85	2	2	2,5	0	6	..	23	
19 Dinamarca	96	93	2	2	0,0	0	5	2	37	
20 Espanha	70	70	2	3	11,0	0	6	2	17	
21 Hong Kong, China (RAE)	90	90	11,8	0	3	..	5	
22 Grécia	43	39	2	3	9,0	0	15	2	16	
23 Itália	63	60	2	2	12,1	0	6	2	14	
24 Luxemburgo	93	90	2	..	4,0	0	4	..	36	
25 Áustria	85	86	2	1	3,0	0	5	..	36	
26 Reino Unido	81	82	2	2	4,0	0	4	2	24	
27 Singapura	73	73	1	1	45,0	0	1	0	12	
28 República Checa	73	71	2	1	5,0	0	27	
29 Eslovénia	89	88	2	1	9,5	0	9	..	36	
30 Andorra	2	0	
31 Eslováquia	49	51	2	1	11,0	0	..	2	14	
32 Emirados Árabes Unidos	83	85	0	2	21,5	0	20	0	16	
33 Malta	76	73	2	2	2,5	0	5	1	21	
34 Estônia	53	53	2	2	0,5	0	9	..	16	
35 Chipre	74	73	2	1	5,5	0	18	2	16	
36 Hungria	43	44	2	1	5,5	0	34	2	15	
37 Brunéi Darussalam	0	
38 Qatar	77	72	0	2	24,0	0	8	1	24	
39 Barém	..	89	0	2	36,5	0	20	1	..	
40 Portugal	60	67	2	2	8,0	0	6	2	23	
41 Polónia	74	68	2	1	9,5	0	8	2	5	
42 Barbados	2	0	

Posição no IDH	AGÊNCIA		LIBERDADE POLÍTICA		LIBERDADES CIVIS			RESPONSABILIZAÇÃO		
	Satisfação com a liberdade de escolha (% de satisfeitos)		Democracia	Violações dos direitos humanos	Liberdade de imprensa	Jornalistas aprisionados	Vítimas de corrupção	Descentralização democrática	Envolvimento político	
	Total	Mulheres	Pontuação (0–2) ^a	Pontuação (1–5) ^b	(índice) ^c	(número) ^d	(% de pessoas sujeitas a situação de suborno no último ano)	Pontuação (0–2) ^e	(% de pessoas que manifestaram a sua opinião a responsáveis públicos)	
	2009	2009	2008	2008	2009	2009	2008	2008	2008	2008
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
43 Bahamas	2	2	..	0
44 Lituânia	45	47	2	1	2,3	0	21	2	2	11
45 Chile	72	74	2	2	10,5	0	8	1	1	26
46 Argentina	62	59	2	2	11,3	0	8	11
47 Kuwait	80	78	0	1	15,3	0	19	1	1	24
48 Letónia	39	41	2	2	3,0	0	22	17
49 Montenegro	47	50	1	2	17,0	0	13
50 Roménia	54	52	2	3	12,5	0	36	2	2	9
51 Croácia	62	48	2	1	17,2	0	19
52 Uruguai	80	80	2	1	7,6	0	5	19
53 Jamahira Árabe Líbia	0	3	64,5	0	..	2
54 Panamá	68	64	2	..	14,5	0	6	1	1	30
55 Arábia Saudita	60	52	0	4	76,5	1	29	0	0	22
56 México	66	66	2	4	48,3	0	11	2	2	22
57 Malásia	83	83	1	2	44,3	0	4	11
58 Bulgária	48	45	2	2	15,6	0	..	2	2	14
59 Trindade e Tobago	81	83	2	3	7,0	0	4	12
60 Sérvia	42	37	2	..	15,5	0	12
61 Bielorrússia	56	57	0	3	59,5	0	22	0	0	11
62 Costa Rica	87	87	2	..	8,0	0	9	2	2	31
63 Perú	59	57	2	2	20,9	0	12	1	1	18
64 Albânia	47	43	2	2	21,8	0	..	2	2	14
65 Federação Russa	50	51	1	4	60,9	1	21	13
66 Cazaquistão	71	69	1	3	49,7	1	23	11
67 Azerbeijão	45	45	1	2	53,5	6	36	1	1	25
68 Bósnia e Herzegovina	32	25	0	2	10,5	0	..	2	2	8
69 Ucrânia	38	38	2	3	22,0	0	23	13
70 Irão, República Islâmica do	57	59	0	4	104,1	23	19	1	1	19
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	42	51	2	2	8,8	0	..	2	2	12
72 Maurícia	2	..	14,0	0	..	2
73 Brasil	76	73	2	4	15,9	0	5	2	2	19
74 Geórgia	43	40	2	3	18,8	0	2	23
75 Venezuela, República Bolivariana da	65	61	2	3	39,5	1	7	2	2	20
76 Arménia	39	39	2	3	31,1	0	17	2	2	12
77 Equador	73	71	2	2	20,0	0	7	2	2	15
78 Belize	62	62	2	0	..	0	..	22
79 Colômbia	75	75	2	5	40,1	0	11	2	2	29
80 Jamaica	73	74	2	4	4,8	0	15
81 Tunísia	70	76	1	3	61,5	2	14	2	2	16
82 Jordânia	75	76	0	4	31,9	0	5	1	1	14
83 Turquia	38	46	2	3	38,3	1	13	2	2	12
84 Argélia	50	58	1	3	49,6	0	28	1	1	16
85 Tonga	1	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
86 Fiji	0	1	60,0	0
87 Turquemenistão	0	2	107,0	0	..	0
88 República Dominicana	83	83	2	4	26,8	0	12	2	2	16
89 China	70	68	0	4	84,5	24	..	2	2	..
90 El Salvador	64	63	2	2	17,3	0	6	2	2	14
91 Sri Lanka	74	74	2	4	75,0	1	5	2	2	12
92 Tailândia	84	86	2	3	44,0	0	13	2	2	29
93 Gabão	1	..	43,5	0	..	2	2	..

TABELA
6**DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO**

86 Fiji	0	1	60,0	0
87 Turquemenistão	0	2	107,0	0	..	0
88 República Dominicana	83	83	2	4	26,8	0	12	2	2	16
89 China	70	68	0	4	84,5	24	..	2	2	..
90 El Salvador	64	63	2	2	17,3	0	6	2	2	14
91 Sri Lanka	74	74	2	4	75,0	1	5	2	2	12
92 Tailândia	84	86	2	3	44,0	0	13	2	2	29
93 Gabão	1	..	43,5	0	..	2	2	..

TABELA
6

Posição no IDH	AGÊNCIA		LIBERDADE POLÍTICA		LIBERDADES CIVIS			RESPONSABILIZAÇÃO		
	Satisfação com a liberdade de escolha (% de satisfeitos)		Democracia	Violações dos direitos humanos	Liberdade de imprensa	Jornalistas aprisionados	Vítimas de corrupção	Descentralização democrática	Envolvimento político	
	Total	Mulheres								
	2009	2009	2008	2008	2009	2009	2008	2008	2008	2008
94 Suriname	2	1	10,6	0
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	74	69	2	3	24,2	0	18	2	27	27
96 Paraguai	69	67	2	3	14,3	0	10	..	10	10
97 Filipinas	87	87	2	4	38,3	0	13	2	24	24
98 Botsuana	84	84	1	..	15,5	0	10	1	18	18
99 Moldávia, República da	48	46	2	3	33,8	0	34	..	20	20
100 Mongólia	42	40	2	3	23,3	0	20	1	25	25
101 Egípto	60	55	1	4	51,4	3	24	0	12	12
102 Uzbequistão	76	71	1	3	67,7	7	12	1	23	23
103 Micronésia, Estados Federados da	2	0
104 Guiana	66	65	1	..	10,5	0	..	2	19	19
105 Namíbia	76	75	1	1	9,0	0	23	23
106 Honduras	64	64	2	2	42,0	0	9	2	13	13
107 Maldivas	2	1	14,0	0
108 Indonésia	75	75	2	3	28,5	0	4	2	11	11
109 Quirguistão	63	64	2	1	40,0	0	24	1	12	12
110 África do Sul	73	70	1	3	8,5	0	13	2	24	24
111 República Árabe da Síria	72	66	0	4	78,0	1	24	..	10	10
112 Tadjiquistão	59	65	1	2	32,0	0	17	1	19	19
113 Vietname	73	74	0	3	81,7	1	9	2	16	16
114 Marrocos	71	81	0	3	41,0	1	24	0	6	6
115 Nicarágua	74	76	2	2	16,8	0	13	2	14	14
116 Guatemala	63	63	2	2	29,5	0	12	0	23	23
117 Guiné Equatorial	1	3	65,5	0	..	0
118 Cabo Verde	2	..	11,0	0
119 Índia	66	60	2	4	29,3	1	15	1	12	12
120 Timor-Leste	2	2	16,0	0	..	0
121 Suazilândia	0	3	52,5	0
122 República Democrática Popular do Laos	84	84	0	1	92,0	0	15	1	42	42
123 Ilhas Salomão	2	1	..	0
124 Cambodja	93	91	1	2	35,2	1	11	..	14	14
125 Paquistão	31	40	2	4	65,7	0	9	1	15	15
126 Congo	52	55	1	3	34,3	0	43	..	25	25
127 São Tomé e Príncipe	2	0

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	58	61	2	4	25,0	0	32	..	23
129 Bangladesh	62	62	0	4	37,3	0	9	0	7
130 Gana	74	72	2	2	6,0	0	14	..	19
131 Camarões	69	70	1	4	30,5	1	26	..	20
132 Mianmar	0	5	102,7	9	6
133 Iémen	62	54	1	4	83,4	2	41	1	9
134 Benim	67	66	2	2	16,0	0	20	2	21
135 Madagáscar	33	29	2	..	45,8	0	12	2	10
136 Mauritânia	69	76	0	3	28,5	1	18	..	28
137 Papua-Nova Guiné	2	2	14,7	0	..	2	..
138 Nepal	58	57	2	4	35,6	0	8	2	11
139 Togo	24	23	1	2	15,5	0	22	2	19
140 Comores	50	40	2	..	19,0	0	11
141 Lesoto	1	..	27,5	0
142 Nigéria	51	47	2	4	46,0	0	27	0	30
143 Uganda	76	78	1	3	21,5	0	23	..	21
144 Senegal	54	57	2	3	22,0	0	20	0	26
145 Haiti	42	40	1	2	15,0	0	20	..	26
146 Angola	69	70	0	3	36,5	0	33	0	39
147 Djibuti	65	65	0	..	31,0	0	13	..	29

Posição no IDH	AGÊNCIA		LIBERDADE POLÍTICA		LIBERDADES CIVIS			RESPONSABILIZAÇÃO		
	Satisfação com a liberdade de escolha (% de satisfeitos)		Democracia	Violações dos direitos humanos		Liberdade de imprensa	Jornalistas apreendidos	Vítimas de corrupção	Descentralização democrática	Envolvimento político (% de pessoas que manifestaram a sua opinião a respeitantes públicos)
	Total	Mulheres		Pontuação (0–2) ^a	Pontuação (1–5) ^b	(índice) ^c	(número) ^d	(% de pessoas sujeitas a situação de suborno no último ano)		
	2009	2009		2008	2008	2009	2009	2008	2008	2008
148 Tanzânia, República Unida da	54	58	1	2	15,5	0	27	32
149 Costa do Marfim	76	75	0	3	29,0	0	22
150 Zâmbia	71	68	1	..	26,8	0	17	1	16	..
151 Gâmbia	1	2	48,3	1	..	0
152 Ruanda	77	74	1	2	64,7	0	10	1	1	26
153 Malawi	88	88	2	2	15,5	0	10	0	0	26
154 Sudão	69	69	0	5	54,0	0	38
155 Afeganistão	63	56	1	5	54,3	0	31	0	0	22
156 Guiné	67	63	0	4	28,5	0	30
157 Etiópia	35	37	1	3	49,0	4	14	1	1	17
158 Serra Leoa	72	73	2	3	34,0	0	15	0	0	41
159 República Centro-Africana	66	67	1	4	17,8	0	..	0	0	38
160 Mali	49	63	2	2	8,0	0	23	2	2	16
161 Burkina Faso	57	56	1	3	15,0	0	14	1	1	12
162 Libéria	72	71	2	2	15,5	0	29	28
163 Chade	52	41	1	5	44,5	0	16	0	0	22
164 Guiné-Bissau	2	1	23,5	0
165 Moçambique	51	49	1	3	19,0	0	20	1	1	15
166 Burundi	43	44	2	4	29,0	0	14	2	2	13
167 Níger	88	87	2	3	48,5	0	17	19
168 Congo, República Democrática do	54	55	1	5	53,5	0	..	0	0	19
169 Zimbabué	41	43	1	4	46,5	0	33	10

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	2	0
Burão	2	..	15,8	0
Cuba	26	28	0	3	94,0	22	..	1	40	..
Domínica	2	0
Eritreia	1	3	115,5	19	..	0
Granada	2	0
Iraque	37	39	0	5	53,3	1	36	21
Kiribati	2	0
Coreia, República Democrática Popular da	0	..	112,5	0	..	2
Libano	66	64	0	3	15,4	0	30	1	1	12
Ilhas Marshall	2	0
Mónaco	0
Nauru	2	0
Territórios Ocupados da Palestina	46	47	..	5 ^g	69,8	0	15	20
Omã	0	1	29,5	0	..	0
Palau	2	0
São Cristóvão e Nevis	2	0
Santa Lúcia	2	0	..	2
São Vicente e Granadinas	2	0
Samoa	1	0	..	0
San Marino	2	0
Seychelles	1	..	16,0	0
Somália	0	5	77,5	0
Tuvalu	2	0
Vanuatu	2	0	..	2

NOTAS

- a 0 é não-democrático, 1 é democrático sem alternância, 2 é democrático.
 b 1 corresponde ao menor número de violações dos direitos humanos, 5 corresponde ao maior número de violações dos direitos humanos.
 c Uma pontuação mais baixa indica uma maior liberdade de imprensa.
 d Os dados referem-se a casos verificados de jornalistas detidos a partir de 1 de Dezembro de 2009. Países com um valor de 0 não tiveram casos confirmados a partir dessa data.

- e 0 significa inexistência de eleições locais, 1 significa corpo legislativo eleito mas executivo nomeado, 2 significa corpo legislativo e executivo eleitos localmente.
 f Refere-se às fronteiras de Israel anteriores a 1967 e não inclui os Territórios Ocupados (Gaza e Cisjordânia).
 g Refere-se à violência cometida dentro dos Territórios Ocupados da Palestina por forças israelitas. A violência cometida na Cisjordânia por actores que trabalham com ou para a Autoridade Nacional Palestina obtém uma pontuação de 4.

FONTES

- Coluna 1, 2, 7 e 9: Base de dados da Sondagem Mundial da Gallup (2010).
 Coluna 3: Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010).
 Coluna 4: Gibney, Cornett e Woods (2010).
 Coluna 5: Repórteres sem Fronteiras (2009).
 Coluna 6: Comité para a Protecção dos Jornalistas (2009).
 Coluna 8: Beck et alii (2001).

TABELA
7

Sustentabilidade e vulnerabilidade

Posição no IDH	Poupanças líquidas ajustadas ^a	Pegada ecológica do consumo	QUOTA DE FORNECIMENTO TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA		Emissões de dióxido de carbono per capita		População a viver em terras degradadas	POPULAÇÃO SEM ACESSO A SERVIÇOS MELHORADOS		Mortes por poluição do ar interior e exterior e da água ^d	População afectada por desastres naturais ^e
	(% de RNB)	(hectares per capita)	Combustíveis fósseis ^b	Fontes renováveis ^c	(toneladas)	(%)	(% de área terrestre)	Área protegida	Água	Saneamento	(por milhão de pessoas)
		2008	2006	2007	2007	1990 2006	2009	2010	2008	2008	2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO											
1 Noruega	16,2	4,2	69	31	7,4	8,6	14,4	0	0	0	65
2 Austrália	15,0	..	94	6	17,4	18,1	10,5	9	0	0	35
3 Nova Zelândia	..	7,6	67	33	6,7	7,4	25,9	5	0	..	0
4 Estados Unidos da América	0,9	9,0	86	5	19,0	19,0	14,8	1	1	0	135
5 Irlanda	7,5	8,2	91	3	8,8	10,4	1,0	0	0	1	0
6 Lísterstaine	42,4
7 Países Baixos	-1,2	4,6	93	4	11,2	10,3	12,4	5	0	0	203
8 Canadá	7,6	5,8	76	16	16,2	16,7	8,0	3	0	0	84
9 Suécia	20,5	..	33	31	6,0	5,6	11,3	0	0	0	55
10 Alemanha	..	4,0	81	9	12,1 ^f	9,7	40,5	8	0	0	124
11 Japão	15,3	4,1	83	3	9,5	10,1	16,3	0	0	0	194
12 Coreia, República da	21,1	3,7	82	1	5,6	9,9	2,4	3	2	0	150
13 Suíça	..	5,6	52	21	6,3	5,6	22,8	0	0	0	108
14 França	9,8	4,6	51	7	7,0	6,2	15,1	4	0	0	81
15 Israel	11,3	5,4	96	4	7,4	10,3	18,7	13	0	0	213
16 Finlândia	16,0	5,5	50	24	10,2	12,7	9,1	0	0	0	19
17 Islândia	19	81	8,1	7,4	9,7	0	0	0	0
18 Bélgica	..	5,7	73	4	10,8	10,3	0,9	10	0	0	203
19 Dinamarca	13,8	7,2	82	18	9,8	9,9	5,0	9	0	0	111
20 Espanha	10,1	5,6	83	7	5,9	8,0	8,6	1	0	0	137
21 Hong Kong, China (RAE)	95	0	4,8	5,5	41,8	0
22 Grécia	-4,8	5,8	94	5	7,2	8,7	13,8	1	0	2	226
23 Itália	8,6	4,9	91	7	7,5	8,1	9,9	2	0	..	137
24 Luxemburgo	89	3	26,0	24,5	19,8	..	0	0	0
25 Áustria	17,6	4,9	73	26	7,9	8,6	22,9	3	0	0	147
26 Reino Unido	3,9	6,1	90	..	10,0	9,4	24,4	3	0	0	189
27 Singapura	34,7	4,5	100	0	15,6	12,8	5,4	..	0	0	262
28 República Checa	13,4	5,3	83	5	12,7	11,3	15,1	4	0	2	167
29 Eslovénia	18,1	3,9	69	10	6,4 ^f	7,6	12,1	8	1	0	150
30 Andorra	6,0	..	0	0	..
31 Eslováquia	-81,1	4,9	71	6	8,4 ^f	7,0	23,5	9	0	0	74
32 Emirados Árabes Unidos	..	10,3	100	0	29,4	32,8	5,6	2	0	3	51
33 Malta	100	0	6,3	6,3	17,3	..	0	0	0
34 Estónia	9,0	6,4	90	10	16,4 ^f	13,1	20,0	5	2	5	74
35 Chipre	-2,8	..	97	3	6,8	9,2	11,0	11	0	0	242
36 Hungria	5,0	3,2	79	5	6,0	5,7	5,1	17	0	0	208
37 Brunei Darussalam	100	0	25,0	15,5	42,9	0	..	0	..
38 Qatar	..	9,7	100	0	25,2	56,2	0,7	0	0	0	..
39 Barém	15,6	..	100	0	24,1	28,8	1,4	0	0
40 Portugal	4,1	4,4	79	18	4,4	5,7	5,9	2	1	0	191
41 Polónia	9,2	3,9	94	6	9,1	8,3	21,8	13	0	10	162
42 Barbados	4,0	4,6	0,1	..	0	0	0

Posição no IDH	Poupanças líquidas ajustadas ^a (% de RNB)	Pegada ecológica do consumo (hectares per capita)	QUOTA DE FORNECIMENTO TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA			Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas)	Área protegida (% de área terrestre)	População a viver em terras degradadas (%)	POPULAÇÃO SEM ACESSO A SERVIÇOS MELHORADOS		Mortes por poluição do ar interior e exterior e da água ^d (por milhão de pessoas)	População afectada por desastres naturais ^e (média anual por milhão de pessoas)				
			Combustíveis fósseis ^b (%)	Fontes renováveis ^c (%)	2008	2006	2007	2007	1990	2006	2009	2010	2008	2008	2004	2000–2009
													2008	2008	2004	2000–2009

DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO

43	Baamas	7,6	6,5	13,7	0	0	6,666	
44	Lituânia	6,6	3,3	62	9	6,0	4,2	4,5	5	204	0
45	Chile	-0,4	3,1	78	22	2,7	3,7	16,5	1	4	4	161	4,774
46	Argentina	7,7	3,0	90	7	3,5	4,4	5,4	2	3	10	349	1,963
47	Kuwait	9,7	7,9	100	0	19,0	31,2	1,6	1	1	0	115	0
48	Letónia	14,8	4,6	64	30	5,1 ^f	3,3	17,8	2	1	22	0	5
49	Montenegro	13,3	8	2	8	0	273
50	Roménia	13,7	2,7	83	13	6,8	4,6	7,1	13	..	28	460	1,072
51	Croácia	11,3	3,3	87	7	3,7 ^f	5,2	7,3	18	1	1	225	52
52	Uruguai	7,2	..	62	38	1,3	2,1	0,3	6	0	0	421	4,824
53	Jamahira Árabe Líbia	..	3,2	99	1	9,2	9,2	0,1	8	..	3	310	..
54	Panamá	18,9	3,2	75	25	1,3	2,0	18,7	4	7	31	189	2,950
55	Arábia Saudita	-1,8	3,5	100	0	13,2	15,8	31,3	4	108	61
56	México	9,0	3,2	89	9	4,6	4,1	11,1	4	6	15	174	6,587
57	Malásia	95	5	3,1	7,2	17,9	1	0	4	60	1,667
58	Bulgária	2,9	3,3	78	5	8,7	6,3	9,1	8	0	0	437	203
59	Trindade e Tobago	-19,2	..	100	0	13,9	25,3	31,2	..	6	8	0	146
60	Sérvia	89	11	6,0	19	1	8	0	176
61	Bielorrússia	19,8	4,2	92	5	9,6	7,1	7,3	5	0	7	10	0
62	Costa Rica	9,1	2,7	47	53	1,0	1,8	20,9	1	3	5	118	11,383
63	Perú	7,0	1,8	70	30	1,0	1,4	13,6	1	18	32	244	18,032
64	Albânia	8,5	2,6	68	21	2,3	1,4	9,8	6	3	2	97	21,349
65	Federação Russa	1,6	4,4	89	3	13,9 ^f	10,9	9,0	3	4	13	241	1,531
66	Cazaquistão	2,5	4,4	99	1	15,9 ^f	12,6	2,5	24	5	3	358	571
67	Azerbaijão	-0,1	2,3	98	2	5,9 ^f	4,2	7,2	4	20	55	525	474
68	Bósnia e Herzegovina	..	3,4	91	9	1,2 ^f	7,0	0,6	6	1	5	79	10,832
69	Ucrânia	8,5	2,7	82	1	11,9	6,9	3,5	6	2	5	313	1,561
70	Irão, República Islâmica do	..	2,7	99	1	4,0	6,6	7,1	25	134	58,770
71	Macedónia, Antiga República Jugoslava da	9,0	..	85	8	5,6 ^f	5,3	4,9	7	0	11	148	60,392
72	Maurícia	8,5	1,4	3,1	4,5	..	1	9	81	220
73	Brasil	5,2	..	53	44	1,4	1,9	28,0	8	3	20	269	3,908
74	Geórgia	-0,3	..	70	30	2,9 ^f	1,2	3,7	2	2	5	421	18,916
75	Venezuela, República Bolivariana da	6,5	2,3	88	12	6,2	6,3	53,8	2	69	506
76	Arménia	18,1	1,6	71	6	1,1 ^f	1,5	8,0	10	4	10	1,045	10,704
77	Ecuador	0,4	1,9	87	13	1,6	2,4	25,1	2	6	8	124	9,126
78	Belize	8,8	1,7	2,9	28,0	1	1	10	0	54,328
79	Colômbia	1,5	1,9	71	29	1,6	1,4	20,4	2	8	26	168	11,288
80	Jamaica	90	10	3,4	4,5	18,9	3	6	17	340	17,504
81	Tunísia	7,0	1,9	86	14	1,6	2,3	1,3	37	6	15	174	362
82	Jordânia	3,6	2,0	98	2	3,2	3,6	9,4	22	4	2	204	2,639
83	Turquia	8,3	2,8	90	10	2,6	3,6	1,9	5	1	10	427	957
84	Argélia	21,4	1,9	100	0	3,1	4,0	6,3	29	17	5	324	622
85	Tonga	0,8	1,3	14,5	..	0	4	0	18,168

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86	Fiji	-7,1	3,7	1,1	1,9	1,3	0	6,720
87	Turquemenistão	..	3,8	100	0	7,2 ^f	9,0	3,0	11	..	2	691	0
88	República Dominicana	-0,3	1,4	81	20	1,3	2,1	22,1	7	14	17	256	3,319
89	China	35,1	1,8	87	12	2,1	4,6	16,6	9	11	45	693	96,359
90	El Salvador	-0,1	..	42	58	0,5	1,0	0,8	6	13	13	215	39,965
91	Sri Lanka	10,4	0,9	46	55	0,2	0,6	20,8	21	10	9	315	31,444
92	Tailândia	18,0	1,7	81	19	1,8	4,3	19,6	17	2	4	345	46,173
93	Gabão	3,6	..	40	60	6,6	1,6	14,9	0	13	67	372	1,357
94	Suriname	4,5	5,4	11,4	0	7	16	0	6,744
95	Bolívia, Estado Plurinacional da	-4,7	2,4	82	18	0,8	1,2	18,2	2	14	75	633	17,895

TABELA 7

Sustentabilidade e vulnerabilidade

Posição no IDH	Poupanças líquidas ajustadas ^a (% de RNB)	Pegada ecológica do consumo (hectares per capita)	QUOTA DE FORNECIMENTO TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA		Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas)	Área protegida (% de área terrestre)	População a viver em terras degradadas (%)	POPULAÇÃO SEM ACESSO A SERVIÇOS MELHORADOS		Mortes por poluição do ar interior e exterior e da água ^d (por milhão de pessoas)	População afectada por desastres naturais ^e (média anual por milhão de pessoas)	
			Combustíveis fósseis ^b (%)	Fontes renováveis ^c (%)				Água	Saneamento			
	2008	2006	2007	2007	1990	2006	2009	2010	2008	2008	2004	2000–2009
96 Paraguai	9,0	3,4	15	85	0,5	0,7	5,5	1	14	30	224	10,590
97 Filipinas	22,3	..	57	43	0,7	0,8	10,9	2	9	24	322	60,119
98 Botsuana	37,2	3,9	69	23	1,6	2,6	30,9	22	5	40	771	7,925
99 Moldávia, República da	17,3	1,7	90	2	4,8 ^f	2,0	1,4	22	10	21	340	86,995
100 Mongólia	3,0	..	96	3	4,5	3,6	13,4	31	24	50	318	120,113
101 Egípto	2,1	1,4	96	4	1,4	2,2	5,9	25	1	6	345	2
102 Uzbequistão	-14,1	1,7	99	1	5,3 ^f	4,3	2,3	27	13	0	715	2,431
103 Micronésia, Estados Federados da	4,0	0	10,768
104 Guiana	14,4	1,6	2,0	4,9	0	6	19	262	59,712
105 Namíbia	9,9	3,0	68	21	0,0	1,4	14,5	28	8	67	152	42,577
106 Honduras	13,1	2,2	55	45	0,5	1,0	18,2	15	14	29	385	18,638
107 Maldivas	0,7	2,9	9	2	0	4,901
108 Indonésia	-2,4	..	69	31	0,8	1,5	14,1	3	20	48	505	4,935
109 Quirguizistão	10,4	1,3	61	39	2,5	1,1	6,9	10	10	7	736	518
110 África do Sul	-3,5	2,7	88	10	9,1	8,6	6,9	17	9	23	350	33,998
111 República Árabe da Síria	-15,2	1,6	98	2	2,9	3,5	0,6	33	11	4	222	8,263
112 Tajiquistão	18,8	0,9	62	38	3,9 ^f	1,0	4,1	10	30	6	1,302	100,709
113 Vietname	9,7	1,0	51	49	0,3	1,2	6,2	8	6	25	438	25,632
114 Marrocos	19,8	1,3	94	4	0,9	1,5	1,6	39	19	31	186	1,156
115 Nicarágua	..	2,3	41	59	0,6	0,8	36,7	14	15	48	316	10,527
116 Guatemala	5,3	1,7	46	54	0,6	0,9	30,6	9	6	19	468	27,087
117 Guiné Equatorial	-38,5	0,4	8,8	19,2	0	1,182	155
118 Cabo Verde	0,2	0,6	2,5	..	16	46	213	11,020
119 Índia	24,2	0,8	70	29	0,8	1,3	5,3	10	12	69	954	55,557
120 Timor-Leste	0,2	6,1	..	31	50	316	93
121 Suazilândia	7,1	0,5	0,9	3,0	0	31	45	718	156,115
122 República Democrática Popular do Laos	17,1	1,0	0,1	0,2	16,3	4	43	47	847	24,535
123 Ilhas Salomão	54,7	1,7	0,5	0,4	0,1	433	2,050
124 Cambodja	..	0,9	29	71	0,0	0,3	24,0	39	39	71	1,304	62,992
125 Paquistão	6,1	0,7	62	37	0,6	0,9	10,3	4	10	55	896	8,953
126 Congo	-57,1	1,0	39	58	0,5	0,4	9,5	0	29	70	898	862
127 São Tomé e Príncipe	0,6	0,7	11	74	666	..

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	10,2	..	20	80	0,2	0,3	11,6	31	41	69	1,106	94,526
129 Bangladesh	23,7	..	66	34	0,1	0,3	1,6	11	20	47	821	49,538
130 Gana	-6,6	1,6	32	68	0,3	0,4	14,0	1	18	87	1,283	3,238
131 Camarões	..	1,1	27	73	0,1	0,2	9,2	15	26	53	1,832	168
132 Mianmar	..	1,0	31	68	0,1	0,2	6,3	19	29	19	883	5,989
133 Iémen	..	1,0	99	1	0,8 ^f	1,0	0,5	32	38	48	1,102	135
134 Benim	..	1,0	37	62	0,1	0,4	23,8	2	25	88	2,037	3,832
135 Madagáscar	7,0	1,2	0,1	0,1	2,9	0	59	89	1,967	23,628
136 Mauritânia	..	3,1	1,4	0,5	0,5	24	51	74	1,273	37,166
137 Papua-Nova Guiné	3,1	1,7	0,5	0,7	3,1	0	60	55	737	5,078
138 Nepal	30,5	..	11	89	0,0	0,1	17,0	2	12	69	877	9,611
139 Togo	13	85	0,2	0,2	11,3	5	40	88	1,403	2,991
140 Comores	7,0	0,1	0,1	0,0	..	5	64	664	47,708
141 Lesoto	19,4	0,5	64	15	71	304	52,807
142 Nigéria	..	1,6	19	81	0,5	0,7	12,8	12	42	68	2,120	432
143 Uganda	3,3	0,0	0,1	9,7	23	33	52	1,692	10,899
144 Senegal	12,2	1,2	53	47	0,4	0,4	24,1	16	31	49	1,911	7,394
145 Haiti	..	0,5	28	72	0,1	0,2	0,3	15	37	83	1,080	12,150
146 Angola	-42,6	0,9	34	66	0,4	0,6	12,4	3	50	43	5,225	5,421
147 Djibuti	..	0,9	0,7	0,6	0,0	8	8	44	885	94,144
148 Tanzânia, República Unida da	..	1,0	10	90	0,1	0,1	27,7	25	46	76	1,392	13,303
149 Costa do Marfim	1,7	0,9	23	77	0,5	0,4	22,6	1	20	77	1,884	39
150 Zâmbia	-0,7	1,2	11	89	0,3	0,2	36,0	5	40	51	1,961	36,424
151 Gâmbia	3,9	1,1	0,2	0,2	1,5	18	8	33	1,283	2,059

Posição no IDH	Poupanças líquidas ajustadas ^a (% de RNB)	Pegada ecológica do consumo (hectares per capita)	QUOTA DE FORNECIMENTO TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA				Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas)	Área protegida (% de área terrestre)	População a viver em terras degradadas (%)	POPULAÇÃO SEM ACESSO A SERVIÇOS MELHORADOS		Mortes por poluição do ar interior e exterior e da água ^d (por milhão de pessoas)	População afectada por desastres naturais ^e (média anual por milhão de pessoas)
			Combustíveis fósseis ^b (%)	Fontes renováveis ^c (%)	2008	2006	2007	2007	2009	2010	2008	2008	
152 Ruanda	20,1	0,1	0,1	10,0	10	35	46	3,345	21,544	2000–2009
153 Malawi	25,1	0,1	0,1	15,0	19	20	44	2,395	70,315	
154 Sudão	-13,1	2,2	26	74	0,2	0,3	4,9	40	43	66	979	20,408	
155 Afganistão	0,2	0,0	0,4	11	52	63	5,125	23,278	
156 Guiné	-11,3	1,5	0,2	0,1	6,8	1	29	81	1,759	3,227	
157 Etiópia	8,9	..	9	92	0,1	0,1	18,4	72	62	88	2,571	37,289	
158 Serra Leoa	-1,0	0,8	0,1	0,2	5,0	0	51	87	5,623	457	
159 República Centro-Africana	-4,6	1,4	0,1	0,1	14,7	0	33	66	1,812	510	
160 Mali	..	1,9	0,1	0,0	2,4	60	44	64	3,367	9,531	
161 Burkina Faso	..	1,4	0,1	0,1	13,9	73	24	89	3,130	2,504	
162 Libéria	..	1,2	0,2	0,2	18,1	0	32	83	3,287	1,080	
163 Chade	-49,9	1,8	0,0	0,0	9,4	45	50	91	2,547	31,625	
164 Guiné-Bissau	16,6	1,0	0,2	0,2	16,1	1	39	79	3,269	11,817	
165 Moçambique	-4,6	..	5	95	0,1	0,1	15,8	2	53	83	1,428	47,950	
166 Burundi	0,1	0,0	4,9	19	28	54	3,519	51,177	
167 Níger	..	1,7	0,1	0,1	6,8	25	52	91	5,445	50,079	
168 Congo, República Democrática do	-2,5	0,7	4	96	0,1	0,0	10,0	0	54	77	3,260	1,288	
169 Zimbabué	..	1,0	28	70	1,6	0,8	28,0	29	18	56	889	75,240	

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	4,9	5,1	7,0	0	32,725	
Butão	50,4	0,2	0,6	28,4	0	8	35	789	0	
Cuba	..	2,3	87	13	3,1	2,6	6,3	17	6	9	233	97,163	
Domínica	0,9	1,7	21,7	0	12,965	
Eritreia	..	0,8	27	74	..	0,1	5,0	59	39	86	1,231	87,758	
Granada	1,3	2,3	1,7	3	0	65,910	
Iraque	..	1,3	99	0	2,8	3,2	0,1	5	21	27	1,244	276	
Kiribati	0,3	0,3	22,0	0	0	
Coreia, República Democrática Popular da	..	1,4	88	12	12,2	3,6	4,0	3	0	..	436	7,874	
Líbano	0,1	2,1	93	5	3,1	3,8	0,5	1	0	..	149	460	
Ilhas Marshall	1,0	1,6	3,1	..	6	27	0	1,465	
Mónaco	23,7	..	0	0	0	..	
Nauru	14,4	14,1	0	..	
Territórios Ocupados da Palestina	0,8	9	11	0	0	
Omã	..	3,5	100	0	5,6	16,3	10,7	6	12	..	117	783	
Palau	15,7	5,8	2,0	0	..	
São Cristóvão e Nevis	1,6	2,7	3,6	..	1	4	0	..	
Santa Lúcia	1,2	2,3	14,3	..	2	..	0	0	
São Vicente e Granadinas	7,6	0,7	1,7	10,9	0	1,557	
Samoa	0,8	0,9	3,4	0	0	3,277	
San Marino	0	..	
Seychelles	1,6	8,6	42,0	0	22,448	
Somália	..	1,5	0,0	0,0	0,6	26	70	77	3,490	67,697	
Tuvalu	0,4	..	3	16	0	..	
Vanuatu	0,5	0,4	4,3	..	17	48	0	36,308	

NOTAS

a Inclui danos causados pelas emissões de partículas.

b Os combustíveis fósseis incluem carvão e produtos derivados do carvão, crude, gás natural liquefeito, matérias-primas, produtos derivados do petróleo e gás natural.

c As fontes de energia renovável incluem hidroelétrica, geotérmica, de combustíveis renováveis, de resíduos, solar e eólica e excluem a energia nuclear.

d Inclui mortes por diarreia atribuídas à água, saneamento e higiene; mortes por infecção respiratória aguda (crianças com menos de 5 anos), doença pulmonar obstrutiva crónica (adultos acima dos 30 anos) e cancro do pulmão (adultos acima dos 30 anos) atribuídas ao fumo interior; e mortes por infecções e doenças respiratórias, cancro do pulmão e determinadas doenças cardiovasculares atribuídas à poluição do ar exterior.

e Desastres naturais incluem secas, terramoto, epidemias, temperaturas extremas, cheias, infestação de insectos, tempestades, erupções vulcânicas e fogos florestais.

f Os dados referem-se a um ano diferente daquele especificado.

FONTES

Coluna 1: Banco Mundial (2010a).

Coluna 2: Global Footprint Network (2009).

Colunas 3 e 4: Calculado com base em dados relativos a fontes de suprimento total de energia primária da AIE (2009).

Colunas 5 e 6: Boden, Marland e Andres (2009).

Coluna 7: PNUA-WCMC (2006).

Coluna 8: FAO (2010a).

Colunas 9 e 10: OMS e UNICEF (2010).

Coluna 11: Calculado com base na OMS (2008) e no DAESNU (2009d).

Coluna 12: Calculado com base no CRED EMDAT (2010) e no DAESNU (2009d).

TABELA 8

Segurança humana

Posição no IDH	LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DO MEDO						LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DA CARÊNCIA				
	Transferências de armas convencionais ^a (milhões de USD de 1990)		Refugiados por país de origem	Deslocados internos ^b	Guerra civil		Prevalência de subnutrição (% da população total)	Intensidade da privação de alimento (% média de carência relativamente às necessidades energéticas mínimas de nutrição)			
	Exportações	Importações			Baixas (média por ano de conflito por milhão de habitantes)	Intensidade Pontuação (0–2) ^c		1990/1992	2004/2006 ^d	1990/1992	
	2008	2008	(milhares)	(milhares)	1990/2008	2008	(% da população total)	1990–1992 ^e	2004–2006 ^d	1990/1992	2004/2006
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO											
1 Noruega	2	536	0,0	0	<5	<5	
2 Austrália	6	380	0,0	0	<5	<5	
3 Nova Zelândia	..	2	0,0	0	<5	<5	
4 Estados Unidos da América	6,093	808	2,1	0	<5	<5	
5 Irlanda	1	21	0,0	0	<5	<5	
6 Listenstaine	0	
7 Países Baixos	554	132	0,0	0	<5	<5	
8 Canadá	236	427	0,1	0	<5	<5	
9 Suécia	457	64	0,0	0	<5	<5	
10 Alemanha	0,2	0	<5	<5	
11 Japão	..	584	0,2	0	<5	<5	
12 Coreia, Repúbl. da	80	1,821	1,1	0	<5	<5	7	7	
13 Suiça	467	14	0,0	0	<5	<5	
14 França	1,831	7	0,1	0	<5	<5	
15 Israel	271	665	1,5	..	78,5	1	<5	<5	
16 Finlândia	67	152	0,0	0	<5	<5	
17 Islândia	0,0	0	<5	<5	
18 Bélgica	228	177	0,1	0	<5	<5	
19 Dinamarca	15	90	0,0	0	<5	<5	
20 Espanha	603	361	0,0	..	0,9	0	<5	<5	
21 Hong Kong, China (RAE)	0,0	0	
22 Grécia	..	563	0,1	0	<5	<5	
23 Itália	424	189	0,1	0	<5	<5	
24 Luxemburgo	0	<5	<5	
25 Áustria	16	220	0,0	0	<5	<5	
26 Reino Unido	1,027	506	0,2	..	1,3	0	<5	<5	
27 Singapura	1	1,123	0,1	0	
28 República Checa	33	20	1,4	0	<5	<5	7	10	
29 Eslovénia	0,1	0	<5	<5	7	10	
30 Andorra	0,0	0	
31 Eslováquia	8	..	0,3	0	<5	<5	7	5	
32 Emirados Árabes Unidos	..	748	0,3	0	<5	<5	6	20	
33 Malta	0,0	0	<5	<5	
34 Estónia	..	50	0,2	0	<5	<5	10	9	
35 Chipre	0,0	200,5 ^e	..	0	<5	<5	6	10	
36 Hungria	..	5	1,6	0	<5	<5	6	6	
37 Brunei Darussalam	0,0	0	<5	<5	8	..	
38 Qatar	0,1	0	
39 Barém	..	19	0,1	0	
40 Portugal	87	159	0,0	0	<5	<5	
41 Polónia	76	623	2,4	0	<5	<5	6	10	
42 Barbados	..	13	0,0	0	<5	<5	7	8	

Posição no IDH	LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DO MEDO						LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DA CARÊNCIA			
	Transferências de armas convencionais ^a (milhões de USD de 1990)		Refugiados por país de origem	Deslocados internos ^b	Guerra civil		Prevalência de subnutrição	Intensidade da privação de alimento		
	Exportações	Importações			Baixas (média por ano de conflito por milhão de habitantes)	Intensidade (Pontuação 0–2) ^c		(% da população total)	(% média de carência relativamente às necessidades energéticas mínimas de nutrição)	
2008	2008	2008	(milhares)	(milhares)	1990/2008	2008	1990–1992 ^d	2004–2006 ^d	1990/1992	2004/2006
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
43 Baamas	0,0	0	7	6	9	12
44 Lituânia	..	26	0,5	0	<5	<5	8	10
45 Chile	133	577	1,0	0	7	<5	9	11
46 Argentina	..	21	1,0	0	<5	<5	7	11
47 Kuwait	..	5	0,9	0	20	<5	12	7
48 Letónia	..	44	0,8	0	<5	<5	7	0
49 Montenegro	1,3	0
50 Roménia	..	70	4,8	0	<5	<5	7	13
51 Croácia	..	99	97,0	2,4	269,4	0	..	<5	10	4
52 Uruguai	..	65	0,2	0	5	<5	8	0
53 Jamahira Árabe Líbia	9	..	2,1	0	<5	<5	7	4
54 Panamá	0,1	0	18	17	13	11
55 Arábia Saudita	..	115	0,7	0	<5	<5	8	7
56 México	6,2	5,5	0,7	0	<5	<5	10	12
57 Malásia	..	541	0,6	0	<5	<5	7	7
58 Bulgária	8	123	3,0	0	<5	<5	9	10
59 Trindade e Tobago	0,2	..	23,2	0	11	10	11	15
60 Sérvia	185,9	250 ^f	..	0
61 Bielorrússia	292	..	5,4	0	<5	<5	6	18
62 Costa Rica	0,4	0	<5	<5	8	8
63 Perú	..	2	7,3	150	21,9	1	28	13	14	14
64 Albânia	..	13	15,0	0	<5	<5	10	8
65 Federação Russa	6,026	..	103,1	18–82 ^g	40,2	1	<5	<5	8	11
66 Cazaquistão	..	25	4,8	0	<5	<5	6	10
67 Azerbeijão	..	21	16,3	573–603 ^h	236,6	0	27	11	12	7
68 Bósnia e Herzegovina	74,4	125	3,458,2	0	<5	<5	9	7
69 Ucrânia	269	..	28,4	0	<5	<5	7	7
70 Irão, República Islâmica do	2	91	69,1	..	1,1	1	<5	<5	9	12
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	7,5	<1	60,6	0	<5	<5	10	8
72 Maurícia	0,0	0	7	6	10	12
73 Brasil	72	212	1,4	0	10	6	13	12
74 Geórgia	..	77	12,6	247–249 ⁱ	289,0	1	47	12	14	9
75 Venezuela, República Bolivariana da	3	764	5,8	..	5,3	0	10	12	10	10
76 Arménia	16,3	8,4	..	0	46	23	14	13
77 Equador	..	140	1,1	0	24	13	12	5
78 Belize	0,0	0	5	<5	9	25
79 Colômbia	..	92	373,5	3,304–4,916 ^j	44,7	2	15	10	13	9
80 Jamaica	..	2	0,8	0	11	5	10	9
81 Tunísia	..	7	2,3	0	<5	<5	7	10
82 Jordânia	28	136	1,9	0	<5	<5	9	6
83 Turquia	43	578	214,4	954–1,200 ^k	28,2	1	<5	<5	8	9
84 Argélia	..	1,518	9,1	..	134,8	1	<5	..	10	10
85 Tonga	0,0	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
86 Fiji	1,9	0	8	<5	10	2
87 Turquemenistão	0,7	^l	..	0	9	6	10	9
88 República Dominicana	0,3	0	27	21	13	12
89 China	544	1,481	175,2	0	15	10	14	13
90 El Salvador	5,2	..	210,2	0	9	10	11	11
91 Sri Lanka	137,8	380	193,8	2	27	21	15	14
92 Tailândia	..	12	1,8	..	5,5	1	29	17	15	11

Posição no IDH	LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DO MEDO										LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DA CARÊNCIA			
	Transferências de armas convencionais ^a (milhões de USD de 1990)		Refugiados por país de origem (milhares)	Deslocados internos ^b (milhares)	Guerra civil		Prevalência de subnutrição (% da população total)	Intensidade da privação de alimento (% média de carência relativamente às necessidades energéticas mínimas de nutrição)						
	Exportações	Importações			Baixas (média por ano de conflito por milhão de habitantes)	Intensidade (Pontuação (0–2) ^c)								
2008	2008	2008	(milhares)	(milhares)	1990/2008	2008	1990–1992 ^d	2004–2006 ^d	1990/1992	2004/2006				
93 Gabão	..	21	0,1	0	5	<5	8	8	8			
94 Suriname	0,1	0	11	7	10	10	10			
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	..	3	0,5	0	24	23	13	15	15			
96 Paraguai	0,1	0	16	12	12	12	12			
97 Filipinas	..	10	1,4	125–188	8,0	1	21	15	15	14	14			
98 Botsuana	0,0	0	20	26	13	13	13			
99 Moldávia, República da	20	..	5,6	..	170,7	0	<5	<5	9	9	9			
100 Mongólia	..	14	1,3	0	30	29	14	14	14			
101 Egípto	..	214	6,8	..	2,2	0	<5	<5	10	10	13			
102 Uzbequistão	6,3	3	6,1	0	5	13	8	8	13			
103 Micronésia, Estados Federados da	0			
104 Guiana	0,7	0	18	6	12	13	13			
105 Namíbia	..	66	1,0	0	29	19	14	14	8			
106 Honduras	1,1	0	19	12	15	15	13			
107 Maldivas	0,0	0	9	7	10	5	5			
108 Indonésia	..	241	19,3	70–120	2,2	0	19	16	13	13	13			
109 Quirguistão	16	..	2,5	0	17	<5	12	4	4			
110 África do Sul	161	387	0,5	0	<5	<5			
111 República Árabe da Síria	..	292	15,2	433 ^m	..	0	<5	<5	9	7	7			
112 Tajiquistão	0,5	..	815,4	0	34	26	13	10	10			
113 Vietname	..	250	328,2	0	28	13	16	16	16			
114 Marrocos	..	49	3,5	0	5	<5	11	13	13			
115 Nicarágua	1,5	0	52	21	21	18	18			
116 Guatemala	5,9	.. ⁿ	44,5	0	14	16	12	12	12			
117 Guiné Equatorial	..	41	0,4	0			
118 Cabo Verde	0,0	0	12	14	11	9	9			
119 Índia	11	1,810	19,6	500	4,1	1	24	22	17	15	15			
120 Timor-Leste	0,0	<1	..	0	18	23			
121 Suazilândia	0,0	0	12	18	11	12	12			
122 República Democrática Popular do Laos	..	7	8,6	..	4,6	0	27	19	16	15	15			
123 Ilhas Salomão	0,1	0	25	9	13	8	8			
124 Cambodja	17,3	..	13,6	0	38	25	16	14	14			
125 Paquistão	..	939	32,4	1,250 ^o	11,4	2	22	23	16	16	16			
126 Congo	19,9	7,8	582,3	0	40	21	17	14	14			
127 São Tomé e Príncipe	0,0	0	15	5	11	7	7			
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
128 Quénia	9,7	400 ^p	..	0	33	30	15	13	13			
129 Banglades	..	12	10,1	60–500	0,2	0	36	26	18	17	17			
130 Gana	13,2	0	34	8	15	9	9			
131 Camarões	..	1	13,9	0	34	23	15	9	9			
132 Mianmar	184,4	470 ^q	42,1	1	44	17	17	17	17			
133 Iémen	..	45	1,8	250	257,3	0	30	32	15	16	16			
134 Benim	0,3	0	28	19	15	12	12			
135 Madagáscar	0,3	0	32	35	16	15	15			
136 Mauritânia	45,6	0	10	8	12	7	7			
137 Papua-Nova Guiné	0,0	..	10,7	0			
138 Nepal	4,2	50–70	45,1	0	21	16	14	11	11			
139 Togo	16,8	<2	44,1	0	45	37	18	16	16			
140 Comores	..	5	0,4	..	101,4	0	40	51	16	19	19			
141 Lesoto	0,0	..	60,4	0	15	15	13	6	6			
142 Nigéria	..	17	14,2	.. ^r	1,0	0	15	8	13	11	11			
143 Uganda	..	3	7,5	437 ^s	25,1	0	19	15	14	11	11			
144 Senegal	..	1	16,0	24–40	14,3	0	28	25	14	10	10			
145 Haiti	23,1	..	52,9	0	63	58	24	23	23			
146 Angola	..	20	171,4	20	313,7	0	66	44	24	17	17			

Posição no IDH	LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DO MEDO						LIMITAÇÕES À LIBERTAÇÃO DA CARÊNCIA				
	Transferências de armas convencionais ^a (milhões de USD de 1990)		Refugiados por país de origem	Deslocados internos ^b	Guerra civil		Prevalência de subnutrição	Intensidade da privação de alimento			
	Exportações	Importações			Baixas (média por ano de conflito por milhão de habitantes)	Intensidade (Pontuação 0–2) ^c		(% da população total)	(% média de carência relativamente às necessidades energéticas mínimas de nutrição)		
	2008	2008	(milhares)	(milhares)	1990/2008	2008	1990–1992 ^d	2004–2006 ^d	1990/1992	2004/2006	
147 Djibuti	0,7	..	209,7	0	60	31	22	12	
148 Tanzânia, República Unida da	1,3	0	28	35	15	16	
149 Costa do Marfim	22,2	.. ^e	24,4	0	15	14	13	11	
150 Zâmbia	0,2	0	40	45	18	19	
151 Gâmbia	1,4	0	20	29	14	14	
152 Ruanda	..	6	72,5	..	279,4	0	45	40	20	19	
153 Malawi	0,1	0	45	29	20	17	
154 Sudão	..	128	419,2	4,900 ^t	47,9	1	31	20	15	14	
155 Afeganistão	2.833,1	240	299,1	2	
156 Guiné	9,5	..	70,0	0	19	16	15	7	
157 Etiópia	63,9	200–400	38,6	2	71	44	25	18	
158 Serra Leoa	32,5	..	336,1	0	45	46	22	22	
159 República Centro-Africana	125,1	162	29,2	0	47	41	19	16	
160 Mali	..	2	1,8	..	9,4	1	14	10	13	12	
161 Burkina Faso	0,7	0	14	9	13	10	
162 Libéria	75,2	.. ^u	660,9	0	30	38	18	18	
163 Chade	..	89	55,1	168	97,8	1	59	38	22	17	
164 Guiné-Bissau	1,1	..	798,8	0	20	31	14	14	
165 Moçambique	0,2	..	260,3	0	59	37	22	16	
166 Burundi	281,6	100	111,5	1	44	63	18	21	
167 Níger	..	7	0,8	6,5 ^v	18,9	1	38	28	18	15	
168 Congo, República Democrática do	368,0	19.000 ^w	331,4	1	29	75	15	25	
169 Zimbabué	16,8	570–1.000	..	0	40	39	19	17	

NOTAS

- a** Indica o valor monetário de transferências voluntárias por parte de um fornecedor de armas com um propósito militar destinadas a forças armadas, forças paramilitares ou agências de serviços secretos de um outro país. Os dados indicam apenas o volume de transferências de armas internacionais, não o valor financeiro concreto de tais transferências e podem subestimar as transferências reais de armas convencionais.
- b** As estimativas são do Centro de Controlo de Deslocações Internas, com base em várias fontes, e estão associadas a um elevado nível de incerteza.
- c** 0 significa a inexistência de guerra civil, 1 significa guerra civil em pequena escala (inferior a 1000 mortes), 2 significa guerra civil em grande escala (no mínimo 1000 mortes).
- d** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- e** Inclui mais de 200 000 gregos e turcos cipriotas deslocados em 1974.
- f** Inclui 207 000 deslocados internos registados na Sérvia, 20 000 deslocados de etnia Roma não registados e 20 000 deslocados no Kosovo.
- g** Inclui deslocados internos da Chechénia e da Ossétia do Norte com estatuto de migrante forçado dentro e fora do Norte do Cáucaso, bem como deslocados internos registados pelo governo.

- h** Inclui deslocados internos apenas de Nagorno Karabakh e dos sete territórios ocupados.
- i** Alguns deslocados internos deslocados em 2008 ainda não foram registados. De acordo com a legislação nacional, deslocados internos que tenham regressado ou mudado para outro local mantêm o seu estatuto.
- j** O valor mais alto é cumulativo desde 1985.
- k** Com base no inquérito da Universidade de Hacettepe encenado pelo governo.
- l** Indeterminado por não existirem estatísticas referentes a regressos.
- m** Inclui 433 000 deslocados dos Montes Golân em 1967.
- n** No fim de 2007, o governo não tinha chegado a acordo relativamente aos critérios para incluir deslocados internos num programa nacional de indemnização e não se sabe com clareza quantas pessoas podem ainda ser consideradas deslocadas.
- o** Ocorre uma deslocação induzida por conflito na Província da Fronteira Noroeste, no Baluquistão e Vaziristão, mas não existem estimativas disponíveis devido à falta de acesso.
- p** Toma em consideração o programa de regresso do governo queniano, que afirma que cerca de 172 000 deslocados durante a violência pós-eleitoral de Dezembro de 2007 tinham retornado a partir de Maio de 2008.
- q** Apenas áreas rurais no Leste de Mianmar.
- r** Não existem estimativas fiáveis sobre os deslocados internos na Nigéria nem um acordo geral relativamente aos números.
- s** Não inclui deslocados internos em áreas urbanas ou os da região de Karamoja, mas inclui os retornados que receberam proteção e assistência contínua.
- t** Inclui 2,7 milhões de deslocados internos no Darfur, 1,7 milhões na área metropolitana de Cartum, 390 000 no Sul do Sudão e 60 000 no Círculo do Sul.
- u** De acordo com o governo, todos os deslocados internos conseguiram soluções de longo prazo (integrados nos seus novos locais); acredita-se que aproximadamente 23 000 pessoas permanecem em antigos campos de deslocados internos.
- v** Não inclui cerca de 4 500 deslocados internos que se estima terem regressado à cidade de Iferouane.
- w** Inclui o número estimado de deslocados na região leste do país durante os combates em 2009 entre a milícia e as forças armadas congolezas apoiadas pelas Nações Unidas.

FONTES

- Colunas 1 e 2:** SIPRI (2010a).
- Coluna 3:** ACNUR (2010).
- Coluna 4:** IDMC (2010).
- Coluna 5:** Calculado com base nos dados de Lacina e Gleditsch (2005) e do DAESNU (2009d).
- Coluna 6:** UCDP-PRI (2009).
- Colunas 7–10:** FAO (2010a).

TABELA 8

TABELA 9

Percepções sobre bem-estar e felicidade individuais

Posição no IDH	SATISFAÇÃO COM AS DIMENSÕES PESSOAIS DE BEM-ESTAR										ELEMENTOS DE FELICIDADE (% de respostas «sim» relativas a possuir o elemento)					
	Satisfação com a vida em geral ^a (0, menos satisfeitos; 10, mais satisfeitos)		Emprego ^a (% de inquiridos empregados que responderam estar satisfeitos)	Saúde pessoal ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Padrão de vida ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Vida com objectivos			Tratado(a) com respeito			Rede de apoio social			Índice de experiências negativas (0, mais negativo; 100, menos negativo)	
	Total	2006–2009 ^b				2006–2009 ^b	2006–2009 ^b	Mulheres	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b	Mulheres	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b	Mulheres	2006–2009 ^b	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																
1	Noruega	8,1	8,2	..	82	91	85	90	90	90	93	92	16
2	Austrália	7,9	8,0	91	82	85	87	89	89	88	94	95	22
3	Nova Zelândia	7,8	8,0	90	85	79	87	90	90	88	94	95	24
4	Estados Unidos da América	7,9	7,9	86	83	75	94	95	89	88	91	90	28
5	Irlanda	8,1	8,1	95	90	79	87	91	93	93	96	97	23
6	Listenstaine
7	Países Baixos	7,8	7,8	92	85	91	70	79	93	92	94	93	16
8	Canadá	8,0	8,2	90	85	87	91	92	93	94	94	93	25
9	Suécia	7,9	7,9	93	80	89	85	91	93	92	91	89	16
10	Alemanha	7,2	7,4	88	82	88	85	87	90	88	91	91	22
11	Japão	6,8	7,0	73	68	64	76	77	60	65	89	92	21
12	Coreia, República da	6,3	6,5	68	71	71	80	81	63	67	79	82	23
13	Suíça	8,0	8,0	93	89	89	82	84	94	91	94	94	21
14	França	7,1	7,1	87	84	72	84	85	93	93	91	91	29
15	Israel	7,1	7,1	80	80	71	88	88	81	77	85	95	33
16	Finlândia	8,0	8,2	90	84	84	81	86	91	92	94	95	15
17	Islândia	7,8	7,9	..	84	82	97	95	98	98	17
18	Bélgica	7,3	7,3	89	88	84	73	78	92	90	92	92	24
19	Dinamarca	8,2	8,3	94	84	93	89	91	94	93	95	93	15
20	Espanha	7,6	7,6	86	84	78	86	88	97	96	92	91	29
21	Hong Kong, China (RAE)	6,0	..	81	80	78	60	64	83	86	82	82	26
22	Grécia	6,8	6,8	80	82	57	90	91	92	91	79	76	23
23	Itália	6,7	6,7	82	85	77	91	91	93	93	87	87	27
24	Luxemburgo	7,7	7,8	..	87	92	94	93	94	95	24
25	Áustria	7,8	7,8	91	85	86	72	73	92	89	93	85	18
26	Reino Unido	7,4	7,5	87	85	88	79	84	90	90	96	97	24
27	Singapura	6,7	6,7	88	95	79	90	89	81	83	84	83	19
28	República Checa	6,9	6,8	80	77	65	68	72	64	77	86	92	23
29	Eslavónia	7,1	7,0	88	78	70	63	65	91	86	91	89	26
30	Andorra	6,8
31	Eslavónia	5,8	..	76	72	47	85	87	78	79	93	94	27
32	Emirados Árabes Unidos	7,3	..	84	93	78	95	94	94	95	86	84	28
33	Malta	7,1	7,1	..	83	65	93	92	90	92	31
34	Estónia	5,6	5,6	79	64	46	72	73	79	80	85	85	20
35	Chipre	7,1	7,1	89	89	84	95	94	88	89	81	80	33
36	Hungria	5,7	5,6	83	69	43	88	86	88	87	90	92	26
37	Brunei Darussalam
38	Qatar	6,7	7,0	89	93	86	93	89	91	87	26
39	Barém	86	66	90	92	90	91	37
40	Portugal	5,9	5,7	90	80	47	92	90	93	95	87	83	28
41	Polónia	6,5	6,6	82	72	67	87	91	91	89	94	20
42	Barbados

Posição no IDH	SATISFAÇÃO COM AS DIMENSÕES PESSOAIS DE BEM-ESTAR						ELEMENTOS DE FELICIDADE						Índice de experiências negativas (0, mais negativo; 100, menos negativo)	
	Satisfação com a vida em geral ^a (0, menos satisfeitos; 10, mais satisfeitos)			Emprego ^a (% de inquiridos empregados que responderam estar satisfeitos)	Saúde pessoal ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Padrão de vida ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Vida com objectivos			Tratado(a) com respeito	Rede de apoio social			
	Total	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b				Total	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b		Total	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b	

DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO

43	Baamas
44	Lituânia	5,8	5,8	78	64	33	78	77	54	52	83	85	22	
45	Chile	6,3	6,2	81	73	68	90	88	93	91	83	83	27	
46	Argentina	7,1	7,1	83	87	70	93	95	96	95	91	91	21	
47	Kuwait	6,6	..	89	89	77	97	98	91	93	86	83	24	
48	Letónia	5,4	5,4	79	63	33	79	81	80	81	78	78	24	
49	Montenegro	5,2	..	63	72	45	84	93	76	81	81	82	27	
50	Roménia	5,9	6,0	74	65	42	74	73	89	87	79	82	25	
51	Croácia	6,0	..	78	77	48	83	83	74	76	90	83	28	
52	Uruguai	6,8	6,7	79	84	67	87	89	94	94	91	93	23	
53	Janáhira Árabe Líbia	78	64	64	55	
54	Panamá	7,8	7,8	91	85	73	98	98	93	93	90	90	15	
55	Arábia Saudita	7,7	7,6	92	84	77	95	93	77	69	91	86	19	
56	México	7,7	7,9	88	82	69	93	93	91	91	86	84	20	
57	Malásia	6,6	6,6	86	87	68	95	94	88	86	79	79	15	
58	Bulgária	4,4	..	73	67	29	77	75	77	78	81	78	20	
59	Trindade e Tobago	7,0	..	76	82	40	97	97	93	94	85	87	19	
60	Sérvia	5,6	..	73	73	35	84	82	77	76	82	76	28	
61	Bielorrússia	5,5	5,5	66	55	34	70	73	71	71	88	87	20	
62	Costa Rica	8,5	8,5	88	90	83	97	97	94	94	90	89	21	
63	Perú	5,9	5,8	74	72	54	96	95	89	88	79	78	28	
64	Albânia	4,6	..	72	75	43	78	91	68	80	79	77	20	
65	Federação Russa	5,9	5,9	74	56	36	79	78	83	83	88	90	16	
66	Cazaquistão	6,1	6,1	82	68	51	88	85	81	81	88	86	13	
67	Azerbeijão	5,3	5,2	73	68	42	87	86	79	81	72	67	21	
68	Bósnia e Herzegovina	5,8	..	76	75	39	80	85	67	72	74	72	25	
69	Ucrânia	5,3	5,2	71	55	23	74	73	78	77	81	81	17	
70	Irão, República Islâmica do	5,6	5,8	71	82	55	87	87	81	81	62	65	32	
71	Macedónia, Antiga Repúbliga Jugoslava da	4,7	..	71	82	34	93	92	81	82	78	72	22	
72	Maurícia	
73	Brasil	7,6	7,6	86	82	74	96	97	94	95	91	91	24	
74	Geórgia	4,3	4,3	63	50	22	86	85	83	83	54	56	22	
75	Venezuela, República Bolivariana da	7,8	7,7	86	90	80	100	100	92	92	94	94	19	
76	Arménia	5,0	5,1	61	53	31	93	94	89	88	67	68	31	
77	Ecuador	6,4	6,3	80	76	57	98	97	93	92	78	74	27	
78	Belize	6,6	6,6	79	83	69	90	91	75	77	83	86	24	
79	Colômbia	7,3	7,3	82	84	69	98	98	96	96	88	87	25	
80	Jamaica	6,7	..	82	88	50	98	98	80	81	91	92	18	
81	Tunísia	5,9	5,9	73	85	72	91	89	86	90	30	
82	Jordânia	5,7	5,8	80	89	72	90	90	89	90	90	88	28	
83	Turquia	5,5	5,5	71	76	44	85	85	68	75	64	73	28	
84	Argélia	5,6	5,9	66	87	61	84	86	87	90	33	
85	Tongá	

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86	Fiji	
87	Turquemenistão	7,2	7,3	..	85	78	96	96	84	83	92	94	15	
88	República Dominicana	7,6	7,4	69	80	57	96	94	92	95	84	87	32	
89	China	6,4	..	78	80	60	87	86	79	78	17	
90	El Salvador	6,7	6,7	82	80	60	97	97	89	90	72	72	25	
91	Sri Lanka	4,7	4,8	86	77	58	91	91	76	75	82	84	24	
92	Tailândia	6,3	6,3	91	79	63	95	94	75	80	82	87	16	
93	Gabão	

Percepções sobre bem-estar e felicidade individuais

Posição no IDH	SATISFAÇÃO COM AS DIMENSÕES PESSOAIS DE BEM-ESTAR				ELEMENTOS DE FELICIDADE (% de respostas «sim» relativas a possuir o elemento)								Índice de experiências negativas (0, mais negativo; 100, menos negativo)	
	Satisfação com a vida em geral ^a (0, menos satisfeitos; 10, mais satisfeitos)		Emprego ^a (% de inquiridos empregados que responderam estar satisfeitos)	Saúde pessoal ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Padrão de vida ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Vida com objectivos		Tratado(a) com respeito		Rede de apoio social				
	Total	2006–2009 ^b				Total	2006–2009 ^b	Total	2006–2009 ^b	Total	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b		
94 Suriname	
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	6,5	6,4	83	79	67	94	93	90	91	82	81	32		
96 Paraguai	6,9	6,9	85	84	63	93	93	96	96	89	90	16		
97 Filipinas	5,5	5,5	83	77	68	96	96	94	95	77	76	34		
98 Botsuana	4,7	4,4	58	67	41	92	91	83	85	83	81	23		
99 Moldávia, República da	5,7	5,6	68	60	39	79	77	73	73	83	84	27		
100 Mongólia	5,7	5,6	78	69	50	96	96	66	70	91	92	15		
101 Egípto	5,8	6,2	84	86	82	86	87	90	84	74	75	33		
102 Uzbequistão	6,0	6,0	86	79	69	97	97	92	91	90	89	14		
103 Micronésia, Estados Federados da		
104 Guiana	6,5	6,6	84	87	64	95	98	77	79	84	85	28		
105 Namíbia	5,2	..	84	87	61	98	98	86	88	83	86	16		
106 Honduras	7,0	7,0	84	83	65	95	94	91	92	81	83	24		
107 Maldivas		
108 Indonésia	5,7	5,6	63	83	62	95	95	92	94	78	78	13		
109 Quirguizistão	5,0	4,9	78	74	48	91	92	86	85	85	85	16		
110 África do Sul	5,0	4,7	66	79	42	97	96	83	83	88	89	24		
111 República Árabe da Síria	5,9	6,1	..	89	67	91	92	84	85	31		
112 Tajiquistão	5,1	4,9	78	75	69	91	90	76	77	65	67	21		
113 Vietname	5,4	5,4	72	79	59	98	98	92	90	79	77	17		
114 Marrocos	5,8	6,0	69	88	71	90	91	89	87	85	87	19		
115 Nicarágua	7,1	7,1	80	80	62	98	97	91	93	83	83	28		
116 Guatemala	7,2	..	92	88	76	97	96	91	91	83	81	23		
117 Guiné Equatorial		
118 Cabo Verde		
119 Índia	5,5	5,4	74	85	61	91	90	72	79	66	65	26		
120 Timor-Leste		
121 Suazilândia		
122 República Democrática Popular do Laos	6,2	6,3	91	89	80	98	98	43	42	81	83	..		
123 Ilhas Salomão		
124 Cambodja	4,9	4,9	80	69	51	81	79	87	85	82	79	19		
125 Paquistão	5,4	5,5	77	75	53	72	73	89	81	44	50	32		
126 Congo	3,6	..	67	62	32	80	82	55	57	25		
127 São Tomé e Príncipe		

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	3,7	3,6	57	70	25	98	98	78	81	79	80	19
129 Banglades	5,3	5,4	76	73	63	94	92	87	86	53	51	22
130 Gana	4,7	4,7	54	66	34	98	97	88	85	63	61	22
131 Camarões	3,9	4,0	63	69	40	93	91	85	87	73	74	23
132 Mianmar	68	75	59	90	89	53	55	89	86	..
133 Iémen	4,8	..	74	80	53	88	87	84	90	75	73	35
134 Benim	3,0	2,9	53	63	23	96	95	79	80	38	34	24
135 Madagáscar	3,7	3,7	46	76	24	96	95	77	75	77	74	19
136 Mauritânia	5,0	5,0	57	79	47	93	93	85	85	81	80	19
137 Papua-Nova Guiné
138 Nepal	5,3	5,5	80	84	51	93	93	48	44	80	80	21
139 Togo	2,6	2,7	31	40	11	99	99	54	55	28	24	30
140 Comores	67	23	87	89	62	62	16
141 Lesoto
142 Nigéria	3,8	4,9	65	80	40	92	90	81	80	72	69	23
143 Uganda	4,5	4,7	53	64	35	96	96	79	83	85	85	31
144 Senegal	4,5	4,6	39	68	27	89	88	85	80	81	80	22
145 Haiti	3,9	..	51	51	35	81	81	66	64	65	27	

TABELA
9

Posição no IDH	SATISFAÇÃO COM AS DIMENSÕES PESSOAIS DE BEM-ESTAR						ELEMENTOS DE FELICIDADE						Índice de experiências negativas (0, mais negativo; 100, menos negativo)
	Satisfação com a vida em geral ^a (0, menos satisfeitos; 10, mais satisfeitos)			Emprego ^a (% de inquiridos empregados que responderam estar satisfeitos)	Saúde pessoal ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Padrão de vida ^a (% de todos os inquiridos satisfeitos)	Vida com objectivos		Tratado(a) com respeito	Rede de apoio social			
	Total	2006–2009 ^b	2006–2009 ^b				Total	Mulheres		Total	Mulheres	Total	Mulheres
146 Ángola	4,3	4,2	72	67	54	90	89	83	83	58	59	26	27
147 Djibuti	5,7	5,7	89	86	77	84	84	90	90	12	
148 Tanzânia, República Unida da	2,4	2,4	45	67	21	95	88	74	77	76	87	22	
149 Costa do Marfim	4,5	4,5	..	68	17	98	99	89	89	67	67	16	
150 Zâmbia	4,3	4,2	48	78	34	93	94	83	83	62	76	18	
151 Gâmbia
152 Ruanda	4,2	4,1	41	64	37	88	95	77	75	56	56	13	
153 Malawi	6,2	5,9	62	77	64	99	99	88	90	72	70	14	
154 Sudão	5,0	..	65	77	64	97	97	89	90	89	90	28	
155 Afganistão	4,1	4,1	71	79	53	83	83	64	59	54	51	24	
156 Guiné	4,5	..	68	75	27	96	96	86	87	58	59	26	
157 Etiópia	4,2	..	50	79	33	89	87	74	47	76	77	21	
158 Serra Leoa	3,6	3,7	49	47	19	98	98	81	80	59	59	37	
159 República Centro-Africana	4,6	..	78	81	31	96	96	74	74	56	60	28	
160 Mali	3,8	3,9	30	71	30	99	98	86	91	75	74	13	
161 Burkina Faso	3,6	3,7	46	70	27	94	91	83	81	73	74	24	
162 Libéria	3,4	3,4	47	70	46	100	99	82	80	58	58	27	
163 Chade	5,4	5,0	78	69	52	93	83	79	74	57	67	20	
164 Guiné-Bissau
165 Moçambique	3,8	3,9	74	82	46	93	92	89	90	75	77	22	
166 Burundi	2,9	2,8	43	55	24	81	83	32	30	16	
167 Níger	3,8	3,7	54	82	52	99	99	93	94	77	79	14	
168 Congo, República Democrática do	4,4	3,6	60	74	40	98	..	79	69	67	71	23	
169 Zimbabué	2,8	2,8	49	72	27	91	92	81	84	81	81	22	

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Cuba	68	76	..	96	96	88	88	93	93	28
Iraque	5,5	5,3	64	66	41	84	82	84	84	36
Líbano	4,7	4,9	69	80	58	86	86	90	92	73	74	39
Territórios Ocupados da Palestina	5,0	5,0	..	78	43	77	80	89	88	74	71	45
Somália	87	73	74	74	88	89	9

NOTAS

a Para detalhes sobre questões relacionadas com satisfação, ver a Sondagem Mundial da Gallup (www.gallup.com).

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

FONTES

Colunas 1-12: Base de dados da Sondagem Mundial da Gallup (2010).

TABELA 10

Bem-estar cívico e comunitário

Posição no IDH	CRIME E SEGURANÇA				SATISFAÇÃO COM MEDIDAS DE BEM-ESTAR (% de satisfeitos)					
	Taxa de homicídios (por 100 000 pessoas)	Taxa de assaltos (por 100 000 pessoas)	Vítimas de assalto (% afirmando ter sido vítima)	Percepção de segurança ^a (%)	Comunidade ^b	Alojamento acessível ^b	Qualidade dos cuidados de saúde ^b	Sistema educativo e escolas ^b	Qualidade do ar ^b	Qualidade da água ^b
	2003–2008 ^c	2003–2008 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1 Noruega	0,6	34	3	81	..	42	80	75	89	95
2 Austrália	1,2	78	4	63	..	42	79	68	89	88
3 Nova Zelândia	1,3	53	1	57	..	55	80	73	91	85
4 Estados Unidos da América	5,2	142	2	75	75	70	76	70	85	87
5 Irlanda	2,0	56	3	62	73	56	68	75	94	86
6 Listenstaine	2,8	3
7 Países Baixos	1,0	84	3	74	..	51	89	70	76	93
8 Canadá	1,7	97	3	76	73	62	70	71	83	89
9 Suécia	0,9	97	4	69	..	51	77	67	84	95
10 Alemanha	0,8	61	3	72	78	70	86	59	87	95
11 Japão	0,5	3	1	73	70	71	67	53	79	81
12 Coreia, República da	2,3	10	3	60	68	60	64	51	78	83
13 Suíça	0,7	56	3	76	..	54	92	75	82	96
14 França	1,4	172	5	59	76	57	83	70	78	86
15 Israel	2,4	40	4	70	..	45	71	57	57	53
16 Finlândia	2,5	32	3	75	..	63	66	64	81	91
17 Islândia	0,0	14	3	77	..	65	88	87	85	97
18 Bélgica	1,8	1,837	6	64	..	52	91	77	69	85
19 Dinamarca	1,4	62	1	83	..	71	86	74	93	96
20 Espanha	0,9	1,067	6	58	69	26	77	58	76	80
21 Hong Kong, China (RAE)	0,6	..	1	85	..	68	65	52	..	71
22 Grécia	1,1	26	3	60	63	63	51	50	74	69
23 Itália	1,2	122	4	61	64	42	64	61	71	83
24 Luxemburgo	1,5	68	3	76	..	52	90	73	78	89
25 Áustria	0,5	62	4	75	..	57	93	73	80	94
26 Reino Unido	4,8	282	2	64	77	59	88	70	87	93
27 Singapura	0,4	22	0	98	89	54	89	94	97	99
28 Repúbliga Checa	2,0	45	6	60	..	42	68	71	66	80
29 Eslovénia	0,5	19	3	79	69	26	79	75	76	85
30 Andorra	1,3
31 Eslováquia	1,7	25	2	47	..	38	58	53	62	78
32 Emirados Árabes Unidos	0,9	13	2	91	71	53	82	83	72	73
33 Malta	1,0	36	4	66	..	41	69	63	41	65
34 Estónia	6,3	68	5	60	60	44	45	59	75	67
35 Chipre	1,0	8	4	65	60	42	67	62	67	67
36 Hungria	1,5	31	5	61	..	47	66	60	75	78
37 Brunei Darussalam	0,5	1
38 Qatar	1,0	..	4	87	70	49	85	77	81	80
39 Barém	0,8	39	5	79	71	61	84	88	72	62
40 Portugal	1,2	195	7	62	..	35	64	69	88	88
41 Polónia	1,2	55	1	61	..	0	49	66	77	75
42 Barbados	8,7

Posição no IDH	CRIME E SEGURANÇA				SATISFAÇÃO COM MEDIDAS DE BEM-ESTAR (% de satisfeitos)					
	Taxa de homicídios (por 100 000 pessoas)	Taxa de assaltos (por 100 000 pessoas)	Vítimas de assalto (% afirmando ter sido vítima)	Percepção de segurança ^a (%)	Comunidade ^b	Alojamento acessível ^b	Qualidade dos cuidados de saúde ^b	Sistema educativo e escolas ^b	Qualidade do ar ^b	Qualidade da água ^b
	2003–2008 ^c	2003–2008 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c

DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO

43	Baamas	13,7
44	Lituânia	8,6	104	4	29	51	20	37	40	66
45	Chile	8,1	180	13	42	65	46	47	61	60
46	Argentina	5,2	859	16	39	58	29	58	51	72
47	Kuwait	1,1	..	5	86	62	61	72	62	37
48	Letónia	4,4	64	8	44	56	43	32	42	75
49	Montenegro	3,7	13	5	70	..	38	66	72	70
50	Romênia	2,2	12	4	51	57	23	49	58	70
51	Croácia	1,6	28	9	73	..	39	66	67	83
52	Uruguai	5,8	277	11	46	74	41	77	76	87
53	Jamahira Árabe Líbia	2,2
54	Panamá	13,3	38	11	47	67	54	64	70	82
55	Arábia Saudita	0,9	..	6	77	63	58	65	67	55
56	México	11,6	505	12	44	64	41	58	72	73
57	Malásia	2,3	82	6	49	83	70	89	93	83
58	Bulgária	2,3	38	4	56	..	59	33	45	60
59	Trindade e Tobago	39,7	..	7	42	..	45	57	70	76
60	Sérvia	3,4	37	12	70	..	30	51	64	63
61	Bielorrússia	5,6	69	2	48	57	30	32	57	66
62	Costa Rica	8,3	527	16	44	73	57	72	84	87
63	Perú	3,2	156	15	43	52	39	46	51	61
64	Albânia	3,3	5	1	54	..	57	38	49	58
65	Federação Russa	14,2	173	3	31	45	24	29	42	54
66	Cazaquistão	10,6	72	4	52	53	35	39	54	61
67	Azerbeijão	2,0	7	2	71	56	57	41	59	65
68	Bósnia e Herzegovina	1,8	20	6	69	..	43	53	59	77
69	Ucrânia	6,3	59	4	31	45	29	17	38	53
70	Irão, República Islâmica do	2,9	..	7	55	..	0	60	51	67
71	Macedónia, Antiga Repúbliga Jugoslava da	2,0	25	6	60	..	40	53	63	66
72	Maurícia	3,8	98
73	Brasil	22,0	..	10	40	57	45	39	53	70
74	Geórgia	7,6	62	1	79	64	51	47	60	68
75	Venezuela, República Bolivariana da	52,0	..	11	23	61	35	67	78	70
76	Arménia	2,5	11	2	75	54	33	44	55	63
77	Equador	18,1	399	20	38	60	40	50	71	63
78	Belize	34,3	182	14	43	..	40	43	58	71
79	Colômbia	38,8	..	13	45	66	46	64	73	69
80	Jamaica	59,5	..	4	46	..	50	71	69	86
81	Tunísia	1,5	..	5	81	69	74	71	72	65
82	Jordânia	1,7	14	3	84	65	53	73	67	58
83	Turquia	2,9	10	8	42	..	63	59	50	63
84	Argélia	0,6	72	15	39	55	37	50	61	57
85	Tonga

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86	Fiji	2,8
87	Turquemenistão	2,9	3	81
88	República Dominicana	21,5	556	7	38	..	42	52	74	72
89	China	1,2	..	3	74	67	67	57	61	74
90	El Salvador	51,8	92	13	43	69	57	64	78	80
91	Sri Lanka	7,4	..	4	72	77	36	75	83	89
92	Tailândia	5,9	107	3	65	..	87	87	88	82
93	Gabão
94	Suriname	13,7

Posição no IDH	CRIME E SEGURANÇA				SATISFAÇÃO COM MEDIDAS DE BEM-ESTAR (% de satisfeitos)					
	Taxa de homicídios (por 100 000 pessoas)	Taxa de assaltos (por 100 000 pessoas)	Vítimas de assalto (% afirmando ter sido vítima)	Percepção de segurança ^a (%)	Comunidade ^b	Alojamento acessível ^b	Qualidade dos cuidados de saúde ^b	Sistema educativo e escolas ^b	Qualidade do ar ^b	Qualidade da água ^b
	2003–2008 ^c	2003–2008 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	10,6	..	20	37	64	43	52	77	75	80
96 Paraguai	12,2	31	12	40	65	54	55	75	88	83
97 Filipinas	6,4	10	5	66	76	52	80	82	87	84
98 Botsuana	11,9	..	13	39	..	65	64	68	84	69
99 Moldávia, República da	5,1	25	6	37	49	26	41	58	59	56
100 Mongólia	7,9	31	6	40	..	21	45	60	51	63
101 Egípto	0,8	1	4	73	63	39	61	61	76	74
102 Uzbequistão	3,2	..	1	66	79	70	75	81	87	81
103 Micronésia, Estados Federados da
104 Guiana	20,7	..	10	47	..	42	63	61	79	54
105 Namíbia	17,9	..	14	33	..	52	57	75	76	82
106 Honduras	60,9	..	14	48	67	50	59	73	82	75
107 Maldivas	2,6	196
108 Indonésia	0,7	..	3	83	67	40	74	78	76	82
109 Quirguizistão	7,8	43	3	52	64	57	55	68	86	70
110 África do Sul	36,5	..	15	20	60	39	50	66	74	70
111 República Árabe da Síria	3,0	4	5	84	62	59	67	67	64	59
112 Tadjiquistão	2,3	3	2	73	63	52	50	68	83	47
113 Vietname	1,9	..	2	80	71	59	68	83	73	79
114 Marrocos	0,4	74	5	75	51	46	34	44	67	65
115 Nicarágua	13,0	441	13	49	64	40	60	71	82	65
116 Guatemala	45,2	..	15	41	69	50	65	80	78	64
117 Guiné Equatorial
118 Cabo Verde	11,4
119 Índia	2,8	2	3	74	..	62	59	72	86	67
120 Timor-Leste
121 Suazilândia	12,6
122 República Democrática Popular do Laos	3	79	..	44	72	83	89	83
123 Ilhas Salomão	..	10
124 Cambodja	3,2	..	1	60	82	41	86	98	96	88
125 Paquistão	6,8	..	5	44	53	47	36	54	80	63
126 Congo	11	41	..	28	24	41	65	33
127 São Tomé e Príncipe

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	3,6	9	14	35	51	54	44	64	79	45
129 Banglades	2,6	..	3	82	72	68	54	79	92	80
130 Gana	1,7	..	10	69	53	50	44	53	79	62
131 Camarões	2,3	..	8	47	55	53	50	70	77	51
132 Mianmar	1	81	..	54	88	91
133 Iémen	4,0	..	10	65	49	..	28	45	73	47
134 Benim	8	63	..	48	40	46	78	56
135 Madagáscar	2	57	..	75	44	64	81	53
136 Mauritânia	10	65	44	40	24	42	64	57
137 Papua-Nova Guiné
138 Nepal	2,2	1	5	43	64	62	57	77	81	71
139 Togo	10	42	..	27	20	30	52	34
140 Comores	9	78	44	21	13	39	77	66
141 Lesoto	36,7	53
142 Nigéria	1,3	..	17	51	35	31	24	0	68	36
143 Uganda	8,7	13	24	51	49	37	38	49	83	53
144 Senegal	1,1	..	10	63	41	55	16	30	69	44
145 Haiti	33	44	..	18	22	35	43	37
146 Angola	5,0	..	38	53	..	38	49	62	60	47
147 Djibuti	11	84	56	43	41	72	69	63

TABELA
10

Posição no IDH	CRIME E SEGURANÇA				SATISFAÇÃO COM MEDIDAS DE BEM-ESTAR (% de satisfeitos)						
	Taxa de homicídios (por 100 000 pessoas)	Taxa de assaltos (por 100 000 pessoas)	Vítimas de assalto (% afirmando ter sido vítima)	Percepção de segurança ^a (%)	Comunidade ^b	Alojamento acessível ^b	Qualidade dos cuidados de saúde ^b	Sistema educativo e escolas ^b	Qualidade do ar ^b	Qualidade da água ^b	
	2003–2008 ^c	2003–2008 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	2006–2009 ^c	
148 Tanzânia, República Unida da	7,7	..	21	46	..	28	26	55	62	34	
149 Costa do Marfim	0,4	3	6	47	41	54	21	26	75	52	
150 Zâmbia	11	49	..	45	44	55	79	54	
151 Gâmbia	0,4	
152 Ruanda	4,2	..	6	80	60	42	68	75	78	55	
153 Malawi	14	55	65	57	62	67	91	62	
154 Sudão	..	7	12	79	59	54	50	58	73	57	
155 Afeganistão	16	37	48	35	32	58	69	61	
156 Guiné	0,4	2	12	48	..	36	27	55	55	38	
157 Etiópia	6,4	..	16	49	..	25	17	43	77	29	
158 Serra Leoa	2,6	3	26	53	..	21	19	34	64	28	
159 República Centro-Africana	10	69	..	34	34	35	77	40	
160 Mali	5	77	..	55	27	30	67	36	
161 Burkina Faso	0,5	..	7	60	..	44	32	48	68	38	
162 Libéria	24	34	..	21	20	32	69	39	
163 Chade	19	28	..	23	34	48	45	31	
164 Guiné-Bissau	
165 Moçambique	5,1	..	24	52	..	60	66	76	79	71	
166 Burundi	11	63	54	32	43	79	85	52	
167 Níger	5	73	56	65	34	55	94	60	
168 Congo, República Democrática do	13	47	..	25	29	28	54	42	
169 Zimbabué	8,7	71	12	41	51	59	32	31	80	62	

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Butão	1,4
Cuba	6	51	..	14	60	78	53	59
Iraque	10	34	44	31	35	55	45	26
Líbano	0,6	4	4	56	55	69	67	70	41	37
Mónaco	0,0	12
Territórios Ocupados da Palestina	3,9	..	6	47	54	54	57	59	52	49
Omã	0,9	9
São Cristóvão e Nevis	35,2
Santa Lúcia	16,0
Seychelles	8,4
Somália	13	74	51	49	31	56	90	65

NOTAS

- a** Refere-se a pessoas que responderam “sim” à questão: “Sente-se seguro ao andar sozinho à noite?”
- b** Para detalhes sobre questões relacionadas com satisfação, ver a Sondagem Mundial da Gallup (www.gallup.com).
- c** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

FONTES

Colunas 1 e 2: GNUDC (2010).

Colunas 3-10: Base de dados da Sondagem Mundial da Gallup (2010).

TABELA 11

Tendências demográficas

Posição no IDH	POPULAÇÃO												Proporção entre sexos à nascença (nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas) ^b		
	Total (milhões)		Crescimento anual médio (%)		Urbana (% do total) ^a		Idade mediana (anos)		Taxa de dependência (por 100 pessoas com 15–64 anos)		Taxa total de fertilidade (nascimentos por mulher)		Proporção entre sexos à nascença (nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas) ^b		
	1990	2010	2030	1990–1995	2010–2015	1990	2010	1990	2010	1990	2010	1990–1995	2010–2015	1990	2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1 Noruega	4,2	4,9	5,5	0,5	0,7	72,0	79,4	35,4	38,9	54,4	51,0	1,9	1,9	105,2	105,4
2 Austrália	17,1	21,5	25,7	1,2	1,0	85,4	89,1	32,2	37,8	49,8	48,8	1,9	1,9	105,2	105,3
3 Nova Zelândia	3,4	4,3	5,0	1,7	0,9	84,7	86,2	31,0	36,6	51,9	49,7	2,1	2,0	105,1	105,8
4 Estados Unidos da América	254,9	317,6	370,0	1,2	0,9	75,3	82,3	32,8	36,6	51,7	49,6	2,0	2,0	104,9	105,1
5 Irlanda	3,5	4,6	5,6	0,5	1,3	56,9	61,9	29,1	34,6	63,1	47,3	2,0	1,9	105,7	106,4
6 Listenstaine	0,0	0,0	0,0	1,3	0,8	16,9	14,3
7 Países Baixos	15,0	16,7	17,5	0,7	0,3	68,7	82,9	34,5	40,8	45,1	49,2	1,6	1,8	104,7	105,2
8 Canadá	27,7	33,9	40,1	1,1	0,9	76,6	80,6	32,9	39,9	47,0	43,8	1,7	1,6	104,9	105,1
9 Suécia	8,6	9,3	10,1	0,6	0,4	83,1	84,7	38,3	40,9	55,6	53,4	2,0	1,9	105,4	105,7
10 Alemanha	79,4	82,1	77,9	0,5	-0,2	73,1	73,9	37,7	44,3	45,0	51,1	1,3	1,3	105,5	105,4
11 Japão	123,2	127,0	117,4	0,4	-0,2	63,1	66,8	37,4	44,7	43,5	55,7	1,5	1,3	105,0	105,5
12 Coreia, República da	43,0	48,5	49,1	0,8	0,3	73,8	83,0	27,0	37,9	44,1	37,4	1,7	1,3	112,6	110,0
13 Suiça	6,7	7,6	8,1	0,9	0,4	73,2	73,6	36,9	41,9	46,2	48,0	1,5	1,5	104,4	105,1
14 França	56,8	62,6	66,5	0,4	0,4	74,1	85,3	34,9	40,1	52,1	54,7	1,7	1,9	104,9	104,3
15 Israel	4,5	7,3	9,2	3,5	1,4	90,4	91,9	25,8	29,7	67,7	60,8	2,9	2,6	104,9	105,9
16 Finlândia	5,0	5,3	5,5	0,5	0,3	79,4	85,1	36,4	42,0	48,6	50,9	1,8	1,9	104,5	104,6
17 Islândia	0,3	0,3	0,4	1,0	1,4	90,8	93,4	30,0	35,1	55,3	47,2	2,2	2,1	104,8	106,0
18 Bélgica	9,9	10,7	11,3	0,3	0,3	96,4	97,4	36,3	41,3	49,3	51,9	1,6	1,8	105,5	104,8
19 Dinamarca	5,1	5,5	5,6	0,3	0,2	84,8	86,9	37,1	40,8	48,4	53,2	1,8	1,9	105,5	105,8
20 Espanha	38,8	45,3	49,8	0,3	0,8	75,4	77,4	33,7	40,2	50,2	47,3	1,3	1,6	105,8	106,4
21 Hong Kong, China (RAE)	5,7	7,1	8,2	1,7	0,9	99,5	100,0	31,0	41,9	42,8	32,3	1,3	1,0	107,8	108,1
22 Grécia	10,2	11,2	11,2	1,0	0,1	58,8	61,4	36,1	41,6	49,1	48,2	1,4	1,4	105,6	106,6
23 Itália	57,0	60,1	59,5	0,1	0,2	66,7	68,4	37,1	43,3	46,2	52,9	1,3	1,4	105,9	105,5
24 Luxemburgo	0,4	0,5	0,6	1,4	1,1	81,0	85,2	36,4	39,3	44,5	46,3	1,7	1,7	104,4	106,5
25 Áustria	7,7	8,4	8,6	0,7	0,2	65,8	67,6	35,7	41,8	48,0	47,7	1,5	1,4	105,3	105,4
26 Reino Unido	57,2	61,9	68,0	0,3	0,5	78,1	79,6	35,8	39,9	53,2	51,4	1,8	1,9	104,6	105,0
27 Singapura	3,0	4,8	5,5	2,9	0,9	100,0	100,0	29,3	40,6	37,1	34,7	1,8	1,3	107,4	107,3
28 República Checa	10,3	10,4	10,5	0,0	0,2	75,2	73,5	35,2	39,6	51,5	41,5	1,7	1,5	104,9	105,7
29 Eslovénia	1,9	2,0	2,0	0,4	0,2	50,4	49,5	34,1	41,7	47,1	43,3	1,4	1,5	105,1	105,3
30 Andorra	0,1	0,1	0,1	4,1	1,5	94,7	88,0
31 Eslováquia	5,3	5,4	5,3	0,4	0,1	56,5	55,0	31,3	37,2	55,2	37,8	1,9	1,4	104,3	105,5
32 Emirados Árabes Unidos	1,9	4,7	6,6	5,3	2,0	79,1	84,1	27,4	31,7	45,2	25,2	3,9	1,9	104,1	105,3
33 Malta	0,4	0,4	0,4	1,0	0,3	90,4	94,7	33,0	39,0	51,3	42,9	2,0	1,3	105,7	106,0
34 Estónia	1,6	1,3	1,3	-1,7	0,0	71,1	69,5	34,4	39,6	51,0	48,0	1,6	1,8	105,0	105,6
35 Chipre	0,7	0,9	1,1	1,4	1,0	66,8	70,3	30,9	36,5	58,1	44,2	2,4	1,6	107,1	106,8
36 Hungria	10,4	10,0	9,5	-0,1	-0,2	65,8	68,1	36,4	39,8	50,6	45,2	1,7	1,4	104,7	105,9
37 Brunei Darussalam	0,3	0,4	0,5	2,8	1,7	65,8	75,7	23,4	27,8	59,2	42,4	3,1	2,0	108,4	106,7
38 Qatar	0,5	1,5	2,0	2,4	1,6	92,2	95,8	29,6	30,1	40,5	20,5	4,1	2,3	103,8	105,4
39 Barém	0,5	0,8	1,1	3,2	1,8	88,1	88,6	25,9	28,1	50,8	39,3	3,4	2,1	107,5	105,2
40 Portugal	10,0	10,7	10,6	0,1	0,1	47,9	60,7	34,2	41,0	51,0	49,3	1,5	1,4	105,2	106,0
41 Polónia	38,1	38,0	36,2	0,3	-0,1	61,3	61,0	32,3	38,2	54,3	39,4	1,9	1,3	105,0	105,7
42 Barbados	0,3	0,3	0,3	-0,1	0,2	32,7	44,5	28,4	37,8	51,5	37,9	1,6	1,6	102,8	103,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
43 Baamas	0,3	0,3	0,4	1,9	1,1	79,8	84,1	23,1	29,7	59,0	47,1	2,6	2,0	103,8	104,3
44 Lituânia	3,7	3,3	2,9	-0,4	-0,7	67,6	67,0	32,7	39,8	50,3	44,9	1,8	1,4	104,3	105,3

Posição no IDH	POPULAÇÃO												(nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas) ^b		
	Total		Crescimento anual médio		Urbana		Idade mediana		Taxa de dependência		Taxa total de fertilidade				
	(milhões)	(%)	(% do total) ^a	(anos)	(por 100 pessoas com 15–64 anos)	(nascimentos por mulher)									
	1990	2010	2030	1990–1995	2010–2015	1990	2010	1990	2010	1990–1995	2010–2015	1990	2010		
45 Chile	13,2	17,1	19,8	1,8	0,9	83,3	89,0	25,7	32,1	56,4	46,0	2,6	1,9	103,6	103,8
46 Argentina	32,5	40,7	47,3	1,4	0,9	87,0	92,4	27,6	30,4	65,4	55,2	2,9	2,2	103,4	103,6
47 Kuwait	2,1	3,1	4,3	-4,3	2,0	98,0	98,4	22,8	30,6	60,9	34,5	3,2	2,1	103,3	102,7
48 Letónia	2,7	2,2	2,0	-1,3	-0,4	69,3	67,7	34,6	40,0	49,9	45,5	1,6	1,5	104,3	105,5
49 Montenegro	0,6	0,6	0,6	1,2	0,0	48,0	61,5	30,0	35,9	53,0	47,1	1,8	1,7	106,4	107,9
50 Roménia	23,2	21,2	19,5	-0,5	-0,4	53,2	57,5	32,6	38,5	51,4	43,0	1,5	1,4	104,2	105,9
51 Croácia	4,5	4,4	4,2	0,7	-0,2	54,0	57,7	35,8	41,6	46,7	47,7	1,5	1,5	104,9	105,8
52 Uruguai	3,1	3,4	3,6	0,7	0,3	89,0	92,5	30,7	33,7	60,4	57,2	2,5	2,0	104,4	104,7
53 Jamahira Árabe Líbia	4,4	6,5	8,5	2,0	1,8	75,7	77,9	17,9	26,2	84,4	52,5	4,1	2,5	104,4	104,9
54 Panamá	2,4	3,5	4,5	2,0	1,5	53,9	74,8	21,9	27,3	67,1	55,4	2,9	2,4	104,0	104,5
55 Arábia Saudita	16,3	26,2	36,5	2,3	1,9	76,6	82,1	19,4	24,6	79,2	53,6	5,5	2,8	102,2	102,1
56 México	83,4	110,6	126,5	1,9	0,9	71,4	77,8	19,8	27,6	75,0	52,7	3,2	2,0	104,0	104,3
57 Malásia	18,1	27,9	35,3	2,6	1,5	49,8	72,2	21,5	26,3	69,7	51,3	3,5	2,4	106,4	105,8
58 Bulgária	8,8	7,5	6,5	-1,1	-0,6	66,4	71,5	36,6	41,7	50,3	45,1	1,5	1,5	104,9	105,7
59 Trindade e Tobago	1,2	1,3	1,4	0,7	0,4	8,5	13,9	23,5	30,8	65,9	37,9	2,1	1,7	103,0	103,1
60 Sérvia	9,6	9,9	9,6	1,3	-0,1	50,4	56,1	33,6	37,6	48,9	46,9	2,0	1,6	107,6	107,8
61 Bielorrússia	10,3	9,6	8,6	0,0	-0,5	66,0	74,7	33,0	38,2	50,9	39,0	1,7	1,3	105,1	106,1
62 Costa Rica	3,1	4,6	5,8	2,4	1,3	50,7	64,4	22,5	28,2	69,0	46,6	3,0	1,9	105,1	104,8
63 Perú	21,8	29,5	36,0	1,9	1,1	68,9	76,9	20,5	25,6	73,2	56,0	3,6	2,4	103,4	104,2
64 Albânia	3,3	3,2	3,4	-1,0	0,5	36,4	51,9	23,8	30,0	61,6	48,5	2,8	1,9	108,2	107,0
65 Federação Russa	148,1	140,4	128,9	0,1	-0,3	73,4	73,2	33,3	38,1	49,4	38,7	1,6	1,5	104,4	105,5
66 Cazaquistão	16,5	15,8	17,2	-0,7	0,7	56,3	58,5	26,0	29,4	59,5	44,5	2,6	2,2	103,6	105,2
67 Azerbeijão	7,2	8,9	10,3	1,5	1,1	53,8	51,9	23,2	28,4	62,6	43,9	2,9	2,1	106,5	115,6
68 Bósnia e Herzegovina	4,3	3,8	3,5	-5,1	-0,2	39,3	48,6	29,7	39,3	43,5	41,0	1,5	1,2	103,3	106,7
69 Ucrânia	51,6	45,4	40,2	-0,2	-0,6	66,8	68,8	35,1	39,5	50,6	41,8	1,6	1,5	105,1	105,5
70 Irão, República Islâmica do	56,7	75,1	89,9	1,8	1,1	56,3	70,8	17,4	26,8	92,9	40,2	4,0	1,7	104,7	105,2
71 Macedónia, Antiga Repúbliga Jugoslava da	1,9	2,0	2,0	0,6	0,0	57,8	59,3	29,5	36,0	50,6	41,9	2,1	1,5	106,0	107,9
72 Maurícia	1,1	1,3	1,4	1,3	0,6	43,9	41,8	24,9	32,6	50,9	42,2	2,3	1,9	102,7	103,7
73 Brasil	149,6	195,4	217,1	1,6	0,7	73,9	86,5	22,5	29,0	65,9	47,9	2,6	1,7	103,5	104,2
74 Geórgia	5,5	4,2	3,8	-1,5	-0,7	55,0	52,8	31,2	37,6	51,4	44,9	2,1	1,6	105,5	110,7
75 Venezuela, República Bolivariana da	19,7	29,0	37,1	2,3	1,5	84,3	93,4	21,0	26,1	71,7	54,1	3,3	2,4	104,2	104,5
76 Arménia	3,5	3,1	3,2	-1,9	0,3	67,4	64,2	27,0	32,0	56,2	45,5	2,4	1,8	103,2	116,5
77 Equador	10,3	13,8	16,7	2,1	1,2	55,1	67,0	20,1	25,4	75,9	59,5	3,4	2,4	103,6	104,4
78 Belize	0,2	0,3	0,4	3,0	1,9	47,5	52,3	17,9	22,3	90,0	62,9	4,4	2,7	103,1	102,6
79 Colômbia	33,2	46,3	57,3	1,9	1,3	68,3	75,1	21,5	26,8	69,1	52,4	3,0	2,3	104,1	104,3
80 Jamaica	2,4	2,7	2,9	0,8	0,4	49,4	52,0	21,9	26,3	73,7	57,9	2,8	2,3	103,5	105,1
81 Tunísia	8,2	10,4	12,1	1,7	1,0	58,0	67,3	20,7	29,1	74,5	42,0	3,1	1,8	106,2	106,7
82 Jordânia	3,3	6,5	8,6	5,6	1,4	72,2	78,5	16,3	22,8	100,0	60,4	5,1	2,8	106,7	104,4
83 Turquia	56,1	75,7	90,4	1,7	1,1	59,2	69,7	21,5	28,3	67,3	47,8	2,9	2,1	103,5	104,1
84 Argélia	25,3	35,4	44,7	2,2	1,5	52,1	66,5	18,2	26,2	87,4	46,3	4,1	2,3	104,6	104,6
85 Tonga	0,1	0,1	0,1	0,6	0,1	22,7	23,4	19,7	21,3	78,1	76,3	4,5	3,6	107,0	106,5

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86 Fiji	0,7	0,9	0,9	1,2	0,5	41,6	51,9	21,3	25,0	69,4	55,9	3,4	2,6	106,3	106,3
87 Turquemenistão	3,7	5,2	6,3	2,6	1,2	45,1	49,5	19,7	24,7	79,4	49,6	4,0	2,3	103,2	103,2
88 República Dominicana	7,4	10,2	12,4	1,9	1,2	55,2	69,2	20,3	25,0	73,2	59,3	3,3	2,5	103,7	104,1
89 China	1,142,1 ^c	1,354,1 ^c	1,462,5 ^c	1,2	0,6	26,4	47,0	25,0	34,2	51,2	39,1	2,0	1,8	110,4	121,2
90 El Salvador	5,3	6,2	7,2	1,4	0,6	49,2	64,3	19,2	23,9	83,6	63,5	3,7	2,2	103,5	104,5
91 Sri Lanka	17,3	20,4	22,2	1,1	0,7	18,6	14,3	24,3	30,6	59,9	47,1	2,5	2,2	103,5	103,7
92 Tailândia	56,7	68,1	73,5	1,2	0,5	29,4	34,0	24,6	33,2	53,0	41,2	2,1	1,9	104,5	104,6
93 Gabão	0,9	1,5	2,0	3,2	1,8	69,1	86,0	19,6	21,6	88,5	66,4	5,1	3,0	101,9	102,1
94 Suriname	0,4	0,5	0,6	1,4	0,8	60,0	69,4	23,0	27,6	61,2	53,9	2,6	2,3	106,4	107,2
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	6,7	10,0	13,0	2,3	1,6	55,6	66,6	19,2	21,9	80,8	68,2	4,8	3,1	103,6	104,1
96 Paraguai	4,2	6,5	8,5	2,4	1,6	48,7	61,5	19,3	23,1	83,3	63,2	4,3	2,8	103,5	103,9
97 Filipinas	62,4	93,6	124,4	2,3	1,7	48,6	48,9	19,3	23,2	78,3	60,7	4,1	2,9	104,5	105,0
98 Botswana	1,4	2,0	2,4	2,7	1,3	41,9	61,1	17,3	22,8	90,9	58,2	4,3	2,7	101,5	101,8
99 Moldávia, República da	4,4	3,6	3,2	-0,1	-0,6	46,8	47,0	29,9	35,2	56,8	38,4	2,1	1,5	104,3	105,8
100 Mongólia	2,2	2,7	3,2	0,5	1,1	57,0	62,0	18,8	26,3	84,2	42,1	3,5	1,9	102,3	104,1

11

Tendências demográficas

Posição no IDH	POPULAÇÃO													Proporção entre sexos à nascença (nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas) ^b		
	Total (milhões)		Crescimento anual médio (%)			Urbana (% do total) ^a		Idade mediana (anos)		Taxa de dependência (por 100 pessoas com 15–64 anos)		Taxa total de fertilidade (nascimentos por mulher)				
	1990	2010	2030	1990–1995	2010–2015	1990	2010	1990	2010	1990	2010	1990–1995	2010–2015	1990	2010	
101 Egípto	57,8	84,5	110,9	2,0	1,7	43,5	43,4	18,9	23,9	85,2	58,1	3,9	2,7	104,4	104,7	
102 Uzbequistão	20,5	27,8	33,9	2,2	1,2	40,2	36,3	19,4	24,5	81,5	49,3	3,9	2,2	103,5	103,9	
103 Micronésia, Estados Federados da	0,1	0,1	0,1	2,1	0,5	25,8	22,7	17,6	20,8	91,2	67,3	4,8	3,2	108,0	107,2	
104 Guiana	0,7	0,8	0,7	0,3	-0,2	29,6	28,6	20,8	27,4	69,9	54,5	2,6	2,2	102,8	103,4	
105 Namíbia	1,4	2,2	3,0	2,7	1,7	27,7	38,0	17,8	21,1	88,9	66,8	4,9	3,1	100,8	101,3	
106 Honduras	4,9	7,6	10,5	2,6	1,9	40,5	51,6	17,1	20,9	95,4	69,8	4,9	3,0	103,6	104,2	
107 Maldivas	0,2	0,3	0,4	2,8	1,5	25,8	40,1	16,3	24,4	99,3	46,0	5,3	1,9	104,0	103,0	
108 Indonésia	177,4	232,5	271,5	1,5	1,0	30,6	44,3	21,7	28,2	65,6	48,7	2,9	2,0	103,5	104,1	
109 Quirguistão	4,4	5,6	6,5	0,9	1,1	37,8	34,6	21,6	25,1	74,1	51,7	3,6	2,4	102,9	104,8	
110 África do Sul	36,7	50,5	54,7	2,4	0,5	52,0	61,7	20,1	24,9	72,7	53,6	3,3	2,4	101,5	101,6	
111 República Árabe da Síria	12,7	22,5	30,6	2,8	1,7	48,9	55,7	15,7	22,5	104,3	61,2	4,9	2,9	104,1	104,5	
112 Tajiquistão	5,3	7,1	9,6	1,7	1,9	31,7	26,3	18,3	20,7	88,6	66,5	4,9	3,1	102,9	104,2	
113 Vietname	66,2	89,0	105,4	1,9	1,0	20,3	30,4	20,0	28,5	78,9	45,8	3,3	2,0	104,0	105,9	
114 Marrocos	24,8	32,4	39,3	1,7	1,2	48,4	58,2	19,7	26,2	77,3	50,2	3,7	2,3	103,7	103,7	
115 Nicarágua	4,1	5,8	7,4	2,4	1,5	52,3	57,3	16,8	22,0	96,6	64,2	4,5	2,6	103,4	104,3	
116 Guatemala	8,9	14,4	21,7	2,3	2,4	41,1	49,5	17,1	18,8	95,1	85,0	5,5	3,7	104,1	103,8	
117 Guiné Equatorial	0,4	0,7	1,1	3,5	2,4	34,8	39,7	21,2	19,3	76,1	77,3	5,9	5,1	100,5	101,3	
118 Cabo Verde	0,4	0,5	0,6	2,3	1,3	44,1	61,1	16,3	21,3	106,9	65,5	4,9	2,5	101,2	101,6	
119 Índia	862,2	1,214,5	1,484,6	2,0	1,3	25,6	30,0	21,1	25,0	71,5	55,6	3,9	2,5	107,7	108,5	
120 Timor-Leste	0,7	1,2	2,1	2,7	3,4	20,8	28,1	19,4	17,4	72,1	91,2	5,7	6,0	106,2	104,7	
121 Suazilândia	0,9	1,2	1,5	2,3	1,4	22,9	21,4	15,9	19,3	103,2	73,0	5,3	3,2	101,1	101,2	
122 República Democrática Popular do Laos	4,2	6,4	8,9	2,7	1,8	15,4	33,2	17,9	20,6	89,4	68,1	5,8	3,2	103,5	104,3	
123 Ilhas Salomão	0,3	0,5	0,8	2,9	2,2	13,7	18,6	17,0	20,3	93,4	71,8	5,5	3,5	109,0	108,9	
124 Cambodja	9,7	15,1	20,1	3,2	1,7	12,6	20,1	17,9	22,3	90,0	56,6	5,6	2,7	102,9	104,1	
125 Paquistão	115,8	184,8	265,7	2,4	2,1	30,6	35,9	18,2	21,3	89,2	68,6	5,7	3,6	105,9	105,8	
126 Congo	2,4	3,8	5,5	2,6	2,3	54,3	62,1	17,8	19,5	91,4	78,6	5,2	3,9	101,8	101,7	
127 São Tomé e Príncipe	0,1	0,2	0,2	1,9	1,7	43,7	62,2	16,7	19,3	104,1	79,2	5,2	3,4	102,4	102,1	

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	23,4	40,9	63,2	3,2	2,6	18,2	22,2	15,5	18,4	106,8	83,3	5,6	4,5	101,5	101,5
129 Bangladesh	115,6	164,4	203,2	2,0	1,3	19,8	28,1	18,1	24,5	85,4	53,4	4,0	2,2	103,2	103,6
130 Gana	15,0	24,3	34,9	2,8	2,0	36,4	51,5	17,7	20,6	89,1	71,8	5,3	4,0	104,2	104,5
131 Camarões	12,2	20,0	28,6	2,8	2,1	40,7	58,4	17,3	19,2	95,7	79,6	5,7	4,2	101,6	101,6
132 Mianmar	40,8	50,5	59,4	1,4	1,0	24,7	33,7	21,3	27,9	71,0	47,2	3,1	2,2	101,1	101,2
133 Iémen	12,3	24,3	39,4	4,6	2,7	20,9	31,8	14,3	17,8	116,0	84,2	7,7	4,7	104,6	103,9
134 Benim	4,8	9,2	15,4	3,5	2,9	34,5	42,0	17,2	18,4	96,5	85,8	6,6	5,1	103,1	103,8
135 Madagáscar	11,3	20,1	31,5	3,0	2,5	23,6	30,2	17,4	18,4	91,8	83,6	6,1	4,3	100,3	101,4
136 Mauritânia	2,0	3,4	4,8	2,7	2,1	39,7	41,4	17,5	20,1	89,7	72,1	5,7	4,1	106,6	106,3
137 Papua-Nova Guiné	4,1	6,9	10,1	2,6	2,2	15,0	12,5	18,6	20,0	78,2	72,3	4,7	3,8	106,3	107,8
138 Nepal	19,1	29,9	40,6	2,5	1,7	8,9	18,6	18,6	21,6	84,0	66,6	4,9	2,7	106,0	105,2
139 Togo	3,9	6,8	10,1	2,4	2,3	30,1	43,4	16,9	19,8	96,4	75,8	6,0	3,9	100,2	100,6
140 Comores	0,4	0,7	1,0	2,4	2,1	27,9	28,2	16,8	21,1	97,0	69,9	5,1	3,6	102,7	103,4
141 Lesoto	1,6	2,1	2,4	1,5	0,8	14,0	26,9	17,2	19,8	97,1	76,2	4,7	3,1	101,3	101,4
142 Nigéria	97,3	158,3	226,7	2,5	2,1	35,3	49,8	17,1	18,6	95,0	83,5	6,4	4,8	101,6	102,6
143 Uganda	17,7	33,8	60,8	3,3	3,2	11,1	13,3	15,9	15,6	103,1	105,1	7,1	5,9	101,4	101,7
144 Senegal	7,5	12,9	19,5	2,8	2,4	38,9	42,4	16,5	18,0	97,2	84,2	6,5	4,5	102,0	102,3
145 Haiti	7,1	10,2	13,2	2,0	1,5	28,5	52,1	18,5	21,6	88,5	67,5	5,2	3,2	103,6	104,1
146 Angola	10,7	19,0	30,4	3,2	2,7	37,1	58,5	16,2	17,4	100,5	89,2	7,1	5,3	99,7	99,9
147 Djibuti	0,6	0,9	1,2	2,1	1,6	75,7	76,2	17,8	21,5	86,5	63,6	5,9	3,5	101,7	102,2
148 Tanzânia, República Unida da	25,5	45,0	75,5	3,3	2,9	18,9	26,4	16,9	17,5	94,7	91,8	6,1	5,3	101,2	101,9
149 Costa do Marfim	12,6	21,6	32,6	3,4	2,3	39,7	50,6	17,7	19,5	90,3	79,6	5,9	4,2	100,7	101,0
150 Zâmbia	7,9	13,3	20,9	2,8	2,4	39,4	35,7	17,0	16,8	94,0	97,0	6,3	5,3	101,3	101,4
151 Gâmbia	0,9	1,8	2,7	3,8	2,5	38,3	58,2	18,7	18,8	84,0	81,6	6,0	4,6	101,1	101,8
152 Ruanda	7,2	10,3	16,1	-5,5	2,7	5,4	18,9	15,4	18,7	107,5	81,2	6,2	5,1	98,9	98,9
153 Malawi	9,5	15,7	25,9	1,4	2,7	11,6	19,8	16,7	16,8	97,7	96,2	6,8	5,1	101,5	102,2
154 Sudão	27,1	43,2	61,0	2,6	2,0	26,6	40,1	17,8	20,3	88,8	73,4	5,8	3,7	103,8	104,1
155 Afeganistão	12,6	29,1	50,6	7,3	3,2	18,1	22,6	16,8	16,9	94,0	92,8	8,0	6,3	106,1	106,0
156 Guiné	6,1	10,3	16,9	3,9	2,7	28,0	35,4	17,7	18,5	91,6	84,9	6,6	5,0	104,3	104,4

Posição no IDH	POPULAÇÃO												Proporção entre sexos à nascença (nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas) ^b		
	Total		Crescimento anual médio		Urbana		Idade mediana		Taxa de dependência		Taxa total de fertilidade				
	(milhões)	(%)	(% do total) ^a	(anos)	(por 100 pessoas com 15–64 anos)	(nascimentos por mulher)									
	1990	2010	2030	1990–1995	2010–2015	1990	2010	1990	2010	1990–1995	2010–2015	1990	2010		
157 Etiópia	48,3	85,0	131,6	3,3	2,5	12,6	16,7	17,4	18,0	92,0	86,5	7,0	4,8	100,8	101,6
158 Serra Leoa	4,1	5,8	8,9	-0,5	2,3	32,9	38,4	18,7	18,2	82,4	82,9	5,5	5,0	98,1	100,7
159 República Centro-Africana	2,9	4,5	6,1	2,6	1,8	36,8	38,9	18,4	19,5	88,9	79,3	5,7	4,3	99,9	100,0
160 Mali	8,7	13,3	20,5	2,0	2,4	23,3	35,9	17,3	17,6	91,6	86,5	6,3	5,2	101,7	102,2
161 Burkina Faso	8,8	16,3	27,9	2,8	3,1	13,8	25,7	16,2	16,7	99,7	93,9	6,7	5,6	103,5	103,8
162 Libéria	2,2	4,1	6,5	-2,2	2,6	40,9	47,8	17,5	18,5	92,7	83,9	6,4	4,7	100,2	102,1
163 Chade	6,1	11,5	19,0	3,1	2,6	20,8	27,6	17,0	17,1	97,5	93,9	6,7	5,8	100,9	101,0
164 Guiné-Bissau	1,0	1,6	2,5	2,6	2,3	28,1	30,0	18,6	18,7	81,3	85,4	5,9	5,4	100,5	100,8
165 Moçambique	13,5	23,4	33,9	3,3	2,1	21,1	38,4	16,5	17,9	99,2	89,3	6,1	4,6	100,3	101,3
166 Burundi	5,7	8,5	11,9	1,6	2,0	6,3	11,0	17,4	20,3	93,9	68,7	6,5	4,0	100,6	100,9
167 Níger	7,9	15,9	32,6	3,3	3,7	15,4	17,1	15,4	15,0	104,8	108,8	7,8	6,9	104,0	104,3
168 Congo, República Democrática do	37,0	67,8	108,6	3,9	2,6	27,8	35,2	16,4	16,6	99,6	96,2	7,1	5,5	100,8	100,7
169 Zimbabué	10,5	12,6	17,9	2,3	2,1	29,0	38,3	16,8	19,0	96,1	77,3	4,8	3,1	100,8	101,0

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,1	1,9	1,0	35,4	30,3	
Butão	0,5	0,7	0,9	-1,5	1,7	16,4	34,7	18,7	24,2	85,2	53,2	5,4	2,4	102,3	103,0
Cuba	10,6	11,2	11,0	0,6	0,0	73,4	75,2	28,2	38,3	45,5	42,1	1,7	1,5	106,4	106,8
Domínica	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	67,7	67,2
Eritreia	3,2	5,2	8,1	0,3	2,8	15,8	21,6	16,5	19,1	95,8	78,6	6,1	4,2	100,6	102,4
Granada	0,1	0,1	0,1	0,8	0,4	33,4	39,3	20,4	25,0	88,0	52,4	3,5	2,2	104,2	104,9
Iraque	18,1	31,5	48,9	3,0	2,6	69,7	66,2	17,0	19,3	95,6	78,3	5,8	3,7	105,8	106,0
Kiribati	0,1	0,1	0,1	1,5	1,5	35,0	43,9
Coreia, República Democrática Popular da	20,1	24,0	25,3	1,5	0,3	58,4	60,2	26,2	34,0	44,6	44,9	2,4	1,9	104,7	105,4
Líbano	3,0	4,3	4,9	3,2	0,8	83,1	87,2	21,9	29,2	69,3	47,2	3,0	1,9	103,3	104,0
Ilhas Marshall	0,0	0,1	0,1	1,5	1,9	65,1	71,8
Mónaco	0,0	0,0	0,0	0,9	0,3	100,0	100,0
Nauru	0,0	0,0	0,0	1,7	0,6	100,0	100,0
Territórios Ocupados da Palestina	2,2	4,4	7,3	3,9	2,9	67,9	74,1	16,4	17,6	100,4	90,1	6,5	4,5	103,2	104,5
Omã	1,8	2,9	4,0	3,3	1,9	66,1	73,0	18,3	24,3	85,4	51,5	6,3	2,8	104,4	104,9
Palau	0,0	0,0	0,0	2,7	0,5	69,6	83,4
São Cristóvão e Nevis	0,0	0,1	0,1	1,1	1,2	34,6	32,4
Santa Lúcia	0,1	0,2	0,2	1,2	0,9	29,4	28,0	21,4	27,5	78,8	48,4	3,2	1,9	97,9	102,7
São Vicente e Granadinas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	41,4	49,3	20,4	27,8	78,9	49,8	2,9	2,1	101,3	102,0
Samoa	0,2	0,2	0,2	0,8	0,2	21,2	20,2	18,5	19,6	81,1	77,2	4,7	3,6	108,7	108,0
San Marino	0,0	0,0	0,0	1,2	0,6	90,4	94,1
Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,3	49,3	55,3
Somália	6,6	9,4	15,7	-0,2	2,7	29,7	37,5	17,6	17,6	90,0	90,8	6,5	6,2	100,6	101,2
Tuvalu	0,0	0,0	0,0	0,7	0,4	40,7	50,4
Vanuatu	0,1	0,2	0,4	2,8	2,4	18,7	25,6	18,1	20,5	90,5	71,2	4,8	3,6	108,5	106,1

Desenvolvidos

OCDE	911,0	1.026,3	1.093,3	0,7	0,4	72,0	77,1	34,5	39,9	49,1	49,7	1,7	1,6	105,4	105,5
Não-OCDE	19,3	29,7	36,3	2,5	1,2	89,9	91,7	29,2	35,5	49,9	39,6	2,2	1,9	106,2	106,5

Em desenvolvimento

Estados Árabes	226,4	348,2	477,9	2,4	1,9	49,2	55,3	18,2	23,1	87,8	61,9	4,7	2,6	104,2	104,3
Ásia Oriental e Pacífico	1.606,6	1.974,3	2.204,3	1,3	0,8	28,1	45,3	24,0	32,2	56,2	42,5	2,3	2,8	108,5	116,0
Europa e Ásia Central	399,6	410,3	416,4	0,3	0,2	62,8	64,4	30,0	34,3	55,8	43,5	2,1	1,6	104,4	105,6
América Latina e Caraíbas	437,2	582,7	683,6	1,7	1,0	70,3	79,5	21,9	27,7	70,3	53,2	3,0	2,2	103,8	104,2
Sul da Ásia	1.200,0	1.719,1	2.158,2	2,1	1,4	26,5	31,7	20,3	24,5	75,8	56,8	4,1	2,5	106,8	107,5
Africa Subsariana	483,1	808,8	1.228,6	2,8	2,4	28,3	37,0	17,2	18,5	94,2	84,8	6,1	3,6	101,3	101,9

11

Tendências demográficas

Posição no IDH	POPULAÇÃO													Proporção entre sexos à nascença (nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas) ^b		
	Total		Crescimento anual médio			Urbana		Idade mediana		Taxa de dependência (por 100 pessoas com 15–64 anos)		Taxa total de fertilidade (nascimentos por mulher)				
	1990	2010	2030	1990–1995	2010–2015	1990	2010	1990	2010	1990	2010	1990–1995	2010–2015	1990	2010	
Desenvolvimento humano muito elevado	930,3	1,056,0	1,129,5	0,7	0,5	72,3	77,5	34,4	39,8	49,1	49,4	1,7	1,8	105,5	105,6	
Desenvolvimento humano elevado	873,1	1,052,4	1,175,1	1,2	0,7	67,8	75,8	25,3	30,4	65,0	47,2	2,7	1,8	104,2	104,8	
Desenvolvimento humano médio	2,739,1	3,597,3	4,239,7	1,6	1,1	28,5	39,9	22,5	28,6	64,3	49,5	3,0	2,7	107,8	112,2	
Desenvolvimento humano baixo	673,6	1,099,0	1,626,5	2,7	2,2	24,2	33,4	17,4	19,6	92,3	79,0	5,7	4,1	102,1	102,5	
Países menos desenvolvidos	524,8 ^T	854,7 ^T	1,271,6 ^T	2,7	2,2	21,0	29,1	17,6	19,9	91,1	77,9	5,6	4,1	102,2	102,5	
Mundo	5,290,4 ^T	6,908,7 ^T	8,308,9 ^T	1,6	1,1	42,6	50,5	24,4	29,1	65,4	54,0	3,1	2,3	106,0	108,4	

NOTAS

- a Uma vez que os dados foram baseados em definições nacionais do que constitui uma cidade ou área metropolitana, a comparação entre países deve ser feita com cautela.
- b A proporção natural entre sexos à nascença é aceite comunmente e confirmada empiricamente como 105 nascimentos de meninos por 100 nascimentos de meninas.

c Inclui Taiwan, Província da China.

T Os dados são valores agregados fornecidos pela fonte de dados original.

FONTES

Colunas 1–5 e 8–15: DAESNU (2009d).

Colunas 6 e 7: DAESNU (2010).

TABELA
11

TABELA 12

Trabalho digno

Posição no IDH	Taxa de população empregada		Emprego formal		Emprego vulnerável ^a		Pessoas empregadas que vivem com menos de 1,25 USD por dia		Taxa de desemprego por nível de educação (% da força laboral com o respectivo nível atingido)		Trabalho infantil (% de crianças com 5–14 anos)	Licença de maternidade paga e obrigatória ^b (dias úteis)		
	(% de população com 15–64 anos)	(% de emprego total)	Proporção de taxas entre mulheres e homens	(% de emprego total)	Proporção de taxas entre mulheres e homens	(% de emprego total)	Primário ou inferior	Secundário ou superior	1999–2007 ^c	2007–2009 ^c				
	1991	2008	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	1999–2007 ^c	2007–2009 ^c				
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	57,7	62,3	94,3	1,05	5,7	0,42	..	6,0	3,8	..	126			
2 Austrália	55,6	59,4	90,7	1,05	9,3	0,61	..	7,4	6,2	..	0			
3 Nova Zelândia	55,4	62,7	87,9	1,05	11,9	0,68	..	6,1	6,0	..	98			
4 Estados Unidos da América	59,4	59,2	92,8 ^d	1,03 ^d	0			
5 Irlanda	43,5	57,8	88,3	1,14	11,7	0,31	..	7,6	7,0	..	182			
6 Lístenstaine			
7 Países Baixos	51,4	59,3	90,5	1,02	9,4	0,80	..	8,0	7,8	..	112			
8 Canadá	57,8	61,2	89,6	1,04	10,4	0,71	..	12,1	10,2	..	119			
9 Suécia	62,0	57,6	93,4	1,05	6,6	0,51	..	12,7	8,8	..	98			
10 Alemanha	53,8	51,7	93,1	1,01	6,8	0,85	..	16,8	12,1	..	98			
11 Japão	61,3	54,2	88,7	0,98	10,8	1,20	..	4,4	98			
12 Coreia, República da	58,6	58,1	74,9	0,94	25,2	1,18	..	2,1	7,1	..	60 ^e			
13 Suíça	65,0	61,2	89,8	0,99	10,1	1,09	..	6,8	5,7	..	112 ^f			
14 França	47,2	47,9	94,1	1,02	5,9	0,69	..	12,3	12,5	..	112			
15 Israel	45,2	50,4	91,5	1,04	7,4	0,59	..	14,0	19,1	..	84			
16 Finlândia	57,2	54,7	91,0	1,05	9,0	0,59	..	12,3	10,5	..	263			
17 Islândia	70,9	71,2	90,9	1,08	8,7	0,39	..	5,1	4,1	..	180			
18 Bélgica	43,8	46,5	90,0	1,03	10,0	0,78	..	11,0	10,0	..	105			
19 Dinamarca	59,4	60,3	95,0	1,03	5,0	0,52	..	7,2	7,8	..	126			
20 Espanha	41,2	48,6	88,1	1,04	11,8	0,73	..	10,5	13,4	..	112			
21 Hong Kong, China (RAE)	61,8	56,6	92,8	1,06	7,1	0,45	..	5,6	6,3	..	70 ^f			
22 Grécia	44,3	48,4	73,1	1,01	27,0	0,99	..	7,5	16,1	..	119 ^e			
23 Itália	42,6	43,6	81,4	1,07	18,6	0,75	..	7,3	10,0	..	150			
24 Luxemburgo	49,3	51,2	95,9	0,98	5,2	1,06			
25 Áustria	51,8	54,5	91,1	1,01	9,0	0,95	..	8,8	6,1	..	112			
26 Reino Unido	55,6	56,3	89,2	1,08	10,5	0,50	..	9,4	8,0	..	365 ^e			
27 Singapura	63,7	61,6	89,8	1,06	10,2	0,59	84 ^e			
28 República Checa	58,2	54,3	87,5	1,08	12,5	0,56	..	20,2	6,3	..	196			
29 Eslovénia	54,5	54,1	89,1	1,03	11,0	0,79	..	7,9	9,5	..	365			
30 Andorra			
31 Eslováquia	54,5	52,6	89,3	1,09	10,6	0,44	..	46,6	13,0	..	196			
32 Emirados Árabes Unidos	71,3	75,9	98,4	1,01	1,6	0,29	..	2,4	7,9	..	45 ^f			
33 Malta	42,5	45,2	91,0	1,07	9,2	0,50	..	8,5	2,7			
34 Estónia	61,2	54,5	95,5	1,02	5,8	0,48	..	10,3	7,1	..	140			
35 Chipre	59,9	57,5	85,5	1,06	14,4	0,69	..	4,4	7,5			
36 Hungria	47,5	44,8	92,9	1,03	7,1	0,67	..	17,3	9,5	..	168			
37 Brunei Darussalam	62,2	63,3			
38 Qatar	73,0	76,9	99,5	1,01	0,4	0,00			
39 Barém	61,0	61,0	5	..			
40 Portugal	57,6	55,7	81,5	0,99	18,5	1,06	..	8,0	15,6	3	120			
41 Polónia	53,0	48,2	81,2	1,03	18,9	0,89	..	15,5	14,9	..	112 ^e			
42 Barbados	54,8	64,4	85,6	1,11	14,0	0,55			

Posição no IDH	Taxa de população empregada				Emprego formal		Emprego vulnerável ^a		Pessoas empregadas que vivem com menos de 1,25 USD por dia	Taxa de desemprego por nível de educação (% da força laboral com o respectivo nível atingido)		Trabalho infantil (%) de crianças com 5–14 anos	Licença de maternidade paga obrigatória ^b (dias úteis)			
	Proporção de taxas entre mulheres e homens		Proporção de taxas entre mulheres e homens		Primário ou inferior	Secundário ou superior				Primário ou inferior	Secundário ou superior					
	(% de população com 15–64 anos)	(% de emprego total)	(% de emprego total)	(% de emprego total)		(% de emprego total)	(% de emprego total)									
	1991	2008	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	1999–2007 ^c	2007–2009 ^c			
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO																
43	Baamas	62,6	65,4	84,4 ^d	1,07 ^d			
44	Lituânia	53,7	50,2	90,7	1,04	9,4	0,72	..	7,3	7,2	..	126				
45	Chile	50,6	49,6	75,2	1,02	24,8	0,94	..	4,9	15,6	3	126				
46	Argentina	53,0	56,5	79,9	1,06	20,1	0,78	3,5	9,9	18,1	7	90				
47	Kuwait	61,9	65,3	70 ^f			
48	Letónia	57,6	55,0	93,2	1,03	6,8	0,70	..	10,3	9,6	..	112				
49	Montenegro	80,5 ^d	1,11 ^d	4	365 ^e				
50	Roménia	55,6	48,1	68,7	0,99	31,2	1,03	..	7,1	9,8	1	126				
51	Croácia	49,9	45,9	83,8	0,98	16,2	1,12	1,3	10,7	16,5	..	365				
52	Uruguai	52,7	56,4	74,7	1,02	25,1	0,92	..	10,0	15,9	8	84				
53	Jamahira Árabe Líbia	45,3	48,6				
54	Panamá	49,5	58,7	72,3	1,09	27,7	0,78	11,8	5,4	15,7	3	98 ^e				
55	Arábia Saudita	50,4	50,9	70 ^f			
56	México	56,5	57,1	70,5	0,94	29,5	1,16	0,8	2,9	8,7	16	84				
57	Malásia	59,7	60,5	77,6	1,02	22,3	0,93	0,6	60 ^f			
58	Bulgária	45,2	46,3	91,3	1,03	8,7	0,77	..	17,5	8,2	..	135				
59	Trindade e Tobago	44,5	60,7	83,4	1,05	15,6	0,76	1	..				
60	Sérvia	77,3	1,06	22,7	0,83	10	365				
61	Bielorrússia	57,5	52,3	5	126				
62	Costa Rica	56,3	57,2	80,2	1,00	19,7	1,02	2,9	5,2	7,0	5	120 ^e				
63	Perú	53,4	68,8	60,1	0,79	39,6	1,41	9,0	19	90				
64	Albânia	48,9	46,2	1,3	15,8	29,0	12	..				
65	Federação Russa	56,8	56,7	94,1	1,01	5,8	0,90	..	13,2	11,8	..	140				
66	Cazaquistão	62,7	63,5	63,3	0,93	35,8	1,16	3,8	10,3	16,8	2	126 ^f				
67	Azerbeijão	56,5	60,0	46,8	0,57	53,2	1,63	..	11,3	11,3	7	126 ^e				
68	Bósnia e Herzegovina	42,3	41,5	72,9 ^d	1,01 ^d	31,2	..	5	365				
69	Ucrânia	56,9	53,5	80,7 ^d	0,97 ^d	6,7	14,6	7	126				
70	Irão, República Islâmica do	45,9	48,9	56,8	0,72	42,7	1,41	1,9	8,3	33,2	..	90				
71	Macedónia, Antiga República Jugoslava da	37,1	34,8	77,8	1,05	22,2	0,84	6	..				
72	Maurícia	55,5	53,8	82,4	1,04	16,8	0,82	..	8,0	15,3				
73	Brasil	55,7	63,9	68,1	1,02	27,2	0,82	6,2	8,4	13,3	6	120				
74	Geórgia	57,4	54,3	37,8	0,97	62,2	1,02	17,4	7,1	30,3	18	126				
75	Venezuela, República Bolivariana da	51,4	61,3	63,5	0,98	29,8	1,18	4,4	8	126 ^e				
76	Arménia	38,0	38,1	18,9	4	140				
77	Equador	51,6	60,5	66,2	0,83	33,8	1,41	5,8	8	84				
78	Belize	47,3	56,9	76,4	1,04	23,5	0,87	..	12,1	16,5	40	..				
79	Colômbia	52,1	62,0	58,9	1,01	40,9	0,99	21,3	5	84				
80	Jamaica	60,7	56,2	64,3	1,11	35,4	0,82	6	56 ^f				
81	Tunísia	40,5	41,0	64,3 ^d	3,9				
82	Jordânia	35,7	37,9	70 ^f				
83	Turquia	52,5	42,3	64,6	0,73	35,3	1,61	3,9	9,0	22,4	5	112				
84	Argélia	39,2	49,4	64,8	0,76	34,9	1,53	..	19,0	45,3	5	98				
85	Tonga				
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO																
86	Fiji	53,5	56,3	59,7	0,95	39,0	1,01				
87	Turquemenistão	55,6	58,3				
88	República Dominicana	43,5	53,3	57,6	1,36	42,4	0,62	4,9	12,3	35,3	10	84 ^f				
89	China	75,1	71,0	18,3	90 ^f				
90	El Salvador	58,6	54,3	59,0	0,66	35,5	1,51	15,6	6	84 ^f				
91	Sri Lanka	51,3	54,7	59,3	0,91	40,7	1,14	17,8	4,0	20,0	8	84 ^f				
92	Tailândia	77,3	71,5	46,6	0,90	53,3	8	45 ^f				
93	Gabão	58,1	58,2	6,3				

TABELA
12

Posição no IDH	Taxa de população empregada		Emprego formal		Emprego vulnerável ^a		Pessoas empregadas que vivem com menos de 1,25 USD por dia	Taxa de desemprego por nível de educação (% da força laboral com o respectivo nível atingido)		Trabalho infantil	Licença de maternidade paga e obrigatória ^b		
	(% de população com 15–64 anos)	(% de emprego total)	Proporção de taxas entre mulheres e homens	(% de emprego total)	Proporção de taxas entre mulheres e homens	(% de emprego total)		Primário ou inferior	Secundário ou superior	(% de crianças com 5–14 anos)			
	1991	2008	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	1999–2007 ^c	2007–2009 ^c		
94 Suriname	45,3	46,5	6	..		
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	61,4	70,7	38,1	0,63	61,6	1,31	22,5	22	60		
96 Paraguai	61,1	72,8	53,2	0,89	46,8	1,13	7,3	4,6	13,6	15	84		
97 Filipinas	59,1	60,1	55,3	0,95	44,7	1,07	27,2	2,7	16,4	12	60		
98 Botsuana	46,7	46,0	75,9	0,96	11,7	2,29	84 ^f		
99 Moldávia, República da	58,1	44,7	67,6	1,09	32,4	0,84	11,1	32	126 ^e		
100 Mongólia	50,2	51,6	39,9	1,12	59,7	0,93	30,5	18	120		
101 Egípto	42,6	43,2	75,2	0,71	24,8	2,13	2,7	7	90 ^e		
102 Uzbequistão	53,8	57,5	59,7	126 ^e		
103 Micronésia, Estados Federados da		
104 Guiana	51,4	57,8	16	..		
105 Namíbia	45,4	42,9	78,4	0,89	21,1	1,66	13	90		
106 Honduras	58,9	56,3	89,7	1,06	48,9	1,08	21,4	16	70 ^e		
107 Maldivas	44,9	57,3	27,2	1,16	50,3	0,69		
108 Indonésia	63,0	61,8	36,9	0,81	63,1	1,13	27,8	6,2	31,5	4	90 ^f		
109 Quirguistão	58,0	58,3	51,9	1,01	47,3	0,99	27,2	2,6	43,0	4	126		
110 África do Sul	39,4	41,1	97,1	0,99	2,7	1,50	44,4	23,4	34,8	..	112		
111 República Árabe da Síria	46,6	44,8	57,5	0,81	42,4	1,28	4	60 ^f		
112 Tajiquistão	53,8	55,4	28,6	10	..		
113 Vietname	74,8	69,4	26,1	0,71	73,9	1,13	24,2	16	120		
114 Marrocos	45,9	46,1	47,1	0,67	51,1	1,40	3,4	8,8	54,2	8	98		
115 Nicarágua	57,2	58,3	54,7	0,99	44,9	1,02	19,4	15	84 ^f		
116 Guatemala	55,1	62,4	34,2	0,74	55,0	1,20	14,6	29	84 ^f		
117 Guiné Equatorial	61,4	62,6	28	..		
118 Cabo Verde	56,7	55,7	41,4	0,74	39,6	1,23	26,6	3	..		
119 Índia	58,3	55,6	51,4	12	84 ^f		
120 Timor-Leste	63,8	66,8	63,2	4	..		
121 Suazilândia	54,2	50,4	83,8	9	..		
122 República Democrática Popular do Laos	80,2	77,7	45,7	11	90 ^e		
123 Ilhas Salomão	67,1	64,5		
124 Cambodja	77,2	74,6	13,1	0,71	86,7	1,07	45,7	45	90 ^f		
125 Paquistão	47,5	51,5	38,2	0,59	61,8	1,29	28,9	5,1	11,6	..	84 ^f		
126 Congo	65,5	64,6	66,7	25	..		
127 São Tomé e Príncipe	8	..		

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	73,4	73,0	22,9	26	90 ^f
129 Banglades	74,0	67,9	14,2	0,80	85,0	1,02	56,9	13	112 ^f
130 Gana	68,4	65,2	37,6	34	84 ^f
131 Camarões	59,1	59,1	20,8	0,31	75,9	1,36	39,9	31	98
132 Mianmar	74,2	74,4
133 Iémen	38,3	39,0	26,0	23	60 ^f
134 Benim	70,1	71,6	55,6	46	98
135 Madagáscar	79,3	83,3	82,2	1,08	76,7	32	98 ^e
136 Mauritânia	66,5	47,2	24,6	16	98
137 Papua-Nova Guiné	69,9	70,2	108
138 Nepal	59,6	61,5	28,4	0,44	71,6	1,34	67,6	31	52 ^f
139 Togo	65,9	64,6	45,9	29	98 ^e
140 Comores	70,0	69,4	64,6	27	..
141 Lesoto	48,3	54,1	61,0	23	84
142 Nigéria	52,7	51,8	72,2	13	84 ^f
143 Uganda	81,8	83,0	14,8	0,34	85,2	1,19	55,7	36	60 ^f
144 Senegal	66,8	66,0	44,4	22	98
145 Haiti	56,0	55,4	66,9	21	..
146 Angola	76,5	76,4	59,9	24	56

TABELA
12

Posição no IDH	Taxa de população empregada		Emprego formal		Emprego vulnerável ^a		Pessoas empregadas que vivem com menos de 1,25 USD por dia	Taxa de desemprego por nível de educação (% da força laboral com o respectivo nível atingido)		Trabalho infantil	Licença de maternidade paga e obrigatória ^b	
			Proporção de taxas entre mulheres e homens		Proporção de taxas entre mulheres e homens							
	(% de população com 15–64 anos)	(% de emprego total)	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c		(% de emprego total)	Primário ou inferior	Secundário ou superior	(% de crianças com 5–14 anos)	(dias úteis)
	1991	2008	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	2000–2008 ^c	1999–2007 ^c	2007–2009 ^c	
147 Djibuti	
148 Tanzânia, República Unida da	87,4	78,0	12,3	0,40	87,7	1,13	90,0	36	84 ^f	
149 Costa do Marfim	62,5	60,4	26,3	35	98	
150 Zâmbia	57,0	61,2	19,1	0,35	79,3	1,23	76,6	12	84 ^f	
151 Gâmbia	73,2	72,1	42,7	25	..	
152 Ruanda	86,6	80,3	79,5	35	98 ^e	
153 Malawi	71,7	72,1	79,8	26	56 ^f	
154 Sudão	46,1	47,3	13	56 ^f	
155 Afeganistão	54,1	55,2	30	..	
156 Guiné	82,1	81,2	73,9	25	98 ^e	
157 Etiópia	71,3	80,6	47,0	0,86	51,8	1,16	45,8	53	90 ^f	
158 Serra Leoa	63,6	64,8	81,9	0,92	67,1	48	..	
159 República Centro-Africana	73,3	72,6	71,1	47	..	
160 Mali	49,3	47,0	13,6 ^d	0,75 ^d	60,6	34	98	
161 Burkina Faso	81,6	81,9	60,7	47	98	
162 Libéria	65,7	65,9	86,2	21	..	
163 Chade	66,6	69,7	72,1	53	98	
164 Guiné-Bissau	66,3	66,9	55,3	39	..	
165 Moçambique	79,9	77,9	81,2	22	..	
166 Burundi	84,9	84,2	87,2	19	..	
167 Níger	59,4	59,8	76,6	43	98 ^f	
168 Congo, República Democrática do	67,8	66,7	69,6	32	105 ^e	
169 Zimbabué	70,1	64,9	38,2	0,45	61,9	1,58	13	..	

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Butão	53,3	61,1	40,8	0,35	52,3	1,94	31,7	19	..
Cuba	52,4	54,4	83,1 ^d	1,22 ^d
Domínica	73,3	1,13	25,9	0,70
Eritreia	65,8	65,6
Iraque	36,8	37,1	11	..
Coreia, República Democrática Popular da	62,1	63,9
Líbano	43,8	45,9	7	49 ^e
Territórios Ocupados da Palestina	30,1	30,2	63,9	0,85	36,1	1,29	..	24,7	41,8
Omã	52,6	51,4	89,6	0,98	42
São Cristóvão e Nevis	88,4	1,04	8,5	0,70
Santa Lúcia	69,5	1,12	28,7	0,80
Samoa	53,5	1,32
San Marino	90,4 ^d	1,05 ^d
Somália	65,6	66,5	49	..
Tuvalu	97,9	1,01	2,0	0,81

NOTAS

a Percentagem de pessoas empregadas como trabalhadores familiares não pagos ou trabalhadores por conta própria.

b Número de dias de licença de maternidade pagos pelo governo, a não ser que especificado em contrário. Está limitado a mulheres em situação de emprego formal.

c Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

d Não inclui dados sobre as entidades patronais.

e Benefícios pagos pelo governo e pela entidade patronal.

f Benefícios pagos pela entidade patronal.

FONTES

Colunas 1–9: OIT (2010d).

Coluna 10: UNICEF (2010c).

Coluna 11: Banco Mundial (2010f).

TABELA 13

Educação

Posição no IDH	METAS EDUCATIVAS		ACESSO À EDUCAÇÃO				EFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos educação secundária	Taxa de matrícula no ensino primário (% de população em idade do nível escolar primário)		Taxa de matrícula no ensino secundário (% de população em idade do nível escolar secundário)		Taxa de matrícula no ensino superior (% de população em idade do nível escolar superior)	Taxa de abandono escolar, todos os anos	Taxa de repetição, todos os anos	Ráio de alunos/professor	
	(% com idade igual ou superior a 15 anos)	(% com idade igual ou superior a 25 anos)	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	(% do grupo do ensino primário)	(% de total de matrículas no ensino primário no ano anterior)	(número de alunos por professor)	(%)
	2005–2008 ^a	2010	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a
1 Noruega	..	87,3	98,4	98,4	112,5	96,6	75,9	0,2
2 Austrália	..	73,4	104,9	97,0	147,9	87,5	75,0	15,8	..
3 Nova Zelândia	..	67,9	101,2	99,2	120,4	90,8	79,1	17,1	..
4 Estados Unidos da América	..	89,7	98,0	91,5	94,3	88,2	81,6	1,5	..	14,3	..
5 Irlanda	..	64,1	105,4	96,9	113,4	88,1	61,2	..	0,7	17,8	..
6 Liechtenstein	109,6	89,3	106,1	65,2	31,2	18,2	..	9,5	..
7 Países Baixos	..	67,4	106,8	98,5	119,5	88,6	60,1	1,7 ^b
8 Canadá	..	79,6	107,1	99,5	101,3	..	62,3 ^b
9 Suécia	..	80,3	94,2	93,8	103,1	99,1	74,5	0,1	..	10,7	..
10 Alemanha	..	97,2 ^{b,c}	105,7	98,2	100,6	4,4	1,3	18,0	..
11 Japão	..	71,9	102,2	100,0	100,7	98,0	57,9	18,8	..
12 Coreia, República da	..	75,3	103,7	98,6	97,5	96,4	96,1	1,6	0,0	24,1	..
13 Suíça	..	71,0	102,4	93,5	95,7	84,7	47,2	..	1,5	18,1	..
14 França	..	55,7	110,2	98,5	113,3	98,3	54,7	2,0 ^b	4,2	20,3	..
15 Israel	..	61,8	110,9	97,1	91,5	87,6	60,4	0,4	1,5	17,2	..
16 Finlândia	..	70,5	97,6	96,3	111,3	96,8	93,8	0,2	0,4	15,9	..
17 Islândia	..	54,8	97,2	97,1	110,0	90,3	72,3
18 Bélgica	..	47,7	102,3	97,8	109,5	86,9	62,1	12,8	3,4	12,6	..
19 Dinamarca	..	68,1	99,0	95,6	119,2	89,6	80,3	7,9 ^b
20 Espanha	97,6	46,9	105,4	99,7	119,1	94,3	68,5	0,1	..	13,1	..
21 Hong Kong, China (RAE)	..	62,7	101,0	93,5	82,9	75,2	34,3	0,0	0,9	..	95,1
22 Grécia	97,0	47,4	101,2	99,4	101,8	91,0	90,8	1,8	0,7	10,1	..
23 Itália	98,8	46,7	103,8	98,6	99,9	92,4	67,1	0,4	0,2	10,4	..
24 Luxemburgo	..	78,1 ^{b,c}	100,3	95,5	95,4	83,0	10,0	13,5	3,8	13,1	..
25 Áustria	..	70,1	101,5	97,9	99,9	..	50,3	2,2	1,2 ^b	12,9	..
26 Reino Unido	..	58,2	104,0	97,2	97,4	91,3	59,0	20,1	..
27 Singapura	94,5	59,1	0,3	19,5	97,1
28 República Checa	..	99,8 ^{b,c}	102,1	92,2	95,0	..	54,3	1,1	0,6	17,3	..
29 Eslovénia	99,7	94,3 ^{b,c}	102,9	95,6	93,5	88,5	85,5	1,1	0,6	17,1	..
30 Andorra	..	50,9 ^{b,c}	86,7	80,1	82,2	71,4	11,0	..	2,8	..	100,0
31 Eslováquia	..	98,8 ^{b,c}	101,9	91,8	92,8	..	50,1	2,6 ^b	3,0	18,6	..
32 Emirados Árabes Unidos	90,0	..	107,9	91,6	93,8	83,8	25,2	0,0	1,9	17,2	100,0
33 Malta	92,4	44,2	99,0	91,4	98,1	82,0	33,0	1,0 ^b	0,8	12,1	..
34 Estónia	99,8	87,3 ^{b,c}	99,2	94,4	99,7	89,9	65,0	1,7	0,9
35 Chipre	97,8	58,7	102,5	99,0	97,8	95,1	36,2	1,6	0,4	15,0	..
36 Hungria	99,0	46,7	97,9	88,8	96,7	90,5	67,2	1,0	1,7	10,6	..
37 Brunéi Darussalam	95,0	..	106,7	93,3	96,7	88,2	16,0	1,6	0,8	10,1	84,3
38 Qatar	93,1	54,1 ^{b,c}	108,6	94,1	93,2	79,2	11,0	3,3	0,6	..	52,3
39 Barém	90,8	48,1	105,3	97,9	96,8	89,4	29,9	1,3 ^b	2,0

DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO

1 Noruega	..	87,3	98,4	98,4	112,5	96,6	75,9	0,2
2 Austrália	..	73,4	104,9	97,0	147,9	87,5	75,0	15,8	..
3 Nova Zelândia	..	67,9	101,2	99,2	120,4	90,8	79,1	17,1	..
4 Estados Unidos da América	..	89,7	98,0	91,5	94,3	88,2	81,6	1,5	..	14,3	..
5 Irlanda	..	64,1	105,4	96,9	113,4	88,1	61,2	..	0,7	17,8	..
6 Liechtenstein	109,6	89,3	106,1	65,2	31,2	18,2	..	9,5	..
7 Países Baixos	..	67,4	106,8	98,5	119,5	88,6	60,1	1,7 ^b
8 Canadá	..	79,6	107,1	99,5	101,3	..	62,3 ^b
9 Suécia	..	80,3	94,2	93,8	103,1	99,1	74,5	0,1	..	10,7	..
10 Alemanha	..	97,2 ^{b,c}	105,7	98,2	100,6	4,4	1,3	18,0	..
11 Japão	..	71,9	102,2	100,0	100,7	98,0	57,9	18,8	..
12 Coreia, República da	..	75,3	103,7	98,6	97,5	96,4	96,1	1,6	0,0	24,1	..
13 Suíça	..	71,0	102,4	93,5	95,7	84,7	47,2	..	1,5	18,1	..
14 França	..	55,7	110,2	98,5	113,3	98,3	54,7	2,0 ^b	4,2	20,3	..
15 Israel	..	61,8	110,9	97,1	91,5	87,6	60,4	0,4	1,5	17,2	..
16 Finlândia	..	70,5	97,6	96,3	111,3	96,8	93,8	0,2	0,4	15,9	..
17 Islândia	..	54,8	97,2	97,1	110,0	90,3	72,3
18 Bélgica	..	47,7	102,3	97,8	109,5	86,9	62,1	12,8	3,4	12,6	..
19 Dinamarca	..	68,1	99,0	95,6	119,2	89,6	80,3	7,9 ^b
20 Espanha	97,6	46,9	105,4	99,7	119,1	94,3	68,5	0,1	..	13,1	..
21 Hong Kong, China (RAE)	..	62,7	101,0	93,5	82,9	75,2	34,3	0,0	0,9	..	95,1
22 Grécia	97,0	47,4	101,2	99,4	101,8	91,0	90,8	1,8	0,7	10,1	..
23 Itália	98,8	46,7	103,8	98,6	99,9	92,4	67,1	0,4	0,2	10,4	..
24 Luxemburgo	..	78,1 ^{b,c}	100,3	95,5	95,4	83,0	10,0	13,5	3,8	13,1	..
25 Áustria	..	70,1	101,5	97,9	99,9	..	50,3	2,2	1,2 ^b	12,9	..
26 Reino Unido	..	58,2	104,0	97,2	97,4	91,3	59,0	20,1	..
27 Singapura	94,5	59,1	0,3	19,5	97,1
28 República Checa	..	99,8 ^{b,c}	102,1	92,2	95,0	..	54,3	1,1	0,6	17,3	..
29 Eslovénia	99,7	94,3 ^{b,c}	102,9	95,6	93,5	88,5	85,5	1,1	0,6	17,1	..
30 Andorra	..	50,9 ^{b,c}	86,7	80,1	82,2	71,4	11,0	..	2,8	..	100,0
31 Eslováquia	..	98,8 ^{b,c}	101,9	91,8	92,8	..	50,1	2,6 ^b	3,0	18,6	..
32 Emirados Árabes Unidos	90,0	..	107,9	91,6	93,8	83,8	25,2	0,0	1,9	17,2	100,0
33 Malta	92,4	44,2	99,0	91,4	98,1	82,0	33,0	1,0 ^b	0,8	12,1	..
34 Estónia	99,8	87,3 ^{b,c}	99,2	94,4	99,7	89,9	65,0	1,7	0,9
35 Chipre	97,8	58,7	102,5	99,0	97,8	95,1	36,2	1,6	0,4	15,0	..
36 Hungria	99,0	46,7	97,9	88,8	96,7	90,5	67,2	1,0	1,7	10,6	..
37 Brunéi Darussalam	95,0	..	106,7	93,3	96,7	88,2	16,0	1,6	0,8	10,1	84,3
38 Qatar	93,1	54,1 ^{b,c}	108,6	94,1	93,2	79,2	11,0	3,3	0,6	..	52,3
39 Barém	90,8	48,1	105,3	97,9	96,8	89,4	29,9	1,3 ^b	2,0

Posição no IDH	METAS EDUCATIVAS		ACESSO À EDUCAÇÃO				EFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA	
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos educação secundária	Taxa de matrícula no ensino primário (% de população em idade do nível escolar primário)	Taxa de matrícula no ensino secundário (% de população em idade do nível escolar secundário)	Taxa de matrícula no ensino superior (% de população em idade do nível escolar superior)	Taxa de abandono escolar, todos os anos	Taxa de repetição, todos os anos (% de total de matrículas no ensino primário no ano anterior)	Rácio de alunos/professor	Professores do ensino primário com formação para ensinar	
	(% com idade igual ou superior a 15 anos)	(% com idade igual ou superior a 25 anos)	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	(% do grupo do ensino primário)	(número de alunos por professor)	(%)
2005–2008 ^a	2010	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a
40 Portugal	94,6	27,5	115,2	98,9	101,3	87,9	56,9	..	10,2	11,7
41 Polónia	99,5	60,6	97,1	95,6	99,8	93,8	66,9	2,7	0,7	11,0
42 Barbados	..	58,8	6,1	..	13,5
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
43 Baamas	..	89,6 ^{b,c}	102,4	90,5	93,7	86,1	..	9,1	..	15,8
44 Lituânia	99,7	88,6 ^{b,c}	96,1	91,3	99,1	92,1	75,9	2,0	0,7	9,7
45 Chile	98,6	51,8	105,6	94,4	90,6	85,3	52,1	5,1	2,4	26,2
46 Argentina	97,7	44,6	114,6	98,5	85,3	79,4	68,1	5,1	6,1	14,8
47 Kuwait	94,5	56,9	95,5	87,6	90,8	79,9	17,6	0,5	0,9	9,1
48 Letónia	99,8	97,9 ^{b,c}	96,8	90,1	114,5	..	69,2	4,3	3,3	12,8
49 Montenegro	..	98,2 ^{b,c}
50 Roménia	97,6	79,1 ^{b,c}	104,7	93,9	87,5	73,0	58,3	6,7	1,7	16,3
51 Croácia	98,7	78,0 ^{b,c}	98,6	90,2	93,6	88,3	47,0	0,2	0,3	17,3
52 Uruguai	98,2	44,6	114,3	97,5	92,0	67,7	64,3	6,3	7,0	15,5
53 Jamahira Árabe Líbia	88,4	..	110,3	..	93,5	..	55,7 ^b
54 Panamá	93,5	48,3	111,1	98,3	71,2	65,6	45,0	14,8	5,3	24,2
55 Arábia Saudita	85,5	48,8 ^{b,c}	98,4	84,5	94,6	73,0	29,9	3,6	3,3	..
56 México	92,9	40,3	112,9	97,9	87,4	70,9	26,3	8,5	3,6	28,0
57 Malásia	92,1	50,5	97,9	97,5	69,1	68,7	29,7	7,8	..	17,5 ^b
58 Bulgária	98,3	87,6 ^{b,c}	101,1	94,6	105,2	87,5	49,7	6,3	1,8	16,1
59 Trindade e Tobago	98,7	48,6	103,4	91,8	88,8	73,9	11,6	4,2	6,6	17,2
60 Sérvia	100,6	97,0	90,5	89,6	48,7	1,6	0,6	..
61 Bielorrússia	99,7	..	99,2	94,4	95,3	86,8	72,8	0,5	0,0	..
62 Costa Rica	96,0	29,9	109,9	..	89,2	..	25,3	5,7	7,0	19,0
63 Perú	89,6	50,5	112,8	96,8	97,6	75,9	34,5	17,0	7,2	20,9
64 Albânia	99,0	75,7 ^{b,c}	102,1	90,8	77,7	73,8	19,3 ^b	10,1 ^b	2,1 ^b	..
65 Federação Russa	99,5	..	96,8	..	84,0	..	75,0	4,8	0,4	..
66 Cazaquistão	99,7	82,1 ^{b,c}	108,8	89,3	94,9	86,9	41,0	1,0	0,1	..
67 Azerbeijão	99,5	92,8 ^{b,c}	116,2	96,0	105,6	98,3	15,8	1,6	0,3	..
68 Bósnia e Herzegovina	97,6	..	111,0	..	89,1	..	33,5	..	0,1	..
69 Ucrânia	99,7	88,2 ^{b,c}	98,4	88,9	94,4	85,0	79,4	2,7	0,1	..
70 Irão, República Islâmica do	82,3	29,5	128,4	99,7	79,7	75,1	36,1	12,2 ^b	1,8	20,0 ^b
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	97,0	47,8 ^{b,c}	92,8	86,5	84,2	81,6	35,5	2,5	0,1	..
72 Maurícia	87,5	36,3	99,4	93,1	87,6	80,1	16,0	2,1	4,0	21,7
73 Brasil	90,0	21,9	129,6	92,6	100,1	77,0	30,0	24,4 ^b	18,7	23,0
74 Geórgia	99,7	91,0 ^{b,c}	107,4	98,7	90,0	80,8	34,3	4,9	0,3	12,5
75 Venezuela, República Bolivariana da	95,2	27,7	103,1	90,1	81,1	69,5	78,1	19,3	3,4	16,2
76 Arménia	99,5	91,1 ^{b,c}	79,6	74,0	88,1	85,7	34,2	2,3	0,2	..
77 Equador	84,2	37,0	118,5	96,9	69,6	59,2	35,3	18,6	2,5	22,6
78 Belize	..	24,5 ^{b,c}	120,5	97,7	75,0	63,4	11,2	9,5	8,2	24,5
79 Colômbia	93,4	31,3	119,9	90,0	90,6	71,2	35,4	12,2	3,5	29,4
80 Jamaica	85,9	42,1	90,1	85,1	90,2	76,7	19,3 ^b	12,8 ^b	3,0	29,1
81 Tunísia	78,0	23,1	107,6	97,7	90,2	65,8	31,6	5,9	8,5	17,3
82 Jordânia	92,2	54,2	96,3	89,1	86,3	83,7	37,7	0,9	0,6	12,2
83 Turquia	88,7	22,3	97,6	93,9	82,1	71,2	37,1	5,8	2,1	..
84 Argélia	72,6	25,9	107,5	94,9	83,2	66,3	23,9	7,1	7,8	..
85 Tonga	99,0	..	111,8	99,0	102,7	66,2	6,4 ^b	9,1	5,2	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
86 Fiji	..	41,9	94,2	91,2	80,9	79,1	15,4	5,4	1,7	26,1
87 Turquemenistão	99,5
88 República Dominicana	88,2	27,6	104,3	80,0	74,9	57,7	33,3 ^b	31,2	3,4	19,6

**TABELA
13**

Posição no IDH	METAS EDUCATIVAS		ACESSO À EDUCAÇÃO						EFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA			QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA	
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos educação secundária	Taxa de matrícula no ensino primário (% de população em idade do nível escolar primário)		Taxa de matrícula no ensino secundário (% de população em idade do nível escolar secundário)		Taxa de matrícula no ensino superior (% de população em idade do nível escolar superior)	Taxa de abandono escolar, todos os anos	Taxa de repetição, todos os anos	Ráio de alunos/professor	Professores do ensino primário com formação para ensinar		
	(% com idade igual ou superior a 15 anos)	(% com idade igual ou superior a 25 anos)	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	(% do grupo do ensino primário)	(% de total de matrículas no ensino primário no ano anterior)	(número de alunos por professor)	(%)		
	2005–2008 ^a	2010	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a		
89 China	93,7	38,4	112,1	..	74,0	..	22,1	0,4	0,3	18,3	..		
90 El Salvador	84,0	19,4	115,0	94,0	63,6	55,0	24,6	24,3	6,1	33,3	93,2		
91 Sri Lanka	90,6	44,9	105,1	99,7	87,0	2,0	0,8	22,5 ^b	..		
92 Tailândia	93,5	20,6	9,2	21,2	..		
93 Gabão	87,0	..	134,3	80,3	53,1	..	7,1 ^b	44,5 ^b	34,4	36,0 ^b	100,0 ^b		
94 Suriname	90,7	..	113,8	90,1	75,4	64,6	12,3 ^b	32,3	17,2	13,2	100,0		
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	90,7	29,3	108,3	93,7	81,8	69,9	38,3	19,8	2,5	25,1	90,6 ^b		
96 Paraguai	94,6	26,4	108,3	92,4	65,9	57,7	25,5	20,9	4,1	16,6 ^b	..		
97 Filipinas	93,6	53,6	108,2	90,4	81,4	59,9	27,8	26,8	2,3	33,7	100,0 ^b		
98 Botsuana	83,3	24,7	109,7	87,2	80,2	56,5	5,2	13,2	4,7	25,4	94,3		
99 Moldávia, República da	98,3	..	89,2	83,3	83,1	79,1	39,9	4,4	0,1		
100 Mongólia	97,3	80,2 ^{b,c}	101,5	88,7	95,1	82,0	49,8	5,1	0,2	31,6	99,0		
101 Egípto	66,4	36,1	99,7	93,6	79,3	71,2	31,2	3,2	3,1	21,9 ^b	99,9 ^b		
102 Uzbequistão	99,3	..	94,4	89,9	102,4	91,7	9,9	1,3	0,0	..	100,0		
103 Micronésia, Estados Federados da	110,3	..	90,5	..	14,1 ^b		
104 Guiana	..	40,0	108,7	94,7	102,1	..	11,5	41,2 ^b	0,7	25,6	58,5		
105 Namíbia	88,2	..	112,4	89,0	65,8	54,4	8,9	23,4	18,1	29,4	95,0		
106 Honduras	83,6	17,1	116,0	96,6	64,5	..	18,7	23,8	5,3	33,3	36,4		
107 Maldivas	98,4	..	112,0	96,2	83,7	69,4	4,3	13,3	67,9		
108 Indonésia	92,0	26,8	120,9	94,8	75,8	69,7	18,0	19,9	2,9	21,4	93,5 ^b		
109 Quirguizistão	99,3	89,2 ^{b,c}	94,7	83,5	85,1	80,5	52,0	1,7	0,1	..	64,4		
110 África do Sul	89,0	57,9	104,5	87,5	95,1	71,9	..	23,0 ^b	8,0	..	78,7 ^b		
111 República Árabe da Síria	83,6	33,5	124,4	94,5	74,0	67,7	..	3,3	7,5	..	88,4		
112 Tajiquistão	99,7	92,4 ^{b,c}	102,2	97,3	84,4	82,5	20,2	0,5	0,3	22,2	88,3		
113 Vietname	92,5	..	104,1	94,0	66,9	62,3	9,7 ^b	7,9	1,0	20,9	98,6		
114 Marrocos	56,4	..	106,9	89,5	55,8	34,5	12,3	23,8	11,9	29,9	100,0 ^b		
115 Nicarágua	78,0	25,4	116,9	91,8	67,9	45,2	18,0 ^b	51,6	11,0	29,2	72,7		
116 Guatemala	73,8	15,3	113,6	95,1	56,6	39,9	17,7	35,3	12,4	29,4	..		
117 Guiné Equatorial	93,0	..	98,7	66,4	26,2	21,6	3,3 ^b	67,4 ^b	24,3	54,5 ^b	30,9		
118 Cabo Verde	84,1	..	101,3	84,4	67,7	56,7	11,9	12,9	11,6	24,4 ^b	84,7		
119 Índia	62,8	22,2	113,1	89,8	57,0	..	13,5	34,2	3,4	40,7	..		
120 Timor-Leste	106,6	75,9	54,7	31,4	15,2	..	12,5	37,4	..		
121 Suazilândia	86,5	32,6	107,9	82,8	53,3	28,6	4,4	26,3	18,0	32,4	94,0		
122 República Democrática Popular do Laos	72,7	..	111,8	82,4	43,9	36,0	13,4	33,2	16,8	..	96,9		
123 Ilhas Salomão	76,6 ^b	..	107,3	67,0	34,8	30,2		
124 Camboja	77,0	..	115,9	88,6	40,4	34,1	7,0	45,6	11,2	48,5	98,2		
125 Paquistão	53,7	16,8	84,8	66,1	32,9	32,5	5,2	30,3	4,4	40,7	85,1		
126 Congo	..	34,8	114,0	58,9	43,1	..	3,9 ^b	29,8	22,4	51,8	89,0		
127 São Tomé e Príncipe	88,3	..	133,3	96,1	51,3	38,1	4,1	26,1	24,2	30,8	..		

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	86,5	15,5	111,5	81,5	58,3	49,1	4,1	16,4 ^b	5,8	46,5	98,4
129 Banglades	55,0	16,7	93,8	88,0	44,1	41,5	7,0	45,2	13,2	43,7	54,4
130 Gâmbia	65,8	28,7	101,8	73,9	54,1	46,4	6,2	40,0 ^b	6,5	32,2	49,1
131 Camarões	75,9	13,1	110,9	88,3	37,3	..	7,8	43,3	16,8	..	61,8
132 Mianmar	91,9	16,6	115,0	..	49,3	46,4	10,7	26,1	0,4	28,8	99,0
133 Iémen	60,9	..	85,4	72,7	45,7	37,4	10,2	40,5 ^b	5,7
134 Benim	40,8	9,8	116,6	92,8	36,3	19,6	5,8	36,9 ^b	14,3	44,6	71,8
135 Madagáscar	70,7	..	151,7	98,5	30,1	23,8	3,4	57,5	19,7	47,2	52,1
136 Mauritânia	56,8	..	98,2	79,7	23,3	16,3	3,8	18,1	2,0	37,2	100,0 ^b
137 Papua-Nova Guiné	59,6	8,3	54,9	2,0 ^b
138 Nepal	57,9	15,4	124,0	78,8	43,5	..	5,6 ^b	38,4	16,8	37,8	66,4
139 Togo	64,9	14,1	105,0	83,5	41,3	22,5	5,3	55,5	23,7	37,6	14,6

TABELA
13

Posição no IDH	METAS EDUCATIVAS		ACESSO À EDUCAÇÃO				EFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos educação secundária	Taxa de matrícula no ensino primário (% da população em idade do nível escolar primário)	Taxa de matrícula no ensino secundário (% da população em idade do nível escolar secundário)	Taxa de matrícula no ensino superior (% da população em idade do nível escolar superior)	Taxa de abandono escolar, todos os anos	Taxa de repetição, todos os anos (% de total de matrículas no ensino primário no ano anterior)	Ráio de alunos/professor	Professores do ensino primário com formação para ensinar		
	(% com idade igual ou superior a 15 anos)	(% com idade igual ou superior a 25 anos)	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	(% do grupo do ensino primário)	(número de alunos por professor)	(%)	
2005–2008 ^a	2010	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	
140 Comores	73,6	..	121,5	72,9	45,8	..	2,7 ^b	28,3 ^b	24,4	30,2	57,4
141 Lesoto	89,5	13,1	107,7	72,7	39,9	25,2	3,6	54,2	21,0	37,0	71,4
142 Nigéria	60,1	..	93,1	61,4	30,5	25,8	10,1	25,1 ^b	2,9	46,3	51,2
143 Uganda	74,6	11,0	120,2	97,1	25,3	19,2	3,7	67,6	11,0	49,9	89,4
144 Senegal	41,9	8,6	83,5	72,9	30,6	25,1	8,0	41,6	7,7	36,4	90,5 ^b
145 Haiti	61,0 ^b	13,3
146 Angola	69,6	17,3	..	2,8
147 Djibuti	55,5	45,3	29,5	24,4	2,6	..	10,6	..	80,3
148 Tanzânia, República Unida da	72,6	6,0 ^{b,c}	110,2	99,3	6,1	..	1,5	17,2	4,2	52,2	100,0 ^b
149 Costa do Marfim	54,6	..	74,5	56,0	26,3	21,2	8,4	10,5	18,0	41,9	100,0 ^b
150 Zâmbia	70,7	25,7	119,1	95,2	51,8	49,0	2,4 ^b	21,4	5,9	63,4	100,0
151 Gâmbia	45,3	11,0	86,2	68,7	50,8	41,8	1,2 ^b	29,7	5,4	34,4	74,7 ^b
152 Ruanda	70,3	3,3	150,9	95,9	21,9	..	4,0	69,1 ^b	17,7	70,2	94,2
153 Malawi	72,8	4,6	120,2	90,6	29,4	25,0	..	64,3	20,1
154 Sudão	69,3	11,5	74,0	39,2	38,0	..	5,9 ^b	6,9	4,9	36,7	61,0
155 Afeganistão	..	6,4	106,1	..	28,6	26,8	1,3 ^b	..	16,3
156 Guiné	89,9	71,3	35,8	27,7	9,2	45,1	15,4	44,1	82,1
157 Etiópia	35,9 ^b	..	97,8	78,2	33,4	25,3	3,6	59,7	5,0	59,3	89,7
158 Serra Leoa	39,8	9,1	157,7	..	34,6	24,9	2,0 ^b	..	9,9	44,2	49,4
159 República Centro-Africana	54,6	9,3	77,4	59,1	11,9	..	2,3	54,4	25,6	100,2	..
160 Mali	26,2	3,7	91,3	71,5	34,8	28,6	5,4	20,9	14,2	51,4	50,1
161 Burkina Faso	28,7	..	78,5	63,3	19,8	15,4	3,1	28,9	10,5	48,9	87,7
162 Libéria	58,1	12,8	90,6	75,2	31,6	19,5	17,4 ^b	..	6,7	23,9	40,2
163 Chade	32,7	..	82,7	61,0	19,0	10,5	1,9	70,2	21,8	176,2	35,5
164 Guiné-Bissau	51,0	..	119,7	52,1	35,9	9,7	2,9	..	18,7	88,1	35,1
165 Moçambique	54,0	3,2	114,2	79,9	20,6	6,2	1,5	56,3	5,5	64,1	67,0
166 Burundi	65,9	..	135,6	99,4	17,9	..	2,5	46,3	33,8	52,0	87,4
167 Niger	28,7	2,9	62,4	54,0	11,0	8,9	1,3	33,2	6,4	40,7	98,4
168 Congo, República Democrática do	66,6	19,5	90,4	32,4	34,8	..	5,0	20,5	15,3	39,0	93,3
169 Zimbabué	91,4	33,4	103,6	89,9	41,0	38,0	3,8 ^b

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	99,0 ^b	..	102,5	74,0	105,2	2,6 ^b	5,6	17,1	52,9
Butão	52,8	..	109,1	87,4	61,7	47,5	6,6	9,9	6,4	29,9	91,5
Cuba	99,8	68,8 ^{b,c}	101,9	98,8	91,4	84,3	121,5	4,4	0,5	9,6	100,0 ^b
Domínica	..	26,5 ^{b,c}	81,6	72,3	104,8	68,1	..	9,2	3,9	16,7	59,4
Eritreia	65,3	..	52,3	38,9	30,5	26,0	2,0	26,7	15,4	47,4	89,3
Granada	102,6	93,4	107,7	88,6	..	17,4 ^b	2,9	22,6	73,5
Iraque	77,6	26,3	98,0	87,3	46,8	39,6	15,7	29,9 ^b	8,0	20,5	100,0 ^b
Kiribati	112,8	97,4	87,9	68,3	..	18,6 ^b	85,4
Líbano	89,6	..	101,1	88,3	81,6	74,6	51,5	6,9	8,8	17,8	13,3
Ilhas Marshall	93,0	66,3	66,4	44,9	17,0 ^b	16,9 ^b	..
Mônaco	127,7	..	153,4
Nauru	78,8	72,3	46,1	74,6 ^b	74,2
Territórios Ocupados da Palestina	94,1	47,3 ^{b,c}	80,4	73,3	92,4	88,6	47,2	0,9	0,5	29,0	100,0
Omã	86,7	..	75,0	68,3	88,1	78,2	26,3	0,5	1,1	14,3	100,0 ^b
Palau	98,8	..	96,9	..	40,2 ^b	..	4,7
São Cristóvão e Nevis	85,3	70,6	88,2	78,7	..	32,0	1,5	16,1	63,6
Santa Lúcia	98,0	91,5	93,2	79,6	14,8	4,0 ^b	2,4	21,4	87,8
São Vicente e Granadinas	109,0	94,6	108,2	90,3	..	20,9	4,6	17,0	83,0
Samoa	98,7	..	99,5	90,6	78,3	64,2	7,4 ^b	4,1	1,2	23,8	..
Seychelles	91,8	66,8 ^{b,c}	125,3	99,4	111,8	94,3	..	1,6	..	13,1	77,9 ^b

TABELA
13

Posição no IDH	METAS EDUCATIVAS		ACESSO À EDUCAÇÃO						EFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA	
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos educação secundária	Taxa de matrícula no ensino primário (% de população em idade do nível escolar primário)		Taxa de matrícula no ensino secundário (% de população em idade do nível escolar secundário)		Taxa de matrícula no ensino superior (% de população em idade do nível escolar superior)	Taxa de abandono escolar, todos os anos	Taxa de repetição, todos os anos	Ráio de alunos/professor	Professores do ensino primário com formação para ensinar	
	(% com idade igual ou superior a 15 anos)	(% com idade igual ou superior a 25 anos)	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	(% do grupo do ensino primário)	(% de total de matrículas no ensino primário no ano anterior)	(número de alunos por professor)	(%)	
	2005–2008 ^a	2010	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2001–2009 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	2005–2008 ^a	
Tuvalu	105,6	37,4 ^b	
Vanuatu	81,3	..	108,7	97,3	40,1	38,1	4,8 ^b	26,6	13,6	..	100,0	

Desenvolvidos

OCDE	..	73,8	101,7	95,6	101,1	91,8	71,4	2,9
Não-OCDE	..	61,7	108,4	95,6	93,6	86,7	43,0	3,0	1,2

Em desenvolvimento

Estados Árabes	72,1	..	96,4	80,9	68,8	60,4	22,7	9,5	5,7
Ásia Oriental e Pacífico	112,2	93,3	72,8	62,6	20,9	21,3
Europa e Ásia Central	97,5	65,1	98,5	92,3	89,3	82,1	54,2	3,3	0,9
América Latina e Caraíbas	91,1	32,5	116,5	94,4	89,8	72,5	36,7	17,8	9,2
Sul da Ásia	62,4	21,6	108,2	86,9	53,5	42,0	12,8	24,1	5,0
África Subsariana	62,4	..	101,8	73,6	34,4	29,5	5,5	36,5	9,4
Desenvolvimento humano muito elevado	..	73,6	101,9	95,6	100,9	91,7	70,8	3,0	1,7
Desenvolvimento humano elevado	92,3	41,0	111,9	94,4	88,9	74,9	43,2	7,3	6,5
Desenvolvimento humano médio	80,7	..	110,2	88,5	64,7	57,0	17,6	22,6	2,9
Desenvolvimento humano baixo	61,2	14,3	99,9	73,4	34,7	30,9	6,0	40,4	9,6
Países menos desenvolvidos	59,9	..	101,6	75,5	34,1	30,8	5,4	39,1	11,0
Mundo	106,9	86,1	66,4	60,2	25,7	18,0	5,1

NOTAS

a Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

b Refere-se a um ano anterior àquele especificado.

c Instituto de Estatística da UNESCO (2010a).

FONTES

Colunas 1 e 3-11: Instituto de Estatística da UNESCO (2010a).

Coluna 2: Barro e Lee (2010).

TABELA 14

Saúde

Posição no IDH	RECURSOS			FACTORES DE RISCO						MORTALIDADE							
	Despesa na saúde Per capita (PPC em USD)	Médico (por 10 000 pessoas)	Camas hospitalares (% de crianças de um ano)	Crianças sem imunização contra			Jovens (% com 15-24 anos)			Adultos (% com 15-49 anos)			Crianças Menores de 5 anos	Adultos (por 1000 pessoas)	Taxas de mortalidade etariamente uniformizadas de doenças não-transmissíveis		
				DTP	Sarampo	..	Mulheres	Homens	Total	2008	2008	2008			2008	2008	
2007	2000-2009 ^a	2008	2007	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2004	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																	
1 Noruega	4,763	39	39	6	7	0,1	0,1	0,1	3	4	53	81	391				
2 Austrália	3,357	10	39	8	6	<0,1	0,2	0,2	5	6	46	81	355				
3 Nova Zelândia	2,497	21	62	11	14	..	0,1	0,1	5	6	57	88	398				
4 Estados Unidos da América	7,285	27	31	4	8	0,3	0,7	0,6	7	8	79	135	450				
5 Irlanda	3,424	31	53	7	11	0,1	0,2	0,2	3	4	56	90	459				
6 Listenstaine	2	2				
7 Países Baixos	3,509	39	48	3	4	0,1	0,2	0,2	4	5	57	78	425				
8 Canadá	3,900	19	34	6	6	0,2	0,4	0,4	6	6	53	87	374				
9 Suécia	3,323	36	..	2	4	0,1	0,1	0,1	2	3	48	76	372				
10 Alemanha	3,588	35	83	10	5	0,1	0,1	0,1	4	4	54	101	429				
11 Japão	2,696	21	139	2	3	3	4	43	87	284				
12 Coreia, Repúblida da	1,688	17	86	6	8	<0,1	<0,1	<0,1	5	5	43	108	470				
13 Suíça	4,417	40	55	5	13	0,5	0,4	0,6	4	5	44	76	360				
14 França	3,709	37	72	2	13	0,2	0,4	0,4	3	4	55	119	387				
15 Israel	2,181	36	58	7	16	0,1	<0,1	0,1	4	5	46	87	368				
16 Finlândia	2,840	33	68	1	3	<0,1	0,1	0,1	3	3	57	129	405				
17 Islândia	3,323	38	75	2	4	0,1	0,2	0,2	2	3	46	66	375				
18 Bélgica	3,323	42	53	1	7	0,1	0,2	0,2	4	5	61	110	437				
19 Dinamarca	3,513	32	35	25	11	0,1	0,2	0,2	4	4	67	112	495				
20 Espanha	2,671	38	34	3	2	0,2	0,6	0,5	4	4	43	102	379				
21 Hong Kong, China (RAE)				
22 Grécia	2,727	54	48	1	1	0,1	0,2	0,2	3	4	44	105	436				
23 Itália	2,686	37	39	4	9	0,2	0,4	0,4	3	4	42	80	372				
24 Luxemburgo	5,734	29	63	1	4	0,1	0,2	0,2	2	3	56	101	419				
25 Áustria	3,763	38	78	17	17	0,1	0,2	0,2	3	4	50	99	409				
26 Reino Unido	2,992	21	39	8	14	0,1	0,3	0,2	5	6	59	96	441				
27 Singapura	1,643	15	32	3	5	0,1	0,2	0,2	2	3	47	82	345				
28 República Checa	1,626	36	81	1	3	..	<0,1	..	3	4	65	143	559				
29 Eslovénia	2,099	24	47	3	4	<0,1	3	4	55	132	480				
30 Andorra	3,004	37	26	1	2	3	4	44	99	373				
31 Eslováquia	1,555	31	68	1	1	<0,1	7	8	73	195	628				
32 Emirados Árabes Unidos	982	15	19	8	8	7	8	60	78	410				
33 Malta	4,053	34	78	28	22	0,1	0,1	0,1	6	6	44	77	433				
34 Estónia	1,094	33	56	5	5	0,7	1,6	1,3	4	6	84	249	664				
35 Chipre	3,034	23	37	3	13	4	4	39	84	412				
36 Hungria	1,388	28	71	1	1	<0,1	0,1	0,1	5	7	101	233	693				
37 Brunei Darussalam	1,176	11	26	1	3	6	7	80	106	473				
38 Qatar	3,075	28	25	6	8	9	10	53	77	512				
39 Barém	1,199	30	20	3	1	10	12	82	116	678				
40 Portugal	2,284	34	35	3	3	0,3	0,5	0,5	3	4	52	128	456				
41 Polónia	1,035	20	52	1	2	0,1	0,1	0,1	6	7	77	205	583				
42 Barbados	1,263	.. ^b	76	7	8	0,6	1,3	1,2	10	11	108	168	531				

Posição no IDH	RECURSOS			FACTORES DE RISCO						MORTALIDADE				
	Despesa na saúde Per capita (PPC em USD)				Crianças sem imunização contra			Prevalência de VIH			Taxas de mortalidade etariamente uniformizadas de doenças não-transmissíveis			
		Camas hospitalares			DTP	Sarampo	Jovens (% com 15-24 anos)	Mulheres	Homens	Adultos (% com 15-49 anos)	Menores de 5 anos	Adultos (por 1000 pessoas)		
		2007	2000-2009 ^a	2008				2007	Total	2008	2008	2008	2008	2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
43 Baamas	1,987	..	32	7	10	1,5	3,2	3,0	9	13	127	206	509	
44 Lituânia	1,109	40	81	4	3	0,1	0,1	0,1	6	7	114	314	635	
45 Chile	863	11	23	4	8	0,2	0,3	0,3	7	9	60	116	458	
46 Argentina	1,322	32 ^b	41	4	1	0,3	0,6	0,5	15	16	86	160	515	
47 Kuwait	814	18	18	1	1	9	11	51	68	454	
48 Letónia	1,071	30	76	3	3	0,5	0,9	0,8	8	9	115	311	710	
49 Montenegro	1,107	20	40	5	11	7	8	90	173	..	
50 Roménia	592	19	65	3	3	0,2	0,2	0,1	12	14	90	220	706	
51 Croácia	1,398	26	53	4	4	<0,1	5	6	65	163	578	
52 Uruguai	916	37	29 ^c	6	5	0,3	0,6	0,6	12	14	85	158	521	
53 Jamahira Árabe Líbia	453	12	37	2	2	15	17	97	170	654	
54 Panamá	773	15	22	18	15	0,6	1,1	1,0	19	23	83	140	417	
55 Arábia Saudita	768	16	22	2	3	18	21	103	186	678	
56 México	819	29	17 ^c	2	4	0,2	0,3	0,3	15	17	89	154	501	
57 Malásia	604	7	18	10	5	0,3	0,6	0,5	6	6	97	177	623	
58 Bulgária	835	37	64	5	4	9	11	91	214	733	
59 Trindade e Tobago	1,178	12 ^b	27	10	9	1,0	0,3	1,5	31	35	107	219	751	
60 Sérvia	769	20	54	5	8	0,1	0,1	0,1	6	7	91	183	..	
61 Bielorrússia	704	49	112	3	1	0,1	0,3	0,2	11	13	111	330	854	
62 Costa Rica	899	13	13	10	9	0,2	0,4	0,4	10	11	68	124	439	
63 Perú	327	..	15	1	10	0,3	0,5	0,5	22	24	95	118	534	
64 Albânia	505	11	29	1	2	13	14	91	141	752	
65 Federação Russa	797	43	97	2	1	0,6	1,3	1,1	12	13	147	396	904	
66 Cazaquistão	405	39	77	1	1	0,1	0,2	0,1	27	30	186	432	1,145	
67 Azerbeijão	284	38	79	30	34	0,1	0,3	0,2	32	36	138	228	856	
68 Bósnia e Herzegovina	767	14	30	9	16	<0,1	13	15	68	147	670	
69 Ucrânia	475	31	87	10	6	1,5	1,5	1,6	14	16	151	399	881	
70 Irão, República Islâmica do	689	9	14	1	2	0,1	0,2	0,2	27	32	95	152	687	
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	669	25	46	5	2	<0,1	10	11	80	151	737	
72 Maurícia	502	11	33	1	2	1,0	1,8	1,7	15	17	104	214	731	
73 Brasil	837	17	24	3	1	0,6	1,0	0,6	18	22	106	210	625	
74 Geórgia	384	45	33	8	4	0,1	0,1	0,1	26	30	85	232	554	
75 Venezuela, República Bolivariana da	697	19	13	53	18	16	18	93	195	441	
76 Arménia	246	37	41	11	6	0,1	0,2	0,1	21	23	101	240	1,064	
77 Equador	434	15	6 ^c	25	34	0,2	0,4	0,3	21	25	121	207	484	
78 Belize	279	11	12 ^c	6	4	1,5	0,5	2,1	17	19	129	223	677	
79 Colômbia	516	14	10	8	8	0,3	0,7	0,6	16	20	75	162	483	
80 Jamaica	357	9	17 ^c	13	12	0,9	1,7	1,6	26	31	130	220	605	
81 Tunísia	463	13	20	1	2	<0,1	0,1	0,1	18	21	72	132	537	
82 Jordânia	434	26	18	3	5	17	20	116	179	711	
83 Turquia	677	15	28	4	3	20	22	73	138	701	
84 Argélia	338	12	17	7	12	0,1	0,1	0,1	36	41	119	144	565	
85 Tonga	167	3	24	1	1	17	19	228	143	658	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
86 Fiji	169	5	21	1	6	..	0,1	0,1	16	18	156	249	767	
87 Turquemenistão	153	24	41	4	1	<0,1	43	48	212	377	1,100	
88 República Dominicana	411	19	10 ^c	23	21	0,6	0,3	1,1	27	33	127	188	794	
89 China	233	14	30	3	6	0,1	0,1	0,1	18	21	84	140	627	
90 El Salvador	402	12	8 ^c	6	5	0,5	0,9	0,8	16	18	136	301	518	
91 Sri Lanka	179	6	31	2	2	..	<0,1	..	13	15	93	315	681	
92 Tailândia	286	3	22	1	2	1,2	1,2	1,4	13	14	140	276	516	

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

	RECURSOS	FACTORES DE RISCO						MORTALIDADE					
		Crianças sem imunização contra			Prevalência de VIH								
86 Fiji	169	5	21	1	6	..	0,1	0,1	16	18	156	249	767
87 Turquemenistão	153	24	41	4	1	<0,1	43	48	212	377	1,100
88 República Dominicana	411	19	10 ^c	23	21	0,6	0,3	1,1	27	33	127	188	794
89 China	233	14	30	3	6	0,1	0,1	0,1	18	21	84	140	627
90 El Salvador	402	12	8 ^c	6	5	0,5	0,9	0,8	16	18	136	301	518
91 Sri Lanka	179	6	31	2	2	..	<0,1	..	13	15	93	315	681
92 Tailândia	286	3	22	1	2	1,2	1,2	1,4	13	14	140	276	516

Posição no IDH	RECURSOS			FACTORES DE RISCO						MORTALIDADE			
	Despesa na saúde Per capita (PPC em USD)	Camas		Crianças sem imunização contra			Prevalência de VIH			Taxas de mortalidade etariamente uniformizadas de doenças não-transmissíveis			
		Médico	hospitalares	DTP	Sarampo	Jovens (% com 15-24 anos)	Mulheres	Homens	Adultos (% com 15-49 anos)	Crianças de 5 anos	Menores	Adultos (por 1000 pessoas)	Mulheres
		2007	2000-2009 ^a	2008		2007	2008	2008	2008	2008	2008	2008	2004
93 Gabão	650	3	13 ^c	62	45	3,9	1,3	5,9	57	77	301	353	716
94 Suriname	527	5	31	16	14	1,4	2,7	2,4	25	27	128	218	728
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	200	12	11	17	14	0,1	0,2	0,2	46	54	163	230	765
96 Paraguai	253	11	13	24	23	0,3	0,7	0,6	24	28	105	170	602
97 Filipinas	130	12	5	9	8	26	32	117	227	620
98 Botsuana	762	4	18	4	6	15,3	5,1	23,9	26	31	394	419	594
99 Moldávia, República da	281	27	61	5	6	0,2	0,4	0,4	15	17	141	312	963
100 Mongólia	138	26	60	4	3	..	0,1	0,1	34	41	145	291	923
101 Egípto	310	24	21	3	8	20	23	151	222	891
102 Uzbequistão	121	26	48	2	2	0,1	0,1	0,1	34	38	140	223	880
103 Micronésia, Estados Federados da	373	6	33	21	8	32	39	156	187	682
104 Guiana	197	5	19	7	5	1,7	0,5	2,5	47	61	226	291	835
105 Namíbia	467	3	27 ^c	17	27	10,3	3,4	15,3	31	42	290	356	513
106 Honduras	235	6	7 ^c	7	5	0,4	0,7	0,7	26	31	129	227	761
107 Maldivas	514	9	26	2	3	24	28	72	100	953
108 Indonésia	81	1	6	23	17	0,1	0,3	0,2	31	41	185	226	690
109 Quirguizistão	130	23	51	5	1	0,1	0,2	0,1	33	38	184	343	1,012
110 África do Sul	819	8	28	33	38	12,7	4,0	18,1	48	67	479	563	867
111 República Árabe da Síria	154	5	15	18	19	14	16	120	179	679
112 Tajiquistão	93	20	61	14	14	0,1	0,4	0,3	54	64	162	185	884
113 Vietname	183	6	28	7	8	0,3	0,6	0,5	12	14	110	192	611
114 Marrocos	202	6	11	1	4	0,1	0,1	0,1	32	36	88	147	655
115 Nicarágua	232	4	9 ^c	4	1	0,1	0,3	0,2	23	27	123	209	705
116 Guatemala	334	..	6 ^c	15	4	1,5	..	0,8	29	35	159	302	515
117 Guiné Equatorial	543	3	19 ^c	67	49	2,5	0,8	3,4	90	148	356	366	938
118 Cabo Verde	148	6	21	2	4	24	29	115	274	591
119 Índia	109	6	9	34	30	0,3	0,3	0,3	52	69	173	250	713
120 Timor-Leste	116	1	..	21	27	75	93	204	275	663
121 Suazilândia	287	2	21	5	5	22,6	5,8	26,1	59	83	616	631	707
122 República Democrática Popular do Laos	84	3	12	39	48	0,1	0,2	0,2	48	61	288	317	828
123 Ilhas Salomão	123	1	14	22	40	30	36	136	182	694
124 Cambodja	108	2	..	9	11	0,3	0,8	0,8	69	90	216	294	832
125 Paquistão	64	8	6	27	15	0,1	0,1	0,1	72	89	190	216	717
126 Congo	90	1	16	11	21	2,3	0,8	3,5	80	127	374	389	716
127 São Tomé e Príncipe	183	5	32	1	7	64	98	227	271	788

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	72	1	14	15	10	81	128	364	382	729
129 Bangladesh	42	3	4	5	11	43	54	230	247	730
130 Gana	113	1	9	13	14	1,3	0,4	1,9	51	76	247	298	699
131 Camarões	104	2	15	16	20	4,3	1,2	5,1	82	131	403	405	840
132 Mianmar	21	4	6	15	18	0,6	0,7	0,7	71	98	304	368	775
133 Iémen	104	3	7	31	38	53	69	185	249	941
134 Benim	70	1	5	33	39	0,9	0,3	1,2	76	121	291	312	835
135 Madagáscar	41	2	3	18	19	0,1	0,2	0,1	68	106	240	286	799
136 Mauritânia	47	1	4	26	35	0,5	0,9	0,8	75	118	262	318	812
137 Papua-Nova Guiné	65	1	..	48	46	0,7	0,6	1,5	53	69	235	292	772
138 Nepal	53	2	50	18	21	0,3	0,5	0,5	41	51	273	281	769
139 Togo	68	1	9	11	23	2,4	0,8	3,3	64	98	296	351	818
140 Comores	37	2	22	19	24	<0,1	0,1	<0,1	75	105	231	286	713
141 Lesoto	92	1	13	17	15	14,9	5,9	23,2	63	79	633	758	581
142 Nigéria	131	4	5	46	38	2,3	0,8	3,1	96	186	399	424	909
143 Uganda	74	1	4	36	32	3,9	1,3	5,4	85	135	424	451	786
144 Senegal	99	1	3 ^c	12	23	0,8	0,3	1,0	57	108	247	293	852

TABELA
14

Posição no IDH	RECURSOS			FACTORES DE RISCO						MORTALIDADE			
	Despesa nasaúde Per capita (PPC em USD)	Camas Médico hospitalares		Crianças sem imunização contra		Prevalência de VIH		Adultos (% com 15-49 anos)		Menores Crianças de 5 anos	Adultos (por 1000 pessoas)	Taxas de mortalidade etariamente uniformizadas de doenças não-transmissíveis	
		2007	2000-2009 ^a	DTP	Sarampo	Jovens (% com 15-24 anos)	Mulheres	Homens	Total			2008	2008
145 Hati	58	..	13	47	42	1,4	0,6	2,2	54	72	229	306	740
146 Ángola	131	1	8	19	21	0,3	0,2	2,1	130	220	383	460	1,071
147 Díjibuti	148	2	..	11	27	2,1	0,7	3,1	76	95	283	335	862
148 Tanzânia, República Unida da	63	<0,5	11	16	12	0,9	0,5	6,2	67	104	444	475	851
149 Costa do Marfim	67	1	4	26	37	2,4	0,8	3,9	81	114	354	367	946
150 Zâmbia	79	1	19	20	15	11,3	3,6	15,2	92	148	498	538	833
151 Gâmbia	71	<0,5	11	4	9	0,6	0,2	0,9	80	106	253	300	830
152 Ruanda	95	<0,5	16	3	8	1,4	0,5	2,8	72	112	281	330	878
153 Malawi	50	<0,5	11	9	12	8,4	2,4	11,9	65	100	468	498	796
154 Sudão	71	3	7	14	21	1,0	0,3	1,4	70	109	304	335	986
155 Afeganistão	83	2	4	15	25	165	257	398	543	1,309
156 Guiné	62	1	3	34	36	1,2	0,4	1,6	90	146	320	352	844
157 Etiópia	30	<0,5	2 ^c	19	26	1,5	0,5	2,1	69	109	286	329	817
158 Serra Leoa	32	<0,5	4	40	40	1,3	0,4	1,7	123	194	368	422	1,033
159 República Centro-Africana	30	1	12	46	38	5,5	1,1	6,3	115	173	467	448	868
160 Mali	67	1	6	32	32	1,1	0,4	1,5	103	194	365	412	967
161 Burkina Faso	72	1	9	21	25	0,9	0,5	1,6	92	169	361	388	924
162 Libéria	39	<0,5	7	36	36	1,3	0,4	1,7	100	145	328	353	931
163 Chade	72	<0,5	4	80	77	2,8	2,0	3,5	124	209	429	465	910
164 Guiné-Bissau	33	<0,5	10	37	24	1,2	0,4	1,8	117	195	370	436	925
165 Moçambique	39	<0,5	8	28	23	8,5	2,9	12,5	90	130	458	485	777
166 Burundi	51	<0,5	7	8	16	1,3	0,4	2,0	102	168	401	425	919
167 Níger	35	<0,5	3	34	20	0,5	0,9	0,8	79	167	340	374	1,030
168 Congo, República Democrática do	17	1	8	31	33	126	199	373	443	921
169 Zimbabué	20	2	30	38	34	7,7	2,9	15,3	62	96	752	812	816

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	946	..	17	1	1	11	12	160	192	674
Butão	188	<0,5	17	4	1	<0,1	0,1	0,1	54	81	197	256	708
Cuba	917	64	60	1	1	0,1	0,1	0,1	5	6	81	122	437
Domínica	550	..	38	4	1	9	11	119	209	580
Eritreia	20	1	12	3	5	0,9	0,3	1,3	41	58	197	266	686
Granada	591	..	26	1	1	13	15	209	245	827
Iraque	78	5	13	38	31	36	44	179	377	1,018
Kiribati	358	2	15	18	28	38	48	175	321	730
Coreia, República Democrática Popular da	..	33	132	8	2	42	55	161	229	642
Libano	921	33	34	26	47	0,1	0,1	0,1	12	13	131	191	715
Ilhas Marshall	357	5	..	7	6	30	36	384	427	961
Mónaco	2,139	1	1	3	4	53	118	321
Nauru	812	8	35	1	1	36	45	303	448	1,093
Territórios Ocupados da Palestina	24	27
Omã	688	18	20	8	1	10	12	84	155	664
Palau	812	16	50	8	3	13	15	112	232	735
São Cristóvão e Nevis	863	11	55	1	1	14	16	95	180	691
Santa Lúcia	608	..	28	4	1	13	13	94	193	522
São Vicente e Granadinas	474	8	30	1	1	12	13	169	305	674
Samoa	237	3	10	54	55	22	26	203	235	766
San Marino	2,810	13	27	1	2	48	59	357
Seychelles	1,094	15	39	1	1	11	12	109	232	650
Somália	..	<0,5 ^b	..	69	76	0,3	0,6	0,5	119	200	373	459	1,148
Tuvalu	150	9	56	1	7	30	36	279	257	979
Vanuatu	145	1	37	24	35	27	33	162	202	749

TABELA
14

Posição no IDH	RECURSOS			FACTORES DE RISCO						MORTALIDADE			
	Despesa na saúde Per capita (PPC em USD)	Camas		Crianças sem imunização contra			Prevalência de VIH			Taxas de mortalidade etariamente uniformizadas de doenças não-transmissíveis			
		Médico	hospitalares	DTP	Sarampo	Jovens (% com 15-24 anos)	Mulheres	Homens	Adultos (% com 15-49 anos)	Crianças de 5 anos	Menores	Adultos (por 1000 pessoas)	Mulheres
	2007	2000–2009 ^a		2008			2007			2008		2008	2008
Desenvolvidos													
OCDE	4,222	..	63	4	7	5	6	60	114	418
Não-OCDE	1,807	..	40	6	11	5	6	54	93	416
Em desenvolvimento													
Estados Árabes	287	..	16	15	19	38	50	161	231	810
Ásia Oriental e Pacífico	207	..	20	8	9	23	28	110	170	636
Europa e Ásia Central	623	..	52	5	4	20	22	127	296	847
América Latina e Caraíbas	732	..	24	10	7	19	23	102	185	560
Sul da Ásia	123	..	17	28	25	56	73	181	248	724
África Subsariana	127	..	19	29	28	86	144	381	420	859
Desenvolvimento humano muito elevado	4,172	..	49	5	7	5	6	60	114	418
Desenvolvimento humano elevado	721	..	34	6	5	18	21	106	216	666
Desenvolvimento humano médio	179	..	20	20	18	38	49	140	206	678
Desenvolvimento humano baixo	66	..	13	25	26	83	134	339	376	851
Países menos desenvolvidos	54	..	18	22	24	82	126	318	360	851
Mundo	869	..	30	18	17	44	63	154	221	662

NOTAS

- a Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
 b Refere-se a um ano anterior àquele especificado.
 c Apenas sector público.

FONTES

Colunas 1–5, 11 e 12: OMS (2010).
 Colunas 6–8: UNICEF (2010c).
 Colunas 9 e 10: DAESNU (2009d).
 Coluna 13: OMS (2008).

TABELA 15

Ambiente impulsionador: fluxos e compromissos financeiros

Posição no IDH	DESPESA PÚBLICA (% do PIB)							Formação bruta de capital fixo (% de PIB)	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO Entradas líquidas (% de PIB)	ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO			FLUXOS DE ENTRADA DE REMESSAS	
	Educação	Saúde	Investigação e desenvolvimento	Forças armadas	Serviço da dívida	Receita fiscal (% de RNB)	Per capita Total			Atribuído a sectores locais ^a (% de ajuda total)	Per capita Total	Per capita (USD)	FLUXOS DE ENTRADA DE REMESSAS	
	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2008	2008	2008	2008			2008	2008	2008	2008	2008
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	6,7	7,5	1,7	1,3	..	28,1	20,8	-0,3	[0,88] ^c	0,2	144	
2 Austrália	4,7	6,0	2,2	1,8	..	23,1	28,3	4,7	[0,32] ^c	0,5	220	
3 Nova Zelândia	6,2	7,1	1,3	1,1	..	31,7	23,3	4,2	[0,30] ^c	0,5	147	
4 Estados Unidos da América	5,5	7,1	2,7	4,3	..	10,3	18,4	2,2	[0,19] ^c	0,0	10	
5 Irlanda	4,9	6,1	1,3	0,6	..	25,4	26,3	-7,4	[0,59] ^c	0,2	146	
6 Lístenstaine	
7 Países Baixos	5,5	7,3	1,8	1,4	..	23,6	20,5	-0,3	[0,80] ^c	0,4	201	
8 Canadá	4,9	7,1	2,0	1,3	..	14,2	22,6	3,0	[0,32] ^c	
9 Suécia	6,7	7,4	3,7	1,3	19,5	8,7	[0,98] ^c	0,2	89	
10 Alemanha	4,4	8,0	2,6	1,3	..	11,8	19,2	0,6	[0,38] ^c	0,3	135	
11 Japão	3,4	6,5	3,4	0,9	23,4	0,5	[0,19] ^c	0,0	15	
12 Coreia, República da	4,2	3,5	3,5	2,8	..	16,6	29,3	0,2	0,3	63	
13 Suíça	5,3	6,4	2,9	0,8	..	10,2	22,0	1,3	[0,42] ^c	0,4	288	
14 França	5,6	8,7	2,1	2,3	..	21,8	21,9	3,5	[0,39] ^c	0,6	255	
15 Israel	6,4	4,5	4,7	7,0	..	25,3	18,5	4,8	0,7	195	
16 Finlândia	5,9	6,1	3,5	1,3	..	21,7	20,6	-2,8	[0,44] ^c	0,3	156	
17 Islândia	7,5	7,7	2,8	0,0	..	24,6	23,9	4,2	0,2	112	
18 Bélgica	6,1	7,0	1,9	1,2	..	25,6	22,7	19,8	[0,48] ^c	2,1	973	
19 Dinamarca	7,9	8,2	2,6	1,4	..	35,6	21,5	0,9	[0,82] ^c	0,3	162	
20 Espanha	4,4	6,1	1,3	1,2	..	10,6	29,4	4,4	[0,45] ^c	0,7	258	
21 Hong Kong, China (RAE)	3,3	..	0,8	19,7	29,3	0,2	51	
22 Grécia	4,0	5,8	0,5	3,6	..	19,9	19,3	1,5	[0,21] ^c	0,8	239	
23 Itália	4,3	6,7	1,1	1,7	..	22,6	20,9	0,7	[0,22] ^c	0,1	52	
24 Luxemburgo	3,7	6,5	1,7	24,5	20,1	215,6	[0,97] ^c	3,2	3,527	
25 Áustria	5,4	7,7	2,5	0,9	..	20,1	22,4	3,5	[0,43] ^c	0,8	389	
26 Reino Unido	5,6	6,9	1,8	2,5	..	28,6	16,7	3,5	[0,43] ^c	0,3	128	
27 Singapura	2,8	1,0	2,6	4,1	..	14,6	28,5	12,5	
28 República Checa	4,6	5,8	1,6	1,3	..	14,8	23,9	5,0	0,7	136	
29 Eslovénia	5,2	5,6	1,5	1,5	..	20,0	27,5	3,5	0,6	170	
30 Andorra	3,2	5,3	
31 Eslováquia	3,6	5,2	0,5	1,5	..	13,5	26,1	3,3	2,0	365	
32 Emirados Árabes Unidos	0,9	1,9	20,4	
33 Malta	4,8	5,8	0,6	0,7	..	28,6	19,4	12,7	0,6	121	
34 Estónia	5,0	4,1	1,1	2,2	..	16,8	29,3	8,3	1,7	297	
35 Chipre	7,1	3,0	0,4	1,8	..	56,7	23,3	15,5	1,1	323	
36 Hungria	5,4	5,2	1,0	1,2	..	23,6	20,1	40,6	1,7	262	
37 Brunei Darussalam	3,7	1,9	0,0	3,9	13,0	0,8	
38 Qatar	3,3	2,9	23,1	30,2	
39 Barém	2,9	2,6	..	3,0	..	1,5	31,9	8,2	0,0	0,0	
40 Portugal	5,3	7,1	1,2	2,0	..	22,2	21,7	1,5	[0,27] ^c	1,7	382	
41 Polónia	4,9	4,6	0,6	2,0	11,2	18,4	22,0	2,8	2,0	274	
42 Barbados	6,7	4,4	35,6	22,5	6,8	..	18,6	87,3	4,6	658	

Ambiente impulsionador: fluxos e compromissos financeiros

Posição no IDH	DESPESA PÚBLICA (% do PIB)						Formação bruta de capital fixo (% de PIB)	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO		ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO			FLUXOS DE ENTRADA DE REMESSAS	
	Educação	Saúde	Investigação e desenvolvimento	Forças armadas	Serviço da dívida	Receita fiscal (% de RNB)		Entradas líquidas (% de PIB)	Total (% de RNB)	Per capita (USD)	Atribuído a sectores locais ^a (% de ajuda total)	Total (% de PIB)	Per capita (USD)	
	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2008	2008	2008		2008	2008	2008	2008	2008	2008	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
43 Baamas	3,6	3,7	16,7	37,8	9,9	
44 Lituânia	4,7	4,5	0,8	1,5	20,6	17,4	24,4	3,7	3,1	435	
45 Chile	3,4	3,7	0,7	3,5	9,8	19,8	24,0	9,9	0,0	4,4	63,9	0,0	0	
46 Argentina	4,9	5,1	0,5	0,8	3,0	14,2	23,3	3,0	0,0	3,3	69,5	0,2	17	
47 Kuwait	3,8	1,7	0,1	3,2	..	0,9	18,9	0,0	
48 Letônia	5,0	3,6	0,6	1,9	18,1	15,0	30,2	4,0	1,8	265	
49 Montenegro	..	5,1	1,2	1,8	1,4	..	27,7	19,2	2,4	171,5	52,8	
50 Roménia	4,4	3,8	0,5	1,5	9,3	17,9	31,1	6,9	4,7	436	
51 Croácia	3,9	6,6	0,9	1,9	..	20,4	27,6	6,9	0,6	89,7	31,3	2,3	361	
52 Uruguai	2,8	5,9	0,4	1,3	4,7	17,2	18,7	6,9	0,1	10,0	59,1	0,3	32	
53 Jamahira Árabe Líbia	2,7 ^d	1,9	..	1,3	27,9	4,4	0,1	9,6	81,0	0,0	3	
54 Panamá	3,8	4,3	0,2	0,0	7,2	9,3	22,2	10,4	0,1	8,4	50,7	0,9	58	
55 Arábia Saudita	5,7	2,7	0,0	8,2	19,3	4,8	0,0	0,0	..	0,0	9	
56 México	4,8	2,7	0,5	0,5	3,9	11,7	22,1	2,1	0,0	1,4	66,0	2,4	247	
57 Malásia	4,5	1,9	0,6	2,0	4,1	16,6	21,7	3,3	0,1	5,9	52,5	0,9	71	
58 Bulgária	4,1	4,2	0,5	2,4	10,3	24,2	33,4	18,4	5,3	346	
59 Trindade e Tobago	4,2	2,7	0,1	25,9	25,3	3,8	0,1	9,1	63,2	0,5	82	
60 Sérvia	4,5	6,1	0,3	2,4	9,6	22,0	20,4	6,0	2,1	142,4	51,5	11,1	753	
61 Bielorrússia	5,2	4,9	1,0	1,5	2,0	25,5	32,7	3,6	0,2	11,4	81,3	0,7	46	
62 Costa Rica	5,0	5,9	0,4	0,0	5,4	15,8	24,2	6,8	0,2	14,6	31,8	2,0	134	
63 Perú	2,7	2,5	0,1	1,1	4,1	15,4	26,1	3,2	0,4	16,1	57,9	1,9	85	
64 Albânia	2,9	2,9	..	2,0	1,3	17,3	32,4	7,6	3,0	122,8	55,7	12,2	476	
65 Federação Russa	3,9	3,5	1,1	3,5	4,1	15,7	22,0	4,3	0,4	43	
66 Cazaquistão	2,8	2,5	0,2	1,2	29,2	12,7	31,3	11,0	0,3	21,2	43,0	0,1	12	
67 Azerbeijão	1,9	1,0	0,2	3,8	0,7	16,7	20,1	0,0	0,6	27,1	39,9	3,4	179	
68 Bósnia e Herzegovina	..	5,6	0,0	1,4	2,3	21,0	24,4	5,7	2,5	128,0	62,0	14,8	725	
69 Ucrânia	5,3	4,0	0,9	2,7	10,1	17,8	25,6	6,1	0,3	13,3	56,2	3,2	125	
70 Irão, República Islâmica do	4,8	3,0	0,7	2,7	1,0	7,3	25,8	0,6	0,0*	1,4	84,5	0,4	16	
71 Macedónia, Antiga República Iugoslava da	3,5	4,7	0,2	1,8	5,1	19,7	23,9	6,3	2,3	108,1	52,8	4,3	199	
72 Maurícia	3,6	2,0	0,4	0,2	1,7	18,2	24,6	4,1	1,2	86,3	21,5	2,3	179	
73 Brasil	5,2	3,5	1,0	1,5	3,6	16,4	19,0	2,9	0,0	2,4	67,4	0,3	27	
74 Geórgia	2,9	1,5	0,2	8,5	1,5	23,8	22,5	12,2	7,0	203,6	27,5	5,7	170	
75 Venezuela, Repùblica Bolivariana da	3,7	2,7	..	1,4	1,9	15,5	19,8	0,1	0,0	2,1	75,7	0,0	5	
76 Arménia	3,0	2,1	0,2	3,3	3,0	17,0	40,0	7,8	2,4	98,3	43,3	8,9	345	
77 Equador	1,0	2,3	0,2	2,8	5,0	..	23,8	1,8	0,5	17,1	53,8	5,2	210	
78 Belize	5,1	2,6	..	1,1	8,2	22,9	25,5	14,0	2,1	81,4	19,0	5,8	243	
79 Colômbia	3,9	5,1	0,2	3,7	3,4	12,6	..	4,3	0,4	21,8	70,7	2,0	109	
80 Jamaica	6,2	2,4	0,1	0,6	7,9	25,4	..	9,8	0,6	29,5	33,1	14,9	811	
81 Tunísia	7,2	3,0	1,0	1,3	5,6	22,8	25,3	6,5	1,3	46,4	38,5	4,9	191	
82 Jordânia	4,9 ^d	5,4	0,3	5,9	12,2	18,3	25,6	9,3	3,5	125,6	43,5	17,9	642	
83 Turquia	2,9	3,4	0,7	2,2	7,4	18,6	19,9	2,5	0,3	27,4	27,3	0,2	18	
84 Argélia	4,3	3,6	0,1	3,0	0,8	46,5	27,0	1,6	0,2	9,2	49,0	1,3	64	
85 Tonga	4,7	3,1	1,9	..	17,1	2,2	9,6	257,0	70,3	35,8	961	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
86 Fiji	6,2	2,8	..	1,3	0,7	22,7	16,0	8,9	1,3	53,9	62,1	3,4	143	
87 Turquemenistão	..	1,4	..	1,2	..	6,5	5,3	0,1	3,6	74,0	
88 República Dominicana	2,2	1,9	..	0,6	3,3	15,9	18,2	6,3	0,3	15,5	43,5	7,8	357	
89 China	1,9 ^d	1,9	1,5	2,0	0,8	9,4	42,0	3,4	0,0	1,1	49,1	1,1	37	
90 El Salvador	3,6	3,6	0,1 ^d	0,5	4,6	13,9	15,0	3,5	1,1	38,1	55,7	17,2	620	
91 Sri Lanka	..	2,0	0,2	3,6	3,1	14,2	25,3	1,9	1,8	36,2	28,4	7,3	146	
92 Tailândia	4,9	2,7	0,2	1,5	6,3	16,5	27,4	3,6	-0,3	..	42,7	0,7	28	
93 Gabão	3,8	3,0	4,7	..	24,4	0,1	0,4	37,6	65,4	0,1	8	
94 Suriname	..	3,6	25,1	-7,7	3,7	195,2	30,1	0,1	4	

15

212

Ambiente impulsionador: fluxos e compromissos financeiros

Posição no IDH	DESPEZA PÚBLICA (% do PIB)							Formação bruta de capital fixo (% de PIB)	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO		ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO			FLUXOS DE ENTRADA DE REMESSAS	
	Educação	Saúde	Investigação e desenvolvimento	Forças armadas	Serviço da dívida	Receita fiscal (% de RNB)	2008		2008	2008	Total (% de PNB)	Per capita (USD)	Atribuído a sectores locais ^a (% de ajuda total)	Total (% de PIB)	Per capita (USD)
	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2008	2008	2008	2008		2008	2008	2008	2008	2008	2008	2008
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	6,3	3,4	0,3	1,5	5,9	17,0	17,2	3,1	3,9	64,9	53,5	6,9	118		
96 Paraguai	4,0	2,4	0,1	0,8	2,9	12,5	19,6	2,0	0,8	21,4	42,0	3,1	81		
97 Filipinas	2,6	1,3	0,1	0,8	6,6	14,1	14,7	0,8	0,0	0,7	34,1	11,2	206		
98 Botsuana	8,1	4,3	0,4	2,7	0,5	..	23,4	0,8	5,6	377,0	35,8	0,9	59		
99 Moldávia, República da	8,2	5,2	0,5	0,6	7,5	20,5	34,1	11,7	4,5	82,3	51,5	31,4	522		
100 Mongólia	5,1	3,5	0,2	..	1,4	23,2	35,7	13,0	4,8	93,7	39,4	3,8	76		
101 Egípto	3,8	2,4	0,2	2,3	1,9	15,4	22,4	5,9	0,8	16,5	37,0	5,4	107		
102 Uzbequistão	..	2,3	2,5	..	23,0	3,3	0,7	6,9	50,2		
103 Micronésia, Estados Federados da	7,3	12,6	35,9	855,8	53,3		
104 Guiana	6,1	7,2	2,3	..	39,7	14,5	14,5	217,8	54,6	24,1	365		
105 Namíbia	6,5	3,2	..	3,5	..	27,2	23,4	6,1	2,4	98,0	66,3	0,2	6		
106 Honduras	..	4,1	0,0	0,8	2,8	15,8	32,2	6,6	4,1	77,9	43,1	21,5	392		
107 Maldivas	8,1	6,4	5,4	21,0	53,5	1,2	4,5	175,0	47,8	0,2	10		
108 Indonésia	3,5	1,2	0,0	1,0	4,8	12,3	27,6	1,8	0,2	5,4	37,8	1,3	30		
109 Quirguizistão	6,6	3,5	0,3	3,7	6,6	16,8	22,7	4,6	8,3	68,2	63,0	24,4	234		
110 África do Sul	5,1	3,6	1,0	1,3	1,7	27,7	23,2	3,5	0,4	23,1	66,8	0,3	17		
111 República Árabe da Síria	4,9	1,6	..	3,4	16,4	3,1	0,3	6,4	50,7	1,5	41		
112 Tajiquistão	3,5	1,1	0,1	..	2,7	9,8	19,3	7,3	5,8	42,5	55,2	49,6	372		
113 Vietname	5,3	2,8	0,2	2,4	1,5	..	36,0	10,6	2,9	29,6	35,7	7,9	84		
114 Marrocos	5,7	1,7	0,6	3,4	4,8	27,5	33,1	2,8	1,4	39,0	47,6	7,8	218		
115 Nicarágua	3,1	4,5	0,0	0,7	4,3	17,0	29,4	9,5	11,5	130,4	43,0	12,4	144		
116 Guatemala	3,2	2,1	0,0	0,4	4,6	11,3	17,7	2,1	1,4	39,2	43,0	11,4	326		
117 Guiné Equatorial	0,6	1,7	28,2	..	0,3	57,0	80,0		
118 Cabo Verde	5,7	3,4	..	0,5	2,0	23,9	46,6	13,3	12,8	437,1	37,6	9,7	311		
119 Índia	3,2	1,1	0,8	2,6	2,7	12,9	34,8	3,6	0,2	1,8	50,4	4,3	44		
120 Timor-Leste	7,1	11,5	..	4,7	21,8	..	9,5	252,3	69,9		
121 Suazilândia	7,9	3,8	1,7	27,6	16,5	0,4	2,5	57,6	58,0	3,5	86		
122 República Democrática Popular do Laos	2,3	0,8	0,0	0,4	3,8	10,1	37,1	4,1	10,0	79,8	44,7	0,0	0		
123 Ilhas Salomão	2,2 ^d	4,3	2,8	..	13,4	11,8	35,1	439,8	79,3	3,2	41		
124 Cambodja	1,6	1,7	0,0	1,1	0,4	8,2	19,4	7,9	8,1	50,5	60,5	3,1	22		
125 Paquistão	2,9	0,8	0,7	2,6	1,8	9,8	20,4	3,3	0,9	9,3	55,1	4,3	42		
126 Congo	1,8	1,7	..	1,1	1,3	6,2	20,5	24,5	6,0	139,5	15,8	0,1	4		
127 São Tomé e Príncipe	..	5,3	1,9	18,9	26,3	293,9	43,2	1,1	13		
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
128 Quénia	7,0	2,0	..	1,9	1,3	18,9	19,4	0,3	4,0	35,3	51,9	5,6	44		
129 Bangladesh	2,4	1,1	..	1,0	1,2	8,8	24,2	1,2	2,4	12,9	31,8	11,3	56		
130 Gana	5,4	4,3	..	0,7	1,6	22,9	35,9	12,7	8,1	55,4	45,4	0,8	5		
131 Camarões	2,9	1,3	..	1,5	1,6	..	17,1	0,2	2,3	27,8	22,9	0,6	8		
132 Mianmar	1,3	0,2	0,2	3,3	11,7	10,8	24,1	..	3		
133 Iémen	5,2	1,5	..	4,2	1,2	..	23,1	5,8	1,3	13,3	62,6	5,3	62		
134 Benim	3,6	2,5	..	1,1	1,5	17,3	20,7	1,8	9,6	74,0	48,5	4,1	31		
135 Madagáscar	2,9	2,7	0,1	1,1	0,3	11,4	35,6	15,6	9,5	44,0	40,5	0,1	1		
136 Mauritânia	4,4	1,6	..	3,7	4,4	..	25,9	3,6	..	97,1	38,5	0,1	1		
137 Papua-Nova Guiné	..	2,6	..	0,4	12,7	21,0	18,1	-0,4	4,1	47,2	61,3	0,2	2		
138 Nepal	3,8	2,0	..	2,0	1,3	10,4	21,1	0,0	5,6	25,1	46,2	21,6	95		
139 Togo	3,7	1,5	..	1,9	6,8	16,3	22,3	2,3	11,7	51,0	33,7	9,8	44		
140 Comores	7,6	1,9	2,3	..	16,1	1,5	7,0	58,2	60,4	2,3	22		
141 Lesoto	12,4	3,6	0,1	1,6	1,8	58,9	28,3	13,4	7,0	71,0	71,9	27,0	214		
142 Nigéria	..	1,7	..	0,8	0,3	1,8	0,7	8,5	72,9	4,8	66		
143 Uganda	3,8	1,6	0,4	2,3	0,5	12,8	23,3	5,5	11,7	52,3	44,2	5,1	23		
144 Senegal	5,1	3,2	0,1	1,6	1,4	16,1	30,2	5,3	8,1	86,6	42,9	9,7	105		
145 Haiti	..	1,2	..	0,0	0,4	13,1	93,2	50,6	19,6	143		
146 Angola	2,6	2,0	..	3,0	2,3	..	12,4	2,0	0,5	20,5	69,1	0,1	5		
147 Djibuti	8,7	5,5	..	3,7	2,8	..	38,9	28,9	12,7	142,2	40,3	3,5	36		
148 Tanzânia, República Unida da	6,8	3,5	..	1,1	0,3	..	16,4	3,6	11,7	54,9	51,3	0,1	0		
149 Costa do Marfim	4,6	1,0	..	1,5	4,7	15,6	10,1	1,7	2,7	29,9	45,6	0,8	9		

TABELA
15

Ambiente impulsionador: fluxos e compromissos financeiros

Posição no IDH	DESPESA PÚBLICA (% do PIB)						Formação bruta de capital fixo	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO		ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO		FLUXOS DE ENTRADA DE REMESSAS	
	Educação	Saúde	Investigação e desenvolvimento	Forças armadas	Serviço da dívida	Receita fiscal		Entradas líquidas	Total	Per capita (USD)	Atribuído a sectores locais ^a	Total	Per capita (USD)
		2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2000–2007 ^b	2008	2008	2008	(% de RNB)	(% de ajuda total)	2008	2008	2008	2008
150 Zâmbia	1,4	3,6	0,0	2,0	1,3	17,1	22,7	6,6	8,4	86,0	58,3	0,5	5
151 Gâmbia	2,0	2,6	3,3	..	24,8	8,9	12,8	56,5	15,7	8,2	40
152 Ruanda	4,1	4,9	..	1,5	0,4	..	24,1	2,3	21,1	95,7	60,5	1,5	7
153 Malawi	4,2	5,9	0,8	..	24,2	0,9	21,5	63,9	56,1	0,0	0
154 Sudão	..	1,3	0,3	..	0,8	..	20,2	4,6	4,6	57,6	27,5	5,5	75
155 Afganistão	..	1,8	..	1,9	0,1	5,8	27,6	2,8	45,8	..	47,7
156 Guiné	1,7	0,6	4,2	..	15,5	10,1	7,6	32,4	33,0	1,9	7
157 Etiópia	5,5	2,2	0,2	1,4	0,4	10,2	20,1	0,4	12,5	41,2	42,9	1,5	5
158 Serra Leoa	3,8	1,4	..	2,4	0,3	10,8	14,7	-0,2	19,2	66,0	53,1	7,7	27
159 República Centro-Africana	1,3	1,4	..	1,6	1,8	6,2	11,6	6,1	13,2	58,0	30,9
160 Mali	3,8	2,9	..	1,9	0,8	15,6	23,3	1,5	11,4	75,8	51,5	3,9	27
161 Burkina Faso	4,6	3,4	0,1	1,4	0,6	12,5	20,8	1,7	12,6	65,6	41,4	0,6	4
162 Libéria	2,7	2,8	..	0,6	135,2	..	16,4	17,1	185,0	329,9	13,7	6,9	15
163 Chade	1,9	2,7	..	6,6	2,1	..	14,1	9,9	6,2	37,6	24,9
164 Guiné-Bissau	5,2 ^d	1,6	4,0	..	23,9	3,5	31,2	83,3	49,1	7,0	19
165 Moçambique	5,0	3,5	0,5	0,8	0,5	..	18,5	6,0	22,9	91,5	49,3	1,2	5
166 Burundi	7,2	5,2	..	4,0	3,7	..	16,4	0,3	43,9	63,0	35,4	0,3	0
167 Níger	3,7	2,8	0,5	11,5	18,9	2,7	11,3	41,3	45,2	1,5	5
168 Congo, República Democrática do	..	1,2	0,5	1,4	6,2	6,3	23,9	8,6	15,6	25,1	46,8
169 Zimbabué	4,6	4,1	7,3	..	21,0	3,0	..	49,0	35,1
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS													
Antígua e Barbuda	3,9	3,2	73,7	20,8	0,7	91,3	82,9	1,0	141
Butão	5,1	3,3	6,3	7,9	46,4	2,3	6,2	125,4	46,5
Cuba	13,6	9,9	0,4	11,3	50,4
Domínica	4,8	3,9	5,4	..	32,7	14,6	6,3	312,4	15,4	1,3	62
Eritreia	2,0	1,5	0,9	..	10,6	2,2	8,7	28,6	54,1	0,5	1
Granada	5,2	3,6	3,9	..	29,8	25,3	5,5	300,4	35,6	4,3	263
Iraque	..	1,9	..	5,4	18,1	..	0	..
Kiribati	17,9	16,1	13,9	269,0	57,7	6,6	93
Coreia, República Democrática Popular da	..	3,0	9,1	11,2
Líbano	2,0	3,9	..	3,9	15,6	16,3	30,7	12,3	4,0	259,9	45,3	24,5	1,712
Ilhas Marshall	12,3	14,3	27,3	887,0	43,6
Mónaco	..	2,9
Nauru	3,124,0	39,4
Territórios Ocupados da Palestina	25,7	1,2	0,0	675,2	66,7	14,6	160
Omã	4,0	1,9	..	7,7	..	7,4	12,6	7,5	..	11,4	83,0	0,1	16
Palau	10,3	8,5	23,4	2,147,0	6,4
São Cristóvão e Nevis	9,9	3,4	8,8	22,2	41,6	16,1	9,1	924,8	5,0	0,8	91
Santa Lúcia	6,3	3,4	0,4 ^d	..	5,2	..	25,9	10,5	2,0	112,3	35,4	0,3	16
São Vicente e Granadinas	7,0	3,3	0,2	..	4,9	..	37,9	20,0	4,7	243,6	33,3	1,8	101
Samoa	5,4	4,2	2,7	1,1	7,8	219,2	64,5	25,8	755
San Marino	..	6,1	22,4
Seychelles	5,0	3,6	0,4	1,3	12,6	26,0	28,3	43,7	1,6	134,2	37,4	1,4	138
Somália	84,7	16,8
Tuvalu	1,662,0	41,3
Vanuatu	6,9	2,7	0,8	..	24,2	5,8	16,2	398,6	36,9	1,2	30

**TABELA
15**

NOTAS

- a Os dados referem-se à atribuição de ajuda para infra-estruturas e serviços sociais incluindo saúde, educação, água, saneamento, governo, sociedade civil e outros serviços, na forma de uma percentagem do total de ajuda ao desenvolvimento recebida. Existem diferenças de país para país na atribuição de fundos.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c Desde 1970 os países desenvolvidos comprometeram-se a investir 0,7% do rendimento nacional bruto em assistência oficial para o desenvolvimento. Os valores entre parênteses referem-se a assistência oficial para o desenvolvimento desembolsada por países doadores.
- d Refere-se a um ano anterior àquele especificado
- e Refere-se a 2007.

FONTES

- Coluna 1: Instituto de Estatística da UNESCO (2010a).
- Colunas 2, 3, 5–8, 12 e 13: Banco Mundial (2010g).
- Coluna 4: SIPRI (2010b).
- Colunas 9–11: OCDE-CAD (2010a).

TABELA 16

Ambiente impulsionador: economia e infra-estruturas

Posição no IDH	ECONOMIA				INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS				INFRA-ESTRUTURAS PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
	PIB		PIB per capita		Índice de preços no consumidor	Densidade de estradas	Linhas ferroviárias	Transporte aéreo (carga)	População sem electricidade	Jornais diários	Cobertura de rádio	
	(mil milhões de USD)	(PPC em mil milhões de USD)	(USD)	Taxa de crescimento anual médio (%)	Alteração anual média (%)	(km de estrada por km ² de área terrestre)	(km)	(milhões de toneladas por km)	(% da população)	(por mil pessoas)	(% da população)	
	2008	2008	2008	1970–2008	2000–2008	2004–2007 ^a	2004–2008 ^a	2005–2008 ^a	2008	2004	2005	2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO												
1 Noruega	451,8	280,0	94.759	2,6	1,7	29	4,114	516	100	98
2 Austrália	1.015,2	831,2	47.370	1,9	3,0	..	9.661	2.212	..	155	100	100
3 Nova Zelândia	129,9	116,4	30.439	1,2	2,7	35	..	921	..	182	100	100
4 Estados Unidos da América	14.591,4	14.591,4	46.350	1,9	2,8	68	227.058	39.314	..	193
5 Irlanda	267,6	185,2	60.460	3,5	3,6	..	1.919	182
6 Liechtenstein	3,2
7 Países Baixos	871,0	673,6	52.963	1,9	2,0	372	2.896	4.903	..	307	100	100
8 Canadá	1.501,3	1.301,7	45.070	1,9	2,2	14	57.216	1.389	..	175	92	95
9 Suécia	479,0	340,8	51.950	1,6	1,5	95	9.830	481	100	100
10 Alemanha	3.649,5	2.904,6	44.446	1,9	1,7	181	33.862	8.353	..	267
11 Japão	4.910,8	4.358,5	38.455	2,1	-0,1	316	20.048	8.173	..	551
12 Coreia, República da	929,1	1.344,4	19.115	5,6	3,1	103	3.381	8.727	100	100
13 Suíça	491,9	324,4	64.327	1,1	1,0	173	3.499	1.182	..	420	100	99
14 França	2.856,6	2.121,7	44.508	1,8	1,9	172	29.901	6.188	..	163	100	100
15 Israel	202,1	204,0	27.652	1,9	1,7	81	1.005	902	0,0
16 Finlândia	272,7	192,3	51.323	2,2	1,5	23	5.919	543	..	431	100	100
17 Islândia	16,7	11,7	52.479	2,5	4,9	13	552	100	100
18 Bélgica	504,2	377,3	47.085	2,0	2,2	499	3.513	982	..	165
19 Dinamarca	341,3	202,4	62.118	1,6	2,0	168	2.133	353	100	100
20 Espanha	1.604,2	1.442,9	35.215	2,1	3,2	..	15.046	1.306	..	144
21 Hong Kong, China (RAE)	215,4	306,5	30.863	4,6	0,0	184	48	23	..
22 Grécia	355,9	329,9	31.670	2,0	3,3	89	2.552	78	98	98
23 Itália	2.303,1	1.871,7	38.492	1,7	2,3	162	16.862	1.279	..	137	100	100
24 Luxemburgo	53,7	38,6	109.903	2,9	2,4	201	275	255	100	100
25 Áustria	413,5	316,1	49.599	2,2	2,0	128	5.755	421	..	311	100	98
26 Reino Unido	2.674,1	2.178,2	43.541	1,9	3,0	172	16.321	6.284	..	290
27 Singapura	181,9	238,5	37.597	5,0	1,3	472	0,0	361
28 República Checa	215,5	256,9	20.673	0,2	2,5	163	9.487	27	..	183
29 Eslovénia	54,6	56,3	27.019	2,4	4,4	191	1.228
30 Andorra	0,8
31 Eslováquia	98,5	119,7	18.212	0,9	5,1	89	3.592	46	..	126
32 Emirados Árabes Unidos	4,2	..	5	0,0	..	100	100
33 Malta	4,3	2,5	705	100	100
34 Estónia	23,4	27,7	17.454	0,7	4,3	128	816	1	..	191	92	76
35 Chipre	24,9	21,3	31.410	3,4	2,8	132	75	75
36 Hungria	154,7	198,6	15.408	2,2	5,5	210	7.942	217	100	100
37 Brunei Darussalam	0,2	0,1	63	0,0	68
38 Qatar	0,0	7,3	68	0,0	..	100	..
39 Barém	21,9	27,0	28.240	1,0	1,8	0,0
40 Portugal	243,5	247,0	22.923	2,5	2,9	90	2.842	347	83	100
41 Polónia	527,9	658,6	13.845	2,7	2,4	83	19.627	79	..	114	92	99
42 Barbados	3,7	..	14.426	1,8	3,7	372

Ambiente impulsionador: economia e infra-estruturas

Posição no IDH	ECONOMIA				INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS				INFRA-ESTRUTURAS PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
	PIB		PIB per capita		Índice de preços no consumidor	Densidade de estradas	Linhas ferroviárias	Transporte aéreo (carga)	População sem electricidade	Jornais diários	Cobertura de rádio	Cobertura de televisão
	(mil milhões de USD)	(PPC em mil milhões de USD)	(USD)	Taxa de crescimento anual médio (%)	Alteração anual média (%)	(km de estrada por km² de área terrestre)	(km)	(milhões de toneladas por km)	(% da população)	(por mil pessoas)	(% da população)	(% da população)
	2008	2008	2008	1970–2008	2000–2008	2004–2007 ^a	2004–2008 ^a	2005–2008 ^a	2008	2004	2005	2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
43 Baamas	2,2	1
44 Lituânia	47,3	59,6	14,098	-0,5	2,5	124	1,765	1	..	108	100	100
45 Chile	169,5	242,4	10,084	2,8	3,2	..	5,898	1,308	1,8	51	..	98
46 Argentina	328,5	570,4	8,236	1,2	10,3	..	35,753	132	2,8	36
47 Kuwait	148,0	..	54,260	-1,2	3,0	32	0,0
48 Letônia	33,8	37,1	14,908	1,3	6,1	108	2,263	154
49 Montenegro	4,9	8,3	7,859	0,0
50 Roménia	200,1	289,3	9,300	3,3	12,5	..	10,784	6	..	70	90	100
51 Croácia	69,3	78,3	15,637	2,1	2,8	51	2,722	2
52 Uruguai	32,2	42,5	9,654	2,2	9,5	102	2,993	..	0,0	..	98	98
53 Jamahira Árabe Líbia	93,2	101,9	14,802	-1,3	-0,5	0	0,0
54 Panamá	23,1	42,4	6,793	2,8	2,1	11,8	65
55 Arábia Saudita	468,8	590,8	19,022	1,1	1,7	10	2,758	1,383	0,8
56 México	1.088,1	1.549,5	10,232	1,7	4,5	18	26,677	483	98	92
57 Malásia	221,8	383,7	8,209	4,4	2,3	28	1,665	2,444	0,7	109
58 Bulgária	49,9	89,9	6,546	3,3	6,3	37	4,159	2	..	79
59 Trindade e Tobago	24,1	33,5	18,108	2,1	6,1	49	0,0
60 Sérvia	50,1	77,6	6,811	-0,7	16,6	..	4,058
61 Bielorrússia	60,3	118,8	6,230	1,2	20,2	46	5,491	1	..	81
62 Costa Rica	29,7	50,7	6,564	1,9	11,3	72	..	11	0,0	65
63 Perú	129,1	245,2	4,477	1,1	2,3	6	2,020	230	22,5
64 Albânia	12,3	22,9	3,911	2,2	2,9	..	423	98	95
65 Federação Russa	1.679,5	2.258,5	11,832	-0,8	12,6	5	84,158	2,400	..	92
66 Cazaquistão	133,4	177,4	8,513	0,2	8,3	3	14,205	16
67 Azerbeijão	46,1	76,1	5,315	1,1	10,0	68	2,099	12	100	100
68 Bósnia e Herzegovina	18,5	30,5	4,906	10,9	..	43	1,016
69 Ucrânia	180,4	336,4	3,899	-1,9	9,8	28	21,676	63	..	131	48	62
70 Irão, República Islâmica do	0,2	15,0	10	7,335	97	1,6
71 Macedónia, Antiga República Iugoslava da	9,5	19,1	4,664	1,3	2,3	54	699	89
72 Maurícia	9,3	15,7	7,345	4,0	6,3	99	..	191	0,0	77	100	100
73 Brasil	1.575,2	1.976,6	8,205	2,2	7,3	20	29,817	1,807	2,2	36	90	90
74 Geórgia	12,8	21,4	2,970	0,3	7,1	29	1,513	4	90	90
75 Venezuela, República Bolivariana da	314,2	357,8	11,246	0,1	20,6	..	336	2	1,1	93
76 Arménia	11,9	18,7	3,873	0,7	3,8	25	845	8
77 Equador	54,7	108,0	4,056	2,2	7,0	15	..	5	8,2
78 Belize	1,4	2,2	4,218	2,1	3,2
79 Colômbia	243,8	395,7	5,416	2,0	5,9	15	1,663	1,100	6,7	23	..	91
80 Jamaica	14,6	20,7	5,438	0,3	11,4	201	7,4
81 Tunísia	40,3	82,1	3,903	3,1	3,2	12	2,218	..	1,0
82 Jordânia	21,2	32,3	3,596	1,6	4,2	9	251	141	0,0	..	100	97
83 Turquia	734,9	991,7	9,942	2,4	18,6	55	8,699	481
84 Argélia	166,5	276,0	4,845	1,1	2,8	5	3,572	17	0,6
85 Tonga	0,3	0,4	2,687	2,7	9,1
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
86 Fiji	3,6	3,7	4,253	1,5	3,3	96	..	53
87 Turquemenistão	15,3	33,4	3,039	0,3	3,181	11	..	9
88 República Dominicana	45,5	80,8	4,576	3,0	16,0	4,0	39	70	..
89 China	4.327,0	7.903,2	3,267	7,9	2,2	36	60,809	11,386	0,6	74	94	96
90 El Salvador	22,1	41,7	3,605	1,1	3,9	18	14,7	38
91 Sri Lanka	40,6	91,9	2,013	3,4	11,0	..	1,463	..	23,4
92 Tailândia	272,4	544,5	4,043	4,4	3,0	35	4,429	2,289	0,6

16

Posição no IDH	ECONOMIA					INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS				INFRA-ESTRUTURAS PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
	PIB		PIB per capita		Índice de preços no consumidor	Densidade de estradas	Linhas ferroviárias	Transporte aéreo (carga)	População sem electricidade	Jornais diários	Cobertura de rádio	Cobertura de televisão
	(mil milhões de USD)	(PPC em mil milhões de USD)	(USD)	Taxa de crescimento anual médio (%)	Alteração anual média (%)	(km de estrada por km² de área terrestre)	(km)	(milhões de toneladas por km)	(% da população)	(por mil pessoas)	(% da população)	(% da população)
	2008	2008	2008	1970–2008	2000–2008	2004–2007 ^a	2004–2008 ^a	2005–2008 ^a	2008	2004	2005	2005
93 Gabão	14,5	21,1	10,037	0,5	1,5	3	810	68	62,1
94 Suriname	3,0	3,8	5,888	0,9	14,3	28
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	16,7	41,4	1,720	0,9	4,9	6	2,866	9	22,7
96 Paraguai	16,0	29,3	2,561	1,5	8,7	0	4,8
97 Filipinas	166,9	317,1	1,847	1,4	5,5	..	479	277	13,8	79
98 Botsuana	13,4	26,1	6,982	5,9	8,7	4	888	0	52,1	41
99 Moldávia, República da	6,0	10,6	1,694	0,2	11,3	38	1,156
100 Mongólia	5,3	9,4	1,991	2,3	8,1	..	1,810	6	34,1	20	95	67
101 Egípto	162,3	442,0	1,991	2,5	7,2	9	5,063	195	0,6	..	94	92
102 Uzbequistão	27,9	72,5	1,023	-0,4	4,230	72
103 Micronésia, Estados Federados da	0,3	0,3	2,334	1,1
104 Guiana	1,2	2,3	1,513	1,6	6,6
105 Namíbia	8,8	13,6	4,149	0,5	5,4	0	65,7	28
106 Honduras	13,3	28,8	1,823	1,4	7,9	28,7
107 Maldivas	1,3	1,7	4,135	5,0
108 Indonésia	510,7	907,3	2,246	4,3	9,3	20	3,370	395	35,7
109 Quirguizistão	5,1	11,6	958	-1,4	6,1	..	417	2	..	1
110 África do Sul	276,4	492,2	5,678	0,6	4,3	..	24,487	761	24,2	30
111 República Árabe da Síria	55,2	94,2	2,682	2,2	5,9	21	2,139	14	7,1	..	88	95
112 Tajiquistão	5,1	13,0	751	-2,5	13,0	..	616	5
113 Vietname	90,6	240,1	1,051	4,2	7,1	49	3,147	296	10,9
114 Marrocos	88,9	136,8	2,769	2,4	1,9	13	1,989	55	2,8
115 Nicarágua	6,6	15,2	1,163	-0,2	8,6	14	28,2
116 Guatemala	39,0	65,1	2,848	1,2	7,5	19,7
117 Guiné Equatorial	18,5	22,3	28,103	8,5	5,6
118 Cabo Verde	1,6	1,6	3,193	2,3	2,1	2	90	70
119 Índia	1.159,2	3.356,3	1,017	3,6	4,8	1,001	63,327	1,234	34,2	71	99	..
120 Timor-Leste	0,5	0,9	453	1,0	5,2	81,9
121 Suazilândia	2,8	5,7	2,429	3,7	6,9	..	300	24
122 República Democrática Popular do Laos	5,5	13,2	893	3,4	9,0	13	..	3	43,5	3
123 Ilhas Salomão	0,6	1,3	1,263	0,7	9,1	1	..	11
124 Cambodja	10,4	28,4	711	1,9	5,6	22	650	1	76,9	85
125 Paquistão	164,5	421,3	991	2,4	7,1	34	7,791	320	39,8	50	99	..
126 Congo	10,7	14,3	2,966	2,0	3,1	5	795	..	74,7
127 São Tomé e Príncipe	0,2	0,3	1,090	0,7	0

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	30,4	60,1	783	0,5	10,7	11	1,917	295	84,6
129 Bangladesh	79,6	213,5	497	1,8	6,7	..	2,835	84	59,3
130 Gana	16,7	34,1	713	1,1	16,4	25	953	..	47,1
131 Camarões	23,4	41,9	1,226	1,2	2,3	11	977	26	70,2	..	65	50
132 Mianmar	23,7	4	..	3	86,4	..	90	..
133 Iémen	26,6	55,3	1,160	2,2	11,7	14	..	33	62,0	4
134 Benim	6,7	12,8	771	0,6	3,0	17	758	..	80,8	0
135 Madagáscar	9,5	20,1	495	-1,2	10,8	..	854	12	85,8
136 Mauritânia	2,9	..	889	0,6	7,5	1	728	0	61	19
137 Papua-Nova Guiné	8,2	14,3	1,253	1,8	5,9	22	..	9
138 Nepal	12,6	31,8	438	1,7	5,5	12	..	7	55,9	..	70	..
139 Togo	2,9	5,4	449	-0,4	2,7	83,6
140 Comores	0,5	0,8	824	0,1
141 Lesoto	1,6	3,2	791	2,8	7,8	82,9
142 Nigéria	207,1	317,2	1,370	1,0	12,9	21	3,528	10	53,3
143 Uganda	14,3	36,9	453	0,9	6,0	..	259	..	91,9	..	80	40
144 Senegal	13,3	21,9	1,087	0,2	2,2	0	60,6	9
145 Haiti	7,2	11,1	729	-0,6	18,0	60,8	..	60	80

Ambiente impulsionador: economia e infra-estruturas

Posição no IDH	ECONOMIA				INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS				INFRA-ESTRUTURAS PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			
	PIB		PIB per capita		Índice de preços no consumidor	Densidade de estradas	Linhas ferroviárias	Transporte aéreo	População sem electricidade	Jornais diários	Cobertura de rádio	Cobertura de televisão
	(mil milhões de USD)	(PPC em mil milhões de USD)	(USD)	Taxa de crescimento anual médio (%)	Alteração anual média (%)	(km de estrada por km ² de área terrestre)	(km)	(milhões de toneladas por km)	(% da população)	(por mil pessoas)	(% da população)	(% da população)
	2008	2008	2008	1970–2008	2000–2008	2004–2007 ^a	2004–2008 ^a	2005–2008 ^a	2008	2004	2005	2005
146 Angola	84,9	104,8	4,714	1,4	47,0	71	71,6	2
147 Djibuti	0,9	1,8	1,030	-2,1	781
148 Tanzânia, República Unida da	20,5	53,7	496	0,9	6,0	..	2,600	1	86,6	2	80	20
149 Costa do Marfim	23,4	34,0	1,137	-1,1	3,0	25	639	..	50,5
150 Zâmbia	14,3	17,1	1,134	-1,1	16,6	..	1,273	0	78,4	5
151 Gâmbia	0,8	2,3	489	0,4	8,1	33	100	75
152 Ruanda	4,5	10,0	458	1,2	8,5	57	100	..
153 Malawi	4,3	11,9	288	1,9	12,7	..	797	2	87,6
154 Sudão	55,9	89,0	1,353	1,9	8,2	..	4,578	47	65,3	..	100	..
155 Afeganistão	10,6	32,0	366	1,9	12,9	6	85,6
156 Guiné	3,8	10,4	386	0,7
157 Etiópia	25,6	70,1	317	1,3	11,1	3	..	228	85,1	5
158 Serra Leoa	2,0	4,3	352	0,2
159 República Centro-Africana	2,0	3,2	458	-0,8	3,0
160 Mali	8,7	14,3	688	1,4	2,2	1
161 Burkina Faso	7,9	17,7	522	2,0	2,9	34	622	0	90,6
162 Libéria	0,8	1,5	222	-2,0
163 Chade	8,4	14,6	770	0,9	2,2	3
164 Guiné-Bissau	0,4	0,8	273	1,7	2,3
165 Moçambique	9,8	18,7	440	2,2	11,5	..	3,116	7	86,2	3
166 Burundi	1,2	3,1	144	-0,3	8,5	48
167 Níger	5,4	10,0	364	-1,3	2,4	1	0	100	..
168 Congo, República Democrática do	11,7	20,2	182	-3,0	26,9	..	4,007	..	88,7	..	75	90
169 Zimbabué	-0,5	497,7	..	2,583	7	62,6

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	1,2	1,8	14,048	3,7
Butão	1,3	3,3	1,869	4,5	4,4	100	20
Cuba	5,076	32	2,7	65	..	98
Domínica	0,4	0,6	4,883	3,4	2,1
Eritreia	1,7	3,2	336	0,9	69,0
Granada	0,6	0,9	6,162	3,8	3,1
Iraque	2,032	..	14,0
Kiribati	0,1	0,2	1,414	0,1
Coreia, República Democrática Popular da	21	74,3
Líbano	29,3	49,4	6,978	4,0	..	67	0,0	54
Ilhas Marshall	0,2	..	2,655	-0,1	0	..	0
Mónaco	3,850
Territórios Ocupados da Palestina	3,9	10
Omã	3,4	2,3	16	3,6	..	100	100
Palau	0,2	..	8,911	-0,1
São Cristóvão e Nevis	0,5	0,8	11,046	3,7	3,8
Santa Lúcia	1,0	1,7	5,854	3,0	2,5	98	..
São Vicente e Granadinas	0,6	1,0	5,480	3,9	3,2	95	100
Samoa	0,5	0,8	2,926	1,4	6,1	2
San Marino	2,3	100	100
Seychelles	0,8	1,9	9,580	3,2	4,4	27
Somália	-1,4
Vanuatu	0,6	0,9	2,521	1,6	2,4	14

TABELA
16

Posição no IDH	ECONOMIA				INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS				INFRA-ESTRUTURAS PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				
	PIB		PIB per capita		Índice de preços no consumidor	Taxa de crescimento anual médio (%)	Densidade de estradas (km de estrada por km² de área terrestre)	Linhas ferroviárias (km)	Transporte aéreo (milhões de toneladas por km)	População sem electricidade (% da população)	Jornais diários (por mil pessoas)	Cobertura de rádio (% da população)	Cobertura de televisão (% da população)
	(mil milhões de USD)	(PPC em mil milhões de USD)	(USD)	2008		1970–2008	2000–2008	2004–2007 ^a	2004–2008 ^a	2005–2008 ^a	2008	2004	2005
	2008	2008	2008	1970–2008	2000–2008	2004–2007 ^a	2004–2008 ^a	2005–2008 ^a	2008	2008	2004	2005	2005
Desenvolvidos													
OCDE	41.979,1	37.872,1	40.976	2,4	..	3.838	516.479	92.753	..	254	
Não-OCDE	2,2	..	6.060	
Em desenvolvimento													
Estados Árabes	1.357,1	1.951,6	4.774	-1,1	15,2	
Ásia Oriental e Pacífico	5.625,7	10.369,7	3.032	1,7	
Europa e Ásia Central	3.414,5	4.852,7	8.361	0,1	176.175	
América Latina e Caraíbas	4.202,9	5.963,9	7.567	2,0	
Sul da Ásia	1.469,6	4.151,8	954	3,8	36,9	
África Subsariana	928,5	1.595,1	1.233	2,7	
Desenvolvimento humano muito elevado	42.652,4	38.697,1	40.748	2,3	..	6.048	518.300	254	
Desenvolvimento humano elevado	8.552,4	11.832,1	8.937	1,1	..	1.332	289.531	
Desenvolvimento humano médio	7.635,8	15.560,3	2.200	2,7	17.542	
Desenvolvimento humano baixo	771,2	1.425,9	781	-0,4	
Países menos desenvolvidos	503,2	1.000,8	664	2,0	
Mundo	60.042,1	68.323,9	9.120	2,1	

NOTAS

^a Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

FONTES

Colunas 1-3 e 6-8: Banco Mundial (2010g).

Coluna 4: Calculado com base no Banco Mundial (2010g) e FMI (2010a).

Coluna 5: Calculada com base nos dados do índice de preços no consumidor do Banco Mundial (2010g).

Coluna 9: Calculado com base nos dados sobre população sem electricidade da AIE (2009) e dados sobre população do DAESNU (2009d).

Colunas 10-12: Instituto de Estatística da UNESCO (2010b).

TABELA 17

Acesso às tecnologias de informação e comunicação

Posição no IDH	TELEFONES			INTERNET			ACESSIBILIDADE E CUSTOS			
	Assinaturas de telefones móveis e fixos		População coberta por rede telefónica móvel	Utilizadores		Assinaturas de banda larga ^a	Computadores pessoais	Custo de ligação de um telemóvel	Custo de instalação de telefone fixo	Preço de uma chamada local de 3 minutos por linha fixa
	(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)	(%)	(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)	(por 100 pessoas)	(por 100 pessoas)	(USD)	(USD)	(cêntimos de USD)
	2008	2000–2008	2008	2008	2000–2008	2008	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1 Noruega	150	27	..	82,5	228	33,3	62,7	17,6	175,5	22
2 Austrália	147	66	99	70,8	66	24,4	..	24,3	49,5	25
3 Nova Zelândia	149	87	97	71,4	64	21,6	53,0	24,6	36,6	0 ¢
4 Estados Unidos da América	140	41	100	75,9	87	23,5	78,7	0,0	39,0	24
5 Irlanda	171	77	99	62,7	310	20,1	58,1	14,5	178,5	11
6 Listenstaine	150	78	95	66,0	96	55,0	..	33,1	35,5	15
7 Países Baixos	170	36	98	87,0	106	35,1	90,9	14,6	69,6	10
8 Canadá	121	37	98	75,3	94	29,6	94,4	0,0	92,8	0 ¢
9 Suécia	176	34	98	87,7	100	41,2	87,8	15,2	102,4	8
10 Alemanha	191	60	99	75,5	151	27,5	65,5	14,6	87,8	12
11 Japão	124	23	100	75,2	152	23,7	..	0,0	373,8	..
12 Coreia, República da	138	27	94	75,8	94	32,1	58,1	0,0	54,4	0
13 Suiça	180	37	100	75,9	66	34,2	97,6	45,2	39,7	23
14 França	149	46	99	67,9	396	28,5	65,2	22,0	80,5	20
15 Israel	167	65	100	47,9	175	23,9	..	57,6	56,3	..
16 Finlândia	160	29	100	82,5	127	30,5	..	26,2	142,9	22
17 Islândia	169	30	99	90,0	127	32,9	53,1	28,4	33,0	7
18 Bélgica	152	52	100	68,1	142	28,0	..	12,5	96,6	24
19 Dinamarca	170	29	114	83,3	118	37,1	55,1	19,4	186,3	14
20 Espanha	153	65	99	55,4	349	20,2	40,0	0,0	117,6	10
21 Hong Kong, China (RAE)	225	67	100	67,0	152	28,1	69,3	..	0,0	0 ¢
22 Grécia	176	69	100	43,1	379	13,5	9,4	7,3	51,1	13
23 Itália	186	60	100	41,8	88	18,9	..	13,2	140,6	16
24 Luxemburgo	198	72	100	79,2	280	29,8	67,7	0,0	84,2	10
25 Áustria	169	40	99	71,2	120	20,7	..	0,0	244,5	14
26 Reino Unido	180	40	100	76,0	195	28,2	80,2	0,0	229,8	13
27 Singapura	170	68	100	69,6	148	21,7	76,0	5,0	37,8	2
28 República Checa	154	94	100	57,8	500	17,1	..	0,0	34,8	20
29 Eslovénia	152	53	100	55,7	275	21,2	42,7	25,4	130,9	12
30 Andorra	99	70,5	..	24,5	52,8	..
31 Eslováquia	122	125	100	66,0	604	11,2	58,2	14,0	55,7	48
32 Emirados Árabes Unidos	242	344	100	65,2	282	12,4	33,1	44,9	49,0	3
33 Malta	152	95	100	48,3	287	24,8	..	0,0	34,6	3
34 Estónia	225	180	100	66,2	127	23,7	25,5	4,7	0,0	13
35 Chipre	163	113	100	38,8	179	16,4	38,3	37,5	147,1	7
36 Hungria	153	122	99	58,5	719	17,5	25,6	7,5	196,1	26
37 Brunei Darussalam	115	158	..	55,3	623	3,6	35,3	6
38 Qatar	152	593	100	34,0	1,353	8,1	15,7	54,9	54,9	..
39 Barém	214	341	100	51,9	907	14,2	74,6	16,0	53,2	5
40 Portugal	179	74	99	42,1	168	15,3	18,2	..	126,2	18
41 Polónia	141	203	99	49,0	567	12,6	16,9	2,1	96,7	19
42 Barbados	218	265	100	73,7	1,780	64,8	..	25,0	49,0	0 ¢

Posição no IDH	TELEFONES			INTERNET				ACESSIBILIDADE E CUSTOS			
	Assinaturas de telefones móveis e fixos		População coberta por rede telefônica móvel (%)	Utilizadores		Assinaturas de banda larga ^a		Custo de ligação de um telemóvel (USD)	Custo de instalação de telefone fixo (USD)	Preço de uma chamada local de 3 minutos por linha fixa (cêntimos de USD)	
	(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)		(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)	(por 100 pessoas)	(por 100 pessoas)				
	2008	2000–2008	2008	2008	2000–2008	2008	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	

DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO

43	Bâamas	145	236	100	31,5	711	10,1	..	50,0
44	Lituânia	173	235	100	54,4	703	17,8	24,5	2,1	106,1	15
45	Chile	109	173	100	32,5	113	8,5	..	1,9	92,1	9
46	Argentina	141	291	94	28,1	331	8,0	..	48,4	47,7	2
47	Kuwait	126	284	100	36,7	601	1,4	..	17,3	130,1	0 ¢
48	Letónia	127	152	99	60,4	809	8,9	32,8	2,0	..	14
49	Montenegro	176	..	99	47,2	..	10,0	..	7,3	..	100
50	Roménia	137	364	98	28,8	679	11,7	19,3	5,6	0,0	23
51	Croácia	175	176	100	50,5	632	11,9	..	20,3	123,6	13
52	Uruguai	134	233	100	40,2	282	7,3	..	46,1	52,1	10
53	Jamahira Árabe Líbia	93	809	71	5,1	3,130	0,2	..	3,8	38,1	..
54	Panamá	131	429	83	27,5	383	5,8	2,8	30,0	30,6	9
55	Arábia Saudita	163	837	98	31,5	1,612	4,2	68,3	26,7	80,0	4
56	México	90	265	100	22,2	368	7,0	14,1	0,0	116,8	15
57	Malásia	118	228	92	55,8	203	4,9	23,1	2,5	15,0	4
58	Bulgária	166	252	100	34,7	517	11,1	11,0	..	18,0	12
59	Trindade e Tobago	136	279	100	17,0	127	4,6	13,2	0,0	23,9	12
60	Sérvia	173	..	93	44,9	..	4,6	19,3	3,6	89,7	1
61	Bielorrússia	122	321	99	32,1	1,553	4,9	..	1,5	28,2	1
62	Costa Rica	74	199	69	32,3	540	2,4	..	5,5	39,7	2
63	Perú	83	697	95	24,7	791	2,5	..	13,7	122,1	5
64	Albânia	99	23,9	21,329	2,0	4,6	0,0	143,0	4
65	Federação Russa	172	587	95	31,9	1,450	6,6	13,3	9,6	281,7	3
66	Cazaquistão	117	791	94	10,9	1,582	4,3	..	5,7	117,3	1
67	Azerbaijão	91	541	99	28,2	20,206	0,7	8,0	4,9	97,3	0 ¢
68	Bósnia e Herzegovina	112	382	99	34,7	3,169	5,0	6,4	11,2	52,6	7
69	Ucrânia	149	513	100	10,5	1,294	3,5	4,6	22,9	31,6	3
70	Irão, República Islâmica do	94	532	95	32,0	3,483	0,4	10,4	30,8	106,1	1
71	Macedónia, Antiga Repúbliga Jugoslava da	145	375	100	41,5	1,596	8,9	36,8	14,3	34,9	7
72	Maurícia	110	204	99	22,2	225	7,2	17,4	3,5	40,4	8
73	Brasil	100	254	91	37,5	1,341	5,3	..	18,7	62,7	15
74	Geórgia	78	379	98	23,8	4,352	2,2	27,2	6,7	120,7	24
75	Venezuela, República Bolivariana da	120	319	90	25,7	776	4,7	..	2,3	31,0	9
76	Arménia	120	572	88	6,2	378	0,2	..	3,3	39,2	5
77	Ecuador	100	688	84	28,8	2,057	0,3	13,0	5,0	67,2	3
78	Belize	59	237	..	10,6	110	2,6	15,3	25,0	50,0	11
79	Colômbia	110	423	83	38,5	1,874	4,2	11,2	0,0	36,6	13
80	Jamaica	113	259	101	57,3	1,856	3,6	..	0,0	9,1	3
81	Tunísia	95	813	100	27,1	973	2,2	9,8	4,1	16,2	2
82	Jordânia	99	494	99	27,0	1,187	2,2	7,2	0,0	50,5	6
83	Turquia	113	141	100	34,4	916	7,8	..	16,8	5,8	13
84	Argélia	82	11,9	2,633	1,4	..	7,7	46,5	7
85	Tonga	73	669	90	8,1	250	0,7	..	8,5	61,8	9

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86	Fiji	86	415	65	12,2	758	1,9	..	6,2	57,7	8
87	Turquemenistão	32	334	14	1,5	1,150	0,1
88	República Dominicana	82	412	..	21,6	556	2,3	..	0,7	28,9	10
89	China	74	329	97	22,5	1,233	6,2	5,6	9,9	..	3
90	El Salvador	131	486	95	10,6	829	2,0	..	0,0	40,0	6
91	Sri Lanka	72	1,104	95	5,8	850	0,5	..	5,5	129,2	5
92	Tailândia	102	698	38	23,9	600	1,4	..	1,5	119,6	9
93	Gabão	92	734	79	6,2	500	0,2	3,4	..	104,1	15
94	Suriname	97	328	..	9,7	327	1,1	..	0,0

Acesso às tecnologias de informação e comunicação

Posição no IDH	TELEFONES			INTERNET			ACESSIBILIDADE E CUSTOS			
	Assinaturas de telefones móveis e fixos		População coberta por rede telefónica móvel (%)	Utilizadores		Assinaturas de banda larga ^a (por 100 pessoas)	Computadores pessoais (por 100 pessoas)	Custo de ligação de um telemóvel (USD)	Custo de instalação de telefone fixo (USD)	Preço de uma chamada local de 3 minutos por linha fixa (cêntimos de USD)
	(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)		(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)					
	2008	2000–2008	2008	2008	2000–2008	2008	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	57	405	46	10,8	775	0,7	..	0,0	41,4	7
96 Paraguai	103	484	..	14,3	2,136	1,4	80,2	7
97 Filipinas	80	659	99	6,2	265	1,2	7,2	0,9	44,9	0 ^c
98 Botsuana	85	355	99	6,2	140	0,5	6,2	2,9	37,1	17
99 Moldávia, República da	97	389	98	23,4	1,516	3,2	11,4	4,3	173,2	3
100 Mongólia	74	622	66	12,5	1,000	1,4	24,6	..	43,8	..
101 Egípto	65	678	95	16,6	2,916	0,9	3,9	4,0	74,0	2
102 Uzbequistão	53	746	93	9,0	1,938	0,2	3,1	7,0	12,0	..
103 Micronésia, Estados Federados da	39	343	..	14,5	300	0,1	..	50,0	24,0	0 ^c
104 Guiana	26,9	..	0,3	..	22,1	2,5	0
105 Namíbia	56	520	95	5,3	278	0,0	23,9	5,9	35,5	18
106 Honduras	96	1,450	90	13,1	1,177	..	2,5	5,0	25,8	8
107 Maldivas	158	1,405	100	23,5	1,096	5,2	20,2	7,7	134,4	6
108 Indonésia	75	1,555	90	7,9	847	0,2	2,0	3
109 Quirguizistão	74	927	24	16,1	1,576	0,1	..	10,0	79,7	8
110 África do Sul	102	272	100	8,6	75	0,9	..	18,0	51,5	18
111 República Árabe da Síria	52	547	96	17,3	12,156	0,1	8,8	5,7	28,7	..
112 Tadjiquistão	58	1,703	..	8,8	19,900	0,1	..	3,7
113 Vietname	116	2,881	70	24,2	10,286	2,4	9,5	3,1	25,0	2
114 Marrocos	82	585	98	33,0	5,121	1,5	5,7	2,6	77,4	26
115 Nicarágua	60	1,242	..	3,3	270	0,6	101,8	4
116 Guatemala	120	969	76	14,3	2,350	0,6	..	13,3	82,7	9
117 Guiné Equatorial	54	3,107	..	1,8	1,614	0,0
118 Cabo Verde	70	370	96	20,6	1,185	1,5	14,0	26,6	29,1	6
119 Índia	34	979	61	4,5	850	0,5	3,2	2,3	6,9	2
120 Timor-Leste	0,0	..	20,0	36,2	31
121 Suazilândia	49	788	91	6,9	700	0,1	3,7	11,5	25,8	5
122 República Democrática Popular do Laos	35	3,914	..	8,5	8,691	0,1	..	5,2	36,4	7
123 Ilhas Salomão	7	330	..	2,0	400	0,3	..	36,2
124 Cambodja	29	2,551	87	0,5	1,133	0,1	0,4	10,1	50,6	3
125 Paquistão	56	2,632	90	11,1	..	0,1	..	7,1	10,7	3
126 Congo	51	1,888	53	4,3	19,275
127 São Tomé e Príncipe	35	1,129	20	15,5	282	0,5	29,5	11

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128 Quénia	43	3,848	83	8,7	3,260	0,0	..	34,7	33,2	12
129 Bangladeш	29	5,870	90	0,3	456	0,0	2,3	2,2	29,2	1
130 Gana	50	3,319	73	4,3	3,223	0,1	1,1	7,0	42,8	16
131 Camarões	33	3,107	58	3,8	1,712	5,6	89,3	25
132 Mianmar	2	314	10	0,2	..	0,0	0,9
133 Iémen	21	1,172	68	1,6	2,367	..	2,8	6,0	85,1	1
134 Benim	41	3,255	80	1,8	967	0,0	0,7	5,6	215,7	3
135 Madagáscar	26	4,134	23	1,7	954	0,0	..	2,0	34,5	35
136 Mauritânia	67	6,227	62	1,9	1,100	0,2	4,5	11,1	18,5	22
137 Papua-Nova Guiné	10	799	..	1,8	167	0,0	3,7	4
138 Nepal	17	1,706	10	1,7	898	0,0	..	7,2	25,8	1
139 Togo	26	1,722	85	5,4	250	0,0	..	3,3	111,7	14
140 Comores	19	1,706	40	3,6	1,441	0,0	120,6	15
141 Lesoto	32	1,375	55	3,6	1,733	0,0	..	6,1	40,8	18
142 Nigéria	43	10,921	83	15,9	29,878	0,0	..	84,4	75,9	14
143 Uganda	28	4,526	100	7,9	6,150	0,0	1,7	4,1	69,7	21
144 Senegal	46	1,134	85	8,4	2,450	0,4	..	5,6	22,3	22
145 Haiti	33	2,495	..	10,1	4,900	..	5,1
146 Angola	38	7,493	40	3,1	3,567	0,1	0,6	..	60,0	27
147 Djibuti	15	1,186	85	2,3	1,253	0,3	3,8	28,1	56,2	8
148 Tanzânia, República Unida da	31	4,522	65	1,2	1,200	0,0	..	5,8	16,7	22

Posição no IDH	TELEFONES			INTERNET				ACESSIBILIDADE E CUSTOS			
	Assinaturas de telefones móveis e fixos		População coberta por rede telefônica móvel (%)	Utilizadores		Assinaturas de banda larga ^a		Custo de ligação de um telemóvel (USD)	Custo de instalação de telefone fixo (USD)	Preço de uma chamada local de 3 minutos por linha fixa (cêntimos de USD)	
	(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)		(por 100 pessoas)	(% de crescimento, baseado na população)	(por 100 pessoas)	(por 100 pessoas)				
	2008	2000–2008	2008	2008	2000–2008	2008	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	2006–2008 ^b	
149 Costa do Marfim	52	1,367	59	3,2	1,550	0,1	..	19,1	22,3	20	
150 Zâmbia	29	1,892	50	5,5	3,400	0,0	13,3	70	
151 Gâmbia	73	3,023	85	6,9	852	0,0	3,5	..	28,0	7	
152 Ruanda	14	2,268	92	3,1	5,900	0,0	0,3	3,2	46,5	18	
153 Malawi	13	1,949	93	2,1	2,007	0,0	..	3,1	..	7	
154 Sudão	30	2,916	66	10,2	46,567	0,1	10,7	2,4	0,0	6	
155 Afeganistão	75	1,7	0,4	24,8	31,4	41	
156 Guiné	39	5,713	80	0,9	1,025	36,9	..	
157 Etiópia	4	1,042	10	0,4	3,500	..	0,7	47,7	31,8	2	
158 Serra Leoa	19	3,264	70	0,3	178	
159 República Centro-Africana	4	1,050	19	0,4	850	2,2	79,1	13	
160 Mali	28	6,994	22	1,6	1,233	0,0	0,8	2,2	86,3	12	
161 Burkina Faso	18	3,337	61	0,9	1,456	0,0	0,6	6,7	55,8	14	
162 Libéria	19	8,851	..	0,5	3,900	
163 Chade	17	11,460	24	1,2	4,233	101,6	..	
164 Guiné-Bissau	32	4,438	65	2,4	1,137	
165 Moçambique	20	3,178	44	1,6	1,650	0,1	..	0,2	18,8	26	
166 Burundi	6	1,307	80	0,8	1,200	..	0,9	2,9	9,7	..	
167 Níger	13	8,801	45	0,5	1,900	11,2	33,5	17	
168 Congo, República Democrática do	
169 Zimbabué	16	288	75	11,4	2,742	0,1	7,6	

OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS

Antígua e Barbuda	202	190	100	75,0	1,200	14,5	20,7	..	68,5	..
Butão	41	1,869	21	6,6	1,900	0,3	2,5	1,7	13,8	3
Cuba	13	190	77	12,9	2,317	0,0	5,6	120,0
Domínica	161	370	..	37,6	338	15,4	55,6	7
Eritreia	3	388	80	4,1	3,900	..	1,0	91,1	65,0	4
Granada	86	148	..	23,2	484	9,8	..	13,0	85,2	6
Iraque	61	2,652	72	1,0	159,4	1
Kiribati	5	37	..	2,1	33
Coreia, República Democrática Popular da	5	136	0	0,0	3
Líbano	52	65	100	22,5	215	5,0	10,2	47,0	29,9	8
Ilhas Marshall	9	21	..	3,7	175
Mónaco	41,9
Territórios Ocupados da Palestina	38	236	95	9,0	922	2,4
Omã	125	810	96	20,0	559	1,2	16,9	26,0	26,0	65
Palau	96	..	95	0,5
São Cristóvão e Nevis	204	334	..	32,5	492	21,7
Santa Lúcia	124	307	..	58,8	1,142	9,1	..	0,0	46,3	6
São Vicente e Granadinas	140	461	100	60,5	1,786	8,6	..	0,0	37,0	7
Samoa	85	1,287	..	5,0	800	0,1	2,3	17,6	20,2	6
San Marino	146	..	98	54,8	..	15,7	79,0	..	141,4	6
Seychelles	133	140	98	39,0	445	4,1	21,6	9,1	55,4	8
Somália	8	592	..	1,1	580
Tuvalu	4,6	75,3	..
Vanuatu	20	562	50	7,3	325	0,1	..	45,2	88,8	30

NOTAS

- a** Número de assinaturas de linhas de assinante digitais, modems de cabo ou outras ligações de banda larga fixas por 100 pessoas. Inclui ligações por linhas de assinante digitais/analogicas com velocidades de 56 kilobits por segundo ou superiores.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c** As chamadas locais são gratuitas.

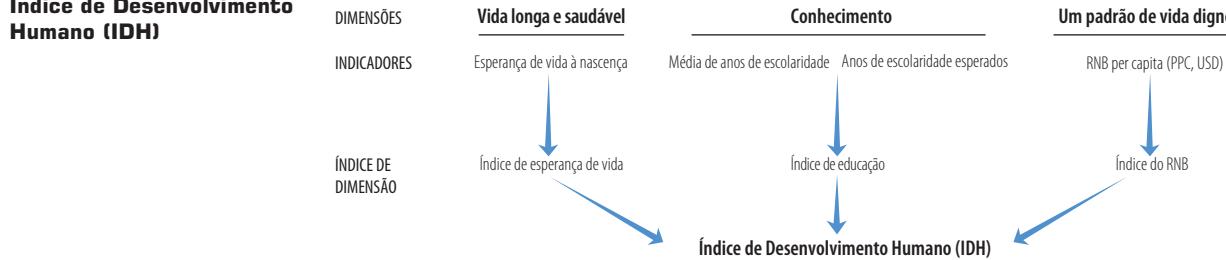
FONTES

- Coluna 1:** Calculada com base em dados relativos a assinantes de telemóveis e linhas telefónicas do Banco Mundial (2010c).
- Colunas 2 e 5:** Calculada com base em dados relativos a assinantes de telemóveis e linhas telefónicas do Banco Mundial (2010c) e dados sobre população do DAESNU (2009d).
- Colunas 3 e 6–10:** IUT (2009).
- Coluna 4:** Banco Mundial (2010c).

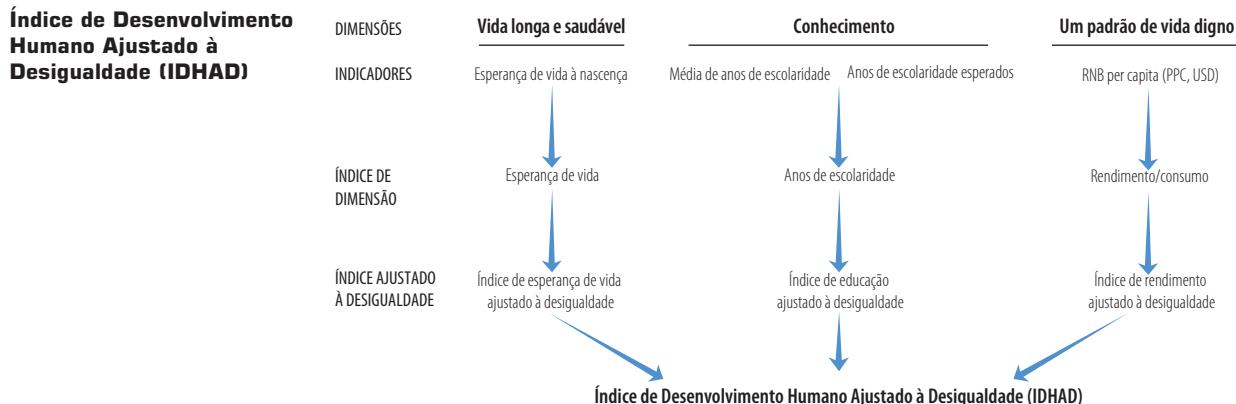
Notas Técnicas

Cálculo dos índices de desenvolvimento humano - apresentação gráfica

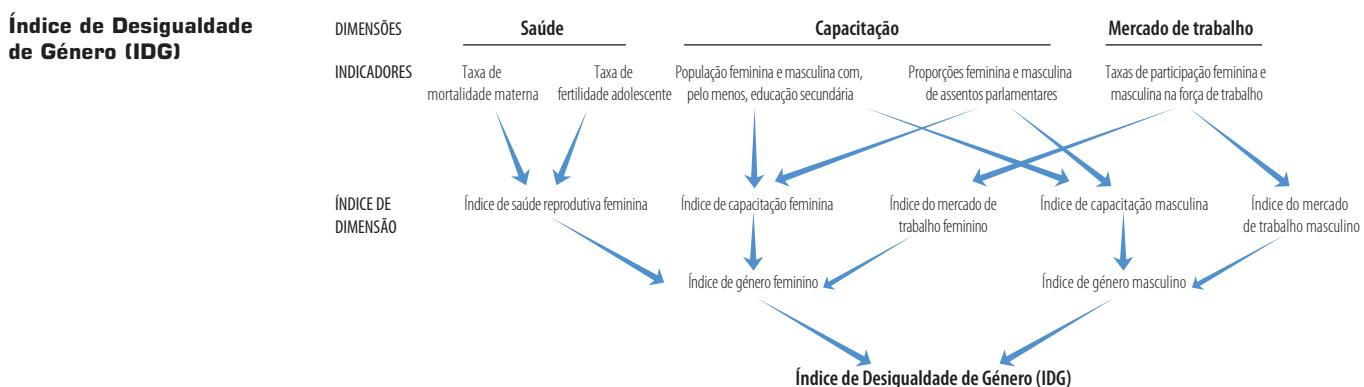
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



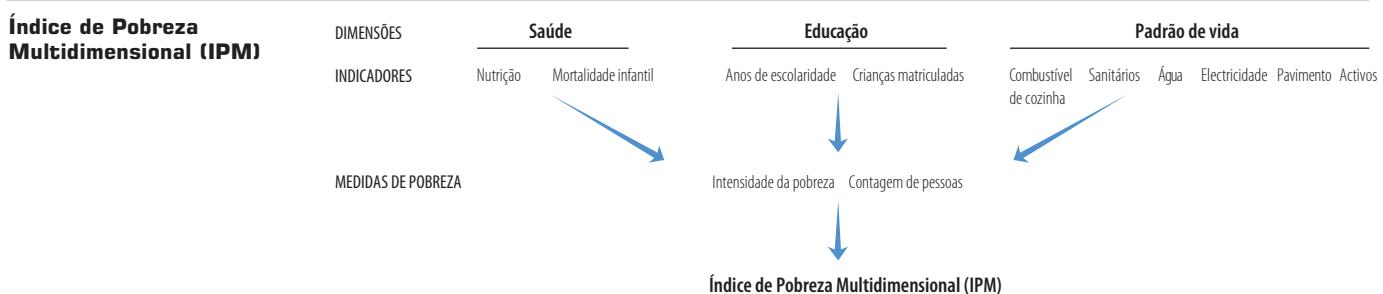
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)



Índice de Desigualdade de Género (IDG)



Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)



Nota Técnica 1. Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida sumária do desenvolvimento humano. Mede as realizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. O IDH é a média geométrica dos índices normalizados que medem as realizações em cada dimensão.

Fontes de dados

- Esperança de vida à nascença: DAESNU (2009d)
- Média de anos de escolaridade: Barro e Lee (2010)
- Anos de escolaridade esperados: Instituto de Estatística da UNESCO (2010a)
- Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita: Banco Mundial (2010g) e FMI (2010a)

Criação dos índices das dimensões

O primeiro passo é criar subíndices para cada dimensão. Os valores mínimos e máximos (ou limites) têm de ser ajustados no sentido de transformar os indicadores em índices entre 0 e 1. Como é usada a média geométrica para a agregação, o valor máximo não afecta a comparação relativa (em termos percentuais) entre dois países ou períodos de tempo diferentes. Os valores máximos são fixados nos valores máximos realmente observados dos indicadores dos países na série cronológica, ou seja, 1980-2010. Os valores mínimos afectarão as comparações, pelo que são usados valores que podem apropriadamente ser considerados como valores de subsistência ou zeros “naturais”. Por conseguinte, o progresso é medido por comparação com os níveis mínimos de que uma sociedade precisa para sobreviver ao longo do tempo. Os valores mínimos são fixados em 20 anos para a esperança de vida, em 0 anos para ambas as variáveis da educação e em USD 163 para o RNB per capita. O mínimo da esperança de vida baseia-se em dados históricos de longo prazo de Maddison (2010) e de Riley (2005). As sociedades podem subsistir sem educação formal, o que justifica o mínimo para a educação. É necessário um nível básico de rendimento para garantir a sobrevivência: USD 163 é o valor mais baixo atingido por qualquer país no historial registado (no Zimbabué em 2008) e corresponde a 45 céntimos por dia, pouco acima de um terço da linha de pobreza de USD 1,25/dia do Banco Mundial.

Limites para o Índice de Desenvolvimento Humano neste Relatório

Dimensão	Máximo observado	Mínimo
Esperança de vida	83,2 (Japão, 2010)	20,0
Média de anos de escolaridade	13,2 (Estados Unidos da América, 2000)	0
Anos de escolaridade esperados	20,6 (Austrália, 2002)	0

Índice de educação combinado	0,951 (Nova Zelândia, 2010)	0
Rendimento per capita (PPC USD)	108.211 (Emirados Árabes Unidos, 1980)	163 (Zimbabué, 2008)

Após definidos os valores mínimos e máximos, os subíndices são calculados da seguinte forma:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor real} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \quad (1)$$

Para a educação, é aplicada a equação 1 a cada um dos dois subcomponentes, criando a sua média geométrica e voltando a aplicar a equação 1. Isto equivale a aplicar directamente a equação 1 à média geométrica dos dois subcomponentes.

Como cada índice de dimensão é uma representação das capacidades da dimensão correspondente, a função da transformação do rendimento nas capacidades será provavelmente côncava (Anand e Sen 2000c). Assim, para o rendimento é usado o logaritmo natural dos valores mínimos e máximos reais.

Agregação dos subíndices para produzir o Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é a média geométrica dos três índices de dimensão:

$$(I_{\text{Vida}}^{1/3} \cdot I_{\text{Educação}}^{1/3} \cdot I_{\text{Rendimento}}^{1/3}) \quad (2)$$

A expressão 2 corporiza a substituibilidade imperfeita que abrange todas as dimensões do IDH. É assim enfrentada uma das mais sérias críticas à fórmula de agregação linear, que permitia a substituição perfeita entre dimensões. É inerente alguma substituibilidade à definição de qualquer índice que aumente com os valores dos seus componentes.

Exemplo: China

Indicador	Valor
Esperança de vida à nascença (anos)	73,5
Média de anos de escolaridade (anos)	7,5
Anos de escolaridade esperados (anos)	11,4
RNB per capita (PPP USD)	7.263

Nota: Os valores são arredondados.

$$\text{Índice de esperança de vida} = \frac{73,5 - 20}{83,2 - 20} = 0,847$$

$$\text{Índice da média de anos de escolaridade} = \frac{7,5 - 0}{13,2 - 0} = 0,568$$

$$\text{Índice de anos de escolaridade esperados} = \frac{11,4 - 0}{20,6 - 0} = 0,553$$

$$\text{Índice de educação} = \frac{\sqrt{0,568 \cdot 0,553} - 0}{0,951 - 0} = 0,589$$

$$\text{Índice de rendimento} = \frac{\ln(7,263) - \ln(163)}{\ln(108,211) - \ln(163)} = 0,584$$

$$\text{Índice de Desenvolvimento Humano} = \sqrt[3]{0,847 \cdot 0,589 \cdot 0,584} = 0,663$$

Efeitos globais dos melhoramentos metodológicos do Índice de Desenvolvimento Humano

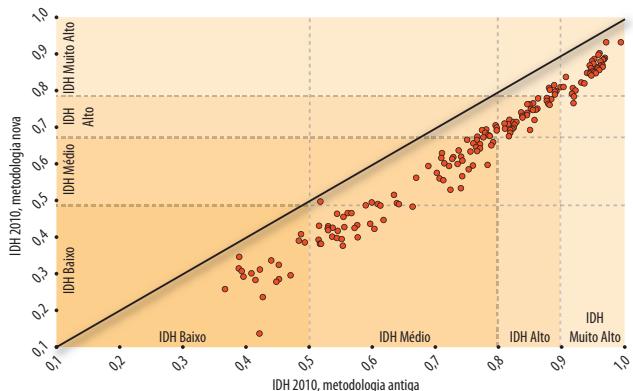
Os melhoramentos metodológicos do IDH, através do uso de indicadores novos e formas funcionais novas, resultam em alterações substanciais (figura T1.1). A adopção da média geométrica produz valores de índices mais baixos, com as alterações maiores a ocorrerem nos países com desenvolvimento mais desigual entre as dimensões. A média geométrica tem somente um impacto moderado nas classificações do IDH. A fixação dos limites superiores nos valores máximos reais tem menor impacto sobre os valores globais dos índices e pouco maior impacto sobre as classificações.

Análise de tendências históricas neste Relatório

A análise de tendências históricas nos capítulos 2 e 3 usa uma versão diferente do IDH, o IDH híbrido, que aplica a mesma fórmula de agregação que o novo IDH ao conjunto de indicadores e fontes usado em Relatórios precedentes (desde 1995), a fim de permitir uma análise mais extensiva ao longo do tempo. Foi usada interpolação linear para preencher valores em falta quando estavam presentes os valores anterior e posterior. Quando indisponíveis para todo o período, as taxas de matrícula brutas foram projectadas usando o último valor disponível (nas projecções para diante) e o primeiro valor disponível (nas projecções para trás). Uma análise de sensibilidade revelou que os resultados da análise eram robustos em relação a técnicas alternativas de extrapolação. Os máximos

T1.1

IDH 2010: Metodologias nova e anterior



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano (GRDH) a partir da base de dados do GRDH.

observados foram usados como limites superiores para todas as variáveis. Foram usados mínimos de 0 para ambas as variáveis da educação, 20 anos para a esperança de vida e o mínimo histórico observado para o PIB per capita. Consultar Gidwitz et al. (2010) para pormenores adicionais sobre a construção desta série de dados. A análise dos capítulos 2 e 3 também usa o critério do desvio do ajuste para avaliar comparativamente as alterações do IDH híbrido ao longo do tempo. Esta medida avalia o progresso dos países em comparação com o progresso médio dos países com um nível de IDH inicial semelhante. Calcula-se como o valor residual de uma regressão polinomial fraccionária de segundo grau da taxa de crescimento anual do IDH sobre o logaritmo do seu valor de IDH inicial. A tabela estatística 2 apresenta a classificação do país no desvio do ajuste para o IDH no período 1980-2010. Consultar Royston e Altman (1994) para uma descrição dos modelos de regressão baseados em funções polinomiais fraccionárias de uma co-variável contínua.

Nota Técnica 2. Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) ajusta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) à desigualdade na distribuição de cada dimensão pela população. Baseia-se numa classe de índices compostos sensíveis à distribuição, proposta por Foster, Lopez-Calva e Szekely (2005), que parte da família de medidas de desigualdade de Atkinson (1970). É calculado como uma média geométrica de médias geométricas, calculadas separadamente para cada dimensão em relação a toda a população (para pormenores, consultar Alkire e Foster 2010). O IDHAD reflecte as desigualdades nas dimensões do IDH “descontando” o valor médio de cada dimensão segundo

o seu nível de desigualdade. O IDHAD equivale ao IDH quando não existe desigualdade entre as pessoas, mas diminui em relação ao IDH à medida que a desigualdade cresce. Neste sentido, o IDHAD é o nível real de desenvolvimento humano (levado em conta essa desigualdade), ao passo que o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” (ou o nível máximo de IDH), que pode ser alcançado se não existir desigualdade. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devida à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa como uma percentagem.

Fontes de dados

Dado que o IDH se baseia em agregados a nível nacional, como as contas nacionais de rendimento, o IDHAD deve partir de fontes de dados alternativas para obter a distribuição de cada dimensão. As distribuições têm unidades diferentes – o rendimento e os anos de escolaridade são distribuídos por indivíduos, enquanto que a duração de vida esperada é distribuída por faixas etárias. Os dados distributivos disponíveis não são necessariamente para os mesmos indivíduos ou famílias.

A desigualdade na distribuição das dimensões do IDH é estimada para:

- A esperança de vida, que usa dados das tabelas de vida resumidas fornecidas pela DAESNU (2009d). Esta distribuição está disponível relativamente a faixas etárias (0-1, 1-5, 5-10, ..., 85+), com as taxas de mortalidade e a idade média à data da morte especificadas para cada faixa.
- Os anos de escolaridade e os rendimentos (ou consumos) das famílias, que usam dados de inquéritos às famílias harmonizados em bases de dados internacionais: o Estudo de Rendimento do Luxemburgo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, as Estatísticas do Eurostat da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida, a Base de Dados do Banco Mundial sobre Distribuição Internacional de Rendimento, os Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância, os Inquéritos sobre Demografia e Saúde da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, o Inquérito Mundial à Saúde da Organização Mundial da Saúde e a Base de Dados da Universidade da ONU sobre Desigualdade de Rendimento no Mundo.
- A desigualdade na dimensão do padrão de vida, que usa o rendimento disponível das famílias per capita, o consumo das famílias per capita ou o rendimento imputado com base na metodologia de correspondência do índice de activos (Harttgen e Klasen 2010).

Para um registo completo das fontes de dados usadas para estimar a desigualdade, consultar Kovacevic (2010a).

Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

Há três passos para calcular o IDHAD.

Passo 1. Medição da desigualdade em distribuições subjacentes

O IDHAD parte da família de medidas de desigualdade de Atkinson (1970) e define o parâmetro de aversão ϵ para o valor “1”.² Neste caso, a medida de desigualdade é $A = 1 - g/\mu$, onde g é a média geométrica e μ é a média aritmética da distribuição.

Isto pode ser expresso pela seguinte fórmula:

$$A_x = 1 - \frac{\sqrt[n]{X_1 \dots X_n}}{\bar{X}} \quad (1)$$

onde $\{X_1, \dots, X_n\}$ denota a distribuição subjacente nas dimensões de interesse. A_x é obtido para cada variável (esperança de vida, anos de escolaridade e rendimento disponível ou consumo per capita) usando dados de inquéritos às famílias e as tabelas de vida.³

A média geométrica da equação 1 não permite valores zero. Para a média de anos de escolaridade, é adicionado um ano a todas as observações válidas para computar a desigualdade. Para o rendimento per capita, os valores isolados – rendimentos extremamente elevados, bem como rendimentos zero e negativos – foram tratados pelo corte do percentil de 0,5 superior da distribuição para reduzir a influência dos rendimentos extremamente elevados e pela substituição dos rendimentos zero e negativos pelo valor mínimo do percentil de 0,5 inferior da distribuição de rendimentos positivos.

Para mais pormenores sobre a medição da desigualdade na distribuição dos indicadores de IDH, consultar Alkire e Foster (2010).

Passo 2. Ajustamento dos índices de dimensão para a desigualdade

A realização média numa dimensão, \bar{X} , é ajustada para a desigualdade pela seguinte forma:

$$\bar{X}^* = \bar{X} (1 - A_x) = \sqrt[n]{X_1 \dots X_n}$$

Assim, \bar{X}^* , a média geométrica efectiva da distribuição, reduz a média em função da desigualdade da distribuição, realçando o limite inferior da distribuição.

Os índices de dimensão ajustados à desigualdade, $I_{I_x^*}$, são obtidos a partir dos índices das dimensões do IDH, I_X , multiplicando-os por $(1 - A_x)$, onde A_x é a medida de Atkinson correspondente:

$$I_{I_x^*} = (1 - A_x) \cdot I_X$$

O índice de rendimento ajustado à desigualdade, $I_{Rendimento}^*$, baseia-se no índice de RNB não registado, $I_{Rendimento}^*$. Isto permite que o IDHAD inclua todo o efeito da desigualdade de rendimento.

Passo 3. Computação do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

O IDHAD é a média geométrica dos três índices de dimensão ajustados à desigualdade. Em primeiro lugar, é calculado o IDHAD que inclui o índice de rendimento não registado ($IDHAD^*$):

$$IDHAD^* = \sqrt[3]{I_{Vida} \cdot I_{Educação} \cdot I_{Rendimento}^*} =$$

³ $\sqrt[3]{(1 - A_{Vida}) \cdot I_{Vida} \cdot (1 - A_{Educação}) \cdot I_{Educação} \cdot (1 - A_{Rendimento}) \cdot I_{Rendimento}^*}$

É então calculado o IDH baseado no índice de rendimento não registado (IDH^*). Este é o valor que o $IDHAD^*$ assumiria se todas as realizações fossem distribuídas equitativamente:

$$IDH^* = \sqrt[3]{I_{\text{Vida}} \cdot I_{\text{Educação}} \cdot I_{\text{Rendimento}}^*}$$

A perda de percentagem para o HDI^* devido às desigualdades em cada dimensão é calculada da seguinte forma:

$$\text{Perda} = 1 - \frac{IDHAD^*}{IDH^*} = 1 - \sqrt[3]{(1 - A_{\text{Vida}}) \cdot (1 - A_{\text{Educação}}) \cdot (1 - A_{\text{Rendimento}})}$$

Presumindo que a perda de percentagem devido à desigualdade na distribuição do rendimento seja exactamente a mesma para o rendimento médio e para o seu logaritmo, é então calculado o $IDHAD$ da seguinte forma:

$$IDHAD = \left(\frac{IDHAD^*}{IDH^*} \right) \cdot IDH$$

o que é equivalente a

$$IDHAD = \sqrt[3]{(1 - A_{\text{Vida}}) \cdot (1 - A_{\text{Educação}}) \cdot (1 - A_{\text{Rendimento}})} \cdot IDH$$

Notas sobre a metodologia e os limites

O $IDHAD$ baseia-se num índice que satisfaz a consistência dos subgrupos. Isto garante que os melhoramentos ou deteriorações na distribuição do desenvolvimento humano dentro de um determinado grupo da sociedade (quando o desenvolvimento humano permaneça constante nos outros grupos) sejam reflectidos nas alterações da medida global do desenvolvimento humano. Este índice é também independente do percurso, o que significa que, seja qual for a ordem pela qual os dados são agregados para o conjunto de indivíduos, ou grupos de indivíduos, e para todas as dimensões, será produzido o mesmo

Nota Técnica 3. Cálculo do Índice de Desigualdade de Género

O Índice de Desigualdade de Género (IDG) reflecte a desvantagem das mulheres em três dimensões – capacitação, actividade económica e saúde reprodutiva – para tantos países quantos os permitidos pela razoabilidade da qualidade dos dados. O índice mostra a perda no desenvolvimento humano resultante da desigualdade entre as realizações femininas e masculinas nestas dimensões. Varia entre 0, que indica que mulheres e homens desfrutam de igualdade, e 1, que indica que

resultado – pelo que não há necessidade de usar como base uma sequência particular ou uma só fonte de dados. Isto permite a estimativa para um grande número de países.

Embora o $IDHAD$ tenha a ver com as perdas de desenvolvimento humano resultantes da desigualdade, a medição da desigualdade em qualquer das dimensões combina implicitamente a iniquidade e a desigualdade resultantes dos acasos das escolhas e das circunstâncias; o índice não aborda as questões éticas e politicamente relevantes sobre se estes aspectos devem ser distinguidos (consultar Roemer 1998 e Banco Mundial 2006 para aplicações na América Latina).

A principal desvantagem é que o $IDHAD$ não é sensível à associação, pelo que não capta os efeitos da associação entre indicadores. Para tornar a medida sensível à associação, como é feito para o Índice de Desigualdade de Género, todos os dados para cada indivíduo devem estar disponíveis a partir de uma única fonte de inquéritos, o que não é actualmente possível.

Exemplo: Eslovénia

Indicador	Índice de dimensão	Medida da desigualdade (A1)	Índice ajustado à desigualdade
Esperança de vida	78,8	0,930	$(1 - 0,043) \cdot 0,932 = 0,892$
Média de anos de escolaridade	9	0,682	
Anos de escolaridade esperados	16,7	0,811	
Índice de educação		0,782	$(1 - 0,040) \cdot 0,782 = 0,751$
Logaritmo do RNB	10,16	0,780	
RNB	25.857	0,238	$(1 - 0,122) \cdot 0,238 = 0,209$

Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade		Perda
	Índice de Desenvolvimento Humano	Humano Ajustado à Desigualdade	
IDH com rendimento não registado	$\sqrt[3]{0,930 \cdot 0,782 \cdot 0,238} = 0,557$	$\sqrt[3]{0,892 \cdot 0,738 \cdot 0,209} = 0,516$	$1 - 0,519 / 0,557 = 0,068$
IDH	$\sqrt[3]{0,930 \cdot 0,782 \cdot 0,790} = 0,828$	$(0,519 / 0,557) \cdot 0,828 = 0,772$	

Nota: Os valores são arredondados.

as mulheres sofrem uma desigualdade tão grande quanto possível em todas as dimensões medidas. É computado usando uma medida de desigualdade sensível à associação sugerida por Seth (2009). O índice baseia-se na média geral das médias gerais de ordens diferentes – a primeira agregação é pela média geométrica entre dimensões; estas médias, calculadas separadamente para mulheres e homens, são depois agregadas usando uma média harmónica entre géneros.

Fontes de dados

- Taxa de mortalidade materna (*TMM*): UNICEF (2010c)
- Taxa de fertilidade adolescente (*TFA*): DAESNU (2009d)
- Distribuição dos assentos parlamentares por cada sexo (PR): Base de dados Parline da União Interparlamentar (2010)
- Sucesso escolar aos níveis do ensino secundário e superior (ES): Barro e Lee (2010)
- Taxa de participação no mercado de trabalho (TPMT): OIT (2010d)

Cálculo do Índice de Desigualdade de Género

Existem cinco passos para calcular o IDG.

Passo 1. Tratamento de zeros e valores extremos

A taxa de mortalidade maternal é cortada simetricamente no 10 (mínimo) e no 1.000 (máximo) para realçar uma abordagem normativa que diz, por exemplo, que dois países que têm uma taxa de mortalidade maternal acima de 1.000 não são diferentes na sua capacidade para criar condições e apoio para a saúde materna e para enfrentar a preocupação com a exactidão e a precisão destas taxas, pelo que, por exemplo, países com 1-10 mortes por 100.000 nascimentos têm basicamente um desempenho idêntico.

A representação parlamentar feminina nos países que indicam 0% é codificada como 0,1% porque a média geométrica não pode ter valores zero e porque estes países têm algum tipo de influência política por parte das mulheres.

Passo 2. Agregação entre dimensões dentro de cada grupo de género, usando médias geométricas

A primeira agregação entre dimensões para cada grupo de género pela média geométrica é o primeiro passo para tornar o IDG sensível à associação (consultar Seth 2009).

Para mulheres e jovens do sexo feminino, a fórmula para a agregação é

$$G_F = \sqrt[3]{\left(\frac{1}{TMM} \cdot \frac{1}{TFA}\right)^{1/2} \cdot (PR_F \cdot ES_F)^{1/2} \cdot TPMT_F},$$

e para homens e jovens do sexo masculino, a fórmula é

$$G_M = \sqrt[3]{1 \cdot (PR_M \cdot ES_M)^{1/2} \cdot TPMT_M}.$$

Passo 3. Agregação entre grupos de género, usando uma média harmónica

Os índices feminino e masculino são agregados pela média harmónica para criar o índice de género distribuído equitativamente

$$HARM(G_F, G_M) = \left[\frac{(G_F)^{-1} + (G_M)^{-1}}{2} \right]^{-1}.$$

A utilização da média harmónica das médias geométricas dentro dos grupos capta a desigualdade entre mulheres e homens ao fazer o ajustamento para a associação entre dimensões.

Passo 4. Cálculo da média geométrica das médias aritméticas para cada indicador

O padrão de referência para a computação da desigualdade é obtido pela agregação dos índices femininos e masculinos, usando ponderações iguais (tratando, assim, os géneros de forma igual) e agregando depois os índices entre dimensões:

$$G_{\bar{F},\bar{M}} = \sqrt[3]{Saúde \cdot Capacitação \cdot TPMT}$$

$$\text{onde } Saúde = \left(\sqrt{\frac{1}{TMM} \cdot \frac{1}{TFA}} + 1 \right) / 2,$$

$$Capacitação = (\sqrt{PR_F \cdot SE_F} + \sqrt{PR_M \cdot SE_M}) / 2, \text{ e}$$

$$TPMT = \frac{TPMT_F + TPMT_M}{2}.$$

Saúde não deve ser interpretado como uma média dos índices femininos e masculinos correspondentes, mas sim como um ponto a meio caminho das normas estabelecidas para os indicadores de saúde reprodutiva – menos mortes maternais e menos gravidezes adolescentes.

Passo 5. Cálculo do Índice de Desigualdade de Género

A comparação entre o índice de género distribuído equitativamente e o padrão de referência dá origem ao IDG,

$$I - \frac{Harm(G_F, G_M)}{G_{\bar{F},\bar{M}}}.$$

Exemplo: Brasil

	Saúde reprodutiva		Capacitação		Mercado de trabalho
	Taxa de mortalidade materna	Taxa de fertilidade adolescente	Representação parlamentar (%)	Sucesso no ensino secundário e superior (%)	Taxa de participação do mercado de trabalho (%)
Mulheres	110	75,6	0,094	0,488	0,640
Homens	na	na	0,906	0,463	0,852
(M+H)/2	$(\sqrt{(1/110) \cdot (1/75,6)} + 1)/2 = 0,50$		$(\sqrt{0,094 \cdot 0,488} + \sqrt{0,906 \cdot 0,463})/2 = 0,431$		$(0,640 + 0,852) / 2 = 0,746$

Nota: "na" significa "não aplicável".

Usando as fórmulas acima, obtém-se directamente:

$$G_F \quad 0,115 = \sqrt[3]{\left(\frac{1}{110} \cdot \frac{1}{75,6} \right) \cdot \sqrt{0,094 \cdot 0,488}} \cdot 0,640$$

$$G_M \quad 0,820 = \sqrt[3]{1 \cdot \sqrt{0,906 \cdot 0,463}} \cdot 0,852$$

$$Harm(G_F, G_M) \quad 0,201 = \left[\frac{1}{2} \left(\frac{1}{0,115} + \frac{1}{0,820} \right) \right]^{-1}$$

$$G_{\bar{F}, \bar{M}} \quad 0,546 = \sqrt[3]{0,505 \cdot 0,431 \cdot 0,746}$$

$$\text{Índice de Desigualdade de Género} \quad 1 - 0,201/0,546 = 0,632.$$

Nota Técnica 4. Cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica diversas privações nas mesmas famílias, quanto à educação, à saúde e ao padrão de vida. Usa microdados dos inquéritos às famílias e – ao contrário do que acontece com o IDH ajustado à desigualdade – todos os indicadores necessários para calcular a medida devem provir do mesmo inquérito.

Cada pessoa de uma dada família é classificada como pobre ou não dependente das várias privações sentidas na sua família. Estes dados são então agregados entre famílias, dando origem à medida nacional de pobreza.

Metodologia

A cada pessoa é atribuída uma pontuação em função das privações da sua família relativamente a cada um dos 10 indicadores componentes, (d). A pontuação máxima é 10, tendo todas as dimensões um peso igual (assim, a pontuação máxima em cada dimensão é 3,33). As dimensões da educação e da saúde têm dois indicadores cada, pelo que cada componente vale 5/3 (ou 1,67). A dimensão do padrão de vida tem seis indicadores, pelo que cada componente vale 5/9 (ou 0,56).

Os componentes da educação são: não ter nenhum membro da família que tenha concluído cinco anos de escolaridade e ter pelo menos uma criança em idade escolar (até ao 8º ano) que não esteja a frequentar a escola. Os componentes da saúde são: ter pelo menos um membro da família que sofra de má nutrição e ter tido uma ou mais crianças que tenham falecido. Os componentes do padrão de vida são: não ter electricidade, não ter acesso a água potável limpa, não ter acesso a saneamento adequado, usar combustível “sujo” para cozinhar (estrume, madeira ou carvão), ter uma casa com piso de terra, não ter carro, camião ou veículo motorizado semelhante e possuir no máximo um dos bens seguintes: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisor.

Para identificar os multidimensionalmente pobres, as pontuações de privação para cada família são somadas para obter a privação da família, c . É usado um ponto de corte de 3, que é o equivalente a um terço dos indicadores, para distinguir os pobres dos não pobres. Se c for igual ou superior a 3, a correspondente família (e todos os que dela fazem parte) é multidimensionalmente pobre. As famílias com uma pontuação de privação entre 2 e 3 estão vulneráveis ou em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres.

O valor do IPM é o produto de duas medidas: a taxa multidimensional de contagem de pessoas e a intensidade (ou amplitude) da pobreza.

A taxa de contagem de pessoas, H , é a proporção da população que é multidimensionalmente pobre:

$$H = \frac{q}{n}$$

onde q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres e n é a população total.

A intensidade da pobreza, A , reflecte a proporção dos indicadores componentes ponderados, d , na qual, em média, as pessoas pobres sofrem de privação. Apenas para as famílias pobres, as pontuações de privação são somadas e divididas pelo número total de indicadores e pelo número total de pessoas pobres:

$$A = \frac{\sum_i c_i}{qd}$$

onde c é o número total de privações ponderadas que os pobres sentem e d é o número total de indicadores componentes considerados (10 neste caso).

Exemplo de cálculo do IPM com dados hipotéticos

Indicadores	Famílias				Ponderações
	1	2	3	4	
Tamanho da família	4	7	5	4	
Saúde					
Pelo menos um membro sofre de má nutrição	0	0	1	0	5/3=1,67
Uma ou mais crianças faleceram	1	1	0	1	5/3=1,67
Educação					
Ninguém concluiu cinco anos de escolaridade	0	1	0	1	5/3=1,67
Pelo menos uma criança em idade escolar não matriculada na escola	0	1	0	0	5/3=1,67
Padrão de vida					
Sem electricidade	0	1	1	1	5/9=0,56
Sem acesso a água potável limpa	0	0	1	0	5/9=0,56
Sem acesso a saneamento adequado	0	1	1	0	5/9=0,56
Casa com pavimento de terra	0	0	0	0	5/9=0,56
A família usa combustível "sujo" para cozinhar (estruume, lenha ou carvão)	1	1	1	1	5/9=0,56
A família não tem carro e possui, no máximo, um dos seguintes: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisão	0	1	0	1	5/9=0,56
Resultados					
Pontuação de privação ponderada, c (soma de cada privação multiplicada pelo seu peso)	2,22	7,22	3,89	5,00	
A família é pobre ($c > 3$)?	Não	Sim	Sim	Sim	

Nota: 1 indica privação no indicador; 0 indica não-privação.

Pontuação ponderada das privações na família 1:

$$\left(1 \cdot \frac{5}{3}\right) + \left(1 \cdot \frac{5}{9}\right) = 2,22$$

Taxa de contagem de pessoas

$$(H) = \left(\frac{7+5+4}{4+7+5+4} \right) = 0,80$$

(80% das pessoas vivem em famílias pobres)

Intensidade da pobreza

$$(A) = \frac{(7,22 \cdot 7) + (3,89 \cdot 5) + (5,00 \cdot 4)}{(7+5+4) \cdot 10} = 0,56$$

(a pessoa pobre média sofre privações em 56% dos indicadores ponderados).

Índice de pobreza multidimensional = $H \cdot A = 0,450$ (em média, os indivíduos sofrem privações em 45% dos indicadores ponderados).

NOTAS

1 Durante algumas situações de crise (como o genocídio ruandês), ocorreram valores mais baixos, mas que, obviamente, não eram sustentáveis.

2 O parâmetro de aversão da desigualdade define o grau em que as realizações inferiores são destacadas e as realizações superiores são subestimadas

3 A_x é estimado a partir de dados de inquéritos usando as ponderações dos inquéritos,

$$\hat{A}_x = 1 - \frac{X_1^{w_1} \dots X_n^{w_n}}{\sum_1^n w_i X_i}, \text{ onde } \sum_1^n w_i = 1.$$

4 Tecnicamente, seria 3,33. Devido à estrutura de ponderação, as mesmas famílias são identificadas como pobres se for usado um ponto de corte de 3.

Definições de termos estatísticos

Ajuda oficial ao desenvolvimento Desembolsos de empréstimos feitos em termos concessionais (líquidos de reembolsos de capital) e subvenções de agências oficiais dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), por instituições multilaterais e países não pertencentes ao CAD, para promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar em países e territórios da parte I da lista de beneficiários de ajuda do CAD, expressos como percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) do país beneficiário. Inclui empréstimos com um elemento de subvenção de, pelo menos, 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Anos de escolaridade esperados Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalecentes das taxas de matrícula por idades permanecermem iguais ao longo da sua vida.

Área protegida Conforme a definição da União Mundial para a Conservação, uma área de terra especialmente dedicada à protecção e à manutenção da diversidade biológica e dos seus recursos naturais e culturais associados, gerida através de meios legais ou outros meios eficazes, incluindo reservas naturais estritas, áreas selvagens, parques nacionais, monumentos naturais, áreas de gestão do habitat e das espécies, paisagens protegidas e ecossistemas geridos sustentavelmente, excluindo áreas marinhas e litorais (entremarés), expressa por 1.000 hectares de terra.

Assentos parlamentares ocupados por género Percentagem de assentos detidos por um género respectivo numa câmara baixa ou única ou numa câmara alta ou senado, nos casos em que seja relevante.

Cobertura pré-natal, pelo menos de uma visita Percentagem de mulheres que recorrem pelo menos uma vez a cuidados pré-natais prestados por pessoal de saúde especializado por razões relacionadas com a gravidez, como percentagem dos nados vivos.

Coeficiente de Gini, rendimento Medida do desvio da distribuição do rendimento (ou do consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz traça as

percentagens acumuladas do rendimento total recebido em comparação com o número acumulado de beneficiários, começando pelo indivíduo ou família mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como percentagem da área máxima sob a linha. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta.

Custo de instalação de telefone fixo Custo inerente ao pedido de instalação de um serviço telefónico residencial básico (incluindo impostos, se aplicáveis). Nos casos em que haja custos diferentes para áreas telefónicas diferentes, é usado o custo da maior área urbana.

Custo de ligação de um telemóvel Custo inicial e único de uma nova assinatura de um serviço de telemóvel pós-pago, incluindo depósitos reembolsáveis e o preço do cartão de identificação do assinante.

Densidade de médicos Número de médicos, incluindo os de clínica geral e os especialistas, expresso por 10.000 pessoas.

Emprego formal Trabalhadores remunerados e assalariados e empregadores, expressos como percentagem do emprego total.

Emprego vulnerável Percentagem de pessoas empregadas envolvidas em trabalho familiar não pago e trabalho por conta própria.

Envolvimento político Percentagem de inquiridos que responderam “sim” à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: “Exprimiu opiniões suas a um funcionário público no último mês?”

Esperança de vida à nascença Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalecentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

Formação bruta de capital fixo Valor das aquisições de activos fixos novos ou existentes pelo sector empresarial, pelos governos e pelas famílias (com exclusão das suas empresas sem existência jurídica), menos os abates de activos fixos. Não é feito nenhum ajustamento para a depreciação de activos fixos.

Forças armadas, despesa pública com Todas as despesas do ministério da defesa e de outros ministérios com o recrutamento e a formação de pessoal militar e com a construção e aquisição de equipamento e abastecimentos militares, expressas como percentagem do PIB.

Guerra civil, baixas Número médio de baixas resultantes de guerra civil por ano de conflito, expresso por milhão de pessoas. Para países com várias guerras, são usadas as melhores estimativas para o número total de mortes em combate decorrentes dos conflitos.

Guerra civil, intensidade Pontuação que indica o nível de intensidade de um conflito de guerra civil. Uma pontuação de “0” indica ausência de conflito; “1” é sinal de guerra civil menor na qual o número de mortes por ano é inferior a 1.000 pessoas; “2” indica uma guerra civil de grande escala na qual o número de mortes por ano é de, pelo menos, 1.000 pessoas.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para pormenores sobre o cálculo do índice, consultar a Nota Técnica 1.

Índice de Desenvolvimento Humano, ajustado à desigualdade O valor do índice de desenvolvimento humano ajustado para desigualdades nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o cálculo da medida, consultar a Nota Técnica 2.

Índice de desenvolvimento humano – híbrido Um índice que usa a mesma forma funcional do IDH, mas que usa a alfabetização e as matrículas brutas para calcular o índice de educação e o PIB per capita para o indicador de rendimento. Este índice é usado na análise de tendências apresentada nos capítulos 2 e 3.

Índice de Desigualdade de Género Um índice composto que mede as perdas nas realizações das três dimensões do desenvolvimento humano (saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho), devido à desigualdade entre géneros. Para pormenores sobre o cálculo do índice, consultar a Nota Técnica 3.

Índice de educação ajustado à desigualdade

Valor do índice de educação, um componente do índice de desenvolvimento humano, ajustado à desigualdade na distribuição de anos de escolaridade; consultar a Nota Técnica 2.

Índice de esperança de vida à nascença ajustado à desigualdade

Valor do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade na distribuição da duração esperada de vida; consultar a Nota Técnica 2.

Índice de experiências negativas

Escala que indica a percentagem de inquiridos na Sondagem Mundial da Gallup que sentiram uma emoção negativa, como dor física, preocupação, tristeza, pressão, depressão e irritação, no dia anterior ao inquérito. As respostas foram codificadas com “1” para “sim” e “0” para “não” e depois submetidas ao cálculo da média e multiplicadas por 100.

Índice de Pobreza Multidimensional

A fração da população que é multidimensionalmente pobre, ajustada pela intensidade das privações; consultar a Nota Técnica 4.

Índice de preços no consumidor

Preço médio de um cabaz de bens e serviços adquiridos pelas famílias; o cabaz varia de país para país e pode ser fixo ou sofrer alterações em intervalos de tempo especificados. As variações do índice de preços no consumidor indicam a variação no valor real (poder de compra) do dinheiro.

Índice de rendimento ajustado à desigualdade

Valor do índice de rendimento, um componente do índice de desenvolvimento humano, ajustado à desigualdade na distribuição de rendimento; consultar a Nota Técnica 2.

Investigação e desenvolvimento, despesa pública com

Despesas correntes e de capital (incluindo custos indirectos) com actividades criativas e sistemáticas destinadas a aumentar o volume de conhecimento, expressas como percentagem do PIB.

Investimento directo estrangeiro, entradas líquidas

Entradas líquidas de investimento para aquisição de interesses de gestão duradouros (10% ou mais do capital com direito a voto) numa empresa a funcionar noutra economia que não a do investidor. É o somatório do capital social, do reinvestimento de ganhos, de outro capital de longo prazo e de capital de curto prazo, expresso como percentagem do PIB.

Jornais diários

Circulação total média de jornais publicados, pelo menos, quatro vezes por semana, expressa por 1.000 pessoas.

Liberdade de imprensa

Pontuação que mede a liberdade de comunicação e expressão através dos vários meios electrónicos e materiais publicados.

Quanto mais alta a pontuação, maior a liberdade de imprensa no país. Calcula-se a partir de 100, subtraindo a pontuação do Índice de Liberdade de Imprensa dos Repórteres sem Fronteiras.

Liberdade política, democracia

Pontuação na medida de Democracia e de Ditadura dos regimes políticos, que distingue entre os regimes em que os organismos executivos e legislativos são preenchidos através de eleições disputadas e aqueles em que isso não acontece.

Limiar de pobreza de rendimento, população abaixo do

Percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza especificada (PPC de USD 1,25 por dia e a linha de pobreza nacional). A linha de pobreza nacional é a linha de pobreza considerada apropriada para um país pelas suas autoridades. As estimativas nacionais baseiam-se em estimativas ponderadas de subgrupos de população obtidas de inquéritos às famílias.

Medida de descentralização democrática

Pontuação publicada pela Base de Dados de Instituições Políticas que indica se foram realizadas eleições legislativas e executivas ao mais baixo nível subnacional (municípios). As pontuações variam entre 0 (ausência de eleições locais) e 2 (legisladores e executivos eleitos ao nível local).

Média de anos de escolaridade

Número médio de anos de educação recebidos pelas pessoas de idade a partir dos 25 anos durante o seu tempo de vida, com base nos níveis de educação alcançados pela população convertidos em anos de escolaridade baseados nas durações teóricas de cada nível de educação frequentado.

PIB (produto interno bruto)

Somatório do valor acrescentado por todos os produtores na economia, residentes ou estrangeiros e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção, calculado sem fazer deduções por depreciação de activos de capital fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Valor acrescentado é a produção líquida de uma indústria após acréscidos todos os produtos e subtraídos os consumos intermédios. Quando expresso em termos de USD, é convertido usando a taxa de câmbio oficial média comunicada pelo Fundo Monetário Internacional. É aplicado um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge por uma margem excepcionalmente grande da taxa efectivamente aplicada às transacções em moeda estrangeira e à negociação de produtos. Quando expresso em termos de paridade de poder de compra (PPC) em USD, é convertido para dólares internacionais usando as taxas de PPC. Um dólar internacional tem o mesmo poder de compra sobre o PIB que o USD tem nos Estados Unidos da América.

PIB per capita

Produto interno bruto (PIB) em termos de USD, dividido pela população a meio do ano. Quando expresso como uma taxa de crescimento anual médio, é usada a taxa de crescimento anual dos mínimos quadrados com dados constantes do PIB per capita em unidades monetárias locais.

Partos assistidos por pessoal especializado

Percentagem de partos assistidos por pessoal (incluindo médicos, enfermeiras e parteiras) formado para prestar os cuidados necessários às mulheres durante a gravidez, o trabalho de parto e o período pós-parto. Exclui os assistentes tradicionais dos partos, tenham formação ou não.

Pegada ecológica do consumo

Área terrestre e marítima biologicamente produtiva de que um país precisa para produzir os recursos que consome e absorver os resíduos que gera, expressa em hectares per capita.

Pessoas deslocadas internamente

Número de pessoas que foram forçadas a deixar as suas casas ou os seus lugares de residência habitual (em particular como resultado ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo Homem) e que não atravessaram uma fronteira nacional reconhecida internacionalmente.

Pobreza multidimensional, contagem de pessoas

Percentagem da população que sofre privações em, pelo menos, 3 dos 10 indicadores ponderados usados para calcular o índice de pobreza multidimensional.

Pobreza multidimensional, intensidade da privação

Percentagem média da privação sentida pelas pessoas em pobreza multidimensional.

Pobreza multidimensional, população com pelo menos uma privação grave

Percentagem da população que sofre uma privação em, pelo menos, 1,5 dos indicadores ponderados das dimensões de saúde, educação ou padrões de vida do índice de pobreza multidimensional. Para pormenores sobre a ponderação dos indicadores individuais, consultar a Nota Técnica 3.

Pobreza multidimensional, população em risco

Percentagem da população que sofre de privação sobreposta em 2 dos 10 indicadores ponderados usados para calcular o índice de pobreza multidimensional.

População sem acesso a electricidade

Percentagem da população sem acesso a electricidade na sua casa. O acesso a electricidade inclui a electricidade vendida comercialmente, tanto na rede como fora dela, bem como a electricidade auto-generada em países onde o acesso a electricidade foi avaliado através de inquéritos das administrações públicas. As ligações não autorizadas às fontes de electricidade não são incluídas.

População sem acesso a uma fonte melhorada de água potável Percentagem da população sem acesso a uma fonte melhorada de água. As fontes melhoradas de água incluem a água canalizada até às habitações, aos terrenos ou aos quintais, torneiras ou canos de acesso público, poços tubulares ou furos de sondagem, poços escavados protegidos, nascentes protegidas e águas pluviais.

População sem acesso a uma instalação sanitária melhorada Percentagem da população sem acesso a uma instalação sanitária melhorada. As instalações sanitárias melhoradas incluem autoclismos ligados a sistemas de esgotos entubados ou tanques sépticos, latrinas de fossa melhoradas ventiladas, latrinas de fossa com laje e sanitas de compostagem. Contudo, estas não são consideradas melhoradas quando são partilhadas com outras famílias ou abertas ao público.

População, idade mediana Idade pela qual a população se divide em duas metades de igual tamanho, ou seja, 50% da população têm uma idade superior e os outros 50% têm uma idade inferior.

População, total População efectiva de um país, área ou região, à data de 1 de Julho do ano indicado.

População, urbana População efectiva a viver em áreas classificadas como urbanas segundo o critério usado por cada área ou país, à data de 1 de Julho do ano indicado.

Poupanças líquidas ajustadas Taxa de poupanças numa economia após tidos em conta os investimentos em capital humano, o esgotamento de recursos naturais e os danos causados pela poluição, expressa como percentagem do rendimento nacional bruto (RNB). Poupanças líquidas ajustadas negativas significam que a riqueza total está em declínio e que a economia está num caminho insustentável.

Preço de chamada local de 3 minutos em telefone fixo Média das tarifas normal e económica de uma chamada de 3 minutos, incluindo custos de ligação, se aplicáveis, dentro da mesma área telefónica, usando o terminal do próprio assinante (não um telefone público), incluindo quaisquer impostos adicionais.

Privação de alimento, intensidade de A carência média em quilocalorias sofrida pelas pessoas subnutridas, expressa como percentagem da necessidade mínima diária de consumo de energia alimentar. Quanto mais baixo o valor, menos intensa a privação de alimento.

Professores formados, primários Percentagem de professores do ensino primário que receberam a formação organizada mínima para professores (antes do serviço ou durante o serviço) exigida para dar aulas no ensino primário.

RNB (rendimento nacional bruto) per capita Somatório do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia e no estrangeiro e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção mais as receitas líquidas do rendimento primário (compensação de empregados e rendimentos prediais) do exterior, dividido pela população a meio do ano. Valor acrescentado é a produção líquida de uma indústria após acrescidos todos os produtos e subtraídos os consumos intermédios. Quando expresso em termos de paridade de poder de compra (PPC) em USD, é convertido para dólares internacionais usando as taxas de PPC. Um dólar internacional tem o mesmo poder de compra sobre o PIB que o USD tem nos Estados Unidos da América.

Receita fiscal Receitas totais de transferências obrigatórias para o governo central para fins públicos, incluindo impostos sobre rendimentos e bens e excluindo multas, penalidades e a maior parte das contribuições para a segurança social, expressas como percentagem do PIB.

Rede de apoio social Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Se estiver com problemas, tem amigos ou familiares que o(a) possam ajudar, quer precise deles ou não?"

Refugiados por país de origem Número de pessoas que fugiram do seu país de origem por causa de um medo justificado de perseguição, devido à sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou integração num grupo social específico, e que não podem ou não querem regressar.

Remessas, entradas, total Rendimentos e recursos materiais transferidos por emigrantes ou refugiados internacionais para beneficiários no seu país de origem ou em países em que o emigrante tenha residido anteriormente, expressos como percentagem do PIB do país receptor.

Satisfação com a comunidade Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Em relação à comunidade onde vive, está satisfeito(a) com a mesma?

Satisfação com a liberdade de escolha Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Está satisfeito(a) com a sua liberdade para escolher o que faz com a sua vida?"

Satisfação com a qualidade da água Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Na

cidade ou na área onde vive, está satisfeito(a) com a qualidade da água?"

Satisfação com a qualidade do ar Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Na cidade ou na área onde vive, está satisfeito(a) com a qualidade do ar?"

Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Na cidade ou na área onde vive, está satisfeito(a) com a disponibilidade de cuidados de saúde com qualidade?"

Satisfação com a saúde pessoal Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Está satisfeito(a) com a sua saúde pessoal?"

Satisfação com a vida, em geral Pontuação baseada nas respostas a uma pergunta acerca da satisfação com a vida numa Sondagem Mundial da Gallup.

Satisfação com habitação acessível Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Na cidade ou na área onde vive, está satisfeito(a) com a disponibilidade de habitação boa e acessível?"

Satisfação com o emprego Percentagem de inquiridos com emprego que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Está satisfeito(a) com o seu emprego ou com o trabalho que faz?"

Satisfação com o padrão de vida Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Está satisfeito(a) com o seu padrão de vida, com todas as coisas que pode comprar e fazer?"

Satisfação com o sistema de educação e as escolas Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Na cidade ou na área onde vive, está satisfeito(a) com a qualidade do sistema de educação e das escolas?"

Serviço da dívida, despesa pública com Somatório de reembolsos de capital e juros efectivamente pagos em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com vencimento a mais de um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional, expresso como percentagem do RNB.

Subnutrição, prevalência de Percentagem da população cujo consumo de energia alimentar está continuamente abaixo dos níveis de energia alimentar necessários para manter uma vida saudável e executar uma actividade física leve com um peso corporal aceitável para a altura atingida.

Taxa de alfabetização, adultos Percentagem das pessoas de idade a partir dos 15 anos que conseguem ler e escrever, com pleno entendimento, uma afirmação curta e simples na sua vida quotidiana.

Taxa de assaltos Quantidade de crimes contra o património que envolvem o uso de violência ou ameaça de violência, incluindo assaltos, roubos de carteiras e roubos com violência, expressa por 100.000 pessoas.

Taxa de dependência Proporção de população com idades dos 0 aos 14 e a partir dos 65 relativamente à população em idade activa (dos 15 aos 64), expressa como número de dependentes por 100 pessoas com idades dos 15 aos 64.

Taxa de desemprego Percentagem da força de trabalho (população empregada e desempregada) com idade a partir dos 15 anos que não tem um emprego pago nem trabalha por conta própria, mas que está disponível para trabalhar e tomou medidas específicas para procurar emprego pago ou trabalho por conta própria.

Taxa de fertilidade, adolescente Número de partos de mulheres com idades dos 15 aos 19, expresso por 1.000 mulheres da mesma idade.

Taxa de fertilidade, total Número de crianças que nasceriam a cada mulher se esta vivesse até ao final da sua idade fértil e gerasse crianças em cada idade de acordo com as taxas de fertilidade por idades prevalecentes.

Taxa de homicídios Número de homicídios intencionais, expresso por 100.000 pessoas. Um homicídio intencional é uma morte ilícita deliberadamente provocada por uma pessoa a outra pessoa.

Taxa de matrícula, bruta Total de matrículas num dado nível de educação, independentemente da idade, expressas como percentagem da população em idade escolar para o mesmo nível de educação.

Taxa de matrícula, líquida Matrículas num dado nível de educação de indivíduos com a idade oficial para esse nível, expressa como percentagem da população total do mesmo grupo etário.

Taxa de mortalidade, abaixo dos 5 anos Probabilidade por 1.000 de que um bebé recém-nascido morra antes de atingir os 5 anos, se sujeito às actuais taxas de mortalidade por idades.

Taxa de mortalidade, adultos Probabilidade por 1000 de que uma pessoa de 15 anos de idade morra antes de atingir os 60 anos.

Taxa de mortalidade, crianças Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exacta de 1 ano, expressa por 1.000 nados vivos.

Taxa de mortalidade, materna Número de mortes maternais, expresso por 100.000 nados vivos. A morte maternal é definida como a morte de uma mulher durante a gravidez ou até 42 dias após terminada uma gravidez, independentemente da duração ou do lugar da gravidez, devido a qualquer causa relacionada (ou agravada) com a própria gravidez ou os seus cuidados, mas não devido a causas accidentais ou fortuitas.

Taxa de participação na força de trabalho Percentagem da população em idade activa (faixa etária 15-64) que se envolve activamente no mercado de trabalho, seja trabalhando ou procurando activamente trabalho.

Taxa de prevalência de contraceptivos, qualquer método Percentagem de mulheres em idade reprodutiva (dos 15 aos 49) que usam, ou cujos parceiros usam, qualquer forma de contracepção, seja moderna ou tradicional.

Taxa de repetição, primária Número de alunos do ensino primário matriculados no mesmo ano de escolaridade que frequentaram no ano anterior, expresso como percentagem das matrículas totais na escola no ano anterior.

Taxas de mortalidade por doenças não transmissíveis, etariamente uniformizadas Taxas de mortalidade etariamente uniformizadas por 100.000 pessoas, ponderadas pela proporção de pessoas no grupo etário correspondente da população-padrão. As doenças não transmissíveis incluem neoplasmas malignos (câncer) e outros, diabetes mellitus, perturbações endócrinas, patologias neuropsiquiátricas, doenças dos órgãos sensoriais, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, doenças digestivas, doenças geniturinárias, doenças de pele, doenças osteomusculares, anomalias congénitas e patologias orais.

Terras degradadas, pessoas que vivem em Percentagem de pessoas que vivem em terras gravemente ou muito gravemente degradadas. A degradação das terras baseia-se em quatro aspectos dos serviços dos ecossistemas: biomassa, saúde dos solos, quantidade de água e biodiversidade. A degradação grave indica que as funções bióticas estão grandemente destruídas e que as terras não são recuperáveis para fins agrícolas. A degradação muito grave indica que as funções bióticas estão completamente destruídas e que as terras não são recuperáveis.

Trabalho infantil Percentagem de crianças na faixa etária 5-14 envolvidas em trabalho; para a faixa etária 5-11 anos – pelo menos 1 hora de trabalho económico ou 28 horas de trabalho doméstico por semana; para a faixa etária 12-14 – pelo menos 14 horas de trabalho económico ou 28 horas de trabalho doméstico por semana.

Transferências de armas, convencionais Valor monetário das transferências voluntárias por um fornecedor de armas, com um propósito militar, destinadas a forças armadas, forças paramilitares ou agências de serviços secretos de outro país.

Transporte aéreo (carga) Volume de bagagem de carga, expresso ou diplomática, transportada em cada fase de voo (movimento de uma aeronave da descolagem até à aterragem seguinte), medido em toneladas métricas vezes os quilómetros percorridos.

Tratados com respeito Percentagem de inquiridos que responderam “sim” à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: “Ontem foi tratado(a) com respeito durante todo o dia?”

Valor do IDH de não-rendimento Valor do índice de desenvolvimento humano calculado somente a partir da esperança de vida e da educação.

Vida com objectivos Percentagem de inquiridos que responderam “sim” à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: “Sente que a sua vida tem um objectivo importante?”

Violações dos direitos humanos Pontuação publicada pela Base de Dados de Instituições Políticas (que a designa como Escala de Terror Político), que mede as violações dos direitos humanos, segundo a classificação de Gibney, Cornett e Wood [2010] e com base nos assassinatos, torturas, desaparecimentos e encarceramentos políticos autorizados. A pontuação é baseada na codificação por peritos do âmbito (tipo), da intensidade (frequência) e do alcance da violência.

Vítimas de assalto Percentagem dos inquiridos que responderam “sim” à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: “Foi assaltado(a) ou atacado(a) nos últimos 12 meses?”

Vítimas de corrupção Percentagem dos inquiridos que responderam “sim” à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: “Por vezes, as pessoas têm de dar um suborno ou um presente para resolverem os seus problemas. Nos últimos 12 meses, viu-se pessoalmente confrontado com este tipo de situação ou não?”

Agrupamentos de países

Países desenvolvidos

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE)

(28 países ou áreas)

Alemanha

Austrália

Áustria

Bélgica

Canadá

Coreia (República da)

Dinamarca

Eslováquia

Espanha

Estados Unidos da América

Finlândia

França

Grécia

Hungria

Irlanda

Íslandia

Itália

Japão

Luxemburgo

Noruega

Nova Zelândia

Países Baixos

Polónia

Portugal

Reino Unido

República Checa

Suécia

Suíça

Desenvolvidos não-OCDE

(16 países ou áreas)

Andorra

Barbados

Barém

Brunei Darussalam

Chipre

Emirados Árabes Unidos

Eslovénia

Estónia

Hong Kong, China (RAE)

Israel

Liechtenstein

Malta

Mónaco

Qatar

Singapura

São Marino

Países em vias de desenvolvimento

Estados Árabes

(17 países ou áreas)

Arábia Saudita

Argélia

Djibuti

Egipto

Iraque

Íemen

Jamahira Árabe Líbia

Jordânia

Kuwait

Líbano

Marrocos

Oma

Somália

Sudão

Síria (República Árabe da)

Territórios Palestinos Ocupados

Tunísia

Ásia Oriental e Pacífico

(24 países)

Camboja

China

Coreia (Rep. Popular Democrática da)

Fiji

Filipinas

Indonésia

Kiribati

Laos (República Popular Democrática do)

Malásia

Marshall (Ilhas)

Mianmar

Micronésia (Estados Federados da)

Mongólia

Náuру

Palau

Papuásia-Nova Guiné

Salomão (Ilhas)

Samoa

Tailândia

Timor-Leste

Tonga

Tuvalu

Vanuatu

Vietname

Europa e Ásia Central

(23 países ou áreas)

Albânia

Antiga República Jugoslava da Macedónia

Arménia

Azerbaijão

Bielorrússia

Bulgária

Bósnia-Herzegovina

Cazaquistão

Croácia

Federação Russa

Geórgia

Letónia

Lituânia

Moldávia (República da)

Montenegro

Quirguizistão

Roménia

Sérvia

Tajiquistão

Turquemenistão

Turquia

Ucrânia

Uzbequistão

Países em vias de desenvolvimento

América Latina e Caraíbas (32 países ou áreas)	Ásia do Sul (9 países ou áreas)	África Subsariana (45 países ou áreas)	Países menos desenvolvidos (23 países)
Antígua e Barbuda	Afeganistão	Angola	Afeganistão
Argentina	Bangladesh	Benim	Butão
Bahamas	Butão	Botswana	Burkina Faso
Belize	Índia	Burkina Faso	Burundi
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Irão (República Islâmica do)	Burundi	República Centro-Africana
Brasil	Maldivas	Camarões	Chade
Chile	Nepal	Cabo Verde	Congo (República Democrática do)
Colômbia	Paquistão	República Centro-Africana	Eritreia
Costa Rica	Sri Lanka	Chade	Etiópia
Cuba		Comores	Guiné
Dominica		Congo	Guiné-Bissau
República Dominicana		Congo (República Democrática do)	Haiti
Equador		Costa do Marfim	Kiribati
El Salvador		Guiné Equatorial	Libéria
Granada		Eritreia	Malawi
Guatemala		Etiópia	Mali
Guiana		Gabão	Moçambique
Haiti		Gâmbia	Níger
Honduras		Gana	Samoa
Jamaica		Guiné	Serra Leoa
México		Guiné-Bissau	Somália
Nicarágua		Quénia	Tuvalu
Panamá		Lesoto	Vanuatu
Paraguai		Libéria	
Peru		Madagáscar	
São Cristóvão e Névis		Malawi	
Santa Lúcia		Mali	
São Vicente e Granadinas		Mauritânia	
Suriname		Maurícia	
Tríndade e Tobago		Moçambique	
Uruguai		Namíbia	
Venezuela (República Bolivariana da)		Níger	
		Nigéria	
		Ruanda	
		São Tomé e Príncipe	
		Senegal	
		Seicheles	
		Serra Leoa	
		África do Sul	
		Suazilândia	
		Tanzânia (República Unida da)	
		Togo	
		Uganda	
		Zâmbia	
		Zimbabué	

